Tribuna do Sertão

FUNDADOR: MAURÍCIO LIMA SANTOS (1943-1998)

PUBLICAÇÕES OFICIAIS

EDIÇÃO Nº 2449 - 01 DE SETEMBRO DE 2026

CÂMARA MUNICIPAL DE ITUAÇU	PÁGINA 02
CÂMARA MUNICIPAL DE LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	PÁGINAS 03 E 04
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA	PÁGINAS 05 A 30
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA	PÁGINAS 31 A 42
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACULÉ	PÁGINAS 43 A 54
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU	PÁGINAS 55 A 173
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICOARA	PÁGINAS 174 A 189
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL	PÁGINAS 190 A 194
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA	PÁGINAS 195 A 207
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA	PÁGINAS 208 A 269
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALHADA DE PEDRAS	PÁGINA 270
PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES	PÁGINAS 271 A 451
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DE CONTAS	PÁGINAS 452 E 453
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU	PÁGINAS 454 E 455



A Lei exige que todo gestor publique seus atos, para que a população tenha acesso às informações e a sua gestão seja transparente e clara.

As Publicações Oficiais cumprem este papel.

LIDER GRAFICA COMUNICACAO E PESQUISA LTDA:10841540000151

Assinado de forma digital por LIDER GRAFICA COMUNICACAO E PESQUISA LTDA:10841540000151
Dados: 2026.09.01 17:47:07 -03'00'

ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITUAÇU
Praça Dr. Ordálvio Souza Guimarães, 17 – Bairro: Nossa Senhora do Alívio.
Cep: 46640-000 – Ituaçu- Bahia. CNPJ 63.170.468/0001-44
Telefax: (77) 3415-2102 E-mail: camaramunicipal.ituacu@hotmail.com

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITUAÇU/BA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2026

AVISO DE REABERTURA DA SESSÃO

O Pregoeiro da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Ituaçu/BA, no uso de suas atribuições, torna público aos interessados a **REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA** referente ao Pregão Eletrônico nº 001/2026, Processo Administrativo nº 008/2026, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO E FORNECIMENTO DE CARTÕES DE VALE ALIMENTAÇÃO ELETRÔNICO/MAGNÉTICO OU COM CHIP, COM SENHA PESSOAL, PARA RECARGAS MENSAIS, SOLICITADOS CONFORME DEMANDA, DESTINADO AOS VEREADORES E SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITUAÇU/BA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.054, DE 19 DE JUNHO DE 2026.

Fica, portanto, designada a reabertura da sessão pública para o dia 02 de setembro de 2026 às 10:00, a ser realizada por meio da plataforma Bolsa de Licitações do Brasil – BLL, ocasião em que serão retomados os procedimentos do certame, conforme as disposições constantes do edital e seus anexos.

A reabertura tem por finalidade possibilitar o regular julgamento dos recursos interpostos, bem como a adoção das medidas administrativas cabíveis, observadas as disposições legais aplicáveis, o instrumento convocatório e os princípios do contraditório, da ampla defesa, da legalidade e da vinculação ao edital.

Os interessados poderão acompanhar a reabertura da sessão por meio do Portal BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, bem como consultar as informações e documentos relativos ao certame no site oficial da Câmara Municipal de Ituaçu/BA e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

Ituaçu/BA, 01 de Setembro de 2026.

Matheus Gonçalves Peixoto
Agente de Contratação

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Poder Legislativo
Câmara Municipal de Livramento de Nossa Senhora
Gabinete da Presidência

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 001/2026

EMENTA: Anula o Edital de Convocação nº 01/2025 de 22 de Agosto de 2025; anula a eleição da Mesa Diretora para o biênio 2027/2028 realizada em 29 de agosto de 2025 e dá outras providências.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA, ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno desta Casa Legislativa;

CONSIDERANDO a instauração do **Procedimento Preparatório no âmbito do Sistema IDEA nº 003.9.113390/2026** perante a 1ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora/BA (Portaria de Conversão ID MP 37586944 / Ofício nº 556/2026-1ª PJLNS), visando à apuração da regularidade constitucional e legal da Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 03/2025 e da eleição antecipada da Mesa Diretora para o biênio 2027/2028;

CONSIDERANDO o **dever-poder de autotutela** da Administração Pública e das Casas Legislativas, consolidado na **Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal (STF)**, que impõe à Administração o dever de anular seus próprios atos quando eivados de vícios de legalidade ou inconstitucionalidade; e revogando os inconvenientes ou inoportunos, independentemente de intervenção do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO que o texto aprovado na Emenda nº 03/2025, ao permitir a eleição para a renovação da Mesa Diretora *"a qualquer tempo"*, atenta frontalmente contra a jurisprudência pacificada e vinculante do **Supremo Tribunal Federal** expressa nas **ADIs 7732, 7733, 7734 e 7753**, que fixou que a eleição da Mesa Diretora para o segundo biênio da legislatura somente pode ocorrer a partir de **1º de outubro do ano anterior ao início do biênio**;

CONSIDERANDO que a antecipação da eleição para o biênio 2027/2028 realizada em **29 de agosto de 2025**, com amparo no Edital de Convocação nº 01/2025, violou os princípios constitucionais do **regime republicano, da contemporaneidade do pleito, da alternância do poder e da representatividade**

Poder Legislativo
Câmara Municipal de Livramento de Nossa Senhora
Gabinete da Presidência

democrática, gerando desconexão com a composição e conjuntura política vigente ao tempo da posse;

CONSIDERANDO que a restauração imediata da ordem legal e constitucional por ato próprio do Poder Legislativo evita o sobrestamento impróprio do Poder Judiciário ou imposição de medidas coercitivas nos autos do procedimento IDEA nº 003.9.113390/2026 do Ministério Público;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar a NULIDADE E ANULAÇÃO INTEGRAL do Edital de Convocação nº 01/2025 de 22 de agosto de 2025, dos Atos referentes à Eleição e votação de nova Mesa Diretora constantes da sessão realizada no dia 29 de agosto de 2025, e de sua respectiva Ata de nº 775/2025, e de todos os atos subsequentes decorrentes, tornando sem efeito a eleição da Mesa Diretora para o biênio 2027/2028.

Art. 2º. A eleição para a composição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Livramento de Nossa Senhora para o biênio 2027/2028 será convocada e realizada oportunamente no segundo semestre do ano de 2026, com estrita observância do prazo regulamentar do Regimento Interno e ao parâmetro constitucional fixado pelo Supremo Tribunal Federal (a partir de 1º de outubro de 2026).

Art. 3º. Envie-se cópia integral deste Ato à 1ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora/BA, formalizando a juntada nos autos do Procedimento Preparatório IDEA nº 003.9.113390/2026, instruindo a resposta oficial da Presidência desta Casa Legislativa.

Art. 4º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, 01 de setembro de 2026.

APARECIDO LIMA DA SILVA
Presidente da Mesa Diretora

End.: Praça Dom Hélio Paschoal, 41. Centro.
Livramento de Nossa Senhora – BA
CEP: 46.140-000 – CNPJ: 16.415.127/001-01
Home Page: www.cmlivramentodenossasenhora.ba.gov.br

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 081/2025, FIRMADA ENTRE O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA E A EMPRESA D.N. PAPELARIA E INFORMATICA LTDA.

Pelo pesente instrumento, regido pela Lei Federal n° 14.133/21 e alterações posteriores, **O MUNICIPIO DE BARRA DA ESTIVA,** Estado da Bahia, neste ato representado pela Entidade de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ: sob o nº. 13.670.658/0001-52, com sede na Avenida Professora Solange Pires da Silva Rodrigues, nº 280, Bairro Alto da Barra, Barra da Estiva - Ba – CEP 46.650-000, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. Uilson Robson Silva Alves, brasileiro, agente político, portador da cédula de identidade 07.002.270-40 emitida pela SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 657.407.265-49, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **D.N. PAPELARIA E INFORMATICA LTDA**, pessoa Jurídica, Inscrito no CNPJ sob o n° 14.780.254/0001-84, com endereço na Rua Serra do Abiá, Nº 52, Bairro Vermelho, Santo Antônio de Jesus, Bahia, CEP 44.437-068, representada pela Srª **Daniela Fideles de Souza Barreto**, portadora do RG Nº 13.xxx.xxx-87 e inscrito no CPF sob o Nº 033.xxx.xxx-10, denominada **CONTRATADA**, firmam o presente TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 081/2025, respeitadas as disposições da Lei Federal nº. 14.133/21 e DECRETO MUNICIPAL 080/2023, consoante às cláusulas e condições do Edital de PREGÃO ELETRONICO para Registro de Preço nº 005/2025/SRP e seus anexos e nas propostas classificadas, partes integrantes deste instrumento, independente de transcrições, e mediante as cláusulas enunciadas a seguir, acordamproceder e obriga-se ao quanto segue abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O aditivo tem por finalidade o prorrogação da vigência da ATA 081/2025, consoante estabelecido no processo de Pregão Eletrônico nº 005/2025 conforme Art. 84 da Lei 14.133/21 e Clausula Terceira da Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1 O Presente Termo Aditivo prorroga a ATA por 12 (doze) meses, a contar do seu vencimento, ou seja, a ata fica prorrogada até o dia 28.08.2027.

2.2. Os quantitativos da ata ficam renovados a partir da data 28.08.2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS PACTUADOS

3.3. Serão mantidas todas as condições já pactuadas anteriormente, inclusive no tocante aos preços registrados conforme abaixo descrito:

LOTES 4, 5 e 11

LOTE 04						
D. N. PAPELARIA E INFORMATICA LTDA						
ITEM	DESCRIÇAO	UND	MARCA	QNT	UNIT	TOTAL

1	Caneta esferográfica escrita 1.0 marca nacional (cores diversas) caixa com 50 unid	CX	COMPACTOR	472	R$ 34,50	R$ 16.284,00
2	Caneta esferográfica escrita 0.7 marca nacional (cores diversas) caixa com 100 unid	CX	COMPACTOR	295	R$ 66,00	R$ 19.470,00
3	Caneta esferográfica Slide 0,7 mm caixa com 50 unidade	CX	BIC	73	R$ 33,00	R$ 2.409,00
4	Caneta Retroprojetor	UNID	BRW	188	R$ 3,70	R$ 695,60
5	Pincel atômico cores variadas	UNID	BRW	100	R$ 2,79	R$ 279,00
VALOR TOTAL DO LOTE 04						**R$ 39.137,60**

LOTE 05						
D. N. PAPELARIA E INFORMATICA LTDA						
ITEM	**DESCRIÇAO**	**UND**	**MARCA**	**QNT**	**UNIT**	**TOTAL**
1	Cola branca 1kg	KG	SENNA	189	R$ 11,94	R$ 2.256,66
2	Cola Branca 90 gramas	UNID	SENNA	376	R$ 2,44	R$ 917,44
3	Cola bastão 40 g	UND	LEO ELEO	150	2,54	R$ 381,00
4	Cola bastão 20 g	UNID	GATTE	230	R$ 2,40	R$ 552,00
5	Cola colorida 23gr c/04 unds	CX	ACRILEX	150	R$ 9,56	R$ 1.434,00
6	Cola de Artesão	UND	RENDICOLA	200	R$ 5,82	R$ 1.164,00
7	Cola Glíter 23gr c/06 unds	CX	ACRILEX	100	R$ 12,20	R$ 1.220,00
8	Cola intantânea	UND	RENDICOLA	120	R$ 6,68	R$ 801,60
9	Cola isopor 40GR	UND	SENNA	80	R$ 2,70	R$ 216,00
10	Cola isopor 90GR	UND	SENNA	75	R$ 4,77	R$ 357,75
11	Cola para EVA **90 GR**	UND	SENNA	45	R$ 4,77	R$ 214,65
12	Cola tecido 100GR	UND	ACRILEX	60	R$ 8,42	R$ 505,20
13	Cola tecido 37GR	UND	ACRILEX	50	R$ 2,55	R$ 127,50
VALOR TOTAL DO LOTE 05						**R$ 10.147,80**

LOTE 11						
D. N. PAPELARIA E INFORMATICA LTDA						
ITEM	**DESCRIÇAO**	**UND**	**MARCA**	**QNT**	**UNIT**	**TOTAL**
1	Quadro aviso de cortiça com alumínio 120x90	UNID	COTIARTE	15	R$ 166,00	R$ 2.490,00
2	Quadro de aviso Cortiça com alumínio 70x100	UNID	COTIARTE	15	R$ 159,00	R$ 2.385,00
3	Quadro Branco 2 X 1,20	UND	COTIARTE	50	R$ 322,00	R$ 16.100,00
4	Quadro Branco 1,5 X 1,20	UNID	COTIARTE	40	R$ 330,00	R$ 13.200,00
5	Quadro de aviso feltro aluminio.80x100	UND	COTIARTE	15	R$ 174,00	R$ 2.610,00
VALOR TOTAL DO LOTE 11						**R$ 36.785,00**

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas na ata mencionada acima, que não tenham sido objeto de retificação pelo presente instrumento, passando aquele a vigorar, por conseguinte, com a alteração ora introduzida.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

5.1. As partes elegem o Foro da Cidade de Barra da Estiva, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente compromisso outrora firmado.
52. E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente termo de prorrogação em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Barra da Estiva - Bahia, 27 de agosto de 2026.

UILSON ROBSONSILVA ALVES
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

D.N. PAPELARIA E INFORMATICA LTDA
CNPJ n° 14.780.254/0001-84
Rep: Sra. Daniela Fideles de Souza Barreto
CONTRATADO

Testemunha: Testemunha:

CPF: CPF:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 080/2025, FIRMADA ENTRE O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA E A EMPRESA 51.264.825 JEANE KESIA MORAIS SOARES ME.

Pelo pesente instrumento, regido pela Lei Federal n° 14.133/21 e alterações posteriores, **O MUNICIPIO DE BARRA DA ESTIVA,** Estado da Bahia, neste ato representado pela Entidade de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ: sob o nº. 13.670.658/0001-52, com sede na Avenida Professora Solange Pires da Silva Rodrigues, nº 280, Bairro Alto da Barra, Barra da Estiva - Ba – CEP 46.650-000, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. Uilson Robson Silva Alves, brasileiro, agente político, portador da cédula de identidade 07.002.270-40 emitida pela SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 657.407.265-49, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **51.264.825 JEANE KESIA MORAIS SOARES ME**, pessoa Jurídica, Inscrito no CNPJ sob o n° 51.264.825/0001-54, com endereço na Av. São Bento Nº 309, Bairro Centro, Barra da Estiva, Bahia, CEP 46.650-000, representada pela Srª **Jeane Késia Morais Soares**, portadora do RG nº 5.xxx.xxx-0 e inscrito no CPF sob o nº 065.xxx.xxx-79, denominada **CONTRATADA**, firmam o presente TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 080/2025, respeitadas as disposições da Lei Federal nº. 14.133/21 e DECRETO MUNICIPAL 080/2023, consoante às cláusulas e condições do Edital de PREGÃO ELETRONICO para Registro de Preço nº 005/2025/SRP e seus anexos e nas propostas classificadas, partes integrantes deste instrumento, independente de transcrições, e mediante as cláusulas enunciadas a seguir, acordam proceder e obriga-se ao quanto segue abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O aditivo tem por finalidade o prorrogação da vigência da ATA 080/2025, consoante estabelecido no processo de Pregão Eletrônico nº 005/2025 conforme Art. 84 da Lei 14.133/21 e Clausula Terceira da Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1 O Presente Termo Aditivo prorroga a ATA por 12 (doze) meses, a contar do seu vencimento, ou seja, a ata fica prorrogada até o dia 28.08.2027.

2.2. Os quantitativos da ata ficam renovados a partir da data 28.08.2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS PACTUADOS

3.3. Serão mantidas todas as condições já pactuadas anteriormente, inclusive no tocante aos preços registrados conforme abaixo descrito:

LOTE 13						
JEANE KESIA MORAIS SOARES ME						
ITEM	**DESCRIÇAO**	**UND**	**MARCA**	**QNT**	**UNIT**	**TOTAL**
1	Almofada para carimbo nº 03 (preta/azul/vermelha)	UNID	RADEX	30	R$ 14,22	R$ 426,60
2	Barbante branco de algodão 570 MTS	ROLO	CIECULO	30	R$ 19,99	R$ 599,70

3	Barbante fibra de sisal 100 mts	ROLO	CIECULO	40	R$ 25,60	R$ 1.024,00
4	Feltro diversas Cores	METRO	ARTPUNTO	500	R$ 18,99	R$ 9.495,00
5	Guilhotina 5 em 1	UND	MARPED	10	R$ 380,00	R$ 3.800,00
6	Percevejo colorido c/100	CX	BEW	20	R$ 21,70	R$ 434,00
7	Percevejo latonado c/100	CX	BEW	10	R$ 4,95	R$ 49,50
8	Prendedor de papel 51 mm	UNID	FUTURO	150	R$ 2,00	R$ 300,00
9	Prendedor de papel 32 mm	UNID	FUTURO	150	R$ 0,90	R$ 135,00
10	Prendedor de papel 41 mm	UNID	FUTURO	150	R$ 1,30	R$ 195,00
VALOR TOTAL DO LOTE 13						**R$ 16.458,80**

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas na ata mencionada acima, que não tenham sido objeto de retificação pelo presente instrumento, passando aquele a vigorar, por conseguinte, com a alteração ora introduzida.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

5.1. As partes elegem o Foro da Cidade de Barra da Estiva, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente compromisso outrora firmado.
52. E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente termo de prorrogação em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Barra da Estiva - Bahia, 27 de agosto de 2026.

UILSON ROBSONSILVA ALVES
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

51.264.825 JEANE KESIA MORAIS SOARES ME
CNPJ n° 51.264.825/0001-54
Rep: Sr. Jeane Késia Morais Soares
CONTRATADO

Testemunha: Testemunha:

CPF: CPF:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 079/2025, FIRMADA ENTRE O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA E A EMPRESA PAPELARIA E MAGAZINE RODOLFO LTDA.

Pelo pesente instrumento, regido pela Lei Federal n° 14.133/21 e alterações posteriores, **O MUNICIPIO DE BARRA DA ESTIVA,** Estado da Bahia, neste ato representado pela Entidade de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ: sob o nº. 13.670.658/0001-52, com sede na Avenida Professora Solange Pires da Silva Rodrigues, nº 280, Bairro Alto da Barra, Barra da Estiva - Ba – CEP 46.650-000, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. Uilson Robson Silva Alves, brasileiro, agente político, portador da cédula de identidade 07.002.270-40 emitida pela SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 657.407.265-49, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **PAPELARIA E MAGAZINE RODOLFO LTDA**, pessoa Jurídica, Inscrito no CNPJ sob o n° 48.218.847/0001-73, com endereço na Tv. Joaquim Rodrigues Barbosa Nº 100, loja Térreo, Bairro Centro, Barra da Estiva, Bahia, CEP 46.650-000, representada pela Srª **Ana Camila Soares Rodolfo**, portadora do RG Nº 20.xxx.xxx-07 e inscrito no CPF sob o Nº 065.xxx.xxx-57, denominada **CONTRATADA**, firmam o presente TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 079/2025, respeitadas as disposições da Lei Federal nº. 14.133/21 e DECRETO MUNICIPAL 080/2023, consoante às cláusulas e condições do Edital de PREGÃO ELETRONICO para Registro de Preço nº 005/2025/SRP e seus anexos e nas propostas classificadas, partes integrantes deste instrumento, independente de transcrições, e mediante as cláusulas enunciadas a seguir, acordam proceder e obriga-se ao quanto segue abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O aditivo tem por finalidade o prorrogação da vigência da ATA 079/2025, consoante estabelecido no processo de Pregão Eletrônico nº 005/2025 conforme Art. 84 da Lei 14.133/21 e Clausula Terceira da Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1 O Presente Termo Aditivo prorroga a ATA por 12 (doze) meses, a contar do seu vencimento, ou seja, a ata fica prorrogada até o dia 28.08.2027.
2.2. Os quantitativos da ata ficam renovados a partir da data 28.08.2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS PACTUADOS

3.3. Serão mantidas todas as condições já pactuadas anteriormente, inclusive no tocante aos preços registrados conforme abaixo descrito:

LOTE 10						
PAPELARIA E MAGAZINE RODOLFO LTDA - PAPELARIA ARCO IRES						
ITEM	DESCRIÇAO	UND	MARCA	QNT	UNIT	TOTAL
1	Papel ofício A4 c/10pcts de 500fls - 1ª linha 75 GR CX C/10 PCTS DE	Cx	CHAMEX	540	R$ 214,50	R$ 115.830,00

	500FLS					
VALOR TOTAL DO LOTE 10						**R$ 115.830,00**

LOTE 12						
PAPELARIA E MAGAZINE RODOLFO LTDA - PAPELARIA ARCO IRES						
ITEM	**DESCRIÇAO**	**UND**	**MARCA**	**QNT**	**UNIT**	**TOTAL**
1	Pincel chato cabo de madeira Nº 10	Unidades	CONDOR	35	R$ 2,55	R$ 89,25
2	Pincel chato cabo de madeira Nº 0	UNID	CONDOR	25	R$ 1,87	R$ 46,75
3	Pincel chato cabo de madeira Nº 12	UNID	CONDOR	25	R$ 2,85	R$ 71,25
4	Pincel chato cabo de madeira Nº 16	UNID	CONDOR	25	R$ 3,95	R$ 98,75
5	Pincel chato cabo de madeira Nº 22	UND	CONDOR	25	R$ 6,48	R$ 162,00
6	Pincel chato cabo de madeira Nº 4	UNID	CONDOR	25	R$ 1,97	R$ 49,25
7	Pincel chato cabo de madeira Nº 8	UNID	CONDOR	25	R$ 2,26	R$ 56,50
8	Pincel contorno cabo de madeira Nº 0	UND	CONDOR	25	R$ 8,07	R$ 201,75
9	Pincel contorno cabo de madeira Nº 00	UND	CONDOR	25	R$ 8,65	R$ 216,25
10	Pincel leque cabo de madeira Nº 2	UND	TIGRE	50	R$ 18,35	R$ 917,50
11	Pincel redondo cabo de madeira Nº 12	Und	TIGRE	25	R$ 6,46	R$ 161,50
12	Pincel redondo cabo de madeira Nº 18	UND	TIGRE	35	R$ 9,63	R$ 337,05
13	Pincel redondo cabo de madeira Nº 20	UND	TIGRE	35	R$ 10,23	R$ 358,05
14	Pincel redondo cabo de madeira Nº 6	UND	TIGRE	35	R$ 5,70	R$ 199,50
15	Pincel redondo cabo de madeira Nº 8	UND	TIGRE	35	R$ 5,92	R$ 207,20
16	Pintura facial 15ml diversas cores	UND	TIGRE	25	R$ 3,32	R$ 83,00
17	Tela p/pintura 30x30	UND	REAL SEDA	100	R$ 10,28	R$ 1.028,00
18	Tela p/pintura 30x40	UND	REAL SEDA	100	R$ 11,91	R$ 1.191,00
19	Tela p / pintura 20/30	UND	REAL SEDA	100	R$ 6,49	R$ 649,00
20	Tinta dimensional brilhante 20ml	UND	ACRILEX	200	R$ 4,29	R$ 858,00
21	Tinta guache 15ml cx c/6cores	CX	ACRILEX	200	R$ 4,72	R$ 944,00
22	Tinta guache 250ml diversas cores	UND	ACRILEX	400	R$ 6,98	R$ 2.792,00
23	Tinta óleo p/tela 20ml	UND	ACRILEX	50	R$ 10,74	R$ 537,00
24	Tinta p carimbo 40ml	UNID	ACRILEX	100	R$ 5,90	R$ 590,00
25	Tinta para tecido 250ml	UNID	ACRILEX	58	R$ 17,79	R$ 1.031,82
26	Tinta para tecido 37ml	UNID	ACRILEX	80	R$ 3,69	R$ 295,20
27	Tinta PVA fosca 250 ml	UND	ACRILEX	120	R$ 16,72	R$ 2.006,40

28	TNT lisas comuns diversas cores	Mt	IDE	3.380	R$ 1,00	R$ 3.380,00
VALOR TOTAL DO LOTE 12						**R$ 18.557,97**

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas na ata mencionada acima, que não tenham sido objeto de retificação pelo presente instrumento, passando aquele a vigorar, por conseguinte, com a alteração ora introduzida.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

5.1. As partes elegem o Foro da Cidade de Barra da Estiva, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente compromisso outrora firmado.
52. E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente termo de prorrogação em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Barra da Estiva - Bahia, 27 de agosto de 2026.

UILSON ROBSONSILVA ALVES
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

PAPELARIA E MAGAZINE RODOLFO LTDA
CNPJ n° 48.218.847/0001-73
Rep: Sr. Ana Camila Soares Rodolfo
CONTRATADO

Testemunha: Testemunha:

CPF: CPF:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 075/2025, FIRMADA ENTRE O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA E A EMPRESA FERNANDO AUGUSTO PAMPLONA DOS SANTOS ME - PNEUCAP.

Pelo pesente instrumento, regido pela Lei Federal n° 14.133/21 e alterações posteriores, **O MUNICIPIO DE BARRA DA ESTIVA,** Estado da Bahia, neste ato representado pela Entidade de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ: sob o nº. 13.670.658/0001-52, com sede na Avenida Professora Solange Pires da Silva Rodrigues, nº 280, Bairro Alto da Barra, Barra da Estiva - Ba – CEP 46.650-000, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. Uilson Robson Silva Alves, brasileiro, agente político, portador da cédula de identidade 07.002.270-40 emitida pela SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 657.407.265-49, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **FERNANDO AUGUSTO PAMPLONA DOS SANTOS ME - PNEUCAP**, pessoa jurídica de direito privado, Inscrito no CNPJ Nº 17.238.225/000183**,** com endereço comercial à Rua Goes Calmon Nº 112 Galpão - Bairro Centro, no Município de Barra da Estiva/Bahia – CEP: 46.650-000, representada neste ato pelo Sr. **Fernando Augusto Pamplona dos Santos**, brasileiro, maior, inscrito no CPF: 102.014.296-08 e RG: 20.424.787-09 SSP/BA, firmam o presente TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 075/2025, respeitadas as disposições da Lei Federal nº. 14.133/21 e DECRETO MUNICIPAL 080/2023, consoante às cláusulas e condições do Edital de PREGÃO ELETRONICO para Registro de Preço nº 023/2025/SRP e seus anexos e nas propostas classificadas, partes integrantes deste instrumento, independente de transcrições, e mediante as cláusulas enunciadas a seguir, acordam proceder e obriga-se ao quanto segue abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O aditivo tem por finalidade o prorrogação da vigência da ATA 075/2025, consoante estabelecido no processo de Pregão Eletrônico nº 023/2025 conforme Art. 84 da Lei 14.133/21 e Clausula Terceira da Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1 O Presente Termo Aditivo prorroga a ATA por 12 (doze) meses, a contar do seu vencimento, ou seja, a ata fica prorrogada até o dia 14.08.2027.

2.2. Os quantitativos da ata ficam renovados a partir da data 14.08.2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS PACTUADOS

3.3. Serão mantidas todas as condições já pactuadas anteriormente, inclusive no tocante aos preços registrados conforme abaixo descrito:

LOTE 3

LOTE 03						
PNEUS PARA CAMINHONETES E VEICULOS LEVES						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**QTDE**	**UND**	**MARCA**	**R$ UNIT**	**TOTAL**
1	PNEU 175X70X13 RADIAL	30	UND	DUNLOP	R$ 217,20	R$ 6.516,00

2	PNEU 205X75X16 RADIAL	8	UND	GOODYEAR	R$ 643,90	R$ 5.151,20
3	PNEU 175X70X14 RADIAL	200	UND	DUNLOP	R$ 269,00	R$ 53.800,00
4	PNEU 265X65X17 RADIAL	8	UND	DUNLOP	R$ 722,50	R$ 5.780,00
5	PNEU 205X60X15 RADIAL	30	UND	DUNLOP	R$ 450,70	R$ 13.521,00
6	PNEU 205X70X15 RADIAL	30	UND	DUNLOP	R$ 682,90	R$ 20.487,00
7	PNEU 265X70X16 RADIAL	14	UND	DUNLOP	R$ 633,40	R$ 8.867,60
8	PNEU 225X70X16 RADIAL	20	UND	GOODYEAR	R$ 587,70	R$ 11.754,00
9	PNEU 225X75X16 RADIAL	40	UND	GOODYEAR	R$ 863,70	R$ 34.548,00
10	PNEU 225X70X17 RADIAL	12	UND	DUNLOP	R$ 629,60	R$ 7.555,20
11	PNEU 175X65X14 RADIAL	200	UND	DUNLOP	R$ 253,70	R$ 50.740,00
TOTAL LOTE 03						**R$ 218.720,00**

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas na ata mencionada acima, que não tenham sido objeto de retificação pelo presente instrumento, passando aquele a vigorar, por conseguinte, com a alteração ora introduzida.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

5.1. As partes elegem o Foro da Cidade de Barra da Estiva, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente compromisso outrora firmado.

52. E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente termo de prorrogação em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Barra da Estiva - Bahia, 13 de agosto de 2026.

UILSON ROBSONSILVA ALVES
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

FERNANDO AUGUSTO PAMPLONA DOS SANTOS ME – PNEUCAP
CNPJ Nº 17.238.225/0001-83
Rep: Sr Fernando Augusto Pamplona dos Santos
CONTRATADO

Testemunha: _____

CPF:

Testemunha: _____

CPF:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 076/2025, FIRMADA ENTRE O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA E A EMPRESA MATEUS CAIRES NOVAIS ME - MATEUS AUTO PEÇAS.

Pelo pesente instrumento, regido pela Lei Federal n° 14.133/21 e alterações posteriores, **O MUNICIPIO DE BARRA DA ESTIVA,** Estado da Bahia, neste ato representado pela Entidade de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ: sob o nº. 13.670.658/0001-52, com sede na Avenida Professora Solange Pires da Silva Rodrigues, nº 280, Bairro Alto da Barra, Barra da Estiva - Ba – CEP 46.650-000, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. Uilson Robson Silva Alves, brasileiro, agente político, portador da cédula de identidade 07.002.270-40 emitida pela SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 657.407.265-49, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **MATEUS CAIRES NOVAIS ME - MATEUS AUTO PEÇAS**, pessoa jurídica de direito privado, Inscrito no CNPJ Nº 21.994.472/0001-87**,** com endereço comercial à Avenida Barão do Rio Branco Nº 123 Térreo – 1º e 2º Pavimento - Bairro Centro, no Município de Barra da Estiva/Bahia – CEP: 46.650-000, representada neste ato pelo Sr. **Mateus Caires Novais** - brasileiro, maior, inscrito no CPF: 042.259.945-03 e RG: 13.937.167-25 SSP/BA, firmam o presente TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 076/2025, respeitadas as disposições da Lei Federal nº. 14.133/21 e DECRETO MUNICIPAL 080/2023, consoante às cláusulas e condições do Edital de PREGÃO ELETRONICO para Registro de Preço nº 023/2025/SRP e seus anexos e nas propostas classificadas, partes integrantes deste instrumento, independente de transcrições, e mediante as cláusulas enunciadas a seguir, acordam proceder e obriga-se ao quanto segue abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O aditivo tem por finalidade o prorrogação da vigência da ATA 076/2025, consoante estabelecido no processo de Pregão Eletrônico nº 023/2025 conforme Art. 84 da Lei 14.133/21 e Clausula Terceira da Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1 O Presente Termo Aditivo prorroga a ATA por 12 (doze) meses, a contar do seu vencimento, ou seja, a ata fica prorrogada até o dia 14.08.2027.

2.2. Os quantitativos da ata ficam renovados a partir da data 14.08.2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS PACTUADOS

3.3. Serão mantidas todas as condições já pactuadas anteriormente, inclusive no tocante aos preços registrados conforme abaixo descrito:

LOTE 2

LOTE 02						
PNEUS PARA CAMINHÕES E ONIBUS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UND	MARCA	R$ UNIT	TOTAL
1	PNEU 215/75R17,5 RADIAL	45	UND	HIFLY	R$ 1.400,00	R$ 63.000,00

2	PNEU 1000X20 RADIAL	20	UND	PIRELLI	R$ 2.750,00	R$ 55.000,00
3	PNEU 1000X20 COMUM - 16 LONAS	20	UND	JK	R$ 2.350,00	R$ 47.000,00
4	PNEU 295X80X22,5 DIRECIONAL	8	UND	DURABLE	R$ 2.600,10	R$ 20.800,80
5	PNEU 295X80X22,5 TRAÇÃO	16	UND	ONYX	R$ 2.800,00	R$ 44.800,00
6	PNEU 750/16 COMUM - 10 LONAS	30	UND	WESTLAKE	R$ 1.200,00	R$ 36.000,00
7	PNEU 900X20 RADIAL	160	UND	PIRELLI	R$ 2.053,12	R$ 328.499,20
TOTAL LOTE 02						**R$ 595.100,00**

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas na ata mencionada acima, que não tenham sido objeto de retificação pelo presente instrumento, passando aquele a vigorar, por conseguinte, com a alteração ora introduzida.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

5.1. As partes elegem o Foro da Cidade de Barra da Estiva, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente compromisso outrora firmado.

52. E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente termo de prorrogação em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Barra da Estiva - Bahia, 13 de agosto de 2026.

UILSON ROBSONSILVA ALVES
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

MATEUS CAIRES NOVAIS ME - MATEUS AUTO PEÇAS
CNPJ Nº 21.994.472/0001-87
Rep: Sr Mateus Caires Novais
CONTRATADO

Testemunha: _____
CPF:

Testemunha: _____
CPF:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 077/2025, FIRMADA ENTRE O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA E A EMPRESA NASSAU CORDEIRO CARINHANHA - NASSAU AUTO PEÇAS.

Pelo pesente instrumento, regido pela Lei Federal n° 14.133/21 e alterações posteriores, **O MUNICIPIO DE BARRA DA ESTIVA,** Estado da Bahia, neste ato representado pela Entidade de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ: sob o nº. 13.670.658/0001-52, com sede na Avenida Professora Solange Pires da Silva Rodrigues, nº 280, Bairro Alto da Barra, Barra da Estiva - Ba – CEP 46.650-000, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. Uilson Robson Silva Alves, brasileiro, agente político, portador da cédula de identidade 07.002.270-40 emitida pela SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 657.407.265-49, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **NASSAU CORDEIRO CARINHANHA - NASSAU AUTO PEÇAS**, pessoa jurídica de direito privado, Inscrito no CNPJ Nº 07.229.813/0001-05**,** com endereço comercial à Avenida São Bento Nº 240 - Loja - Bairro Centro, no Município de Barra da Estiva/Bahia – CEP: 46.650-000, representada neste ato pelo Sr. **Nassau Cordeiro Carinhanha** - brasileiro, maior, inscrito no CPF: 818.758.865-91 e RG: 11.269.433-05 SSP/BA, firmam o presente TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 077/2025, respeitadas as disposições da Lei Federal nº. 14.133/21 e DECRETO MUNICIPAL 080/2023, consoante às cláusulas e condições do Edital de PREGÃO ELETRONICO para Registro de Preço nº 023/2025/SRP e seus anexos e nas propostas classificadas, partes integrantes deste instrumento, independente de transcrições, e mediante as cláusulas enunciadas a seguir, acordam proceder e obriga-se ao quanto segue abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O aditivo tem por finalidade o prorrogação da vigência da ATA 077/2025, consoante estabelecido no processo de Pregão Eletrônico nº 023/2025 conforme Art. 84 da Lei 14.133/21 e Clausula Terceira da Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1 O Presente Termo Aditivo prorroga a ATA por 12 (doze) meses, a contar do seu vencimento, ou seja, a ata fica prorrogada até o dia 14.08.2027.

2.2. Os quantitativos da ata ficam renovados a partir da data 14.08.2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS PACTUADOS

3.3. Serão mantidas todas as condições já pactuadas anteriormente, inclusive no tocante aos preços registrados conforme abaixo descrito:

LOTE 4

LOTE 04						
PNEUS PARA CAMINHONETES E VEICULOS LEVES						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**QTDE**	**UND**	**MARCA**	**R$ UNIT**	**TOTAL**
1	PNEU 900X20 COMUM – 16 LONAS	100	UND	PIRELLI	R$ 2.100,00	R$ 210.000,00

2	PNEU 275X80X22.5 RADIAL	100	UND	DUNLOP	R$ 2.513,00	R$ 251.300,00
3	PNEU 265X70X16 RADIAL	40	UND	DUNLOP	R$ 900,00	R$ 36.000,00
4	PNEU 265X60X18 RADIAL	28	UND	DUNLOP	R$ 1.460,00	R$ 40.880,00
5	PNEU 185X65X15 RADIAL	40	UND	DUNLOP	R$ 380,00	R$ 15.200,00
6	PNEU 185X60X15 RADIAL	30	UND	DUNLOP	R$ 350,00	R$ 10.500,00
7	PNEU 195X65X15 RADIAL	30	UND	DUNLOP	R$ 400,00	R$ 12.000,00
8	PNEU 205X60X16 RADIAL	100	UND	DUNLOP	R$ 161,20	R$ 16.120,00
TOTAL LOTE 04						**R$ 592.000,00**

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas na ata mencionada acima, que não tenham sido objeto de retificação pelo presente instrumento, passando aquele a vigorar, por conseguinte, com a alteração ora introduzida.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

5.1. As partes elegem o Foro da Cidade de Barra da Estiva, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente compromisso outrora firmado.
52. E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente termo de prorrogação em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Barra da Estiva - Bahia, 13 de agosto de 2026.

UILSON ROBSONSILVA ALVES
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

NASSAU CORDEIRO CARINHANHA - NASSAU AUTO PEÇAS
CNPJ Nº 07.229.813/0001-05
Rep: Sr Nassau Cordeiro Carinhanha
CONTRATADO

Testemunha: _____

CPF:

Testemunha: _____

CPF:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 078/2025, FIRMADA ENTRE O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA E A EMPRESA LÍDER COMÉRCIO BARRESTIVENSE LTDA - COMERCIAL LIDER.

Pelo pesente instrumento, regido pela Lei Federal n° 14.133/21 e alterações posteriores, **O MUNICIPIO DE BARRA DA ESTIVA,** Estado da Bahia, neste ato representado pela Entidade de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ: sob o nº. 13.670.658/0001-52, com sede na Avenida Professora Solange Pires da Silva Rodrigues, nº 280, Bairro Alto da Barra, Barra da Estiva - Ba – CEP 46.650-000, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. Uilson Robson Silva Alves, brasileiro, agente político, portador da cédula de identidade 07.002.270-40 emitida pela SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 657.407.265-49, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **LÍDER COMÉRCIO BARRESTIVENSE LTDA - COMERCIAL LIDER**, pessoa jurídica de direito privado, Inscrito no CNPJ Nº 06.273.211/0001-84**,** com endereço comercial Fazenda Barrocão, BA 142, Km 01 , Nº 630 - Galpão – Zona Rural, no Município de Barra da Estiva/Bahia – CEP: 46.650-000, representada neste ato pelo Sr. **Leonardo Souza Lima da Silva** - brasileiro, maior, inscrito no CPF: 027.490.375-06 e RG: 98.549.912-05 SSP/BA, firmam o presente TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 078/2025, respeitadas as disposições da Lei Federal nº. 14.133/21 e DECRETO MUNICIPAL 080/2023, consoante às cláusulas e condições do Edital de PREGÃO ELETRONICO para Registro de Preço nº 023/2025/SRP e seus anexos e nas propostas classificadas, partes integrantes deste instrumento, independente de transcrições, e mediante as cláusulas enunciadas a seguir, acordam proceder e obriga-se ao quanto segue abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O aditivo tem por finalidade o prorrogação da vigência da ATA 078/2025, consoante estabelecido no processo de Pregão Eletrônico nº 023/2025 conforme Art. 84 da Lei 14.133/21 e Clausula Terceira da Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1 O Presente Termo Aditivo prorroga a ATA por 12 (doze) meses, a contar do seu vencimento, ou seja, a ata fica prorrogada até o dia 14.08.2027.

2.2. Os quantitativos da ata ficam renovados a partir da data 14.08.2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS PACTUADOS

3.3. Serão mantidas todas as condições já pactuadas anteriormente, inclusive no tocante aos preços registrados conforme abaixo descrito:

LOTES 5 e 6

LOTE 05						
CÂMARAS DE AR E PROTETORES						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**QTDE**	**UND**	**MARCA**	**R$ UNIT**	**TOTAL**
1	CÂMARA DE AR 750 -16	30	UND	MAGNUN	R$ 71,40	R$ 2.142,00

2	CÂMARA DE AR 900-20	150	UND	SBN	R$ 102,20	R$ 15.330,00
3	CÂMARA DE AR 1000-20	30	UND	SBN/JFF	R$ 106,00	R$ 3.180,00
4	CAMARA DE AR 18/04/30	12	UND	TORTUGA	R$ 379,30	R$ 4.551,60
5	CAMARA DE AR 12/04/24	16	UND	TORTUGA	R$ 204,10	R$ 3.265,60
6	CÂMARA DE AR 17X5-25	20	UND	TUBEMASTER	R$ 392,50	R$ 7.850,00
7	CÂMARA DE AR 12.5/80-18	10	UND	TUBEMASTER	R$ 165,34	R$ 1.653,40
8	CÂMARA DE AR 1400-24	40	UND	MAGNUN	R$ 283,70	R$ 11.348,00
9	CÂMARA DE AR 19.5/24 16 LONAS	16	UND	TUBEMASTER	R$ 385,60	R$ 6.169,60
10	CÂMARA DE AR 14/17.5 16 LONAS	16	UND	TORTUGA	R$ 386,80	R$ 6.188,80
11	PROTETOR 17.5-25	20	UND	ECOBORR	R$ 233,70	R$ 4.674,00
12	PROTETOR 1400-24	20	UND	CARRETEIRO	R$ 182,10	R$ 3.642,00
13	PROTETOR 750X16	30	UND	SBN/JFF	R$ 38,80	R$ 1.164,00
14	PROTETOR 900-20	130	UND	SBN	R$ 52,30	R$ 6.799,00
15	PROTETOR 1000-20	30	UND	SBN/JFF	R$ 51,40	R$ 1.542,00
TOTAL LOTE 05						**R$ 79.500,00**

LOTE 06						
PNEUS MOTOCICLETAS						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**QTDE**	**UND**	**MARCA**	**R$ UNIT**	**TOTAL**
1	PNEU 100X90 R17 – 8 LONAS	20	UND	VIPAL	R$ 398,20	R$ 7.964,00
2	PNEU 110X90 R17 – 8 LONAS	20	UND	MAGGION	R$ 378,80	R$ 7.576,00
3	PNEU 120X90 R18 – 8 LONAS	20	UND	VIPAL	R$ 253,20	R$ 5.064,00
4	PNEU 2.75 R18 – 8 LONAS	20	UND	VIPAL	R$ 146,80	R$ 2.936,00
5	PNEU 90X90 R18 – 8 LONAS	20	UND	VIPAL	R$ 264,90	R$ 5.298,00
6	PNEU 90X90 R19 – 8 LONAS	20	UND	MAGGION	R$ 345,30	R$ 6.906,00
7	PNEU 90X90 R21 – 8 LONAS	20	UND	VIPAL	R$ 345,30	R$ 6.906,00
TOTAL LOTE 06						**R$ 42.650,00**

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas na ata mencionada acima, que não tenham sido objeto de retificação pelo presente instrumento, passando aquele a vigorar, por conseguinte, com a alteração ora introduzida.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

5.1. As partes elegem o Foro da Cidade de Barra da Estiva, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente compromisso outrora firmado.

52. E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente termo de prorrogação em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Barra da Estiva - Bahia, 13 de agosto de 2026.

UILSON ROBSONSILVA ALVES
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

LÍDER COMÉRCIO BARRESTIVENSE LTDA - COMERCIAL LIDER
CNPJ Nº 06.273.211/0001-84
Rep: Sr Leonardo Souza Lima da Silva
CONTRATADO

Testemunha: _____

CPF:

Testemunha: _____

CPF:

DISTRATO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 233/2025

DISTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Professora Solange Pires da Silva Rodrigues, nº 280, Bairro Alto da Barra, inscrito no CNPJ sob o nº 13.670.658/0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Uilson Robson Silva Alves e o **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRA DA ESTIVA,** pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Bairro Centro, Barra da Estiva - Ba – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o nº 32.482.141/0001-84, neste ato representado pela Gestora, a Sra. Sandra Silva de Souza.

DISTRATADO: JOSIVALDO DE JESUS VIEIRA, inscrito no CPF nº 051.138.995-77, Portador do RG nº 15.504.011-14 SSP/BA, residente e domiciliado no endereço na Faz. Ponto da Pedra, Zona Rural, CEP 46.650-000, Barra da Estiva-Ba.

DO OBJETO DO DISTRATO

Cláusula 1ª. As partes resolvem, em comum acordo, rescindir o Contrato nº 233/2025, do Credenciamento nº 004/2025, cujo objeto é a Contratação de Pessoa fisíca para a prestação de serviços de Transporte Escolar dos alunos da rede municipal e estadual de ensino, referente ao trecho BEIRA RIO - RIACHO DA MENTIRA - SANTANA, conforme solicitação da Secretária de Educação do Município de Barra da Estiva – Bahia.

DAS CONSIDERAÇÕES DO DISTRATO

Cláusula 2ª. As partes resolvem, nesta data, em comum acordo, nas razões de suas faculdades, em dissolver quaisquer direitos e obrigações oriundas do contrato de prestação de serviços firmado entre as mesmas, de forma a não restar quaisquer resquícios de ônus financeiro ou obrigacional, contidos no mesmo.

Cláusula 3ª. Todas as cláusulas e condições contidas no contrato de que trata este distrato restam desde já distratados, conforme o Art. 138, da Lei 14.133/21.

Cláusula 4ª. Afirma por este e na forma de Direito, dando total e irrestrita quitação sobre todos os direitos e obrigações oriundos do contrato.

Cláusula 5ª. Assim, seja em qualquer tempo ou grau de desenvolvimento financeiro da **DISTRATANTE** e do **DISTRATADO**, firmando inclusive que, em função dos termos do presente, resta vedado pleitear judicial ou extrajudicialmente, quaisquer direitos ou pagamentos oriundos do referido contrato ou concernente ao presente distrato.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 6ª. Faz parte do presente instrumento cópia do contrato ora distratado.
Cláusula 7ª. Este termo entra em vigor na data de sua assinatura.

Centro Administrativo de Barra da Estiva - Rochael Alves da Silva (CABE)
Avenida Professora Solange Pires da Silva Rodrigues, nº 280 | Bairro Alto da Barra, CEP 46.650-000

DO FORO

Cláusula 8ª. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do DISTRATO, fica eleito o foro da comarca de Barra da Estiva.

Barra da Estiva - Ba, 01 de setembro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA
Uilson Robson Silva Alves
Prefeito Municipal
DISTRATANTE

SANDRA SILVA DE SOUZA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DISTRATANTE

JOSIVALDO DE JESUS VIEIRA
CPF nº 051.138.995-77
DISTRATADA

Testemunhas:

CPF:

CPF:

PORTARIA Nº 011, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

"DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE SERVIDORA PÚBLICA AO ESTADO DA BAHIA - 4ª RETRAN – BARRA DA ESTIVA/BA".

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, amparado nas disposições da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a requisição realizada pelo Departamento Estadual de Trânsito da Bahia;

CONSIDERANDO o interesse público revestido no ato;

RESOLVE:

Art. 1º. AUTORIZAR a cessão da servidora pública municipal **EDINÁ MENDES DOS SANTOS, Matrícula nº 30904212**, ocupante do cargo de provimento em comissão de **ADMINISTRADORA DISTRITAL,** para exercer suas funções no Departamento Estadual de Trânsito da Bahia, com lotação específica junto à **4ª RETRAN,** instalada no Município de Barra da Estiva/BA, conforme termos do convênio celebrado com o ente público Estadual.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração, em 01 de setembro de 2026.

IRINEU LUZ FREITAS
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 012, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA AVANÇA EJA.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e considerando o disposto no art. 14 da Lei Ordinária Municipal nº 009, de 21 de março de 2025, que institui o Programa de Fomento à Educação de Jovens e Adultos, denominado AVANÇA EJA,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os membros da Comissão de Acompanhamento do Programa AVANÇA EJA, instituída pelo art. 14 da Lei Ordinária Municipal nº 009, de 21 de março de 2025, com a seguinte composição:

I - representante dos alunos da EJA: **GILMAZIO ALVEZ DO SANTOS**;

II - representante do Conselho Municipal de Educação: **ALEX RAMOS DE SOUZA BRAGA**;

III - representante da Secretaria Municipal de Educação: **MARIA DA GLÓRIA ROCHA SILVA ARAÚJO**.

Art. 2º. Compete à Comissão ora nomeada, nos termos do art. 14 da Lei Ordinária Municipal nº 009, de 21 de março de 2025:

I - supervisionar e avaliar a execução das ações definidas pela referida Lei;

II - supervisionar a relação dos estudantes cadastrados pelo Poder Executivo como beneficiários do programa;

III - estimular a participação comunitária no controle da execução do programa no âmbito municipal;

IV - elaborar, aprovar e modificar o seu Regimento Interno;

V - fiscalizar o pagamento dos valores aos beneficiários e conferir os relatórios das escolas.

Art. 3º. Compete, ainda, à Comissão acompanhar a apuração dos resultados de que trata o art. 15 da Lei Ordinária Municipal nº 009, de 21 de março de 2025, e estabelecer o pagamento da bolsa prêmio devida à equipe diretiva e aos professores

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

lotados na Educação de Jovens, Adultos e Idosos, observados os critérios de apuração fixados na referida Lei.

Art. 4º. A participação na Comissão de que trata esta Portaria não será remunerada, nos termos do art. 14, § 2º, da Lei Ordinária Municipal nº 009/2025.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação, 28 de agosto de 2026.

SANDRA DA SILVA DE SOUZA
Secretária Municipal de Educação

EXTRATO CONTRATO Nº 391/2026

Credenciamento: Nº 001/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Professora Solange Pires da Silva Rodrigues, nº 280, Bairro Alto da Barra, inscrito no CNPJ sob o nº 13.670.658/0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Uilson Robson Silva Alves e o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ: 10.601.785/0001-01, representado pela Gestora do FMS, a Sra. Maria Aparecida Correia Moura – Secretaria Municipal de Saúde.

Contratado: SIRLENE SOARES LAGO, pessoa Física, Inscrito no CPF sob o n° 031.935.885-20 e portadora do RG nº 11.927.933-90 SSP/BA, residente e domiciliado no endereço na Rua Odulfo da Silva Caires, 248, Centro, CEP 46.650-000, Barra da Estiva-Ba.

Objeto: O presente contrato tem por objetivo a execução de serviços profissionais prestados pelo CONTRATADO, na área da saúde como serviços de Psicólogo - EMULT (40 hrs), para atender no CAPS do Município de Barra da Estiva-Ba.

Fundamento Legal: Lei federal Art. 79**,** inciso II, da Lei 14.133/2021.

Valor do Contrato: O valor global é de R$ 12.000,00 (doze mil reais), ao CONTRATADO, em parcelas mensais de R$ 3.000,00 (três mil reais)**.**

Vigência: 01 de setembro de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

ATO DE HOMOLOGAÇÃO

CREDENCIAMENTO N° 001/2026
Processo Administrativo nº 004/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que foram cumpridas todas as formalidades do art. 79, inciso I, Lei nº 14.133/21, ante o Edital de CREDENCIAMENTO N° 001/2026 - Credenciamento de pessoas físicas e pessoas jurídicas, compreendendo as especialidades de MÉDICO PEDIATRA, MÉDICO OFTALMOLOGISTA; MÉDICO PSIQUIATRA; MÉDICO GINECOLOGISTA; MÉDICO NEUROLOGISTA; MÉDICO ORTOPEDISTA; MÉDICO ULTRASSONOGRAFISTA; MÉDICO CARDIOLOGISTA; MÉDICO GASTROENTEROLOGISTA; MÉDICO CLÍNICO GERAL (PSF); DENTISTA (ODONTÓLOGO); FARMACÊUTICO E BIOQUÍMICO; PSICOLÓGO; ASSISTENTE SOCIAL; FISIOTERAPEUTA; EDUCADOR FÍSICO; TERAPEUTA OCUPACIONAL; NUTRICIONISTA; FONOAUDIÓLOGO, ETC, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Barra da Estiva, conforme especificações do termo de referência, e atentando ao julgamento da Comissão de Licitação **HOMOLOGA** o processo aos participantes credenciados conforme segue:

LOTE 01

ITEM	CREDENCIAMENTOS DEFERIDOS	CNPJ OU CPF	ESPECIALIDADE
1	SIRLENE SOARES LAGO	031.935.885-20	PSICOLOGA - EMULT

Barra da Estiva – Bahia, 01 de setembro de 2026.

UILSON ROBSON SILVA ALVES
Prefeito

EXTRATO CONTRATO Nº 392/2026

Credenciamento: Nº 008/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Dr. João Moisés de Oliveira, nº 01, Bairro Centro, Barra da Estiva - Ba – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o nº 13.670.658/0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Uilson Robson Silva Alves, brasileiro, agente político, portador da cédula de identidade 07.xxx.xxx-40 emitida pela SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 657.xxx.xxx-49 e o **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRA DA ESTIVA,** pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Pedro Rodrigues de Souza, nº 14, Bairro Centro, Barra da Estiva - Ba – CEP 46.650-000, inscrito no CNPJ sob o nº 32.482.141/0001-84, neste ato representado pela Gestora, a Sra. Sandra Silva de Souza.

Contratado: PABLO LUZ CARVALHO, pessoa Física, Portado do CPF nº 108.479.205-26, com endereço na Rua Duque de Caxias, 214, Bairro São Felix, CEP 46.650-000, Barra da Estiva-Ba.

Objeto: Contratação de Pessoa física para prestação de serviço de locação de veículo tipo FIAT/SIENA ATTRACTIV 1.4, para atender a demanda da Secretaria, no exercício de suas atribuições, em atendimento da Secretaria de educação do Município de Barra da Estiva – Bahia.

Fundamento Legal: Art. 79**,** inciso II, da Lei 14.133/2021.

Valor do Contrato: O valor mensal é de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) e o valor global é de R$ 10.000,00 (dez mil reais)**.**

Vigência: 01 de setembro de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ATO DE HOMOLOGAÇÃO

CREDENCIAMENTO N° 008/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 121/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que foram cumpridas todas as formalidades do art. 79, inciso I, Lei nº 14.133/21, ante o Edital de CREDENCIAMENTO N° 008/2026 - credenciamento de pessoas jurídicas e físicas, para a prestação de serviços de locação de veículos e de transportes diversos, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias do Município de Barra da Estiva – Bahia, conforme especificações do termo de referência, e atentando ao julgamento da Comissão de Licitação **HOMOLOGA** o processo aos participantes credenciados conforme segue:

LOTE 01

ITEM	CREDENCIAMENTOS DEFERIDOS	CNPJ OU CPF	LINHA CREDENCIADA
1	PABLO LUZ CARVALHO	108.479.205-26	LINHA 03

Barra da Estiva – Bahia, 01 de setembro de 2026.

UILSON ROBSON SILVA ALVES
Prefeito

Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra-BA
Praça Vitorino José Alves, nº 112-B, Centro, Bom Jesus da Serra-Ba

CONTRATO Nº 001-09/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA-BA, O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS, O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FMAS** E A EMPRESA **PAVFORT ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA**, PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA-BA**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Vitorino José Alves, nº 112-B, Centro, na cidade de Bom Jesus da Serra, Bahia, inscrita no CNPJ sob o nº 16.418.709/0001-41, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o Sr. **Welton Silva Andrade**, brasileiro, maior, portador da cédula de identidade nº xxxx2262, expedida pela SSP/BA e cadastrado no CPF sob o nº xxx.xxx.835-30 residente e domiciliado na Rua Israel Teixeira, nº 220, Alvorada, na cidade de Bom Jesus da Serra, Bahia, **CONTRATANTE, COOPARTICIPANTES**, o **Fundo Municipal de Saúde** com sede na Rua Leovegildo Guedes Moreno, s/n, Centro, na cidade de Bom Jesus da Serra, Bahia, inscrito no CNPJ sob o nº 11.834.940/0001-00, neste ato denominado CONTRATANTE, neste ato representada por sua Secretária Municipal de Saúde (Gestora do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE), a Sra. **Sandra Aparecida Oliveira de Eça**, brasileira, casada, maior, portadora da cédula de identidade nº xxxx99920, expedida pela SSP/BA e cadastrada no CPF Nº xxx.xxx.605-97, residente domiciliada na Rua Gilson Ferreira Leão, 225, São Jorge, na cidade de Bom Jesus da Serra, Bahia, do **Fundo Municipal de Educação** com sede na Rua Henrique Pereira Magalhães, s/n, Oliveiras, na cidade de Bom Jesus da Serra, Bahia, inscrito no CNPJ sob o nº 30.708.501/0001-98, neste ato denominado CONTRATANTE, neste ato representada por sua Secretária Municipal de Educação (Gestora do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO), a Sra. **Cláudia da Silva Moreno Paiva**, brasileira, casada, maior, portadora da cédula de identidade nº xxxx788 39, expedida pela SSP/BA e cadastrada no CPF nº xxx.xxx.065-91, residente domiciliada na Rua Edgar Carneiro, s/n, Centro, na cidade de Bom Jesus da Serra, Bahia, do **Fundo Municipal de Assistência Social** com sede na Rua 13 de Junho, s/n, Cruzeiro, na cidade de Bom Jesus da Serra, Bahia, inscrito no CNPJ sob o nº 15.131.651/0001-98, neste ato denominado CONTRATANTE, neste ato representada por sua Secretária Municipal de Assistência Social (Gestora do FUNDO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL), a Sra. **Leila da Silva Andrade**, brasileira, casada, maior, portadora da cédula de identidade nº xxxxx7316, expedida pela SSP/BA e cadastrada no CPF nº xxx.xxx.345-30, residente domiciliada na Rua Israel Teixeira, 220, Alvorada, na cidade de Bom Jesus da Serra, Bahia, doravante denominado **CREDENCIANTE**, e a empresa **PAVFORT ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 46.388.111/0001-18, sediada na Avenida Presidente Dutra, 9897, Letra A, Distrito Industrial, na cidade de Vitória da Conquista, Bahia, neste ato representada pelo Sr. David Roberto Prudencio, portador do RG nº 1xxxx4378 e do CPF nº 0xx.xxx.595-65, residente e domiciliado na Rua A (Lot P Seguro), 333, Edif. Porto Seguro Residen. Atp 201, Bairro Boa Vista, na cidade de Vitória da Conquista, Bahia, doravante designado **CREDENCIADA**, nos termos nos termos do art. 74, IV e 79 da Lei Federal nº 14.133/2022, Decreto Municipal nº 016 de 02 de janeiro de 2025, Decreto Municipal 034/2025, de 09 de Janeiro de 2025, e demais normas complementares, de acordo com o edital de **CREDENCIAMENTO Nº 001/2026**, resolvem firmar o presente CONTRATO, em conformidade com as condições e cláusulas que se seguem:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação por credenciamento, CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E CONSTRUÇÃO, DESTINADOS A ATENDER ÀS DEMANDAS CONTÍNUAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, DE FORMA A GARANTIR O FUNCIONAMENTO REGULAR DE OBRAS, REPAROS, MANUTENÇÕES E ADEQUAÇÕES EM PRÉDIOS PÚBLICOS E ESPAÇOS URBANOS, nas condições estabelecidas no Termo de Referência (anexo I).

1.2. Vinculam está contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;
1.2.2. O Edital da Licitação;
1.2.3. O interesse de credenciamento do contratado;
1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO
2.1. O prazo de vigência do contrato é de 04 (quatro) meses, prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
2.2. O prazo de vigência da contratação é 01 de setembro de 2026 até 31 de dezembro de 2026.
2.3. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato
2.4. O termo de credenciamento poderá ser rescindido a qualquer tempo pela Administração Pública, mediante notificação formal, sem prejuízo da manutenção das obrigações contraídas durante a vigência do contrato.
2.5. A(s) prorrogação(ões) do(s) prazo(s) de vigência do contrato deve(m) ser instrumentalizada(s) através de aditivo contratual, instruído conforme definido nas legislações vigentes.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)
3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato, e devendo observar quanto a execução.
3.2. O termo de credenciamento poderá ser rescindido a qualquer tempo pela Administração Pública, mediante notificação formal, sem prejuízo da manutenção das obrigações contraídas durante a vigência do contrato.
3.3. O início da execução ocorrerá após a emissão da Ordem de fornecimento e deverá obedecer ao termo de referência, observando os locais, prazos e quantidades. A empresa contratada fica responsável por toda a logística de execução conforme o objeto, fornecendo todos os equipamentos e mão de obra necessários.
3.4. A Contratada fica responsável ainda pela observância de todas as Normas e legislações pertinentes ao ramo de atividade.
3.5. O prazo deve seguir conforme o termo de referência logo autorizado o fornecimento, podendo ser prorrogado de acordo com a justificativa do contratado e autorização da secretaria responsável.
3.6. Deverá seguir conforme o termo de referência.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO
4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO
5.1. O presente contrato não estabelece valor global estimado, uma vez que a contratação ocorrerá de forma parcelada, conforme a demanda das Secretarias Municipais, o fornecimentos será realizados sob regime de credenciamento.
5.2. O pagamento será efetuado pela Administração em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo dos materiais e apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo servidor responsável pela requisição.
5.3. Os pagamentos estarão condicionados à apresentação, pela CONTRATADA, de comprovação atualizada de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, nos termos da legislação vigente.
5.4. Os pagamentos estarão sujeitos às retenções legais cabíveis, inclusive de tributos, conforme o regime tributário da empresa e a legislação municipal, estadual e federal aplicável.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO
Recebimento
6.1. Deverá seguir conforme o termo de referência;
6.2. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
6.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se o credenciado para emissão de Nota

Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
6.4. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
6.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Da Emissão e Liquidação da Nota Fiscal
6.6. A nota fiscal somente poderá ser emitida após faturamento fornecimento.
6.7. A nota fiscal deverá ser emitida pela própria contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CPF/CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta de preço, bem como da nota de empenho, não se admitindo notas fiscais emitidas com outros CNPJ's, oportunidade em que deverá indicar, na própria nota fiscal.
6.8. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: prazo de validade, data de emissão, dados do contrato e do órgão Contratante, período respectivo da execução do contrato, valor a pagar, eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis, além de averiguar se a mesma está acompanha com as devidas certidões de regularidade vigentes.

6.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante;
6.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.
6.11. A Administração deverá solicitar as certidões fiscais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital e identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
6.12. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
6.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
6.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
6.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal ou trabalhista.

Prazo de pagamento
6.16. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal ou após a execução do objeto, mediante a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, através de ordem bancária, para crédito em conta bancária de titularidade da contratada.

Forma de pagamento
6.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
6.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
6.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
6.19.1. A Contratada no ato do envio de suas notas fiscais deverá apresentar também a "Declaração do regime tributário" ao qual a empresa está submetida e em caso de alteração do regime tributário, fica a empresa Contratada na obrigação de imediatamente informar à Contratante nova Declaração.
6.19.2. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
7.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA
SECRETARIA: 24000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E PLANEJAMENTO
PROJ/ATIVIDADE: 2.011 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA: 26000 - SECRETARIA DE TRANSPORTE
PROJ/ATIVIDADE : 2.083 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTES
SECRETARIA: 28000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE
PROJ/ATIVIDADE:2.054 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE AGRICULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE

SECRETARIA: 29000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA
PROJ/ATIVIDADE: 1.068 - CONSTRUÇÃO, PAVIMENT. E MANUT. DE ESTRADAS VICINAIS, PONTES E ACESSOS RURAIS.
PROJ/ATIVIDADE: 2.055 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.
PROJ/ATIVIDADE: 1.010 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS
PROJ/ATIVIDADE:1.035 MELHORIA DAS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS
PROJ/ATIVIDADE: 1.056 MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CEMITÉRIO
SECRETARIA: 30000 - SECRETARIA MUN. DE CULTURA E ESPORTE, JUVENTUDE E LAZER
PROJ/ATIVIDADE:2.056 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE CULTURA E ESPORTE, JUVENTUDE E LAZER

ÓRGÃO: 3 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM JESUS DA SERRA
SECRETARIA: 21000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM JESUS DA SERRA
PROJ/ATIVIDADE: 2.023 - GESTÃO DAS AÇÕES DE ASSIT. HOSP. E AMBUL. MED. COMPLEXIDADE
PROJ/ATIVIDADE: 2.024 - GESTÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF
PROJ/ATIVIDADE: 2.050 - GESTÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA DA SAÚDE
PROJ/ATIVIDADE: 2.046 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

ÓRGÃO: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BOM JESUS DA SERRA
SECRETARIA: 23000 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BOM JESUS DA SERRA
PROJ/ATIVIDADE: 2.033 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES EDUCACIONAIS
PROJ/ATIVIDADE: 8.890 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E FUNDAMENTAL - FUNDEB 30%

ÓRGÃO: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BOM JESUS DA SERRA
SECRETARIA: 22000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE BOM JESUS DA SERRA
PROJ/ATIVIDADE: 2.028 - MANUTENÇÃO DA SEC. MUN. DO TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL
PROJ/ATIVIDADE:2.022 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
PROJ/ATIVIDADE:2.088 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO IGD PBF
PROJ/ATIVIDADE: 2.016 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO IGD DO SUAS

ELEMENTO: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
ELEMENTO: 4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES

8. CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE DE PREÇO
8.1. Os preços contratados são fixos e irreajustáveis;

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADA DAS

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:
9.1. Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
a) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados

b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
c) Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
e) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante;
g) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal.
h) Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
i) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
j) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
k) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único), devendo sempre que solicitado pela Administração, comprovar o cumprimento, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.
l) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
m) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
n) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
o) Fornecer com qualidade, segurança e dentro dos prazos estabelecidos, conforme especificações técnicas e orientações da contratante;
p) Fornecer os materiais, acessórios e materiais compatíveis, novos e de boa qualidade, sempre que necessário, devidamente autorizados pela contratante;
q) Manter profissionais qualificados e habilitados, responsabilizando-se por sua conduta, segurança e regularidade trabalhista e previdenciária;
r) Obedecer às normas técnicas, ambientais e de segurança, bem como à legislação vigente aplicável;
s) Disponibilizar estrutura física adequada, com equipamentos, ferramentas e recursos técnicos suficientes para fornecimento;
t) Não transferir a outrem, total ou parcialmente, as responsabilidades a que está obrigado por força deste CONTRATO, nem subcontratar, sem prévio consentimento do CONTRATANTE;
u) Manter durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições da habilitação e qualificação exigidas na habilitação de credenciamento.
v) O fornecimento deverão ser entregues na cidade de BOM JESUS DA SERRA/BA ou no local designado pela Unidade Gestora requisitante.
w) O fornecimento deverá ocorrer no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) após a solicitação e emissão da Autorização de Fornecimento - AF.
x) O fornecimento deverão conforme a necessidade e solicitação de cada Secretaria, nos locais determinados pela mesma, respeitadas as prévias convocações.
y) Os produtos/serviço poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência e/ou da proposta, devendo ser corrigidos/substituídos no

prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação à CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:
9.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Credenciado, de acordo com o contrato e seus anexos;
9.3. Cumprir o que consta no termo de referência;
9.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, fixando-lhe prazo para as devidas correções.
9.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
9.6. Efetuar os pagamentos/repasses na forma e prazo estabelecidos;
9.7. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
9.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
9.9. Publicar os extratos do contrato e de seus aditivos, se houver, no Diário Oficial do Município em até 10 (dez) dias úteis, contados da referida assinatura.
9.10. expedir normas e procedimentos de verificação e controle da consistência das informações relativas à arrecadação dos tributos municipais;
9.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
9.12. Atender aos chamados de ocorrência das inconformidades informadas pelo fiscal de serviço e fiscal do contrato
9.13. Atender as solicitações oriundas de ocorrências relatadas pela fiscalização.

10.CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO
10.1. A forma da fiscalização e o fiscal e gestor ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato, observados os seguintes termos:
10.1.1. A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização, sendo que a atuação fiscalizadora do Município em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução contratual, não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.
10.2. A execução do presente Contrato será avaliada pelo fiscal de contrato mediante procedimentos de supervisão local direta ou indireta, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições ora estabelecidas e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos bens, respeitados o contraditória e a ampla defesa.
10.3. A fiscalização da execução do objeto será efetuada pelo servidor Vailson Libarino Machado. Gestor do contrato o servidor Gilvan Ambrosio da Silva, conforme Portaria nº 011/2025, atendendo aos termos do artigo 117 da Lei 14.133/21.
10.4. A fiscalização da Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra-Ba não diminui nem substitui a responsabilidade da Contratada, decorrente das obrigações assumidas.
10.5. Deverá ser comunicado por escrito (preferencialmente por meio de e-mail) à contratada, sempre que necessário, a ocorrência de qualquer medida que demande comunicação formal entre as partes contratantes;
10.6. A contratada, pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas no ajuste, sem a devida justificativa aceita por este órgão, e sem prejuízo das demais sanções aplicáveis, ficará sujeita, a critério deste mesmo órgão, às penalidades de Sanção Administrativa previstas no Contrato;
10.7. A contratada facilitará o acompanhamento e o controle permanente, pela contratante, e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos auditores designados para tal fim;
10.8. A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.
10.9. Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução, de modo a permitir, a tempo e por

escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

10.10. O Gestor do Contrato será o Secretário da Pasta da referida contratação, autoridade competente para o gerenciamento das atividades relacionadas à execução do contrato, à fiscalização técnica e administrativa e dos atos necessários à formalização do contrato, da prorrogação, repactuação, reequilíbrio econômico-financeiro, alteração, acréscimo, supressão, pagamento, requerer aplicação de sanções, extinção dos contratos, entre outros.

11.CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD.

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá- los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados, quando for o caso, o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.7. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.8. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável e estruturado (LGPD, art. 25)

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11.13. O Contratado deverá, caso receba qualquer comunicação de qualquer pessoa em relação ao Processamento de Dados Pessoais do Contratante (incluindo Titulares dos Dados ou autoridades de proteção de dados): (i) notificar o Contratante no prazo de 1 dia útil após o seu recebimento; (ii) fornecer toda assistência razoavelmente solicitada pelo Contratante para permitir que este responda a respectiva solicitação; e (iii) não responder solicitações diretamente sem autorização por escrito do Contratante.

11.14. O Fornecedor deverá implementar e manter as medidas técnicas e organizacionais necessárias para a proteção dos Dados Pessoais do Contratante, contra destruição acidental ou ilegal, danos, perdas, alterações, divulgação ou acesso não autorizados, sem prejuízo do cumprimento de qualquer outra medida exigida pelas leis de proteção de dados aplicáveis.

11.15. O Contratado deverá assegurar que qualquer pessoa autorizada a Processar os Dados Pessoais do Cliente esteja vinculada a obrigações contratuais de confidencialidade.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i.**Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

§1º - A aplicação da sanção prevista na alínea "b" observará os seguintes parâmetros:

a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 0,5% (meio por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

f) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

g) Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com a legislação vigente.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
13.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
13.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 16 1, da Lei nº 14.133, de 2021).
13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
13.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.
13.12. A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas do caput desta Cláusula é da competência do Secretário Municipal de Finanças.

14.CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

14.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
14.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
14.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
14.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
14.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c) Indenizações e multas.
14.6 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
14.7 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)
15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133,

de 2021, Decreto Nº 016 de 02 de Dezembro De 2025 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES
16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
16.2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO
17.1. Incumbirá ao contratante divulgar no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO
18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Bom Jesus da Serra-Ba, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

18.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Bom Jesus da Serra-Ba, 01 de setembro de 2026.

Welton Silva Andrade
Prefeito Municipal
Contratante

Sandra Aparecida Oliveira de Eça
Gestora do FMS
Contratante

Cláudia da Silva Moreno Paiva
Gestora do FME
Contratante

Leila da Silva Andrade
Gestora do FMAS
Contratante

PAVFORT ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
Empresa Contratada

TESTEMUNHAS:
_____
CPF:

TESTEMUNHAS:
_____
CPF:

Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra-BA
Praça Vitorino José Alves, nº 112-B, Centro, Bom Jesus da Serra-Ba

HOMOLOGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026

O Prefeito Municipal de Bom Jesus da Serra - Ba, em acordo com a Lei Federal nº 14.133/21 com suas ulteriores alterações, Decreto Municipal nº 016 de 02 de janeiro de 2025 e demais normas e redações aplicáveis, tendo em vista a **Credenciamento nº 001/2026,** cujo objetivo é o *é o credenciamento de pessoa jurídica para eventual fornecimento de materiais de construção destinados a atender às demandas contínuas das diversas Secretarias Municipais, garantindo o funcionamento regular de obras, reparos, manutenções e adequações em prédios públicos e espaços urbanos*, torna público a **HOMOLOGAÇÃO** do credenciamento das seguintes empresas, conforme relação planilha abaixo:

Nº	NOME	CNPJ	ITEM
01	PAVFORT ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	46.388.111/0001-18	06

Bom Jesus da Serra-Ba, 01 de setembro de 2026 - Welton Silva Andrade – Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra-BA
Praça Vitorino José Alves, nº 112-B, Centro, Bom Jesus da Serra-Ba

RESUMO DO TERMO DE CONTRATO DO CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

Nº CONTRATO	CONTRATADA	CPF/CNPJ	ITEM	DATA ASSINATURA	DATA VIGÊNCIA
001-09/2026	PAVFORT ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	46.388.111/0001-18	06	01/09//2026	31/12/2026

CACULÉ
PREFEITURA

PORTARIA Nº 34/2026

Institui o Concurso Pedagógico "Prêmio Manoel Caculé", integrante do Projeto Institucional "Caculé Conta e Encanta", estabelece normas para sua realização na Rede Municipal de Ensino de Caculé e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACULÉ, Estado da Bahia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal de 1988, especialmente nos artigos 205, 206 e 211, que asseguram o direito à educação e estabelecem os princípios da gestão democrática e da garantia do padrão de qualidade do ensino;

CONSIDERANDO a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular – BNCC;

CONSIDERANDO as Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena;

CONSIDERANDO o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA;

CONSIDERANDO a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola – PNEERQ;

CONSIDERANDO a Política Municipal de Alfabetização do Município de Caculé;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer as práticas alfabetizadoras, incentivar a produção escrita, promover o protagonismo estudantil e valorizar a identidade histórica e cultural do Município de Caculé;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir, no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino de Caculé, o Concurso Pedagógico "Prêmio Manoel Caculé", integrante do Projeto Institucional "Caculé Conta e Encanta", destinado às turmas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

Art. 2º - O Concurso constitui ação integrante da Política Municipal de Alfabetização e tem como finalidade incentivar práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento da leitura, da escrita, da autoria infantil, da valorização da história local, da equidade e da aprendizagem significativa.

Art. 3º - O Concurso será realizado mediante a produção do Livro Coletivo "Caculé pelos Olhos das Crianças", elaborado pelas turmas participantes durante o desenvolvimento das sequências didáticas previstas no Projeto Institucional.

Art. 4º - São objetivos do Concurso:

I – fortalecer o processo de alfabetização e letramento;

II – incentivar práticas permanentes de leitura e produção escrita;

III – desenvolver o sentimento de pertencimento e valorização da história do Município;

IV – promover a Educação para as Relações Étnico-Raciais;

V – estimular a autoria e o protagonismo dos estudantes;

VI – reconhecer e valorizar o trabalho desenvolvido pelos professores alfabetizadores;

CACULÉ
PREFEITURA

VII – fortalecer a participação da família e da comunidade escolar nas ações educativas.

Art. 5º A organização, coordenação, acompanhamento e execução do Concurso serão de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, por intermédio da Coordenação dos Anos Iniciais e da Comissão Geral de Avaliação.

Art. 6º - Cada Unidade Escolar deverá constituir, mediante ato interno da direção, uma Comissão Avaliadora Escolar, responsável pelo acompanhamento das atividades desenvolvidas e pela seleção da turma representante da escola para a etapa municipal.

Art. 7º - O Concurso será regulamentado pelo Edital nº 001/2026, que integra esta Portaria e estabelece as normas de participação, avaliação, classificação e premiação.

Art. 8º - Os casos omissos serão analisados e decididos pela Comissão Geral de Avaliação, observadas as disposições do Edital e a legislação aplicável.

Art. 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Caculé – Bahia, 18 de agosto de 2026.

PEDRO DIAS DA SILVA
PEFEITO

ADAILTON SILVA COTRIM
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Praça Rui Barbosa, nº 26, Centro - Caculé/BA - CEP: 46.300-000
Telefax: 77 3455-1412 / prefeitura@cacule.ba.gov.br - CNPJ: 13.676.788/0001-00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACULÉ

QUINTO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL
CONTRATO Nº 230/2022

O **MUNICÍPIO DE CACULÉ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 13.676.788/0001-00, situada na Rua Rui Barbosa – Nº 26 – Centro – CEP 45.120-000, na cidade de Caculé, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Pedro Dias da Silva, com **COPARTICIPAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CACULÉ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.419.478/0001-30, e **COPARTICIPAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CACULÉ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 14.878.572/000182 doravante designado CONTRATANTE, e a empresa **VGS TELECOMUNICACOES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 12.664.949/0001-75, estabelecida Av. Manoel Caculé, nº 379, 2º Andar, Copacabana, Caculé-BA, CEP 46.300-000, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Roney Marcus Fernandes Rodrigues, brasileiro, maior, empresário, inscrito no CPF sob o nº 001.898.495-92, portador do cédula de identidade nº 09.646.072-55, com base no Pregão Eletrônico nº 001/2022, nas disposições da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterada pela Lei 8.883/94, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes: **I - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** 1.1 - Constitui o objeto do presente Termo Aditivo, a prorrogação da vigência e de todas as cláusulas do contrato originário conforme previsão no Edital Pregão Eletrônico nº 001/2022 e o próprio contrato de fornecimento de serviços de internet trânsito de dados IP (link dedicado) full duplex fibra ótica para atender as secretarias Municipais de Caculé. **II - CLÁUSULA SEGUNDA – DA RENOVAÇÃO E PRAZO** 2.1 - Esse Termo Aditivo prorroga o prazo de vigência deste Contrato nº 230/2022, por período e condições iguais, com base legal noInciso II, do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, ficando sua vigência até 31 de julho de 2027. 2.2 – O valor global deste instrumento de prorrogação contratual é de R$ 100.000,00 (cem mil reais), sendo que o valor mensal será de R$ 9.090,91 (nove mil e noventa reais e noventa e um centavos), durante o período de execução do Contrato, com base no detalhamento seguinte:

DESCRIÇÃO	QDE	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MES	VALOR GLOBAL 11 MESES
Fornecimento de serviços de internet trânsito de dados IP (link dedicado) full duplex fibra ótica para atender as secretarias Municipais de Caculé, por um período de 11 (onze) meses.	1,2	GBPS	R$ 7,58	R$ 9.090,91	R$ 100.000,00

III - CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 3.1 - As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada: UNIDADE: 020200 Sec. Municipal de Administração e Finanças PROJETO/ATIVIDADE: 2.017 - Manutenção da Secretaria de Administração 2.020 - Manutenção da Tesouraria 2.023 - Manutenção da Contabilidade 2.036 - Manutenção do Setor de Tributação 2.039 - Manutenção do Setor de Imprensa e Publicidade 2.047 - Manutenção da Ordem Pública UNIDADE: 020300 Fundo Municipal de Saúde PROJETO/ATIVIDADE: 2.065 - Gestão de Ações da Atenção Primária 2.066 - Manutenção das Ações do Bloco da Vigilância em Saúde 2.067 - Gestão das Ações do Programa Agentes Comunitários de Saúde – ACS 2.069 - Manutenção das Ações do Bloco da Assistência Farmacêutica 2.070 - Gestão das Ações do Fundo Municipal de Saúde 2.071 - Manutenção das Ações do Bloco da Atenção Especializada 2.290 - Gestão das Ações do CAPS 2.336 - Enfrentamento da Emergência COVID-19 – Saúde UNIDADE: 020400 Secretaria Municipal de Educação e Cultura PROJETO/ATIVIDADE:2.096 - Manutenção dos Serviços Técnicos e Administrativos da Educação 2.100 - Manutenção da Alimentação Escolar 2.105 - Manutenção de Residência Estudantil 2.117 - Comemoração de Festividades 2.235 - Manutenção das Creches Municipais 2.211 - Manutenção do Desporto Amador 2.303 - Gestão das Ações do Fundo de Cultura da Bahia – FCBA 2.306 - Manutenção do Conselho Municipal de Educação 2.314 - Manutenção do Cine Teatro 2.320 - Manutenção das Ações da Educação Infantil 2.324 - Gestão de Recursos de Precatório – FUNDEF UNIDADE: 020500 Secretaria Municipal de Obras e Saneamento PROJETO/ATIVIDADE: 2.123 - Manutenção dos Serviços de Obras e Urbanismo 2.130 - Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública 2.141 - Manutenção dos Serviços de Abastecimento de Água 2.188 - Manutenção da Rede de Iluminação Publica 2.308 - Manutenção das Atividades do Consórcio Público UNIDADE: 020600 Secretaria Mun. de Agricultura e Meio Ambiente-SEMEIA ROJETO/ATIVIDADE: 2.157 - Manutenção, Reforma e Ampliação de Mercados e Feiras 2.161 - Manutenção da Secretaria de Expansão Agropecuária e Meio Ambiente UNIDADE: 020700 Fundo Municipal de Assistência Social PROJETO/ATIVIDADE: 2.055 - Manutenção do Conselho Tutelar 2.057 - Manutenção do FMAS 2.291 - Serviço de Proteção Especial - PFMC (PAEFI, Criança/Adolescente e CREAS) 2.292 - Programa Família Acolhedora 2.294 - Outros Programas do FNAS 2.302 - Manutenção do Conselho Municipal Assistência Social 2.305 - Outros Programas de Assistência Social – FEAS2.309 Adaptação e Reforma do Centro de Convivência para Pessoa Idosa2.310 - Serviços de Proteção Social Básica (SCFV-

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Serv.Conviv.Fort.Vínculos-PBF/CRAS) 2.322 - Índice de Gestão Descentralizada do SUAS 2.325 - Programa Primeira Infância no SUAS 2.330 - Fundo de Apoio a Criança e ao Adolescente 2.333 - Fundo Municipal de Direitos do Idoso 2.334 - Aprimoramento e Fortalecimento da Gestão do Bolsa Família e Cad. Único – IGDBF 2.337 - Enfrentamento da Emergência COVID-19 - Assistência Social ELEMENTO: 3.3.90.39.00 - Outros Servicos Terceiros - Pessoa Juridica **IV - CLÁUSULA QUARTA - DA JUSTIFICATIVA** 4.1 - Por se tratar de serviços de natureza continuada, por atender ao inciso II do Art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, pelo fato da empresa contratada ter atendido todas as clausulas contratuais, com isso atendendo satisfatoriamente o prazo contratual estabelecidoe pelo fato de sua proposta ainda se manter igual e vantajosa para a Administração Pública. 4.2 - Os serviços de link de internet, sendo um serviço atualmente essencial para o desenvolviemnto de qualquer for a atividade, bem como ante a globalização em que está conectado a rede mundial de computadores não é mais uma oportunidade importante e sim uma obrigatoriedade, onde todos os entes públicos devem contemplar aos municipios principalmente aos funiconários e prestadores de serviços vinculados, e ainda aos alunos, professores e diretores, bem como médicos, técnicos, auxiiares e apoio. A adoção como unidade de gestão para o Município de Caculé Estado da Bahia, foi ajustado conceitual e metodologicamente para a formulação do planejamento em todas as dimensões, incluindo a realidade urbana e as atividades dos setores econômicos secundário e terciário. Tambem na zona rural escolas, unidades de saúde e pontos especificos de acordo com critério de proximidade para possibilitar maior eficiência nos procedimentos. Em todas as secretiaris são desenvolvidos programas de softwares com sistemas conectados e rodados via web em que o uso da internet é impresindivel. Soma-se ainda a utilização da ferramenta de pregões eletrônicos para realização de processos licitatórios, sendo, portando, os serviços de fornecimento de internet, fundamentais para o bom andamento dos trabalhos desta municipalidade, bem como ao atendimento do interesse público. **V - CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO** 5.1 - Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Original que colidirem com as constantes do presente Termo. **VI -CLÁUSULA QUINTA – FORO** 6.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Caculé, Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Renovação do Contrato, das testemunhas. 6.2 - E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença, que subscrevem depois de lido e achado conforme, devendo ser publicado na imprensa oficial. Caculé- Bahia, 21 de agosto de 2026. **PEDRO DIAS DA SILVA** Prefeito Municipal – Contratante **VGS TELECOMUNICACOES LTDA** Empresa Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACULÉ

SEXTO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL
CONTRATO Nº 263/2022

O **MUNICÍPIO DE CACULÉ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 13.676.788/0001-00, situada na Rua Rui Barbosa – Nº 26 – Centro – CEP 45.120-000,na cidade de Caculé, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Pedro Dias da Silva, com **COPARTICIPAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CACULÉ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.419.478/0001-30, e aempresa **GBI AMBIER EMPREENDIMENTOS AMBIENTAIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, Inscrito no CNPJ nº 16.668.465/0001-55, com endereço comercial na Rodovia BR 030, Km 9, SN, Zona Rural, Guanambi – BA, CEP 46430-000, representado neste ato por Jackson Pereira Baleeiro Júnior, brasileiro, maior, advogado, bastante procurador, portador da cédula de identidadenº 659272652 SSP/BA, inscrito no CPF sob o n° 623.419.525-34, com base no Pregão Eletrônico nº 010/2022, nas disposições da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterada pela Lei 8.883/94, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:**I - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** 1.1 - Constitui o objeto do presente Termo Aditivo, a prorrogação da vigência e de todas as cláusulas do contrato originário conforme previsão no Edital Pregão Eletrônico nº 010/2022 e o próprio contrato de prestação de serviços de coleta, acondicionamento, transporte, tratamento, descaracterização e destinação final de resíduos sólidos ou químicos dos serviços da secretaria de saúde, do município de Caculé. **II - CLÁUSULA SEGUNDA – DA RENOVAÇÃO E PRAZO** 2.1 - Esse Termo Aditivo prorroga o prazo de vigência deste Contrato nº 263/2022, por período e condições iguais, com base legal no Inciso II, do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações,ficando sua vigência de 01 de setembro de 2026 até 30 de junho de 2027. 2.2 – O valor global deste instrumento de prorrogação contratual é de R$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais), correspondente ao valor mensal de R$ 3.840,00 (três mil e quatrocentos reais), durante o período de execução do Contrato.**III - CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** 3.1 - As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada: UNIDADE: 020300 Fundo Municipal de Saúde PROJETO/ATIVIDADE:2.065 - Gestão de Ações da Atenção Primária 2.066 - Manutenção das Ações do Bloco da Vigilância em Saúde 2.067 - Gestão das Ações do Programa Agentes Comunitários de Saúde – ACS 2.069 - Manutenção das Ações do Bloco da Assistência Farmacêutica2.070 - Gestão das Ações do Fundo Municipal de Saúde 2.071 - Manutenção das Ações do Bloco da Atenção Especializada 2.290 - Gestão das Ações do CAPS 2.336 - Enfrentamento da Emergência COVID-19 – Saúde ELEMENTO: 3.3.90.39.00 - Outros Servicos Terceiros - Pessoa Juridica **IV - CLÁUSULA QUARTA - DA JUSTIFICATIVA** 4.1 - Por se tratar de serviços de natureza continuada, por atender ao inciso II do Art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, pelo fato da empresa contratada ter atendido todas as clausulas contratuais, com isso atendendo satisfatoriamente o prazo contratual estabelecido e pelo fato de sua proposta ainda se manter igual e vantajosa para a Administração Pública. 4.2 - Os serviços de coleta de resíduos sólidos ou químicos são essenciais para garantir o funcionamento cíclico das ações Secretaria Municipal de Saúde, já que a geração de resíduos pelas diversas atividades humanas constitui-se atualmente em um grande desafio a ser enfrentado pelas administrações municipais. A coleta de lixo bem como os resíduos hospitalares e outros materiais/serviços infectantes é condição fundamental para saúde pública. Eles estão diretamente associados aos problemas de poluição e/ou contaminação dos recursos hídricos e do solo, pois a deficiência de saneamento básico gera de forma inadequada o descarte destes insumos, contaminando, poluindo os rios, córregos e lençol freáticos, além de favorecer a proliferação de vetores de doenças. Nesse sentido vemos a indigência da renovação da contratação por considerarmos imprescindível tal serviço, sendo portanto, fundamentais para o bom andamento dos trabalhos desta municipalidade, bem como ao atendimento do interesse público. **V - CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO** 5.1 - Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Original que colidirem com as constantes do presente Termo. **VI -CLÁUSULA QUINTA FORO** 6.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Caculé, Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Renovação do Contrato, das testemunhas. 6.2 - E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença, que subscrevem depois de lido e achado conforme, devendo ser publicado na imprensa oficial. Caculé- Bahia, 21 de agosto de 2026. **PEDRO DIAS DA SILVA** Prefeito Municipal – Contratante **GBI AMBIER EMPREENDIMENTOS AMBIENTAIS LTDA** Empresa Contratada

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Lei Municipal nº 90, de 25 de abril de 1997

RESOLUÇÃO CMAS Nº10/2026

Dispõe sobre a criação e composição da Comissão Especial de Assuntos Gerais do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Caculé-Bahia e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE CACULÉ-BAHIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em reuniãoordinária/extraordinária realizada em 27 de agosto de 2026,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 90, de 25 de abril de 1997, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Caculé-Bahia;

CONSIDERANDO a necessidade de proporcionar maior organização, acompanhamento e análise das matérias de interesse e competência do Conselho Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO a necessidade de subsidiar as deliberações do Plenário do CMAS, mediante estudos, análises, discussões e elaboração de propostas relacionadas às matérias submetidas ao Conselho;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS em 27 de agosto de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º Fica criada, no âmbito do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Caculé-Bahia, a Comissão Especial de Assuntos Gerais, destinada a auxiliar o Plenário no estudo, análise, acompanhamento e encaminhamento de matérias de interesse e competência do Conselho.

Art. 2º A Comissão Especial de Assuntos Gerais será composta por 04 (quatro) membros titulares, observando-se a paridade entre as representações governamental e da sociedade civil, sendo:

I – 02 (dois) representantes Governamentais:

Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Lei Municipal nº 90, de 25 de abril de 1997

a) Kátia Oliveira Gomes – Rep. Sec. Municipal de Assistência Social
b) Lívia de Araújo Badaró – Rep. Sec. Municipal de Educação e Cultura

II – 02 (dois) representantes da Sociedade Civil:

a) Maria Ivonete Curcino dos Santos – Rep. dos Trabalhadores do SUAS
b) Aparecida de Fátima Brito Silva – Rep. ONG Jardim das Borboletas

Art. 3º Compete à Comissão Especial de Assuntos Gerais:

I – analisar e discutir matérias de interesse e competência do CMAS que lhe forem encaminhadas pelo Plenário;

II – realizar estudos, visitas e levantamentos necessários à apreciação das matérias submetidas à Comissão;

III – acompanhar assuntos relacionados à Política Municipal de Assistência Social, quando solicitada pelo Plenário;

IV – elaborar propostas, relatórios, pareceres e demais documentos para subsidiar as deliberações do Plenário;

V – apresentar ao Plenário os resultados dos estudos e trabalhos realizados;

VI – exercer outras atividades relacionadas às competências do CMAS que lhe forem atribuídas pelo Plenário.

Art. 4º A Comissão Especial de Assuntos Gerais terá vigência durante todo o período do mandato do atual colegiado do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, extinguindo-se automaticamente ao término do respectivo mandato, salvo deliberação em contrário do novo colegiado.

Art. 5º A substituição de qualquer membro da Comissão Especial poderá ocorrer mediante deliberação do Plenário do CMAS, após votação em reunião do Conselho, observada a manutenção da paridade entre as representações governamental e da sociedade civil.

Parágrafo único. A substituição poderá ocorrer mediante solicitação do próprio membro, por motivo de ausência, impedimento, desligamento do colegiado ou por decisão do Plenário, devendo a alteração ser registrada em ata da reunião.

Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Lei Municipal nº 90, de 25 de abril de 1997

Art. 6º A Comissão Especial será coordenada por um de seus membros, escolhido pelos integrantes da própria Comissão, cabendo ao Coordenador organizar os trabalhos e apresentar ao Plenário os resultados das atividades desenvolvidas.

Art. 7º A Comissão Especial poderá reunir-se sempre que necessário, mediante convocação de seu Coordenador ou por solicitação do Presidente do CMAS.

Art. 8º As atividades da Comissão Especial terão caráter de assessoramento e apoio ao Plenário, não lhe sendo atribuída competência para deliberar, isoladamente, sobre matérias cuja decisão seja de competência do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 9º As reuniões e atividades da Comissão Especial deverão ser registradas em ata, relatório ou outro instrumento próprio, devendo os resultados dos trabalhos ser apresentados ao Plenário do CMAS para conhecimento, apreciação e, quando couber, deliberação.

Art. 10º A participação dos membros na Comissão Especial será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 11º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Caculé-Bahia, 27 de agosto de 2026.

MARIA IVONETE CURCINO DOS SANTOS
Presidente do CMAS

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
ATA Nº 15/2026
CREDENCIAMENTO Nº 019/2025

O Município de Caculé torna pública, para ciência dos interessados, a ADJUDICAÇÃO do objeto aos credenciados e a HOMOLOGAÇÃO do resultado do Chamamento Público nº 019/2025, para fins de credenciamento, até a presente data. Objeto a ser contratado: contratação de pessoa jurídica e/ou pessoa física para prestação de serviços na área de saúde, para atuação em caráter complementar na Secretaria Municipal de Saúde de Caculé. Credenciado(s): CLINVITA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 25.089.261/0001-50; ORTO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 33.857.303/0001-84; RHAISSA LUIZA PORTO DO VALE LTDA, inscrita no CNPJ nº 64.973.884/0001-43; GABRIELLA MIRANDA SLVA MENEZES LTDA, inscrita no CNPJ nº 58.361.811/0001-06; LUIZ FELIPE ALCANTARÁ FERREIRA LTDA, inscrita no CNPJ nº 58.333.811/0001-94; PLUSMEDICAL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 57.929.936/0001-19; e BRENDA RODRIGUES VIEIRA ROCHA LTDA, inscrita no CNPJ nº 64.057.752/0001-71. Fundamento Legal: artigo 6º, inciso XLIII, artigo 78, inciso I, e artigo 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021. Caculé/BA, 01 de setembro de 2026. Ediene Coutinho dos Santos Arantes – Secretária Municipal de Saúde de Caculé.

Caculé – Ba, em 01 de setembro de 2026.

VALORES DE REFERÊNCIA
CREDENCIAMENTO Nº 010/2024

O Município de Caculé, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o procedimento auxiliar de Chamamento Público nº 010/2024 para fins de Credenciamento para contratação de Pessoas Jurídicas (postos de abastecimento) para fornecimento de combustíveis, no âmbito do município de Caculé e nas rotas de viagem, em atendimento às demandas das diversas Secretarias Municiais, conforme as especificações e condições constantes neste Edital, contemplando os critérios técnicos específicos, os pré-requisitos e os valores referenciais dinâmicos para a realização do fornecimento;

Torna público os valores de abastecimento a serem praticados pelos credenciados no período de 02/09/2026 a 08/09/2026:

JOAQUIM RODRIGUES TEIXEIRA POSTO DE COMBUSTIVEIS COPACABANA LTDA POSTO DE GASOLINA W3 LTDA REFERÊNCIA: CACULÉ - BA		
TIPO DE COMBUSTÍVEL	VALOR UNITÁRIO ANP	VALOR UNITÁRIO ABASTECIMENTO
GASOLINA COMUM	R$ 6,82	R$ 6,75
DIESEL S-10	R$ 7,59	R$ 7,52
DIESEL S-500	R$ 7,12	R$ 7,05
POSTO CONQUISTA LTDA REFERÊNCIA: VITÓRIA DA CONQUISTA - BA		
TIPO DE COMBUSTÍVEL	VALOR UNITÁRIO ANP	VALOR UNITÁRIO ABASTECIMENTO
GASOLINA COMUM	R$ 6,54	R$ 6,47
DIESEL S-10	R$ 7,16	R$ 7,09
DIESEL S-500	R$ 6,81	R$ 6,74

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

CACULÉ
PREFEITURA

J N COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA REFERÊNCIA: FEIRA DE SANTANA - BA		
TIPO DE COMBUSTÍVEL	VALOR UNITÁRIO ANP	VALOR UNITÁRIO ABASTECIMENTO
GASOLINA COMUM	R$ 6,26	R$ 6,19
DIESEL S-10	R$ 7,11	R$ 7,04
DIESEL S-500	R$ 6,74	R$ 6,67
REPROPEL REVENDA DE PRODUTOS DE PETROLEO LTDA REFERÊNCIA: SALVADOR – BA		
TIPO DE COMBUSTÍVEL	VALOR UNITÁRIO ANP	VALOR UNITÁRIO ABASTECIMENTO
GASOLINA COMUM	R$ 6,41	R$ 6,34
DIESEL S-10	R$ 7,28	R$ 7,21
DIESEL S-500	R$ 6,92	R$ 6,85

Praça Rui Barbosa, nº 26, Centro - Caculé/BA - CEP: 46.300-000
Telefax: 77 3455-1412 / prefeitura@cacule.ba.gov.br - CNPJ: 13.676.788/0001-00

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO 01 DO EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 048/2026

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

OBJETO: Contratação de empresa(s) para fornecimento de mobiliários, equipamentos, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, brinquedos e demais bens permanentes para unidade de Educação Infantil – Proinfância Tipo B da Rede Municipal de Ensino de Guajeru/BA.

IMPUGNANTE: MULTI QUADROS E VIDROS LTDA – CNPJ nº 03.961.467/0001-96.

IMPUGNADO: PREGOEIRO

I – RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada por MULTI QUADROS E VIDROS LTDA contra o Edital do Pregão Eletrônico nº 010/2026, referente ao Processo Administrativo nº 048/2026, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de mobiliários, equipamentos e demais bens permanentes destinados à unidade de Educação Infantil – Proinfância Tipo B da Rede Municipal de Ensino de Guajeru/BA.

A insurgência recai sobre os itens 1 a 4 do Lote 06: quadro branco tipo lousa magnética QB1, quadro branco tipo lousa magnética QB2, quadro mural de feltro QM e quadro de avisos metálico QC. A impugnante sustenta, em síntese, que os valores de referência não refletiriam o mercado especializado e que a pesquisa não demonstraria a identidade técnica dos produtos utilizados como paradigma. Requer nova pesquisa, revisão dos valores, suspensão da sessão e republicação do edital. Subsidiariamente, pede fundamentação individualizada sobre a equivalência técnica e acesso aos documentos de formação do orçamento.

A Assessoria Jurídica emitiu Parecer em 25/08/2026, opinando pelo conhecimento da impugnação, caso comprovada a tempestividade, e pelo seu desprovimento, por entender que a pesquisa é formal, documentada, atual, baseada em fontes públicas e vinculada aos itens padronizados do FNDE. O parecer integra esta decisão e é adotado como razão de decidir, ressalvada a correção do registro relativo à sessão: a abertura originalmente prevista para 21/08/2026 não ocorreu, tendo sido redesignada para 03/09/2026, às 9h.

É o relatório. Passo a decidir.

II – DA ADMISSIBILIDADE

Nos termos do art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade. O registro da plataforma BNC demonstra que o requerimento foi criado em 14/08/2026, às 12h12. Como a abertura estava inicialmente designada para 21/08/2026, o protocolo ocorreu dentro do prazo legal, cujo termo final era 18/08/2026.

Presentes os requisitos de legitimidade, interesse e tempestividade, CONHEÇO da impugnação.

III – DO MÉRITO

1. Existência, metodologia e transparência da pesquisa

A alegação de inexistência de metodologia e memória de cálculo não encontra suporte nos autos. O processo contém Relatório de Cotação integral, elaborado por ferramenta especializada de banco de preços, com pesquisa realizada entre 03/03/2026 e 07/05/2026. O documento identifica o método matemático aplicado — média aritmética dos grupos de preços —, a quantidade, o preço estimado, as fontes utilizadas, os órgãos compradores, os números dos procedimentos, as datas, os preços e as propostas consideradas.

A metodologia é compatível com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com a IN SEGES/ME nº 65/2021, adotada como referência no relatório. A legislação admite e prioriza a utilização de preços obtidos em contratações públicas e bancos de dados governamentais. Não existe imposição legal de que a pesquisa seja

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

realizada exclusivamente com fabricantes, como pretende a impugnante. Consultas diretas a fornecedores constituem parâmetro possível, mas não anulam nem substituem automaticamente preços públicos atuais e documentados.

O relatório indica, em cada item, o número de preços selecionados em relação aos resultados encontrados e apresenta as páginas detalhadas das fontes. Não foi demonstrada exclusão arbitrária destinada a reduzir o orçamento. A impugnante, por sua vez, não juntou cotação comparativa, nota fiscal, contrato, proposta comercial ou planilha de custos individualizada que evidenciasse divergência concreta entre os valores estimados e os preços praticados no mercado.

2. Padronização técnica e equivalência dos paradigmas

Os itens não foram descritos apenas por denominação comercial genérica. Eles estão vinculados aos códigos QB1, QB2, QM e QC do padrão Proinfância/FNDE, cujas características constam do Termo de Referência e da documentação técnica que instrui o processo. Essa codificação define finalidade, dimensões e requisitos construtivos mínimos, permitindo que contratações públicas do mesmo programa sejam utilizadas como paradigmas, ainda que realizadas por órgãos situados em localidades distintas e por fornecedores diferentes.

A identidade considerada pela Administração é objetiva e funcional: mesma categoria de bem, vinculação à padronização Proinfância e atendimento aos requisitos mínimos do código correspondente. Não se exige identidade de fabricante, marca ou cadeia de comercialização, pois tal exigência poderia restringir indevidamente a pesquisa e a competição. O fato de a fonte ser uma contratação pública de revendedor ou distribuidor não torna o produto tecnicamente inferior, desde que submetido às mesmas condições e especificações do certame de origem.

As razões individualizadas para a manutenção de cada estimativa são apresentadas a seguir, com base nos dados constantes do Relatório de Cotação e nos fundamentos adotados no Parecer Jurídico:

Item	Quantidade e estimativa	Preços e fontes considerados	Fundamentação individualizada
1 – QB1	6 un. R$ 563,92	Manacapuru/AM – 03/03/2026 – R$ 525,80; Nova Iorque/MA – 11/09/2025 – R$ 600,00; São Carlos do Ivaí/PR – 27/11/2025 – R$ 565,95.	Média aritmética de três preços públicos recentes, referentes a mobiliário da padronização Proinfância, identificados por órgão, data e processo no relatório.
2 – QB2	2 un. R$ 657,22	Rodeiro/MG – 18/09/2025 – R$ 700,00; Barão/RS – 03/12/2025 – R$ 756,70; São Carlos do Ivaí/PR – 27/11/2025 – R$ 514,95.	Média aritmética de três preços públicos atuais, vinculados à aquisição de quadros padronizados do Proinfância, com fontes e documentos individualizados no relatório.
3 – QM	8 un. R$ 178,20	Acaraú/CE – 03/03/2026 – R$ 175,36; Vargem Alta/ES – 29/07/2025 – R$ 176,24; São João do Pacuí/MG – 20/05/2025 – R$ 183,00.	As três referências são denominadas quadro mural de feltro – QM (Proinfância); a média indicada no relatório corresponde a R$ 178,20.
4 – QC	2 un. R$ 326,15	Acaraú/CE – 03/03/2026 – R$ 313,45; Dores do Indaiá/MG – 13/10/2025 – R$ 230,00; Rodeiro/MG – 18/09/2025 – R$ 435,00.	As referências são indicadas como quadro de avisos metálico – QC (Proinfância); a média registrada é de R$ 326,15.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

3. Compatibilidade do orçamento com o mercado

Os quatro valores resultam de médias, e não da simples escolha do menor preço encontrado. As fontes são recentes, identificáveis e provenientes de contratações públicas, o que reduz a influência de condições particulares de um único fornecedor. Para o Lote 06, as estimativas totalizam R$ 6.775,86, calculadas conforme as quantidades previstas no edital.

A afirmação de que os custos de insumos corresponderiam a aproximadamente 58% do custo de fabricação é genérica e não veio acompanhada de memória de cálculo vinculada aos quatro objetos, nem de documentos que permitam verificar materiais, tributos, frete, margens, garantia e demais componentes. Considerações abstratas sobre estrutura de custos de fabricantes não bastam para afastar preços públicos efetivamente registrados em procedimentos recentes.

O valor estimado constitui limite de aceitabilidade da Administração. Eventual impossibilidade de determinado interessado formular proposta dentro desse limite, sem comprovação de que a restrição alcança o mercado como um todo, não demonstra vício do edital. A impugnante não comprovou que os preços impediriam a participação de outros agentes ou tornariam o fornecimento objetivamente inexequível.

4. Resposta específica aos pedidos

a) o pedido de recebimento e conhecimento é acolhido, pois o protocolo foi tempestivo;

b) os pedidos de nova pesquisa, revisão dos valores e consulta exclusiva ou prioritária a fabricantes são indeferidos, porque a pesquisa existente atende à metodologia registrada nos autos e a impugnante não apresentou prova concreta em sentido contrário;

c) os pedidos de suspensão, retificação e republicação do edital são indeferidos, porque não foi reconhecida alteração material no orçamento ou nas especificações que exija reabertura de prazo;

d) o pedido de fundamentação individualizada é atendido por esta decisão, especialmente pela análise dos itens QB1, QB2, QM e QC e pelo quadro de fontes e valores acima;

e) o pedido de acesso à documentação é atendido mediante disponibilização do Parecer Jurídico e do Relatório de Cotação integral, juntamente com as demais peças técnicas que instruem o processo, observadas as funcionalidades da plataforma; e

f) a comunicação da decisão será realizada pela BNC e pelos mesmos meios de publicidade utilizados para o edital.

IV – DA DECISÃO

Diante do exposto, com fundamento no art. 164 da Lei nº 14.133/2021, acolhendo os fundamentos do Parecer Jurídico de 25/08/2026 como razões de decidir e complementando-os com a individualização acima, DECIDO:

1. CONHECER da impugnação apresentada por MULTI QUADROS E VIDROS LTDA, em razão de sua tempestividade, comprovada pelo protocolo na BNC em 14/08/2026, às 12h12;

2. INDEFERIR, no mérito, os pedidos de revisão da pesquisa de preços, alteração dos valores, suspensão e republicação do edital;

3. MANTER integralmente o orçamento estimado e as condições do Lote 06, inclusive os valores unitários de QB1, QB2, QM e QC;

4. MANTER a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 010/2026 na data redesignada de 03/09/2026, às 9h;

5. DISPONIBILIZAR à impugnante, juntamente com esta decisão, o Parecer Jurídico, o Relatório de Cotação e as peças técnicas pertinentes, para conhecimento e controle; e

6. PUBLICAR a decisão na plataforma BNC e nos mesmos meios utilizados para divulgação do edital, juntando aos autos os respectivos comprovantes.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

RESULTADO
A impugnação é conhecida e, no mérito, indeferida. O edital e o orçamento estimado são mantidos, e a sessão permanece designada para 03/09/2026, às 9h.

V – DOCUMENTOS DISPONIBILIZADOS COM A RESPOSTA

Para assegurar transparência e permitir o controle solicitado pela impugnante, deverão acompanhar a publicação desta decisão, sempre que o campo da plataforma admitir anexos, o Parecer Jurídico, o Relatório de Cotação integral, o Termo de Referência/Edital, o Manual de Especificações do FNDE e o Termo de Compromisso. Esses documentos contêm a memória de cálculo, as fontes, os órgãos compradores, as datas, os processos, as descrições e os preços considerados.
Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente arts. 23 e 164:

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Guajeru – BA, 31 de agosto de 2026.

Érico Pereira Brito
Pregoeiro Municipal

DECRETO Nº 99, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

"Dispõe sobre a exoneração de servidor para cargo em comissão e dá outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUAJERU, ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o senhor Francisco Cicero Lopes de Oliveira, portadora do RG Nº 24.761.257-09 e CPF Nº: 172.588.178-08, para o cargo de Diretor do Departamento do Gabinete do Secretário dos Transportes cargo em comissão, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUAJERU, ESTADO DA BAHIA, em 01 de Setembro de 2026.

JILVAN TEIXEIRA RIBEIRO:03792497581

Assinado de forma digital por JILVAN TEIXEIRA RIBEIRO:03792497581
Dados: 2026.09.01 14:31:55 -03'00'

Jilvan Teixeira Ribeiro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 100, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

"Dispõe sobre a nomeação de servidora como abaixo se especifica e dá outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUAJERU, ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Sr.ª Jussandria Ribeiro Teixeira, inscrita no CPF sob o nº 028.206.755-81, para o cargo de Secretária de Governo e Relações Institucionais, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUAJERU, ESTADO DA BAHIA, em 01 de Setembro de 2026.

JILVAN TEIXEIRA RIBEIRO:03792497581
Assinado de forma digital por JILVAN TEIXEIRA RIBEIRO:03792497581
Dados: 2026.09.01 15:45:48 -03'00'

Jilvan Teixeira Ribeiro
Prefeito Municipal

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 081/2026

LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA

O **MUNICÍPIO DE GUAJERU-BA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade de Guajeru-Ba, inscrita no CNPJ sob o nº 13.284.658/0001-14, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº. 14.133/21, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decreto Municipal nº 006, de 03 de Janeiro de 2024 (Regulamentação da Lei 14.133/21 no Município), Decreto Municipal nº 044, de 10 de Setembro de 2024 (Regulamentação da Modalidade Pregão Eletrônico no Município), Decreto Municipal nº 045, de 10 de Setembro de 2024 (Regulamentação do Sistema de Registro de Preços-SRP no Município) e demais normas e redações aplicáveis torna público que fará realizar no dia **09/09/2026, às 09:00h**, **PROCESSO LICITATÓRIO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 013/2026**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, com modo de disputa **"ABERTO E FECHADO"** para seleção da proposta mais vantajosa para ***Registro de Preços para eventual e futura Aquisição de materiais de construção, hidráulicos, elétricos, ferramentas, materiais para pavimentação e iluminação pública, destinados à manutenção, reforma e melhoria dos imóveis e espaços públicos de Guajeru/BA***, conforme objeto e demais indicações, na forma consubstanciada nas cláusulas deste Edital.

Acompanhe as sessões públicas das licitações eletrônicas da Prefeitura Municipal de Guajeru-Ba pelo site **Bolsa Nacional de Compras - BNC** no endereço eletrônico **https://bnccompras.com/**

O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no site do Diário Oficial do Município no endereço https://transparencia.governodeguajeru.ba.gov.br/diario-oficial.

Secretária Municipal de Administração

Obs.: Será sempre considerado o horário de Brasília-DF para todas as indicações de tempo constantes neste edital.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026

I - REGÊNCIA LEGAL: Este Edital é regido pela Lei Federal nº. 14.133/21, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decreto Municipal nº 006, de 03 de Janeiro de 2024 (Regulamentação da Lei 14.133/21 no Município), Decreto Municipal nº 044, de 10 de Setembro de 2024 (Regulamentação da Modalidade Pregão Eletrônico no Município), Decreto Municipal nº 045, de 10 de Setembro de 2024 (Regulamentação do Sistema de Registro de Preços-SRP no Município) e demais normas e redações aplicáveis.

II - MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026 - REGISTRO DE PREÇOS

III - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 081/2026

IV - ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

V - TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR LOTE

VI - REGIME DE EXECUÇÃO: CONTRATAÇÃO POR PREÇO UNITÁRIO, CONFORME QUANTIDADES EFETIVAMENTE DEMANDADAS E EXECUTADAS.

VII - FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO, SOB DEMANDA, CONFORME NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA

VIII - SESSÃO PÚBLICA:

DATA: 09/09/2026
HORA: 09:00h

8.1 - LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública on-line por meio de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, através do site **Bolsa Nacional de Compras - BNC**, através do endereço eletrônico **https://bnccompras.com/**. A sessão será conduzida pelo Pregoeiro, formalmente designado pela autoridade competente, auxiliado pela respectiva Equipe de Apoio.

8.2 - Endereço para envio da documentação (Proposta de Preços e Habilitação): No sistema **Bolsa Nacional de Compras - BNC - https://bnccompras.com/**.

8.3 - Recebimento das propostas: até: 09/09/2026, às 08:50h.
8.4 - Abertura das propostas: 09/09/2026 às 09:00h.
8.5 - Início da sessão de disputa de preços: 09/09/2026 às 09:00h.

IX - OBJETO:

9.1 - Constitui objeto desta Licitação, o **Registro de Preços para eventual e futura Aquisição de materiais de construção, hidráulicos, elétricos, ferramentas, materiais para pavimentação e iluminação pública, destinados à manutenção, reforma e melhoria dos imóveis e espaços públicos de Guajeru/BA**, conforme especificações constantes nos Anexos deste Edital.

X - FUNDAMENTO LEGAL

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

10.1 - A presente Licitação será regida pela Constituição Federal, normas gerais, Lei Federal nº. 14.133/21, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decreto Municipal nº 006, de 03 de Janeiro de 2024 (Regulamentação da Lei 14.133/21 no Município), Decreto Municipal nº 044, de 10 de Setembro de 2024 (Regulamentação da Modalidade Pregão Eletrônico no Município), Decreto Municipal nº 045, de 10 de Setembro de 2024 (Regulamentação do Sistema de Registro de Preços-SRP no Município) e demais normas e redações aplicáveis, bem como as cláusulas, condições e anexos deste Edital, aplicando-se, subsidiariamente, os Princípios de Direito Público, suplementados pelos preceitos de Direito Privado.

10.2 - As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

XI - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

11.1 - Poderão participar do certame os interessados previamente credenciados perante o site **Bolsa Nacional de Compras - BNC**, que atenderem a todas as exigências de habilitação contidas neste edital e seus anexos e, que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, e que atendam aos requisitos de habilitação previstos neste Edital e seus Anexos.

11.1.1 - A participação nesta licitação dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da Proposta de Preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados rigorosamente a data e horário limite estabelecidos no preâmbulo deste edital para o recebimento das propostas.

11.2 - Não poderão participar desta licitação:

11.2.1 - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar em decorrência de sanção que lhe tenha sido imposta, observado o alcance da respectiva penalidade;

11.2.2 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

11.2.3 - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

11.2.4 - pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

11.2.5 - pessoa jurídica que se encontre dissolvida ou em processo de liquidação que inviabilize sua participação ou futura contratação;

11.2.6 - demais pessoas físicas ou jurídicas alcançadas pelas vedações previstas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2.7 - A existência de recuperação judicial ou extrajudicial, por si só, não implicará impedimento automático à participação, devendo a licitante demonstrar, quando exigido, sua capacidade econômico-financeira para cumprimento das obrigações decorrentes da contratação.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

11.3 - O inteiro teor deste Edital e seus anexos estará disponível aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, na plataforma **Bolsa Nacional de Compras - BNC** e no sítio eletrônico oficial do Município de Guajeru-Ba - **https://transparencia.governodeguajeru.ba.gov.br/diario-oficial**, sem prejuízo das demais formas de divulgação legalmente exigidas. Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao setor responsável pelas licitações do Município, nos dias e horários de expediente, bem como pelos meios eletrônicos indicados neste Edital.

XII - CREDENCIAMENTO

12.1 - O credenciamento do LICITANTE será realizado através do **Bolsa Nacional de Compras - BNC** / **https://bnccompras.com/** após a formalização do pedido e da entrega da documentação necessária;

a) Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação na **LICITAÇÃO ELETRÔNICA**, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras - BNC;

b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras - BNC;

c) O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa Nacional de Compras - BNC, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional do Bolsa Nacional de Compras - BNC;

d) As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, deverão, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006;

e) As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa Nacional de Compras - BNC, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: https://bnccompras.com/;

f) A participação do licitante no certame eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à Bolsa Nacional de Compras - BNC, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital;

g) O acesso do operador da Licitação Eletrônica, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa;

h) A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer Licitação Eletrônica, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa Nacional de Compras - BNC;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

i) É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Bolsa Nacional de Compras - BNC a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

j) O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame eletrônico.

k) A participação em licitação na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido;

l) Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Licitação Eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

m) O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

n) Poderão participar desta licitação os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado e que atendam às demais condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

12.2 - A Licitante deverá arcar com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta. Em nenhuma hipótese a Prefeitura Municipal de Guajeru-Ba será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os resultados desta.

12.3 - Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos acerca deste Edital e de seus Anexos até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, pelos meios indicados neste instrumento. A resposta será divulgada em sítio eletrônico oficial e/ou no sistema eletrônico utilizado para a licitação no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.4 - O não atendimento aos requisitos estabelecidos para a apresentação da Documentação de Habilitação e Proposta de Preços, implicará na inabilitação e desclassificação do licitante.

12.5 - A Administração poderá, até a data de realização do certame, promover alterações, correções ou esclarecimentos no Edital e em seus Anexos, por iniciativa própria ou em decorrência de pedidos de esclarecimento ou impugnações, assegurada a devida publicidade. Quando a alteração comprometer a formulação das propostas, será divulgada nova data para realização do certame, observados os prazos e procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

12.6 - Quaisquer irregularidades quanto ao teor deste Edital, deverão ser notificadas, devidamente protocoladas e dirigida ao Pregoeiro, formalmente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

XIII - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

13.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio destas informações. *Obs.: não serão aceitos documentos enviados através de link de plataformas de compartilhamento de arquivos, será desclassificado o licitante que adotar esse procedimento.*

13.1.1 - A Proposta de Preços escrita quando for ser anexada no sistema, no momento oportuno, deverá ser datilografada ou digitada em linguagem clara, concisa e objetiva, sem erros, rasuras ou entrelinhas, atendendo às condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, contendo os elementos a seguir relacionados:

a) A Proposta de Preços, conforme modelo constante do Anexo I, devidamente assinada pelo sócio-gerente, diretor da empresa ou pessoa devidamente qualificada e autorizada, deverá identificar o objeto a que o licitante está concorrendo, os preços unitários e totais, conforme o critério de julgamento adotado, bem como as demais informações exigidas neste Edital e seus Anexos, em moeda corrente nacional, com prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contado da data de sua apresentação;
b) Na preparação de sua proposta comercial, o licitante deverá consignar preços correntes de mercado, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária;
c) A proposta comercial da licitante deverá conter **DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E CONCORDÂNCIA** com os termos e condições deste Edital.

13.2 - Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens deste Edital.

13.3 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema (caso exista disponibilidade desse campo) que:

13.3.1 - Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas formas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

13.3.2 - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

13.3.3 - Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

13.3.4 - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

13.4 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16, da Lei nº 14.133/2021.

13.5 - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49, observando o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021;

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

13.5.1 - Nos itens ou lotes eventualmente destinados à participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a declaração do enquadramento deverá observar as regras previstas na Lei Complementar nº 123/2006 e no sistema eletrônico;

13.5.2 - Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

13.6 - A falsidade da declaração de que trata os itens 13.3 ou 13.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital.

13.7 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

13.8 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

13.9 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compões a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

13.10 - Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

13.10.1 - A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

13.10.2 - Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

13.11 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

13.11.1 - Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por MENOR PREÇO POR LOTE;

13.11.2 - Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

13.12 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 13.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

13.13 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

13.14 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

13.15 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do de licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

13.16 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

XIV - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA

14.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

14.1.1 - Valor unitário e/ou total do item, lote ou objeto, conforme o critério de julgamento definido neste Edital e no Termo de Referência;
14.1.2 - Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

14.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

14.3 - Nos valores propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à integral execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, despesas operacionais, administrativas e demais custos ou despesas incidentes, não cabendo à Administração qualquer pagamento adicional além dos valores regularmente contratados, salvo hipótese legalmente prevista.

14.3.1 - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

14.3.2 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

14.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

14.5 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas municipais, quando participarem de licitações públicas.

14.5.1 - Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

14.6 - A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, em conformidade com o Termo de Referência e demais Anexos deste Edital, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os bens licitados nos termos e condições estabelecidos, inclusive quanto às especificações, quantidades, prazos, locais de entrega e demais exigências aplicáveis.

14.7 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

14.8 - O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração e por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

XV - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

15.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

15.2 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

15.2.1 - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
15.2.2 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
15.2.3 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

15.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

15.4 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

15.5 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

15.5.1 - O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de julgamento estabelecido neste Edital, considerando o valor do item, lote ou global, conforme parametrização realizada no sistema eletrônico.

15.6 - Os lances deverão observar a unidade e o critério de julgamento definidos para o certame e parametrizados na plataforma eletrônica.

15.7 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para aberturada sessão e as regras estabelecidas no Edital.

15.8 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

15.9 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, será o valor previamente definido e parametrizado no sistema eletrônico da Bolsa Nacional de Compras - BNC.

15.10 - Será adotado para o envio de lances nesta licitação o **modo de disputa "aberto e fechado"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

15.10.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerão período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

15.10.2 - Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

15.10.3 - No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

15.10.4 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

15.10.5 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

15.11 - Poderá o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

15.12 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

15.13 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

15.14 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

15.15 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no site eletrônico utilizado para divulgação.

15.16 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

15.17 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

15.18 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

15.18.1 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

15.18.2 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

15.18.3 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

15.19 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

15.19.1 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

15.19.1.1 - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

15.19.1.2 - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizado registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

15.19.1.3 - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

15.19.1.4 - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

15.19.2 - Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

15.19.2.1 - Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública Estadual ou Distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de município, no território do Estado em que este se localiza;

15.19.2.2 - Empresas brasileiras;

15.19.2.3 - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

15.20 - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2011.

15.21 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

máximo definido pela Administração. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

15.22 - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

15.23 - O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no **prazo de até 03 (três) horas**, envie a **PROPOSTA ADEQUADA** ao último lance ofertado ou ao valor negociado, acompanhada dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** exigidos no item XVII deste Edital.

15.24 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

15.25 - O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

15.25.1 - Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

15.25.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

15.25.3 - Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, será verificado pelo sistema, em caso de eventual ocorrência do empate ficto, conforme o previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

15.25.4 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

15.25.5 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

XVI - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

16.1 - Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos e se atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

16.1.1 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (**https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis**);

16.1.2 - Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (**https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep**).

16.1.3 - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/)

16.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

16.3 - Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

16.3.1 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, § 1º).

16.3.2 - O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (IN nº 3/2018, art. 29, § 2º).

16.3.3 - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

16.4 - Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

16.5 - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPS, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

16.6 - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos, observando o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

16.7 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

16.7.1 - Contiver vícios insanáveis;

16.7.2 - Não obedecer às especificações técnicas e demais requisitos estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;

16.7.3 - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;

16.7.4 - Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

16.7.5 - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

16.8 - DA ANÁLISE DE PREÇOS E DA PRESUNÇÃO DE INEXEQUIBILIDADE

16.8.1 - No caso de bens e serviços em geral, constituirá indício de inexequibilidade a apresentação de proposta cujo valor seja inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração, sem prejuízo da análise das circunstâncias concretas da oferta e da realização de diligência para aferição de sua exequibilidade.

16.8.2 - Para fins de reforço da análise objetiva da exequibilidade, haverá presunção relativa de inexequibilidade quando a proposta atender, cumulativamente, às seguintes condições:

a) apresentar valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor máximo estimado pela Administração; e

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

b) apresentar valor inferior a 50% (cinquenta por cento) da média aritmética das propostas finais válidas consideradas para o respectivo item, lote ou objeto, conforme o critério de julgamento adotado.

16.8.3 - Para cálculo da média prevista na alínea "b" do item 16.8.2, serão consideradas as propostas finais válidas e efetivamente admitidas no certame, desconsideradas aquelas desclassificadas por vício, desconformidade técnica ou outro motivo independente da análise de exequibilidade.

16.8.4 - A ocorrência isolada do parâmetro previsto no item 16.8.1 ou a ocorrência cumulativa dos parâmetros previstos no item 16.8.2 não implicará desclassificação automática da proposta, devendo o Pregoeiro, quando necessário, promover diligência para oportunizar à licitante a demonstração da exequibilidade e da viabilidade econômica da oferta.

16.8.5 - Para demonstração da exequibilidade poderão ser solicitados documentos, planilhas, esclarecimentos e informações pertinentes, inclusive aqueles previstos no item 16.9 deste Edital, capazes de demonstrar que os custos necessários à execução do objeto são compatíveis com o valor ofertado.

16.8.6 - Será desclassificada a proposta quando, após a realização da diligência e a análise dos elementos apresentados, ficar demonstrado que os custos necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes da contratação superam o valor ofertado e inexistem circunstâncias objetivas, condições comerciais diferenciadas, ganhos de escala, custos de oportunidade ou outros elementos idôneos capazes de justificar economicamente a oferta.

16.8.7 - O Pregoeiro poderá promover diligência sempre que houver dúvida fundada quanto à exequibilidade da proposta, ainda que o valor ofertado não se enquadre nos parâmetros previstos nos itens 16.8.1 e 16.8.2, desde que a medida seja devidamente motivada, guarde pertinência com as circunstâncias concretas da proposta e assegure tratamento isonômico aos licitantes.

16.9 - DOS PROCEDIMENTOS DE DILIGÊNCIA E COMPROVAÇÃO DA EXEQUIBILIDADE

16.9.1 - Verificada a ocorrência das situações previstas no item 16.8 ou existindo dúvida fundada quanto à exequibilidade da proposta, o Pregoeiro poderá instaurar diligência destinada a permitir que a licitante demonstre a viabilidade econômica de sua oferta, em observância ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

16.9.2 - O Pregoeiro fixará prazo razoável para atendimento da diligência, considerando a natureza e a complexidade dos documentos e informações solicitados, podendo o prazo ser prorrogado, mediante solicitação justificada da licitante apresentada antes de seu encerramento, desde que a prorrogação não comprometa o regular andamento do certame.

16.9.3 - Em resposta à diligência, a licitante poderá demonstrar a exequibilidade de sua proposta mediante a apresentação de um dos seguintes conjuntos de documentos, sem prejuízo da utilização de outros meios idôneos de prova:

a) Conjunto 1 – Comprovação por Histórico de Preços:

I. Planilha de custos detalhada, contendo os principais componentes necessários à execução do objeto;

II. Notas fiscais, contratos, atas de registro de preços, ordens de fornecimento, ordens de serviço ou outros documentos relativos ao fornecimento de bens ou à execução anterior de objeto semelhante, conforme o caso, capazes de demonstrar a prática de preços compatíveis com aqueles ofertados na licitação.

b) Conjunto 2 – Comprovação pela Formação Atual dos Custos:

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

I. Planilha de custos detalhada, contendo os principais componentes necessários à execução do objeto;
II. Orçamentos, propostas comerciais, cotações de fornecedores ou outros documentos atualizados que demonstrem os custos considerados para execução do objeto;
III. Documentos ou informações relativos a condições comerciais diferenciadas, estrutura própria, ganhos de escala, logística, custos operacionais, descontos obtidos junto a fornecedores ou quaisquer outros fatores capazes de justificar economicamente o preço ofertado.

16.9.3.1 - Os conjuntos previstos no item anterior constituem formas referenciais de comprovação, podendo a licitante apresentar outros documentos e elementos idôneos capazes de demonstrar objetivamente a viabilidade econômica de sua proposta.

16.9.3.2 - Não será exigida a apresentação cumulativa dos dois conjuntos de documentos, sendo suficiente a comprovação da exequibilidade por qualquer meio idôneo que permita à Administração concluir, de forma fundamentada, pela viabilidade da oferta.

16.9.3.3 - O Pregoeiro poderá solicitar documentos ou esclarecimentos complementares quando os elementos inicialmente apresentados forem insuficientes para formação de juízo seguro acerca da exequibilidade da proposta, observados os limites legais da diligência e vedada a alteração substancial da oferta.

16.9.4 - Quando a contratação envolver lote composto por mais de um item, a proposta apresentada ou readequada deverá observar a distribuição linear e proporcional do percentual de redução obtido na etapa competitiva, vedada a majoração de preços unitários anteriormente ofertados, a concentração artificial do desconto em determinados itens ou qualquer prática capaz de caracterizar jogo de planilha.

16.9.5 - A análise da exequibilidade deverá considerar o conjunto dos elementos apresentados pela licitante e as particularidades do objeto, podendo ser consideradas, quando pertinentes, condições comerciais diferenciadas, estrutura própria, estoque disponível, ganhos de escala, produtividade, logística, contratos anteriormente executados, descontos obtidos, custos de oportunidade e outras circunstâncias objetivamente demonstradas capazes de justificar o preço ofertado.

16.9.6 - Erros ou falhas formais verificados nas planilhas, demonstrativos ou documentos apresentados para comprovação da exequibilidade não constituirão, por si sós, motivo para desclassificação da proposta, podendo ser saneados ou esclarecidos no prazo estabelecido pelo Pregoeiro, desde que não impliquem alteração da substância da proposta, majoração do preço final ofertado ou violação à isonomia entre os licitantes.

16.9.7 - A ausência de atendimento à diligência no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou a não demonstração suficiente da exequibilidade da proposta poderá resultar em sua desclassificação, mediante decisão fundamentada, após análise dos elementos constantes dos autos.

16.9.8 - A mera apresentação de preço reduzido, inclusive nas hipóteses previstas no item 16.8, não autoriza, isoladamente, a desclassificação automática da proposta, devendo ser assegurada à licitante oportunidade de demonstrar sua exequibilidade, ressalvadas as situações em que a inexequibilidade decorrer de circunstância objetiva e insuscetível de saneamento ou demonstração em sentido contrário.

16.9.9 - A decisão quanto à exequibilidade ou inexequibilidade da proposta deverá ser motivada e considerar o conjunto dos elementos constantes dos autos, as características do objeto, as condições apresentadas pela licitante e as circunstâncias concretas da oferta.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

XVII - DA FASE DE HABILITAÇÃO.

17.1 - Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 03 (três) horas (conforme exigência do item 15.26 deste Edital) prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

17.1.1 - Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

17.2 - Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.3 - Os documentos relativos à Regularidade Fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

17.3.1 - Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à Regularidade Fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

17.3.2 - A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

17.4 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

17.4.1 - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

17.4.2 - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

17.5 - Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.6 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 17.3.2.

17.7 - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

17.8 - A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

17.9 - Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

17.10 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

17.11 - Será verificado se o licitante apresentou **DECLARAÇÃO DE QUE ATENDE AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (ANEXO III)**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

17.12 - Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (ANEXO XIV)**, previstas em lei e em outras normas específicas.

17.13 - O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **DECLARAÇÃO DE QUE SUAS PROPOSTAS ECONÔMICAS COMPREENDEM A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS ASSEGURADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NAS LEIS TRABALHISTAS, NAS NORMAS INFRALEGAIS, NAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO E NOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA VIGENTES (ANEXO V)** na data de entrega das propostas.

17.14 - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

17.15 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

17.15.1 - Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

17.16 - Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

17.16.1 - Documentação Jurídica: Será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física);
b) Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b” deste subitem;
d) Ato constitutivo devidamente registrado no cartório de Registros Civis de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de cooperativa, nos termos de artigo 107 da Lei Federal Nº 5.764, de 16 de

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

dezembro de 1971, ou empresa, sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;

f) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual-MEI, emitido pela Receita Federal do Brasil, caso o interessado seja um Microempreendedor Individual-MEI.

17.16.2 - Regularidade Fiscal e Trabalhista: Será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ)** ou **Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)**;
b) Prova de **Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual** e/ou **Municipal**, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
c) Prova de regularidade de débito com a **Fazenda Estadual** e **Fazenda Municipal** quando for o caso, da sede ou do domicílio da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;
d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal do domicílio ou sede da empresa, mediante **Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União** expedida pela Secretaria da Receita;
e) Prova de regularidade de débito para com o **Sistema de Seguridade Social, (INSS)**, e o **Fundo de Garantia, (FGTS)**, a Secretaria da Receita Federal;
f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).**

OBSERVAÇÕES:

1) **Portaria MF nº 358 de 05/09/2014 - Dispõe sobre a prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional.** A partir do dia 20 de outubro de 2014, as certidões que fazem provam de Regularidade Fiscal de todos os Tributos Federais, inclusive Contribuições Previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, serão unificadas em um único documento. A unificação das Certidões Negativas está prevista na Portaria acima;

2) Deve-se prestar atenção que, a **PARTIR DE 20/10/2014**, se o contribuinte precisar comprovar a regularidade para com a Fazenda Nacional, ele deve apresentar uma única certidão emitida a partir dessa data OU, se possuir uma Certidão Previdenciária e uma outra dos demais tributos, emitidas ANTES de 20/10, mas dentro do prazo de validade, poderá apresenta-las, pois continuarão válidas dentro do período de vigência nelas indicados; mas se o contribuinte tiver apenas uma delas válida, terá que emitir a nova **CERTIDÃO UNIFICADA.**

3) As certidões deverão ser apresentadas dentro do respectivo prazo de validade. Caso não conste prazo de validade no corpo da certidão, considerar-se-á o prazo de 90 (noventa) dias da data de emissão.

4) As certidões extraídas da Web somente terão validade se confirmada sua autenticidade pelo Pregoeiro.

17.16.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, dentro do respectivo prazo de validade ou, não havendo prazo expresso, emitida em até 90 (noventa) dias anteriores à data prevista para abertura do certame.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

b) Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício – DRE e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da legislação aplicável, que comprovem a situação econômico-financeira da licitante

b.1) Os documentos contábeis deverão estar devidamente assinados pelos responsáveis legais e pelo profissional da contabilidade regularmente habilitado, observada a forma de escrituração e registro aplicável ao tipo empresarial;
b.2) Para pessoa jurídica constituída há menos de 02 (dois) anos, os documentos referidos na alínea "b" limitar-se-ão ao último exercício social;
b.3) A empresa constituída no exercício financeiro da licitação poderá substituir as demonstrações contábeis pelo balanço de abertura, devidamente elaborado na forma da legislação aplicável;
b.4) Quando a escrituração contábil for realizada por meio do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, serão admitidos os documentos extraídos do referido sistema, acompanhados dos respectivos recibos de entrega, quando aplicáveis.

17.16.3.1 - Não serão exigidos índices de rentabilidade ou lucratividade, nem faturamento mínimo anterior, vedadas exigências que ultrapassem os limites previstos no art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.16.3.2 - Na hipótese de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, sua participação não será automaticamente vedada, devendo ser analisada sua aptidão econômico-financeira para cumprimento das obrigações decorrentes da futura contratação, observado o disposto neste Edital e na legislação aplicável.

17.16.4 - Qualificação Técnica - Será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

a) Comprovação de aptidão para fornecimento de bens de natureza pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.
a.1) Não será exigida identidade absoluta entre os bens anteriormente fornecidos e o objeto desta licitação, sendo suficiente a demonstração de experiência pertinente e compatível em características com os bens objeto da contratação.
a.2) Será admitida a apresentação de um ou mais atestados, desde que, considerados individualmente ou em conjunto, sejam suficientes para demonstrar a capacidade técnica da licitante.

17.16.5 - Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal. Outrossim, declara ainda ser conhecedora de que a violação, a qualquer tempo, do dispositivo legal mencionado, implica na rescisão de futuro contrato administrativo a ser celebrado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis (ANEXO IV).

17.16.6 - Declaração assinada pelo licitante ou representante legal deste, devidamente identificado, de que o licitante não se encontra suspenso de licitar ou impedido de contratar com qualquer entidade integrante da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, direta ou indireta e que é cumpridora de todas as exigências legais impostas pela legislação vigente e por órgãos regulamentadores, independente de exigência deste Edital (ANEXO VII).

17.16.7 - Declaração assinada pelo licitante ou representante legal deste, devidamente identificado, de que o licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (ANEXO XV).

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

17.16.7.1 - A falsidade das declarações apresentadas para fins de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Edital, sem prejuízo das demais responsabilidades cabíveis.

17.16.8 - Declaração assinada pelo licitante ou representante legal deste, devidamente identificado de que não integra nosso corpo social, nem em seu quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal (ANEXO VIII).

17.16.9 - Declaração assinada pelo licitante ou por seu representante legal, devidamente identificado, de que tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação, comprometendo-se a cumprir integralmente os seus termos e a executar o objeto em conformidade com as condições, especificações e padrões de qualidade estabelecidos no Edital e seus Anexos, sob as penas da Lei (ANEXO XI).

17.16.10 - Declaração assinada pelo licitante ou representante legal deste, devidamente identificado de que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores (ANEXO XII).

17.16.11 - Declaração assinada pelo licitante ou representante legal deste, devidamente identificado da independência na elaboração da proposta de preços (ANEXO XIII).

17.17 - Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME ou EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, e para que estas possam gozar dos benefícios previstos nos capítulos V e VI da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento, manifestação de cumprir plenamente os requisitos para classificação como tal, nos termos do art. 3º do referido diploma legal, por meio da **Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte** (ANEXO VI).

17.18 - A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

17.18.1 - A declaração do vencedor acontecerá no momento posterior à fase de habilitação.

17.19 - Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

17.20 - A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, **sem prejuízo das sanções previstas neste Edital**, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

a) A não-regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21, sendo facultado a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

b) Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

17.21 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

17.22 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

17.23 - Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

17.24 - Na hipótese de o licitante concorrer e ser provisoriamente vencedor em mais de um item ou lote, os documentos de habilitação de caráter geral serão apresentados uma única vez, devendo ser comprovados cumulativamente apenas os requisitos específicos cuja natureza ou dimensão efetivamente varie em função dos itens ou lotes adjudicados, quando expressamente previstos no Termo de Referência.

17.25 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

a) O Pregoeiro em caso de dúvidas, rasuras ou falha da cópia, inclusive da autenticada por cartório, solicitará para confronto os seus respectivos originais, não podendo a licitante se recusar a exibi-los sob pena de inabilitação, devendo, nestes casos, apresentar os documentos solicitados no prazo de até 03 (três) dias úteis no Prédio da Prefeitura.

XVIII - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

18.1 - A proposta final do licitante melhor classificado, que deverá ser encaminhada juntamente com os documentos de habilitação conforme previsão do item 15.26 deste Edital, e deverá:

18.1.1 - ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

18.1.2 - conter a indicação do endereço de e-mail, número de telefones/celulares para contato, banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

18.1.3 - conter a descrição e as informações necessárias à identificação e caracterização do objeto ofertado, em conformidade com as exigências estabelecidas no Termo de Referência.

18.1.4 - constar de nome e qualificação da pessoa com poderes para assinar contratos com o Município.

18.1.5 - O descumprimento do prazo de 03 (três) horas previstos no item 15.26 poderá ensejar a desclassificação da proposta, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro
, exceto nos casos em que o Pregoeiro prorrogar o prazo conforme item 17.1 deste Edital.

18.2 - A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

18.2.1 - Todas as especificações, características, condições e demais informações constantes da proposta vinculam a Contratada durante a execução do objeto.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

18.3 - Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

18.3.1 - Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

18.4 - A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

18.5 - A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

18.6 - As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

18.7 - A PROPOSTA READEQUADA ao(s) lance(s) ofertados pela empresa será feita após a sessão de licitação, onde serão obedecidos os seguintes critérios:

18.7.1 - Os valores unitários e totais readequados deverão refletir o resultado obtido na etapa de lances e eventual negociação;

18.7.2 - Nenhum preço unitário poderá superar o respectivo preço máximo de referência estabelecido pela Administração, nem ser majorado em relação à proposta anteriormente apresentada.

18.7.3 - Nos certames compostos por lote com mais de um item, os valores unitários readequados deverão observar, de forma linear e proporcional, o percentual de redução resultante da etapa competitiva, vedada a concentração artificial do desconto em determinados itens em detrimento de outros.

18.7.4 - A proposta readequada poderá apresentar valor total inferior ao último lance quando necessário ao ajuste de arredondamentos ou adequação matemática dos valores, vedada a apresentação de valor superior ao lance vencedor.

XIX - DOS RECURSOS, IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

19.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para **IMPUGNAR ESTE EDITAL** por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

19.2 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será anexado em campo próprio do sistema de licitações e divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

19.3 - A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacaoguajeru@gmail.com ou no campo próprio para este fim no site **Bolsa Nacional de Compras - BNC** no endereço eletrônico **https://bnccompras.com/**

19.4 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

19.4.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

19.4.2 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19.5 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

19.6 - O prazo para apresentação de **RECURSO** é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
b) julgamento das propostas;
c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
d) anulação ou revogação da licitação.

19.7 - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

19.7.1 - Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema, imediatamente posteriores ao ato de declaração do vencedor.

19.7.2 - As razões do recurso deverão ser apresentadas no prazo de 03 (três) dias úteis, contado na forma estabelecida no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.7.3 - Os demais licitantes ficarão intimados para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, contado na forma estabelecida no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurada vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

19.7.4 - Os recursos, as razões e as contrarrazões deverão ser encaminhados preferencialmente em campo próprio do sistema eletrônico, sem prejuízo de outro meio expressamente admitido neste Edital

19.8 - Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

19.8.1 - Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

19.8.2 - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

19.9 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

19.10 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

19.11 - A falta de manifestação no prazo estabelecido no item 19.8.1 autoriza o Pregoeiro encaminhar o processo para adjudicação do objeto à licitante vencedora pela autoridade competente.

19.12 - A decisão do(s) recursos interpostos serão divulgados exclusivamente no Site do Diário Oficial do Município (https://transparencia.governodeguajeru.ba.gov.br/diario-oficial), passando a valer para todos os efeitos à partir da data da publicação.

XX - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

20.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:

20.1.1 - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

20.1.2 - Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

20.2 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

20.2.1 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, telefone, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

20.2.2 - As convocações serão realizadas por meio do sistema eletrônico e, quando necessário, pelos contatos cadastrados pela licitante, sendo de sua responsabilidade manter seus dados cadastrais permanentemente atualizados.

XXI - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

21.1 - Não havendo manifestação de recurso, o Pregoeiro encaminhara o processo licitatório para posterior adjudicação e homologação do resultado pela autoridade superior.

21.2 - Decididos os recursos eventualmente interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

21.3 - Na hipótese de interposição de recurso administrativo contra a decisão referente a um ou mais lotes, a Administração poderá, a seu critério e considerando o interesse público, adjudicar e homologar os lotes não recorridos e prosseguir com os atos necessários à formalização da Ata de Registro de Preços e/ou assinatura dos contratos dos respectivos vencedores, sem aguardar a decisão final do(s) recurso(s) pendente(s).

21.4 - A Homologação e a Adjudicação do objeto desta licitação não implicará direito à contratação.

XXII - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1 - Homologado o resultado da licitação, **incluindo a possibilidade de homologação parcial por lotes, conforme o item 21.3,** será celebrada a Ata de Registro de Preços, que firmará o compromisso para a eventual e futura contratação entre as partes que terá validade de **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura, podendo a administração, nos termos do Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21 prorrogar o prazo de vigência da ata de registro de preços por **12 (doze) meses**, desde que comprovado o preço vantajoso.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

22.2 - O(s) proponente(s) **adjudicatário(s) dos lotes não recorridos** será(ão) convocado(s) para assinatura da Ata de Registro de Preços, via fac-símile, e-mail ou meio equivalente, e terão o prazo de até 05 (cinco) úteis para atendimento podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

22.3 - O proponente que, convocado para assinar a ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído, sem prejuízo das penalidades estipulados no item XXXII deste Edital e demais normas legais.

22.4 - A Ata firmada observará a minuta do **Anexo V** deste Edital.

22.5 - Será formalizada Ata de Registro de Preços contendo a identificação do fornecedor registrado, a descrição do objeto, a quantidade estimada, o preço unitário registrado e as demais condições aplicáveis.

22.6 - O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no Diário Oficial do Município disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

22.7 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

22.8 - Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

22.9 - Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

22.9.1 - dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

22.9.2 - dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

22.10 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

22.10.1 - A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

22.10.2 - Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

22.11 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

22.11.1 - quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

22.11.2 - quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

22.12 - Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

22.12.1 - convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

22.12.2 - adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

22.13 - Não será admitida, em hipótese alguma, a adesão de outros órgãos à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

XXIII - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

23.1 - O registro do fornecedor poderá ser cancelado, assegurados o contraditório e a ampla defesa quando cabíveis, nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 045, de 10 de Setembro de 2024, na Ata de Registro de Preços e neste Edital.

23.2 - Constituem, entre outras previstas na regulamentação aplicável, hipóteses de cancelamento do registro do fornecedor:

a) descumprimento das condições da Ata de Registro de Preços;
b) recusa injustificada em atender às solicitações formalmente emitidas pela Administração;
c) perda das condições de habilitação exigidas para a contratação, quando indispensáveis à execução;
d) aplicação de sanção administrativa que impeça a contratação;
e) demais hipóteses previstas na regulamentação do Sistema de Registro de Preços.

23.3 - O registro de preços poderá ser cancelado total ou parcialmente por fato superveniente devidamente comprovado e justificado, decorrente de caso fortuito ou força maior, ou por razões de interesse público, observada a legislação aplicável.

23.4 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro quando comprovar a impossibilidade de cumprimento das condições da Ata em decorrência de fato superveniente que inviabilize a execução, cabendo à Administração analisar o pedido mediante decisão fundamentada.

23.5 - O cancelamento do registro não afasta a responsabilidade do fornecedor por obrigações já assumidas nem impede a aplicação das sanções cabíveis por fatos ocorridos durante a vigência da Ata.

XXIV - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO DE PREÇOS

24.1 - As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante emissão de Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou outro instrumento equivalente admitido pela legislação, conforme as necessidades da Administração e as condições estabelecidas no Termo de Referência.

24.1.1 - Quando a Administração considerar necessária a formalização por instrumento contratual, poderá ser celebrado contrato conforme a minuta constante do Anexo IX deste Edital;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

24.1.2 - Os contratos decorrentes da ARP deverão ser assinados dentro do prazo de validade da ARP **e poderão ser formalizados por lotes, independentemente da situação de outros lotes que estejam sob recurso**.

24.1.3 - A(s) licitante(s) vencedora(s) que teve seus preços registrados na ARP oriunda da presente licitação deverá assinar Contrato com a Procuradoria Jurídica do Município, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de notificação (telefônica, fax, escrita ou e-mail) da Administração, onde estarão inclusas todas as condições, obrigações e responsabilidades constantes deste Edital e seus Anexos, imprescindíveis à fiel execução do objeto da licitação, na forma descrita na Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações posteriores, sob pena de ser aplicada a penalidade prevista na legislação vigente. Esta convocação será específica para os lotes já adjudicados e homologados.

24.1.4 - O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal, dentro do prazo supramencionado, na Procuradoria Jurídica do Município, situada na Sede desta Prefeitura, podendo ser retirado de tal órgão por procurador habilitado para que o representante da(s) licitante(s) vencedora(s) possa(m) assiná-lo, referente aos lotes adjudicados e homologados;

24.1.5 - Alternativamente a convocação mencionada no subitem **24.1.3**, a Procuradoria Jurídica do Município poderá encaminhar o Contrato, no quantitativo de vias indicado em comunicação, através de correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento, para os lotes adjudicados e homologados;

24.1.6 - A recusa injustificada da(s) licitante(s) vencedora(s) em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido acarretará a aplicação das penalidades estabelecidas pela Administração Pública, relativamente aos lotes que lhe foram adjudicados;

24.1.7 - No ato da contratação, se for o caso, a(s) licitante(s) vencedora(s) deverá apresentar documento de procuração devidamente reconhecido em Cartório, que habilite o seu representante a assinar o Contrato em nome da(s) licitante(s) vencedora(s) do lote em questão;

24.1.8 - Quando a(s) licitante(s) vencedora(s) não apresentar(em) situação regular, no ato da assinatura do primeiro Contrato oriundo da ARP, serão adotadas as seguintes providências:

24.1.8.1 - Observar a lista de licitantes remanescentes e do cadastro de reserva constantes na Ata de Registro de Preços, verificada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital para o lote em questão;

24.1.8.2 - Verificar a aceitabilidade da proposta e a habilitação da licitante a que se refere o subitem anterior, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, adjudicado o objeto do certame e convocada para assinar a ARP e celebrar o respectivo contrato do lote em questão;

24.2 - A Contratada obriga-se a aceitar acréscimos ou supressões, mediante solicitação, por escrito, nas mesmas condições deste Contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, Art. 125 da Lei nº 14.133/21.

a) Se por ocasião da formalização do contrato, as **Certidões de Regularidade Fiscal** e **Trabalhista** da Adjudicatária estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

b) Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 03 (três) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob a pena de a contratação não se realizar.

XXV - MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA - DO REAJUSTAMENTO E REVISÃO

25.1 - As condições de Reajustamento e Revisão das condições do contrato são as que estão definidas no Termo de Referência que compõe este Edital.

XXVI - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

26.1 - As obrigações das partes são as que estão definidas no Termo de Referência que compõe este Edital.

XXVII - CONDIÇÕES DE ENTREGA E PAGAMENTO

27.1 - As condições de Entrega e Pagamento são as que estão definidas no Termo de Referência que compõe este Edital.:

XXVIII -DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

28.1 - Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

XXIX - REVOGAÇÃO-ANULAÇÃO

A licitação poderá ser revogada ou anulada nos termos da Lei nº 14.133/21.

XXX - RESCISÃO

30.1 - A inexecução, total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei nº 14.133/21.

30.2 - A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da contratante nos casos enumerados na Lei nº 14.133/21.

30.3 - O Contratante poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas na Lei 14.133/21.

XXXI - DAS PENALIDADES

31.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/o Pregoeiro/a durante o certame;

b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

I. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

II. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

III. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.

c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

I. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

d) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

e) fraudar a licitação;

f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

I. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

II. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

III. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

IV. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

31.2 - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

31.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida.

b) as peculiaridades do caso concreto

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

31.4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

a) Para as infrações previstas nas alíneas “a”, “b’ e “c” do item 31.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

b) Para as infrações previstas nas alíneas “d”, “e’ e “f” do item 31.1, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

31.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

31.6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

31.7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nas alíneas “a”, “b’ e “c” do item 31.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

31.8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nas alíneas “d”, “e’ e “f” do item 31.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “a”, “b’ e “c” do item 31.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

31.9 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita na alínea “a” do item

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

31.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às sanções administrativas cabíveis, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e deste Edital.

31.10 - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

31.11 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

31.12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

31.13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

31.14 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

31.15 - As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente e no prazo máximo de 05 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor da prestação dos serviços, após prévio Processo Administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Secretaria Municipal de Administração.

31.16 - Caso o valor da multa seja superior aos créditos eventualmente devidos à Contratada, o valor remanescente deverá ser recolhido aos cofres municipais no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo de sua cobrança administrativa ou judicial, observados o contraditório e a ampla defesa.

31.17 - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, e depender do grau da infração cometida pelo contratado e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal, não impedindo que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

31.18 - Os danos e prejuízos serão ressarcidos à contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após prévio Processo Administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, contado da notificação administrativa à Contratada, sob pena de multa.

31.19 - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido Processo Administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso os prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista do processo.

XXXII - DOS ANEXOS

32.1 - Integra este Edital, para todos os efeitos de direito:

a) **Anexo I** - Proposta de Preços;
b) **Anexo II** - Modelo de Procuração (credencial);

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

c) **Anexo III** - Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação;
d) **Anexo IV** - Declaração de empregabilidade do menor;
e) **Anexo V** - Minuta da Ata de Registro de Preços;
f) **Anexo VI** - Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
g) **Anexo VII** - Declaração de Inexistência de Impedimento;
h) **ANEXO VIII** - Declaração de não integrar o quadro funcional;
i) **Anexo IX** - Minuta do Contrato;
j) **Anexo X** - Termo de Referência;
k) **Anexo XI** - Declaração de Conhecimento e Responsabilidade;
l) **ANEXO XII** - Declaração de fatos impeditivos;
m) **ANEXO XIII** - Declaração de elaboração independente da proposta;
n) **ANEXO XIV** - Cadastro de Reserva.

XXXIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

33.1 - As normas disciplinares desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

33.2 - A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá o Pregoeiro, se necessário, modificar este Edital, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

33.3 - O Pregoeiro poderá, em qualquer fase da licitação, suspender os trabalhos, procedendo ao registro da suspensão e à convocação para sua continuidade, bem como promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive para sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou dos documentos e sua validade jurídica, observados os limites e condições estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021.

33.4 - O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar falhas meramente formais constantes da documentação e proposta, desde que não comprometam a lisura do procedimento ou contrariem a legislação pertinente.

33.5 - Da sessão pública, o sistema eletrônico gerará ata circunstanciada, na qual serão registrados os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, ficando o respectivo documento disponível para consulta na plataforma Bolsa Nacional de Compras - BNC.

33.6 - O resultado do presente certame será divulgado no Diário Oficial do Município.

33.7 - Os demais atos pertinentes a esta licitação passíveis de divulgação serão publicados no Diário Oficial do Município.

33.8 - Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

33.9 - A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de até 01 (um) dia útil à data fixada para o recebimento das propostas.

33.10 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

33.11 - Os Recursos ou Impugnações deverão ser protocolados site **Bolsa Nacional de Compras - BNC** no endereço eletrônico **https://bnccompras.com/.**

33.11.1 - Quando a manifestação de Impugnação for realizada por pessoa ou empresa que não tem acesso ao sistema (Bolsa Nacional de Compras - BNC no endereço eletrônico https://bnccompras.com/), o encaminhamento do pedido poderá ser protocolado em horário de expediente comercial (08:00h às 12:00h) junto ao Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Guajeru-Ba ou através do endereço licitacaoguajeru@gmail.com, sendo que o manifestante, deve entrar em contato com o Setor de Licitações e Contratos através do telefone (77)3417-2252 para confirmação do recebimento do e-mail.

33.12 - Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro, com observância da legislação em vigor, as Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas e redações aplicáveis.

33.13 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

33.14 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

33.15 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

33.16 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público

33.17 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital

XXXIV - FORO

34.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Guajeru-Ba, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa.

Guajeru-Ba, 05 de Agosto de 2026.

Jilvan Teixeira Ribeiro
Prefeito Municipal

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026
ANEXO I - MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

1 - OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente proposta o **Registro de Preços para eventual e futura Aquisição de materiais de construção, hidráulicos, elétricos, ferramentas, materiais para pavimentação e iluminação pública, destinados à manutenção, reforma e melhoria dos imóveis e espaços públicos de Guajeru/BA**.

2 - ITENS E QUANTITATIVOS

2.1. A presente proposta compreende os serviços abaixo especificados, observados os quantitativos máximos estimados e as condições estabelecidas no Edital e seus anexos:

LICITANTE:			
END. COMERCIAL:			**UF:**
CEP:	**FONE/FAX:**	**CONTATO:**	
INSC. ESTADUAL:	**CNPJ:**		
DATA: 09/09/2026	**VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS**	**VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 12 (doze) meses**	

ITEM	QUANT.	UN	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LOTE 01						
1	6.000	SC	Cimento CP II - Saco C/ 50KG		R$50,40	R$302.400,00
VALOR TOTAL DO LOTE 01						**R$302.400,00**
LOTE 02						
1	10	UND	Andaime 1X1,5 MT		R$329,40	R$3.294,00
2	20.000	UND	Bloco Cerâmico medidas 9x19x29		R$1,86	R$37.200,00
3	20.000	UND	Bloco Cerâmico medidas 9x19x39		R$2,80	R$56.000,00
4	25.000	UND	Bloco Cerâmico medidas 9x19x24		R$1,81	R$45.250,00
5	1.500	UND	Bloco de cimento medidias 9x19x39		R$4,55	R$6.825,00
6	1.500	UND	Bloco de cimento medidias 14x19x39		R$4,88	R$7.320,00
7	1.500	UND	canaleta de cimento medidas 9x19x39		R$4,55	R$6.825,00
8	1.500	UND	Canaletas de ciemento 14x19x39		R$4,88	R$7.320,00
9	600	M3	Brita n° 00		R$305,00	R$183.000,00
10	600	M3	Brita n° 01		R$305,00	R$183.000,00

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

11	600	M3	Pó de Brita		R$198,25	R$118.950,00
12	150	MT	Cabo de aço 10 mm		R$19,83	R$2.974,50
13	150	MT	Cabo de aço 8 mm		R$19,83	R$2.974,50
14	230	BARRA	Ferro 1/2		R$127,67	R$29.364,10
15	250	BARRA	Ferro 1/4		R$27,63	R$6.907,50
16	800	BARRA	Ferro 3/16		R$13,17	R$10.536,00
17	400	BARRA	Ferro 3/8		R$69,13	R$27.652,00
18	800	BARRA	Ferro 5/16		R$46,67	R$37.336,00
19	180	BARRA	Ferro metalom retangular 30x50 leve		R$124,44	R$22.399,20
20	200	BARRA	Ferro metalom retangular 30x30 leve		R$117,53	R$23.506,00
21	200	BARRA	Ferro metalom retangular 20x20 leve		R$58,76	R$11.752,00
22	50	BARRA	PERFIL ENCAIXE 68 X 30 - 2,00MM		R$150,37	R$7.518,50
23	150	BARRA	Perfil U 3" 2.00 mm - 75X40 Simples		R$178,02	R$26.703,00
24	100	BARRA	PERFIL U ENRIJECIDO 75 X 40 X 15 CHAPA 14		R$224,68	R$22.468,00
25	100	BARRA	Ferro perfil enrijecido 100X40X17X2,55		R$241,97	R$24.197,00
26	100	BARRA	Ferro perfil enrijecido 150X50X17X2,65		R$362,95	R$36.295,00
27	250	UND	Malha Pop leve 20X20, diâmetro 3,4, largura 2, comprimento 3, peso 4,3		R$48,39	R$12.097,50
28	200	BARRA	Ferro perfil enrijecido 60X25-10X2,25		R$224,68	R$44.936,00
29	1.000	m²	tela de aço galvanizado fio 12bwg, sem revestimento, malha 2"		R$21,48	R$21.480,00
30	300	BARRA	TUBO aço galvanizado 2"		R$181,48	R$54.444,00
31	200	BARRA	TUBO aço galvanizado 2,5"		R$238,51	R$47.702,00
32	350	BARRA	TUBO aço galvanizado 1,5"		R$155,55	R$54.442,50
33	500	kg	zinco de 50cm		R$22,67	R$11.335,00
34	500	kg	zinco de 100cm		R$22,67	R$11.335,00
VALOR TOTAL DO LOTE 02						**R$1.205.339,30**
LOTE 03						
1	30	ROLO	Arame farpado 250 M		R$239,18	R$7.175,40
2	30	ROLO	Arame farpado 500 M		R$411,31	R$12.339,30
3	300	KG	Arame galvanizado 16MM		R$32,76	R$9.828,00
4	400	KG	Arame galvanizado		R$32,76	R$13.104,00
5	500	KG	Arame recozido		R$16,33	R$8.165,00
6	800	M2	Laje pré moldada		R$50,83	R$40.664,00
7	10.000	UND	Telha colonial tipo capa e canal		R$4,73	R$47.300,00
8	8.000	UND	Telha esmaltada americana (capa-canal) dupla face		R$5,19	R$41.520,00
9	10.000	UND	Telha esmaltada americana (capa- canal) uma face		R$3,72	R$37.200,00
10	1.000	UND	Telha cumieira		R$10,68	R$10.680,00
11	500	UND	Telha de amianto 2,44X0,5MT		R$24,86	R$12.430,00

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

12	250	UND	Telha de zinco 5 X 1		R$240,60	R$60.150,00
13	250	UND	Telha de zinco 6 X 1		R$288,73	R$72.182,50
14	100	UND	Telha transparente duas ondas		R$12,08	R$1.208,00
15	3.000	UND	Tijolo 21X12X06		R$5,08	R$15.240,00
16	1.000	MT	Treliça		R$6,77	R$6.770,00
VALOR TOTAL DO LOTE 03						**R$395.956,20**
LOTE 04						
1	50	UND	Aguarrás 900 ml		R$16,57	R$828,50
2	200	UND	Bisnaga (todas as cores)		R$5,48	R$1.096,00
3	100	UND	Broxa larga para pintura		R$10,18	R$1.018,00
4	300	UND	Cal para pintura 05 KG		R$14,93	R$4.479,00
5	80	UND	Impermeabilizante prime 18 L		R$475,31	R$38.024,80
6	200	UND	Lixa D'água 100		R$2,87	R$574,00
7	200	UND	Lixa D'água 220		R$2,87	R$574,00
8	200	UND	Lixa D'água 280		R$2,87	R$574,00
9	200	UND	Lixa ferro 100		R$3,14	R$628,00
10	200	UND	Lixa ferro 120		R$3,31	R$662,00
11	200	UND	Lixa ferro 60		R$3,15	R$630,00
12	400	UND	Lixa parede 150		R$1,12	R$448,00
13	400	UND	Lixa parede 100		R$1,12	R$448,00
14	100	UND	Lixa parede 50		R$1,12	R$112,00
15	100	UND	Liq-Brilho lata de 3,6l		R$121,81	R$12.181,00
16	300	M²	Manta asfáltica		R$58,97	R$17.691,00
17	100	UND	Massa acrílica lata 18 lt.		R$144,15	R$14.415,00
18	100	UND	Massa PVA lata 18 lt.		R$94,88	R$9.488,00
19	40	LT	Óleo de linhaça para madeira 1 LT		R$25,26	R$1.010,40
20	25	UND	Trincha 3/4 por 1/2		R$4,07	R$101,75
21	25	UND	Trincha 2 por 1/2		R$8,79	R$219,75
22	25	UND	Trincha 3 por 1/2		R$17,24	R$431,00
23	80	UND	Rolo de espuma para pintura 15CM com suporte		R$9,92	R$793,60
24	80	UND	Rolo de espuma para pintura 23CM com suporte		R$16,47	R$1.317,60
25	80	UND	Rolo de espuma para pintura 5CM		R$5,58	R$446,40
26	80	UND	Rolo de espuma para pintura 9CM		R$6,85	R$548,00
27	80	UND	Rolo de lã para pintura 23CM com suporte		R$26,33	R$2.106,40
28	50	UND	Solvente 900 ml		R$16,36	R$818,00
29	50	UND	Textura rústica 18 L		R$183,36	R$9.168,00
30	200	UND	Tinta a base de óleo em cores diversas 3.600		R$133,95	R$26.790,00

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

31	80	UND	Tinta acrílica super lavável 3.600		R$159,21	R$12.736,80
32	250	UND	Tinta latex para áreas externas 18 LT		R$325,48	R$81.370,00
33	100	UND	Tinta latex para áreas externas 3.600		R$89,51	R$8.951,00
34	150	UND	Tinta latex para áreas internas 18 LT		R$121,60	R$18.240,00
35	30	UND	Tinta latex para áreas internas 3.600		R$34,95	R$1.048,50
36	150	UND	Tinta para piso lata 18 lt.		R$379,95	R$56.992,50
37	80	UND	Tinta para piso lata 3.600		R$96,63	R$7.730,40
38	50	LT	Tinta de demarcação viária 18LT		R$823,50	R$41.175,00
39	50	LT	Tinta acrilica super lavavél fosca premiur algodão egipico		R$767,58	R$38.379,00
40	50	LT	Tinta acrilica super lavavél fosca premiur papel de Seda		R$767,58	R$38.379,00
41	50	LT	Tinta acrilica super lavavél fosca premiur níquel		R$767,58	R$38.379,00
42	50	UND	Verniz 3.600 LT incolor		R$142,42	R$7.121,00
VALOR TOTAL DO LOTE 04						**R$498.124,40**
LOTE 05						
1	30	UND	Basculante alumínio 0,30X0,30CM		R$52,95	R$1.588,50
2	30	UND	Basculante alumínio 0,50X0,50CM		R$85,84	R$2.575,20
3	50	CART	Dobradiça polida 21/2 CART C/3		R$32,52	R$1.626,00
4	100	UND	Drobadiça colonial 3 por 1/2		R$5,08	R$508,00
5	50	UND	Fechadura caixão sobrepor		R$18,88	R$944,00
6	100	UND	Fechadura embutir de 40mm grafite com 02 chaves interna		R$92,52	R$9.252,00
7	50	UND	Fechadura para portão sobrepor		R$50,51	R$2.525,50
8	50	UND	Janela alumínio 1.20 x 1.10 sem baldim		R$498,17	R$24.908,50
9	50	UND	Porta cadeado 300X3.5 Galvanizado		R$58,15	R$2.907,50
10	30	UND	Porta de alumínio .2,10 X 0,80M		R$592,39	R$17.771,70
11	30	UND	Porta de calha 0,80X2,10MT		R$635,42	R$19.062,60
12	30	UND	Porta sanfonada completa 0.80x2.10		R$150,42	R$4.512,60
13	100	CX	Rebite alumínio 4.0 X 08		R$152,50	R$15.250,00
14	100	CX	Rebite alumínio 4.0 X 16		R$152,50	R$15.250,00
15	100	CX	Rebite alumínio 4.0 X 19		R$152,50	R$15.250,00
16	100	CX	Rebite alumínio 4.0 X 22		R$152,50	R$15.250,00
17	100	CX	Rebite alumínio 4.0 X 30		R$152,50	R$15.250,00
18	50	BARRA	Trilho para cortina triplo 3 MT		R$209,43	R$10.471,50
19	30	M²	Vidro canelado 4 mm		R$399,45	R$11.983,50
20	10	UND	Porta de vidro temperado 80x210 fumê, pivotante, puxadores inox 60cm		R$1.118,33	R$11.183,30
21	10	UND	Porta de vidro temperado 250x250cm espelhado champagne, quatro folhas, duas fixas e duas de correr, puxadores inox 60cm		R$4.223,92	R$42.239,20
22	10	UND	Porta de vidro temperado 90x210 fumê, pivotante, puxadores inox 60cm		R$1.258,12	R$12.581,20

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

23	10	UND	Janela de vidro temperado 200x110cm espelhado champagne, quatro folhas, duas fixas e duas de correr, puxadores inox		R$1.464,52	R$14.645,20
24	10	UND	Janela de vidro temperado 150x110cm espelhado champagne, quatro folhas, duas fixas e duas de correr, puxadores inox		R$1.098,35	R$10.983,50
25	10	UND	Janela de vidro temperado 150x110cm incolor, quatro folhas, duas fixas e duas de correr, puxadores inox		R$1.098,35	R$10.983,50
26	10	UND	Janela de vidro temperado 200x110cm incolor, quatro folhas, duas fixas e duas de correr, puxadores inox		R$1.464,52	R$14.645,20
VALOR TOTAL DO LOTE 05						**R$304.148,20**
LOTE 06						
1	500	UND	Argamassa colante de boa qualidade AC - I		R$20,97	R$10.485,00
2	1.500	M²	Bloquete intertravado 10x20x6		R$76,45	R$114.675,00
3	1.000	M²	Bloquete intertravado 10x20x4		R$76,45	R$76.450,00
4	1.000	M²	Bloquete sextavado		R$82,96	R$82.960,00
5	50	UND	Canto externo para rodo forro		R$3,56	R$178,00
6	50	UND	Canto interno para rodo forro		R$3,56	R$178,00
7	300	M	Emenda para forro tipo H		R$8,24	R$2.472,00
8	1.000	M²	Forro PVC de boa qualidade		R$32,16	R$32.160,00
9	1.200	m²	forro de gesso em placas com baguete e perfis para sustentação		R$71,16	R$85.392,00
10	200	m	moldura de gesso h=12cm		R$29,48	R$5.896,00
11	50	pc	Espaçador nivelador de piso		R$12,69	R$634,50
12	300	M²	Granilite		R$128,10	R$38.430,00
13	500	M²	Piso cerâmico 30X46 classe A, PEI 4		R$39,16	R$19.580,00
14	600	M²	Piso cerâmico 40X60 classe A, PEI 4		R$46,08	R$27.648,00
15	300	M²	Piso cerâmico 41X41 classe A, PEI 4		R$40,42	R$12.126,00
16	400	M²	Porcelanato retificado		R$78,11	R$31.244,00
17	300	M²	Porcelanato retificado 80x80		R$108,58	R$32.574,00
18	200	M	Rodo forro		R$8,00	R$1.600,00
19	300	KG	Rejunte de boa qualidade		R$15,19	R$4.557,00
20	200	M²	Revestimento Cimenticio 3 D		R$37,76	R$7.552,00
21	800	M²	Revestimento parede PI III classe A, PEI III		R$39,16	R$31.328,00
VALOR TOTAL DO LOTE 06						**R$618.119,50**
LOTE 07						
1	300	KG	Eletrodo		R$26,86	R$8.058,00
2	5	CX	Arruela lisa 1/4		R$345,67	R$1.728,35
3	5	CX	Arruela lisa 3/16		R$254,17	R$1.270,85
4	5	CX	Arruela lisa 3/8		R$406,67	R$2.033,35

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

5	5	CX	Arruela lisa 5/8		R$610,00	R$3.050,00
6	1	UND	Betoneira 400 LT		R$6.710,00	R$6.710,00
7	5	CX	Bucha plástica nº 10 MM		R$874,33	R$4.371,65
8	3	CX	Bucha plástica nº 12 MM		R$1.098,00	R$3.294,00
9	5	CX	Bucha plástica nº 6 MM		R$345,67	R$1.728,35
10	5	CX	Bucha plástica nº 8 MM		R$447,33	R$2.236,65
11	50	UND	Cabo para cavadeira		R$37,47	R$1.873,50
12	50	UND	Cabo para enxada		R$37,47	R$1.873,50
13	50	UND	Cabo para enxadão		R$37,47	R$1.873,50
14	50	UND	Cabo para picareta		R$37,27	R$1.863,50
15	30	UND	Cadeado nº 20 mm de boa qualidade		R$17,66	R$529,80
16	30	UND	Cadeado nº 25 mm de boa qualidade		R$22,67	R$680,10
17	30	UND	Cadeado nº 30 mm de boa qualidade		R$24,87	R$746,10
18	30	UND	Cadeado nº 35 mm de boa qualidade		R$31,07	R$932,10
19	30	UND	Cadeado nº 40 mm de boa qualidade		R$32,17	R$965,10
20	30	UND	Cadeado nº 45 mm de boa qualidade		R$35,04	R$1.051,20
21	30	CART	Cantoneira para fixação de cortina cart C/3		R$23,61	R$708,30
22	500	MT	Corda de seda 10mm		R$2,50	R$1.250,00
23	500	MT	Corda de seda 16 mm		R$8,05	R$4.025,00
24	100	KG	Corrente soldável zincada 3.2 MM		R$37,56	R$3.756,00
25	100	KG	Corrente soldável zincada 5.0 MM		R$35,48	R$3.548,00
26	50	CART	Dobradiça galvanizada 3X21/2C/3		R$3,63	R$181,50
27	50	KG	Grampo para cerça		R$19,00	R$950,00
28	30	UND	Grampo 106/6 galvonizado cx 5.000 unid		R$59,98	R$1.799,40
29	30	BARRA	Parafuso base rosqueável		R$18,09	R$542,70
30	300	UND	Parafuso fenda 6mm		R$0,38	R$114,00
31	300	UND	Parafuso francês 5/16 2 Polegadas		R$1,32	R$396,00
32	300	UND	Parafuso francês 5/16 3 Polegadas		R$1,77	R$531,00
33	300	UND	Parafuso francês 5/16 4 Polegadas		R$2,15	R$645,00
34	300	UND	Parafuso francês 5/16 5 Polegadas		R$2,50	R$750,00
35	300	UND	Parafuso para vaso bucha 08		R$2,87	R$861,00
36	300	UND	Parafuso para vaso bucha 10		R$3,84	R$1.152,00
37	300	UND	Parafuso sextavado 5/16 2 Polegadas		R$1,07	R$321,00
38	300	UND	Parafuso sextavado 5/16 3 Polegadas		R$1,32	R$396,00
39	300	UND	Parafuso sextavado 5/16 4 Polegadas		R$2,06	R$618,00
40	300	UND	Parafuso sextavado 5/16 5 Polegadas		R$3,86	R$1.158,00
41	30	KG	Prego 12X12 com cabeça		R$22,93	R$687,90

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

42	30	KG	Prego 15X15 com cabeça		R$20,34	R$610,20
43	30	KG	Prego 17X17 com cabeça		R$24,71	R$741,30
44	30	KG	Prego 17X21 com cabeça		R$19,54	R$586,20
45	30	KG	Prego 18X27 com cabeça		R$21,25	R$637,50
46	30	KG	Prego 18X30 com cabeça		R$24,94	R$748,20
47	30	KG	Prego 19X36 com cabeça		R$21,17	R$635,10
48	30	KG	Prego 22X42 com cabeça		R$20,68	R$620,40
49	30	KG	Prego 22X48 com cabeça		R$21,26	R$637,80
50	30	UND	Trinca para janela em metal 2 polegadas		R$6,91	R$207,30
51	30	UND	Trinca para janela em metal 2 por 1/2 POL		R$7,68	R$230,40
52	30	UND	Trica para porta em metal 3 polegadas		R$10,07	R$302,10
53	30	UND	Trinca para porta em metal 2 por 1/2 POL		R$6,91	R$207,30
VALOR TOTAL DO LOTE 07						**R$77.424,20**
LOTE 08						
1	8	UND	Alicate de bico reto		R$45,81	R$366,48
2	8	UND	Alicate de corte		R$41,73	R$333,84
3	8	UND	Alicate rebitador 400x400		R$87,48	R$699,84
4	8	UND	Alicate universal		R$45,81	R$366,48
5	10	UND	Arco de serra com serra		R$62,58	R$625,80
6	80	UND	Balde para concreto plástico 15 lts		R$15,39	R$1.231,20
7	10	UND	Broca chata 5/8		R$10,98	R$109,80
8	10	UND	Broca chata 7/8		R$36,60	R$366,00
9	10	UND	Broca para concreto 06mm		R$8,26	R$82,60
10	10	UND	Broca para concreto 08mm		R$12,30	R$123,00
11	10	UND	Broca para concreto 10mm		R$32,85	R$328,50
12	10	UND	Broca para madeira 06mm		R$11,53	R$115,30
13	10	UND	Broca para madeira 08mm		R$16,99	R$169,90
14	10	UND	Broca para madeira 10mm		R$25,53	R$255,30
15	10	UND	Broca para Parafusadeira jogo com 43 peças		R$518,50	R$5.185,00
16	20	UND	Carrinho de mão com pneu com câmara		R$188,85	R$3.777,00
17	30	TUBO	Cola de silicone transparente 280 ml		R$20,47	R$614,10
18	50	kg	Solda caustica		R$24,40	R$1.220,00
19	30	UND	Cola do tipo Massa Epóxi bicomponente 100gr - DUREPOX ou Similar.		R$11,53	R$345,90
20	10	UND	Cavadeira articulada		R$197,64	R$1.976,40
21	20	UND	Colher de pedreiro 10 libra		R$32,12	R$642,40
22	1	UND	Motocompressor para pintura 220V 120 psi		R$1.728,33	R$1.728,33
23	200	UND	Disco de corte uso em cerâmica 4 1/2 polegadas		R$15,53	R$3.106,00

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

24	200	UND	Disco de corte uso em madeira 4 1/2 polegadas		R$34,93	R$6.986,00
25	200	UND	Disco para lixadeira elétrica 220 V 4 1/2 polegadas		R$8,04	R$1.608,00
26	200	UND	Disco para serra marmore (madeira)		R$29,48	R$5.896,00
27	200	UND	Disco para serra marmore (ferro)		R$3,86	R$772,00
28	100	UND	Enxada 2 libras		R$48,25	R$4.825,00
29	10	UND	Enxadão 2 1/2 libras		R$78,12	R$781,20
30	10	UND	Facão. Lâmina em aço carbono, 16 polegadas com cabo		R$29,91	R$299,10
31	10	UND	Foice roçadeira pesada com cabo		R$35,13	R$351,30
32	5	UND	Formão 1/2		R$31,55	R$157,75
33	5	UND	Formão 3/4		R$32,37	R$161,85
34	5	UND	Furadeira doméstica 220 V		R$225,29	R$1.126,45
35	3	UND	Furadeira profissional 220 V		R$913,87	R$2.741,61
36	3	UND	Grampeador profissional madeira		R$259,25	R$777,75
37	50	UND	Lavatório louça		R$239,39	R$11.969,50
38	15	UND	Linha para pedreiro rolo 100M		R$10,16	R$152,40
39	5	UND	Lima chata 8” para afiar enxada, foice, etc.		R$22,28	R$111,40
40	1	UND	Lixadeira életrica 220 V Semi profissional		R$1.067,50	R$1.067,50
41	50	PAR	Luva de segurança confortex plus, confeccionada em malha de algodão, palma, dedos e parte do dorso com revestimento em látex natural, punho em malha de algodão, seu formato anatômico oferece maior conforto e flexibilidade. Tamanhos diversos. C.A: 15.915		R$4,17	R$208,50
42	5	UND	Machadinha		R$74,68	R$373,40
43	5	UND	Machadinha com unha, 450g		R$71,37	R$356,85
44	5	UND	Machado 3 1/2 libras com cabo		R$135,19	R$675,95
45	10	UND	Lamina para serra Tico Tico		R$9,88	R$98,80
46	5	UND	Marreta com cabo 1KG		R$52,03	R$260,15
47	5	UND	Marreta com cabo 2KG		R$84,46	R$422,30
48	5	UND	Martelo grande 25 mm		R$46,08	R$230,40
49	50	UND	Pá completa		R$61,13	R$3.056,50
50	50	UND	Peneira de arame 70 CM		R$38,43	R$1.921,50
51	10	UND	Pia para cozinha inox de 1,20 M		R$297,56	R$2.975,60
52	10	UND	Pia sintética (FIBRA) 0,85 X 0,50 M		R$155,91	R$1.559,10
53	15	UND	Picareta alvião		R$80,19	R$1.202,85
54	20	UND	Picareta com cabo		R$117,91	R$2.358,20
55	5	UND	Pistola de compressor para pintura		R$205,63	R$1.028,15
56	1	UND	Plaina elétrica 220 V		R$1.066,71	R$1.066,71
57	10	UND	Câmara para carrinho de mão		R$17,57	R$175,70
58	50	UND	Roda para carrinho de mão		R$134,63	R$6.731,50

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

59	50	UND	Roda carrinho de mão, com pneu e câmara.		R$99,91	R$4.995,50
60	10	UND	Ponteiro		R$53,57	R$535,70
61	2	UND	Serra circular 220 V		R$1.233,26	R$2.466,52
62	2	UND	Serra mármore 220 V		R$646,86	R$1.293,72
63	2	UND	Serra TICO-TICO 220 V		R$614,27	R$1.228,54
64	30	UND	Serreta aço cor amarela de boa qualidade		R$12,63	R$378,90
65	5	UND	Serrote 20" aço rigido		R$86,32	R$431,60
66	3	UND	Talhadeira de aço 10 polegadas		R$48,87	R$146,61
67	50	UND	Tampa para vaso cores diversas		R$104,15	R$5.207,50
68	5	UND	Trena emborrachada 5 MT		R$25,72	R$128,60
69	5	UND	Trena emborrachada 50 MT		R$67,77	R$338,85
70	50	UNID	Vaso sanitário acoplado		R$513,85	R$25.692,50
71	20	UND	Vaso sanitário comum		R$254,22	R$5.084,40
VALOR TOTAL DO LOTE 08						**R$136.185,08**
LOTE 09						
1	20	UND	Adaptador 20mm		R$0,75	R$15,00
2	20	UND	Adaptador 25mm		R$0,80	R$16,00
3	20	UND	Adaptador 32mm		R$1,90	R$38,00
4	20	UND	Adaptador 50mm		R$5,71	R$114,20
5	40	UND	Anel de vedação para vaso		R$8,36	R$334,40
6	100	PAR	Botas de borrachas cano curto		R$54,24	R$5.424,00
7	200	PAR	Botas de couro		R$103,00	R$20.600,00
8	10	UND	Caixa d'água 1.000 litros		R$438,09	R$4.380,90
9	5	UND	Caixa d'água 10.000 litros		R$6.430,60	R$32.153,00
10	10	UND	Caixa d'água 2.000 litros		R$1.207,80	R$12.078,00
11	5	UND	Caixa d'água 5.000 litros		R$3.340,54	R$16.702,70
12	10	UND	Caixa d'água 500 litros		R$274,23	R$2.742,30
13	100	UND	Caixa de descarga para vaso		R$45,88	R$4.588,00
14	30	UND	Caixa de hidrômetro		R$37,68	R$1.130,40
15	10	UND	Cano para chuveiro 30 cm alumínio		R$32,88	R$328,80
16	10	UND	Cano para chuveiro 40 CM PVC		R$8,50	R$85,00
17	15	UND	Cano para descarga		R$22,44	R$336,60
18	100	MT	Cano para esgoto 150 mm		R$38,79	R$3.879,00
19	15	UND	Cotovelo para esgoto de 150 mm 90 graus		R$40,16	R$602,40
20	15	UND	Engate de 30cm		R$5,52	R$82,80
21	50	UND	Engate de 40cm		R$6,12	R$306,00
22	30	UND	Espude para vaso sanitário		R$3,25	R$97,50

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

23	20	UND	Franja de 60 para caixa dágua		R$30,37	R$607,40
24	10	UND	Kit para wc em acrílico com metal - 5 peças		R$72,09	R$720,90
25	30	PAR	Luvas borracha cano curto		R$13,17	R$395,10
26	40	PAR	Luvas couro cano curto		R$19,62	R$784,80
27	200	UND	União para mangueira de 50		R$3,46	R$692,00
28	200	UNID	União para mangueira de 40		R$2,85	R$570,00
29	200	UNID	União para mangueria de 32		R$1,22	R$244,00
30	20	UND	Ralo sifonado 100x50		R$20,99	R$419,80
31	40	UND	Redução 50 X 32		R$4,41	R$176,40
32	40	UND	Redução 40 X 25		R$3,75	R$150,00
33	40	UND	Redução 32 X 25		R$0,87	R$34,80
34	40	UND	Redução 40 X 32		R$2,41	R$96,40
35	40	UND	Redução 50X60		R$8,13	R$325,20
36	40	UND	Redução de 3/4 para 1/2		R$1,47	R$58,80
37	50	UND	Registro de 32 para água		R$13,49	R$674,50
38	50	UND	Registro de 40 para água		R$22,15	R$1.107,50
39	50	UND	Registro de 50 para água		R$24,63	R$1.231,50
40	50	UND	Reparo para torneira 1/2		R$65,95	R$3.297,50
41	40	UND	Sifão duplo		R$12,68	R$507,20
42	100	UND	Sifão simples		R$7,44	R$744,00
43	50	UND	Tê 1/2 soldável		R$0,93	R$46,50
44	30	UND	Tê 1/2 soldável com rosca		R$5,49	R$164,70
45	10	UND	Tê 150mm para esgoto		R$52,57	R$525,70
46	50	UND	Tê 3/4 soldável		R$1,23	R$61,50
47	20	UND	Tê 3/4 soldável com rosca		R$4,60	R$92,00
48	50	UND	Tê de 32 soldável		R$4,39	R$219,50
49	25	UND	Tê de 32 soldável com rosca		R$7,48	R$187,00
50	30	UND	Tê de 50 para mangueira		R$10,15	R$304,50
51	50	UND	Tê de 50 soldável		R$8,97	R$448,50
52	15	UND	Tê de 60 soldável		R$26,55	R$398,25
53	15	UND	Tê de 75 soldável		R$96,58	R$1.448,70
54	25	UND	Tê de 40 para esgoto		R$2,87	R$71,75
55	25	UND	Tê com saída para esgoto		R$21,05	R$526,25
56	25	UND	Tê de 100 para esgoto		R$11,73	R$293,25
57	200	MT	Tela galvanizada fio 14 BWG 2 polegadas (Obs: para confecção de alambrado)		R$59,64	R$11.928,00
58	50	UND	Torneira de metal lavatório 20mm		R$82,86	R$4.143,00
59	22	UND	Torneira de metal para pia		R$82,86	R$1.822,92

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

60	30	UND	Torneira para lavatório automática 1/2 polegada		R$156,64	R$4.699,20
61	40	UND	Torneira plástica para lavatório		R$35,13	R$1.405,20
62	30	UND	Torneira plástica para tanque		R$8,25	R$247,50
63	30	UND	Válvula plástico para pia longo sem ladrão		R$3,89	R$116,70
VALOR TOTAL DO LOTE 09						**R$148.023,42**
LOTE 10						
1	30	UND	Bóias para caixa d'água		R$19,72	R$591,60
2	30	UND	Joelho 100mm. Esgoto 90º		R$5,89	R$176,70
3	100	UND	Joelho 20mm. Água soldável 90º		R$0,54	R$54,00
4	30	UND	Joelho 20mm. Água soldável com rosca 90º		R$3,95	R$118,50
5	50	UND	Joelho 25mm. Água soldável		R$0,79	R$39,50
6	25	UND	Joelho 25mm. Água soldável com rosca		R$8,53	R$213,25
7	20	UND	Joelho 32mm. Água soldável		R$2,21	R$44,20
8	15	UND	Joelho 40mm. Esgoto 90º		R$1,17	R$17,55
9	50	UND	Joelho 50mm. Água soldável 90º		R$4,04	R$202,00
10	30	UND	Joelho 50mm. Esgoto 90º		R$3,00	R$90,00
11	5	UND	Joelho 75mm. Água soldável 90º		R$76,25	R$381,25
12	20	UND	Luva LR 20mm		R$0,60	R$12,00
13	20	UND	Luva LR 50mm		R$4,38	R$87,60
14	20	UND	Luva LR 40mm		R$4,79	R$95,80
15	50	UND	Luva LR 25mm		R$0,79	R$39,50
16	30	UND	Luva LR 40mm com rosca		R$19,88	R$596,40
17	30	UND	Luva LR 50mm com rosca		R$28,77	R$863,10
18	30	UND	Luva LR 20mm com rosca		R$6,49	R$194,70
19	30	UND	Luva LR 25mm com rosca		R$7,85	R$235,50
20	30	UND	Luva soldável 40mm		R$4,79	R$143,70
21	30	UND	Luva soldável 50mm		R$4,38	R$131,40
22	30	UND	Luva soldável 20mm		R$0,60	R$18,00
23	30	UND	Luva soldável 25mm		R$0,79	R$23,70
24	70	UND	Pote de cola PVC 175 gramas		R$15,45	R$1.081,50
25	15	UND	Registro de gaveta Barrauto 32mm.		R$115,14	R$1.727,10
26	15	UND	Registro de gaveta Barrauto 50mm.		R$199,83	R$2.997,45
27	15	UND	Registro de gaveta Barrauto 75mm.		R$193,17	R$2.897,55
28	15	UND	Registro de gaveta com canopla 25mm.		R$56,73	R$850,95
29	15	UND	Registro de pressão com canopla 20mm.		R$54,68	R$820,20
30	15	UND	Registro de pressão com canopla 25mm.		R$56,73	R$850,95
31	15	UND	Registro de pressão com canopla 50mm.		R$233,83	R$3.507,45

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

32	50	UND	Tubo de cola PVC 1 KG		R$55,51	R$2.775,50
33	100	UND	Tubo PVC 20mm. Água material não reciclado		R$16,90	R$1.690,00
34	100	UND	Tubo PVC 25mm. Água material não reclicado		R$21,66	R$2.166,00
35	100	UND	Tubo PVC 32mm. Água material não reclicado		R$60,39	R$6.039,00
36	100	UND	Tubo PVC 40mm. Esgoto		R$96,99	R$9.699,00
37	500	UND	Tubo PVC 50mm. Água material não reciclado		R$93,27	R$46.635,00
38	200	UND	Tubo PVC 50mm. Esgoto		R$73,51	R$14.702,00
39	100	UND	Tubo PVC 75mm. Água material não reciclado		R$76,98	R$7.698,00
40	200	UND	Tubo PVC 100mm. Esgoto		R$76,07	R$15.214,00
41	50	UND	Veda rosca 50mts		R$11,17	R$558,50
VALOR TOTAL DO LOTE 10						**R$126.280,10**
LOTE 11						
1	8.000	MT	Mangueira 3/4 X 2mm		R$1,40	R$11.200,00
2	4.000	MT	Mangueira de 50MM		R$5,82	R$23.280,00
3	5.000	mt	Mangueira de 32MM		R$2,30	R$11.500,00
4	4.000	MT	Mangueira de 40MM		R$4,24	R$16.960,00
5	15	ROLO	Mangueira para jardim rolo de 20 M		R$119,97	R$1.799,55
6	5.000	MT	Mangueira 1” X 2mm		R$2,14	R$10.700,00
7	300	MT	Mangueira transparente 1 Polegada X 2mm		R$9,96	R$2.988,00
VALOR TOTAL DO LOTE 11						**R$78.427,55**
LOTE 12						
1	200	UND	Bocal		R$3,54	R$708,00
2	200	UND	Plafon com bocal		R$6,81	R$1.362,00
3	200	UND	Plafon de sobrepor 20x20 com lampadas de led 9w		R$30,10	R$6.020,00
4	200	UND	Plafon de sobrepor 30x30 com lampadas de led 18w		R$46,63	R$9.326,00
5	150	UND	Braço com luminária 1 MT		R$34,89	R$5.233,50
6	2.000	MT	Cabo 10.00mm. multipléx		R$9,71	R$19.420,00
7	500	MT	Cabo 16.00mm. Multipléx		R$11,90	R$5.950,00
8	2.000	MT	Cabo 2.50mm flexível		R$3,48	R$6.960,00
9	1.500	MT	Cabo 4.00mm flexível		R$5,74	R$8.610,00
10	150	UND	Caixa 4x2		R$1,51	R$226,50
11	50	UND	Caixa 4x4		R$4,33	R$216,50
12	50	UND	Caixa 8X4		R$40,03	R$2.001,50
13	50	um	Caixa 8X8		R$48,04	R$2.402,00
14	50	UND	Caixa de teto		R$13,95	R$697,50
15	150	UND	Curva eletroduto 3/4 90º		R$1,65	R$247,50
16	50	UND	Curva eletroduto 32mm 90º		R$2,48	R$124,00

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

17	70	UND	Disjuntor bipolar 40”		R$73,20	R$5.124,00
18	70	UND	Disjuntor monofásico 15"		R$11,56	R$809,20
19	70	UND	Disjuntor monofásico 20”		R$11,56	R$809,20
20	70	UND	Disjuntor monofásico 25”		R$11,56	R$809,20
21	70	UND	Disjuntor monofásico 40”		R$13,42	R$939,40
22	10	UND	Disjuntor tripolar 100”		R$200,94	R$2.009,40
23	50	UND	Disjuntor tripolar 40”		R$60,45	R$3.022,50
24	100	UND	Eletroduto 3/4		R$13,58	R$1.358,00
25	100	UND	Eletroduto 32mm		R$18,91	R$1.891,00
26	15	ROLO	Fio sólido elétrico 2,5MM² C/100 M		R$348,72	R$5.230,80
27	15	ROLO	Fio sólido elétrico 4,0MM² C/ 100 M		R$573,40	R$8.601,00
28	100	UND	Fita isolante 20 m		R$11,16	R$1.116,00
29	30	UND	Haste de aterramento de 2,44M		R$57,09	R$1.712,70
30	100	UND	Interruptor duas teclas		R$14,59	R$1.459,00
31	100	UND	Interruptor uma tecla		R$6,20	R$620,00
32	100	UND	Lâmpada a vapor metálica 400w		R$96,58	R$9.658,00
33	150	UND	Lâmpada economica 45w		R$25,42	R$3.813,00
34	100	UND	Lâmpada espiral fluorescente cores diversas 25W		R$25,42	R$2.542,00
35	100	UND	Lâmpada florescente 20w		R$25,42	R$2.542,00
36	30	UND	Calha para luminária 2x20 completa		R$200,28	R$6.008,40
37	30	UND	Calha para luminária 2x40 completa		R$65,15	R$1.954,50
38	100	UND	Lâmpada florescente 40w		R$15,57	R$1.557,00
39	20	JG	Padrão completo Monofasico		R$217,20	R$4.344,00
40	20	JG	Padrão completo Bifasico		R$536,96	R$10.739,20
41	20	JG	Padrão completo Trifasico		R$536,96	R$10.739,20
42	15	UNID	Quadro de distribuição ate (16 divisões)		R$53,84	R$807,60
43	15	UND	Quadro de distribuição metalica		R$186,66	R$2.799,90
44	200	UND	Tomada dois pólos mais terra		R$6,61	R$1.322,00
45	50	UND	Refletor Led 500w Holofote Branco Frio Bivolt A Prova D'agua		R$532,63	R$26.631,50
46	15	UND	Poste de concreto duplo T (DT) 11/200		R$854,00	R$12.810,00
47	15	UND	cruzeta de concreto tipo "l" 1700mm		R$142,33	R$2.134,95
VALOR TOTAL DO LOTE 12						**R$205.419,65**
LOTE 13						
1	200	UND	Relé fotoelétrico externo com base		R$55,39	R$11.078,00
2	200	UND	Lâmpada 400 metálico tubular		R$104,31	R$20.862,00
3	100	UND	Lâmpada 400 sódio tubular		R$56,93	R$5.693,00
4	10	UND	Taracha de abrir rosca de 32mm		R$45,40	R$454,00

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

5	10	UND	Taracha de abrir rosca de 40mm		R$126,91	R$1.269,10
6	400	UND	Luminaria de Led 30 w, eficiencia luminosa a partir de 1400lm/w, ipp 66, 500 50.000 horas de garantia		R$235,52	R$94.208,00
7	100	UND	Luminaria de Led 100, eficiencia luminosa a partir de 1400lm/w, ipp 66, 500 50.000 horas de garantia		R$427,67	R$42.767,00
8	300	UND	Luminaria de Led 150 w, eficiencia luminosa a partir de 1400lm/w, ipp 66, 500 50.000 horas de garantia		R$427,67	R$128.301,00
9	10	UND	Taracha de abrir rosca de 50mm		R$208,32	R$2.083,20
VALOR TOTAL DO LOTE 13						**R$306.715,30**
LOTE 14						
1	100	UND	Adaptador de Tomada Benjamim Tê 3 saidas		R$13,86	R$1.386,00
2	100	UND	Bocal louça branca E-27		R$6,10	R$610,00
3	200	UND	Bocal rabicho		R$3,54	R$708,00
4	15	UND	Caixa para padrão Monofasico		R$50,84	R$762,60
5	15	UND	Caixa para padrão Bifasico/trifasico		R$160,84	R$2.412,60
6	800	MT	Canduite 3/4		R$1,72	R$1.376,00
7	30	UND	Capacitor eletrolítico 24mk 400w		R$81,33	R$2.439,90
8	30	UND	Capacitor eletrolítico 40mk 400w		R$81,33	R$2.439,90
9	20	UND	Chuveiro elétrico com resistência 220 V		R$101,48	R$2.029,60
10	10	UND	Chuveiro frio pequeno		R$39,16	R$391,60
11	250	UND	Conector perfurante confeccionado em polímero de alta resistência mecânica, com contatos dentados de cobre com acabamento superficial. Bitolas: principal: 10-70MM2 - Derivação 1,5-10MM2.		R$9,50	R$2.375,00
12	300	UND	Espeto para Jardim 440 MM		R$166,37	R$49.911,00
13	20	UND	Extensão 10mts		R$28,47	R$569,40
14	300	UND	Lampada economica 40w 120w		R$20,39	R$6.117,00
15	100	UND	lampada espiral 55wx220v		R$26,86	R$2.686,00
16	80	UND	Lâmpada Halógena 500W - 220 V -		R$27,45	R$2.196,00
17	80	UND	lampada mista 250 E 40		R$84,00	R$6.720,00
18	150	UND	Lâmpada mista de 160 w - 220 V - c/ 75 x 177 x Base E27		R$36,60	R$5.490,00
19	200	UND	Lâmpada bulbo Higi Power 75w 6375 Lumens		R$107,77	R$21.554,00
20	150	UND	Lampada de Led 25 w Branca		R$15,68	R$2.352,00
21	200	UND	Lampada de Led 25 w Verde		R$20,13	R$4.026,00
22	200	UND	Lâmpada led 55 w		R$26,86	R$5.372,00
23	100	UND	Lâmpada led para iluminação pública 40 w Street LED		R$114,88	R$11.488,00
24	300	UND	Plug Fêmea		R$7,38	R$2.214,00
25	300	UND	Plug macho		R$6,93	R$2.079,00
26	100	UND	Reator metálico externo		R$241,56	R$24.156,00

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

27	30	UND	Resistência 220 V para chuveiro		R$30,75	R$922,50
28	25	ROLO	Rolo fio sólidoO 1X1.5 C/ 100 M		R$217,57	R$5.439,25
29	100	UND	União galvonizada 11/2		R$70,15	R$7.015,00
30	100	UND	União galvonizada 11/4		R$70,15	R$7.015,00
31	80	UND	CAIXA DE PASSAGEM METALICA DE SOBREPOR COM TAMPA PARAFUSADA, DIMENSOES 40 X 40 X 15		R$135,37	R$10.829,60
VALOR TOTAL DO LOTE 14						**R$195.082,95**
LOTE 15						
1	100	UND	ARANDELA INTERNA TIPO JABUTICABA		R$170,80	R$17.080,00
2	30	UND	Luminária fechada c/ bocal E-40 anti vandalismo		R$109,80	R$3.294,00
3	50	UND	Refletor led 200 w		R$95,52	R$4.776,00
4	80	UND	Refletor led 100 w		R$76,86	R$6.148,80
5	50	UND	Refletor Retangular 500w		R$532,60	R$26.630,00
6	100	MT	Cascata 400 LED multifunções COD102010C WORNO		R$12,11	R$1.211,00
7	100	UND	NATAL PISCA LED WINCY 100L BRANCO QUENTE NTI2100020V		R$56,40	R$5.640,00
8	200	UND	TUBO CHIBRALI BRANCO 80CM BIVOLT 88163		R$34,45	R$6.890,00
9	80	UND	CORTINA RIO DE OURO 500 LED BRANCO		R$89,23	R$7.138,40
10	100	UND	PISCA D A 60 LED FIO PVC C 8 FUNÇÃO		R$11,95	R$1.195,00
VALOR TOTAL DO LOTE 15						**R$80.003,20**
LOTE 16						
1	100	UND	Abraçadeira tipo cunha 1		R$1,00	R$100,00
2	100	UND	Abraçadeira tipo cunha 1/4		R$0,62	R$62,00
3	100	UND	Abraçadeira tipo cunha 3/4		R$0,73	R$73,00
4	300	UND	Abraçadeira de Silicone para Mangueira de Led		R$1,12	R$336,00
5	30	UND	Alça cabo de 10mm, 16mm, 35 mm		R$23,64	R$709,20
6	200	UND	Braço reto com sapata 1,00mt, p/ Luminaria		R$132,12	R$26.424,00
7	200		Braço reto com sapata 1,50mt, p/ Luminaria		R$132,12	R$26.424,00
8	15	UND	Braço curvo galvanizado c/ 2 metros, Poste base E-40 até 400w		R$132,12	R$1.981,80
9	3	UND	Caixa para barramento 50x40		R$268,94	R$806,82
10	30	UND	Disjuntor Monofásico 30 amp.		R$11,56	R$346,80
11	50	UND	Disjuntor Monofásico 40 amp.		R$13,41	R$670,50
12	3	UND	Disjuntor tripolar 125A		R$374,32	R$1.122,96
13	5	UND	Disjuntor tripolar 100A		R$200,94	R$1.004,70
14	200	PACOTE	Enforca gato pacote com 100 Um		R$81,33	R$16.266,00
15	10	PACOTE	Grampo Fixa Cabo 10mm 100 um		R$18,30	R$183,00
16	20	UND	Globo p/ iluminação 15cm em plastico		R$170,41	R$3.408,20
17	20	UND	Globo p/ iluminação 25cm em plastico		R$170,41	R$3.408,20

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

18	100	UND	Globo p/ iluminação 30cm em acrílico		R$170,41	R$17.041,00
19	50	UND	Haste terra 2,40mt		R$57,09	R$2.854,50
20	30	UND	Luminaria de 1 soquete e27		R$9,46	R$283,80
21	30	UND	Luminaria 1x20 completa		R$87,43	R$2.622,90
22	50	UND	Luminaria 1x40 completa		R$137,25	R$6.862,50
23	50	UND	Luminaria 2x20 completa		R$132,17	R$6.608,50
24	40	UND	Luminaria 2x40 completa		R$162,67	R$6.506,80
25	50	UND	Luminaria de 2 lampada e 27		R$73,20	R$3.660,00
26	100	UND	Parafuso 5/8 x 20 cm p/ luminária		R$27,57	R$2.757,00
27	50	UND	Parafuso francês 3/8x0,3 1/2		R$2,98	R$149,00
28	50	UND	Pino bipolar 20/25a 250w		R$10,98	R$549,00
29	50	UND	Pino feme 2p+t 20a		R$9,98	R$499,00
30	50	UND	Pino femea 2p 10a		R$3,87	R$193,50
31	50	UND	Pino femea 2p+t 10a		R$6,80	R$340,00
32	50	UND	Pino macho 2p 10a		R$3,87	R$193,50
33	50	UND	Pino macho 2p+t 10a		R$6,80	R$340,00
34	50	UND	Pino macho 2p+t 20a		R$9,98	R$499,00
35	50	UND	Pino tripolar 30a 250w		R$86,42	R$4.321,00
36	10	UND	Rack linha leve de 1 polo		R$9,76	R$97,60
37	50	UND	Receptaculo Porcelana E-40		R$4,88	R$244,00
38	200	UND	Relé fotoelétrico, capacidade de carga 1.000W/1.800 VA, tensão 220 V, freqüência 60HZ, tipo de contato NF. Níveis de operação: liga 3 a 20 lux, desliga 80 lux, norma da fabricação : ABNT NBR 5123 e 5169		R$28,98	R$5.796,00
39	80	UND	Roldana louça 72x72 mm		R$10,21	R$816,80
40	80	UND	Soquete c/ borne		R$6,10	R$488,00
41	80	UND	Luminaria Plafon		R$7,13	R$570,40
42	150	UND	Tomada (base) 10A, 220 V, com Corpo Externo, Receptáculo e Porca de Fixação do Corpo à Alça injetado em polipropileno preto estabilizado contra radiações UV, resistente a intempéries e choques mecânicos, com alça de fixação em aço galvanizado a fogo que permita o giro da tomada em 360º, parafusos e porcas em aço zincado, Cabos de ligação com Comprimento de 500mm, nas cores:- Preto-fase, Vermelho-retorno e Branco-comum		R$15,70	R$2.355,00
VALOR TOTAL DO LOTE 16						**R$149.975,98**
LOTE 17						
1	50	UND	Tubo eletrodulto 1/4		R$29,44	R$1.472,00
2	50	UND	Tubo eletrodulto 3/4		R$13,58	R$679,00
3	50	UND	Tubo eletrodulto1		R$18,91	R$945,50
4	50	UND	Tubo eletroduto 2'		R$72,18	R$3.609,00
5	30	UND	Tubo eletroduto 3'		R$122,00	R$3.660,00

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

6	30	UND	Arrandela c/ braço curto curvo		R$57,54	R$1.726,20
7	10	UND	Arandela externa		R$171,67	R$1.716,70
8	200	UND	Base de relê foto eletrico		R$27,71	R$5.542,00
9	500	MT	Cabo flexivel 1,5mm		R$2,18	R$1.090,00
10	600	MT	Cabo flexivel 10mm		R$15,38	R$9.228,00
11	300	MT	Cabo flexivel 16mm		R$29,37	R$8.811,00
12	700	MT	Cabo flexivel 2,5mm		R$3,49	R$2.443,00
13	1.000	MT	Cabo flexivel 6,0mm		R$8,60	R$8.600,00
14	100	MT	Cabo flex 25mm		R$50,83	R$5.083,00
15	100	MT	Cabo Flex 35mm		R$70,15	R$7.015,00
16	80	MT	Cabo flex 50mm		R$172,83	R$13.826,40
17	80	MT	Cabo flex 95mm		R$238,92	R$19.113,60
18	400	MT	Cabo pp 2,00x1,5mm		R$5,74	R$2.296,00
19	200	MT	Cabo pp 2,0x2,5mm		R$9,44	R$1.888,00
20	300	MT	Cabo pp 2,0x4,0mm		R$15,23	R$4.569,00
21	400	MT	Cabo pp 2,0x6,0mm		R$22,93	R$9.172,00
22	300	MT	Cabo pp 3,0x1,5mm		R$6,59	R$1.977,00
23	400	MT	Cabo pp 3,0x2,5mm		R$14,16	R$5.664,00
24	400	MT	Cabo pp 3,0x4,0mm		R$22,84	R$9.136,00
25	500	MT	Cabo pp 3,0x6,0mm		R$30,30	R$15.150,00
26	100	UND	Caixa de luz 4x2		R$1,51	R$151,00
27	400	UND	Emenda para mangueira de Led		R$8,13	R$3.252,00
28	200	MT	Fio de cobre "tipo cabinho" com isolação de PVC 70 - 450/750V - 2,5 mm² - deve atender a NBR-NM 247-3.mm²		R$3,49	R$698,00
29	200	MT	Fio de Cobre de 4mm², Isolação: Composto termoplástico à base de PVC flexível antichama, permitindo uma temperatura máxima de operação no condutor de 70º C em serviço contínuo, 100º C em sobrecarga e 160º C em curto-circuito. Possuir especiais características quanto à não propagação e auto extinção de fogo; Diam. Nominal do Condutor de 2,4 mm; Espessura Nominal da Isolação de 0,8 mm; Diâmetro Externo Nominal de 4,1 mm; Peso Líquido: 44,1 Kg/Km.		R$5,74	R$1.148,00
30	100	MT	Fio de cobre sólido de 6,00 mm		R$14,22	R$1.422,00
31	200	MT	Fio de cobre torcido 2x4mm²		R$3,56	R$712,00
32	4	PC	Fio torcido 2,0x2,5mm c/ 100mt		R$790,97	R$3.163,88
33	1.000	MT	Fio paralelo de 2,5 MM		R$8,28	R$8.280,00
34	50	UND	Fita isolante 19x10		R$6,04	R$302,00
35	50	UND	Fita isolante alta fusão C/ 10 MT		R$34,56	R$1.728,00
36	1.500	MT	Mangueira de Led Neon Branca		R$37,01	R$55.515,00
37	500	UND	Rabicho para Mangueira de Led		R$24,90	R$12.450,00

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

			VALOR TOTAL DO LOTE 17			**R$233.234,28**
			LOTE 18			
1	3	UND	Alicate 8" de 1000 w p/ eletricista medindo 200 mm e c/ isolamento		R$100,65	R$301,95
2	3	UND	Bolsa de lona com alça		R$271,00	R$813,00
3	5	PAR	Bota para Eletricista couro de raspa		R$144,37	R$721,85
4	5	UND	Balde de lona para eletricista		R$87,43	R$437,15
5	5	UND	Capacete de segurança para eletricista		R$20,31	R$101,55
6	5	UND	Capacete eletricista com carneira		R$20,31	R$101,55
7	5	JG	Chave fenda eletricista 5 1/2 X 6		R$12,64	R$63,20
8	5	UND	Chave teste		R$25,01	R$125,05
9	5	UND	Cinto de segurança paraquedista		R$238,92	R$1.194,60
10	5	UND	Cinto p/eletricista c/fixação peitoral abdominal, dorsal e lateral		R$349,89	R$1.749,45
11	5	UND	Escada de fibra de 02 lance 12 degraus		R$1.931,67	R$9.658,35
12	1	UND	Escada de fibra estensível de 23 degraus 4,20 X7,20 M		R$1.931,67	R$1.931,67
13	1	UND	Escada Extensível 2x9 Em Alumínio 18 Degraus		R$911,34	R$911,34
14	1	UND	Escada pequena 05 degraus de abrir e fechar - Estrutura e degraus em chapa de aço , acabamento e pintura epóxi a pó branca.Peças plásticas em polipropileno.		R$208,58	R$208,58
15	5	PAR	Luva de borracha isolação 1000wts		R$162,67	R$813,35
16	5	PAR	Luvas Vaqueta c/ Cano longo para utilização em Alta Tensão Elétrica		R$90,48	R$452,40
17	5	UND	Macação de eletricista, tamanhos diversos		R$671,00	R$3.355,00
18	5	UND	Óculos para eletricista		R$6,43	R$32,15
19	5	UND	Pochete em sola para eletricista		R$274,50	R$1.372,50
20	5	UND	Passa fio p/ eletricista 10mt		R$22,92	R$114,60
21	5	UND	Passa fio p/ eletricista 15mt		R$27,89	R$139,45
22	20	UND	Talabarte de Segurança para Posicionamento		R$532,57	R$10.651,40
23	20	UND	Talabarte em Y Tubular com Absorvedor de Energia e Conector 55mm		R$532,57	R$10.651,40
			VALOR TOTAL DO LOTE 18			**R$45.901,54**
			LOTE 19			
1	15	JG	Batentes de madeira para Janela de 1,20 x 0,80 mt		R$176,90	R$2.653,50
2	20	JG	Batentes de madeira para porta de 2,10 x 0,80 mt		R$272,47	R$5.449,40
3	20	JG	Batentes de madeira para Porta de 2,10 x 0,90 mt		R$272,47	R$5.449,40
4	50	UND	Compensado 10.00mm - 2750X1840mm		R$254,17	R$12.708,50
5	50	UND	Compensado 15.00mm - 2750X1840mm		R$351,77	R$17.588,50
6	50	UND	Compensado 4 mm - 2750X1840mm		R$137,25	R$6.862,50
7	50	UND	Compensando 05 mm - 2750X1840mm		R$176,90	R$8.845,00
8	50	UND	Compensando 06 mm - 2750X1840mm		R$176,90	R$8.845,00
9	50	UND	Eucalipto bitola 6m de comprimento 8 a 10 de espessura		R$130,13	R$6.506,50

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

10	50	UND	Eucalipto bitola 6m de comprimento 10 a 12 de espessura		R$178,93	R$8.946,50
11	50	UND	Eucalipto bitola 6m de comprimento 12 a 15 de espessura		R$254,17	R$12.708,50
12	50	UND	Eucalipto bitola 6m de comprimento 15 a 20 de espessura		R$772,67	R$38.633,50
13	50	UND	Eucalipto bitola 6m de comprimento 20 a 25 de espessura		R$894,67	R$44.733,50
14	50	UND	Eucalipto bitola 6m de comprimento 4 a 7 de espessura		R$90,48	R$4.524,00
15	200	MT	Guarnição		R$9,66	R$1.932,00
16	30	UND	Janela de almofada em madeira mista 80x1,10		R$464,62	R$13.938,60
17	20	UND	Maderite resinado 10mm - 2750X1840mm		R$113,87	R$2.277,40
18	20	UND	Maderite resinado 12 mm - 2750X1840mm		R$123,02	R$2.460,40
19	20	UND	Maderite resinado 13 mm - 2750X1840mm		R$142,33	R$2.846,60
20	30	UND	Maderite resinado 9mm - 2750X1840mm		R$89,47	R$2.684,10
21	20	UND	MDF 06 mm - 2750X1840mm		R$305,00	R$6.100,00
22	20	UND	MDF 09 mm - 2750X1840mm		R$511,38	R$10.227,60
23	20	UND	Porta de almofada em madeira mista 2,10x60m		R$655,75	R$13.115,00
24	20	UND	Porta de almofada em madeira mista 2,10x70m		R$765,55	R$15.311,00
25	20	UND	Porta de almofada em madeira mista 2,10x80m		R$856,03	R$17.120,60
26	20	UND	Porta de almofada em madeira mista 2,10x90m		R$964,82	R$19.296,40
27	20	UND	Porta de compensado 2,10X0,80CM		R$208,21	R$4.164,20
28	20	UND	Porta de compensado 60X2,10M		R$208,21	R$4.164,20
29	200	MT	Ripão de madeira mista 5,5 x 3,5		R$13,83	R$2.766,00
30	500	MT	Ripas de madeira mista 4X1 CM		R$4,47	R$2.235,00
31	150	UND	Tábua de pinus 3m x 0,30cm x 30mm		R$65,34	R$9.801,00
32	100	MT ²	Tábuas de madeira de 2,3cm		R$299,92	R$29.992,00
33	50	MT ²	Tábuas de madeira de 3mm		R$456,48	R$22.824,00
34	100	UND	Tapume 10mm		R$147,72	R$14.772,00
35	100	MT	Vigas de madeira 12x6cm		R$45,55	R$4.555,00
36	100	MT	Vigas de madeira 14x6cm		R$58,97	R$5.897,00
37	100	MT	Vigas de madeira 20x6cm		R$104,72	R$10.472,00
38	100	MT	Vigas de madeira mista 16x6cm		R$104,72	R$10.472,00
VALOR TOTAL DO LOTE 19						**R$413.878,40**
LOTE 20						
1	15	UND	Tubo de concreto simples para aguas pluviais, classe PA 1, com encaixe ponta e bolsa, diametro nominal de 200mm		R$69,95	R$1.049,25
2	15	UND	Tubo de concreto armado para aguas pluviais, classe PA 1, com encaixe ponta e bolsa, diametro nominal de 300mm		R$138,27	R$2.074,05
3	15	UND	Tubo de concreto armado para aguas pluviais, classe PA 1, com encaixe ponta e bolsa, diametro nominal de 400mm		R$167,75	R$2.516,25

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

4	10	UND	Tubo de concreto armado para aguas pluviais, classe PA 1, com encaixe ponta e bolsa, diametro nominal de 500mm		R$452,42	R$4.524,20
5	10	UND	Tubo de concreto armado para aguas pluviais, classe PA 1, com encaixe ponta e bolsa, diametro nominal de 600mm		R$452,42	R$4.524,20
6	5	UND	Tubo de concreto armado para aguas pluviais, classe PA 1, com encaixe ponta e bolsa, diametro nominal de 700mm		R$786,90	R$3.934,50
7	5	UND	Tubo de concreto armado para aguas pluviais, classe PA 1, com encaixe ponta e bolsa, diametro nominal de 800mm		R$786,90	R$3.934,50
8	5	UND	Tubo de concreto armado para aguas pluviais, classe PA 1, com encaixe ponta e bolsa, diametro nominal de 900mm		R$849,93	R$4.249,65
9	5	UND	Tubo de concreto armado para aguas pluviais, classe PA 1, com encaixe ponta e bolsa, diametro nominal de 2000mm		R$1.699,87	R$8.499,35
VALOR TOTAL DO LOTE 20						**R$35.305,95**
LOTE 21						
1	200	MILHEIRO	PEDRA - PARALELEPÍPEDOS. Material granito, gnaisse, ou originados de outros tipos de rocha de resistência equivalente, apresentando Uma distribuição uniforme dos materiais constituintes e estarem isentos de veios, falhas materiais em desagregação ou arestas quebradas. Devem ainda apresentar as seguintes características: - Resistência á compressão simples: 1.000kg/cm²; - Peso específico aparente: 2.400kg/m²; - Absorção de água após 48 horas de imersão: 0,5% em peso. Comprimento 17 a 23 cm; Largura 12 a 15 cm; Altura 11 a 14 cm		R$1.220,00	R$244.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE 21						**R$244.000,00**
LOTE 22						
1	6.000	UND	Meio-fio em concreto, com dimensões minimas de 30x100x12 cm.		R$55,92	R$335.520,00
VALOR TOTAL DO LOTE 22						**R$335.520,00**
VALOR TOTAL DOS LOTES						**R$6.135.465,20**

2.2 - Os quantitativos indicados são estimados e não implicam obrigação de contratação integral pela Administração, sendo os bens solicitados de forma parcelada e sob demanda, de acordo com as necessidades da Administração, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
2.3 - A licitante deverá indicar a marca dos produtos ofertados e, quando aplicável, o respectivo modelo, de modo a permitir a adequada identificação e análise da proposta.

3 - CONDIÇÕES DA PROPOSTA E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
3.1 - Os bens serão fornecidos de forma parcelada e sob demanda, conforme as necessidades da Administração e as condições, especificações, locais e prazos estabelecidos no Termo de Referência.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

3.2 - O fornecimento ocorrerá mediante emissão de Ordem de Fornecimento, Autorização de Fornecimento, requisição ou outro instrumento formal adotado pela Administração, contendo as informações necessárias ao atendimento da demanda.
3.3 - A Contratada deverá atender às solicitações emitidas pela Administração nos prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência, fornecendo os produtos em conformidade com as especificações, quantidades e demais requisitos da contratação.
3.4 - A Administração poderá recusar, total ou parcialmente, os produtos entregues em desacordo com o Edital, o Termo de Referência, a Ata de Registro de Preços, o instrumento contratual ou equivalente, sem prejuízo da obrigação da Contratada de promover sua substituição ou regularização, sem ônus adicional para a Administração, nos prazos estabelecidos.
3.5 - As solicitações e comunicações relacionadas ao fornecimento poderão ser encaminhadas pelos meios oficiais definidos pela Administração e/ou pelos dados de contato informados pela Contratada.
E-mail para recebimento das solicitações: _____
Telefone/contato: _____
3.6 - A licitante obriga-se a manter atualizados seus dados de contato durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes, responsabilizando-se pelo acompanhamento das comunicações regularmente encaminhadas pela Administração.

4 - PREÇOS E DESPESAS INCLUÍDAS

4.1 - Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao integral cumprimento do objeto, inclusive tributos, encargos, fretes, transporte, carga, descarga, seguros e demais despesas incidentes sobre o fornecimento dos bens.
4.2 - Os preços propostos deverão contemplar integralmente as obrigações previstas no Termo de Referência, não sendo admitida cobrança adicional por despesas ou encargos necessários ao cumprimento do objeto.
4.3 - O pagamento será devido exclusivamente em relação aos bens efetivamente solicitados, fornecidos e regularmente recebidos pela Administração, não constituindo os quantitativos estimados direito à contratação ou faturamento integral.
.

5 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após o regular fornecimento e recebimento dos bens, apresentação da respectiva documentação fiscal e atesto pelo servidor responsável, observadas as demais condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e no instrumento contratual ou equivalente.

6 - PRAZOS E VIGÊNCIA

6.1 - Os quantitativos constantes desta proposta são estimados para o período de vigência da Ata de Registro de Preços, não obrigando a Administração à sua contratação integral.
6.2 - Os bens serão solicitados parceladamente, de acordo com as necessidades da Administração, observados os prazos, locais de entrega e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e nas respectivas solicitações.
6.3 - A vigência da Ata de Registro de Preços observará o prazo estabelecido no Edital e na legislação aplicável

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

.

7 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - A CONTRATANTE compromete-se a:
7.1.1 - efetuar o pagamento à CONTRATADA pelos bens efetivamente fornecidos e regularmente recebidos, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
7.1.2 - promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, registrando as ocorrências verificadas;
7.1.3 - comunicar à CONTRATADA as irregularidades ou desconformidades verificadas nos produtos fornecidos, determinando, quando cabível, sua substituição ou regularização;
7.1.4 - fornecer as informações e emitir as solicitações necessárias ao adequado cumprimento do objeto; e
7.1.5 - observar o contraditório e a ampla defesa nos procedimentos de aplicação das penalidades, quando cabíveis

8 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - A CONTRATADA compromete-se a:
8.1.1 - manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame;
8.1.2 - fornecer os bens em estrita conformidade com as condições, especificações, padrões de qualidade e demais exigências estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e no instrumento contratual ou equivalente;
8.1.3 - responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento, respondendo pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de sua atuação, na forma da legislação aplicável;
8.1.4 - comunicar imediatamente à Administração qualquer fato que possa comprometer ou impedir o regular cumprimento das obrigações assumidas;
8.1.5 - substituir, corrigir ou regularizar, às suas expensas, os produtos fornecidos em desconformidade com as especificações ou condições da contratação, nos prazos estabelecidos pela Administração; e
8.1.6 - cumprir as demais obrigações previstas no Termo de Referência e nos demais documentos integrantes da contratação
.

9 - PENALIDADES

9.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a Contratada às sanções previstas no Edital, no instrumento contratual ou equivalente e na Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10 - VALIDADE DA PROPOSTA

10.1 - A presente proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação, salvo prazo superior expressamente indicado pela licitante
.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

11 - DECLARAÇÃO

11.1 - Declaramos que examinamos e temos pleno conhecimento de todas as condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 013/2026 e seus anexos, especialmente o Termo de Referência, e que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos necessários ao integral cumprimento do objeto, inclusive tributos, encargos, fretes, transporte, carga, descarga, seguros e demais despesas incidentes sobre o fornecimento dos bens, não cabendo qualquer cobrança adicional à Administração, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas.

11.2 - Declaramos, ainda, que nos comprometemos, caso vencedores, a fornecer os bens pelos valores constantes desta proposta, observadas as condições do Edital, do Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços e dos demais instrumentos integrantes da contratação

....., ... de ..... de .....

_____

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL
NOME / CPF / CARGO
DADOS DA EMPRESA

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026

ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA A PRÁTICA DE ATOS CONCERNENTES AO CERTAME

Através do presente instrumento, nomeamos e constituímos o(a) Senhor(a) ....., (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº ....., expedido pela ....., devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº ....., residente à rua ....., nº ..... como nosso mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para:

(apresentar proposta de preços, formular ofertas e lances, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos, negociar preços e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame etc.).

_____, _____de _____ de 20____.

_____
Razão Social:
CNPJ:
Nome e Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa [**RAZÃO SOCIAL**], com endereço [**ENDEREÇO COMPLETO COM CEP**], inscrita no CNPJ sob o nº [**CNPJ**], representada neste ato por [**NOME REPRESENTANTE**], [**NACIONALIDADE**], [**ESTADO CIVIL**], [**PROFISSÃO**], inscrito no CPF nº [**CPF**], **DECLARA**, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026**, instaurada pelo Município de Guajeru-Ba, que atende os cumprimentos dos requisitos de habilitação.

Por ser verdade, firmamos o presente.

_____, _____de _____ de 20____.

_____
Razão Social:
CNPJ:
Nome e Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

A empresa [**RAZÃO SOCIAL**], com endereço [**ENDEREÇO COMPLETO COM CEP**], inscrita no CNPJ sob o nº [**CNPJ**], representada neste ato por [**NOME REPRESENTANTE**], [**NACIONALIDADE**], [**ESTADO CIVIL**], [**PROFISSÃO**], inscrito no CPF nº [**CPF**], **DECLARA**, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal. Outrossim, declara ainda ser conhecedora de que a violação, a qualquer tempo, do dispositivo legal mencionado, implica na rescisão de futuro contrato administrativo a ser celebrado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Por ser verdade, firmamos o presente.

_____, _____de _____ de 20____.

_____
Razão Social:
CNPJ:
Nome e Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026

ANEXO V - MINUTA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ...../20.....
PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ...../20.....

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU-BA**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Antônio Carlos Magalhães, nº 24, na cidade Guajeru, Bahia, naquele Município, inscrita no **CNPJ sob o nº 13.284.658/0001-14**, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, o Sr.(a) ....., brasileiro(a), casado(a), portador(a) da cédula de identidade nº ....., emitida pela SSP/....., inscrito(a) no CPF sob o n° ....., com endereço na ....., , doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, considerando o julgamento e a homologação da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº ..... – REGISTRO DE PREÇOS**, Processo Administrativo nº ....., **RESOLVE registrar os preços** da empresa indicada e qualificada nesta Ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades estimadas, observadas as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 045, de 10 de setembro de 2024, e demais normas aplicáveis. Integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição, o Edital, o Termo de Referência, a proposta da empresa registrada e os demais documentos que compõem o procedimento licitatório.

1. DO OBJETO.
1.1. A presente ata tem por objeto o Registro de Preços para a contratação futura de pessoa jurídica especializada no fornecimento de **.....**, de acordo com as especificações, quantidades estimadas e demais condições constantes no Termo de Referência e no Edital da licitação.
1.2. Os quantitativos registrados são estimados e não obrigam a Administração à contratação integral, sendo as aquisições realizadas de forma parcelada e sob demanda, conforme as necessidades da Administração.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.
2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Lote	Item	Descrição	Valor Unitário R$	Valor Total R$
VALOR TOTAL				

2.2. O fornecedor classificado é o que se segue:

EMPRESA FORNECEDORA		**CNPJ:**	
RAZÃO SOCIAL			
ENDEREÇO			
CIDADE:	**UF:**	**CEP:**	
FONE:	**ENDEREÇO ELETRÔNICO:**		
REPRESENTANTE			
IDENTIDADE:	**ORGÃO EXPEDIDOR:**	**CPF:**	

3. DO CADASTRO RESERVA.
3.1. As aquisições decorrentes desta Ata serão realizadas de forma parcelada e sob demanda, mediante emissão de Ordem de Fornecimento, Autorização de Fornecimento, Nota de Empenho, contrato ou outro instrumento

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

hábil adotado pela Administração.
3.2. Cada contratação observará as especificações, quantitativos, locais, prazos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e no respectivo instrumento de solicitação.
3.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar os quantitativos estimados, facultando-se a realização de contratação específica para a aquisição pretendida, nos termos da legislação aplicável, assegurada ao fornecedor registrado a preferência em igualdade de condições, quando cabível
3.4. A inclusão no cadastro de reserva não gera direito à contratação nem qualquer obrigação de consumo por parte da Administração.
Observação: Não havendo fornecedores integrantes do cadastro de reserva, o respectivo anexo poderá ser suprimido.

4. DAS OBRIGAÇÕES DO DETENTOR BENEFICIÁRIO DA ATA.
4.1. O fornecedor registrado deverá cumprir integralmente as condições estabelecidas nesta Ata, no Edital, no Termo de Referência, em sua proposta e nos instrumentos contratuais ou equivalentes decorrentes da Ata de Registro de Preços.
4.2. Constituem obrigações do fornecedor registrado, além daquelas previstas no Termo de Referência e nos demais documentos da contratação:

a) atender às solicitações regularmente emitidas pelo Órgão Gerenciador, observados os prazos, quantitativos, especificações, locais de entrega e demais condições estabelecidas;
b) manter, durante a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;
c) fornecer os bens de acordo com as especificações, padrões de qualidade e demais requisitos estabelecidos no Termo de Referência;
d) substituir, corrigir ou regularizar, às suas expensas, os produtos fornecidos em desconformidade com as condições estabelecidas;
e) comunicar imediatamente à Administração qualquer fato que possa comprometer o cumprimento das obrigações assumidas;
f) responsabilizar-se integralmente pelos custos e despesas necessários ao fornecimento dos bens, inclusive aqueles relacionados ao transporte, frete, carga, descarga e demais encargos compreendidos nos preços registrados; e
g) cumprir as demais obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e na legislação aplicável

4.3. O descumprimento das condições da Ata poderá ensejar o **cancelamento do registro do fornecedor**, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis, observados o contraditório e a ampla defesa.

5. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES.
5.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços, inclusive os acréscimos previstos no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das alterações admitidas nos contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes da Ata, quando legalmente cabíveis.

6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
6.1. Não será admitida, em hipótese alguma, a adesão de outros órgãos à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação.

7. DA VALIDADE DA ATA.
7.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado que os preços permanecem vantajosos para a Administração, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável.
7.2. A prorrogação da vigência dependerá de manifestação expressa da Administração e da demonstração da vantajosidade dos preços registrados, não ocorrendo de forma automática.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

7.3. A extinção da Ata pelo decurso de seu prazo de vigência não prejudicará as contratações formalizadas durante sua vigência, que permanecerão regidas pelas condições estabelecidas nos respectivos instrumentos

8. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais das contratações decorrentes desta Ata, inclusive quanto ao fornecimento e recebimento dos bens, aos prazos, às obrigações da Administração e do fornecedor registrado, às condições de pagamento, à fiscalização, às sanções e às demais condições aplicáveis, encontram-se definidas no Termo de Referência, na minuta de contrato ou instrumento equivalente, no Edital da Licitação e na legislação aplicável.
8.2. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, de acordo com as necessidades da Administração, mediante solicitação formal do órgão competente.
8.3. A Administração pagará exclusivamente pelos bens efetivamente solicitados, fornecidos e regularmente recebidos, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência.
8.4. Não haverá obrigação de contratação integral dos quantitativos estimados registrados nesta Ata.

9. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. Os preços registrados poderão ser revistos nas hipóteses e condições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 045, de 10 de setembro de 2024, e no Edital.
9.2. O pedido de revisão deverá ser formalmente apresentado e acompanhado dos documentos necessários à demonstração da ocorrência de fato superveniente capaz de alterar os preços praticados, não sendo admitida revisão baseada exclusivamente em alegações genéricas.
9.3. Compete à Administração analisar a documentação apresentada e verificar a efetiva ocorrência dos pressupostos necessários à alteração do preço registrado.
9.4. A apresentação de pedido de revisão não suspende automaticamente as obrigações assumidas pelo fornecedor registrado, salvo decisão expressa da Administração em sentido diverso.

10. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

10.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado nas hipóteses previstas no Edital, no Decreto Municipal nº 045, de 10 de setembro de 2024, e na legislação aplicável.
10.2. Constituem, entre outras legalmente previstas, hipóteses de cancelamento:
a) descumprimento das condições da Ata de Registro de Preços;
b) recusa injustificada em atender às solicitações regularmente emitidas pela Administração;
c) perda das condições necessárias à contratação, quando indispensáveis à execução;
d) aplicação de sanção administrativa que impeça a contratação;
e) ocorrência de fato superveniente devidamente comprovado que inviabilize a manutenção do registro; e
f) demais hipóteses previstas no Edital e na regulamentação aplicável.
10.3. O cancelamento deverá observar o contraditório e a ampla defesa quando a medida decorrer de fato imputável ao fornecedor registrado.
10.4. O cancelamento do registro não prejudicará a apuração de responsabilidades por obrigações anteriormente assumidas.

11. DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições relativas ao fornecimento e recebimento dos bens, prazos, fiscalização, pagamento, obrigações das partes, sanções administrativas e demais regras aplicáveis encontram-se estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, nos instrumentos contratuais ou equivalentes e na legislação pertinente.
11.2. Os instrumentos mencionados no item anterior integram esta Ata para todos os fins, independentemente de transcrição.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

11.3. Em caso de divergência entre a proposta registrada e as condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência, prevalecerão as disposições do instrumento convocatório, ressalvada condição mais vantajosa regularmente ofertada e aceita pela Administração.

12. DA DIVULGAÇÃO

12.1. A Ata de Registro de Preços será divulgada nos meios legalmente exigidos e disponibilizada nos sítios eletrônicos oficiais pertinentes, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável.

12.2. O Órgão Gerenciador manterá disponíveis as informações relativas aos preços registrados durante a vigência da Ata, na forma exigida pela legislação.

12.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata será assinada pelas partes e produzirá seus efeitos na forma da legislação aplicável.

13. DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca competente a que pertence o Município de Guajeru/BA, para dirimir as questões decorrentes desta Ata de Registro de Preços que não possam ser resolvidas administrativamente, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Guajeru-Ba, _____, de _____ de 20 ___ .

_____
PREFEITURA

_____
FORNECEDOR

TESTEMUNHAS:

_____
CPF:

_____
CPF:

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Para fins do disposto no Edital do **Pregão Eletrônico nº 013/2026**, **declaro**, sob as penas da lei, que a empresa _____, inscrita no **CNPJ nº** _____, cumpre os requisitos legais para a qualificação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar e no Decreto nº 6.204, de 05.09.2007.

Declaro, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame.

_____, _____de _____ de 20____.

_____
Razão Social:
CNPJ:
Nome e Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO

Eu, [**NOME REPRESENTANTE**], [**NACIONALIDADE**], [**ESTADO CIVIL**], [**PROFISSÃO**], inscrito no CPF nº [**CPF**], como representante devidamente constituído da empresa [**RAZÃO SOCIAL**], com endereço [**ENDEREÇO COMPLETO COM CEP**], inscrita no CNPJ sob o nº [**CNPJ**], doravante denominado Licitante, para fins do disposto no Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026** da Prefeitura Municipal de Guajeru-Ba, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, **DECLARO** que inexiste impedimento legal contra a da empresa [**RAZÃO SOCIAL**] para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

_____, _____de _____ de 20____.

_____
Razão Social:
CNPJ:
Nome e Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO INTEGRA SEU CORPO SOCIAL, NEM EM SEU QUADRO FUNCIONAL, EMPREGADO PÚBLICO OU MEMBRO COMISSIONADO DE ÓRGÃO DIRETO OU INDIRETO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

A empresa [**RAZÃO SOCIAL**], com endereço [**ENDEREÇO COMPLETO COM CEP**], inscrita no CNPJ sob o nº [**CNPJ**], representada neste ato por [**NOME REPRESENTANTE**], [**NACIONALIDADE**], [**ESTADO CIVIL**], [**PROFISSÃO**], inscrito no CPF nº [**CPF**], **DECLARA** sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** Nº **013/2026**, instaurado pelo Município de **Guajeru-Ba**, não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal.

Por ser verdade, firmamos o presente....

_____, _____de _____ de 20____.

_____
Razão Social:
CNPJ:
Nome e Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026

ANEXO IX - MINUTA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº .....

CONTRATO DE **FORNECIMENTO DE MATERIAIS**, QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU-BA** E A EMPRESA **.....** NOS TERMOS ABAIXO:

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU-BA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 13.284.658/0001-14 com Sede na Praça Antônio Carlos Magalhães, nº 24, na cidade Guajeru, Bahia, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, o **Sr. Jilvan Teixeira Ribeiro**, doravante denominada **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa **.....**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº ....., com sede na ....., representada neste ato por o(a) Sr(a). ....., ..., com registro de identidade nº ..... e cadastro no CPF nº ....., doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, com base nos termos da Lei nº 14.133/21 com suas ulteriores alterações e no **Pregão Eletrônico nº 013/2026** e **Ata de Registro de Preços nº .....** resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento de Materiais, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **Aquisição de materiais de construção, hidráulicos, elétricos, ferramentas, materiais para pavimentação e iluminação pública, destinados à manutenção, reforma e melhoria dos imóveis e espaços públicos de Guajeru/BA**, conforme condições, especificações e demais exigências constantes do Termo de Referência, do Edital do **Pregão Eletrônico nº 013/2026**, da Ata de Registro de Preços nº ..... e da proposta da CONTRATADA

1.2. Integram este Contrato, independentemente de transcrição, o Edital do **Pregão Eletrônico nº 013/2026**, o Termo de Referência, a Ata de Registro de Preços, a proposta da CONTRATADA e os demais documentos vinculados ao procedimento.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

2.1. O fornecimento será realizado de forma parcelada e sob demanda, mediante emissão de Ordem de Fornecimento, Autorização de Fornecimento, requisição ou outro instrumento formal adotado pela CONTRATANTE, conforme suas necessidades e observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência.
2.2. Os bens deverão ser fornecidos em conformidade com as especificações, quantitativos, prazos, locais de entrega e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e nas respectivas solicitações da CONTRATANTE.
2.3. A CONTRATADA deverá fornecer exclusivamente os quantitativos regularmente solicitados pela Administração, não sendo admitido fornecimento adicional para fins de cobrança sem prévia autorização.
2.4. Os produtos entregues em desacordo com as especificações ou demais condições da contratação poderão ser recusados, total ou parcialmente, devendo a CONTRATADA promover sua substituição ou regularização, às suas expensas e sem ônus adicional para a Administração, no prazo estabelecido pela fiscalização.
2.5. O fornecimento somente será considerado para fins de pagamento quando regularmente autorizado pela CONTRATANTE, efetivamente realizado, recebido e atestado pela fiscalização.
2.6. A CONTRATANTE poderá rejeitar ou determinar a substituição dos produtos entregues em desacordo com as especificações e condições estabelecidas, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis.
2.7. A CONTRATADA deverá sanar, às suas expensas e no prazo estabelecido pela Administração, quaisquer falhas ou irregularidades verificadas no fornecimento.
2.8. O fornecimento deverá observar integralmente as especificações técnicas, os padrões de qualidade, as condições de entrega e os demais requisitos estabelecidos no Termo de Referência e na legislação aplicável.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

3.1. Este contrato terá vigência de ..... (.....) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

prorrogado nas hipóteses e condições admitidas pela Lei Federal nº 14.133/2021.
3.2. A vigência contratual não se confunde com a vigência da Ata de Registro de Preços que originou a contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE
4.1. Pelo fornecimento dos bens objeto deste Contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores correspondentes aos produtos efetivamente solicitados, fornecidos e regularmente recebidos, observados os preços constantes da contratação, até o valor de R$ _____ (_____).
4.2. Nos preços contratados estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao integral cumprimento do objeto, inclusive tributos, encargos, fretes, transporte, carga, descarga, seguros e demais despesas incidentes sobre o fornecimento.
4.3. O pagamento será realizado no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência, após o regular recebimento dos bens, liquidação da despesa e apresentação da respectiva documentação fiscal devidamente atestada.
4.4. Os preços inicialmente contratados serão fixos e irreajustáveis pelo período de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado da contratação.
4.5. Após o interregno de 01 (um) ano, caso presentes os requisitos legais, os preços poderão ser reajustados mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE**, observada a disciplina estabelecida no Edital e no Termo de Referência.
4.6. O reajuste, quando cabível, poderá ser formalizado por apostilamento, nas hipóteses admitidas pela legislação.
4.7. Independentemente do reajuste, poderá ser reconhecido o direito ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato quando presentes os pressupostos legais e mediante demonstração objetiva do fato que o fundamenta.
4.8. No caso de atraso imputável à CONTRATANTE, os valores devidos serão atualizados monetariamente entre o término do prazo previsto para pagamento e a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA/IBGE.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO
5.1. É vedada a cessão ou transferência total das obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como a subcontratação integral do objeto.
5.2. Eventual subcontratação de atividade acessória somente será admitida quando compatível com a natureza do objeto e previamente autorizada pela CONTRATANTE, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
6.1. Fornecer os bens em estrita conformidade com as condições, especificações, quantitativos, padrões de qualidade, prazos e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência e nos demais documentos da contratação;
6.2. Substituir, corrigir ou regularizar, às suas expensas e no prazo estabelecido pela CONTRATANTE, os produtos fornecidos em desacordo com as especificações ou demais condições da contratação;
6.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência do fornecimento, na forma da legislação aplicável;
6.4. Atender às solicitações e determinações regularmente emitidas pela CONTRATANTE relacionadas ao objeto contratado;
6.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
6.6. Manter vigentes, quando exigíveis em razão da natureza dos produtos fornecidos ou da atividade exercida, as licenças, autorizações e demais documentos necessários ao cumprimento do objeto;
6.7. Responsabilizar-se por todos os custos diretos e indiretos necessários ao integral cumprimento do objeto, inclusive tributos, encargos, fretes, transporte, carga, descarga, seguros e demais despesas incidentes sobre o fornecimento;
6.8. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer fato que possa comprometer ou impedir o regular cumprimento das obrigações assumidas;
6.9. Cumprir as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços e na legislação aplicável;
6.10. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões determinados pela CONTRATANTE, observados os limites e as condições estabelecidos nos arts. 124 e 125 da Lei

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

Federal nº 14.133/2021.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
7.1. Emitir as solicitações de fornecimento e prestar as informações necessárias ao adequado cumprimento do objeto;
7.2. Receber e conferir os bens fornecidos, verificando sua conformidade com as especificações, quantitativos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e neste Contrato;
7.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, por meio dos agentes formalmente designados;
7.4. Rejeitar, total ou parcialmente, os produtos fornecidos em desacordo com as especificações ou demais condições da contratação e determinar sua substituição ou regularização, quando cabível;
7.5. Notificar a CONTRATADA acerca das irregularidades ou desconformidades verificadas, estabelecendo prazo para sua regularização, quando cabível;
7.6. Efetuar o pagamento pelos bens efetivamente solicitados, fornecidos e regularmente recebidos, observados os prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Contrato;
7.7. Aplicar, quando cabíveis, as sanções administrativas previstas na legislação e nos documentos da contratação, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
8.1. A gestão e a fiscalização do presente Contrato serão exercidas por agentes formalmente designados pela CONTRATANTE, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável.
8.2. Compete à fiscalização acompanhar o fornecimento, verificar a conformidade dos produtos entregues com as especificações, quantitativos e demais condições estabelecidas, registrar as ocorrências verificadas e determinar as providências necessárias à regularização de eventuais falhas ou desconformidades.
8.3. A fiscalização poderá solicitar à CONTRATADA as informações, documentos e providências necessárias à verificação do regular cumprimento das obrigações assumidas.
8.4. A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelo adequado cumprimento do objeto, inclusive perante terceiros, na forma da legislação aplicável.
8.5. O modelo de gestão e fiscalização observará, ainda, as condições estabelecidas no Termo de Referência e nos demais documentos da contratação.

9. CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES
9.1. O descumprimento pela CONTRATADA das obrigações constantes deste contrato importará a aplicação das sanções, constantes do Termo de Referência em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, garantida a ampla defesa.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
10.1. A CONTRATADA deverá observar as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, relativamente aos dados pessoais a que tiver acesso em razão da execução deste contrato.
10.2. Os dados e informações pessoais a que a CONTRATADA tiver acesso em razão da execução contratual deverão ser utilizados exclusivamente para as finalidades necessárias ao cumprimento do objeto, sendo vedada sua utilização ou divulgação para finalidade diversa, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.
10.3. A CONTRATADA deverá preservar a confidencialidade das informações a que tiver acesso e adotar medidas adequadas para impedir acesso, utilização, divulgação, perda ou tratamento indevido dos dados pessoais.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO
11.1. A CONTRATADA deverá comprovar, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do processo licitatório e em seus anexos.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL
12.1. Integram o presente contrato, como se nele estivessem na integra transcritas, as cláusulas, condições e especificações estabelecidas no Edital do processo licitatório referido no preâmbulo deste contrato, bem como todos os seus anexos.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO
13.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações descritas no art. 137 da Lei n. º14.133/2021.
13.2. As hipóteses de extinção dos contratos são aquelas definidas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei n. º14.133/2021, sendo reconhecidos pela CONTRATADA os direitos da CONTRATANTE.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECURSO FINANCEIRO
14.1. As despesas decorrentes das contratações realizadas correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento municipal, indicadas no respectivo processo administrativo, instrumento contratual e/ou nota de empenho, de acordo com os órgãos e unidades demandantes.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO
15.1. O presente contrato fundamenta-se na Lei Federal de nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 045, de 10 de Setembro de 2024, e vincula-se ao Edital do **Pregão Eletrônico nº .....** e seus anexos, bem como a Proposta da CONTRATADA.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
16.1. Todas as disposições e especificações constantes deste Contrato, do Edital do Pregão Eletrônico e seus anexos, em especial do Termo de Referência, são complementares entre si.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO FORO
17.1. Fica eleito o Foro da Comarca competente a que pertence o Município de Guajeru-Ba, para dirimir as questões decorrentes deste Contrato que não possam ser resolvidas administrativamente, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja
E, por estarem de acordo com as condições estabelecidas, firmam o presente instrumento para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Guajeru-Ba, ... de ..... de .....

_____
.....
Prefeito Municipal
Contratante

_____
.....
Empresa Contratada

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome:
CPF:
2. _____
Nome:
CPF:

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026

ANEXO X - TERMO DE REFERÊNCIA

Órgão responsável: Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos

1. OBJETO E PRAZO DO CONTRATO:

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a formalização de **Registro de Preços para a eventual e futura Aquisição de materiais de construção, hidráulicos, elétricos, ferramentas, materiais para pavimentação e iluminação pública, destinados à manutenção, reforma e melhoria dos imóveis e espaços públicos de Guajeru/BA,** conforme condições, quantidades estimadas e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. Os materiais destinam-se ao atendimento das necessidades de manutenção preventiva e corretiva, conservação, recuperação, reforma, adequação e melhoria dos imóveis, instalações, equipamentos, vias, praças e demais espaços públicos de propriedade ou sob responsabilidade do Município de Guajeru/BA, conforme as demandas apresentadas pelos órgãos e unidades da Administração Municipal.

1.3. Estimativas de consumos:

ITEM	QUANT.	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
			LOTE 01		
1	6.000	SC	Cimento CP II - Saco C/ 50KG	R$50,40	R$302.400,00
			VALOR TOTAL DO LOTE 01		**R$302.400,00**
			LOTE 02		
1	10	UND	Andaime 1X1,5 MT	R$329,40	R$3.294,00
2	20.000	UND	Bloco Cerâmico medidas 9x19x29	R$1,86	R$37.200,00
3	20.000	UND	Bloco Cerâmico medidas 9x19x39	R$2,80	R$56.000,00
4	25.000	UND	Bloco Cerâmico medidas 9x19x24	R$1,81	R$45.250,00
5	1.500	UND	Bloco de cimento medidias 9x19x39	R$4,55	R$6.825,00
6	1.500	UND	Bloco de cimento medidias 14x19x39	R$4,88	R$7.320,00
7	1.500	UND	canaleta de cimento medidas 9x19x39	R$4,55	R$6.825,00
8	1.500	UND	Canaletas de ciemento 14x19x39	R$4,88	R$7.320,00
9	600	M3	Brita n° 00	R$305,00	R$183.000,00
10	600	M3	Brita n° 01	R$305,00	R$183.000,00
11	600	M3	Pó de Brita	R$198,25	R$118.950,00
12	150	MT	Cabo de aço 10 mm	R$19,83	R$2.974,50
13	150	MT	Cabo de aço 8 mm	R$19,83	R$2.974,50
14	230	BARRA	Ferro 1/2	R$127,67	R$29.364,10
15	250	BARRA	Ferro 1/4	R$27,63	R$6.907,50
16	800	BARRA	Ferro 3/16	R$13,17	R$10.536,00
17	400	BARRA	Ferro 3/8	R$69,13	R$27.652,00
18	800	BARRA	Ferro 5/16	R$46,67	R$37.336,00
19	180	BARRA	Ferro metalom retangular 30x50 leve	R$124,44	R$22.399,20
20	200	BARRA	Ferro metalom retangular 30x30 leve	R$117,53	R$23.506,00
21	200	BARRA	Ferro metalom retangular 20x20 leve	R$58,76	R$11.752,00
22	50	BARRA	PERFIL ENCAIXE 68 X 30 - 2,00MM	R$150,37	R$7.518,50
23	150	BARRA	Perfil U 3" 2.00 mm - 75X40 Simples	R$178,02	R$26.703,00
24	100	BARRA	PERFIL U ENRIJECIDO 75 X 40 X 15 CHAPA 14	R$224,68	R$22.468,00
25	100	BARRA	Ferro perfil enrijecido 100X40X17X2,55	R$241,97	R$24.197,00
26	100	BARRA	Ferro perfil enrijecido 150X50X17X2,65	R$362,95	R$36.295,00
27	250	UND	Malha Pop leve 20X20, diâmetro 3,4, largura 2, comprimento 3, peso 4,3	R$48,39	R$12.097,50
28	200	BARRA	Ferro perfil enrijecido 60X25-10X2,25	R$224,68	R$44.936,00
29	1.000	m²	tela de aço galvanizado fio 12bwg, sem revestimento, malha 2"	R$21,48	R$21.480,00

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

30	300	BARRA	TUBO aço galvanizado 2"	R$181,48	R$54.444,00
31	200	BARRA	TUBO aço galvanizado 2,5"	R$238,51	R$47.702,00
32	350	BARRA	TUBO aço galvanizado 1,5"	R$155,55	R$54.442,50
33	500	kg	zinco de 50cm	R$22,67	R$11.335,00
34	500	kg	zinco de 100cm	R$22,67	R$11.335,00
VALOR TOTAL DO LOTE 02					**R$1.205.339,30**
LOTE 03					
1	30	ROLO	Arame farpado 250 M	R$239,18	R$7.175,40
2	30	ROLO	Arame farpado 500 M	R$411,31	R$12.339,30
3	300	KG	Arame galvanizado 16MM	R$32,76	R$9.828,00
4	400	KG	Arame galvanizado	R$32,76	R$13.104,00
5	500	KG	Arame recozido	R$16,33	R$8.165,00
6	800	M2	Laje pré moldada	R$50,83	R$40.664,00
7	10.000	UND	Telha colonial tipo capa e canal	R$4,73	R$47.300,00
8	8.000	UND	Telha esmaltada americana (capa-canal) dupla face	R$5,19	R$41.520,00
9	10.000	UND	Telha esmaltada americana (capa- canal) uma face	R$3,72	R$37.200,00
10	1.000	UND	Telha cumieira	R$10,68	R$10.680,00
11	500	UND	Telha de amianto 2,44X0,5MT	R$24,86	R$12.430,00
12	250	UND	Telha de zinco 5 X 1	R$240,60	R$60.150,00
13	250	UND	Telha de zinco 6 X 1	R$288,73	R$72.182,50
14	100	UND	Telha transparente duas ondas	R$12,08	R$1.208,00
15	3.000	UND	Tijolo 21X12X06	R$5,08	R$15.240,00
16	1.000	MT	Treliça	R$6,77	R$6.770,00
VALOR TOTAL DO LOTE 03					**R$395.956,20**
LOTE 04					
1	50	UND	Aguarrás 900 ml	R$16,57	R$828,50
2	200	UND	Bisnaga (todas as cores)	R$5,48	R$1.096,00
3	100	UND	Broxa larga para pintura	R$10,18	R$1.018,00
4	300	UND	Cal para pintura 05 KG	R$14,93	R$4.479,00
5	80	UND	Impermeabilizante prime 18 L	R$475,31	R$38.024,80
6	200	UND	Lixa D'água 100	R$2,87	R$574,00
7	200	UND	Lixa D'água 220	R$2,87	R$574,00
8	200	UND	Lixa D'água 280	R$2,87	R$574,00
9	200	UND	Lixa ferro 100	R$3,14	R$628,00
10	200	UND	Lixa ferro 120	R$3,31	R$662,00
11	200	UND	Lixa ferro 60	R$3,15	R$630,00
12	400	UND	Lixa parede 150	R$1,12	R$448,00
13	400	UND	Lixa parede 100	R$1,12	R$448,00
14	100	UND	Lixa parede 50	R$1,12	R$112,00
15	100	UND	Liq-Brilho lata de 3,6l	R$121,81	R$12.181,00
16	300	M²	Manta asfáltica	R$58,97	R$17.691,00
17	100	UND	Massa acrílica lata 18 lt.	R$144,15	R$14.415,00
18	100	UND	Massa PVA lata 18 lt.	R$94,88	R$9.488,00
19	40	LT	Óleo de linhaça para madeira 1 LT	R$25,26	R$1.010,40
20	25	UND	Trincha 3/4 por 1/2	R$4,07	R$101,75
21	25	UND	Trincha 2 por 1/2	R$8,79	R$219,75
22	25	UND	Trincha 3 por 1/2	R$17,24	R$431,00
23	80	UND	Rolo de espuma para pintura 15CM com suporte	R$9,92	R$793,60
24	80	UND	Rolo de espuma para pintura 23CM com suporte	R$16,47	R$1.317,60
25	80	UND	Rolo de espuma para pintura 5CM	R$5,58	R$446,40
26	80	UND	Rolo de espuma para pintura 9CM	R$6,85	R$548,00
27	80	UND	Rolo de lã para pintura 23CM com suporte	R$26,33	R$2.106,40
28	50	UND	Solvente 900 ml	R$16,36	R$818,00
29	50	UND	Textura rústica 18 L	R$183,36	R$9.168,00
30	200	UND	Tinta a base de óleo em cores diversas 3.600	R$133,95	R$26.790,00
31	80	UND	Tinta acrílica super lavável 3.600	R$159,21	R$12.736,80

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

32	250	UND	Tinta latex para áreas externas 18 LT	R$325,48	R$81.370,00
33	100	UND	Tinta latex para áreas externas 3.600	R$89,51	R$8.951,00
34	150	UND	Tinta latex para áreas internas 18 LT	R$121,60	R$18.240,00
35	30	UND	Tinta latex para áreas internas 3.600	R$34,95	R$1.048,50
36	150	UND	Tinta para piso lata 18 lt.	R$379,95	R$56.992,50
37	80	UND	Tinta para piso lata 3.600	R$96,63	R$7.730,40
38	50	LT	Tinta de demarcação viária 18LT	R$823,50	R$41.175,00
39	50	LT	Tinta acrilica super lavavél fosca premiur algodão egipico	R$767,58	R$38.379,00
40	50	LT	Tinta acrilica super lavavél fosca premiur papel de Seda	R$767,58	R$38.379,00
41	50	LT	Tinta acrilica super lavavél fosca premiur níquel	R$767,58	R$38.379,00
42	50	UND	Verniz 3.600 LT incolor	R$142,42	R$7.121,00
VALOR TOTAL DO LOTE 04					**R$498.124,40**
LOTE 05					
1	30	UND	Basculante alumínio 0,30X0,30CM	R$52,95	R$1.588,50
2	30	UND	Basculante alumínio 0,50X0,50CM	R$85,84	R$2.575,20
3	50	CART	Dobradiça polida 21/2 CART C/3	R$32,52	R$1.626,00
4	100	UND	Drobadiça colonial 3 por 1/2	R$5,08	R$508,00
5	50	UND	Fechadura caixão sobrepor	R$18,88	R$944,00
6	100	UND	Fechadura embutir de 40mm grafite com 02 chaves interna	R$92,52	R$9.252,00
7	50	UND	Fechadura para portão sobrepor	R$50,51	R$2.525,50
8	50	UND	Janela alumínio 1.20 x 1.10 sem baldim	R$498,17	R$24.908,50
9	50	UND	Porta cadeado 300X3.5 Galvanizado	R$58,15	R$2.907,50
10	30	UND	Porta de alumínio .2,10 X 0,80M	R$592,39	R$17.771,70
11	30	UND	Porta de calha 0,80X2,10MT	R$635,42	R$19.062,60
12	30	UND	Porta sanfonada completa 0.80x2.10	R$150,42	R$4.512,60
13	100	CX	Rebite alumínio 4.0 X 08	R$152,50	R$15.250,00
14	100	CX	Rebite alumínio 4.0 X 16	R$152,50	R$15.250,00
15	100	CX	Rebite alumínio 4.0 X 19	R$152,50	R$15.250,00
16	100	CX	Rebite alumínio 4.0 X 22	R$152,50	R$15.250,00
17	100	CX	Rebite alumínio 4.0 X 30	R$152,50	R$15.250,00
18	50	BARRA	Trilho para cortina triplo 3 MT	R$209,43	R$10.471,50
19	30	M²	Vidro canelado 4 mm	R$399,45	R$11.983,50
20	10	UND	Porta de vidro temperado 80x210 fumê, pivotante, puxadores inox 60cm	R$1.118,33	R$11.183,30
21	10	UND	Porta de vidro temperado 250x250cm espelhado champagne, quatro folhas, duas fixas e duas de correr, puxadores inox 60cm	R$4.223,92	R$42.239,20
22	10	UND	Porta de vidro temperado 90x210 fumê, pivotante, puxadores inox 60cm	R$1.258,12	R$12.581,20
23	10	UND	Janela de vidro temperado 200x110cm espelhado champagne, quatro folhas, duas fixas e duas de correr, puxadores inox	R$1.464,52	R$14.645,20
24	10	UND	Janela de vidro temperado 150x110cm espelhado champagne, quatro folhas, duas fixas e duas de correr, puxadores inox	R$1.098,35	R$10.983,50
25	10	UND	Janela de vidro temperado 150x110cm incolor, quatro folhas, duas fixas e duas de correr, puxadores inox	R$1.098,35	R$10.983,50
26	10	UND	Janela de vidro temperado 200x110cm incolor, quatro folhas, duas fixas e duas de correr, puxadores inox	R$1.464,52	R$14.645,20
VALOR TOTAL DO LOTE 05					**R$304.148,20**
LOTE 06					
1	500	UND	Argamassa colante de boa qualidade AC - I	R$20,97	R$10.485,00
2	1.500	M²	Bloquete intertravado 10x20x6	R$76,45	R$114.675,00
3	1.000	M²	Bloquete intertravado 10x20x4	R$76,45	R$76.450,00
4	1.000	M²	Bloquete sextavado	R$82,96	R$82.960,00
5	50	UND	Canto externo para rodo forro	R$3,56	R$178,00
6	50	UND	Canto interno para rodo forro	R$3,56	R$178,00

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

7	300	M	Emenda para forro tipo H	R$8,24	R$2.472,00
8	1.000	M²	Forro PVC de boa qualidade	R$32,16	R$32.160,00
9	1.200	m²	forro de gesso em placas com baguete e perfis para sustentação	R$71,16	R$85.392,00
10	200	m	moldura de gesso h=12cm	R$29,48	R$5.896,00
11	50	pc	Espaçador nivelador de piso	R$12,69	R$634,50
12	300	M²	Granilite	R$128,10	R$38.430,00
13	500	M²	Piso cerâmico 30X46 classe A, PEI 4	R$39,16	R$19.580,00
14	600	M²	Piso cerâmico 40X60 classe A, PEI 4	R$46,08	R$27.648,00
15	300	M²	Piso cerâmico 41X41 classe A, PEI 4	R$40,42	R$12.126,00
16	400	M²	Porcelanato retificado	R$78,11	R$31.244,00
17	300	M²	Porcelanato retificado 80x80	R$108,58	R$32.574,00
18	200	M	Rodo forro	R$8,00	R$1.600,00
19	300	KG	Rejunte de boa qualidade	R$15,19	R$4.557,00
20	200	M²	Revestimento Cimenticio 3 D	R$37,76	R$7.552,00
21	800	M²	Revestimento parede PI III classe A, PEI III	R$39,16	R$31.328,00
VALOR TOTAL DO LOTE 06					**R$618.119,50**
LOTE 07					
1	300	KG	Eletrodo	R$26,86	R$8.058,00
2	5	CX	Arruela lisa 1/4	R$345,67	R$1.728,35
3	5	CX	Arruela lisa 3/16	R$254,17	R$1.270,85
4	5	CX	Arruela lisa 3/8	R$406,67	R$2.033,35
5	5	CX	Arruela lisa 5/8	R$610,00	R$3.050,00
6	1	UND	Betoneira 400 LT	R$6.710,00	R$6.710,00
7	5	CX	Bucha plástica nº 10 MM	R$874,33	R$4.371,65
8	3	CX	Bucha plástica nº 12 MM	R$1.098,00	R$3.294,00
9	5	CX	Bucha plástica nº 6 MM	R$345,67	R$1.728,35
10	5	CX	Bucha plástica nº 8 MM	R$447,33	R$2.236,65
11	50	UND	Cabo para cavadeira	R$37,47	R$1.873,50
12	50	UND	Cabo para enxada	R$37,47	R$1.873,50
13	50	UND	Cabo para enxadão	R$37,47	R$1.873,50
14	50	UND	Cabo para picareta	R$37,27	R$1.863,50
15	30	UND	Cadeado nº 20 mm de boa qualidade	R$17,66	R$529,80
16	30	UND	Cadeado nº 25 mm de boa qualidade	R$22,67	R$680,10
17	30	UND	Cadeado nº 30 mm de boa qualidade	R$24,87	R$746,10
18	30	UND	Cadeado nº 35 mm de boa qualidade	R$31,07	R$932,10
19	30	UND	Cadeado nº 40 mm de boa qualidade	R$32,17	R$965,10
20	30	UND	Cadeado nº 45 mm de boa qualidade	R$35,04	R$1.051,20
21	30	CART	Cantoneira para fixação de cortina cart C/3	R$23,61	R$708,30
22	500	MT	Corda de seda 10mm	R$2,50	R$1.250,00
23	500	MT	Corda de seda 16 mm	R$8,05	R$4.025,00
24	100	KG	Corrente soldável zincada 3.2 MM	R$37,56	R$3.756,00
25	100	KG	Corrente soldável zincada 5.0 MM	R$35,48	R$3.548,00
26	50	CART	Dobradiça galvanizada 3X21/2C/3	R$3,63	R$181,50
27	50	KG	Grampo para cerça	R$19,00	R$950,00
28	30	UND	Grampo 106/6 galvonizado cx 5.000 unid	R$59,98	R$1.799,40
29	30	BARRA	Parafuso base rosqueável	R$18,09	R$542,70
30	300	UND	Parafuso fenda 6mm	R$0,38	R$114,00
31	300	UND	Parafuso francês 5/16 2 Polegadas	R$1,32	R$396,00
32	300	UND	Parafuso francês 5/16 3 Polegadas	R$1,77	R$531,00
33	300	UND	Parafuso francês 5/16 4 Polegadas	R$2,15	R$645,00
34	300	UND	Parafuso francês 5/16 5 Polegadas	R$2,50	R$750,00
35	300	UND	Parafuso para vaso bucha 08	R$2,87	R$861,00
36	300	UND	Parafuso para vaso bucha 10	R$3,84	R$1.152,00
37	300	UND	Parafuso sextavado 5/16 2 Polegadas	R$1,07	R$321,00
38	300	UND	Parafuso sextavado 5/16 3 Polegadas	R$1,32	R$396,00

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

39	300	UND	Parafuso sextavado 5/16 4 Polegadas	R$2,06	R$618,00
40	300	UND	Parafuso sextavado 5/16 5 Polegadas	R$3,86	R$1.158,00
41	30	KG	Prego 12X12 com cabeça	R$22,93	R$687,90
42	30	KG	Prego 15X15 com cabeça	R$20,34	R$610,20
43	30	KG	Prego 17X17 com cabeça	R$24,71	R$741,30
44	30	KG	Prego 17X21 com cabeça	R$19,54	R$586,20
45	30	KG	Prego 18X27 com cabeça	R$21,25	R$637,50
46	30	KG	Prego 18X30 com cabeça	R$24,94	R$748,20
47	30	KG	Prego 19X36 com cabeça	R$21,17	R$635,10
48	30	KG	Prego 22X42 com cabeça	R$20,68	R$620,40
49	30	KG	Prego 22X48 com cabeça	R$21,26	R$637,80
50	30	UND	Trinca para janela em metal 2 polegadas	R$6,91	R$207,30
51	30	UND	Trinca para janela em metal 2 por 1/2 POL	R$7,68	R$230,40
52	30	UND	Trica para porta em metal 3 polegadas	R$10,07	R$302,10
53	30	UND	Trinca para porta em metal 2 por 1/2 POL	R$6,91	R$207,30
VALOR TOTAL DO LOTE 07					**R$77.424,20**
LOTE 08					
1	8	UND	Alicate de bico reto	R$45,81	R$366,48
2	8	UND	Alicate de corte	R$41,73	R$333,84
3	8	UND	Alicate rebitador 400x400	R$87,48	R$699,84
4	8	UND	Alicate universal	R$45,81	R$366,48
5	10	UND	Arco de serra com serra	R$62,58	R$625,80
6	80	UND	Balde para concreto plástico 15 lts	R$15,39	R$1.231,20
7	10	UND	Broca chata 5/8	R$10,98	R$109,80
8	10	UND	Broca chata 7/8	R$36,60	R$366,00
9	10	UND	Broca para concreto 06mm	R$8,26	R$82,60
10	10	UND	Broca para concreto 08mm	R$12,30	R$123,00
11	10	UND	Broca para concreto 10mm	R$32,85	R$328,50
12	10	UND	Broca para madeira 06mm	R$11,53	R$115,30
13	10	UND	Broca para madeira 08mm	R$16,99	R$169,90
14	10	UND	Broca para madeira 10mm	R$25,53	R$255,30
15	10	UND	Broca para Parafusadeira jogo com 43 peças	R$518,50	R$5.185,00
16	20	UND	Carrinho de mão com pneu com câmara	R$188,85	R$3.777,00
17	30	TUBO	Cola de silicone transparente 280 ml	R$20,47	R$614,10
18	50	kg	Solda caustica	R$24,40	R$1.220,00
19	30	UND	Cola do tipo Massa Epóxi bicomponente 100gr - DUREPOX ou Similar.	R$11,53	R$345,90
20	10	UND	Cavadeira articulada	R$197,64	R$1.976,40
21	20	UND	Colher de pedreiro 10 libra	R$32,12	R$642,40
22	1	UND	Motocompressor para pintura 220V 120 psi	R$1.728,33	R$1.728,33
23	200	UND	Disco de corte uso em cerâmica 4 1/2 polegadas	R$15,53	R$3.106,00
24	200	UND	Disco de corte uso em madeira 4 1/2 polegadas	R$34,93	R$6.986,00
25	200	UND	Disco para lixadeira elétrica 220 V 4 1/2 polegadas	R$8,04	R$1.608,00
26	200	UND	Disco para serra marmore (madeira)	R$29,48	R$5.896,00
27	200	UND	Disco para serra marmore (ferro)	R$3,86	R$772,00
28	100	UND	Enxada 2 libras	R$48,25	R$4.825,00
29	10	UND	Enxadão 2 1/2 libras	R$78,12	R$781,20
30	10	UND	Facão. Lâmina em aço carbono, 16 polegadas com cabo	R$29,91	R$299,10
31	10	UND	Foice roçadeira pesada com cabo	R$35,13	R$351,30
32	5	UND	Formão 1/2	R$31,55	R$157,75
33	5	UND	Formão 3/4	R$32,37	R$161,85
34	5	UND	Furadeira doméstica 220 V	R$225,29	R$1.126,45
35	3	UND	Furadeira profissional 220 V	R$913,87	R$2.741,61
36	3	UND	Grampeador profissional madeira	R$259,25	R$777,75
37	50	UND	Lavatório louça	R$239,39	R$11.969,50
38	15	UND	Linha para pedreiro rolo 100M	R$10,16	R$152,40

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

39	5	UND	Lima chata 8” para afiar enxada, foice, etc.	R$22,28	R$111,40
40	1	UND	Lixadeira életrica 220 V Semi profissional	R$1.067,50	R$1.067,50
41	50	PAR	Luva de segurança confortex plus, confeccionada em malha de algodão, palma, dedos e parte do dorso com revestimento em látex natural, punho em malha de algodão, seu formato anatômico oferece maior conforto e flexibilidade. Tamanhos diversos. C.A: 15.915	R$4,17	R$208,50
42	5	UND	Machadinha	R$74,68	R$373,40
43	5	UND	Machadinha com unha, 450g	R$71,37	R$356,85
44	5	UND	Machado 3 1/2 libras com cabo	R$135,19	R$675,95
45	10	UND	Lamina para serra Tico Tico	R$9,88	R$98,80
46	5	UND	Marreta com cabo 1KG	R$52,03	R$260,15
47	5	UND	Marreta com cabo 2KG	R$84,46	R$422,30
48	5	UND	Martelo grande 25 mm	R$46,08	R$230,40
49	50	UND	Pá completa	R$61,13	R$3.056,50
50	50	UND	Peneira de arame 70 CM	R$38,43	R$1.921,50
51	10	UND	Pia para cozinha inox de 1,20 M	R$297,56	R$2.975,60
52	10	UND	Pia sintética (FIBRA) 0,85 X 0,50 M	R$155,91	R$1.559,10
53	15	UND	Picareta alvião	R$80,19	R$1.202,85
54	20	UND	Picareta com cabo	R$117,91	R$2.358,20
55	5	UND	Pistola de compressor para pintura	R$205,63	R$1.028,15
56	1	UND	Plaina elétrica 220 V	R$1.066,71	R$1.066,71
57	10	UND	Câmara para carrinho de mão	R$17,57	R$175,70
58	50	UND	Roda para carrinho de mão	R$134,63	R$6.731,50
59	50	UND	Roda carrinho de mão, com pneu e câmara.	R$99,91	R$4.995,50
60	10	UND	Ponteiro	R$53,57	R$535,70
61	2	UND	Serra circular 220 V	R$1.233,26	R$2.466,52
62	2	UND	Serra mármore 220 V	R$646,86	R$1.293,72
63	2	UND	Serra TICO-TICO 220 V	R$614,27	R$1.228,54
64	30	UND	Serreta aço cor amarela de boa qualidade	R$12,63	R$378,90
65	5	UND	Serrote 20" aço rigido	R$86,32	R$431,60
66	3	UND	Talhadeira de aço 10 polegadas	R$48,87	R$146,61
67	50	UND	Tampa para vaso cores diversas	R$104,15	R$5.207,50
68	5	UND	Trena emborrachada 5 MT	R$25,72	R$128,60
69	5	UND	Trena emborrachada 50 MT	R$67,77	R$338,85
70	50	UNID	Vaso sanitário acoplado	R$513,85	R$25.692,50
71	20	UND	Vaso sanitário comum	R$254,22	R$5.084,40
VALOR TOTAL DO LOTE 08					**R$136.185,08**
LOTE 09					
1	20	UND	Adaptador 20mm	R$0,75	R$15,00
2	20	UND	Adaptador 25mm	R$0,80	R$16,00
3	20	UND	Adaptador 32mm	R$1,90	R$38,00
4	20	UND	Adaptador 50mm	R$5,71	R$114,20
5	40	UND	Anel de vedação para vaso	R$8,36	R$334,40
6	100	PAR	Botas de borrachas cano curto	R$54,24	R$5.424,00
7	200	PAR	Botas de couro	R$103,00	R$20.600,00
8	10	UND	Caixa d’água 1.000 litros	R$438,09	R$4.380,90
9	5	UND	Caixa d’água 10.000 litros	R$6.430,60	R$32.153,00
10	10	UND	Caixa d’água 2.000 litros	R$1.207,80	R$12.078,00
11	5	UND	Caixa d’água 5.000 litros	R$3.340,54	R$16.702,70
12	10	UND	Caixa d’água 500 litros	R$274,23	R$2.742,30
13	100	UND	Caixa de descarga para vaso	R$45,88	R$4.588,00
14	30	UND	Caixa de hidrômetro	R$37,68	R$1.130,40
15	10	UND	Cano para chuveiro 30 cm alumínio	R$32,88	R$328,80
16	10	UND	Cano para chuveiro 40 CM PVC	R$8,50	R$85,00
17	15	UND	Cano para descarga	R$22,44	R$336,60

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

18	100	MT	Cano para esgoto 150 mm	R$38,79	R$3.879,00
19	15	UND	Cotovelo para esgoto de 150 mm 90 graus	R$40,16	R$602,40
20	15	UND	Engate de 30cm	R$5,52	R$82,80
21	50	UND	Engate de 40cm	R$6,12	R$306,00
22	30	UND	Espude para vaso sanitário	R$3,25	R$97,50
23	20	UND	Franja de 60 para caixa dágua	R$30,37	R$607,40
24	10	UND	Kit para wc em acrílico com metal - 5 peças	R$72,09	R$720,90
25	30	PAR	Luvas borracha cano curto	R$13,17	R$395,10
26	40	PAR	Luvas couro cano curto	R$19,62	R$784,80
27	200	UND	União para mangueira de 50	R$3,46	R$692,00
28	200	UNID	União para mangueira de 40	R$2,85	R$570,00
29	200	UNID	União para mangueria de 32	R$1,22	R$244,00
30	20	UND	Ralo sifonado 100x50	R$20,99	R$419,80
31	40	UND	Redução 50 X 32	R$4,41	R$176,40
32	40	UND	Redução 40 X 25	R$3,75	R$150,00
33	40	UND	Redução 32 X 25	R$0,87	R$34,80
34	40	UND	Redução 40 X 32	R$2,41	R$96,40
35	40	UND	Redução 50X60	R$8,13	R$325,20
36	40	UND	Redução de 3/4 para 1/2	R$1,47	R$58,80
37	50	UND	Registro de 32 para água	R$13,49	R$674,50
38	50	UND	Registro de 40 para água	R$22,15	R$1.107,50
39	50	UND	Registro de 50 para água	R$24,63	R$1.231,50
40	50	UND	Reparo para torneira 1/2	R$65,95	R$3.297,50
41	40	UND	Sifão duplo	R$12,68	R$507,20
42	100	UND	Sifão simples	R$7,44	R$744,00
43	50	UND	Tê 1/2 soldável	R$0,93	R$46,50
44	30	UND	Tê 1/2 soldável com rosca	R$5,49	R$164,70
45	10	UND	Tê 150mm para esgoto	R$52,57	R$525,70
46	50	UND	Tê 3/4 soldável	R$1,23	R$61,50
47	20	UND	Tê 3/4 soldável com rosca	R$4,60	R$92,00
48	50	UND	Tê de 32 soldável	R$4,39	R$219,50
49	25	UND	Tê de 32 soldável com rosca	R$7,48	R$187,00
50	30	UND	Tê de 50 para mangueira	R$10,15	R$304,50
51	50	UND	Tê de 50 soldável	R$8,97	R$448,50
52	15	UND	Tê de 60 soldável	R$26,55	R$398,25
53	15	UND	Tê de 75 soldável	R$96,58	R$1.448,70
54	25	UND	Tê de 40 para esgoto	R$2,87	R$71,75
55	25	UND	Tê com saída para esgoto	R$21,05	R$526,25
56	25	UND	Tê de 100 para esgoto	R$11,73	R$293,25
57	200	MT	Tela galvanizada fio 14 BWG 2 polegadas (Obs: para confecção de alambrado)	R$59,64	R$11.928,00
58	50	UND	Torneira de metal lavatório 20mm	R$82,86	R$4.143,00
59	22	UND	Torneira de metal para pia	R$82,86	R$1.822,92
60	30	UND	Torneira para lavatório automática 1/2 polegada	R$156,64	R$4.699,20
61	40	UND	Torneira plástica para lavatório	R$35,13	R$1.405,20
62	30	UND	Torneira plástica para tanque	R$8,25	R$247,50
63	30	UND	Válvula plástico para pia longo sem ladrão	R$3,89	R$116,70
VALOR TOTAL DO LOTE 09					**R$148.023,42**
LOTE 10					
1	30	UND	Bóias para caixa d'água	R$19,72	R$591,60
2	30	UND	Joelho 100mm. Esgoto 90º	R$5,89	R$176,70
3	100	UND	Joelho 20mm. Água soldável 90º	R$0,54	R$54,00
4	30	UND	Joelho 20mm. Água soldável com rosca 90º	R$3,95	R$118,50
5	50	UND	Joelho 25mm. Água soldável	R$0,79	R$39,50
6	25	UND	Joelho 25mm. Água soldável com rosca	R$8,53	R$213,25
7	20	UND	Joelho 32mm. Água soldável	R$2,21	R$44,20

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

8	15	UND	Joelho 40mm. Esgoto 90º	R$1,17	R$17,55
9	50	UND	Joelho 50mm. Água soldável 90º	R$4,04	R$202,00
10	30	UND	Joelho 50mm. Esgoto 90º	R$3,00	R$90,00
11	5	UND	Joelho 75mm. Água soldável 90º	R$76,25	R$381,25
12	20	UND	Luva LR 20mm	R$0,60	R$12,00
13	20	UND	Luva LR 50mm	R$4,38	R$87,60
14	20	UND	Luva LR 40mm	R$4,79	R$95,80
15	50	UND	Luva LR 25mm	R$0,79	R$39,50
16	30	UND	Luva LR 40mm com rosca	R$19,88	R$596,40
17	30	UND	Luva LR 50mm com rosca	R$28,77	R$863,10
18	30	UND	Luva LR 20mm com rosca	R$6,49	R$194,70
19	30	UND	Luva LR 25mm com rosca	R$7,85	R$235,50
20	30	UND	Luva soldável 40mm	R$4,79	R$143,70
21	30	UND	Luva soldável 50mm	R$4,38	R$131,40
22	30	UND	Luva soldável 20mm	R$0,60	R$18,00
23	30	UND	Luva soldável 25mm	R$0,79	R$23,70
24	70	UND	Pote de cola PVC 175 gramas	R$15,45	R$1.081,50
25	15	UND	Registro de gaveta Barrauto 32mm.	R$115,14	R$1.727,10
26	15	UND	Registro de gaveta Barrauto 50mm.	R$199,83	R$2.997,45
27	15	UND	Registro de gaveta Barrauto 75mm.	R$193,17	R$2.897,55
28	15	UND	Registro de gaveta com canopla 25mm.	R$56,73	R$850,95
29	15	UND	Registro de pressão com canopla 20mm.	R$54,68	R$820,20
30	15	UND	Registro de pressão com canopla 25mm.	R$56,73	R$850,95
31	15	UND	Registro de pressão com canopla 50mm.	R$233,83	R$3.507,45
32	50	UND	Tubo de cola PVC 1 KG	R$55,51	R$2.775,50
33	100	UND	Tubo PVC 20mm. Água material não reciclado	R$16,90	R$1.690,00
34	100	UND	Tubo PVC 25mm. Água material não reclicado	R$21,66	R$2.166,00
35	100	UND	Tubo PVC 32mm. Água material não reclicado	R$60,39	R$6.039,00
36	100	UND	Tubo PVC 40mm. Esgoto	R$96,99	R$9.699,00
37	500	UND	Tubo PVC 50mm. Água material não reciclado	R$93,27	R$46.635,00
38	200	UND	Tubo PVC 50mm. Esgoto	R$73,51	R$14.702,00
39	100	UND	Tubo PVC 75mm. Água material não reciclado	R$76,98	R$7.698,00
40	200	UND	Tubo PVC 100mm. Esgoto	R$76,07	R$15.214,00
41	50	UND	Veda rosca 50mts	R$11,17	R$558,50
VALOR TOTAL DO LOTE 10					**R$126.280,10**
LOTE 11					
1	8.000	MT	Mangueira 3/4 X 2mm	R$1,40	R$11.200,00
2	4.000	MT	Mangueira de 50MM	R$5,82	R$23.280,00
3	5.000	mt	Mangueira de 32MM	R$2,30	R$11.500,00
4	4.000	MT	Mangueira de 40MM	R$4,24	R$16.960,00
5	15	ROLO	Mangueira para jardim rolo de 20 M	R$119,97	R$1.799,55
6	5.000	MT	Mangueira 1" X 2mm	R$2,14	R$10.700,00
7	300	MT	Mangueira transparente 1 Polegada X 2mm	R$9,96	R$2.988,00
VALOR TOTAL DO LOTE 11					**R$78.427,55**
LOTE 12					
1	200	UND	Bocal	R$3,54	R$708,00
2	200	UND	Plafon com bocal	R$6,81	R$1.362,00
3	200	UND	Plafon de sobrepor 20x20 com lampadas de led 9w	R$30,10	R$6.020,00
4	200	UND	Plafon de sobrepor 30x30 com lampadas de led 18w	R$46,63	R$9.326,00
5	150	UND	Braço com luminária 1 MT	R$34,89	R$5.233,50
6	2.000	MT	Cabo 10.00mm. multipléx	R$9,71	R$19.420,00
7	500	MT	Cabo 16.00mm. Multipléx	R$11,90	R$5.950,00
8	2.000	MT	Cabo 2.50mm flexível	R$3,48	R$6.960,00
9	1.500	MT	Cabo 4.00mm flexível	R$5,74	R$8.610,00
10	150	UND	Caixa 4x2	R$1,51	R$226,50
11	50	UND	Caixa 4x4	R$4,33	R$216,50

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

12	50	UND	Caixa 8X4	R$40,03	R$2.001,50
13	50	um	Caixa 8X8	R$48,04	R$2.402,00
14	50	UND	Caixa de teto	R$13,95	R$697,50
15	150	UND	Curva eletroduto 3/4 90º	R$1,65	R$247,50
16	50	UND	Curva eletroduto 32mm 90º	R$2,48	R$124,00
17	70	UND	Disjuntor bipolar 40”	R$73,20	R$5.124,00
18	70	UND	Disjuntor monofásico 15"	R$11,56	R$809,20
19	70	UND	Disjuntor monofásico 20”	R$11,56	R$809,20
20	70	UND	Disjuntor monofásico 25”	R$11,56	R$809,20
21	70	UND	Disjuntor monofásico 40”	R$13,42	R$939,40
22	10	UND	Disjuntor tripolar 100”	R$200,94	R$2.009,40
23	50	UND	Disjuntor tripolar 40”	R$60,45	R$3.022,50
24	100	UND	Eletroduto 3/4	R$13,58	R$1.358,00
25	100	UND	Eletroduto 32mm	R$18,91	R$1.891,00
26	15	ROLO	Fio sólido elétrico 2,5MM² C/100 M	R$348,72	R$5.230,80
27	15	ROLO	Fio sólido elétrico 4,0MM² C/ 100 M	R$573,40	R$8.601,00
28	100	UND	Fita isolante 20 m	R$11,16	R$1.116,00
29	30	UND	Haste de aterramento de 2,44M	R$57,09	R$1.712,70
30	100	UND	Interruptor duas teclas	R$14,59	R$1.459,00
31	100	UND	Interruptor uma tecla	R$6,20	R$620,00
32	100	UND	Lâmpada a vapor metálica 400w	R$96,58	R$9.658,00
33	150	UND	Lâmpada economica 45w	R$25,42	R$3.813,00
34	100	UND	Lâmpada espiral fluorescente cores diversas 25W	R$25,42	R$2.542,00
35	100	UND	Lâmpada florescente 20w	R$25,42	R$2.542,00
36	30	UND	Calha para luminária 2x20 completa	R$200,28	R$6.008,40
37	30	UND	Calha para luminária 2x40 completa	R$65,15	R$1.954,50
38	100	UND	Lâmpada florescente 40w	R$15,57	R$1.557,00
39	20	JG	Padrão completo Monofasico	R$217,20	R$4.344,00
40	20	JG	Padrão completo Bifasico	R$536,96	R$10.739,20
41	20	JG	Padrão completo Trifasico	R$536,96	R$10.739,20
42	15	UNID	Quadro de distribuição ate (16 divisões)	R$53,84	R$807,60
43	15	UND	Quadro de distribuição metalica	R$186,66	R$2.799,90
44	200	UND	Tomada dois pólos mais terra	R$6,61	R$1.322,00
45	50	UND	Refletor Led 500w Holofote Branco Frio Bivolt A Prova D'agua	R$532,63	R$26.631,50
46	15	UND	Poste de concreto duplo T (DT) 11/200	R$854,00	R$12.810,00
47	15	UND	cruzeta de concreto tipo "I" 1700mm	R$142,33	R$2.134,95
VALOR TOTAL DO LOTE 12					**R$205.419,65**
LOTE 13					
1	200	UND	Relé fotoelétrico externo com base	R$55,39	R$11.078,00
2	200	UND	Lâmpada 400 metálico tubular	R$104,31	R$20.862,00
3	100	UND	Lâmpada 400 sódio tubular	R$56,93	R$5.693,00
4	10	UND	Taracha de abrir rosca de 32mm	R$45,40	R$454,00
5	10	UND	Taracha de abrir rosca de 40mm	R$126,91	R$1.269,10
6	400	UND	Luminaria de Led 30 w, eficiencia luminosa a partir de 1400lm/w, ipp 66, 500 50.000 horas de garantia	R$235,52	R$94.208,00
7	100	UND	Luminaria de Led 100, eficiencia luminosa a partir de 1400lm/w, ipp 66, 500 50.000 horas de garantia	R$427,67	R$42.767,00
8	300	UND	Luminaria de Led 150 w, eficiencia luminosa a partir de 1400lm/w, ipp 66, 500 50.000 horas de garantia	R$427,67	R$128.301,00
9	10	UND	Taracha de abrir rosca de 50mm	R$208,32	R$2.083,20
VALOR TOTAL DO LOTE 13					**R$306.715,30**
LOTE 14					
1	100	UND	Adaptador de Tomada Benjamim Tê 3 saidas	R$13,86	R$1.386,00
2	100	UND	Bocal louça branca E-27	R$6,10	R$610,00
3	200	UND	Bocal rabicho	R$3,54	R$708,00

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

4	15	UND	Caixa para padrão Monofasico	R$50,84	R$762,60
5	15	UND	Caixa para padrão Bifasico/trifasico	R$160,84	R$2.412,60
6	800	MT	Canduite 3/4	R$1,72	R$1.376,00
7	30	UND	Capacitor eletrolítico 24mk 400w	R$81,33	R$2.439,90
8	30	UND	Capacitor eletrolítico 40mk 400w	R$81,33	R$2.439,90
9	20	UND	Chuveiro elétrico com resistência 220 V	R$101,48	R$2.029,60
10	10	UND	Chuveiro frio pequeno	R$39,16	R$391,60
11	250	UND	Conector perfurante confeccionado em polímero de alta resistência mecânica, com contatos dentados de cobre com acabamento superficial. Bitolas: principal: 10-70MM2 - Derivação 1,5-10MM2.	R$9,50	R$2.375,00
12	300	UND	Espeto para Jardim 440 MM	R$166,37	R$49.911,00
13	20	UND	Extensão 10mts	R$28,47	R$569,40
14	300	UND	Lampada economica 40w 120w	R$20,39	R$6.117,00
15	100	UND	lampada espiral 55wx220v	R$26,86	R$2.686,00
16	80	UND	Lâmpada Halógena 500W - 220 V -	R$27,45	R$2.196,00
17	80	UND	lampada mista 250 E 40	R$84,00	R$6.720,00
18	150	UND	Lâmpada mista de 160 w - 220 V - c/ 75 x 177 x Base E27	R$36,60	R$5.490,00
19	200	UND	Lâmpada bulbo Higi Power 75w 6375 Lumens	R$107,77	R$21.554,00
20	150	UND	Lampada de Led 25 w Branca	R$15,68	R$2.352,00
21	200	UND	Lampada de Led 25 w Verde	R$20,13	R$4.026,00
22	200	UND	Lâmpada led 55 w	R$26,86	R$5.372,00
23	100	UND	Lâmpada led para iluminação pública 40 w Street LED	R$114,88	R$11.488,00
24	300	UND	Plug Fêmea	R$7,38	R$2.214,00
25	300	UND	Plug macho	R$6,93	R$2.079,00
26	100	UND	Reator metálico externo	R$241,56	R$24.156,00
27	30	UND	Resistência 220 V para chuveiro	R$30,75	R$922,50
28	25	ROLO	Rolo fio sólidoO 1X1.5 C/ 100 M	R$217,57	R$5.439,25
29	100	UND	União galvonizada 11/2	R$70,15	R$7.015,00
30	100	UND	União galvonizada 11/4	R$70,15	R$7.015,00
31	80	UND	CAIXA DE PASSAGEM METALICA DE SOBREPOR COM TAMPA PARAFUSADA, DIMENSOES 40 X 40 X 15	R$135,37	R$10.829,60
VALOR TOTAL DO LOTE 14					**R$195.082,95**
LOTE 15					
1	100	UND	ARANDELA INTERNA TIPO JABUTICABA	R$170,80	R$17.080,00
2	30	UND	Luminária fechada c/ bocal E-40 anti vandalismo	R$109,80	R$3.294,00
3	50	UND	Refletor led 200 w	R$95,52	R$4.776,00
4	80	UND	Refletor led 100 w	R$76,86	R$6.148,80
5	50	UND	Refletor Retangular 500w	R$532,60	R$26.630,00
6	100	MT	Cascata 400 LED multifunções COD102010C WORNO	R$12,11	R$1.211,00
7	100	UND	NATAL PISCA LED WINCY 100L BRANCO QUENTE NTI2100020V	R$56,40	R$5.640,00
8	200	UND	TUBO CHIBRALI BRANCO 80CM BIVOLT 88163	R$34,45	R$6.890,00
9	80	UND	CORTINA RIO DE OURO 500 LED BRANCO	R$89,23	R$7.138,40
10	100	UND	PISCA D A 60 LED FIO PVC C 8 FUNÇÃO	R$11,95	R$1.195,00
VALOR TOTAL DO LOTE 15					**R$80.003,20**
LOTE 16					
1	100	UND	Abraçadeira tipo cunha 1	R$1,00	R$100,00
2	100	UND	Abraçadeira tipo cunha 1/4	R$0,62	R$62,00
3	100	UND	Abraçadeira tipo cunha 3/4	R$0,73	R$73,00
4	300	UND	Abraçadeira de Silicone para Mangueira de Led	R$1,12	R$336,00
5	30	UND	Alça cabo de 10mm, 16mm, 35 mm	R$23,64	R$709,20
6	200	UND	Braço reto com sapata 1,00mt, p/ Luminaria	R$132,12	R$26.424,00
7	200		Braço reto com sapata 1,50mt, p/ Luminaria	R$132,12	R$26.424,00

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

8	15	UND	Braço curvo galvanizado c/ 2 metros, Poste base E-40 até 400w	R$132,12	R$1.981,80
9	3	UND	Caixa para barramento 50x40	R$268,94	R$806,82
10	30	UND	Disjuntor Monofásico 30 amp.	R$11,56	R$346,80
11	50	UND	Disjuntor Monofásico 40 amp.	R$13,41	R$670,50
12	3	UND	Disjuntor tripolar 125A	R$374,32	R$1.122,96
13	5	UND	Disjuntor tripolar 100A	R$200,94	R$1.004,70
14	200	PACOTE	Enforca gato pacote com 100 Um	R$81,33	R$16.266,00
15	10	PACOTE	Grampo Fixa Cabo 10mm 100 um	R$18,30	R$183,00
16	20	UND	Globo p/ iluminação 15cm em plastico	R$170,41	R$3.408,20
17	20	UND	Globo p/ iluminação 25cm em plastico	R$170,41	R$3.408,20
18	100	UND	Globo p/ iluminação 30cm em acrílico	R$170,41	R$17.041,00
19	50	UND	Haste terra 2,40mt	R$57,09	R$2.854,50
20	30	UND	Luminaria de 1 soquete e27	R$9,46	R$283,80
21	30	UND	Luminaria 1x20 completa	R$87,43	R$2.622,90
22	50	UND	Luminaria 1x40 completa	R$137,25	R$6.862,50
23	50	UND	Luminaria 2x20 completa	R$132,17	R$6.608,50
24	40	UND	Luminaria 2x40 completa	R$162,67	R$6.506,80
25	50	UND	Luminaria de 2 lampada e 27	R$73,20	R$3.660,00
26	100	UND	Parafuso 5/8 x 20 cm p/ luminária	R$27,57	R$2.757,00
27	50	UND	Parafuso francês 3/8x0,3 1/2	R$2,98	R$149,00
28	50	UND	Pino bipolar 20/25a 250w	R$10,98	R$549,00
29	50	UND	Pino feme 2p+t 20a	R$9,98	R$499,00
30	50	UND	Pino femea 2p 10a	R$3,87	R$193,50
31	50	UND	Pino femea 2p+t 10a	R$6,80	R$340,00
32	50	UND	Pino macho 2p 10a	R$3,87	R$193,50
33	50	UND	Pino macho 2p+t 10a	R$6,80	R$340,00
34	50	UND	Pino macho 2p+t 20a	R$9,98	R$499,00
35	50	UND	Pino tripolar 30a 250w	R$86,42	R$4.321,00
36	10	UND	Rack linha leve de 1 polo	R$9,76	R$97,60
37	50	UND	Receptaculo Porcelana E-40	R$4,88	R$244,00
38	200	UND	Relé fotoelétrico, capacidade de carga 1.000W/1.800 VA, tensão 220 V, freqüência 60HZ, tipo de contato NF. Níveis de operação: liga 3 a 20 lux, desliga 80 lux, norma da fabricação : ABNT NBR 5123 e 5169	R$28,98	R$5.796,00
39	80	UND	Roldana louça 72x72 mm	R$10,21	R$816,80
40	80	UND	Soquete c/ borne	R$6,10	R$488,00
41	80	UND	Luminaria Plafon	R$7,13	R$570,40
42	150	UND	Tomada (base) 10A, 220 V, com Corpo Externo, Receptáculo e Porca de Fixação do Corpo à Alça injetado em polipropileno preto estabilizado contra radiações UV, resistente a intempéries e choques mecânicos, com alça de fixação em aço galvanizado a fogo que permita o giro da tomada em 360º, parafusos e porcas em aço zincado, Cabos de ligação com Comprimento de 500mm, nas cores:- Preto-fase, Vermelho-retorno e Branco-comum	R$15,70	R$2.355,00
VALOR TOTAL DO LOTE 16					**R$149.975,98**
LOTE 17					
1	50	UND	Tubo eletrodulto 1/4	R$29,44	R$1.472,00
2	50	UND	Tubo eletrodulto 3/4	R$13,58	R$679,00
3	50	UND	Tubo eletrodulto1	R$18,91	R$945,50
4	50	UND	Tubo eletroduto 2'	R$72,18	R$3.609,00
5	30	UND	Tubo eletroduto 3'	R$122,00	R$3.660,00
6	30	UND	Arrandela c/ braço curto curvo	R$57,54	R$1.726,20
7	10	UND	Arandela externa	R$171,67	R$1.716,70
8	200	UND	Base de relê foto eletrico	R$27,71	R$5.542,00
9	500	MT	Cabo flexivel 1,5mm	R$2,18	R$1.090,00
10	600	MT	Cabo flexivel 10mm	R$15,38	R$9.228,00

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

11	300	MT	Cabo flexivel 16mm	R$29,37	R$8.811,00
12	700	MT	Cabo flexivel 2,5mm	R$3,49	R$2.443,00
13	1.000	MT	Cabo flexivel 6,0mm	R$8,60	R$8.600,00
14	100	MT	Cabo flex 25mm	R$50,83	R$5.083,00
15	100	MT	Cabo Flex 35mm	R$70,15	R$7.015,00
16	80	MT	Cabo flex 50mm	R$172,83	R$13.826,40
17	80	MT	Cabo flex 95mm	R$238,92	R$19.113,60
18	400	MT	Cabo pp 2,00x1,5mm	R$5,74	R$2.296,00
19	200	MT	Cabo pp 2,0x2,5mm	R$9,44	R$1.888,00
20	300	MT	Cabo pp 2,0x4,0mm	R$15,23	R$4.569,00
21	400	MT	Cabo pp 2,0x6,0mm	R$22,93	R$9.172,00
22	300	MT	Cabo pp 3,0x1,5mm	R$6,59	R$1.977,00
23	400	MT	Cabo pp 3,0x2,5mm	R$14,16	R$5.664,00
24	400	MT	Cabo pp 3,0x4,0mm	R$22,84	R$9.136,00
25	500	MT	Cabo pp 3,0x6,0mm	R$30,30	R$15.150,00
26	100	UND	Caixa de luz 4x2	R$1,51	R$151,00
27	400	UND	Emenda para mangueira de Led	R$8,13	R$3.252,00
28	200	MT	Fio de cobre "tipo cabinho" com isolação de PVC 70 - 450/750V - 2,5 mm² - deve atender a NBR-NM 247-3.mm²	R$3,49	R$698,00
29	200	MT	Fio de Cobre de 4mm², Isolação: Composto termoplástico à base de PVC flexível antichama, permitindo uma temperatura máxima de operação no condutor de 70º C em serviço contínuo, 100º C em sobrecarga e 160º C em curto-circuito. Possuir especiais características quanto à não propagação e auto extinção de fogo; Diam. Nominal do Condutor de 2,4 mm; Espessura Nominal da Isolação de 0,8 mm; Diâmetro Externo Nominal de 4,1 mm; Peso Líquido: 44,1 Kg/Km.	R$5,74	R$1.148,00
30	100	MT	Fio de cobre sólido de 6,00 mm	R$14,22	R$1.422,00
31	200	MT	Fio de cobre torcido 2x4mm²	R$3,56	R$712,00
32	4	PC	Fio torcido 2,0x2,5mm c/ 100mt	R$790,97	R$3.163,88
33	1.000	MT	Fio paralelo de 2,5 MM	R$8,28	R$8.280,00
34	50	UND	Fita isolante 19x10	R$6,04	R$302,00
35	50	UND	Fita isolante alta fusão C/ 10 MT	R$34,56	R$1.728,00
36	1.500	MT	Mangueira de Led Neon Branca	R$37,01	R$55.515,00
37	500	UND	Rabicho para Mangueira de Led	R$24,90	R$12.450,00
VALOR TOTAL DO LOTE 17					**R$233.234,28**
LOTE 18					
1	3	UND	Alicate 8" de 1000 w p/ eletricista medindo 200 mm e c/ isolamento	R$100,65	R$301,95
2	3	UND	Bolsa de lona com alça	R$271,00	R$813,00
3	5	PAR	Bota para Eletricista couro de raspa	R$144,37	R$721,85
4	5	UND	Balde de lona para eletricista	R$87,43	R$437,15
5	5	UND	Capacete de segurança para eletricista	R$20,31	R$101,55
6	5	UND	Capacete eletricista com carneira	R$20,31	R$101,55
7	5	JG	Chave fenda eletricista 5 1/2 X 6	R$12,64	R$63,20
8	5	UND	Chave teste	R$25,01	R$125,05
9	5	UND	Cinto de segurança paraquedista	R$238,92	R$1.194,60
10	5	UND	Cinto p/eletricista c/fixação peitoral abdominal, dorsal e lateral	R$349,89	R$1.749,45
11	5	UND	Escada de fibra de 02 lance 12 degraus	R$1.931,67	R$9.658,35
12	1	UND	Escada de fibra estensível de 23 degraus 4,20 X7,20 M	R$1.931,67	R$1.931,67
13	1	UND	Escada Extensível 2x9 Em Alumínio 18 Degraus	R$911,34	R$911,34
14	1	UND	Escada pequena 05 degraus de abrir e fechar - Estrutura e degraus em chapa de aço , acabamento e pintura epóxi a pó branca.Peças plásticas em	R$208,58	R$208,58

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

			polipropileno.		
15	5	PAR	Luva de borracha isolação 1000wts	R$162,67	R$813,35
16	5	PAR	Luvas Vaqueta c/ Cano longo para utilização em Alta Tensão Elétrica	R$90,48	R$452,40
17	5	UND	Macação de eletricista, tamanhos diversos	R$671,00	R$3.355,00
18	5	UND	Óculos para eletricista	R$6,43	R$32,15
19	5	UND	Pochete em sola para eletricista	R$274,50	R$1.372,50
20	5	UND	Passa fio p/ eletricista 10mt	R$22,92	R$114,60
21	5	UND	Passa fio p/ eletricista 15mt	R$27,89	R$139,45
22	20	UND	Talabarte de Segurança para Posicionamento	R$532,57	R$10.651,40
23	20	UND	Talabarte em Y Tubular com Absorvedor de Energia e Conector 55mm	R$532,57	R$10.651,40
VALOR TOTAL DO LOTE 18					**R$45.901,54**
LOTE 19					
1	15	JG	Batentes de madeira para Janela de 1,20 x 0,80 mt	R$176,90	R$2.653,50
2	20	JG	Batentes de madeira para porta de 2,10 x 0,80 mt	R$272,47	R$5.449,40
3	20	JG	Batentes de madeira para Porta de 2,10 x 0,90 mt	R$272,47	R$5.449,40
4	50	UND	Compensado 10.00mm - 2750X1840mm	R$254,17	R$12.708,50
5	50	UND	Compensado 15.00mm - 2750X1840mm	R$351,77	R$17.588,50
6	50	UND	Compensado 4 mm - 2750X1840mm	R$137,25	R$6.862,50
7	50	UND	Compensando 05 mm - 2750X1840mm	R$176,90	R$8.845,00
8	50	UND	Compensando 06 mm - 2750X1840mm	R$176,90	R$8.845,00
9	50	UND	Eucalipto bitola 6m de comprimento 8 a 10 de espessura	R$130,13	R$6.506,50
10	50	UND	Eucalipto bitola 6m de comprimento 10 a 12 de espessura	R$178,93	R$8.946,50
11	50	UND	Eucalipto bitola 6m de comprimento 12 a 15 de espessura	R$254,17	R$12.708,50
12	50	UND	Eucalipto bitola 6m de comprimento 15 a 20 de espessura	R$772,67	R$38.633,50
13	50	UND	Eucalipto bitola 6m de comprimento 20 a 25 de espessura	R$894,67	R$44.733,50
14	50	UND	Eucalipto bitola 6m de comprimento 4 a 7 de espessura	R$90,48	R$4.524,00
15	200	MT	Guarnição	R$9,66	R$1.932,00
16	30	UND	Janela de almofada em madeira mista 80x1,10	R$464,62	R$13.938,60
17	20	UND	Maderite resinado 10mm - 2750X1840mm	R$113,87	R$2.277,40
18	20	UND	Maderite resinado 12 mm - 2750X1840mm	R$123,02	R$2.460,40
19	20	UND	Maderite resinado 13 mm - 2750X1840mm	R$142,33	R$2.846,60
20	30	UND	Maderite resinado 9mm - 2750X1840mm	R$89,47	R$2.684,10
21	20	UND	MDF 06 mm - 2750X1840mm	R$305,00	R$6.100,00
22	20	UND	MDF 09 mm - 2750X1840mm	R$511,38	R$10.227,60
23	20	UND	Porta de almofada em madeira mista 2,10x60m	R$655,75	R$13.115,00
24	20	UND	Porta de almofada em madeira mista 2,10x70m	R$765,55	R$15.311,00
25	20	UND	Porta de almofada em madeira mista 2,10x80m	R$856,03	R$17.120,60
26	20	UND	Porta de almofada em madeira mista 2,10x90m	R$964,82	R$19.296,40
27	20	UND	Porta de compensado 2,10X0,80CM	R$208,21	R$4.164,20
28	20	UND	Porta de compensado 60X2,10M	R$208,21	R$4.164,20
29	200	MT	Ripão de madeira mista 5,5 x 3,5	R$13,83	R$2.766,00
30	500	MT	Ripas de madeira mista 4X1 CM	R$4,47	R$2.235,00
31	150	UND	Tábua de pinus 3m x 0,30cm x 30mm	R$65,34	R$9.801,00
32	100	MT ²	Tábuas de madeira de 2,3cm	R$299,92	R$29.992,00
33	50	MT ²	Tábuas de madeira de 3mm	R$456,48	R$22.824,00
34	100	UND	Tapume 10mm	R$147,72	R$14.772,00
35	100	MT	Vigas de madeira 12x6cm	R$45,55	R$4.555,00
36	100	MT	Vigas de madeira 14x6cm	R$58,97	R$5.897,00
37	100	MT	Vigas de madeira 20x6cm	R$104,72	R$10.472,00
38	100	MT	Vigas de madeira mista 16x6cm	R$104,72	R$10.472,00
VALOR TOTAL DO LOTE 19					**R$413.878,40**
LOTE 20					
1	15	UND	Tubo de concreto simples para aguas pluviais, classe PA 1, com encaixe ponta e bolsa, diametro nominal de	R$69,95	R$1.049,25

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

			200mm		
2	15	UND	Tubo de concreto armado para aguas pluviais, classe PA 1, com encaixe ponta e bolsa, diametro nominal de 300mm	R$138,27	R$2.074,05
3	15	UND	Tubo de concreto armado para aguas pluviais, classe PA 1, com encaixe ponta e bolsa, diametro nominal de 400mm	R$167,75	R$2.516,25
4	10	UND	Tubo de concreto armado para aguas pluviais, classe PA 1, com encaixe ponta e bolsa, diametro nominal de 500mm	R$452,42	R$4.524,20
5	10	UND	Tubo de concreto armado para aguas pluviais, classe PA 1, com encaixe ponta e bolsa, diametro nominal de 600mm	R$452,42	R$4.524,20
6	5	UND	Tubo de concreto armado para aguas pluviais, classe PA 1, com encaixe ponta e bolsa, diametro nominal de 700mm	R$786,90	R$3.934,50
7	5	UND	Tubo de concreto armado para aguas pluviais, classe PA 1, com encaixe ponta e bolsa, diametro nominal de 800mm	R$786,90	R$3.934,50
8	5	UND	Tubo de concreto armado para aguas pluviais, classe PA 1, com encaixe ponta e bolsa, diametro nominal de 900mm	R$849,93	R$4.249,65
9	5	UND	Tubo de concreto armado para aguas pluviais, classe PA 1, com encaixe ponta e bolsa, diametro nominal de 2000mm	R$1.699,87	R$8.499,35
VALOR TOTAL DO LOTE 20					**R$35.305,95**
LOTE 21					
1	200	MILHEIRO	PEDRA - PARALELEPÍPEDOS. Material granito, gnaisse, ou originados de outros tipos de rocha de resistência equivalente, apresentando Uma distribuição uniforme dos materiais constituintes e estarem isentos de veios, falhas materiais em desagregação ou arestas quebradas. Devem ainda apresentar as seguintes características: - Resistência á compressão simples: 1.000kg/cm²; - Peso específico aparente: 2.400kg/m²; - Absorção de água após 48 horas de imersão: 0,5% em peso. Comprimento 17 a 23 cm; Largura 12 a 15 cm; Altura 11 a 14 cm	R$1.220,00	R$244.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE 21					**R$244.000,00**
LOTE 22					
1	6.000	UND	Meio-fio em concreto, com dimensões minimas de 30x100x12 cm.	R$55,92	R$335.520,00
VALOR TOTAL DO LOTE 22					**R$335.520,00**
VALOR TOTAL DOS LOTES					**R$6.135.465,20**

1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Portal eletrônico de realização da sessão pública de licitação e as especificações constantes no Termo de Referência, prevalecerão as últimas.
1.5. Os materiais destinam-se ao atendimento das necessidades de manutenção preventiva e corretiva, conservação, recuperação, reforma, adequação e melhoria dos imóveis, instalações, equipamentos, vias, praças e demais espaços públicos de propriedade ou sob responsabilidade do Município de Guajeru/BA, conforme as demandas apresentadas pelos órgãos e unidades da Administração Municipal.
1.6. O objeto caracteriza-se como aquisição de bens comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado e pelas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

1.7. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, na forma do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável.
1.8. A utilização do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada em razão da natureza recorrente, parcelada e variável das demandas, não sendo possível determinar previamente, com exatidão, o momento e os quantitativos efetivamente necessários de cada produto. As aquisições serão realizadas conforme a necessidade da Administração, durante a vigência da Ata, sem obrigação de contratação integral dos quantitativos estimados.

2. ENQUADRAMENTO LEGAL E CLASSIFICAÇÃO COMO BEM COMUM

2.1. O presente Termo de Referência fundamenta-se na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 006, de 03 de janeiro de 2024, no Decreto Municipal nº 044, de 10 de setembro de 2024, no Decreto Municipal nº 045, de 10 de setembro de 2024, e demais normas aplicáveis.
2.2. O objeto enquadra-se como bem comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.
2.3. A classificação decorre da possibilidade de definição objetiva das características, especificações, unidades, padrões mínimos de qualidade e demais requisitos aplicáveis aos produtos.
2.4. A seleção do fornecedor será realizada mediante Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços, adotando-se como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital

3. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO E PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)

3.1. A contratação tem por objetivo assegurar o fornecimento, de forma parcelada e conforme a necessidade da Administração, dos materiais necessários às atividades de manutenção, conservação, recuperação, reforma, adequação e melhoria dos imóveis, instalações, equipamentos, vias e espaços públicos municipais.
3.2. A solução busca garantir disponibilidade tempestiva dos materiais necessários às atividades desenvolvidas pelos órgãos municipais, reduzindo atrasos, paralisações e prejuízos decorrentes da falta de insumos.
3.3. A utilização do Sistema de Registro de Preços permitirá que as aquisições ocorram conforme a efetiva demanda, evitando estoques excessivos e a aquisição antecipada de quantitativos que poderão não ser utilizados.
3.4. A contratação deverá guardar compatibilidade com os instrumentos de planejamento da Administração Municipal e com a disponibilidade orçamentária e financeira dos órgãos demandantes.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação decorre da necessidade contínua de manutenção, conservação, recuperação e adequação dos imóveis, instalações, equipamentos, vias, praças e demais estruturas públicas municipais.
4.2. A diversidade dos materiais demandados decorre das diferentes atividades executadas pela Administração, envolvendo alvenaria, cobertura, pintura, revestimento, instalações hidráulicas e sanitárias, instalações elétricas, iluminação pública, drenagem, pavimentação, carpintaria, pequenos reparos e reposição de componentes.
4.3. A indisponibilidade desses materiais poderá retardar intervenções, ampliar danos existentes, elevar custos futuros e comprometer o funcionamento dos serviços públicos.
4.4. O fornecimento parcelado e sob demanda permitirá atendimento mais célere às necessidades administrativas, redução de estoques desnecessários e pagamento apenas dos quantitativos efetivamente solicitados e recebidos.
4.5. Os quantitativos estabelecidos possuem natureza estimativa e foram definidos para fins de planejamento, não constituindo obrigação de aquisição integral pela Administração.

5. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO:

5.1. A contratação será estruturada em 22 (vinte e dois) lotes, organizados conforme a natureza, afinidade, cadeia de fornecimento e características dos produtos.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

5.2. A divisão em lotes busca ampliar a competitividade, permitindo a participação de fornecedores especializados em diferentes segmentos, sem exigir que uma mesma empresa possua capacidade para fornecer a totalidade dos 623 itens.
5.3. O agrupamento também busca preservar eficiência administrativa, logística e economia de escala, evitando excessiva fragmentação do fornecimento.
5.4. A adjudicação ocorrerá por lote, devendo a licitante apresentar proposta completa para todos os itens integrantes do respectivo lote.
5.5. Uma mesma licitante poderá participar e ser adjudicatária de um, vários ou todos os lotes, desde que atenda às condições estabelecidas no Edital.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

6.1. A contratação deverá assegurar o fornecimento adequado, seguro e eficiente dos materiais objeto deste Termo de Referência, observadas as especificações técnicas, quantitativos, condições de entrega, normas aplicáveis e demais exigências estabelecidas.

6.1.1. Os bens serão fornecidos de forma parcelada e sob demanda, mediante Ordem de Fornecimento, Autorização de Fornecimento, requisição ou instrumento equivalente emitido pela Administração.
6.1.2. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, quando aplicável, livres de vícios, defeitos, avarias, recondicionamento ou reutilização, e adequados à finalidade a que se destinam.
6.1.3. Os materiais deverão observar as especificações, dimensões, composição, capacidade, resistência, acabamento, desempenho e demais características técnicas definidas para cada item.
6.1.4. A CONTRATADA será responsável pela embalagem, transporte, carga, descarga e demais providências necessárias à entrega dos produtos nos locais indicados pela Administração, sem cobrança adicional.
6.1.5. Os produtos deverão observar as normas técnicas, regulamentares, ambientais, sanitárias, de segurança e de qualidade aplicáveis à respectiva categoria, quando existentes.
6.1.6. Os produtos entregues em desacordo com as especificações, danificados, incompletos, vencidos, adulterados ou inadequados à finalidade poderão ser recusados, devendo a CONTRATADA promover sua substituição ou regularização, sem ônus adicional para a Administração, no prazo estabelecido pela fiscalização.

6.2. Indicação de marcas ou modelos

6.2.1. As marcas constantes da planilha de referência possuem caráter meramente indicativo, decorrente da pesquisa de preços, não constituindo exigência de fornecimento.
6.2.2. Serão aceitos produtos de marca diversa, desde que atendam integralmente às especificações, características técnicas, desempenho, qualidade e normas aplicáveis.
6.2.3. Eventual indicação vinculante de marca ou modelo específico somente poderá ocorrer nas hipóteses legalmente admitidas e mediante justificativa.
6.2.4. A licitante deverá indicar na proposta a marca dos produtos ofertados e, quando aplicável, o respectivo modelo.

6.3. Da exigência de amostra

6.3.1. NÃO SERÃO EXIGIDAS AMOSTRAS como condição geral de participação, classificação ou habilitação no procedimento licitatório.
6.3.2. A dispensa de amostras não afasta a obrigação da CONTRATADA de fornecer produtos que atendam integralmente às especificações e aos padrões mínimos de qualidade estabelecidos.
6.3.3. A Administração poderá, quando necessário à verificação da conformidade do produto ofertado, solicitar catálogo, ficha técnica, prospecto, manual, certificado ou outro documento técnico pertinente, observadas as condições estabelecidas no Edital.

6.4. Garantia dos produtos

6.4.1. A CONTRATADA responderá pela qualidade dos produtos fornecidos e pelos vícios, defeitos, avarias ou desconformidades verificadas, observados os prazos de garantia estabelecidos na legislação, nas especificações do respectivo item e, quando aplicável, pelo fabricante.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

6.4.2. Verificada qualquer desconformidade imputável ao produto fornecido, a CONTRATADA deverá promover sua substituição, correção ou regularização, sem ônus adicional para a Administração, no prazo estabelecido.

6.4.3. Quando o produto possuir garantia do fabricante superior ao prazo mínimo legal ou estabelecido na contratação, prevalecerá o prazo mais vantajoso.

6.5. Garantia da proposta

6.5.1. Não será exigida garantia da proposta prevista no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.6. Garantia da contratação

6.6.1. Não será exigida garantia de execução contratual, considerando a natureza do objeto, o fornecimento parcelado e sob demanda, os mecanismos de fiscalização, recebimento e pagamento previstos neste Termo de Referência e as medidas administrativas cabíveis em caso de inadimplemento.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

7.1. A solução consiste na formação de Sistema de Registro de Preços destinado à aquisição futura, parcelada e sob demanda dos materiais descritos neste Termo de Referência.

7.2. As aquisições serão realizadas de acordo com as necessidades efetivamente verificadas pela Administração, mediante emissão de Ordem de Fornecimento, Autorização de Fornecimento, requisição ou instrumento equivalente.

7.3. Cada solicitação deverá indicar, sempre que aplicável, o lote, item, unidade, quantidade, local de entrega, prazo e demais informações necessárias ao atendimento da demanda.

7.4. A CONTRATADA deverá manter capacidade de fornecimento compatível com os produtos registrados durante a vigência da Ata.

7.5. Os produtos deverão ser entregues nos locais indicados pela Administração, inclusive em áreas urbanas ou rurais do Município, quando previsto na solicitação, sem cobrança adicional.

7.6. Nenhum quantitativo adicional poderá ser fornecido para fins de cobrança sem prévia autorização da Administração.

7.7. A Administração não estará obrigada à aquisição integral dos quantitativos estimados, sendo devido pagamento apenas pelos produtos efetivamente solicitados, fornecidos e regularmente recebidos.

7.8. O ciclo de atendimento compreenderá a identificação da necessidade, emissão da solicitação, entrega, conferência quantitativa e qualitativa, recebimento, atesto e pagamento, observadas as condições deste Termo de Referência.

7.9. Os produtos rejeitados em razão de desconformidade deverão ser substituídos ou regularizados pela CONTRATADA, sem ônus adicional, no prazo estabelecido pela Administração.

8. MODELO DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.1. O fornecimento somente será realizado mediante solicitação formal da Administração, sendo vedada a entrega de produtos por iniciativa exclusiva da CONTRATADA para posterior cobrança.

8.2. A Ordem de Fornecimento, Autorização de Fornecimento, requisição ou instrumento equivalente constituirá o documento de referência para acompanhamento da entrega e deverá conter as informações necessárias à identificação da demanda.

8.3. Os produtos deverão ser entregues em conformidade com as especificações, unidades, quantitativos, marcas e modelos ofertados, quando aplicáveis, e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.4. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à fiscalização qualquer circunstância que possa comprometer o atendimento da solicitação, especialmente quanto ao prazo, quantidade ou disponibilidade do produto.

8.5. As solicitações poderão ser emitidas de forma sucessiva durante a vigência da Ata de Registro de Preços, de acordo com as necessidades da Administração, não havendo garantia de utilização integral dos quantitativos estimados.

8.6. A CONTRATADA deverá manter controle das solicitações recebidas e dos respectivos fornecimentos realizados, contendo, quando aplicável, identificação da solicitação, produtos, quantidades, data da entrega e

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

demais informações necessárias à comprovação do atendimento.
8.7. O controle mantido pela CONTRATADA estará sujeito à conferência da fiscalização e não constituirá, isoladamente, comprovação suficiente para fins de pagamento.
8.8. O recebimento dos produtos dependerá da verificação de conformidade com as especificações, quantidades, integridade, qualidade e demais condições da contratação.
8.9. Os produtos entregues em desacordo poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, devendo a CONTRATADA promover sua substituição ou regularização, sem ônus adicional para a Administração.
8.10. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios, defeitos ou desconformidades posteriormente identificados.

9. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

9.1. Por se tratar de procedimento destinado à formação de Ata de Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária será realizada por ocasião de cada contratação decorrente da Ata, de acordo com o órgão ou unidade demandante e a correspondente disponibilidade orçamentária e financeira.
9.2. As despesas decorrentes das contratações efetivamente realizadas correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento municipal, a serem indicadas no respectivo instrumento contratual, nota de empenho ou instrumento equivalente.

10.ESTIMATIVA DOS PREÇOS REFERENCIAIS:

10.1. O valor total estimado para a contratação é de **R$ 6.135.465,20 (seis milhões cento e trinta e cinco mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos)**, conforme pesquisa de preços realizada para instrução do processo administrativo e os valores referenciais constantes da planilha deste Termo de Referência.
10.2. O valor estimado encontra-se distribuído entre os lotes conforme os valores constantes da Planilha de Itens e Estimativa de Preços integrante deste Termo de Referência.
10.3. Os preços referenciais foram obtidos a partir da pesquisa de preços realizada na fase preparatória da contratação, conforme documentação integrante do processo administrativo, observadas as especificações, unidades de medida e quantitativos estimados definidos para cada item.
10.4. Os documentos utilizados na formação dos preços de referência integram o processo administrativo e deverão permanecer disponíveis para fins de controle e verificação.
10.5. Os quantitativos estabelecidos possuem caráter estimativo e representam os limites máximos previstos para fins de Registro de Preços, não constituindo obrigação de aquisição integral pela Administração.
10.6. O pagamento será realizado exclusivamente em relação aos produtos efetivamente solicitados, fornecidos, recebidos e atestados pela Administração, observados os preços registrados e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

11.DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação total do objeto.
11.2. Poderá ser admitida a subcontratação parcial de atividades acessórias ao fornecimento, desde que previamente autorizada pela Administração e que não implique transferência da responsabilidade principal pelo cumprimento do objeto.
11.3. A subcontratação eventualmente autorizada não afastará a responsabilidade integral da CONTRATADA perante a Administração pelo adequado cumprimento das obrigações assumidas.

12.DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com ou em outra pessoa jurídica, desde que a sucessora atenda a todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação, não haja prejuízo ao cumprimento do objeto e haja anuência expressa da Administração quanto à continuidade da relação contratual.

13.DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

13.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
13.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução contratual, os prazos de cumprimento das obrigações afetadas serão prorrogados pelo tempo correspondente, quando cabível, mediante o devido registro nos autos.
13.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
13.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
13.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
13.6. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, nos limites de suas respectivas competências e atribuições institucionais.
13.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
13.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º.
13.9. Identificada qualquer inexatidão, irregularidade ou desconformidade no fornecimento, o fiscal técnico do contrato emitirá notificação à CONTRATADA, estabelecendo prazo para a adoção das providências necessárias à regularização.
13.10.O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para adoção das providências cabíveis.
13.11. No caso de ocorrências que possam comprometer o cumprimento dos prazos ou das demais obrigações contratuais, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato para adoção das providências cabíveis.
13.12.O fiscal técnico comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, quando houver necessidade de providências relativas à continuidade, renovação ou prorrogação.
13.13.O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as glosas e a formalização de apostilamentos e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
13.14. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
13.15.A fiscalização técnica e administrativa poderá ser executada pelo mesmo servidor público designado pela autoridade competente, considerando a realidade local e as condições de execução do objeto do contrato;
13.16.O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, mantendo os registros formais relacionados à execução contratual, a exemplo das Ordens ou Autorizações de Fornecimento, registros de ocorrências, alterações, apostilamentos e prorrogações, quando cabíveis, promovendo as providências necessárias à adequada gestão da contratação.
13.17.O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
13.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
13.19.O gestor do contrato registrará a avaliação do cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, considerando as informações e registros produzidos pela fiscalização, inclusive quanto a

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

eventuais ocorrências e penalidades aplicadas, quando houver.
13.20.O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
13.21.O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
13.22.O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que justificaram a contratação e eventuais medidas destinadas ao aprimoramento de contratações futuras.

14. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

14.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

14.1.1. O fornecedor será selecionado mediante procedimento de licitação na modalidade **PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA**, através do Sistema de Registro de Preços, adotando-se como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR LOTE**.

14.2. FORMA DE EXECUÇÃO

14.2.1. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, conforme as necessidades da Administração Municipal, mediante emissão de Ordem de Fornecimento, Autorização de Fornecimento, requisição ou instrumento equivalente, observadas as condições, especificações, quantitativos, prazos e locais de entrega estabelecidos neste Termo de Referência.

14.3. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

14.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

14.3.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

14.3.1.1.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física);
14.3.1.1.2. Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
14.3.1.1.3. Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b" deste subitem;
14.3.1.1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no cartório de Registros Civis de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
14.3.1.1.5. Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de cooperativa, nos termos de artigo 107 da Lei Federal Nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, ou empresa, sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;
14.3.1.1.6. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual-MEI, emitido pela Receita Federal do Brasil, caso o interessado seja um Microempreendedor Individual-MEI.

14.3.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

14.3.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
14.3.1.2.2. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
14.3.1.2.3. Prova de regularidade de débito com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal quando for o caso, da sede ou do domicílio da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;
14.3.1.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal do domicílio ou sede da empresa, mediante Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Secretaria

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

da Receita;
14.3.1.2.5. Prova de regularidade de débito para com o Sistema de Seguridade Social, (INSS), e o Fundo de Garantia, (FGTS), a Secretaria da Receita Federal;
14.3.1.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

14.3.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

a) Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, dentro do respectivo prazo de validade ou, não havendo prazo expresso, emitida em até 90 (noventa) dias anteriores à data prevista para abertura do certame.
b) Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício – DRE e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da legislação aplicável, que comprovem a situação econômico-financeira da licitante.

b.1) Os documentos contábeis deverão estar devidamente assinados pelos responsáveis legais e pelo profissional da contabilidade regularmente habilitado, observada a forma de escrituração e registro aplicável ao tipo empresarial;
b.2) Para pessoa jurídica constituída há menos de 02 (dois) anos, os documentos referidos na alínea "b" limitar-se-ão ao último exercício social;
b.3) A empresa constituída no exercício financeiro da licitação poderá substituir as demonstrações contábeis pelo balanço de abertura, devidamente elaborado na forma da legislação aplicável;
b.4) Quando a escrituração contábil for realizada por meio do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, serão admitidos os documentos extraídos do referido sistema, acompanhados dos respectivos recibos de entrega, quando aplicáveis.
b.5) Não serão exigidos índices de rentabilidade ou lucratividade, nem faturamento mínimo anterior, vedadas exigências que ultrapassem os limites previstos no art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.3.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

14.3.1.4.1. Comprovação de aptidão para fornecimento de bens de natureza pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.
14.3.1.4.2. Não será exigida identidade absoluta entre os bens anteriormente fornecidos e os produtos objeto desta licitação, sendo suficiente a demonstração de experiência pertinente e compatível com o lote disputado.
14.3.1.4.3. Será admitida a apresentação de um ou mais atestados, desde que, considerados individualmente ou em conjunto, sejam suficientes para demonstrar a capacidade técnica da licitante.

14.3.1.5. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

14.3.1.5.1. Quando admitida a participação de cooperativas, deverão ser apresentados os documentos de constituição, registro, representação e regularidade exigíveis segundo a legislação aplicável, além dos demais documentos de habilitação pertinentes à natureza da licitante e ao objeto da contratação.

15.DOS CRITÉRIOS PARA MEDIÇÃO E PAGAMENTO.

15.1. Para fins de medição e pagamento, serão consideradas exclusivamente as unidades e quantidades de produtos efetivamente solicitadas, fornecidas, recebidas e aceitas pela Administração, observados os preços registrados para cada item.

15.1.1. A conferência será realizada com base na respectiva Ordem de Fornecimento, Autorização de Fornecimento, requisição ou instrumento equivalente, na Nota Fiscal e nos registros de recebimento.
15.1.2. Não serão considerados para pagamento produtos não solicitados, não entregues, entregues em quantidade superior à autorizada, rejeitados, danificados, divergentes ou fornecidos em desacordo com as especificações da contratação.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

15.1.3. Os produtos recusados somente serão considerados para fins de pagamento após sua regular substituição ou correção e o respectivo recebimento pela Administração.
15.1.4. Os preços registrados compreendem todos os custos diretos e indiretos necessários ao integral fornecimento dos bens, inclusive tributos, encargos, embalagem, frete, transporte, carga, descarga, seguros e demais despesas incidentes.
15.1.5. Os quantitativos constantes da Ata de Registro de Preços possuem natureza estimativa, não gerando direito a faturamento ou pagamento sem o efetivo fornecimento e recebimento dos produtos.

15.2. Para fins de liquidação, o setor competente verificará se a Nota Fiscal ou instrumento equivalente corresponde aos produtos efetivamente fornecidos e regularmente recebidos, bem como se contém os elementos necessários ao processamento da despesa.

15.3. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contado da regular liquidação da despesa, mediante ordem bancária para conta indicada pela CONTRATADA, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

15.4. O documento fiscal somente será considerado apto ao processamento do pagamento após a conferência dos produtos efetivamente fornecidos, seu regular recebimento e o correspondente atesto pela fiscalização.

15.5. A Nota Fiscal ou documento equivalente deverá estar acompanhada, quando necessário, da documentação pertinente à comprovação da regularidade fiscal, sem prejuízo da realização de consultas aos sítios eletrônicos oficiais pela Administração, nos termos da legislação aplicável.

15.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

15.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

15.9. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

15.10. Previamente à emissão da nota de empenho e a cada pagamento, a Administração poderá realizar as consultas pertinentes aos cadastros e sistemas oficiais disponíveis, com a finalidade de verificar a manutenção das condições necessárias à contratação e eventual existência de impedimento legal para contratar com a Administração Pública.

15.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.12. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as providências administrativas cabíveis no processo correspondente, inclusive, quando presentes os pressupostos legais, aquelas destinadas à extinção do contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.13. Havendo o efetivo fornecimento e o regular recebimento do objeto, os pagamentos correspondentes aos produtos fornecidos e atestados serão processados, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas cabíveis em razão de eventual irregularidade constatada.

15.14. A eventual extinção do contrato em razão da perda das condições necessárias à contratação observará as hipóteses, os procedimentos e as garantias estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021 e nos demais instrumentos da contratação.

15.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.16. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
15.17. No caso de atraso no pagamento imputável à CONTRATANTE, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para o atraso, os valores devidos serão atualizados monetariamente entre o término do prazo previsto para pagamento e a data de sua efetiva realização, mediante aplicação da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE:

16.DO REAJUSTE.

16.1. Os preços inicialmente registrados e contratados serão fixos e irreajustáveis pelo período de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado da contratação.
16.2. Após o interregno de 01 (um) ano, os preços poderão ser reajustados mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, observada a legislação aplicável.
16.3. O reajuste, quando cabível, será formalizado na forma legalmente admitida.
16.4. Independentemente do reajuste, poderá ser reconhecido o direito ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro quando presentes os pressupostos legais e mediante demonstração objetiva da ocorrência e de seus efeitos sobre a contratação.
16.5. A revisão dos preços registrados observará as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 045, de 10 de setembro de 2024, e da Ata de Registro de Preços.

17.ALTERAÇÕES DO CONTRATO.

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelas disposições dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante as devidas justificativas e observância dos requisitos legalmente aplicáveis.
17.2. Nas alterações unilaterais previstas no inciso I do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125 da referida Lei.
17.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes poderão ultrapassar o limite previsto no item anterior, observadas as condições e formalidades legalmente aplicáveis.
17.4. As alterações contratuais não poderão transfigurar o objeto da contratação e deverão preservar, quando cabível, o equilíbrio econômico-financeiro inicialmente pactuado.

18. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

18.1. A extinção do contrato observará as hipóteses, condições e procedimentos estabelecidos nos arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.
18.2. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
18.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências previstas no art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.
18.4. O termo de extinção contratual, quando cabível, será precedido de relatório contendo, conforme o caso:
18.4.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
18.4.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e
18.4.3. indicação das indenizações, multas e demais obrigações eventualmente existentes.

19.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2. O contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas no item anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
iv. **Multa:**

1. *0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento)* por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida *limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis*;

2. *10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;*

3. *15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA.*

iv.1. O atraso superior a *25 (vinte e cinco) dias* autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

iv.2. *As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.*

19.2.1. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

19.2.2. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

19.2.3. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

19.2.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores aos créditos eventualmente devidos à CONTRATADA, o valor remanescente deverá ser recolhido aos cofres municipais no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo de sua cobrança administrativa ou judicial.

19.2.5. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *20 (vinte) dias*, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.4. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.5. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

19.6. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

19.7. O Contratante deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, nos termos do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

19.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

19.9. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante;

19.10. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

19.11. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

19.12. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, aquela será encaminhada para inscrição em dívida ativa;

19.13. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legalmente cabíveis, poderá ser extinto nas hipóteses e condições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, observados o contraditório e a ampla defesa quando cabíveis.

20.OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

20.1. São obrigações da Contratante:

20.1.1. Emitir as requisições, Ordens de Fornecimento, Autorizações de Fornecimento ou instrumentos equivalentes necessários ao fornecimento dos produtos;

20.1.2. Fornecer à CONTRATADA as informações necessárias ao adequado cumprimento do objeto, inclusive quanto aos produtos, quantitativos, locais e demais condições aplicáveis a cada solicitação;

20.1.3. Receber, conferir, acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos produtos, verificando sua conformidade com as especificações e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência;

20.1.4. Comunicar à CONTRATADA as falhas, irregularidades ou desconformidades verificadas, fixando prazo para substituição ou regularização, quando cabível;

20.1.5. Rejeitar, total ou parcialmente, os produtos fornecidos em desacordo com as especificações, quantidades, condições de qualidade ou demais exigências da contratação;

20.1.6. Efetuar o pagamento pelos produtos efetivamente solicitados, fornecidos, recebidos e regularmente atestados, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência;

20.1.7. Aplicar as sanções administrativas cabíveis, observados o contraditório e a ampla defesa;

20.1.8. Prestar os esclarecimentos necessários ao adequado cumprimento do objeto;

20.1.9. A Administração não responderá por compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros,

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

ainda que relacionados ao cumprimento do objeto, nem por danos decorrentes de atos de seus empregados, prepostos ou colaboradores.

21.OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

21.1. Fornecer os produtos de acordo com as condições, especificações, padrões de qualidade e demais requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, no Edital e nos demais documentos integrantes da contratação.
21.2. Responsabilizar-se, às suas expensas, pela embalagem, transporte, frete, carga, descarga e demais recursos necessários ao integral fornecimento dos produtos, sem cobrança adicional à Administração.
21.3. Fornecer produtos novos, de primeiro uso, quando aplicável, adequados à finalidade a que se destinam e em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e nas respectivas solicitações de fornecimento.
21.4. Realizar o fornecimento exclusivamente mediante prévia emissão de Ordem de Fornecimento, Autorização de Fornecimento, requisição ou instrumento equivalente pela Administração, sendo vedado o fornecimento de quantitativos adicionais para posterior cobrança sem prévia autorização.
21.5. A solicitação de fornecimento deverá indicar, conforme aplicável, o item, a unidade de medida, o quantitativo, o local e o prazo de entrega e demais informações necessárias ao atendimento da demanda.
21.6. Cumprir os prazos estabelecidos nas solicitações de fornecimento, comunicando previamente à fiscalização qualquer circunstância devidamente justificada que possa comprometer seu atendimento.
21.7. Fornecer os produtos em observância às normas técnicas, regulamentares, ambientais, sanitárias, de segurança e de qualidade aplicáveis, quando existentes.
21.8. Substituir, corrigir ou regularizar, sem ônus adicional para a Administração, os produtos que apresentem defeitos, avarias, vícios, inadequações ou desconformidade com as especificações da contratação.
21.9. Reparar, às suas expensas, os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em decorrência do fornecimento, transporte, carga, descarga ou demais atividades sob sua responsabilidade.
21.10. Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.
21.11. Indicar preposto para representá-la durante a execução, quando solicitado pela Administração.
21.12. Cumprir a reserva legal de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, quando aplicável.
21.13. Manter controle das solicitações e dos fornecimentos realizados e apresentar, quando solicitado, documentos e informações necessários à comprovação do cumprimento das obrigações assumidas.
21.14. Permitir e facilitar a atuação da fiscalização, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados.
21.15. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, tributários e demais obrigações decorrentes do cumprimento do objeto.
21.16. Comunicar imediatamente à Administração qualquer ocorrência capaz de comprometer a adequada execução do objeto.
21.17. Não transferir à Administração qualquer custo adicional relativo a frete, transporte, carga, descarga, embalagem, seguros ou demais despesas compreendidas nos preços registrados.
21.18. Cumprir as demais obrigações estabelecidas no Edital, neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços, no instrumento contratual ou equivalente e na legislação aplicável.
21.19. A CONTRATADA deverá cumprir integralmente a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, e demais legislações e regulamentações pertinentes à proteção de dados, quanto a todos os dados pessoais a que tiver acesso em razão da futura contratação, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
21.20. A CONTRATADA reconhece que, no curso da execução contratual, poderá eventualmente ter acesso a dados pessoais e, conforme as circunstâncias, a dados pessoais sensíveis, comprometendo-se a tratá-los com elevado nível de cuidado, diligência e segurança, em conformidade com os princípios da LGPD e com as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

21.21. Para os fins deste Termo de Referência, o tratamento de dados pessoais abrange toda operação realizada com dados pessoais, incluindo coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
21.22.O tratamento dos dados pessoais somente poderá ocorrer para finalidades específicas, legítimas e diretamente relacionadas à execução da contratação e às atividades da Administração Municipal, de acordo com a boa-fé e com os princípios previstos no art. 6º da LGPD, sendo vedada a sua utilização para finalidade diversa, inclusive para benefício próprio da CONTRATADA ou de terceiros, salvo quando houver fundamento legal que autorize o tratamento.
21.23. Todos os dados pessoais tratados pela CONTRATADA deverão ser mantidos em sigilo, com acesso restrito aos profissionais que efetivamente necessitem dessas informações para a execução dos serviços contratados.
21.24.A CONTRATADA deverá implementar e manter medidas técnicas e administrativas adequadas e comprovadamente eficazes para proteger os dados pessoais, inclusive dados pessoais sensíveis eventualmente acessados ou tratados em razão da execução contratual, contra acessos não autorizados, destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito. Essas medidas deverão ser continuamente avaliadas e atualizadas, considerando o estado da técnica e os riscos envolvidos no tratamento.
21.25.A CONTRATADA não poderá transferir dados pessoais a terceiros sem autorização prévia e por escrito do Município, exceto quando exigido por lei ou necessário à execução contratual, devendo assegurar que o terceiro receptor adote medidas de segurança compatíveis com aquelas exigidas neste Termo de Referência.
21.26.A CONTRATADA deverá garantir o atendimento adequado aos direitos dos titulares dos dados, incluindo, conforme aplicável, acesso, correção, eliminação, portabilidade, informação sobre uso compartilhado, revogação do consentimento e demais direitos previstos na LGPD, fornecendo ao Município os mecanismos e informações necessários para cumprimento dessas obrigações.
21.27. Em caso de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares dos dados, especialmente quando envolver dados pessoais sensíveis, a CONTRATADA deverá notificar imediatamente o Município, em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas, e adotar todas as medidas necessárias para mitigar os efeitos do incidente, fornecendo as informações relevantes sobre o ocorrido e cooperando integralmente com o Município na investigação, nas medidas corretivas e preventivas e no cumprimento das eventuais determinações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD.
21.28.A CONTRATADA deverá permitir e facilitar a realização de auditorias e inspeções pelo Município ou por terceiros por ele designados, quando necessárias à verificação do cumprimento das obrigações de proteção de dados estabelecidas neste Termo de Referência e na legislação aplicável, fornecendo as informações, documentos e acessos pertinentes à finalidade da verificação.
21.29.A CONTRATADA deverá assegurar que seus colaboradores, prepostos ou subcontratados envolvidos no tratamento de dados pessoais recebam orientação e treinamento adequados sobre proteção de dados, confidencialidade e segurança da informação, comprometendo-se a observar as obrigações previstas na LGPD e neste Termo de Referência.
21.30. Ao término da contratação, por qualquer motivo, a CONTRATADA deverá, de forma segura e comprovável, devolver ao Município ou eliminar os dados pessoais tratados em nome da Administração, inclusive cópias existentes em seus sistemas e dispositivos, salvo quando houver obrigação legal ou regulatória de retenção, hipótese em que deverá continuar assegurando a proteção e segurança dos dados pelo período correspondente.
21.31.A CONTRATADA deverá envidar esforços para realizar a anonimização ou pseudonimização dos dados pessoais, especialmente dos dados sensíveis, sempre que a finalidade do tratamento permitir e quando tais técnicas puderem reduzir os riscos de identificação dos titulares, observadas as boas práticas e as orientações da ANPD.
21.32.A CONTRATADA será integralmente responsável por danos, prejuízos, perdas e responsabilizações administrativas ou judiciais decorrentes do descumprimento das obrigações estabelecidas nesta cláusula e na legislação de proteção de dados, sem prejuízo da apuração da responsabilidade de outros agentes eventualmente

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

envolvidos.

21.33.O Município poderá exigir que a CONTRATADA indique Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, nos termos do art. 41 da LGPD, quando a natureza, o volume ou as características das operações de tratamento realizadas em razão da contratação justificarem a medida, para atuar como ponto de contato entre a CONTRATADA, o Município e os titulares dos dados.

22.DAS REGRAS BÁSICAS DO REGISTRO DE PREÇOS

22.1. As contratações decorrentes do registro de preços formalizado por intermédio deste procedimento de contratação serão realizadas segundo as regras da ARP, observadas as seguintes condições básicas:

22.1.1. A vigência da ARP será de 1 (um) ano/12 (doze) meses e poderá ser prorrogada, por igual período, renovando-se os quantitativos registrados inicialmente, desde que comprovado o preço vantajoso;

22.1.2. É permitido registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, conforme disposto no art. 84, § 3º da Lei 14.133/21;

22.1.2.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas;

22.1.3. Não poderão utilizar-se da ARP decorrente deste procedimento de contratação, durante todo seu período de vigência, quaisquer órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame;

22.1.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento dos bens nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente motivada;

22.1.5. Poderá haver remanejamento de quantitativos entre órgãos e entidades participantes, nos termos da legislação aplicável;

22.1.6. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

22.1.6.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

22.1.6.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

22.1.6.3. Não aceitar manter seu preço registrado nas hipóteses em que esteja obrigado a fazê-lo, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis;

22.1.6.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

22.1.7. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da Ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

22.1.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas neste Termo será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

22.1.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

22.1.10. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

22.1.10.1. Por razão de interesse público;

22.1.10.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

22.1.10.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos da legislação aplicável.

23.DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS FINAIS:

23.1. PREÇO MÁXIMO ACEITÁVEL:

23.1.1. Os preços unitários dos itens e o valor total de cada lote deverão respeitar os respectivos valores máximos estabelecidos pela Administração.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

23.1.2. Será considerada inaceitável a proposta que, após a fase de lances e eventual negociação, apresentar preço unitário de item ou valor total do lote superior ao respectivo valor máximo admitido pela Administração.

23.2. DA ANÁLISE DA EXEQUIBILIDADE

23.2.1. Constituirá indício de inexequibilidade a apresentação de proposta cujo valor seja inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração.

23.2.2. Para fins de reforço da análise objetiva da exequibilidade, haverá presunção relativa de inexequibilidade quando a proposta atender cumulativamente às seguintes condições:

a) apresentar valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor máximo estimado pela Administração; e

b) apresentar valor inferior a 50% (cinquenta por cento) da média aritmética das propostas finais válidas consideradas no certame.

23.2.3. Para o cálculo da média prevista na alínea "b", serão consideradas as propostas finais válidas e efetivamente admitidas, desconsideradas aquelas desclassificadas por vício ou outro motivo independente da análise de exequibilidade.

23.2.4. O enquadramento nos parâmetros previstos neste item não implicará desclassificação automática, devendo ser oportunizada à licitante a demonstração da exequibilidade de sua proposta.

23.2.5. O Pregoeiro poderá promover diligência sempre que houver dúvida fundada quanto à viabilidade econômica da oferta, ainda que não estejam presentes cumulativamente os parâmetros do item **23.2.2**.

23.3. DA COMPROVAÇÃO DA EXEQUIBILIDADE

23.3.1. Para comprovação da exequibilidade poderão ser apresentados documentos e informações capazes de demonstrar os custos necessários ao cumprimento do objeto, inclusive planilhas de custos, contratos anteriores, notas fiscais, cotações, documentos relativos aos custos de aquisição, fornecimento, transporte, logística, estrutura operacional e demais elementos idôneos.

23.3.2. A relação prevista no item anterior possui caráter exemplificativo, podendo a licitante utilizar outros meios idôneos de prova.

23.3.3. Erros ou falhas formais dos documentos apresentados poderão ser saneados ou esclarecidos, desde que não impliquem alteração substancial da proposta ou majoração do valor ofertado.

23.3.4. A proposta somente será desclassificada por inexequibilidade quando, após a diligência e mediante decisão fundamentada, não ficar demonstrada sua viabilidade econômica.

23.3.5. A ausência injustificada de atendimento à diligência ou a não apresentação de elementos suficientes poderá ensejar desclassificação mediante decisão fundamentada.

23.4. DA PROPOSTA FINAL READEQUADA

23.4.1. A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar proposta final readequada ao último lance ou à negociação realizada, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro.

23.4.2. A proposta deverá indicar os preços unitários dos itens e o valor total do respectivo lote, observados os quantitativos previstos e o resultado da fase de lances e eventual negociação.

23.4.3. A readequação dos preços unitários deverá observar o valor global vencedor do lote, não sendo admitida a majoração do valor total alcançado após a fase de lances e eventual negociação, nem a fixação de preço unitário superior ao respectivo valor máximo admitido pela Administração.

23.4.4. Erros materiais ou aritméticos poderão ser saneados mediante diligência, desde que não haja alteração substancial da proposta, majoração do preço final ou violação à isonomia.

24.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. O Município de Guajeru/BA reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os produtos fornecidos em desacordo com as especificações, condições e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência e nos demais documentos da contratação.

24.2. Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos constantes na Lei nº 14.133/2021.

24.3. Fica eleito o Foro da Comarca competente a que pertence o Município de Guajeru/BA, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões decorrentes da contratação que não possam ser resolvidas administrativamente.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

APROVO o presente Termo de Referência, elaborado com a finalidade de subsidiar a contratação, contendo os elementos necessários à adequada identificação do objeto, suas condições de fornecimento e os critérios aplicáveis à contratação, em conformidade com a legislação vigente.

Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos,

BA, em 20 de Julho de 2026.

José Carlos Rodrigues Oliveira
Secretário Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E RESPONSABILIDADE

A empresa [**RAZÃO SOCIAL**], com endereço [**ENDEREÇO COMPLETO COM CEP**], inscrita no CNPJ sob o nº [**CNPJ**], representada neste ato por [**NOME REPRESENTANTE**], [**NACIONALIDADE**], [**ESTADO CIVIL**], [**PROFISSÃO**], inscrito no CPF nº [**CPF**], **DECLARAMOS** para fins de atendimento ao que consta do edital do modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026** da Prefeitura Municipal de Guajeru-Ba, tomamos conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na licitação, comprometendo-se a cumprir integralmente seus termos e a executar o objeto de acordo com as condições, especificações e padrões de qualidade estabelecidos no Edital e seus Anexos, sob as penas da lei.

Por ser verdade, firmamos o presente.

_____, _____de _____ de 20____.

_____

Razão Social:
CNPJ:
Nome e Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026

ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

A empresa [**RAZÃO SOCIAL**], com endereço [**ENDEREÇO COMPLETO COM CEP**], inscrita no CNPJ sob o nº [**CNPJ**], representada neste ato por [**NOME REPRESENTANTE**], [**NACIONALIDADE**], [**ESTADO CIVIL**], [**PROFISSÃO**], inscrito no CPF nº [**CPF**], **DECLARA**, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser verdade, firmamos o presente.

_____, _____de _____ de 20____.

_____

Razão Social:
CNPJ:
Nome e Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026

ANEXO XIII

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

Eu, [**NOME REPRESENTANTE**], [**NACIONALIDADE**], [**ESTADO CIVIL**], [**PROFISSÃO**], inscrito no CPF nº [**CPF**], como representante devidamente constituído da empresa [**RAZÃO SOCIAL**], com endereço [**ENDEREÇO COMPLETO COM CEP**], inscrita no CNPJ sob o nº [**CNPJ**], doravante denominado Licitante, para fins do disposto no Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026** da Prefeitura Municipal de Guajeru-Ba, **DECLARO**, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro que:

a) a Proposta de Preços apresentada no certame foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Pregão Eletrônico nº 013/2026**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do **Pregão Eletrônico nº 013/2026** não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Pregão Eletrônico nº 013/2026**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Pregão Eletrônico nº 013/2026** quanto a participar ou não da referida licitação;

d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do **Pregão Eletrônico nº 013/2026** não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do **Pregão Eletrônico nº 013/2026** antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do **Pregão Eletrônico nº 013/2026** não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de Guajeru-Ba antes da abertura oficial das propostas; e

f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Por ser verdade, firmamos o presente.

_____, _____de _____ de 20____.

_____
Razão Social:
CNPJ:
Nome e Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026

ANEXO XIV

CADASTRO DE RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

FORNECEDOR (RAZÃO SOCIAL, CNPJ/MF, ENDEREÇO, CONTATOS, REPRESENTANTE)						
ITEM	QUANT.	UN	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR	
					UNITÁRIO	TOTAL

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

FORNECEDOR (RAZÃO SOCIAL, CNPJ/MF, ENDEREÇO, CONTATOS, REPRESENTANTE)						
ITEM	QUANT.	UN	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR	
					UNITÁRIO	TOTAL

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026

ANEXO XV

DECLARAÇÃO SOBRE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU REABILITADOS

Eu, [**NOME REPRESENTANTE**], [**NACIONALIDADE**], [**ESTADO CIVIL**], [**PROFISSÃO**], inscrito no CPF nº [**CPF**], como representante devidamente constituído da empresa [**RAZÃO SOCIAL**], com endereço [**ENDEREÇO COMPLETO COM CEP**], inscrita no CNPJ sob o nº [**CNPJ**], doravante denominado Licitante, para fins do disposto no Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026** da Prefeitura Municipal de Guajeru-Ba, **DECLARO**, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021.

Por ser verdade, firmamos o presente.

_____, _____de _____ de 20____.

_____
Razão Social:
CNPJ:
Nome e Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026

ANEXO XVI

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA INTEGRALIDADE DOS CUSTOS DOS DIREITOS TRABALHISTAS NA PROPOSTA DE PREÇOS

Eu, [**NOME REPRESENTANTE**], [**NACIONALIDADE**], [**ESTADO CIVIL**], [**PROFISSÃO**], inscrito no CPF nº [**CPF**], como representante devidamente constituído da empresa [**RAZÃO SOCIAL**], com endereço [**ENDEREÇO COMPLETO COM CEP**], inscrita no CNPJ sob o nº [**CNPJ**], doravante denominado Licitante, para fins do disposto no Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026** da Prefeitura Municipal de Guajeru-Ba, **DECLARO**, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro que a Proposta de Preços apresentada no certame compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, e que será de nossa responsabilidade exclusiva e integral o recolhimento de todos os tributos e encargos incidentes, responsabilizando-se, mais, por eventuais indenizações ou pagamentos oriundos de ações judiciais movidas por trabalhadores ou prestadoras de serviço contratados pela candidata para execução do contrato, inclusive subcontratações que eventualmente venham a ser autorizadas pela Prefeitura Municipal de Guajeru-Ba, à sua exclusiva conveniência e sob seus critérios e condições.

Por ser verdade, firmamos o presente.

_____, _____de _____ de 20____.

_____
Razão Social:
CNPJ:
Nome e Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU-BA
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.284.658/0001-14

AVISO DE LICITAÇÃO ALTERAÇÃO DE DATA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

A Prefeitura Municipal de Guajeru-Ba, em acordo com a Lei Federal nº. 14.133/21, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decreto Municipal nº 006, de 03 de Janeiro de 2024 (Regulamentação da Lei 14.133/21 no Município), Decreto Municipal nº 044, de 10 de Setembro de 2024 (Regulamentação da Modalidade Pregão Eletrônico no Município) e demais normas e redações aplicáveis, torna público a **ALTERAÇÃO DE DATA** do **Pregão Eletrônico nº 010/2026** do tipo Menor Preço por Lote. **OBJETO:** *Registro de Preços para eventual, futura e contínua Contratação de empresa(s) para fornecimento de mobiliários, equipamentos, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, brinquedos e demais bens permanentes para unidade de Educação Infantil – Proinfância Tipo B da Rede Municipal de Ensino de Guajeru/BA*, de acordo com as especificações constantes do Edital, para o dia 03/09/2026. O pregão será realizado no site Bolsa Nacional de Compras - BNC (https://bnccompras.com/), no qual encontra-se o edital completo. Demais publicações e Edital deste processo serão divulgados no site Diário Oficial do Município: https://transparencia.governodeguajeru.ba.gov.br/diario-oficial. O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS FICA PRORROGADO: até 03/09/2026, às 08:50. Início da sessão de disputa eletrônica: 03/09/2026 às 09:00h. Informações: licitacaoguajeru@gmail.com e (77)3417-2252. Jilvan Teixeira Ribeiro - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU-BA
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.284.658/0001-14

AVISO DE LICITAÇÃO ALTERAÇÃO DE DATA 02
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026

A Prefeitura Municipal de Guajeru-Ba, em acordo com a Lei Federal nº. 14.133/21, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decreto Municipal nº 006, de 03 de Janeiro de 2024 (Regulamentação da Lei 14.133/21 no Município), Decreto Municipal nº 044, de 10 de Setembro de 2024 (Regulamentação da Modalidade Pregão Eletrônico no Município), Decreto Municipal nº 045, de 10 de Setembro de 2024 (Regulamentação do Sistema de Registro de Preços-SRP no Município) e demais normas e redações aplicáveis, torna público a **ALTERAÇÃO DE DATA** do **Pregão Eletrônico nº 012/2026** do tipo Menor Preço por Lote. **OBJETO:** *Registro de Preços para eventual, futura e contínua Contratação de Serviços de Serralheria, Marcenaria e Vidraçaria, destinados à manutenção, reparo, reforma e instalação nos imóveis, mobiliários e espaços públicos do Município de Guajeru/BA*, de acordo com as especificações constantes do Edital, para o dia 10/09/2026. O pregão será realizado no site Bolsa Nacional de Compras - BNC (https://bnccompras.com/), no qual encontra-se o edital completo. Demais publicações e Edital deste processo serão divulgados no site Diário Oficial do Município: https://transparencia.governodeguajeru.ba.gov.br/diario-oficial. O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS FICA PRORROGADO: até 10/09/2026, às 08:50. Início da sessão de disputa eletrônica: 10/09/2026 às 09:00h. Informações: licitacaoguajeru@gmail.com e (77)3417-2252. Jilvan Teixeira Ribeiro - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU-BA
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.284.658/0001-14

AVISO DE LICITAÇÃO ALTERAÇÃO DE DATA 02
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026

A Prefeitura Municipal de Guajeru-Ba, em acordo com a Lei Federal nº. 14.133/21, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decreto Municipal nº 006, de 03 de Janeiro de 2024 (Regulamentação da Lei 14.133/21 no Município), Decreto Municipal nº 044, de 10 de Setembro de 2024 (Regulamentação da Modalidade Pregão Eletrônico no Município), Decreto Municipal nº 045, de 10 de Setembro de 2024 (Regulamentação do Sistema de Registro de Preços-SRP no Município) e demais normas e redações aplicáveis, torna público a **ALTERAÇÃO DE DATA** do **Pregão Eletrônico nº 013/2026** do tipo Menor Preço Lote. **OBJETO:** *Registro de Preços para eventual, futura e contínua Aquisição de materiais de construção, hidráulicos, elétricos, ferramentas, materiais para pavimentação e iluminação pública, destinados à manutenção, reforma e melhoria dos imóveis e espaços públicos de Guajeru/BA*, de acordo com as especificações constantes do Edital, para o dia 09/09/2026. O pregão será realizado no site Bolsa Nacional de Compras - BNC (https://bnccompras.com/), no qual encontra-se o edital completo. Demais publicações e Edital deste processo serão divulgados no site Diário Oficial do Município: https://transparencia.governodeguajeru.ba.gov.br/diario-oficial. O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS FICA PRORROGADO: até 09/09/2026, às 08:50. Início da sessão de disputa eletrônica: 09/09/2026 às 09:00h. Informações: licitacaoguajeru@gmail.com e (77)3417-2252. Jilvan Teixeira Ribeiro - Prefeito Municipal.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS Nº 01

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 048/2026

OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura contratação de serviços de serralheria, marcenaria e vidraçaria, destinados à manutenção, reparo, reforma e instalação nos imóveis, mobiliários e espaços públicos do Município de Guajeru/BA.

Em cumprimento ao art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ao item 12.3 do edital, o Pregoeiro torna pública a resposta ao pedido de esclarecimento apresentado por interessado no Pregão Eletrônico nº 012/2026.

1. **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO Nº 01**

Data do protocolo: 27/08/2026, às 17:36.

Questionamento:

"Esclarecimento sobre qualificação econômico-financeira - MEI. Prezados, referente ao Pregão Eletrônico nº 012/2026, solicitamos esclarecimento quanto à exigência de apresentação de balanço patrimonial, DRE e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais. A empresa interessada é enquadrada como Microempreendedor Individual (MEI), modalidade que possui dispensa legal quanto à elaboração e manutenção de escrituração contábil e balanço patrimonial. Diante disso, solicitamos confirmar se, para fins de habilitação econômico-financeira, o MEI poderá apresentar somente a Certidão Negativa de Concordata, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, sem a apresentação de balanço patrimonial e DRE. Caso não seja suficiente, solicitamos informar expressamente quais documentos substitutivos deverão ser apresentados pelo MEI, tais como CCMEI, DASN-SIMEI, declaração de dispensa ou outro documento específico. Agradecemos o esclarecimento formal para adequada preparação da documentação de habilitação."

RESPOSTA:

Não. Para fins deste certame, não será suficiente ao Microempreendedor Individual apresentar somente a certidão negativa de feitos sobre falência.

Embora o MEI seja dispensado da escrituração contábil ordinária e do levantamento anual do balanço, nos termos do art. 1.179, § 2º, do Código Civil e do art. 68 da Lei Complementar nº 123/2006, essa dispensa não constitui isenção automática da documentação de qualificação econômico-financeira expressamente exigida em licitação regida pela Lei nº 14.133/2021.

O art. 69, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 prevê o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício e as demais demonstrações contábeis como documentos de qualificação econômico-financeira. No mesmo sentido, o Acórdão nº 2.586/2024-TCU-Plenário assentou que o MEI, ainda que dispensado da elaboração ordinária do balanço, deverá apresentá-lo e apresentar as demais demonstrações contábeis quando esses documentos forem exigidos no procedimento licitatório.

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

Consequentemente, para atendimento ao item 17.16.3 do edital, deverão ser apresentados cumulativamente:

a) a certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, nas condições estabelecidas na alínea "a" do item 17.16.3;

b) o balanço patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício - DRE e as demais demonstrações contábeis aplicáveis aos dois últimos exercícios sociais, assinados pelo titular e por profissional da contabilidade regularmente habilitado.

Se o MEI tiver sido constituído há menos de dois anos, os documentos contábeis limitar-se-ão ao último exercício social. Caso tenha sido constituído no exercício financeiro de 2026, poderá substituir as demonstrações contábeis pelo balanço de abertura, conforme as alíneas b.2 e b.3 do item 17.16.3.

O Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI será apresentado na habilitação jurídica, nos termos da alínea "f" do item 17.16.1. A DASN-SIMEI e eventual declaração de dispensa poderão ser apresentadas como documentos complementares, mas não substituem o balanço patrimonial e a DRE para atendimento da qualificação econômico-financeira.

Não será exigido recibo do SPED quando essa não for a forma de escrituração adotada ou legalmente aplicável ao licitante. Os documentos deverão, contudo, observar a forma contábil pertinente, estar apoiados em informações idôneas e ser assinados pelo titular e por profissional da contabilidade regularmente habilitado, conforme a alínea b.1 do item 17.16.3 do edital.

2. DISPOSIÇÕES FINAIS

A presente resposta integra os autos do procedimento e vincula a Administração e os licitantes quanto à interpretação da exigência esclarecida, sem alteração das condições de habilitação, do objeto, dos critérios de julgamento ou das demais regras do instrumento convocatório.

Fica redesignada a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 012/2026, originalmente marcada para o dia 02/09/2026, para o dia 10/09/2026, às 9h, por meio da plataforma Bolsa Nacional de Compras - BNC.

Guajeru – BA, 31 de agosto de 2026.

Érico Pereira Brito
Pregoeiro Municipal

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

RESPOSTAS AOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS Nº 01, 02 E 03

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 048/2026

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de mobiliários, equipamentos e demais bens permanentes destinados à unidade de Educação Infantil – Proinfância Tipo B da Rede Municipal de Ensino de Guajeru/BA.

Em cumprimento ao art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ao item 19.2 do edital, o Pregoeiro torna públicas as respostas aos pedidos de esclarecimentos apresentados pelos interessados.

1. **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO Nº 01**

Data do protocolo: 13/08/2026, às 09:29.

Questionamento: "Bom dia, qual seria as medidas dos quadros do Lote 06, por gentileza?"

RESPOSTA:

Em atenção ao pedido, a Administração esclarece que as siglas QB1, QB2, QM e QC, constantes do Termo de Compromisso e do Lote 06 do edital, correspondem aos produtos padronizados no Manual de Orientações Técnicas – Volume 07: Mobiliário e Equipamento Escolar – Educação Infantil, versão 2017, elaborado pelo FNDE, ora anexado para facilitar a consulta e afastar dúvidas quanto às especificações.

As dimensões são:

a) item 1 – QB1: largura de 2.000 mm ±10 mm, altura de 1.200 mm ±10 mm e espessura de 17 mm;

b) item 2 – QB2: largura de 3.000 mm ±10 mm, altura de 1.200 mm ±10 mm e espessura de 17 mm;

c) item 3 – QM: largura de 900 mm ±10 mm e altura de 1.200 mm ±10 mm;

d) item 4 – QC: largura de 1.500 mm ±10 mm e altura de 900 mm ±10 mm.

As demais características técnicas, materiais, acessórios e condições de garantia deverão observar as páginas 32, 64, 65–66 e 67–68 do Manual anexado. A Administração entende que a presente resposta possui caráter explicativo, pois não altera os códigos, produtos ou quantitativos originalmente estabelecidos, limitando-se a explicitar o padrão técnico oficial do FNDE ao qual o edital já fez referência.

Obs: Integra esta resposta, como documento anexo, o Manual de Orientações Técnicas – Volume 07: Mobiliário e Equipamento Escolar – Educação Infantil, versão 2017, elaborado pelo FNDE.

2. **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO Nº 02**

Data do protocolo: 14/08/2026, às 10:28.

Questionamento:

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

Prezado(a) Pregoeiro(a), o edital exige a indicação da marca do produto, mas não deixa claro se as empresas também precisam informar o modelo ou a referência. Saber o modelo exato é fundamental. Uma única marca vende produtos muito diferentes, alguns simples e outros avançados. Sem o modelo, a Prefeitura não tem como saber se o produto oferecido realmente atende ao que ela precisa. Inclusive, o próprio sistema eletrônico já possui um campo específico para preencher o modelo na hora de cadastrar a proposta.

Por isso, solicitamos o esclarecimento das seguintes dúvidas:

ESCLARECIMENTO Nº 1: É obrigatório informar o modelo ou a referência do produto na proposta, aproveitando o campo que já existe no próprio sistema?

ESCLARECIMENTO Nº 2: A ausência dessa informação, modelo ou referência, resultará na desclassificação da proposta?

ESCLARECIMENTO Nº 3: A Administração está ciente de que, sem exigir o modelo, não conseguirá fazer um julgamento objetivo e corre o risco de comprar produtos que não servem? Muitos licitantes usam essa brecha no edital para cadastrar marcas conhecidas, mas entregar modelos genéricos e de baixa qualidade.

RESPOSTA:

Em resposta aos questionamentos:

1. É obrigatória a indicação da marca e do modelo ou referência técnica de cada produto ofertado, conforme o item 13.1.1, alínea “a”, o item 6.3.2 do Termo de Referência e o Anexo I. Não havendo campo específico para marca e modelo na plataforma, a informação deverá ser registrada no campo destinado à descrição da proposta, se tecnicamente disponível, e constar obrigatoriamente da proposta escrita e do catálogo, prospecto ou ficha técnica. Se o fabricante não adotar modelo comercial, deverá ser indicada referência técnica individualizadora. Não será aceita a simples expressão “não se aplica”, sem identificação precisa do produto.
2. A inexistência de campo específico na plataforma não ocasionará desclassificação. Entretanto, a ausência de marca, modelo ou referência na proposta escrita será considerada desconformidade. A diligência somente será admitida quando os documentos apresentados no prazo já permitirem identificar inequivocamente o produto, cabendo apenas confirmar informação preexistente. Se não for possível determinar o produto originalmente ofertado, ou se a complementação permitir sua escolha, alteração ou substituição posterior, a proposta será desclassificada mediante decisão fundamentada.
3. A conformidade será verificada mediante marca, modelo ou referência, descrição e documentação técnica. O produto aceito ficará vinculado à proposta e à futura contratação.

3. **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO Nº 03**

Data do protocolo: 31/08/2026, às 13:19.

Questionamento:

Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
Praça Antônio Carlos Magalhães, 124, Centro – Guajeru/Ba
CEP: 46.205.000
CNPJ: 13.284.658/0001-14

Prezados, ao analisar o modelo de proposta contido no ANEXO I – PÁGINA 30 DO EDITAL, verificamos que há uma coluna dedicada à informação do MODELO do produto ofertado. Considerando que a plataforma possui campo para informar o modelo, bem como que o próprio modelo de proposta constante no edital possui coluna específica para tal finalidade, solicitamos os seguintes esclarecimentos:

a) O licitante deve, OBRIGATORIAMENTE, informar o modelo do produto em sua proposta de preços?

b) A ausência dessa informação caracterizará proposta em desacordo com o que estabelece o edital?

c) A ausência dessa informação culminará em desclassificação da proposta?

d) Caso a resposta para o questionamento anterior seja "não", o Pregoeiro, ao notar que uma proposta foi apresentada sem informar o modelo dos produtos, solicitará que o licitante refaça a proposta indicando OS MODELOS?

RESPOSTA:

Em resposta ao pedido de esclarecimento:

a) Sim. É obrigatória a indicação da marca e do modelo ou referência técnica de cada produto ofertado, conforme o item 13.1.1, alínea "a", o item 6.3.2 do Termo de Referência e o Anexo I. Não havendo campo específico na plataforma, a informação deverá constar do campo de descrição, se disponível, e obrigatoriamente da proposta escrita e da documentação técnica.

b) Sim. A proposta escrita que não indicar modelo ou referência técnica estará em desconformidade com o edital. Se o fabricante não adotar modelo comercial, deverá ser apresentada referência técnica individualizadora, acompanhada de catálogo, prospecto ou ficha técnica. Não será suficiente deixar o campo em branco, repetir apenas a marca ou registrar genericamente "não se aplica".

c) A omissão acarretará desclassificação quando impedir a identificação do produto originalmente ofertado ou a verificação de sua conformidade. Somente será admitida diligência quando os documentos apresentados no prazo já identificarem inequivocamente o produto, cabendo apenas confirmar informação preexistente.

d) O Pregoeiro não permitirá refazer a proposta para escolher ou indicar produto diferente depois da abertura. Eventual diligência servirá exclusivamente para esclarecer ou formalizar modelo já comprovadamente ofertado. Inexistindo identificação prévia suficiente, a proposta será desclassificada mediante decisão fundamentada.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

As presentes respostas integram os autos do procedimento e vinculam a Administração e os licitantes quanto à interpretação das disposições esclarecidas, sem alteração do objeto, dos quantitativos, dos critérios de julgamento ou das demais regras do instrumento convocatório.

Fica mantida a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 010/2026 para o dia 03/09/2026, às 9h, por meio da plataforma Bolsa Nacional de Compras – BNC.

Guajeru – BA, 31 de agosto de 2026.

Érico Pereira Brito
Pregoeiro Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 289/2026

MODALIDADE LICITATÓRIA: CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IBICOARA, Estado da Bahia, neste ato representado pela Entidade de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ: sob o nº. 13.922.588/0001-82, com sede na Praça Américo Martins Júnior, nº 46 – Centro – Ibicoara/Bahia, CEP: 46.760-000

CONTRATADO: BRUNO CESAR ARAUJO SANTOS MEDICINA LTDA, pessoa Jurídica inscrita no CNPJ nº 68.073.143/0001-67, estabelecida no endereço na Rua Demócrito Aguiar, nº 16, Bairro Centro, CEP 46.670-000, Ibicoara – Ba

OBJETO: Contratação de empresa do ramo para realização de plantões médicos de 24 (vinte e quatro) horas na Unidade Retaguarda 24 horas, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

ASSINATURA: 17 de agosto de 2026

PRAZO: 31 de dezembro de 2026

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/21 e Decreto Municipal nº 205/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICOARA – CNPJ: 13.922.588/0001-82
Praça Américo Martins Junior, nº 46 - Centro – Ibicoara/Bahia
CEP: 46.760-000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 290/2026

MODALIDADE LICITATÓRIA: CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IBICOARA, Estado da Bahia, neste ato representado pela Entidade de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ: sob o nº. 13.922.588/0001-82, com sede na Praça Américo Martins Júnior, nº 46 – Centro – Ibicoara/Bahia, CEP: 46.760-000

CONTRATADO: DANRLEY DOS ANJOS AGUIAR MELO LTDA, pessoa Jurídica inscrita no CNPJ nº 67.713.929/0001-39, estabelecida no endereço na Avenida Tancredo Neves, nº 2539, Bairro Caminho das Árvores, CEP: 41.820-021, no Município de Salvador – Ba

OBJETO: Contratação de empresa do ramo para realização de plantões médicos de 24 (vinte e quatro) horas na Unidade Retaguarda 24 horas, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

ASSINATURA: 17 de agosto de 2026

PRAZO: 31 de dezembro de 2026

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/21 e Decreto Municipal nº 205/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICOARA – CNPJ: 13.922.588/0001-82
Praça Américo Martins Junior, nº 46 - Centro – Ibicoara/Bahia
CEP: 46.760-000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 276/2026

MODALIDADE LICITATÓRIA: CREDENCIAMENTO Nº 004/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IBICOARA, Estado da Bahia, neste ato representado pela Entidade de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ: sob o nº. 13.922.588/0001-82, com sede na Praça Américo Martins Júnior, nº 46 – Centro – Ibicoara/Bahia, CEP: 46.760-000

CONTRATADO: VANILDO JOSÉ BARBOSA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 13.221.442/0001-00, com endereço comercial na Fazenda Encantada Zona Rural de Ibicoara/Bahia.

OBJETO: Locação de veículo caminhão basculante (caçamba aproximadamente 8.000 kg), para atender as necessidades da Limpeza Pública do Município de Ibicoara.

VALOR GLOBAL: R$123.000,00 (cento e vinte três mil reais), a serem pagos em parcelas mensais de R$ 10.250,00 (dez mil e duzentos e cinquenta reais).

ASSINATURA: 03 de agosto de 2026

PRAZO: 03 de agosto de 2027

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/21 e Decreto Municipal nº 205/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICOARA – CNPJ: 13.922.588/0001-82
Praça Américo Martins Junior, nº 46 - Centro – Ibicoara/Bahia
CEP: 46.760-000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 277/2026

MODALIDADE LICITATÓRIA: CREDENCIAMENTO Nº 004/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IBICOARA, Estado da Bahia, neste ato representado pela Entidade de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ: sob o nº. 13.922.588/0001-82, com sede na Praça Américo Martins Júnior, nº 46 – Centro – Ibicoara/Bahia, CEP: 46.760-000

CONTRATADO: STENIO SANTOS GUIMARAES, pessoa física inscrita no CPF nº 078.xxx.415-xx e RG: 1517xxx527 SSP/BA, residente e domiciliado no Povoado Canta Galo – Zona Rural – Ibicoara/Bahia.

OBJETO: Locação de veículo caminhão basculante (caçamba aproximadamente 8.000 kg), para atender as necessidades da Limpeza Pública do Município de Ibicoara.

VALOR GLOBAL: R$123.000,00 (cento e vinte três mil reais), a serem pagos em parcelas mensais de R$ 10.250,00 (dez mil e duzentos e cinquenta reais).

ASSINATURA: 03 de agosto de 2026

PRAZO: 03 de agosto de 2027

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/21 e Decreto Municipal nº 205/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICOARA – CNPJ: 13.922.588/0001-82
Praça Américo Martins Junior, nº 46 - Centro – Ibicoara/Bahia
CEP: 46.760-000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 278/2026

MODALIDADE LICITATÓRIA: CREDENCIAMENTO Nº 004/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IBICOARA, Estado da Bahia, neste ato representado pela Entidade de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ: sob o nº. 13.922.588/0001-82, com sede na Praça Américo Martins Júnior, nº 46 – Centro – Ibicoara/Bahia, CEP: 46.760-000

CONTRATADO: ROMILSON MATOS SANTOS, pessoa física inscrita no CPF nº 348.xxx.411-xx e RG: 03.xxx.763-xx SSP/BA, residente e domiciliado na Rua Lindolfo Rocha – Centro – Ibicoara/Bahia.

OBJETO: Locação de veículo caminhão basculante (caçamba aproximadamente 8.000 kg), para atender as necessidades da Limpeza Pública do Município de Ibicoara.

VALOR GLOBAL: R$123.000,00 (cento e vinte três mil reais), a serem pagos em parcelas mensais de R$ 10.250,00 (dez mil e duzentos e cinquenta reais).

ASSINATURA: 03 de agosto de 2026

PRAZO: 03 de agosto de 2027

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/21 e Decreto Municipal nº 205/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICOARA – CNPJ: 13.922.588/0001-82
Praça Américo Martins Junior, nº 46 - Centro – Ibicoara/Bahia
CEP: 46.760-000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 279/2026

MODALIDADE LICITATÓRIA: CREDENCIAMENTO Nº 004/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IBICOARA, Estado da Bahia, neste ato representado pela Entidade de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ: sob o nº. 13.922.588/0001-82, com sede na Praça Américo Martins Júnior, nº 46 – Centro – Ibicoara/Bahia, CEP: 46.760-000

CONTRATADO: EDINILSON SILVA FERREIRA, pessoal física inscrita no CPF nº 001.xxx.795-xx e RG: 96xxx03xx SSP/BA, residente e domiciliado na rua Nelson Aguiar – centro – Ibicoara/Bahia.

OBJETO: Locação de veículo caminhão basculante ((caçamba aproximadamente 15.000 kg), para atender as necessidades da Limpeza Pública do Município de Ibicoara.

VALOR GLOBAL: R$164.400,00 (cento e sessenta e quatro mil e quatrocentos reais), a serem pagos em parcelas mensais de 13.700,00 (treze mil e setecentos reais).

ASSINATURA: 03 de agosto de 2026

PRAZO: 03 de agosto de 2027

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/21 e Decreto Municipal nº 205/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICOARA – CNPJ: 13.922.588/0001-82
Praça Américo Martins Junior, nº 46 - Centro – Ibicoara/Bahia
CEP: 46.760-000

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICOARA - CNPJ 13.922.588/0001-82

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 025/2026

O Pregoeiro de Ibicoara torna público o Pregão Eletrônico SRP nº 025/2026 – objeto – contratação de empresa (s) para prestação de serviços gráficos, compreendendo a confecção, impressão, reprodução e fornecimento de materiais gráficos diversos, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias do Município. Edital no PNCP, BNC ou Portal do Município. Local da disputa: no site www.bnccompras.com. Inicio da sessão às 09:30 h do dia 16 de setembro de 2026. Mais inf. na Prefeitura, das 08:00 às 12:00, pelo tel: (77) 3413-2199 ou email: licitacaoibicoara2124@gmail.com. Ibicoara - Bahia. Renan Pires Silva – Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICOARA - CNPJ 13.922.588/0001-82

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026

O Pregoeiro de Ibicoara torna público o Pregão Eletrônico nº 026/2026 – objeto – contratação de empresa para aquisição de soluções pedagógicas integradas destinadas às bibliotecas escolares e itinerante e às ações de alfabetização, leitura e escrita da Rede Municipal de Ensino de Ibicoara – BA, incluindo acervos bibliográficos, materiais pedagógicos, jogos educativos, recursos de acessibilidade, mobiliário, equipamentos, manuais e formação dos profissionais da educação. Edital no PNCP, BNC ou Portal do Município. Local da disputa: no site www.bnccompras.com. Inicio da sessão às 14:30 h do dia 16 de setembro de 2026. Mais inf. na Prefeitura, das 08:00 às 12:00, pelo tel: (77) 3413-2199 ou email: licitacaoibicoara2124@gmail.com. Ibicoara - Bahia. Renan Pires Silva – Pregoeiro.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 174/2026, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO TIPO CAMINHÃO, DE CATEGORIA LEVE, POTÊNCIA MÍNIMA DE 155 CV E TORQUE DE 550 NM, EQUIPADO COM 01 (UMA) CARROCERIA RÍGIDA, TIPO BAÚ ISOTÉRMICO MISTO DE CERCA DE 5 METROS, PARA REFRIGERAÇÃO E CONGELAMENTO, DESTINADO AO TRANSPORTE DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DO PNAE, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO N° 202140143-4 FNDE, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICOARA E A EMPRESA C.E.S.S COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.

O MUNICIPIO DE IBICOARA, Estado da Bahia, neste ato representado pela Entidade de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ: sob o nº. 13.922.588/0001-82, com sede na Praça Américo Martins Júnior, nº 46 – Centro – Ibicoara/Bahia, CEP: 46.760-000, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. Gilmadson Cruz de Melo, brasileiro, maior, inscrito no CPF sob o nº 149.013.655-72 e RG: 11.150.245-40 SSP/BA, residente e domiciliado na Rua Professor Ubaldino Rocha Aguiar, nº 48, Distrito de Cascavel – Ibicoara/Bahia, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **C.E.S.S COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 65.083.759/0001-20**,** com endereço comercial na Rua X 26 – s/n° - Bairro Jardim Olímpico, no Município de Aparecida de Goiânia/GO, representado neste ato pelo Sr. Carlos Henrique Silva Soares, brasileiro, maior, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 70007593139, emitido pelo SSP/GO, inscrito no CPF sob o n° 700.075.931-39, denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm justo e acordado entre si o presente **TERMO ADITIVO** ao contrato de fornecimento, proveniente da Pregão Eletrônico n° 013/2026, observado o Art. 107, II da Lei n.º 14.133/21, e as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O aditivo tem por finalidade a prorrogação da vigência contratual inicialmente acordada, consoante estabelecido no processo de Pregão Eletrônico n° 013/2026, conforme Art. 107, II da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

O Presente Termo Aditivo prorroga o Contrato nº 174/2026, com vencimento em 19/18/2026, **por mais 02 (dois) meses**, baseado no Art. 107, II da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGENCIA

O presente termo aditivo terá sua vigência do dia 19.08.2026 a 19.10.2026

CLÁUSULA QUARTA

Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no contrato mencionado na cláusula primeira, que não tenham sido objeto de retificação pelo presente instrumento, passando aquele a vigorar, por conseguinte, com a alteração ora introduzida.

E para constar, foi firmado o presente **TERMO ADITIVO**, em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, a fim de que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Ibicoara/Ba, 18 de agosto de 2026.

GILMADSON CRUZ DE MELO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

C.E.S.S COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ nº 65.083.759/0001-20
Rep Sr. Carlos Henrique Silva Soares
EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
   RG:

2. _____
   RG:

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 377/2022, DECORRENTE DA LOCAÇÃO DE 01 IMÓVEL SITUADO NA LOCALIDADE DE BAIXÃO, S/Nº – ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE IBICOARA, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DE PONTO DE APOIO DO PSF DA LOCALIDADE DE MUNDO NOVO, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICOARA E VILMA JARDIM PEREIRA.

O MUNICIPIO DE IBICOARA, Estado da Bahia, neste ato representado pela Entidade de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ: sob o nº. 13.922.588/0001-82, com sede na Praça Américo Martins Júnior, nº 46 – Centro – Ibicoara/Bahia, CEP: 46.760-000, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. Gilmadson Cruz de Melo, brasileiro, maior, inscrito no CPF sob o nº 149.013.655-72 e RG: 11.150.245-40 SSP/BA, residente e domiciliado na Rua Professor Ubaldino Rocha Aguiar, nº 48, Distrito de *Cascavel* – Ibicoara/Bahia, doravante denominado **LOCATÁRIO**, e a pessoa física **VILMA JARDIM PEREIRA**, brasileira, maior, residente e domiciliada na Localidade de Baixão, s/nº – Zona Rural do Município de Ibicoara - Bahia, portadora do CPF: 931.200.875-72 e RG: 07.839.091-52 SSP/BA, denominada simplesmente **LOCADORA**, têm justo e acordado entre si o presente **TERMO ADITIVO** ao contrato de locação de imóvel, proveniente do Dispensa de Licitação nº 034/2022, observado o Art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93, e as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O termo aditivo tem por finalidade a prorrogação da vigência contratual, inicialmente acordado, consoante estabelecido na cláusula segunda do Contrato n° 377/2022.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O Presente Termo Aditivo prorroga o Contrato nº 377/2022, com vencimento em 04/08/2026, por mais 12 (doze) meses, mantendo-se o valor mensal de R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), que perfaz o valor global de R$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais), e as mesmas condições contratuais, conforme art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações e conforme cláusula contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO, DA ORIGEM DOS RECURSOS E FORMA DE PAGAMENTO

As despesas do presente termo aditivo correrão por conta das Dotações Orçamentárias do ano de 2026, conforme abaixo especificadas:

301000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2106 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
2107 – Manutenção das Ações do Bloco de Atenção Primária - Custeio
Fonte: 160000000000 – Transferências Fundo a Fundo do SUS – Governo Federal – Bloco Manutenção
Fonte: 150010020000 – Recursos Não Vinculados De Impostos – Saúde
Elemento de Despesa: 339036 – Outros Serviços de Terceiros/Pessoa Física

CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO

A necessidade de alteração do prazo de vigência do contrato decorre da indispensável continuidade da prestação dos serviços, porquanto a interrupção abrupta dos mesmos comprometeria as atividades da Administração Pública Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente termo aditivo terá sua vigência do dia 04.08.2026 a 04.08.2027.

CLÁUSULA QUARTA

Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no contrato mencionado na cláusula primeira, que não tenham sido objeto de retificação pelo presente instrumento, passando aquele a vigorar, por conseguinte, com a alteração ora introduzida.

E para constar, foi firmado o presente **TERMO ADITIVO**, em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, a fim de que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Ibicoara/Ba, 03 de agosto de 2026.

_____
GILMADSON CRUZ DE MELO
Prefeito Municipal
LOCATÁRIO

_____
VILMA JARDIM PEREIRA
CPF: 931.200.875-72
LOCADORA

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF:

2. _____
CPF:

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 375/2022, DECORRENTE DA LOCAÇÃO DE 01 IMÓVEL SITUADO NA RUA FERNANDO NETO, Nº 166 – CENTRO DO MUNICÍPIO DE IBICOARA, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA E DA SEDE DO AUXÍLIO BRASIL, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICOARA E MARINEIDE PIRES SILVA.

O MUNICIPIO DE IBICOARA, Estado da Bahia, neste ato representado pela Entidade de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ: sob o nº. 13.922.588/0001-82, com sede na Praça Américo Martins Júnior, nº 46 – Centro – IBICOARA/Bahia, CEP: 46.760-000, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. Gilmadson Cruz de Melo, brasileiro, maior, inscrito no CPF sob o nº 149.013.655-72 e RG: 11.150.245-40 SSP/BA, residente e domiciliado na Rua Professor Ubaldino Rocha Aguiar, nº 48, Distrito de Cascavel – Ibicoara/Bahia e **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**, inscrito no CNPJ: 15.589.788/0001-90, representado pelo Sr. Phablo Gomes Magalhães, maior, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o n.º 003.586.995-09, residente e domiciliado no Distrito de Cascavel, Município de Ibicoara, doravante denominado **LOCATÁRIO**, e a pessoa física **MARINEIDE PIRES SILVA**, brasileira, maior, residente e domiciliada na Rua Fernando Neto, nº 166A – Centro – Ibicoara/Bahia, portadora do CPF: 257.075.798-50 e RG: 05896301-48 SSP/BA, denominada simplesmente **LOCADORA**, têm justo e acordado entre si o presente **TERMO ADITIVO** ao contrato de locação de imóvel, proveniente do Dispensa de Licitação nº 033/2022, observado o Art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93, e as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O termo aditivo tem por finalidade a prorrogação da vigência contratual, inicialmente acordado, consoante estabelecido na cláusula segunda do Contrato n° 375/2022.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O Presente Termo Aditivo prorroga o Contrato nº 375/2022, com vencimento em 02/08/2026, por mais 12 (doze) meses, mantendo-se o valor mensal de R$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), que perfaz o valor global de R$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais), e as mesmas condições contratuais, conforme art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações e conforme cláusula contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO, DA ORIGEM DOS RECURSOS E FORMA DE PAGAMENTO

As despesas do presente termo aditivo correrão por conta das Dotações Orçamentárias do ano de 2026, conforme abaixo especificadas:

401000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
2032 – Gestão Administrativa do FMAS
2033 – Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família
2030 – Manutenção dos demais Programas do FNAS
Fonte - 166900000000 – Outros Recursos Vinculados à Assistência Social
Fonte - 166000000000 – Transferências de Recursos do FNAS
Fonte - 150000000000 – Recursos Não Vinculados de Impostos
Elemento de despesa:
3390.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros/Pessoa Física

CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO

A necessidade de alteração do prazo de vigência do contrato decorre da indispensável continuidade da prestação dos serviços, porquanto a interrupção abrupta dos mesmos comprometeria as atividades da Administração Pública Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente termo aditivo terá sua vigência do dia 03.08.2026 a 03.08.2027.

CLÁUSULA QUARTA

Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no contrato mencionado na cláusula primeira, que não tenham sido objeto de retificação pelo presente instrumento, passando aquele a vigorar, por conseguinte, com a alteração ora introduzida.

E para constar, foi firmado o presente **TERMO ADITIVO**, em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, a fim de que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Ibicoara/Ba, 01 de agosto de 2026.

_____
GILMADSON CRUZ DE MELO
Prefeito Municipal
LOCATÁRIO

_____
PHABLO GOMES MAGALHÃES
Gestor do FMAS
LOCATÀRIO

_____
MARINEIDE PIRES SILVA
CPF: 257.075.798-50
LOCADORA

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF:

2. _____
CPF:

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICOARA

Resolução Nº 06/2026

Dispõe sobre aprovação do 1º Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas do período de janeiro a abril de 2026 da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ibicoara – BA.

O Conselho Municipal de Saúde de Ibicoara – BA, em reunião ordinária realizada no dia 26 de maio de 2026, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, pela Lei Complementar Federal nº 141 de 13 de janeiro de 2012 e a Resolução nº 459 de 10/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Resolve:

Artigo 1º. Aprovar o Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas referente ao 1º Quadrimestre do período de janeiro a abril de 2026 da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ibicoara – BA.

Artigo 2º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ibicoara-BA, 26 de maio de 2026.

José Rodrigues Pereira

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Digitalizado com CamScanner

PORTARIA N.º 058A/2026, DE 13 DE JULHO DE 2026.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MUNICIPAL PELO PERÍODO DE 90 DIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA REAL, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições que lhe são pela Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 144 da Lei 06 de 20 de agosto de 1990 - Estatuto do Servidor do Município de Lagoa Real.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio pelo período de 90 (noventa) dias, compreendido entre **13/07/2026 a 13/10/2026**, a servidora **JACIRA MARÇAL COSTA**, por quinquênio de efetivo exercício no serviço público, referente ao período compreendido entre **13/07/2010 a 13/07/2015**.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA REAL, ESTADO DA BAHIA, em 13 de julho de 2026.

JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA
Prefeito Municipal

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PORTARIA N.º 071/2026, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MUNICIPAL PELO PERÍODO DE 90 DIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA REAL, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições que lhe são pela Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 144 da Lei 06 de 20 de agosto de 1990 - Estatuto do Servidor do Município de Lagoa Real.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio pelo período de 90 (noventa) dias, compreendido entre **01/09/2026 a 01/12/2026**, a servidora **ANALINA OLIVEIRA ALMEIDA**, por quinquênio de efetivo exercício no serviço público, referente ao período compreendido entre **21/02/2000 a 21/02/2005**.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA REAL, ESTADO DA BAHIA, em 01 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 072/2026, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MUNICIPAL PELO PERÍODO DE 90 DIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA REAL, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições que lhe são pela Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 144 da Lei 06 de 20 de agosto de 1990 - Estatuto do Servidor do Município de Lagoa Real.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio pelo período de 90 (noventa) dias, compreendido entre **01/09/2026 a 01/12/2026**, a servidora **MARLENE BATISTA DE SOUZA**, por quinquênio de efetivo exercício no serviço público, referente ao período compreendido entre **19/10/2012 a 19/10/2017**.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA REAL, ESTADO DA BAHIA, em 01 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA
Prefeito Municipal

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PORTARIA N.º 073/2026, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MUNICIPAL PELO PERÍODO DE 90 DIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA REAL, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições que lhe são pela Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 144 da Lei 06 de 20 de agosto de 1990 - Estatuto do Servidor do Município de Lagoa Real.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio pelo período de 90 (noventa) dias, compreendido entre **01/09/2026 a 01/12/2026**, a servidora **NORMA MARIA DA SILVA**, por quinquênio de efetivo exercício no serviço público, referente ao período compreendido entre **19/10/2007 a 19/10/2012**.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA REAL, ESTADO DA BAHIA, em 01 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 074/2026, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR MUNICIPAL PELO PERÍODO DE 90 DIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA REAL, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições que lhe são pela Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 144 da Lei 06 de 20 de agosto de 1990 - Estatuto do Servidor do Município de Lagoa Real.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio pelo período de 90 (noventa) dias, compreendido entre **01/09/2026 a 01/12/2026**, ao servidor **FLORISVALDO NEVES AMORIM**, por quinquênio de efetivo exercício no serviço público, referente ao período compreendido entre **25/05/1995 a 25/05/2000**.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA REAL, ESTADO DA BAHIA, em 01 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA
Prefeito Municipal

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

DECISÃO ADMINISTRATIVA

ATO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA
Processo Administrativo nº 342/2026
CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE nº 226/2026

O Prefeito Municipal de Licínio de Almeida-BA no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 71, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, **ADJUDICA** o objeto e **HOMOLOGA** o processo de Inexigibilidade Licitação nº 148/2026 em favor da pessoa jurídica **RCA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA**, CNPJ:26.561.438/0001-32 no valor global de **R$ 12.500,00(Doze mil e quinhentos reais)**, que tem por objeto: **Contratação de serviços de assessoria e consultoria nos ambientes virtuais da Plataforma: Simec PAR (Sistema Integrado de Monitoramento e Controle do Ministério da Educação) visando atender à demanda do município de Licínio de Almeida/ BA, capacitação para a Equipe Técnica da Secretaria de Educação e Gestores Escolares,** em consequência ficam fica(m) convocado(s) seu(s) representante(s) para assinatura do contrato.

Licínio de Almeida-BA, 03 de Agosto de 2026.

RONEY FRANCISCO COTRIM
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 301/2026, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA, POR INTERMÉDIO DO SR **RONEY FRANCISCO COTRIM** E A **RCA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA,** INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 26.561.438/0001-32.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA, estado da Bahia, com sede na Praça Dois de Julho, nº 33, Bairro Centro, na cidade de Licínio de Almeida, Estado da Bahia, inscrito no CNPJ sob o nº **14.108.286/0001-38**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, RONEY FRANCISCO COTRIM, doravante denominado CONTRATANTE, e **RCA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA**, inscrito no **CNPJ sob o nº 26.561.438/0001-32**, com sede à Est Parque Desembargador Antonio Carlos Souto, S/N, km 09 Comodo, Centro, Rio de Contas/Ba- CEP:46.170-000 doravante denominado CONTRATADO, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 342/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 226/2026, com fundamento no art. 74, inciso III, da referida lei, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a Contratação de serviços de assessoria e consultoria nos ambientes virtuais da Plataforma: Simec PAR (Sistema Integrado de Monitoramento e Controle do Ministério da Educação) visando atender à demanda do município de Licínio de Almeida/ BA, capacitação para a Equipe Técnica da Secretaria de Educação e Gestores Escolares.

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços especializados de assessoria e consultoria técnica nos ambientes virtuais da Plataforma SIMEC – PAR (Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação), visando prestar suporte técnico ao Município de Licínio de Almeida/BA na utilização, alimentação, atualização, acompanhamento e gerenciamento das informações e demandas inseridas na	R$2.500,00	R$ 12.500,00

	plataforma, especialmente aquelas relacionadas às ações e programas educacionais de competência municipal.		

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
1.1.1. O Termo de Referência;
1.1.2. A Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa, caso existentes;
1.1.3. A Proposta do contratado; e
1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 05 (cinco) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.2. O contrato poderá ser prorrogado, mediante acordo entre as partes e formalização por termo aditivo, desde que mantidas as condições que justificaram a contratação, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de fiscalização, bem como as condições de execução, os prazos para realização das atividades, entrega dos relatórios técnicos, apresentação dos planos de ação, realização das capacitações, acompanhamento técnico e demais condições para recebimento dos serviços, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4.CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R$ 12.500,00 (Doze mil e quinhentos reais), estando inclusas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado em 5 (cinco) parcelas mensais**,** no valor de R$ 2.500,00 (dois mil, quinhentos reais) cada, mediante a comprovação da efetiva execução dos serviços previstos para o respectivo período, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e o atesto do Fiscal e do Gestor do Contrato, que verificarão o cumprimento das obrigações contratuais e a regular prestação dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.
7.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
7.3 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o (s) índice(s) definitivo(s).
7.4 Nas aferições finais, o (s) índice(s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
7.5 Caso o(s) índice (s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotados(s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.
7.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 São obrigações do Contratante:
8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
8.3 Receber os serviços prestados no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência, após a devida verificação de sua conformidade pela fiscalização do contrato.
8.4 Notificar o CONTRATADO, por escrito, acerca de falhas, inconsistências, inadequações ou descumprimento das obrigações contratuais verificadas na execução

dos serviços, nos relatórios técnicos, planos de ação, capacitações ou demais produtos entregues, para que sejam corrigidos ou adequados, total ou parcialmente, às suas expensas, no prazo estabelecido pela fiscalização do contrato.

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado.

8.6 Comunicar o CONTRATADO para emissão da Nota Fiscal/Fatura correspondente à parcela incontroversa dos serviços regularmente executados, para fins de liquidação e pagamento, quando houver divergência quanto ao cumprimento parcial das obrigações contratuais, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

8.7 Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura Municipal de Licínio de Almeida, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1 A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de protocolo do requerimento apresentado pelo CONTRATADO, para emitir decisão sobre o mesmo, sendo admitida prorrogação motivada por igual período.

8.11 Responder, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, aos eventuais pedidos do CONTRATADO relativos ao reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da legislação aplicável e observando a fiscalização da execução contratual.

8.12 A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
9.4. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade do CONTRATADO no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, este deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação do serviço, os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
e)Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas,

sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local do imóvel.

9.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

9.9. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade relacionada que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que possa colocar em risco a segurança de pessoas ou de bens de terceiros.

9.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas legais aplicáveis, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpo, seguro e higienizado.

9.12. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam ás especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.13. Observar rigorosamente a legislação trabalhista, não permitindo a utilização de menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer atividade relacionada ao contrato, exceto na condição de aprendiz para maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir trabalho de menores de 18 (dezoito) anos em condições noturnas, perigosas ou insalubres.

9.14. Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições exigidas para qualificação do CONTRATADO na contratação direta, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.15. Cumprir, durante toda a vigência do contrato, as reservas de cargos previstas em lei para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social ou aprendizes, conforme legislação aplicável (art. 116);

9.16. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o

previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.19. Cumprir, além da legislação federal, estadual e municipal aplicável, todas as normas de segurança determinadas pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
11.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.9 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.10As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Caso alguma obrigação não seja cumprida no prazo estipulado, a vigência do contrato será prorrogada até a completa execução do objeto, caso em que deverá a Administração providenciará a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2 Qualquer alteração na situação cadastral, finalidade ou estrutura do CONTRATADO não ensejará a extinção do contrato, desde que não comprometa sua capacidade de cumprir integralmente as obrigações pactuadas.

12.4.2.1 Caso haja mudança da pessoa física contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração do CONTRATADO no contrato.

12.5 O termo de extinção do contrato, sempre que possível, será precedido de:

12.5.1 Balanço das obrigações contratuais já cumpridas ou parcialmente cumpridas;

12.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3 Eventuais Indenizações e multas aplicáveis.

12.6 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

03.06.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO

12.122.009.2012 Gestão das Ações da Secretaria da Educação

3.3.9.0.35.00.00 Serviço de Consultoria

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

14.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
14.3 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
14.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
14.5 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

14.6 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento, na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

14.7 Fica eleito o Foro da Cidade de Jacarací para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Licínio de Almeida, Bahia, 03 de Agosto de 2026.

_____
Roney Francisco Cotrim
Prefeito Municipal
Representante legal do CONTRATANTE

_____
RCA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA
CNPJ: 28.561.438/0001-32
Rita de Cassia de Albuquerque Trindade
CPF: 186.***.***-39
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:
1-
2-

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA
AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 006/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MAETINGA

CNPJ: 13.284.641/0001-67

OBJETO:

Chamamento público para Credenciamento de pessoas jurídicas para futura e eventual prestação de serviços de exames laboratoriais para atender as necessidades do fundo municipal de saúde de Maetinga, e de acordo as condições e exigências estabelecidas no edital..

INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS INSCRIÇÕES 04/09/2026 às 09h00min (horário local)

FINAL DE RECEBIMENTO DAS INSCRIÇÕES 04/09/2027 às 16h00min (horário local)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 6º, inciso XLIII, artigo 74, inciso IV, artigo 78, inciso I e artigo 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021: e demais legislações aplicáveis ao tema.

Informações por e-mail: licitamaetinga2025@gmail.com ou na sede da Prefeitura Municipal de Maetinga, onde também poderá ser adquirido o edital. Outros atos referentes a este processo e ao edital serão publicados no site: https://maetinga.ba.gov.br/diario-oficial/

EDIMAR QUEIROZ LEAL
PRESIDENTE–COMISSÃODE CREDENCIAMENTO
PORTARIA Nº 071/2025

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	230/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	222/2026
CREDENCIAMENTO:	011/2025
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
EMPRESA(S):	JOSÉ DOS SANTOS SILVA, pessoa física, inscrita no CPF: 053.952.065-90
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	31/08/2026 a 04/09/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais)
OBJETO:	O presente termo tem por objetivo o credenciamento pessoa jurídica ou física, visando a prestação de serviços de mão de obra especializada, com ou sem fornecimento de peças, equipamentos e materiais, na forma estabelecida em ordens de serviços com planilhas a serem expedidas de acordo com a necessidade.

Sergio Barros Moreira, Prefeito Municipal de Maetinga/BA, no uso suas atribuições que lhe são conferidos por Lei, em cumprimento ao parágrafo único do art. 72 da Lei 14.133/2021, e considerando toda documentação que consta nos autos do processo administrativo nº 230/2025, INEXIGIBILIDADE nº 222/2026, em especial, o parecer técnico e parecer jurídico, **AUTORIZO** a contratação conforme dados do processo acima, com fundamento no Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.

Maetinga – BA, 31 de agosto de 2026.

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

ATO RATIFICATÓRIO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	230/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	222/2026
CREDENCIAMENTO:	011/2025
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
EMPRESA(S):	JOSÉ DOS SANTOS SILVA, pessoa física, inscrita no CPF: 053.952.065-90
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	31/08/2026 a 04/09/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais)
OBJETO:	O presente termo tem por objetivo o credenciamento pessoa jurídica ou física, visando a prestação de serviços de mão de obra especializada, com ou sem fornecimento de peças, equipamentos e materiais, na forma estabelecida em ordens de serviços com planilhas a serem expedidas de acordo com a necessidade.

O Prefeito Municipal de MAETINGA, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições:

Reconhece e **RATIFICA** a situação de INEXIGIBILIDADE de licitação no presente processo, em consonância com o despacho formulado pelo Agente de Contratação e parecer jurídico, ficando a empresa acima, convocada para assinatura do contrato no prazo de cinco dias, para execução do objeto especificado.

Maetinga – BA, 31 de agosto de 2026.

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	230/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	222/2026
CREDENCIAMENTO:	011/2025
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
EMPRESA(S):	JOSÉ DOS SANTOS SILVA, pessoa física, inscrita no CPF: 053.952.065-90
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	31/08/2026 a 04/09/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais)
OBJETO:	O presente termo tem por objetivo o credenciamento pessoa jurídica ou física, visando a prestação de serviços de mão de obra especializada, com ou sem fornecimento de peças, equipamentos e materiais, na forma estabelecida em ordens de serviços com planilhas a serem expedidas de acordo com a necessidade.

Com base nas informações constantes do Processo Administrativo n° 230/2025, referente a INEXIGIBILIDADE de licitação n° 222/2026, **ADJUDICO E HOMOLOGO** o procedimento licitatório.

Maetinga – BA, 31 de agosto de 2026.

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	230/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	222/2026
CREDENCIAMENTO:	011/2025
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
CONTRATANTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA, CNPJ nº 13.284.641/0001-67
EMPRESA(S) CONTRATADA:	JOSÉ DOS SANTOS SILVA, pessoa física, inscrita no CPF: 053.952.065-90
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	31/08/2026 a 04/09/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais)
OBJETO:	O presente termo tem por objetivo o credenciamento pessoa jurídica ou física, visando a prestação de serviços de mão de obra especializada, com ou sem fornecimento de peças, equipamentos e materiais, na forma estabelecida em ordens de serviços com planilhas a serem expedidas de acordo com a necessidade.

Ato de Ratificação: 222/2026; Ato de Homologação: 222/2026; Maetinga - BA, 31 de agosto de 2026.; Sergio Barros Moreira– Prefeito Municipal;

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº 012-08/2026

PROCESO ADMINISTRATIVO:	230/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	222/2026
CREDENCIAMENTO:	011/2025
TIPO:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
CONTRATANTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA, CNPJ nº 13.284.641/0001-67
CONTRATADA:	JOSÉ DOS SANTOS SILVA, pessoa física, inscrita no CPF: 053.952.065-90
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	31/08/2026 a 04/09/2026
VALOR TOTAL DO CONTRATO:	R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais)
OBJETO:	O presente termo tem por objetivo o credenciamento pessoa jurídica ou física, visando a prestação de serviços de mão de obra especializada, com ou sem fornecimento de peças, equipamentos e materiais, na forma estabelecida em ordens de serviços com planilhas a serem expedidas de acordo com a necessidade.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
UNIDADE: 35001 SECRETARIA DE TRANSPORTES; **PROJETO ATIVIDADE:** 1.026 OBRAS, REFORMAS E MANUTENÇÃO DO SETOR DE ESTRADAS E RODAGENS; **ELEMENTO DA DESPESA:** 33.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	230/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	215/2026
CREDENCIAMENTO:	011/2025
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
EMPRESA(S):	JOSÉ EUGÊNIO DA SILVA, pessoa física, inscrita no CPF: 270.647.718-02
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	17/08/2026 a 17/09/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 1.072,50 (um mil e setenta e dois reais e cinquenta centavos)
OBJETO:	O presente termo tem por objetivo o credenciamento pessoa jurídica ou física, visando a prestação de serviços de mão de obra especializada, com ou sem fornecimento de peças, equipamentos e materiais, na forma estabelecida em ordens de serviços com planilhas a serem expedidas de acordo com a necessidade.

Sergio Barros Moreira, Prefeito Municipal de Maetinga/BA, no uso suas atribuições que lhe são conferidos por Lei, em cumprimento ao parágrafo único do art. 72 da Lei 14.133/2021, e considerando toda documentação que consta nos autos do processo administrativo nº 230/2025, INEXIGIBILIDADE nº 215/2026, em especial, o parecer técnico e parecer jurídico, **AUTORIZO** a contratação conforme dados do processo acima, com fundamento no Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.

Maetinga – BA, 17 de agosto de 2026.

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

ATO RATIFICATÓRIO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	230/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	215/2026
CREDENCIAMENTO:	011/2025
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
EMPRESA(S):	JOSÉ EUGÊNIO DA SILVA, pessoa física, inscrita no CPF: 270.647.718-02
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	17/08/2026 a 17/09/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 1.072,50 (um mil e setenta e dois reais e cinquenta centavos)
OBJETO:	O presente termo tem por objetivo o credenciamento pessoa jurídica ou física, visando a prestação de serviços de mão de obra especializada, com ou sem fornecimento de peças, equipamentos e materiais, na forma estabelecida em ordens de serviços com planilhas a serem expedidas de acordo com a necessidade.

O Prefeito Municipal de MAETINGA, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições:

Reconhece e **RATIFICA** a situação de INEXIGIBILIDADE de licitação no presente processo, em consonância com o despacho formulado pelo Agente de Contratação e parecer jurídico, ficando a empresa acima, convocada para assinatura do contrato no prazo de cinco dias, para execução do objeto especificado.

Maetinga – BA, 17 de agosto de 2026.

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	230/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	215/2026
CREDENCIAMENTO:	011/2025
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
EMPRESA(S):	JOSÉ EUGÊNIO DA SILVA, pessoa física, inscrita no CPF: 270.647.718-02
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	17/08/2026 a 17/09/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 1.072,50 (um mil e setenta e dois reais e cinquenta centavos)
OBJETO:	O presente termo tem por objetivo o credenciamento pessoa jurídica ou física, visando a prestação de serviços de mão de obra especializada, com ou sem fornecimento de peças, equipamentos e materiais, na forma estabelecida em ordens de serviços com planilhas a serem expedidas de acordo com a necessidade.

Com base nas informações constantes do Processo Administrativo n° 230/2025, referente a INEXIGIBILIDADE de licitação n° 215/2026, **ADJUDICO E HOMOLOGO** o procedimento licitatório.

Maetinga – BA, 17 de agosto de 2026.

Sergio Barros Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

DADOS DO PROCESSO:	
PROCESO ADMINISTRATIVO:	230/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	215/2026
CREDENCIAMENTO:	011/2025
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
CONTRATANTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA, CNPJ nº 13.284.641/0001-67
EMPRESA(S) CONTRATADA:	JOSÉ EUGÊNIO DA SILVA, pessoa física, inscrita no CPF: 270.647.718-02
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	17/08/2026 a 17/09/2026
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R$ 1.072,50 (um mil e setenta e dois reais e cinquenta centavos)
OBJETO:	O presente termo tem por objetivo o credenciamento pessoa jurídica ou física, visando a prestação de serviços de mão de obra especializada, com ou sem fornecimento de peças, equipamentos e materiais, na forma estabelecida em ordens de serviços com planilhas a serem expedidas de acordo com a necessidade.

Ato de Ratificação: 215/2026; Ato de Homologação: 215/2026; Maetinga - BA, 17 de agosto de 2026.; Sergio Barros Moreira– Prefeito Municipal;

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº 011-08/2026

PROCESO ADMINISTRATIVO:	230/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:	221/2026
TIPO:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
FUNDAMENTAÇÃO:	Art. 74, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21.
CONTRATANTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA, CNPJ nº 13.284.641/0001-67 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAETINGA, CNPJ Nº 09.431.080/0001-04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ Nº 06.086.091/0001-06 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ Nº 43.610.636/0001-68
CONTRATADA:	NOGAUTO TRINDADE SANTOS, CNPJ: 26.889.104/0001-92
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO:	27/08/2026 a 31/12/2026
VALOR TOTAL DO CONTRATO:	R$ 20.009,60 (vinte mil e nove reais e sessenta centavos)
OBJETO:	O presente termo tem por objeto o CREDENCIAMENTO pessoa jurídica ou física, visando a prestação de serviços de mão de obra especializada, com ou sem fornecimento de peças, equipamentos e materiais, na forma estabelecida em ordens de serviços com planilhas a serem expedidas de acordo com a necessidade.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
UNIDADE: 36001- SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO, 32001 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, 37002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, 38002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, 34003 FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO; **PROJETO ATIVIDADE:** 2.037 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS, 2.006 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, 2.021 MANUETNÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (RECURSOS PROPRIOS), 2.064 GESTÃO ADMINISTRAÇÃO DO FMAS, 2.019 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO BASICA; **ELEMENTO DA DESPESA:** 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 093/2026

PREÂMBULO

O Município de Maetinga torna público aos interessados, que será realizado **Credenciamento de pessoas jurídicas para futura e eventual Prestação de serviços de exames laboratoriais para atender as necessidades do fundo municipal de saúde de Maetinga**, em conformidade com o art. 74, IV, 79, I da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, perante a Comissão de Contratação nomeada pela Portaria n° 071/2025, do dia 27 de janeiro de 2025, conforme normas previstas neste instrumento convocatório e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Chamamento Público tem por objeto **Credenciamento de pessoas jurídicas para futura e eventual Prestação de serviços de exames laboratoriais para atender as necessidades do fundo municipal de saúde de Maetinga**, de acordo com as quantidades, especificações e valores estabelecidos no referido termo de referência (ANEXO I).

2. DA FORMA, PRAZO E CONDIÇÕES PARA O CREDENCIAMENTO

2.1. O edital de convocação tem vigência de 12 (doze) meses podendo ser prorrogável, visando à adesão de novos interessados a compor o banco de credenciados, observadas as condições previstas neste Edital de Credenciamento e suas eventuais e futuras alterações.

2.2. A Administração poderá revogar este Edital de Credenciamento por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

2.3. Para a adesão ao credenciamento deverão os interessados, em qualquer número, encaminhar a documentação para credenciamento e habilitação, descrita no item 4 do presente Edital, por meio e-mail: licitamaetinga2025@gmail.com ou no endereço: Praça Naomar Alcântara, nº 41, Centro, Prédio da Prefeitura no Contratos e Licitações;

2.4. O envelope contendo os documentos dos interessados exigidos neste procedimento deverá ser entregue a partir do dia **XX de XXXXX de XXXX,** das 09:00 às 12:00hs e das 14:00hs até 17:00hs, perante a Prefeitura Municipal de Maetinga, localizada na Praça Naomar Alcântara, 41 - Centro - Setor de Licitações e contratos, CEP: 46.255-000

2.5. **Será vedada a participação de pessoas jurídicas:**

a) Cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Credenciamento;

b) Que não funcionem no país;

c) Declaradas inidôneas por ato do Poder Público;

d) Que estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.

e) Impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou quaisquer de suas entidades descentralizadas;

f) Incluídas na Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU; Incluídas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;

g) Incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;

2.6. Ao solicitar o credenciamento a pessoa jurídica ou física declara que concorda com os termos do Credenciamento e da minuta do Contrato de Prestação de Serviços, anexos ao presente Edital.

3. DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA CREDENCIAMENTO.

3.1. As prestações de serviços devem obrigatoriamente ser prestada por pessoa jurídica que detenha capacidade técnica exigida;

3.2. Não serão admitidos prestadores de serviços que tenham sido declarados inidôneos por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, por meio de ato publicado em Diário Oficial da União, Estado, Distrito Federal ou Município, pelo órgão que o praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

3.3. Não serão admitidos prestadores de serviços – Pessoas Jurídicas que não comprovarem através de documentos, relatórios e certificados que possuem em seus quadros prestadores de serviços em números quantitativos e qualificativos necessários para a realização do evento.

4. DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO E HABILITAÇÃO

4.1. No ato de inscrição o interessado deverá mediante requerimento próprio anexo a este edital disponibilizado no sítio oficial https://maetinga.ba.gov.br/diario-oficial/ acompanhado dos dados da pessoa física e do representante legal da pessoa jurídica, bem como dos seguintes documentos:

4.2. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA PESSOA JURIDICA:

4.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA

4.31. Cédula de identidade do representante legal;

4.3.2 Tratando-se de sociedade comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com todas as alterações, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado, com as devidas adaptações, conforme determina o art. 2.031 do Código Civil Brasileiro em vigor e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores, quando licitante for representado por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, comprovando esta capacidade jurídica;

4.3.3 No caso de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova de que a diretoria está em exercício;

4.3.4 Em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, Decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

4.3.5 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, Certidão emitida por Junta Comercial ou por outro órgão competente.

4.4 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

4.4.1 A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

4.4.2 A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.4.3 A regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

4.4.4 A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

4.5 A REGULARIDADE PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO

4.5.1 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

4.5.2 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

4.5.3 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

4.5.4 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

4.5.5 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

5. DECLARAÇÕES

5.1.1. Declaração que cumpre os requisitos de habilitação, nos termos do modelo apresentado no Anexo III;

5.1.2. Declaração de inexistência de fato superveniente que possa impedir a sua habilitação neste certame, inclusive na vigência contratual caso venha a ser contratado pelo Município, nos termos do modelo apresentado no Anexo IV;

5.1.3. Declaração de concordância com os termos do edital;

5.1.4. Declaração indicando os itens que pretende credenciar

5.1.5. Declaração do licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e qualquer empregado menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei n. º 9.854/99), conforme modelo apresentado no Anexo V;

5.1.6. Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa e Empresa de Pequeno Porto, conforme modelo apresentado no anexo VI;

5.1.7. Modelo de Declaração de Inexistência dos Impedimentos Previstos no §4º, art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, conforme modelo apresentado no anexo VII;

5.1.8. Modelo de Declaração de que não se enquadra na hipótese do § 10, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, conforme apresentado no anexo VIII.

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1. Comprovação de aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado em nome da empresa, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

6.2. Comprovante de cadastramento no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES);

6.3. Certidão de Registro ou inscrição no Conselho Regional de Farmácia e/ou Bioquímica ou

6.4. Conselho Regional de Biomedicina ou Conselho Regional de Biologia, relativos à empresa e seus responsáveis técnicos;

6.5. Indicação do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

6.6. Alvará Sanitário emitido pela Vigilância Sanitária Estadual/Municipal da sede do Licitante;

6.7. Alvará de licença de funcionamento referente ao corrente exercício, expedido pelo município sede da empresa.

7. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.1 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, prevista no preâmbulo deste edital, caso o documento não consigne prazo de validade. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, prevista no preâmbulo deste edital, caso o documento não consigne prazo de validade.

7.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente lançados no Livro Diário registrado na Junta Comercial do domicílio ou sede da Empresa, que comprovem a situação financeira desta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta. Serão considerados como na forma da lei o Balanço Patrimonial e demonstrações de resultado dos 2 (dois) últimos exercícios sociais assim apresentados:

7.3 microempresas E empresas de pequeno porte (sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei nº 9.317/96 – “Simples”): por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa ou em outro órgão equivalente, ou por fotocópia do Balanço e das demonstrações de resultado do último exercício social devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa.

7.4 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte enquadradas no SIMPLES NACIONAL poderá apresentar em substituição ao balanço o extrato do SIMPLES NACIONAL dos últimos 03 (três) meses;

7.5 As empresas constituídas no exercício financeiro da licitação deverão atender todas as exigências de habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

7.6 O Balanço Patrimonial e demonstrações de resultado dos 2 (dois) últimos exercícios sociais deverão trazer obrigatoriamente a assinatura do representante legal da empresa e do contador ou de outro profissional.

8. O PROCESSO DE CREDENCIAMENTO TERÁ AS SEGUINTES FASES

8.1. Inscrição dos interessados de caráter eliminatório;

8.2. Análise da documentação de caráter eliminatório;

8.3. Divulgação do resultado;

8.4. Fase Recursal;

8.5. Publicação do Resultado Final;

8.6. Ratificação do Credenciamento;

8.7. Caso não seja possível a convocação de todos os credenciados ao mesmo tempo o critério de distribuição de demanda será a ordem de inscrição dos credenciados.

9. DO LOCAL E PRAZO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

9.1. Cada Prestação de serviço deverá ser realizado conforme as necessidades e demandas das Secretaria Municipal de Saúde.

10. DAS HIPÓTESES DE DESCREDENCIAMENTO

10.1. O credenciamento tem caráter precário, podendo a qualquer momento, o Credenciado ou a Administração Pública denunciar o credenciamento, caso seja constatado qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas presentes neste Edital, no Termo de Referência e na legislação pertinente ou no interesse do Credenciado, respeitado o contraditório e a ampla defesa;

10.2. O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que requerido com antecedência mínima de 6 (seis) dias da data da prestação do serviço;

10.3. Na hipótese de descumprimento das obrigações pelo Credenciado, no todo ou em parte, ficará sujeita às penalidades previstas na legislação pertinente e neste Edital;

10.4. Caso seja constatada qualquer irregularidade na observância deste Edital ou demais normas vigentes, o profissional será descredenciado.

11. DO EXAME E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

11.1. O exame e julgamento da documentação recebida serão processados pela Comissão de Licitações designada para esse fim, a qual poderá conceder prazo adicional para complementar a entrega de documentos eventualmente faltantes ou para promover a regularização desses, mediante comunicação eletrônica diretamente às interessadas.

11.2. A Comissão de Licitações divulgará o julgamento final da documentação no Diário Oficial do Município de Maetinga-Ba, site: https://maetinga.ba.gov.br/diario-oficial/.

11.3. A critério da Comissão de Credenciamento, a divulgação do julgamento poderá ser realizada, gradualmente, à medida que, as documentações forem recebidas, analisadas e julgadas conformes com o presente edital.

12. DOS RECURSOS

12.1. O interessado que não tiver aceito seu pedido de credenciamento poderá apresentar recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da resposta negativa.

12.2. Os demais interessados serão notificados da apresentação do recurso, para que, querendo, apresentar contrarrazões, em outros 5 (cinco) dias úteis, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento. O resultado do julgamento de eventual (is) recurso (s) será publicado Diário Oficial do Município de Maetinga-Ba, site: https://maetinga.ba.gov.br/diario-oficial/.

13. DO TERMO DE CREDENCIAMENTO, CONTRATO, SUA ASSINATURA E ALTERAÇÕES

13.1. Após a habilitação, a (s) empresa (s) será (ão) convocada (s) a assinar (em) o (s) termo (s) de Credenciamento.

13.2. O Termo de Credenciamento será assinado no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da convocação formal da CREDENCIANTE e prorrogáveis, a seu exclusivo critério.

13.3. O Termo de Credenciamento poderá ser alterado, por interesse entre as partes, a qualquer tempo, devendo ser formalizado por meio de aditamento.

13.4. Após a assinatura do Termo de Credenciamento e publicação do Resultado do Credenciamento no Diário Oficial do Município de Maetinga site: https://maetinga.ba.gov.br/diario-oficial/, a pessoa jurídica ou física passará à condição de credenciada, estando apta a assinar o Contrato de Prestação de serviços, conforme modelo nos anexos desse edital.

13.5. O Contrato terá vigência de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

14. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1. As condições de execução dos serviços estão definidas Termo de Referência (Anexo I deste Edital) e seus anexos, bem como no Contrato de Prestação de Serviços (Anexo X deste Edital).

15. DO PREÇO E DO PAGAMENTO

15.1. As condições de preços e de pagamento estão definidas na minuta do termo de contrato (Anexo X deste Edital).

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. As obrigações da CONTRATANTE estão dispostas na minuta do termo de contato (Anexo X deste Edital).

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. As obrigações da CONTRATADA estão dispostas na minuta do termo de contrato (Anexo X deste Edital).

17.2. As sanções administrativas estão discriminadas na minta do contrato (Anexo X deste Edital).

18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. A qualquer tempo, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

18.2. A impugnação poderá ser realizada exclusivamente por forma eletrônica, pelo e-mail licitamaetinga2025@gmail.com

18.3. Caberá à autoridade decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis.

18.4. Acolhida a impugnação, será alterado o Edital e novamente publicado, decidindo-se a respeito dos credenciamentos previamente celebrados.

18.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo deverão ser enviados à autoridade, a qualquer tempo, exclusivamente por forma eletrônica, pelo e-mail: licitamaetinga2025@gmail.

18.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos neste credenciamento.

18.7. As respostas a eventuais impugnações e pedidos de esclarecimentos serão divulgadas mediante publicação no site: https://maetinga.ba.gov.br/diario-oficial/, ficando as pessoas jurídicas e físicas interessadas em aderir ao credenciamento obrigadas a acessá-los para a obtenção das informações prestadas.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A participação do interessado no credenciamento implica a aceitação das condições constantes deste Edital e dos anexos que o integram, bem como de suas alterações, se houver.

19.2. Reserva-se à **CREDENCIANTE** a faculdade de alterar os termos e condições do credenciamento.

19.3. Qualquer alteração nas condições do credenciamento será divulgada e publicada pela mesma forma em que se deu a do texto original.

19.4. Aplicam-se ao presente credenciamento a Lei nº 14.133/2021, e demais normas legais pertinentes.

19.5. No caso de divergências, as condições previstas no Termo de Referência e no Contrato de Prestação de Serviços prevalecerão sobre as deste Edital de credenciamento.

20. ANEXOS

ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE ACEITE AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL

ANEXO V - INDICAÇÃO DOS ITENS QUE SE PRETENDE CREDENCIAR

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO MENOR

ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DOS IMPEDIMENTOS PREVISTOS NO §4º, ART. 3º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.

ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO SE ENQUADRA NA HIPÓTESE DO § 10, DO ART. 3º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.

ANEXO X - MINUTA DO CONTRATO

Maetinga, 31 de agosto de 2026.

CÁSSIO LERES SALOMÃO FERREIRA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Credenciamento de pessoas jurídicas para futura e eventual prestação de serviços de exames laboratoriais para atender as necessidades do fundo municipal de saúde de Maetinga

2. DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS, QUANTIDADES E VALORES ESTIMADOS

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO					
1 - Lote 01					
Item	**Descrição**	**Qtd.**	**Und.**	**Valor Un.**	**Valor Total**
1	HEMOGRAMA COMPLETO	2100	Und	R$ 7,27	R$ 15.267,00
2	GLICOSE	2100	Und	R$ 4,81	R$ 10.101,00
3	CREATININA	1400	Und	R$ 4,89	R$ 6.846,00
4	COLESTEROL TOTAL	1400	Und	R$ 5,03	R$ 7.042,00
5	COLESTEROL HDL	1050	Und	R$ 4,80	R$ 5.040,00
6	COLESTEROL LDL	1050	Und	R$ 3,98	R$ 4.179,00
7	COLESTEROL VLDL	1050	Und	R$ 4,65	R$ 4.882,50
8	TRANSAMINASE GLUTAMICO PIRUVICO - ALT	840	Und	R$ 5,01	R$ 4.208,40
9	TRANSAMINASE GLUTAMICO OXALACETICA- AST	840	Und	R$ 4,87	R$ 4.090,80
10	SUMARIO DE URINA	2100	Und	R$ 6,49	R$ 13.629,00
11	UREIA	700	Und	R$ 5,00	R$ 3.500,00
12	TSH ULTRA SENSÍVEL	250	Und	R$ 12,29	R$ 3.072,50
13	T4 LIVRE	250	Und	R$ 11,61	R$ 2.902,50
14	VITAMINA D (25 HIDROXIVITAMINA D)	30	Und	R$ 18,61	R$ 558,30
15	HEMOGLOBINA GLICADA (A1C)	840	Und	R$ 10,22	R$ 8.584,80
16	POTÁSSIO	840	Und	R$ 4,99	R$ 4.191,60
17	SÓDIO	840	Und	R$ 5,01	R$ 4.208,40
18	ÁCIDO ÚRICO	500	Und	R$ 4,77	R$ 2.385,00
19	VITAMINA B12, DOSAGEM	30	Und	R$ 18,03	R$ 540,90
20	FERRITINA - PROLAB	400	Und	R$ 5,04	R$ 2.016,00
21	GAMA GLUTAMIL TRANSFERASE - G.G.T.	350	Und	R$ 4,90	R$ 1.715,00
22	CREATINOFOSFOQUINASE	140	Und	R$ 7,43	R$ 1.040,20
23	PROTOPARASITOLÓGICO 1ª AMOSTRA	80	Und	R$ 4,89	R$ 391,20
24	V.D.R.L. QUANTITATIVO	60	Und	R$ 9,23	R$ 553,80
25	TESTOSTERONA TOTAL	50	Und	R$ 11,61	R$ 580,50
26	FERRO SÉRICO	400	Und	R$ 5,03	R$ 2.012,00
27	HEPATITE B - ANTÍGENO AUSTRÁLIA (HBSAG) - QUIMIOL	60	Und	R$ 13,72	R$ 823,20
28	HEPATITE C - QUANTITATIVO	60	Und	R$ 14,31	R$ 858,60

29	HIV 1 E 2 PESQ. DE ANTÍGENO E ANTICORPOS - QUIMIOL	60	Und	R$ 8,97	R$ 538,20
30	GRUPO SANGUÍNEO + FATOR RH/DU	700	Und	R$ 6,13	R$ 4.291,00
31	PROTEÍNA C REATIVA	700	Und	R$ 6,80	R$ 4.760,00
32	FOSFATASE ALCALINA	700	Und	R$ 4,94	R$ 3.458,00
33	CÁLCIO	700	Und	R$ 5,04	R$ 3.528,00
34	HTLV 1 E 2	90	Und	R$ 13,56	R$ 1.220,40
35	COAGULOGRAMA (PROVA DO LAÇO, TP, TTPA, PLAQUETAS)	350	Und	R$ 10,64	R$ 3.724,00
36	FTA-ABS, IGM	350	Und	R$ 11,11	R$ 3.888,50
37	FTA-ABS, IGG	280	Und	R$ 16,58	R$ 4.642,40
38	MAGNÉSIO	350	Und	R$ 4,91	R$ 1.718,50
39	TRYPANOSOMA CRUZI IGM (IMUNOFLUORESCENCIA)	80	Und	R$ 12,25	R$ 980,00
40	TRYPANOSOMA CRUZI IGG (IMUNOFLUORESCÊNCIA)	80	Und	R$ 12,83	R$ 1.026,40
41	FSH - HORMÔNIO FOLÍCULO ESTIMULANTE	20	Und	R$ 13,45	R$ 269,00
42	HEMOSSEDIMENTAÇÃO, DETERMINAÇÃO DA VELOCIDADE DE	200	Und	R$ 4,24	R$ 848,00
43	BILIRRUBINAS TOTAIS E FRAÇÕES	100	Und	R$ 4,43	R$ 443,00
44	HEMOGLOBINA GLICADA (HBA1C)	800	Und	R$ 10,40	R$ 8.320,00
45	LH - HORMONIO LUTEINIZANTE	80	Und	R$ 10,37	R$ 829,60
46	UROCULTURA	400	Und	R$ 21,13	R$ 8.452,00
47	ESTRADIOL	80	Und	R$ 12,81	R$ 1.024,80
48	ZINCO SERICO	350	Und	R$ 24,37	R$ 8.529,50
49	MICROSSOMAL, ANTICORPOS ANTI - TPO	300	Und	R$ 16,06	R$ 4.818,00
50	FATOR ANTI-NUCLEAR (FAN) - HEP2 - IFI	350	Und	R$ 7,60	R$ 2.660,00
51	TESTOSTERONA LIVRE	80	Und	R$ 14,97	R$ 1.197,60
52	ÁCIDO FÓLICO [FOLICO]	14	Und	R$ 16,09	R$ 225,26
53	INSULINA	80	Und	R$ 9,09	R$ 727,20
54	PSA LIVRE/TOTAL	50	Und	R$ 21,81	R$ 1.090,50
55	TEMPO DE PROTROMBINA	350	Und	R$ 5,04	R$ 1.764,00
56	PROTOPARASITOLÓGICO 2ª AMOSTRA	60	Und	R$ 4,61	R$ 276,60
57	FATOR REUMATOIDE - TURBIDIMETRIA	400	Und	R$ 6,94	R$ 2.776,00
58	PROTOPARASITOLÓGICO 3ª AMOSTRA	50	Und	R$ 4,61	R$ 230,50
59	SANGUE OCULTO 1ª AMOSTRA	60	Und	R$ 13,98	R$ 838,80
60	PROLACTINA	60	Und	R$ 11,98	R$ 718,80
61	INDICE DE SAT. DA TRANSFERRINA	105	Und	R$ 9,83	R$ 1.032,15
62	T3 TRIIODOTIRONINA	50	Und	R$ 10,96	R$ 548,00
63	HEPATITE B - ANTICORPOS ANTI HBS	50	Und	R$ 11,68	R$ 584,00
64	TRIGLICÉRIDES	600	Und	R$ 4,81	R$ 2.886,00

65	LÍPIDES TOTAIS [LIP-T]	105	Und	R$ 9,55	R$ 1.002,75
66	HOMOCISTEÍNA, DOSAGEM	105	Und	R$ 19,60	R$ 2.058,00
67	HCG BETA SANGUE	80	Und	R$ 8,79	R$ 703,20
68	PROTEÍNAS TOTAIS E FRAÇÕES	105	Und	R$ 5,01	R$ 526,05
69	TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA	105	Und	R$ 4,89	R$ 513,45
70	VITAMINA C (ÁCIDO ASCÓRBICO)	105	Und	R$ 23,29	R$ 2.445,45
71	AMILASE	105	Und	R$ 4,83	R$ 507,15
72	CÁLCIO IONIZADO	105	Und	R$ 7,06	R$ 741,30
73	DENGUENS1	80	Und	R$ 23,43	R$ 1.874,40
74	T3 LIVRE	60	Und	R$ 9,79	R$ 587,40
75	HCG BETA QUANTITATIVO	50	Und	R$ 15,58	R$ 779,00
76	TTG, ANTICORPOS ANTI-TRANSGLUTAMINASE TECIDUAL-IGA	60	Und	R$ 29,44	R$ 1.766,40
77	T4 - TIROXINA	60	Und	R$ 10,14	R$ 608,40
78	PROTEÍNA C REATIVA - ULTRA SENSÍVEL	200	Und	R$ 11,72	R$ 2.344,00
79	GLICOSE PÓS PRANDIAL	70	Und	R$ 4,45	R$ 311,50
80	PROGESTERONA	50	Und	R$ 15,03	R$ 751,50
81	LIPASE - PROLAB	105	Und	R$ 4,75	R$ 498,75
82	PARATORMONIO PTH INTACTO	50	Und	R$ 13,51	R$ 675,50
83	SHBG - GLOBULINA LIGADORA HORMÔNIOS SEXUAIS	80	Und	R$ 13,02	R$ 1.041,60
84	FÓSFORO	60	Und	R$ 4,79	R$ 287,40
85	BAERMAN	50	Und	R$ 5,17	R$ 258,50
86	CORTISOL	60	Und	R$ 10,62	R$ 637,20
87	ALBUMINA SÉRICA	70	Und	R$ 4,85	R$ 339,50
88	SELÊNIO SÉRICO [SELE]	91	Und	R$ 29,85	R$ 2.716,35
89	DESIDROGENASE LÁTICA	70	Und	R$ 4,45	R$ 311,50
90	ANTICORPO ANTI TIREOGLOBULINA	70	Und	R$ 10,71	R$ 749,70
91	ANTI-ESTREPTOLISINA "O"	70	Und	R$ 6,36	R$ 445,20
92	TOXOPLASMOSE IGM - QUIMIOLUMINESCÊNCIA	70	Und	R$ 10,39	R$ 727,30
93	LACTOSE, TESTE DE TOLERÂNCIA	70	Und	R$ 52,97	R$ 3.707,90
94	TOXOPLASMOSE IGG - QUIMIOLUMINESCÊNCIA	70	Und	R$ 11,98	R$ 838,60
95	IMUNOGLOBULINA A - IGA	60	Und	R$ 9,78	R$ 586,80
96	IMUNOGLOBULINA E - IGE	60	Und	R$ 10,20	R$ 612,00
97	ELETROFORESE DE PROTEÍNAS	280	Und	R$ 10,13	R$ 2.836,40
98	MICROALBUMINURIA	280	Und	R$ 12,04	R$ 3.371,20
99	VITAMINA A, DOSAGEM	70	Und	R$ 48,48	R$ 3.393,60
100	TESTE GENÉTICO DE INTOLERÂNCIA A LACTOSE	28	Und	R$ 143,47	R$ 4.017,16
101	SULFATO DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (SDHEA) (RIE)	28	Und	R$ 13,47	R$ 377,16
102	DIHIDROTESTOSTERONA	28	Und	R$ 23,74	R$ 664,72
103	HEPATITE B - ANTICORPOS ANTI	60	Und	R$ 11,90	R$ 714,00

	HBC TOTAL				
104	PESQUISA DE HLA-B27 POR PCR	28	Und	R$ 57,08	R$ 1.598,24
105	CEA - ANTIGENO CARCINO-EMBRINOGÊNICO	56	Und	R$ 14,68	R$ 822,08
106	CITOMEGALOVÍRUS - IGG	60	Und	R$ 13,77	R$ 826,20
107	CITOMEGALOVÍRUS - IGM	60	Und	R$ 14,04	R$ 842,40
108	HEPATITE B- ANTICORPOS ANTI HBC IGG	70	Und	R$ 18,87	R$ 1.320,90
109	ANDROSTENEDIONA	35	Und	R$ 10,18	R$ 356,30
110	CALPROTECTINA FECAL	14	Und	R$ 142,93	R$ 2.001,02
111	HEPATITE B - ANTICORPOS ANTI HBC IGM	42	Und	R$ 20,38	R$ 855,96
112	CCP , ANTICORPO ANTI (CCP)	21	Und	R$ 24,13	R$ 506,73
113	ALFA FETOPROTEINA	21	Und	R$ 13,69	R$ 287,49
114	ANTICORPO ANTI SM	21	Und	R$ 13,43	R$ 282,03
115	ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	140	Und	R$ 7,98	R$ 1.117,20
116	MICROALBUMINURIA URINA 24H	140	Und	R$ 10,27	R$ 1.437,80
117	NT-PROBNP - PEPTIDEO NATRIURETICO CEREBRAL	6	Und	R$ 97,65	R$ 585,90
118	RUBÉOLA ANTICORPOS IGG	42	Und	R$ 5,77	R$ 242,34
119	RUBÉOLA ANTICORPOS IGM	42	Und	R$ 8,47	R$ 355,74
120	ANTICORPO ANTI-DNA	14	Und	R$ 14,42	R$ 201,88
121	CA 125	20	Und	R$ 19,64	R$ 392,80
122	ESQUISTOSSOMOSE - IGG	70	Und	R$ 7,33	R$ 513,10
123	ANTICORPO ANTI SSA (RO)	14	Und	R$ 16,21	R$ 226,94
124	ANTICORPO ANTI SSB (LA)	14	Und	R$ 15,38	R$ 215,32
125	VITAMINA B6	14	Und	R$ 51,84	R$ 725,76
126	17 ALFA HIDROXIPROGESTERONA	21	Und	R$ 12,86	R$ 270,06
127	ANTICORPOS ANTI TRANSGLUTAMINASE TECIDUAL IGG	28	Und	R$ 36,63	R$ 1.025,64
128	BNP - PEPTÍDEO NATRIURÉTICO-PROLAB	7	Und	R$ 88,54	R$ 619,78
129	DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	11	Und	R$ 19,34	R$ 212,74
130	D DIMERO- PROLAB	6	Und	R$ 93,62	R$ 561,72
131	ANTICORPO ANTI-ENDOMÍSIO IGA	18	Und	R$ 34,56	R$ 622,08
132	IGE ESPECÍFICO PARA GLÚTEN (F79)	28	Und	R$ 20,27	R$ 567,56
133	TRAB- ANTICORPO ANTI-RECEPTOR TSH [AIT]	50	Und	R$ 29,11	R$ 1.455,50
134	WAALER ROSE - REAÇÃO [WR]	14	Und	R$ 8,81	R$ 123,34
135	COVID-19 TESTE RÁPIDO - ANTÍGENO	35	Und	R$ 45,12	R$ 1.579,20
136	VITAMINA B1	11	Und	R$ 77,24	R$ 849,64
137	VITAMINA D (1,25 HIDROXIVITAMINA D)	14	Und	R$ 43,45	R$ 608,30
138	ANTICOAGULANTE LÚPICO	14	Und	R$ 28,88	R$ 404,32
139	COMPLEMENTO C3	14	Und	R$ 9,85	R$ 137,90
140	COMPLEMENTO C4	14	Und	R$ 9,63	R$ 134,82

141	CA 19/9	14	Und	R$ 15,06	R$ 210,84
142	CREATINO-FOSFOQUINASE FRAÇÃO MB	56	Und	R$ 4,65	R$ 260,40
143	COBRE SÉRICO	11	Und	R$ 11,37	R$ 125,07
144	ESTRONA	11	Und	R$ 13,06	R$ 143,66
145	INDICE DE HOMA [748]	7	Und	R$ 16,86	R$ 118,02
146	IMUNOGLOBULINA G - IGG	11	Und	R$ 8,77	R$ 96,47
147	RAST POEIRA DOMÉSTICA (HX2)	11	Und	R$ 12,71	R$ 139,81
148	SEXAGEM FETAL	3	Und	R$ 215,50	R$ 646,50
149	TRANSFERRINA	60	Und	R$ 9,15	R$ 549,00
150	IGE ESPECIFICO PARA ALFA LACTOALBUMINA	42	Und	R$ 11,93	R$ 501,06
151	IGE ESPECIFICO PARA BETA LACTOGLOBULINA	4	Und	R$ 12,73	R$ 50,92
152	IGE ESPECIFICO PARA CASEINA (F78)	4	Und	R$ 15,09	R$ 60,36
153	CLORO	4	Und	R$ 5,47	R$ 21,88
154	CURVA DE TOLERÂNCIA À GLICOSE	80	Und	R$ 9,61	R$ 768,80
155	DENGUE IGG E IGM - TESTE RÁPIDO	70	Und	R$ 19,74	R$ 1.381,80
156	LIPOPROTEINA A	91	Und	R$ 18,82	R$ 1.712,62
157	PROTEINA C FUNCIONAL	7	Und	R$ 50,46	R$ 353,22
158	TIREOGLOBULINA	80	Und	R$ 15,27	R$ 1.221,60
159	ANTICORPO ANTI-GLIADINA IGA	4	Und	R$ 21,52	R$ 86,08
160	ALDOLASE	11	Und	R$ 5,55	R$ 61,05
161	CAPACIDADE DE FIXAÇÃO DE FERRO	14	Und	R$ 8,85	R$ 123,90
162	TRYPANOSOMA CRUZI, ANTICORPOS IGG (M. GUERREIRO)	21	Und	R$ 26,46	R$ 555,66
163	CLEARENCE DE CREATININA	70	Und	R$ 8,62	R$ 603,40
164	CULTURA PARA UREAPLASMA E MYCOPLASMA	7	Und	R$ 73,48	R$ 514,36
165	RAST DERMATOPHAGOIDES PTERONYSSINUS (D1)	11	Und	R$ 16,11	R$ 177,21
166	IGE ESPECÍFICO PARA DERMATOPHAGOIDES FARINAE (D2)	11	Und	R$ 16,11	R$ 177,21
167	FRUTOSAMINA [P-GLI]	70	Und	R$ 7,47	R$ 522,90
168	HELICOBACTER PYLORI, ANTICORPO IGG	14	Und	R$ 35,64	R$ 498,96
169	HELICOBACTER PYLORI, ANTICORPO IGM	14	Und	R$ 40,43	R$ 566,02
170	IGE ESPECÍFICO PARA CASPA DE CÃO (E5)	11	Und	R$ 15,56	R$ 171,16
171	PH FECAL	56	Und	R$ 5,79	R$ 324,24
172	PROTEINA S FUNCIONAL	11	Und	R$ 40,41	R$ 444,51
173	RAZAO PROTEINA /CREATININA	14	Und	R$ 7,10	R$ 99,40
174	SOMATOMEDINA C	11	Und	R$ 23,55	R$ 259,05
175	17 ALFA HIDROXIPROGESTERONA NEONATAL [17-PGN]	14	Und	R$ 11,64	R$ 162,96

176	ANTICORPO ANTI-ENDOMISÍO IGG	11	Und	R$ 32,75	R$ 360,25
177	ANTICORPO ANTI-MITOCONDRIA	11	Und	R$ 14,76	R$ 162,36
178	ALDOSTERONA	40	Und	R$ 12,76	R$ 510,40
179	ALUMINIO SERICO	18	Und	R$ 16,77	R$ 301,86
180	NEUTROFILOS, ANTI - ANCA	7	Und	R$ 53,75	R$ 376,25
181	BAERMAN (2ª AMOSTRA)	210	Und	R$ 4,66	R$ 978,60
182	BAERMAN (3ª AMOSTRA)	210	Und	R$ 4,66	R$ 978,60
183	BIOTINIDASE (TESTE DO PEZINHO), ATIVIDADE DE	21	Und	R$ 23,57	R$ 494,97
184	CARDIOLIPINA IGM, AUTO ANTICORPO	28	Und	R$ 15,73	R$ 440,44
185	CARIÓTIPO COM BANDA G	1	Und	R$ 371,33	R$ 371,33
186	CHLAMYDIA TRACHOMATIS IGG, ANTICORPOS ANTI	18	Und	R$ 22,29	R$ 401,22
187	CHLAMYDIA TRACHOMATIS IGM, ANTICORPOS ANTI	42	Und	R$ 21,37	R$ 897,54
188	CROMATOGRAFIA QUALITATIVA DE AMINOÁCIDOS [CR.AA]	11	Und	R$ 25,28	R$ 278,08
189	DENGUE ANTICORPO IGM - IMUNOENSAIO	18	Und	R$ 39,32	R$ 707,76
190	HEMOGLOBINOPATIAS	7	Und	R$ 25,14	R$ 175,98
191	FATOR V LEIDEN	2	Und	R$ 101,79	R$ 203,58
192	FIBRINOGÊNIO	11	Und	R$ 10,18	R$ 111,98
193	RAST FUNGOS (MX1) (BOLOR, MOFO E FUNGOS)	7	Und	R$ 15,30	R$ 107,10
194	GLICOSE 6 FOSFATO DESIDROGENASE (PEZINHO)	15	Und	R$ 16,99	R$ 254,85
195	RAST EPITÉLIO E CASPA DE GATO (E1)	11	Und	R$ 15,02	R$ 165,22
196	HERPES VIRUS SIMPLES I E II- IGG	7	Und	R$ 19,80	R$ 138,60
197	HERPES VIRUS SIMPLES I E II - IGM	7	Und	R$ 21,54	R$ 150,78
198	IGFBP-3	2	Und	R$ 19,70	R$ 39,40
199	IMUNOGLOBULINA M - IGM	60	Und	R$ 10,20	R$ 612,00
200	IGE ESPECÍFICO PARA LEITE DE VACA F2 - QUIMIOL	2	Und	R$ 15,05	R$ 30,10
201	LEUCOCITOS FECAIS, PESQUISA	11	Und	R$ 3,88	R$ 42,68
202	LÍTIO	11	Und	R$ 5,01	R$ 55,11
203	PEPTÍDEO C [PEP]	7	Und	R$ 26,90	R$ 188,30
204	FENILALANINA (PKU) - QUANTITATIVA	7	Und	R$ 15,45	R$ 108,15
205	PSA	35	Und	R$ 10,89	R$ 381,15
206	RETICULÓCITOS, CONTAGEM	7	Und	R$ 4,11	R$ 28,77
207	GORDURA FECAL QUALITATIVO (SUDAM III)	7	Und	R$ 14,66	R$ 102,62
208	T4 NEONATAL	14	Und	R$ 14,73	R$ 206,22
209	TOXOPLASMOSE IGM NEONATAL	14	Und	R$ 19,65	R$ 275,10
210	TRIPSINA NEONATAL [TRIPSI]	14	Und	R$ 17,15	R$ 240,10
211	TROPONINA CARDÍACA - T - ALTA SENSIBILIDADE	11	Und	R$ 50,65	R$ 557,15
212	TSH NEONATAL	21	Und	R$ 13,12	R$ 275,52

213	REAÇÃO DE WIDAL	7	Und	R$ 22,21	R$ 155,47
214	ANTICORPO ANTI-GLIADINA IGG	7	Und	R$ 25,16	R$ 176,12
215	GLIADINA IGM, ANTICORPO ANTI	7	Und	R$ 29,09	R$ 203,63
216	ACTH - ADRENOCORTICOTROFICO	7	Und	R$ 14,24	R$ 99,68
217	HORMÔNIO ANTI MULLERIANO	4	Und	R$ 126,05	R$ 504,20
218	BETA-2-GLICOPROTEINA I, ANTICORPOS IGG E IGM	5	Und	R$ 188,60	R$ 943,00
219	IGE ESPECÍFICO PARA BLOMIA TROPICALIS (D201)	11	Und	R$ 15,03	R$ 165,33
220	CARDIOLIPINA IGG, AUTO ANTICORPO	11	Und	R$ 19,36	R$ 212,96
221	IGE ESPECÍFICO CORANTE VERMELHO DE COCHONILHA F340	11	Und	R$ 15,09	R$ 165,99
222	ESTRIOL LIVRE	11	Und	R$ 22,77	R$ 250,47
223	GALACTOSE TOTAL-NEO	11	Und	R$ 21,70	R$ 238,70
224	HCG SUB-UNIDADE BETA QUANTITATIVO	7	Und	R$ 23,10	R$ 161,70
225	MÚSCULO LISO, ANTICORPOS ANTI ASMA	7	Und	R$ 22,55	R$ 157,85
226	RAST OVO, CLARA (F1)	7	Und	R$ 12,93	R$ 90,51
227	IGE ESPECÍFICO PARA GEMA DE OVO (F75)	7	Und	R$ 16,20	R$ 113,40
228	PESQUISA PARA AMEBA 1ª AMOSTRA	21	Und	R$ 4,05	R$ 85,05
229	PESQUISA PARA GIARDIA 1ª AMOSTRA	21	Und	R$ 4,05	R$ 85,05
230	RESERVA ALCALINA - BICARBONATO	11	Und	R$ 10,69	R$ 117,59
231	RNP, AUTO ANTICORPOS ANTI	7	Und	R$ 20,34	R$ 142,38
232	SANGUE OCULTO 2ª AMOSTRA	7	Und	R$ 14,28	R$ 99,96
233	SANGUE OCULTO 3ª AMOSTRA	7	Und	R$ 14,10	R$ 98,70
234	IGE ESPECÍFICO PARA ACARUS SIRO (D70) - QUIMIOL	11	Und	R$ 15,09	R$ 165,99
235	ALFA-1-GLICOPROTEÍNA ÁCIDA	21	Und	R$ 11,31	R$ 237,51
236	ANTITROMBINA III	18	Und	R$ 25,35	R$ 456,30
237	CA 15-3	28	Und	R$ 14,32	R$ 400,96
238	RAST CACAU (F93)	42	Und	R$ 14,94	R$ 627,48
239	CALCITONINA	8	Und	R$ 28,09	R$ 224,72
240	RAST CAMARÃO (F24)	11	Und	R$ 14,94	R$ 164,34
241	CHUMBO (SANGUE)	21	Und	R$ 25,17	R$ 528,57
242	CHAGAS - ANTICORPOS IGM - IFI (CHAMI)	35	Und	R$ 13,60	R$ 476,00
243	CHAGAS - ANTICORPOS IGG - IFI (CHAIF)	35	Und	R$ 14,13	R$ 494,55
244	COPROCULTURA	14	Und	R$ 19,77	R$ 276,78
245	CULTURA DE OROFARINGE	14	Und	R$ 24,75	R$ 346,50
246	ESPERMOGRAMA	4	Und	R$ 83,50	R$ 334,00
247	IGE ESP - ALIMENTOS - CHOCOLATE-F105	21	Und	R$ 14,96	R$ 314,16
248	CADEIA KAPPA/LAMBDA LEVE	3	Und	R$ 108,60	R$ 325,80

	LIVRE				
249	MUTAÇÃO NO GENE DA PROTROMBINA	3	Und	R$ 115,40	R$ 346,20
250	GLICOSE APÓS 75G DEXTROSE	28	Und	R$ 8,97	R$ 251,16
251	HCG-BETA (MASCULINO)	14	Und	R$ 10,20	R$ 142,80
252	HEPATITE C - ANTI - URGÊNCIA - TESTE RÁPIDO	21	Und	R$ 9,83	R$ 206,43
253	HEMOCULTURA 1ª AMOSTRA	14	Und	R$ 21,69	R$ 303,66
254	ANTÍGENO HELICOBACTER PYLORI	11	Und	R$ 67,98	R$ 747,78
255	RAST POLENS DE GRAMINEAS (GX2)	14	Und	R$ 14,74	R$ 206,36
256	PROTEINURIA DE 24 HORAS	60	Und	R$ 4,50	R$ 270,00
257	RAST TARTRAZINA (COR.AMARELO)	18	Und	R$ 15,58	R$ 280,44
258	TEMPO DE COAGULAÇÃO	100	Und	R$ 2,93	R$ 293,00
259	CLOSTRIDIUM DIFFICILE - TOXINA A E B	3	Und	R$ 96,16	R$ 288,48
260	TEMPO DE SANGRAMENTO	28	Und	R$ 2,84	R$ 79,52
261	VDRL	60	Und	R$ 5,21	R$ 312,60
262	VITAMINA E	4	Und	R$ 59,09	R$ 236,36
263	ANTICORPO ANTI-LKM1	4	Und	R$ 41,45	R$ 165,80
264	HEPATITE B - ANTÍGENO AUSTRÁLIA (AU- HBSAG) - URGÊNCIA TESTE RÁPIDO	35	Und	R$ 10,91	R$ 381,85
265	APOLIPOPROTEINA A-1	7	Und	R$ 15,80	R$ 110,60
266	APOLIPOPROTEINA B	6	Und	R$ 16,42	R$ 98,52
267	SACCHAROMYCES CEREVISIAE, ANTICORPOS IGG E IGA	2	Und	R$ 105,65	R$ 211,30
268	ANTICORPOS IGA ANTI BETA 2 GLICOPROTEÍNA 1 [B2GP1]	1	Und	R$ 311,00	R$ 311,00
269	BACTERIOSCOPIA (GRAM, ZIEHL, ALBERT, ETC) POR LÂMI	14	Und	R$ 21,80	R$ 305,20
270	MICROFLORA - GRAM - BACTEROSCOPIA	4	Und	R$ 21,94	R$ 87,76
271	CÁLCIO URINÁRIO DE 24 HORAS	28	Und	R$ 2,66	R$ 74,48
272	CA 72-4	11	Und	R$ 31,75	R$ 349,25
273	ANTICORPO ANTI-CENTROMERO	11	Und	R$ 21,53	R$ 236,83
274	CERULOPLASMINA	7	Und	R$ 13,27	R$ 92,89
275	COOMBS INDIRETO	18	Und	R$ 8,47	R$ 152,46
276	SARS COV-2, ANTICORPOS IGM [COVIGM]	1	Und	R$ 194,10	R$ 194,10
277	ESTUDO GENÉTICO DAS MICRODELEÇÕES NO CROMOSSOMO Y	1	Und	R$ 440,60	R$ 440,60
278	CURVA INSULINICA DE 3 HORAS	7	Und	R$ 26,10	R$ 182,70
279	IGE PARA NDER P1 DERMATOPHAGOIDES PTERONISSINUS	8	Und	R$ 22,87	R$ 182,96
280	IGE ESPECÍFICO PARA GLYCYPHAGUS DOMESTICUS (D73)	8	Und	R$ 15,07	R$ 120,56

281	DENGUE ANTICORPO IGG - IMUNOENSAIO	18	Und	R$ 43,13	R$ 776,34
282	TESTE DE PATERNIDADE DUO (DNA) - SOMENTE PRODNA	2	Und	R$ 393,13	R$ 786,26
283	ENZIMA CONVERSORA DA ANGIOTENSINA	7	Und	R$ 22,86	R$ 160,02
284	ELETROFORESE DE LIPOPROTEÍNAS	7	Und	R$ 20,76	R$ 145,32
285	ERITROPOIETINA [ERITRO]	6	Und	R$ 42,90	R$ 257,40
286	ELETROFORESE DE PROTEÍNAS - URINA RECENTE [ETP-UR]	1	Und	R$ 149,10	R$ 149,10
287	IGE MULTIPLO - EX2	8	Und	R$ 15,07	R$ 120,56
288	FOSFOLIPIDES	3	Und	R$ 61,20	R$ 183,60
289	IGE MULTIPLO (FX1)	7	Und	R$ 15,35	R$ 107,45
290	IGE MÚLTIPLO (FX5)-CLARA LEIT BACALH TRIG SOJA AME	4	Und	R$ 15,40	R$ 61,60
291	HAPTOGLOBINA	7	Und	R$ 10,12	R$ 70,84
292	HEPATITE A - ANTICORPOS IGG	7	Und	R$ 32,70	R$ 228,90
293	HEPATITE A - ANTICORPOS IGM	7	Und	R$ 26,30	R$ 184,10
294	PCR PARA HBV, QUANTITATIVO EM TEMPO REAL	1	Und	R$ 173,40	R$ 173,40
295	HEMOCULTURA 2ª AMOSTRA	7	Und	R$ 21,95	R$ 153,65
296	HEMOCULTURA 3ª AMOSTRA	7	Und	R$ 21,95	R$ 153,65
297	ESTUDO GENÉTICO DA HEMOCROMATOSE PLUS	1	Und	R$ 179,75	R$ 179,75
298	HORMÔNIO DE CRESCIMENTO (GH) [HGH]	7	Und	R$ 15,32	R$ 107,24
299	INTERFERON GAMMA - QUANTIFERON TB - IG-TBG - PARDIN	1	Und	R$ 327,50	R$ 327,50
300	IMUNOFIXAÇÃO DE PROTEÍNAS SÉRICAS - QUALITATIVO	1	Und	R$ 145,35	R$ 145,35
301	INDICAN, PESQUISA	21	Und	R$ 4,48	R$ 94,08
302	PESQUISA DA MUTACAO V617F NO GENE JAK2 - QUALIT.	1	Und	R$ 369,10	R$ 369,10
303	LACTATO (ÁCIDO LÁCTICO)	11	Und	R$ 5,08	R$ 55,88
304	RAST LATEX (K82)	11	Und	R$ 14,97	R$ 164,67
305	LEVEDURAS, PESQUISA DE	11	Und	R$ 3,00	R$ 33,00
306	ANTICORPOS IGG ANTI BORRELIA BURGDORFERI - LYME	1	Und	R$ 112,52	R$ 112,52
307	ANTICORPOS IGM ANTI BORRELIA BURGDORFERI - LYME	1	Und	R$ 112,52	R$ 112,52
308	MANGANÊS URINÁRIO	6	Und	R$ 30,00	R$ 180,00
309	MERCÚRIO (SANGUE)	3	Und	R$ 29,93	R$ 89,79
310	METANEFRINAS PLASMÁTICAS [METANF]	1	Und	R$ 176,50	R$ 176,50
311	TESTE DE PATERNIDADE DUO	1	Und	R$ 373,90	R$ 373,90
312	RAST PERNILONGO, AEDDIS COMMUM (I71)	11	Und	R$ 14,97	R$ 164,67
313	PROTEINA S LIVRE	1	Und	R$ 143,18	R$ 143,18

314	PROTEÍNA S ANTIGÊNICA TOTAL [PS-ATT]	1	Und	R$ 254,60	R$ 254,60
315	RELAÇÃO ALDOSTERONA RENINA	1	Und	R$ 89,15	R$ 89,15
316	ANTI-ESCLERODERMA (SCL 70)	4	Und	R$ 25,54	R$ 102,16
317	SEROTONINA	7	Und	R$ 25,12	R$ 175,84
318	TREPONEMA PALLIDUM, ANTICORPOS TOTAIS [SIF-G]	14	Und	R$ 22,96	R$ 321,44
319	RAST SOJA, GRÃO (F14)	7	Und	R$ 14,79	R$ 103,53
320	SUBSTANCIAS REDUTORAS	7	Und	R$ 5,68	R$ 39,76
321	T3- REVERSO	4	Und	R$ 61,65	R$ 246,60
322	IGE ESPECÍFICO PARA TRIGO (F4)	11	Und	R$ 14,97	R$ 164,67
323	TROPONINA I ALTA SENSIBILIDADE- PROLAB	11	Und	R$ 21,97	R$ 241,67
324	RELAÇÃO UREIA/CREATININA-AMOSTRA ISOLADA	4	Und	R$ 12,35	R$ 49,40
325	VITAMINA K	7	Und	R$ 105,43	R$ 738,01

2.1 Os serviços do objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

2.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021

2.3 O objeto deste termo de referência enquadra-se como bem contínuo, uma vez que, é uma necessidade permanente da administração.

3. PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

3.1 O prazo de vigência da contratação é de um ano contado da data da assinatura, sendo prorrogável na forma do artigo 107 da Lei Federal 14.133/2021.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Os exames laboratoriais são essenciais na prática médica, pois auxiliam no diagnóstico preciso de doenças, no monitoramento da saúde, na avaliação da eficácia de tratamentos e na detecção precoce de alterações antes do surgimento de sintomas. Também são fundamentais em avaliações preventivas, pré-operatórias e ocupacionais, contribuindo para a segurança do paciente e a promoção de uma melhor qualidade de vida.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de análises clínicas, compreendendo a realização de exames laboratoriais

de baixa, média e alta complexidade para atendimento aos usuários da rede municipal de saúde de Maetinga.

Sob o aspecto técnico, a contratação assegura a utilização de equipamentos automatizados, metodologias validadas pelos órgãos de vigilância sanitária, corpo técnico habilitado e sistema de gestão laboratorial capaz de garantir a rastreabilidade dos processos e a integração de resultados, assegurando a precisão e a confiabilidade dos laudos emitidos para suporte ao diagnóstico clínico.

Do ponto de vista operacional, a solução contempla a logística de coleta, processamento de amostras biológicas e a entrega célere dos resultados via interface digital, reduzindo o tempo de espera dos pacientes e otimizando o fluxo de atendimento nas unidades de saúde da Secretaria Municipal de Saúde. O modelo operacional privilegia a continuidade do serviço, prevendo a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, bem como o fornecimento ininterrupto de reagentes e insumos necessários.

Sob a ótica econômico-financeira, a opção pela contratação de empresa especializada revela-se vantajosa por mitigar os riscos e os custos elevados inerentes à manutenção de uma estrutura laboratorial própria, como a aquisição de equipamentos de alto custo, contratação de pessoal especializado e gestão complexa de resíduos de serviços de saúde. O formato da contratação permite que o município pague apenas pela demanda efetivamente executada, conferindo maior eficiência ao gasto público e viabilizando o controle orçamentário conforme a real necessidade da rede de atenção básica e especializada.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para atendimento da necessidade identificada, a contratação deverá observar, no mínimo, os seguintes requisitos:

Requisitos técnicos

a) A contratada deverá possuir capacidade técnica e operacional para execução de exames laboratoriais de análises clínicas compatíveis com a demanda estimada pela Secretaria Municipal de Saúde, abrangendo, quando solicitado, exames de rotina e exames complementares de apoio diagnóstico.

b) Os exames deverão ser realizados em laboratório regularmente habilitado, com responsabilidade técnica de profissional legalmente habilitado e com registro vigente

junto ao respectivo conselho profissional competente.

c) A execução dos exames deverá observar integralmente as normas sanitárias, regulatórias e técnicas aplicáveis, inclusive as exigências da vigilância sanitária, boas práticas laboratoriais e demais disposições pertinentes ao setor.

d) A contratada deverá disponibilizar estrutura física, equipamentos, insumos, reagentes, materiais e sistema de controle de qualidade suficientes para assegurar precisão, rastreabilidade, reprodutibilidade e segurança dos resultados.

e) Os equipamentos utilizados deverão estar calibrados, validados e submetidos a manutenção preventiva e corretiva periódica, com comprovação documental quando solicitada pela Administração.

f) Os laudos deverão conter identificação do paciente, identificação do exame, metodologia utilizada quando aplicável, data de coleta, data de liberação, resultados, valores de referência e identificação do responsável técnico.

g) Os resultados deverão ser emitidos em meio físico e/ou eletrônico, conforme necessidade da Administração, com garantia de integridade, sigilo e disponibilidade dentro dos prazos estabelecidos.

h) A contratada deverá possuir capacidade de processamento compatível com a demanda estimada, sem comprometimento da qualidade e dos prazos de entrega dos resultados.

i) Quando houver coleta externa, a contratada deverá assegurar transporte adequado das amostras, com observância das condições de conservação, tempo de deslocamento e integridade biológica, evitando perdas e inconformidades.

j) Caso haja necessidade de exames específicos ou especializados não executados em sua estrutura própria, a contratada somente poderá subcontratar ou encaminhar a terceiros se houver previsão contratual e autorização da Administração, permanecendo integralmente responsável pela qualidade, prazo e resultado final.

Requisitos operacionais

a) A contratada deverá atender a demanda da rede municipal de saúde de forma contínua, com capacidade de absorver variações sazonais e picos de solicitação sem interrupção da prestação do serviço.

b) O atendimento aos usuários deverá ocorrer em local de fácil acesso, em condições adequadas de acolhimento, higiene, organização, privacidade e segurança.

c) A contratada deverá dispor de sistema eficiente de agendamento, coleta, processamento e entrega de resultados, de modo a reduzir filas de espera e assegurar

fluxo adequado ao usuário.

d) Os prazos de execução e entrega dos resultados deverão ser compatíveis com a natureza de cada exame, especialmente nos casos que demandem maior urgência clínica, conforme definição da Secretaria Municipal de Saúde.

e) A contratada deverá manter canal de comunicação apto a resolver intercorrências, esclarecimentos e solicitações da fiscalização contratual, com resposta tempestiva.

f) Deverá ser assegurado o sigilo das informações dos pacientes, bem como o tratamento adequado dos dados pessoais, em conformidade com a legislação vigente.

g) A contratada deverá manter controle de identificação das amostras desde a coleta até a emissão do laudo, evitando trocas, perdas ou inconsistências.

h) Deverá ser garantida a substituição de eventual falha operacional sem ônus adicional para a Administração, inclusive em casos de repetição de exame por não conformidade atribuível à contratada.

i) A contratada deverá manter equipe compatível com o volume de atendimento, em número suficiente e com qualificação adequada para coleta, processamento, análise e liberação dos exames.

j) A prestação dos serviços deverá ser acompanhada por fiscalização da Administração, com disponibilização das informações necessárias à verificação do cumprimento contratual.

Requisitos funcionais

a) A contratação deverá contemplar a realização dos exames laboratoriais indicados pela rede municipal de saúde, de acordo com a programação assistencial e a demanda efetivamente encaminhada.

b) O serviço deverá permitir atendimento a pacientes encaminhados pelas unidades de saúde do Município, inclusive para fins de diagnóstico, acompanhamento terapêutico, monitoramento de condições crônicas e apoio à atenção preventiva.

c) Os resultados deverão apoiar a conduta clínica em tempo oportuno, de forma a contribuir para a continuidade do cuidado e a tomada de decisão pela equipe de saúde.

d) A prestação do serviço deverá assegurar padronização dos procedimentos, desde a coleta até a liberação dos laudos, de modo a minimizar erros e retrabalho.

e) A contratada deverá possibilitar a rastreabilidade dos exames por meio de protocolo, identificação única ou outro mecanismo equivalente que permita a conferência pelo usuário e pela Administração.

f) Deverá ser garantida a entrega dos resultados em formato inteligível e compatível com a necessidade da rede pública municipal de saúde.

g) O serviço deverá contribuir para a redução da demanda reprimida, observando a priorização de casos conforme critérios clínicos definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

h) A contratação não deverá impor restrições indevidas ao acesso dos usuários, devendo preservar a universalidade do atendimento na forma definida pelo Município.

Requisitos de sustentabilidade

a) A execução dos serviços deverá priorizar o uso racional de insumos, reagentes, água e energia, sem prejuízo da qualidade e da segurança dos exames.

b) A contratada deverá adotar práticas de gestão e descarte adequado de resíduos de serviços de saúde, observando a legislação ambiental e sanitária aplicável.

c) Sempre que possível, deverão ser utilizados materiais e insumos com menor impacto ambiental, desde que atendidos os requisitos técnicos e de desempenho.

d) A contratada deverá dispor de rotinas para minimização de desperdícios decorrentes de vencimento de insumos, repetição de exames por falha operacional e descarte inadequado de materiais.

e) Os resíduos gerados no processo laboratorial deverão receber acondicionamento, segregação, transporte interno e destinação final em conformidade com as normas vigentes.

f) Deverão ser priorizados meios eletrônicos para transmissão de resultados e comunicações, quando viável, reduzindo uso de papel e contribuindo para maior eficiência administrativa.

Os requisitos acima são os necessários e suficientes para assegurar a adequada contratação dos exames laboratoriais, com ampliação do acesso, redução do tempo de espera, garantia de qualidade diagnóstica e atendimento aos princípios de eficiência, economicidade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução dos serviços será realizada de forma parcelada, conforme a demanda da Secretaria Municipal de Saúde e mediante encaminhamento dos pacientes devidamente autorizados pela Administração.

Os exames serão realizados por estabelecimento devidamente habilitado e regularizado perante os órgãos competentes, observadas as normas sanitárias, técnicas e profissionais aplicáveis.

O atendimento será realizado mediante apresentação da solicitação médica ou requisição de exame emitida pela rede municipal de saúde e da autorização correspondente, quando exigida.

A contratada deverá realizar a conferência da documentação apresentada e proceder ao atendimento do paciente, observando as orientações necessárias para a adequada realização de cada exame.

A coleta de material biológico deverá ser realizada por profissionais devidamente habilitados, em instalações apropriadas e em condições adequadas de higiene, segurança e biossegurança.

Caberá à contratada fornecer todos os materiais, insumos, equipamentos, reagentes e demais recursos necessários à execução dos exames, sem qualquer custo adicional para o Município.

Os materiais coletados deverão ser devidamente identificados, acondicionados, armazenados e processados de acordo com as normas técnicas aplicáveis, garantindo sua integridade e a confiabilidade dos resultados.

Os resultados dos exames deverão ser disponibilizados ao paciente e/ou à Secretaria Municipal de Saúde, preferencialmente por meio eletrônico, sem prejuízo da disponibilização física quando solicitada.

Os laudos deverão conter a identificação do paciente, a descrição do exame realizado, os resultados obtidos e os respectivos valores de referência, quando aplicáveis.

Os resultados deverão ser disponibilizados dentro dos prazos estabelecidos no Termo de Referência, considerando a natureza e a complexidade de cada exame.

Nos casos de resultado inconclusivo, incompatível ou que necessite de confirmação, a contratada deverá adotar as providências técnicas necessárias, inclusive a repetição do exame quando cabível, sem custo adicional para o Município quando decorrente de falha na execução do serviço.

A contratada deverá manter registros dos exames realizados, possibilitando o acompanhamento e a fiscalização dos serviços pela Administração.

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Administração, que verificará o cumprimento das condições estabelecidas no contrato.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Caberá ao Fiscal de Contrato:

Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

Caberá ao Gestor do Contrato:

Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais

Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal de contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações

Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

O fiscal e o gestor do serão indicados no contrato que será firmado entre a administração e a empresa contratada.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTOS

Recebimento:

A conferência dos itens será realizada comparando a quantidade solicitada com a quantidade entregue pela empresa, bem como se os produtos atende as especificações da solicitação.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Caso a administração identifique alguma ocorrência, o trâmite de pagamento só será iniciado após a sua resolução.

Pagamento:

O pagamento, desde que observadas pela contratada às exigências constantes neste edital, se dará integralmente em até 30 (trinta) dias após o efetivo fornecimento com a aceitação na Nota Fiscal. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados. No caso de aplicação de alguma multa o pagamento ficará sobrestado até a integral quitação da mesma. A contratante poderá se assim entender, descontar o valor de multas por ventura aplicadas, em quaisquer pagamentos que realizar à contratada.

10. CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DOS FORNECEDORES

Considerando que o processo de contratação acontecerá através de credenciamento, administração municipal credenciará todos os fornecedores que apresentarem a documentação em conformidade com o edital, e logo estarão aptos a atender a demanda da administração.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Após a realização da pesquisa a estimativa da contratação é de R$ 334.535,86 (Trezentos e Trinta e Quatro Mil, Quinhentos e Cinquenta e Três Reais e Oitenta e Seis Centavos).

12. PREVISÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Conforme minuta do contrato.

Kátia Silva Meira
Secretaria Municipal de Saúde

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

OBJETO:

A (nome da empresa)..... CNPJ, nº. ....., com sede à ....., declara, sob as penas da lei, o pleno conhecimento de todas as informações e das condições para cumprimento das obrigações objeto da licitação e atendimento as exigências de habilitação, ciente das sanções factíveis a serem aplicadas conforme a lei 14.133/2021.

Data e Local,

_____

(Nome completo, assinatura do representante legal da empresa e carimbo da empresa)

(Identificação)

R. G. n.º XX.XXX.XXX-X SSP/XX e CPF n.º XXX.XXX.XXX-XX

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO

OBJETO:

(NOME DA EMPRESA E QUALIFICAÇÃO DA MESMA COM CNPJ, ENDEREÇO, etc.), DECLARA, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Data e Local,

_____

(Nome completo, assinatura do representante legal da empresa e carimbo da empresa)

(Identificação)

R. G. n.º XX.XXX.XXX-X SSP/XX e CPF n.º XXX.XXX.XXX-XX

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ACEITE AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MAETINGA

REF: Edital de Credenciamento nº xxx/xxxx

De acordo com edital de credenciamento nº xxx/xxxx declaro que:

a) Aceita as condições estabelecidas neste edital;

b) Tem pleno conhecimento da tabela de valores;

c) Fornecera documentação complementar em caso de solicitação;

d) Assume inteira responsabilidade pela prestação dos serviços e se sujeita a todas condições do presente edital;

e) Responderá pela veracidade das informações constantes da documentação e proposta que apresentar;

Data e Local,

_____

(Nome completo, assinatura do representante legal da empresa e carimbo da empresa)

(Identificação)

R. G. n.º XX.XXX.XXX-X SSP/XX e CPF n.º XXX.XXX.XXX-XX

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

ANEXO V

INDICAÇÃO DOS ITENS QUE SE PRETENDE CREDENCIAR

OBJETO:

A (nome da empresa)..... CNPJ/CPF nº. ....., com sede à ....., informa que pretende se credenciar aos seguintes itens:

Data e Local,

_____

(Nome completo, assinatura do representante legal da empresa e carimbo da empresa)

(Identificação)

R. G. n.º XX.XXX.XXX-X SSP/XX e CPF n.º XXX.XXX.XXX-XX

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO MENOR

OBJETO:

(NOME DA EMPRESA E QUALIFICAÇÃO DA MESMA COM CNPJ, ENDEREÇO, etc.), **DECLARA** que não possui em seu quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal de 1988;

Data e Local,

_____

(Nome completo, assinatura do representante legal da empresa e carimbo da empresa)

(Identificação)

R. G. n.º XX.XXX.XXX-X SSP/XX e CPF n.º XXX.XXX.XXX-XX

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

OBJETO:

_____, inscrito no CNPJ sob o n.°_____, DECLARA, sob as penas da lei que se enquadra na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e que se encontra sob o regime da Lei Complementar nº 123/2006, fazendo jus aos benefícios conferidos pela referida lei.

Data e Local,

_____

(Nome completo, assinatura do representante legal da empresa e carimbo da empresa)
(Identificação)

R. G. n.º XX.XXX.XXX-X SSP/XX e CPF n.º XXX.XXX.XXX-XX

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DOS IMPEDIMENTOS PREVISTOS NO §4º, ART. 3º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.

(Papel timbrado da empresa)

OBJETO:

_____, inscrito no CNPJ sob o n.°_____, DECLARA, sob as penas da lei que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006.

Data e Local,

_____

(Nome completo, assinatura do representante legal da empresa e carimbo da empresa)

(Identificação)

R. G. n.º XX.XXX.XXX-X SSP/XX e CPF n.º XXX.XXX.XXX-XX

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO SE ENQUADRA NA HIPÓTESE DO § 10, DO ART. 3º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.

(Papel timbrado da empresa)

OBJETO:

_____, inscrito no CNPJ sob o n.°_____, DECLARA, sob as penas da lei que não se enquadra na hipótese do §10, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006.

Data e Local,

_____

(Nome completo, assinatura do representante legal da empresa e carimbo da empresa)

(Identificação)

R. G. n. º XX.XXX.XXX-X SSP/XX e CPF n. º XXX.XXX.XXX-XX

ANEXO X

MINUTA DO CONTRATO Nº. /2026

PROCESSO DE INEXIGIBILIDA Nº. XXX/XXXX

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. XXXX/2026

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE MAETINGA, E DE OUTRO xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE MAETINGA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 13.751.102/0001-90, situada na Naomar Alcântara, 338 – Centro, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal **SERGIO BARROS MOREIRA,** brasileiro, portador do CPF n° XXX.XXX.XXX-XX e RG. N°. XXXXXXXXXXX SSP/BA, residente à XXXXXXXXXXXXXX, nº XXX - Bairro XXXXXXXXX, Maetinga Estado da Bahia, e de outro lado a empresa, _____, sediada _____, nº __, Estado _____, cadastrada no CNPJ do Ministério da Fazenda sob o nº _____, adiante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, na qualidade de _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da cédula de identidade RG n° _____, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado _____ e do CPF/MF _____, residente _____, nº __, cidade _____, Estado _____, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, decorrente *do* **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

I. **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para xxxxxxxx **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx,** de acordo com as especificações e detalhamentos do Termo de Referência, passam a integrar este instrumento.

1.2. Objeto de contratação;

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/MODELO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2. O Edital de Licitação, a Autorização de Contratação Direta;

1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados do (a) ....., na forma do artigo 107 da Lei n° 14.133/2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Dotação Orçamentária			
Unidade Gestora	*Fonte*	**Projeto/Atividade**	**Elemento de Despesa**

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O valor mensal da contratação é de R$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R$ ..... (....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais

e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.5. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.6. O pagamento será efetuado pela Secretaria Municipal de Finança, com **CRÉDITO NA CONTA BANCÁRIA DA CONTRATADA – CONTA CORRENTE Nº xxxxxx AGÊNCIA Nº xxxxx BANCO DO xxxx.**

5.7. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.8. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.9. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.10. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) O prazo de validade;

b) A data da emissão;

c) Os dados do contrato e do órgão contratante;

d) O período respectivo de execução do contrato;

e) O valor a pagar; e

f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.12. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao

referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.19. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

5.20. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.21. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

5.22. O reajuste será realizado por apostilamento.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES PARA A ENTREGA DOS PRODUTOS, VIGÊNCIA E FISCAL DO CONTRATO.

6.1. O prazo máximo para início das atividades é de 24 (VINTE E QUATRO) HORAS após a emissão da Autorização de Serviço emitida pela **Secretaria Municipal de xxxxxx** e a vigência será da data de sua assinatura pelo período de 01 (um) ano.

6.2. O presente contrato será acompanhando e fiscalizado pelo o **Sr. (a) xxxx Matrícula xxxx servidor Público do Município de Maetinga, lotado na Secretaria de xxxxxxxxx devidamente designado pela Administração Pública em atendimento ao Art. 7 da Lei nº 14.133/2021.**

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

7.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

7.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

7.5. O representante da **Secretaria M. xxxxxxxx** anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.5. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.1.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.1.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.1.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.1.13. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.1.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.1.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. São obrigações do Contratante:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber os serviços no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas nos serviços fornecidos, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente a prestação dos serviços, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

9.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

9.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de *01 (um) mês* para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato;

b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa à inexecução total do contrato;

d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade;

f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

g) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

h) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

i) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

j) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

k) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

a) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

d) **Multa;**

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

10.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

10.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para o Contratante;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

10.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

10.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de

publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O **CONTRATADO** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. As partes elegem o Foro da cidade de Maetinga, Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

15.2. E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas, que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Maetinga (BA) ____de _____de_____

SERGIO BARROS MOREIRA
PREFEITO MUNICIPAL
PREFEITURA M. DE MAETINGA-BA

XXXXXXXXXX
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE XXXX
FUNDO MUNICIPAL DE XXX

PREFEITURA MUNICIPAL MAETINGA CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

XXXXXXXXXX - CONTRATADO
(REPRESENTANTE)

ESTEMUNHAS:

NOME:

RG nº _____ CPF nº _____

NOME:

RG nº _____ CPF nº _____

Portaria nº 041 de 01 de setembro de 2026.

Dispõe sobre Licença Prêmio ao Servidor Público Municipal Eloane Souza Ferreira Monteiro, conforme adiante se especifica.

O Prefeito do Município de Malhada de Pedras, Estado da Bahia, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio a Servidora ELOANE SOUZA FERREIRA MONTEIRO, concursada no cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 03 (três) meses, com início a partir do dia 01/10/2026 e terá término em 01/01/2027.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do prefeito municipal de Malhada de Pedras, Estado da Bahia, em 01 de setembro de 2026.

CARLOS ROBERTO SANTOS DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA
Praça da Bandeira, 07 - Centro - CEP: 46.127-000
CNPJ: 14.106.561/0001-84
E-mail: pmmalhadadepedras@gmail.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

EDITAL DE COMPRA DIRETA Nº 048/2026
FUNDAMENTO LEGAL: INCISO II DO ART. 75 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

I. PROCESSO Nº 209/2026

II. O **MUNICÍPIO DE POÇÕES-BA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade de Poções-Ba, inscrita no CNPN sob o nº 14.242.200/0001-65, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº. 14.133/21, Lei Federal nº. 5.194/66, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decreto Municipal Nº 006/2024 de 08 de Janeiro de 2024 (Regulamenta NLLC), e demais normas e redações aplicáveis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará **Chamamento Público para Dispensa de Licitação**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos dos Artigos. 75 Inciso II, 78 Inciso IV, 82, § 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos neste Edital e seus anexos, objetivando adquirir a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA E HORA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO	**DIA 4/9/2026, ÀS 23:59 HORAS**
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO	licitacaopocoes2021@gmail.com

1. OBJETO

1.1 Constitui objeto deste Chamamento Público para dispensa de licitação/Compra Direta para ***Registro de Preços para Eventual e Futura aquisição de Materiais (plantas ornamentais, mudas de forração e outros materiais de consumo), a fim de atender às demandas das Secretarias Municipais***, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Anexo III - Termo de Referência do Edital/Especificações Gerais da Contratação.

EXIGÊNCIA DE CONTRATO	FORMA DE ENTREGA	TIPO	FORMA DE ADJUDICAÇÃO
SIM	PARCELADA	MENOR PREÇO	GLOBAL

1.2 Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

1.2.1 ANEXO I - Proposta de Preços;
1.2.2 ANEXO II - Declarações Complementares;
1.2.3 ANEXO III – Ata de Registro de Preços
1.2.4 ANEXO IV - Termo de Referência

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. A despesa decorrente do serviço ocorrerá à conta dos seguintes recursos orçamentários:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES
Órgão: 0104 – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
Unidade Orçamentaria: 0401– Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
Atividade/projeto: 2.011 – Manutenção Da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
Órgão: 0109 - Sec. Municipal de Infraestrutura e Serv. Públicos
Unidade Orçamentária: 0901 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serv. Públicos
Atividade/Projeto: 2.064 - Manutenção Da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Público
Atividade/Projeto: 2.065 - Construção, Renovação Urbana e Revitalização do Centro e Praças
Elemento Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Cnsumo
Fonte: 150000000000 – Recursos Não Vinculados de Impostos

Unidade Gestora: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Órgão: 0106 – Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 0601 – Fundo Municipal de Educação de Poções
Atividade/Projeto: 2019 – QSE – Quota Salário Educação
Atividade/Projeto: 2015 – Manutenção da Secretaria de Educação Básica
Atividade/Projeto: 2023 – Manutenção do Ensino Fundamental
Fonte de Recurso: 150010010000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Educação)
Fonte de Recurso: 155000000000 - Transferência do Salário-Educação
Elemento de despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

3. ESPECIFICAÇÃO E VALOR ESTIMADO

3.1. Os preços unitários referenciais, as memórias de cálculo e os documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, estão anexos ao processo administrativo.

4. PRAZO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO

4.1. O presente CHAMAMENTO PÚBLICO ficará ABERTO POR UM PERÍODO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, a partir da data de publicação do AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO/COMPRA DIRETA, sendo que as propostas de preços e documentos de habilitação, deverão ser encaminhados para o endereço eletrônico: **licitacaopocoes2021@gmail.com**, o encaminhamento fazendo referência à **DISPENSA DE LICITAÇÃO** N° **048/2026**.

4.2. Limite para apresentação da Proposta de Preços: 4/9/2026 às 23:59h.

5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar do processo os interessados estabelecidos no País, que atendam a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto pretendido.
5.2. Não poderão participar desta Dispensa de Licitação os interessados:

5.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.
5.2.2. que não atendam às condições deste Edital.
5.2.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
5.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14º da Lei Federal n° 14.133/21;
5.2.5. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão n°746/2014 - TCU Plenário);
5.2.6. Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Pública Municipal, ou, ainda, penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública, nas hipóteses previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei n° 14.133/21.

6. PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A proposta de preços deverá ser apresentada conforme o item 4.1 deste Edital, acompanhada dos documentos de Habilitação de que trata o Item 7 deste Edital.
6.2. A **PROPOSTA DE PREÇOS** deverá ser apresentada na forma do **Anexo I** deste Edital, redigida em papel timbrado do INTERESSADO, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste Edital, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal, devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:

6.2.1. Razão Social, CNPJ, endereço, CEP, telefone/ e-mail e pessoa de contato;
6.2.2. Preços de acordo com os praticados no mercado, em algarismo e por extenso, só reajustáveis na forma da lei, com valores expressos em moeda corrente nacional (R$). Ocorrendo divergência entre o preço em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta este último;
6.2.3. Prazo de validade de proposta não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação, sendo facultado aos proponentes estender tal validade por prazo superior.

6.3. A proposta de preços apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias para a execução do objeto desta Dispensa de Licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder rigorosamente às especificações do objeto, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços.

6.4. Para a correta elaboração da proposta de preços, deverá o INTERESSADO examinar todos os documentos exigidos neste Edital.

6.5. A proposta de preços que não estiver em consonância com as exigências deste Edital será desconsiderada julgando-se pela desclassificação;

6.6. Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários constantes neste Edital.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza não contenham validade.

7.2. Para habilitação desta Dispensa de Licitação será exigida a seguinte documentação:

7.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física);
b) Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
c) Ato constitutivo devidamente registrado no cartório de Registros Civis de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
d) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual-MEI, emitido pela Receita Federal do Brasil, caso o interessado seja um Microempreendedor Individual-MEI.

7.2.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ)** ou **Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)**;
b) Prova de **Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual** e/ou **Municipal**, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
c) Prova de regularidade de débito com a **Fazenda Estadual** e **Fazenda Municipal** quando for o caso, da sede ou do domicílio da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;
d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal do domicílio ou sede da empresa, mediante **Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União** expedida pela Secretaria da Receita;
e) Prova de regularidade de débito para com o **Sistema de Seguridade Social, (INSS)**, e o **Fundo de Garantia, (FGTS)**, a Secretaria da Receita Federal;
f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).**
g) Consulta consolidada em nome do pretenso contratado emitida pelo **Tribunal de Contas da União, relativa aos CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**; **Portal da Transparência; CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**; **Portal da Transparência CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**. ” (NR).

7.2.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:
a) Certidão negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

7.2.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Comprovação de aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de no mínimo 01 (um) Atestados de Capacidade Técnica em nome da empresa, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

b) Em sede de diligência, poderão ser requisitados documentos complementares, no sentido de comprovar o que está sendo afirmado no teor do atestado de qualificação técnica apresentado**.**

7.2.5 DECLARAÇÃO COMPLEMENTAR, CONFORME ANEXO II.

7.3 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.3.1- Homologado o resultado da dispensa, será celebrada a Ata de Registro de Preços, que firmará o compromisso para a eventual e futura contratação entre as partes que terá validade de **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura, podendo a administração, nos termos do Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21 prorrogar o prazo de vigência da ata de registro de preços por 12 (doze) meses, desde que comprovado o preço vantajoso.
7.3.2- O(s) proponente(s) será(ão) convocado(s) para assinatura da Ata de Registro de Preços, via fac-símile, e-mail ou meio equivalente, e terão o prazo de até 05 (cinco) úteis para atendimento podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

7.3.3- - O proponente que, convocado para assinar a ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído, sem prejuízo das penalidades estipulados no item XXXII deste Edital e demais normas legais.
7.3.4- Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
7.3.5- O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no Diário Oficial do Município disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
7.3.6- A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
7.3.7- Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
7.3.8- Após a homologação da dispensa, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

7.3.8.1- dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
7.3.8.2- dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

7.3.9- Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata
7.3.10- - A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
7.3.11- Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

7.3.12- Não será admitida, em hipótese alguma, a adesão de outros órgãos à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

7.4-DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.4.1- O fornecedor terá seu registro de preços poderá ser cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

7.4.1.1- A pedido empresa(s) licitante(s) vencedora(s) quando:

a) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da ARP, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
b) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo do fornecimento, e se a comunicação ocorrer antes da solicitação;

7.4.1.2- Por iniciativa da Procuradoria Administração, quando a(s) empresa(s) vencedora(s) registrada(s):

a) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
b) Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
c) Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
d) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
e) Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na ARP ou nas solicitações dela decorrentes
f) Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as solicitações decorrentes da ARP;
g) Recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
h) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
i) For impedido de licitar e contratar com a Administração;

7.4.2- Em qualquer das hipóteses acima, concluído o Processo Administrativo, a Administração fará o devido cancelamento do respectivo registro de LOTE(s) na ARP, para os casos em que tiver havido fornecimento, ou, no caso de não ter havido fornecimento, convocará os licitantes remanescentes, por ordem de classificação no certame, a fim de proceder ao registro na ARP pelo período de meses remanescentes da vigência da ARP. Quando cabíveis, serão aplicadas as sanções previstas neste Edital e Legislação vigente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8. DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços-ARP serão formalizadas por emissão de autorização de fornecimento, que será feita por fac-símile ou outro meio equivalente; valendo o comprovante do fac-símile ou comprovante de leitura do e-mail como prova do recebimento da convocação.

8.1.1 Além das formas de contratação apresentadas no item anterior (Emissão de Autorização de Fornecimento), caso julgue conveniente, a Administração poderá realizar a contratação através de instrumento contratual;

8.1.2- Os contratos decorrentes da ARP deverão ser assinados dentro do prazo de validade da ARP;

8.1.3 - A(s) licitante(s) vencedora(s) que teve seus preços registrados na ARP oriunda da presente licitação deverá assinar Contrato com a Procuradoria Jurídica do Município, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de notificação (telefônica, fax, escrita ou e-mail) da Administração, onde estarão inclusas todas as condições, obrigações e responsabilidades constantes deste Edital e seus Anexos, imprescindíveis à fiel execução do objeto da licitação, na forma descrita na Lei Federal n.º 14.133/21 e suas

alterações posteriores, sob pena de ser aplicada a penalidade prevista na legislação vigente.

8.1.4 - O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal, dentro do prazo supramencionado, na Procuradoria Jurídica do Município, situada na Sede desta Prefeitura, podendo ser retirado de tal órgão por procurador habilitado para que o representante da(s) licitante(s) vencedora(s) possa(m) assiná-lo;

8.1.5 - Alternativamente a convocação mencionada no subitem **24.1.3**, a Procuradoria Jurídica do Município poderá encaminhar o Contrato, no quantitativo de vias indicado em comunicação, através de correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

8.1.6 - A recusa injustificada da(s) licitante(s) vencedora(s) em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido acarretará a aplicação das penalidades estabelecidas pela Administração Pública;

8.1.7 - No ato da contratação, se for o caso, a(s) licitante(s) vencedora(s) deverá apresentar documento de procuração devidamente reconhecido em Cartório, que habilite o seu representante a assinar o Contrato em nome da(s) licitante(s) vencedora(s);

8.1.8 - Quando a(s) licitante(s) vencedora(s) não apresentar(em) situação regular, no ato da assinatura do primeiro Contrato oriundo da ARP, serão adotadas as seguintes providências:

8.1.8.1 - Observar a lista de licitantes remanescentes e do cadastro de reserva constantes na Ata de Registro de Preços, verificada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital;

8.1.8.2 - Verificar a aceitabilidade da proposta e a habilitação da licitante a que se refere o subitem anterior, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, adjudicado o objeto do certame e convocada para assinar a ARP e celebrar o respectivo contrato;

8.2 - A Contratada obriga-se a aceitar acréscimos ou supressões, mediante solicitação, por escrito, nas mesmas condições deste Contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, Art. 125 da Lei nº 14.133/21.

a) Se por ocasião da formalização do contrato, as **Certidões de Regularidade Fiscal** e **Trabalhista** da Adjudicatária estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada;

b) Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 03 (três) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob a pena de a contratação não se realizar.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.2. A EMPRESA não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento das condições para participação desta Dispensa de Licitação.

9.3. Poderá, a Prefeitura Municipal de Poções - Ba, revogar o presente Edital, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

9.4. A Prefeitura Municipal de Poções – Ba, poderá anular o presente Edital, no todo em parte, caso ocorra ilegalidade, de ofício ou por provocação.

9.5. A anulação do procedimento oriundo deste Edital, não gera direito a indenização.

9.6. Após a fase de classificação da proposta, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, e desde que aceito pela Prefeitura Municipal de Poções - Bahia.

9.7. Ao apresentar a proposta de preços, o INTERESSADO declara sob as penalidades da Lei, da inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis por esta CHAMADA PÚBLICA, quer direta ou indiretamente.

9.8. A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação integral e irretratável, por parte do INTERESSADO, das exigências e condições estabelecidas neste Edital e Termo de Referência.

9.9. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicarão a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo de demais sanções cabíveis

Poções-Ba, 1 de agosto de 2026.

Irenilda Cunha de Magalhães
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 048/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 209/2026

ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

OBJETO: Registro de Preços para Eventual e Futura aquisição de Materiais (plantas ornamentais, mudas de forração e outros materiais de consumo), a fim de atender às demandas das Secretarias Municipais.

FORNECEDOR:		**CNPJ:**	
ENDEREÇO:		**CEP:**	**INSC. EST.:**
MUNICIPIO:		**ESTADO:**	**FONE:**
DATA:	**E-MAIL:**		**CONTATO:**
DADOS BANCÁRIOS:			

AO MUNICÍPIO DE POÇÕES-BA
Em atendimento ao Edital da Dispensa de Licitação em epígrafe, apresentamos a seguinte proposta de preços:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNTD	V. UNT	V. TOTAL
1	ÁRVORE DESCRIÇÃO: ÁRVORES VARIADAS EM TORNO DE 2 METRO(PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	10		
2	MOREIAS (MÉDIAS) DESCRIÇÃO: MOREIAS (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	17		
3	BROMÉLIA MÉDIA DESCRIÇÃO: (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	11		
4	TREPADEIRAS DIVERSAS DESCRIÇÃO: (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	14		
5	AZALEIA GRANDE C\FLOR DESCRIÇÃO: (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	10		
6	BOUGAINVILLE BOLA: GRANDE C\FLOR (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	10		
7	BOUGAINVILLE SOMBRINHA DESCRIÇÃO: COM FLOR (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	9		
8	PINHEIRO DE SOL DESCRIÇÃO: (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	14		
9	IXORA MAUI DESCRIÇÃO: COM FLOR (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	55		
10	PLEOMELE GRANDE DESCRIÇÃO: (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	13		
11	DRACENA DESCRIÇÃO: GRANDE (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	13		
12	MUDA: GAZANIA, PEPERONIA, LANTANA (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	56		
13	SEIXOS PEDRA BRANCA KG: INSTALADAS	Und	142		
14	QUARESMEIRA ROXA E ROSA: (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	9		
15	IPE CORES VARIADAS : (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	20		

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

16	GRAMA EM PLACAS (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	M2	1200		

Declaramos que o(s) item(ns) constante(s) desta proposta corresponde(m) exatamente às especificações descritas no Edital da Dispensa de Licitação nº/, às quais aderimos formalmente.

Na oportunidade, caso o objeto desta licitação nos seja adjudicado, indicamos como representante legal para assinatura do Contrato ou para prestar quaisquer informações e esclarecimentos, o(a) Sr.(a)

NOME COMPLETO	
FUNÇÃO	
CPF	
TELEFONE	
ENDEREÇO COMPLETO	
PROFISSÃO	
ESTADO CIVIL	
E-MAIL	

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (noventa) dias.

LOCAL e DATA. _____, ___de _____de 20__.

.....
Assinatura do dirigente (ou representante legal) da empresa Nome do dirigente (ou representante legal) da empresa

OBSERVAÇÕES:
(1) Emitir em papel que identifique o licitante.
(2) A Proposta de preços deverá conter necessariamente todas as especificações técnicas do objeto ofertado, onde não serão aceitas especificações com os dizeres “conforme o edital” ou dizeres semelhantes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 048/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 209/2026

ANEXO II - DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

[Razão Social do Licitante], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [Número do CNPJ do Licitante], sediada na [Endereço Completo], por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) [Nome completo do representante, profissão e estado civil], portador da carteira de identidade nº [número do Registro Geral] e do CPF nº [Número do CPF do representante da Licitante], residente e domiciliado(a) na [Endereço Completo], DECLARA que:

I. Para os devidos fins licitatórios que cumpre as exigências de reserva de cargos para Pessoa com Deficiência — PcD, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, em atenção ao art. 63, inciso IV da Lei n° 14.133/2021.

II. Para os devidos fins licitatórios que não incorrem nos impedimentos para disputa da Dispensa ou execução do contrato de que trata o art. 14 da Lei Federal n° 14.133/2021.

III. Não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de dezesseis anos, conforme disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, ressalvando-se a condição de menor aprendiz, cuja contratação é permitida nos termos da legislação;

IV. Não possui, na cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inc. III do art. 5º da Constituição Federal;

LOCAL e DATA. _____, ____de _____de 20___.

.....
Assinatura do dirigente (ou representante legal) da empresa Nome do dirigente (ou representante legal) da empresa

Obs.: *Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste processo.*

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 048/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 209/2026

ANEXO III – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº ...../2024
PREGÃO ELETRÔNICO- SRP Nº...../2024

Aos ..... dias do mês de ..... de 2023, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES-BA**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça da Bandeira, nº 02, centro, na cidade de Poções, Bahia, naquele Município, inscrita no CNPJ sob o nº 14.242.200/0001-65, neste ato representada por sua Prefeita Municipal, a Sra. ....., brasileiro(a), casado(a), portador(a) da cédula de identidade nº....., emitida pela SSP/.....,inscrito(a) no CPF sob o n° ....., com endereço na....., doravante denominado PREFEITURA, Bahia, neste ato denominada simplesmente **PREFEITURA,** responsável pela **Pregão Eletrônico- SRP nº...../2024**, Processo **Administrativo nº XXXXXX, RESOLVE registrar** os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes as normas constantes na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 006, de 08 de Janeiro de 2024, as especificações técnicas constantes do Processo Administrativo descrito, assim como todas as obrigações e demais condições descritas no Edital, no Termo de Referência, no Contrato e na Proposta de Preços, integram esta Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

1- DO OBJETO o ***Registro de Preços para Eventual e Futura aquisição de material de limpeza para atender às demandas das Secretarias Municipais***, de acordo com as especificações, quantidades estimadas e demais condições constantes no Termo de Referência e no Edital da licitação.
1.1- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

2- O FORNECEDOR CLASSIFICADO É O QUE SE SEGUE:

Empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº ....., com sede na à ..... , na cidade de , UF, representada por seu(sua)procurador(a), **Sr.(a) .....**, brasileiro, estado civil, portador(a) da cédula de identidade RG n.º ....., emitida pela SSP/BA e do CPF/MF n.º ....., residente e domiciliado(a) na ....., na cidade de ....., UF.
Item **XXX**: **XXXX** UNI._____Descrição do Produto_____.
Valor unitário registrado: R$ xxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxx). Valor Total registrado: R$ xxxxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

3- DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.
3.1- O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Lote	Item	Produto	Marca	Valor Unitário R$	Valor Total R$
VALOR TOTAL					

4- VALIDADE DA ATA.

4.1- A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, a partir de, __/__/20__ tendo validade até __/__/20__ , podendo ser prorrogada por igual período nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5- DO CADASTRO RESERVA.
5.1- Se houver empresa participante do certame licitatório que aceite fornecer o item registrado nesta ata pelo mesmo preço do 1º classificado na licitação, esta integrará o Anexo I desta Ata (Cadastro de Reserva), podendo fornecer o referido item apenas nas hipóteses de exclusão do fornecedor classificado em primeiro lugar, de acordo com previsão constante da legislação pertinente.
5.2- As empresas que integrarem o cadastro de reserva somente terão sua proposta, bem como sua documentação habilitatória, analisada, para fins de aceitação e habilitação, quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses mencionadas.

6- DAS OBRIGAÇÕES DO DETENTOR BENEFICIÁRIO DA ATA.
6.1- Os detentores dos preços registrados deverão cumprir o compromisso firmado por intermédio do presente instrumento, nos termos dispostos no Decreto Municipal nº 006, de 08 de janeiro de 2024 e no Edital de Pregão e seus anexos, e cumprir, integralmente, todas as cláusulas e condições constantes dos contratos ou instrumentos equivalentes porventura firmados, sob pena de revogação da presente Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das aplicações das penalidades cabíveis.

7- DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES
7.1- É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

8- DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
8.1-A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couberem, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 006, de 08 de Janeiro de 2024.
8.2- As aquisições ou contratações adicionais por parte de Órgãos Não Participantes, na forma do Decreto Municipal nº 006, de 08 de Janeiro de 2024, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos totais fixados no item 2.1, por item, assim como a totalidade das adesões não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem.
8.3- Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta ata de registro de preços, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de solicitação de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes desta ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e com os Órgãos Participantes de Compra Nacional.

9- DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS
9.1. As condições gerais do fornecimento do produto ou prestação de serviços, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, sanções e demais condições de ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, na minuta de contrato, no Edital da Licitação e na legislação citada em epígrafe.

10- - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
10.1- A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.
10.2- Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais Órgãos participantes (se houver).

11- - DO FORO: O Foro para dirimir questões relativas ao presente Compromisso de Fornecimento será o Foro da Comarca de Poções-Ba, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Poções/Ba .....de.....2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

_____
.....
Prefeita Municipal Contratante

_____
.....
Empresa Contratada

TESTEMUNHAS:
1_____
Nome:
CPF:
2._____
Nome:
CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 048/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 209/2026

ANEXO IV - TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO	**Contratação de empresa para aquisição de Materiais (plantas ornamentais, mudas de forração e outros materiais de consumo), a fim de atender às demandas das Secretarias Municipais.**

1) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação:

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de Materiais (plantas ornamentais, mudas de forração e outros materiais de consumo), a fim de atender às demandas das Secretarias Municipais.

Natureza do Objeto: Objeto de natureza temporária, sendo finalizado com a entrega integral dos itens especificado.

Quantitativos:

O objeto da presente contratação consiste na aquisição de materiais de consumo diversos, compreendendo plantas ornamentais, mudas de forração, insumos vegetais e demais materiais correlatos, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Poções/BA, para utilização em ações de paisagismo, arborização, ornamentação e manutenção de áreas públicas.

A estimativa das quantidades para a presente contratação foi elaborada com base nas demandas apresentadas pela Secretaria Municipal de Educação e pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que levaram em consideração as unidades escolares a serem revitalizadas e as ações de conservação e manutenção dos espaços públicos.

A definição das quantidades ocorreu a partir da consolidação das necessidades informadas pelos setores responsáveis, contemplando a previsão de utilização de plantas ornamentais, mudas de forração e outros materiais de consumo destinados à execução das atividades de paisagismo e embelezamento urbano.

Assim, conclui-se que a quantidade estimada na aquisição de materiais de consumo diversos, compreendendo plantas ornamentais, mudas de forração, insumos vegetais e demais materiais correlatos, é suficiente e adequada para atender às necessidades atuais e futuras das demandas das Secretarias Municipais de

Poções/BA.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNTD
1	ÁRVORE DESCRIÇÃO: ÁRVORES VARIADAS EM TORNO DE 2 METRO(PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	10
2	MOREIAS (MÉDIAS) DESCRIÇÃO: MOREIAS (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	17
3	BROMÉLIA MÉDIA DESCRIÇÃO: (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	11
4	TREPADEIRAS DIVERSAS DESCRIÇÃO: (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	14
5	AZALEIA GRANDE C\FLOR DESCRIÇÃO: (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	10
6	BOUGAINVILLE BOLA: GRANDE C\FLOR (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	10
7	BOUGAINVILLE SOMBRINHA DESCRIÇÃO: COM FLOR (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	9
8	PINHEIRO DE SOL DESCRIÇÃO: (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	14
9	IXORA MAUI DESCRIÇÃO: COM FLOR (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	55
10	PLEOMELE GRANDE DESCRIÇÃO: (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	13
11	DRACENA DESCRIÇÃO: GRANDE (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	13
12	MUDA: GAZANIA, PEPERONIA, LANTANA (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	56
13	SEIXOS PEDRA BRANCA KG: INSTALADAS	Und	142
14	QUARESMEIRA ROXA E ROSA: (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	9
15	IPE CORES VARIADAS : (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	20
16	GRAMA EM PLACAS (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	M2	1200

Prazo do Contrato: O contrato terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, compreendendo as etapas de entrega dos materiais, contábeis e financeiras.

Possibilidade de Prorrogação: Eventuais prorrogações seguirão as disposições da Lei nº 14.133/2021, respeitando as condições e justificativas de interesse público e os limites previstos para a modalidade contratual.

Possibilidade de Renovação do Quantitativo Inicialmente Registrado em Caso de Prorrogação de Vigência da Ata de Registro de Preço: Considerando o Despachon° 00514/2024/DIAQ/SCGP/CGU/AGU e do Parecer n° 00453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU, as eventuais renovações do quantitativo e de vigencia da ata de registro de preço podem ser realizadas desde que a administração municipal identifique os seguintes

pontos:

a) seja comprovado o preço vantajoso;
b) haja previsão expressa no edital e na ata de registro de preços;
c) o tema tenha sido tratado no planejamento da contratação;
d) a prorrogação da ata de registro de preços ocorra dentro do prazo de sua vigência

2) Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar

Para subsidiar a presente contratação, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de analisar as alternativas possíveis de atendimento da demanda e identificar a solução mais vantajosa sob os aspectos técnico e econômico. Foram avaliadas duas possibilidades de execução do objeto:

- Contratação de empresa especializada por meio de Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços (SRP); e

- Contratação de empresa especializada por meio de Dispensa de Licitação com Sistema de Registro de Preços (SRP).

Após análise comparativa, verificou-se que, embora o pregão eletrônico com SRP seja um procedimento adequado para contratações que demandam maior competitividade, no presente caso os valores estimados para aquisição de plantas ornamentais, mudas de forração e outros materiais de consumo são inferiores a R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), limite previsto no inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021 e no decreto nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024, aplicável a outros serviços e compras.

Dessa forma, optou-se pela contratação mediante dispensa de licitação com Sistema de Registro de Preços (SRP), por se tratar da solução técnica e economicamente mais adequada, permitindo a celeridade no atendimento das demandas das Secretarias requisitantes, com racionalização dos custos operacionais e administrativos. O uso do SRP, nesse contexto, possibilita aquisições futuras de forma planejada e fracionada, conforme a necessidade do Município, garantindo maior eficiência e economicidade.

3) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas:

A fundamentação da contratação se baseia no art. 75, II, da Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal 006/2024 de 08 de janeiro de 2024 e no Decreto Nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024,

referindo-se à dispensa de licitação para serviços, com pequena relevância econômica, diante da onerosidade de uma licitação. O Decreto n° 12.343 de 30 de dezembro de 2024, dispoõe sobre a atualização dos valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, passando o valor de R$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil e novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras, contido no art. 75, II, da Lei nº. 14.133/2021, para R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

Considerando que o objeto deste termo se trata de uma contratação rotineira e de conhecimento da Administração, fica dispensada a elaboração de ETP (Estudo Técnico Preliminar) de acordo o art. 29, § 5º:

> "I - é facultada nas hipóteses dos incisos I, II, VII e VIII do art. 75 e do § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021; e
> II - é dispensada na hipótese do inciso III do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, nos casos de prorrogações dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos, bem como nas contratações rotineiras e já conhecidas pela Administração."

A presente contratação fundamenta-se na necessidade administrativa de atender de forma eficiente e contínua às demandas das Secretarias Municipais de Poções/BA quanto ao fornecimento de materiais de consumo, plantas ornamentais, mudas de forração e insumos correlatos, essenciais à execução das atividades de paisagismo, arborização, ornamentação e manutenção de áreas verdes públicas. A gestão adequada desses materiais é indispensável para a preservação ambiental, valorização estética da cidade e melhoria da qualidade de vida da população, além de assegurar a execução regular de programas e projetos municipais voltados à sustentabilidade urbana.

Com base em levantamentos preliminares realizados junto às Secretarias Municipais, os estudos indicam que existem demandas recorrentes e contínuas para aquisição de mudas e demais insumos vegetais, especialmente para manutenção e revitalização de praças, jardins, canteiros, logradouros públicos e áreas de lazer. Tais demandas apresentam variações sazonais, de acordo com eventos públicos, campanhas ambientais, programas de educação ambiental e manutenção periódica de áreas verdes, tornando necessária a contratação de uma empresa especializada que possa atender de forma ágil e padronizada, com garantia de qualidade e segurança no fornecimento.

Além disso, a contratação centralizada permite à Administração Pública obter vantagens econômicas e operacionais, tais como:

- Padronização de espécies e materiais, garantindo uniformidade estética e melhor adaptação das plantas ao ambiente urbano;
- Controle de qualidade técnico, assegurando que os materiais fornecidos atendam às especificações de resistência, durabilidade e adequação ambiental;

- Otimização de recursos públicos, por meio de planejamento prévio e aquisição em maior escala, reduzindo custos unitários;
- Segurança na logística e entrega, evitando interrupções nas atividades das Secretarias por falta de insumos;
- Eficiência na execução das atividades, possibilitando que as equipes municipais realizem os serviços de forma contínua e sem prejuízo aos projetos e programas em andamento.

A necessidade também aponta que a manutenção de estoques internos próprios seria insuficiente, onerosa e de difícil gestão, tornando o fornecimento terceirizado a alternativa mais viável para atender à demanda de forma sustentável e eficiente. A contratação atende, portanto, aos princípios da Administração Pública previstos na Constituição Federal, especialmente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, além de estar em consonância com os dispositivos da Lei nº 14.133/2021, que exigem a justificativa da necessidade e a fundamentação técnica do objeto, garantindo a racionalidade, economicidade e transparência em processos de aquisição pública.

4) Descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto:

A solução proposta para atender à demanda das Secretarias Municipais de Poções/BA contempla todo o ciclo de vida do objeto, desde a aquisição até a utilização final dos materiais, garantindo eficiência, qualidade, sustentabilidade e economicidade. O ciclo de vida do objeto inclui as seguintes etapas:

1. **Planejamento e Programação da Demanda:**

- As Secretarias Municipais realizarão o levantamento das necessidades anuais e sazonais de plantas ornamentais, mudas de forração e demais insumos vegetais;
- Definição de quantitativos estimados, especificações técnicas e cronograma de fornecimento, considerando variações sazonais, projetos em andamento e eventos públicos;

2. **Aquisição e Contratação:**

- Seleção de empresa especializada por meio de procedimento licitatório compatível com a Lei nº 14.133/2021;
- Contratação com definição clara de quantitativos, prazos, condições de entrega, armazenamento e qualidade mínima exigida dos materiais;
- Previsão contratual de fiscalização e acompanhamento pela Administração Municipal, garantindo cumprimento das especificações e prazos.

3. **Fornecimento e Entrega:**

- Entrega dos materiais conforme demanda das Secretarias, podendo ocorrer de forma parcelada;
- Conferência de qualidade e quantidade no recebimento, assegurando que os produtos estejam em conformidade com o especificado;
- Registro documental das entregas, notas fiscais e inspeções, permitindo rastreabilidade e controle administrativo.

4. **Uso e Aplicação dos Materiais:**

- Utilização dos insumos em projetos de paisagismo, arborização, manutenção de jardins, praças, canteiros e demais áreas verdes municipais;
- Adoção de boas práticas ambientais e técnicas de conservação, garantindo a durabilidade e o correto desenvolvimento das plantas;
- Capacitação de equipes municipais, quando necessário, para manejo e plantio adequado dos insumos fornecidos.

5. **Manutenção e Suporte:**

- Acompanhamento periódico das áreas verdes implantadas ou revitalizadas, identificando necessidades de reposição ou complementação de mudas e insumos;
- Garantia de suporte técnico da empresa contratada, caso necessário, para substituição de materiais não conformes ou danos durante o transporte.

6. **Descarte e Sustentabilidade:**

- Implementação de práticas de descarte ambientalmente responsáveis para materiais vegetais danificados ou excedentes;
- Priorização de métodos de compostagem, reciclagem ou reaproveitamento, reduzindo impactos ambientais e promovendo sustentabilidade.

Essa abordagem permite à Administração Municipal assegurar planejamento eficiente, qualidade técnica, continuidade dos serviços e atendimento das demandas públicas de forma sustentável, garantindo que cada etapa do ciclo de vida do objeto seja controlada e acompanhada, minimizando riscos e desperdícios.

5) Requisitos da contratação:

5.1- A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

5.2- Sustentabilidade

5.3- A aquisição dos itens deste Termo de Referência obedecerá aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Guia Nacional de Contrações Sustentáveis, no que couber.

5.4- A contratada deverá atender as condições de habilitação e apresentação de propostas a serem exigidas no Edital, tais como as condições mínimas de qualificação econômica, fiscal, trabalhista e técnica, tudo nos termos mínimos previstos no Capítulo VI da Lei Federal no 14.133/21.

5.5- Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.6- Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

5.7- Todos os serviços prestados devem atender às especificações técnicas elaboradas no Termo de Referência, garantindo qualidade, eficiência e segurança para os usuários.

5.8- A empresa deverá garantir que as entregas sejam realizados dentro dos prazos estabelecidos, com a possibilidade de execução de entregas emergenciais, quando necessário, com prazos reduzidos, sempre que houver urgência comprovada;

5.9- Apresentação de documentação que comprove a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

5.10- Comprovação de capacidade técnica por meio de atestados de desempenho anterior em objetos de mesma natureza, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

5.11- Responsabilizar-se pela entrega dos itens, respondendo por todos os danos, perdas e prejuízos.

5.12 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.13 - Comunicar à Contratante, imediatamente os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto na realização deste objeto com a devida comprovação;

5.14 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas

5.15- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição deaprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

5.16- Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamento de pessoal e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

5.17 – A contratada se responsabiliza por manter o endereço físico e eletrônico para notificações atualizado.

5.18 - Responder por todo e qualquer dano resultantes de omissão, negligência, imprudência, desde quefique

comprovada sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo sua responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pela contratante.

5.19 - Responsabilizar-se por todos os custos que incidam direta ou indiretamente na entrega do serviço.

5.20 - Garantia de Entrega: Mecanismos de garantia de entrega dentro do prazo acordado, com penalidades em caso de atraso não justificado.

5.21 – Caso necessário a utilização de mão de obra para realização do objeto, será de inteira responsabilidade da contratada, devendo ela responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas.

5.22 - Declaração de que a empresa não se encontra em situação de impedimento para contratar com o poder público, conforme previsto na legislação vigente

5.23 - Os itens entregues deverão atender aos padrões de qualidade técnica e precisão exigidos pela Prefeitura Municipal de Poções-BA.

5.24 - Garantia de suporte técnico durante todo o período de vigência contratual.

5.25 - Cumprimento rigoroso dos prazos e condições estipulados pela administração municipal.

5.26 - Se durante a execução do objeto forem identificadas falhas ou irregularidades, a empresa deverá adotar as medidas corretivas imediatas para sanar o problema. A Administração Municipal poderá solicitar ajustes no processo que não atendam aos padrões estabelecidos. A empresa deverá se comprometer a corrigir qualquer falha dentro de um prazo estipulado pela fiscalização e sem qualquer custo a administração municipal.

5.27 - Os materiais fornecidos devem apresentar garantia mínima quanto à sua qualidade e viabilidade para plantio.

5.28 - Os materiais devem ser transportados em condições que preservem sua integridade e qualidade, evitando danos físicos ou contaminação;

5.29 - Plantas ornamentais: devendo apresentar boa adaptação ao clima local, saúde fitossanitária adequada, altura e diâmetro compatíveis com a espécie, e procedência comprovada;

5.30 – Mudas de forração: resistentes, livres de pragas e doenças, com densidade adequada para cobertura de áreas conforme projeto paisagístico;

5.31 - Materiais de consumo correlatos: incluindo substratos, fertilizantes e insumos para plantio e manutenção, em conformidade com normas técnicas vigentes;

5.32 - Todas as espécies devem ser ecologicamente compatíveis e apropriadas ao ambiente urbano;

5.33 - Os quantitativos serão estabelecidos neste Termo de Referência, com base nas demandas estimadas pelas Secretarias;

5.34- Prazos de entrega devem garantir continuidade das atividades municipais sem interrupções;

5.35- A empresa contratada deverá oferecer assistência técnica em caso de não conformidade ou substituição de

itens danificados;

5.36- A empresa contratada deverá apresentar regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, conforme exigências legais;

5.37 - Todos os fornecimentos devem atender às normas ambientais, fitossanitárias e técnicas aplicáveis, inclusive legislações municipais, estaduais e federais;

5.38 - As Secretarias Municipais realizarão fiscalização contínua do fornecimento, verificando quantidade, qualidade e conformidade técnica;

5.39 - Materiais não conformes deverão ser substituídos sem ônus para a Administração;

5.40 - A contratada será responsável por todas as despesas relativas ao transporte, carga e descarga do equipamento;

5.41 – Registro documental das entregas, notas fiscais e inspeções, assegurando transparência e rastreabilidade do processo;

5.42 - Priorização de espécies nativas ou adaptadas, respeitando princípios de sustentabilidade urbana;

5.43 - Reaproveitamento ou destinação ambientalmente correta de materiais danificados ou excedentes;

5.44 - Observância de normas de segurança no manuseio e transporte.

5.46 - O transporte até o local indicado será de responsabilidade da contratada.

5.47 – Os itens ora licitado deverá ser entregue, em até **24 (vinte e quatro) horas** após a emissão da Autorização de Fornecimento, nas quantidades especificadas, rigorosamente dentro das especificações contidas neste Termo de Referência. O prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a entrega das plantas ornamentais, mudas de forração e demais materiais de consumo mostra-se adequado e necessário para garantir a manutenção das atividades de paisagismo e arborização urbana desenvolvidas pela Secretaria Municipal competente. Considerando que se tratam de itens perecíveis e sensíveis às condições climáticas, o tempo reduzido entre a solicitação e a entrega é essencial para assegurar a qualidade e a viabilidade das mudas no momento do plantio, ressalta-se que o prazo reduzido para entrega é necessário pois a admistração não possui local adequado para armazenar os produtos.

Além disso, a entrega em prazo curto evita interrupções nos cronogramas de plantio, revitalização de praças, jardins e áreas públicas, garantindo a continuidade dos serviços e a efetividade das ações planejadas pela Administração. O período de 24 (vinte e quatro) horas é suficiente para que a empresa contratada organize a logística de fornecimento, sem comprometer a qualidade dos produtos e o atendimento às demandas do Município.

5.48 - Caso algum o item seja entregue fora dos padrões especificados ou apresente avaria, a empresa deverá realizar a substituição no prazo máximo de **12 (doze) horass** contados a partir da notificação pela Administração. A substituição deverá ser efetuada sem qualquer custo adicional para a Prefeitura Municipal de Poções – BA, não gerando despesas extras ou ônus à Administração.

5.49 – A empresa contratada deverá realizar a entrega dos itens solicitados no local indicado pela Administração, conforme informado no momento de cada pedido.

5.50 - As entregas poderão ser realizadas de forma fracionada, ou seja, a Administração reserva-se o direito de solicitar quantidades reduzidas dos itens constantes no certame, de acordo com a necessidade de cada unidade requisitante e a disponibilidade orçamentária.

5.51 - Ressalta-se que a Administração não dispõe de local adequado para o armazenamento e a manutenção das plantas adquiridas, uma vez que tais itens demandam condições específicas de conservação — como espaço físico apropriado, iluminação, ventilação e cuidados periódicos, o que inviabiliza o recebimento de grandes quantidades de uma única vez. Dessa forma, as solicitações serão realizadas de modo gradual, conforme a demanda real e a capacidade de acolhimento imediato dos exemplares.

5.52 - Cada pedido será formalizado por meio de Nota de Empenho ou documento equivalente, no qual estarão especificados:

1. Os itens a serem entregues;
2. As quantidades solicitadas;
3. O local e o endereço para entrega;
4. O prazo para cumprimento da entrega.

5.53 - A contratada deverá observar rigorosamente o local e o prazo estipulados em cada pedido, sob pena de aplicação das sanções previstas no instrumento contratual.

6) Modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento:

O presente contrato será executado de forma a garantir que os materiais adquiridos (plantas ornamentais, mudas de forração e insumos correlatos) atendam plenamente às demandas das Secretarias Municipais de Poções/BA, produzindo os resultados pretendidos desde a assinatura até o encerramento do contrato. O modelo de execução contempla as seguintes etapas:

- **Planejamento e Programação Inicial:**

- Após assinatura do contrato, as Secretarias Municipais consolidarão a demanda detalhada de materiais, definindo espécies, quantidades, prazos e locais de entrega;
- Elaboração de cronograma de fornecimento e logística, de forma a alinhar as entregas às atividades de plantio, manutenção e revitalização de áreas verdes.

- **Solicitação e Autorização de Fornecimento:**

- As Secretarias solicitarão os materiais conforme necessidade, por meio de requisição formal;
- A empresa contratada será notificada para fornecer os materiais dentro do prazo acordado, observando as especificações técnicas e quantitativos aprovados.

➢ **Entrega e Conferência:**

- A empresa entregará os materiais nos locais indicados pelas Secretarias;
- A fiscalização da Administração Municipal realizará inspeção de qualidade e quantidade, verificando conformidade com as especificações técnicas;
- Materiais não conformes serão substituídos imediatamente, sem custo adicional para a Administração.

➢ **Uso e Aplicação dos Materiais:**

- As Secretarias farão o plantio, manutenção e utilização dos materiais em projetos de paisagismo, arborização e conservação ambiental;
- O acompanhamento técnico permitirá registrar resultados e necessidades de reposição, garantindo que os objetivos do contrato sejam atendidos.

➢ **Acompanhamento e Fiscalização:**

- O contrato será monitorado continuamente por servidor designado para a fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais, incluindo qualidade, prazo e quantidade de entrega;
- Serão mantidos registros documentais de todas as entregas e inspeções, garantindo transparência e rastreabilidade.

➢ **Gestão de Contrato e Ajustes:**

- Caso haja necessidade de ajustes de quantitativos ou cronogramas, estes serão formalizados por aditivos contratuais ou ordens de fornecimento, desde que respeitados os limites legais e orçamentários;
- A comunicação entre as Secretarias e a empresa será contínua, visando eficiência e solução rápida de problemas.

➢ **Encerramento do Contrato:**

- Ao final do prazo contratual ou de sua eventual prorrogação, será realizada avaliação final da execução, verificando se os resultados pretendidos foram atingidos;
- Serão arquivados todos os registros, notas fiscais e relatórios de fiscalização, assegurando transparência e controle administrativo;
- Caso haja necessidade de manutenção residual ou fornecimento complementar, esta será formalizada conforme avaliação da Administração.

Esse modelo de execução garante que o contrato produza resultados efetivos e mensuráveis, assegurando o fornecimento contínuo e de qualidade, a utilização adequada dos materiais e a conformidade com as normas legais e técnicas aplicáveis.

7) Modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade:

A gestão do presente contrato será conduzida pelas Secretarias Municipais de Poções/BA, garantindo que a execução do fornecimento de plantas ornamentais, mudas de forração e insumos correlatos ocorra de forma eficiente, contínua e conforme as exigências legais e técnicas. O modelo de gestão contempla os seguintes elementos:

- **Responsável pela Gestão e Fiscalização:**

- Gestor: Danillo Bittencour Santos, matrícula n° 7298 e Adão José Luz Filho, matricula n° 6567.
- Fiscal: Laiara Oliveira Teixeira, matrícula n° 7142 e Luana Cunha Silva, matrícula n° 1651.

- **Acompanhamento das Entregas:**

- As entregas serão realizadas conforme cronograma e requisições das Secretarias;
- O fiscal realizará conferência da quantidade, qualidade e especificações técnicas dos materiais entregues, registrando eventuais não conformidades;
- Materiais que não atenderem aos padrões estabelecidos deverão ser substituídos imediatamente, sem ônus para o Município.

- **Controle Documental:**

- Todas as etapas do fornecimento serão registradas, incluindo notas fiscais, ordens de fornecimento, relatórios de inspeção e recibos de entrega;
- Esses documentos servirão para controle administrativo, auditoria interna e prestação de contas, garantindo transparência e rastreabilidade.

- **Gestão de Alterações e Ajustes:**

- Qualquer necessidade de ajuste de quantitativos, prazos ou especificações será formalizada por meio de aditivos ou ordens de fornecimento, respeitando limites legais e orçamentários;

- O gestor e o fiscal manterá comunicação constante com a empresa, garantindo solução rápida de problemas e evitando atrasos na execução.

➢ **Avaliação de Desempenho:**

- Será realizada avaliação periódica do desempenho da empresa, considerando critérios como pontualidade, qualidade dos materiais, atendimento às requisições e suporte técnico;
- Resultados dessa avaliação poderão ser utilizados para decisões futuras sobre prorrogação do contrato ou participação em novas licitações.

➢ **Acompanhamento do Ciclo de Vida do Objeto:**

- O gestor monitorará não apenas a entrega, mas também a utilização efetiva dos materiais nas ações de paisagismo, arborização e manutenção de áreas verdes;
- Serão verificadas práticas de sustentabilidade, conservação e reaproveitamento de insumos, assegurando cumprimento das diretrizes ambientais do Município.

➢ **Encerramento e Relatórios Finais:**

- Ao final do contrato ou de suas prorrogações, será elaborado relatório conclusivo, contendo avaliação geral do fornecimento, qualidade dos materiais, atendimento das demandas e recomendações para futuras contratações;
- Todos os registros e relatórios serão arquivados para prestação de contas e auditoria, garantindo conformidade legal e administrativa.

Esse modelo de gestão assegura que o contrato seja acompanhado de forma contínua, transparente e eficiente, mitigando riscos, garantindo a qualidade dos materiais e o atendimento pleno das demandas das Secretarias Municipais.

8) Critérios de medição e de pagamento:

Para assegurar que a execução do contrato seja transparente, eficiente e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, os critérios de medição e pagamento dos materiais fornecidos (plantas ornamentais, mudas de forração e insumos correlatos) serão os seguintes:

➢ **Medição dos Serviços/Fornecimentos:**

- A medição será realizada pelo fiscal do contrato, responsável por verificar se os materiais entregues estão em conformidade com o quantitativo, qualidade e especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência;
- Cada entrega será registrada em relatório de recebimento, atestando:
  - Quantidade de itens entregues;
  - Condições físicas e fitossanitárias das plantas e insumos;
  - Atendimento às normas ambientais e técnicas vigentes;
  - Local de entrega e data de recebimento.
- Materiais não conformes serão rejeitados e substituídos antes da aceitação formal, sem impacto financeiro para o Município.

➢ **Critério de Aceitação:**

- A aceitação se dará mediante confirmação formal do gestor/fiscal, atestando que os materiais entregues atendem às exigências contratuais;
- Apenas os itens aceitos formalmente serão considerados para fins de pagamento.

➢ **Frequência de Medição:**

- A medição será realizada por entrega, conforme cronograma de fornecimento previamente estabelecido;
- O gestor/fiscal poderá realizar inspeções adicionais caso haja suspeita de não conformidade ou irregularidades.

➢ **Critérios de Pagamento:**

- O pagamento será efetuado após a medição e aceitação formal dos materiais, mediante apresentação de nota fiscal correspondente;
- Cada pagamento estará condicionado à verificação da conformidade, registro documental e certificação de que não existem pendências contratuais;
- O pagamento será proporcional aos itens entregues e aceitos, garantindo que a Administração Municipal só remunere material efetivamente fornecido e adequado.

➢ **Controle e Transparência:**

- Todos os registros de medição e pagamentos serão documentados e arquivados, garantindo rastreabilidade e possibilidade de auditoria;

- A Administração Municipal poderá suspender pagamentos caso sejam identificadas não conformidades ou descumprimento contratual, até que a situação seja regularizada.

➢ **Ajustes e Revisões:**

- Em caso de alteração de quantitativos ou de cronograma de entrega, a medição e pagamento serão ajustados conforme ordens de fornecimento ou aditivos contratuais, respeitando limites legais e orçamentários.

Este modelo assegura que os pagamentos ocorram somente após a entrega e aceitação efetiva dos materiais, garantindo eficiência, economicidade e segurança jurídica para a Administração Municipal.

9) Forma e critérios de seleção do fornecedor:

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço.

Critérios de Seleção
A seleção será baseada nos seguintes critérios:

Exigências de habilitação

Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela ControladoriaGeral da União
c) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário.

Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

- O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada;

- É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica: Será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física);
b) Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b” deste subitem;
d) Ato constitutivo devidamente registrado no cartório de Registros Civis de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de cooperativa, nos termos de artigo 107 da Lei Federal Nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, ou empresa, sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;
f) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
g) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Qualificação Econômico-Financeira: Será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Certidão negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio. As certidões deverão cobrir um período de cinco anos e serem expedidas a menos de 30 (trinta) dias corridos da data da apresentação da proposta.

Regularidade fiscal, social e trabalhista: Será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
c) Prova de regularidade de débito com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal quando for o caso, da sede ou do domicílio da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;
d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal do domicílio ou sede da empresa, mediante Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Secretaria da Receita;
e) Prova de regularidade de débito para com o Sistema de Seguridade Social, (INSS), e o Fundo de Garantia, (FGTS), a Secretaria da Receita Federal;
f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
g) As certidões deverão ser apresentadas dentro do respectivo prazo de validade. Caso não conste prazo de validade no corpo da certidão, considerar-se-á o prazo de 90 (noventa) dias da data de emissão.
h) As certidões extraídas da Web somente terão validade se confirmada sua autenticidade pela equipe de apoio.

Qualificação Técnica - Será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

c) Comprovação de aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de no mínimo 01 (um) Atestados de Capacidade Técnica em nome da empresa, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

d) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

e) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da .legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à

contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10) Estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado:

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada no Sistema de Banco de Preços, em conformidade com o disposto no artigo 23, inciso I, da Lei nº 14.133 de 2021, que dispõe sobre as normas gerais de licitação e contratação pública.

De acordo com o referido artigo, o valor previamente estimado da contratação deve ser compatível com os valores praticados pelo mercado, levando-se em consideração os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

O inciso I do mesmo artigo determina que a composição dos custos unitários deve ser constituída de valores menores ou iguais à mediana do item correspondente encontrado no Painel de Preços ou no Banco de Preços, observando-se os princípios da economicidade, da eficiência e da vantajosidade para a Administração Pública.

Dessa forma, a pesquisa de preços foi conduzida de maneira a assegurar a representatividade e fidedignidade dos valores coletados, buscando-se fontes oficiais e confiáveis, a fim de refletir as condições reais de mercado. A metodologia utilizada para a estimativa considerou:

- Identificação e descrição detalhada dos itens e serviços objeto da contratação;
- Pesquisa de preços em, no mínimo, três fontes válidas, com priorização de bancos de dados públicos;
- Exclusão de valores discrepantes que pudessem distorcer a média e a mediana de mercado;
- Cálculo da mediana dos valores coletados, conforme preconizado na legislação;
- Registro das memórias de cálculo, planilhas de composição de custos unitários e documentação de suporte, em arquivo separado e devidamente classificado no processo administrativo.

O resultado da pesquisa de preços possibilitou a determinação do valor estimado da contratação, o qual reflete a realidade de mercado para os itens em questão, sendo compatível com os valores usualmente praticados

e assegurando a vantajosidade da futura contratação. Todos os parâmetros utilizados, os cálculos realizados e os documentos que fundamentam a estimativa estão reunidos em documento técnico separado (o qual segue anexo).

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNTD	V. UNT	V. TOTAL
1	ÁRVORE DESCRIÇÃO: ÁRVORES VARIADAS EM TORNO DE 2 METRO(PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	10		
2	MOREIAS (MÉDIAS) DESCRIÇÃO: MOREIAS (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	17		
3	BROMÉLIA MÉDIA DESCRIÇÃO: (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	11		
4	TREPADEIRAS DIVERSAS DESCRIÇÃO: (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	14		
5	AZALEIA GRANDE C\FLOR DESCRIÇÃO: (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	10		
6	BOUGAINVILLE BOLA: GRANDE C\FLOR (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	10		
7	BOUGAINVILLE SOMBRINHA DESCRIÇÃO: COM FLOR (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	9		
8	PINHEIRO DE SOL DESCRIÇÃO: (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	14		
9	IXORA MAUI DESCRIÇÃO: COM FLOR (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	55		
10	PLEOMELE GRANDE DESCRIÇÃO: (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	13		
11	DRACENA DESCRIÇÃO: GRANDE (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	13		
12	MUDA: GAZANIA, PEPERONIA, LANTANA (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	56		
13	SEIXOS PEDRA BRANCA KG: INSTALADAS	Und	142		
14	QUARESMEIRA ROXA E ROSA: (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	9		
15	IPE CORES VARIADAS : (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	Und	20		
16	GRAMA EM PLACAS (PLANTADA COM ADUBO FERTILIZANTE PROEX)	M2	1200		

Total Estimado da Contratação:

Somando os valores de todos os itens, temos a estimativa total da contratação: Valor Total Estimado: **R$ xxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxx).**

Memória de Cálculo:

As memórias de cálculo foram elaboradas considerando pesquisa de preço realizada através do sistema de banco de preços, a qual constará anexa a este Termo de Referência.

11) Obrigações da Contratada

11.1 - Fornecer todos os materiais conforme especificações técnicas, quantidades e prazos definidos pela Administração Municipal;

11.2 - Garantir que as plantas e mudas estejam em perfeito estado fitossanitário, livres de pragas, doenças e danos físicos, com dimensões compatíveis e características adequadas às espécies solicitadas;

11.3 - Assegurar que os materiais de consumo (substratos, fertilizantes, insumos etc.) estejam dentro do prazo de validade e em conformidade com as normas técnicas vigentes;

11.4 - Garantir que a entrega ocorra sem danos ao patrimônio público, responsabilizando-se por quaisquer prejuízos decorrentes de sua atuação;

11.5 - Substituir, sem ônus para a Administração, quaisquer materiais que apresentem defeitos, não conformidades ou danos decorrentes do transporte, manuseio ou fornecimento inadequado;

11.6 - Realizar o transporte e entrega dos materiais nos locais e prazos definidos nas requisições emitidas pelas Secretarias Municipais;

11.7 - Responsabilizar-se integralmente pela embalagem, carregamento, descarregamento e integridade dos produtos até o recebimento definitivo;

11.8 - Arcar com todas as despesas decorrentes de transporte, seguro, tributos, encargos trabalhistas e demais custos relacionados à execução contratual;

11.9 – Observar todas as normas ambientais, sanitárias, trabalhistas e de segurança aplicáveis ao objeto contratado;

11.11- Manter durante toda a execução contratual as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.12 - Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio público ou de terceiros, decorrentes de ação ou omissão, dolosa ou culposa, no cumprimento do contrato.

11.13 - Responder por todos os danos causados à Administração Pública ou a terceiros em decorrência de ação, omissão, dolo ou culpa durante o cumprimento do contrato;

11.14 - Cumprir integralmente as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, não transferindo à Administração qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

11.15 - Manter comunicação constante com o fiscal do contrato, informando imediatamente qualquer fato que possa comprometer a execução contratual;

11.16 - Atender prontamente às solicitações da Administração relacionadas à execução do contrato, correções e adequações do fornecimento.

11.17 - Observar rigorosamente as disposições da Lei nº 14.133/2021, do contrato firmado, das normas técnicas da ABNT aplicáveis e demais legislações correlatas;

11.18 - Submeter-se às penalidades administrativas previstas em caso de descumprimento contratual, conforme legislação vigente.

11.19 - Garantir o cumprimento dos prazos e cronogramas estabelecidos, evitando atrasos que possam comprometer a execução das atividades municipais;

12) Obrigações da Contratante

12.1 - Emitir a Autorização de Fornecimento (AF) após a assinatura do contrato, autorizando formalmente o início da execução;

12.2 - Fornecer à contratada todas as informações necessárias sobre o local de entrega e as condições específicas para o recebimento do objeto do contrato;

12.3 - Designar servidor ou equipe técnica para atuar como fiscal do contrato, responsável por acompanhar, conferir e atestar o cumprimento das obrigações contratuais;

12.4 - Proceder ao recebimento provisório do equipamento no ato da entrega, verificando sua integridade física e conformidade com as especificações do Termo de Referência;

12.5 - Emitir o recebimento definitivo após a conferência técnica e documental, atestando o pleno atendimento das condições estabelecidas;

12.6 - Proceder ao recebimento provisório e definitivo dos materiais fornecidos, conforme previsto no contrato

e na legislação vigente;

12.7 - Assegurar que a contratada tenha acesso ao local de entrega e às informações necessárias para a perfeita execução do objeto;

12.8 – Efetuar o pagamento conforme as condições estabelecidas no contrato, após a emissão do atestado de recebimento definitivo e a devida liquidação da despesa;

12.9 - Realizar o pagamento somente após a verificação da conformidade do objeto entregue, observando o prazo contratual e a disponibilidade orçamentária;

12.10 - Manter comunicação permanente com a contratada, informando sobre qualquer intercorrência que possa afetar a execução contratual;

12.11 - Notificar a contratada por escrito em caso de irregularidades, atrasos ou não conformidades, concedendo prazo razoável para correção ou substituição do item.

12.12 - Cumprir as obrigações previstas na Lei nº 14.133/2021, no contrato firmado e demais normas correlatas aplicáveis à gestão e fiscalização de contratos administrativos;

12.13 - Aplicar, quando necessário, as sanções administrativas previstas nos artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, em caso de descumprimento parcial ou total das obrigações assumidas pela contratada.

12.14 - Zelar pelo cumprimento dos princípios da transparência, eficiência e economicidade na gestão contratual**;**

12.15 - Manter sob guarda os documentos comprobatórios do processo licitatório e da execução contratual, garantindo transparência e controle interno.

12.16 - Assegurar que a execução contratual ocorra em consonância com as políticas públicas municipais e os objetivos do plano de governo.

13) Adequação orçamentária:

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Unidade Gestora: Secretaria Municipal De Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

Órgão: 0106 - Secretaria Municipal De Educação
Unidade Orçamentaria: 0601 - Fundo Municipal De Educação De Poções
Atividade/Projeto: 2.015 - Manutenção Da Secretaria De Educação
Atividade/Projeto: 2.019 - Qse - Quota Salário Educação
Atividade/Projeto: 2.023- Manutenção Do Ensino Fundamental
Elemento De Despesa: 3.3.90.30.00 – Material De Consumo
Fonte: 150010010000 - Recursos Não Vinculados De Impostos - (Educação)
Fonte: 155000000000 - Transferência Do Salário-Educação

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal De Poções
Órgão: 0104 – Secretaria Municipal De Administração E Planejamento
Unidade Orçamentaria: 0401 – Secretaria Municipal De Administração E Planejamento
Atividade/Projeto: 2.011 – Manutenção Da Secretaria Municipal De Administração E Planejamento
Órgão: 0109 - Sec. Municipal De Infraestrutura E Serv. Públicos
Unidade Orçamentária: 0901 - Secretaria Municipal De Infraestrutura E Serv. Públicos
Atividade/Projeto: 2.064 - Manutenção Da Secretaria De Infraestrutura E Serviços Público
Atividade/Projeto: 2.065 - Construção, Renovação Urbana E Revitalização Do Centro E Praças
3.3.90.30.00 - Material De Consumo
Fonte De Recurso: 150000000000 – Recursos Não Vinculados De Impostos

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA

Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

EXTRATO DO TERMO DE RENOVAÇÃO Nº 03 DO CONTRATO Nº 599/2023

Contratante: Prefeitura Municipal de Poções/BA, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde – FMS.

Contratada: STBIO SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS BIOMÉDICAS LTDA, CNPJ nº 13.565.037/0001-09.

Processo: Pregão Eletrônico nº 032/2023.

Objeto: Renovação do Contrato nº 599/2023, cujo objeto é a prestação de serviços, sem mão de obra exclusiva, de manutenção preventiva, manutenção corretiva e calibração de equipamentos médico-hospitalares da Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 H, incluindo concessão de licença de sistema (software).

Fundamentação Legal: Art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993 e Cláusula Quarta do Contrato Original.

Valor Total da Renovação: R$ 49.280,64 (quarenta e nove mil e duzentos e oitenta reais e sessenta e quatro centavos).

Vigência: 04 de setembro de 2026 a 04 de setembro de 2027.

Data da Assinatura: 01 de setembro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

CONTRATO Nº 400/2026

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES-BA** E A EMPRESA **REJANE MARIA CAVALCANTE DA SILVA LTDA** NOS TERMOS ABAIXO:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES-BA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº **14.242.200/0001-65**, com Sede na Praça da Bandeira, nº 02, centro, na cidade de Poções, Bahia, representada pela Prefeita, Sra. Irenilda Cunha de Magalhães, doravante denominada **CONTRATANTE,** e, do outro lado a empresa **REJANE MARIA CAVALCANTE DA SILVA LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº **08.427.766/0002-40**, com sede na Rua da Itália, nº 50, Centro, na cidade de Poções-BA, representada, neste ato, pelo Sra. Rejane Maria Cavalcante da Silva, brasileira, com cadastro no CPF nº 642*.***.***-53, doravante denominada **CONTRATADA,** com base nos termos da Lei nº 14.133/2021, com suas ulteriores alterações e no **Pregão Eletrônico SRP nº 013/2026 e Ata de Registro de Preços nº 034/2026,** com base nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente contrato tem por objeto o ***Registro de Preços para Eventual e Futura aquisição de serviços em organização, ornamentação e locação de materiais para eventos a fim de atender às necessidades das secretarias municipais,*** conforme especificações constantes no do processo de **Pregão Eletrônico-SRP nº 013/2026 e Ata de Registro de Preços nº 034/2026.**

Parágrafo Único - Passam a fazer parte deste contrato como se estivessem aqui transcritas, às especificações constantes no Edital do **Pregão Eletrônico nº 013/2026, Ata de Registro de Preços n° 034/2026, Processo Administrativo nº 135/2026 e Termo de Referência.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DA EXECUÇÃO CONTRATUAL:
2.1- A CONTRATADA compromete-se a ***prestar serviços de organização, de ornamentação e de locação de materiais***, conforme a necessidade e solicitação da Prefeitura Municipal de Poções-Ba, os serviços deverão ser entregues no prazo de até 24 horas, a partir do recebimento da Ordem de Serviço.
2.2- A execução contratual será realizada em conformidade as especificações contidas nesse instrumento, bem como nas especificações abarcadas no Termo de Referência**.**
2.3- A entrega do objeto licitado será na sede do município de Poções-Ba, em horário e em local indicado na Ordem de Serviço, no prazo imediato, a partir da ordem de compras.
2.4- . O objeto será executado de forma parcelada, conforme a necessidade dos Órgãos Gerenciador e Órgãos Participantes, mediante apresentação de requisição/solicitação/ordem de serviço emitida e devidamente assinada, com identificação do respectivo servidor designado, após assinatura e publicação da Ata de Registro de Preços.
2.5- Os produtos de que trata o presente contrato serão recebidos de acordo os critérios abaixo:

a) Os serviços deverão ser entregues rigorosamente com as características e especificações constantes no Termo de Referência e legislações pertinentes, ficando esclarecido que correrá por conta da Detentora/Fornecedora todas as despesas com transporte, tributos, embalagens, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros, encargos ou acessórios, entre outros que porventura se mostrem necessários para completo atendimento ao objeto.
b) Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
c) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

2.6- Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
2.7- O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
2.8- Os objetos deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade, ambiental, industrial, legislações específicas, etc, atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições do art. 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

3.1- Este contrato terá vigência de **01 de setembro de 2026 a 31 de dezembro de 2026**, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS.

4.1- Pelo fornecimento dos produtos, objeto deste contrato, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA,** o valor total de **R$ 3.000,73 (três mil e setenta e três centavos),** estando incluso, neste preço, todos os custos, tais como: impostos, taxas, descargas, fretes, mão-de-obra e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.
4.2- O pagamento será realizado em conformidade com o Termo de Referência;
4.3- Para efeito de pagamento o órgão gerenciador/órgão participante deverá emitir relatórios, atestados pelo fiscal, onde conste no mínimo: descrição dos e quantidades faturadas em notas fiscais
4.4- O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a Nota Fiscal que deverá ser o mesmo cadastro habilitado na licitação.
4.5- A Fornecedora deverá emitir Fatura/Nota Fiscal eletrônica correspondente ao objeto fornecido, sem rasuras, fazendo constar na mesma as informações bancárias tais como, o número de sua conta, o nome do Banco e respectiva Agência;

4.5.1- A Nota Fiscal/Fatura emitida pela Fornecedora deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do Nº do Processo Administrativo, Nº do Pregão, da Ordem de empenho, mês de referência, e período de execução do, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento e fornecimento do objeto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.
4.5.2- A Nota Fiscal deverá ser conferida e atestada por servidor/responsável competente da Administração, e deverá estar acompanhada da(s) Requisição(ões)/solicitação(ões) de compras emitida pelo respectivo Órgão Requisitante responsável pelo pedido, devidamente assinada por servidor público municipal identificado e autorizado para tal.

4.6- A nota fiscal supracitada deverá estar devidamente acompanhada dos documentos de comprovação da Regularidade Fiscal a Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Estadual e Municipal, bem como a do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT
4.7- Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, que poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
4.9- Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
4.9.1- Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
4.9.2- Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
4.9.3- Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.3.1- No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
4.9.3.2- No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO

5.1- É vedada a subcontratação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1- Responsabilizar-se pela execução do contrato, observando todas as condições estabelecidas Termo de Referência e nas normas que regem este Contrato;
6.2- Fornecer o objeto na quantidade, qualidade, local, prazo e condições estipulados, bem como, na proposta apresentada em sessão, e valor adjudicado e homologado, em perfeitas condições de utilização, sem nenhum custo oneroso para a administração em relação ao fornecimento;
6.3- Substituir os produtos, às suas expensas, mesmo que entregues e aceitos, desde que comprovada à existência de vícios de qualidade ou quantidade, má-fé ou condições inadequadas de transporte, bem como, alterações da estabilidade que comprometa a sua integridade;
6.3.1- os bens rejeitados serão substituídos no prazo e na forma descritos no Termo de Referência;
6.4- Assumir inteira responsabilidade Civil e Administrativa por danos e prejuízos que causar, por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto deste Contrato;
6.5- Atender prontamente a quaisquer exigências da FSVC, inerentes ao objeto contratado;
6.6- Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
6.7- Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessárias à execução do contrato;
6.8- Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
6.9- Arcar com eventuais prejuízos causados à **CONTRATANTE** e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidos por seus empregados ou prepostos, envolvidos na execução do contrato;
6.10- Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
6.11- Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme alterações contidas no art. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133/ 2021;
6.12- As embalagens individuais devem conter escrita, de forma destacada e não removível, a frase: "PROIBIDA A VENDA PELO COMÉRCIO";
6.13- Na entrega na unidade requisitante os produtos devem apresentar validade equivalente a pelo menos trezentos e sessenta e cinco (365) dias. Na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela instância gestora das Atas de Registro de Preços - Farmácia, a FSVC poderá, excepcionalmente, admitir a entrega, desde que o fornecedor encaminhe a CARTA DE GARANTIA DE TROCA obrigando-o como fornecedor, quando acionado, a proceder a imediata substituição, à vista da inviabilidade de utilização dos medicamentos no período de validade;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1- Receber o objeto contratado no prazo e condições estabelecidas neste contrato e n Termo de Referência;
7.2- Prestar informações e esclarecimentos pertinentes ao fornecimento citado na cláusula primeira e que venham a ser solicitadas pela **CONTRATADA**;
7.3- Realizar o pagamento à **CONTRATADA** pela prestação de serviço objeto deste contrato;
7.4- Rejeitar os produtos que não satisfazer os padrões exigidos nas especificações do Termo de Referência e desse instrumento;
7.5- Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, de quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função do fornecimento;
7.6- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de empregado especialmente designado;
7.7- Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis;
7.8- Realizar o devido pagamento, pela execução do contrato, no prazo e valor pactuados.

CLÁUSULA OITAVA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1- Competirá ao órgão da **CONTRATANTE** proceder ao acompanhamento da execução do contrato, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, desta fiscalização não eximirá a **CONTRATADA** de total responsabilidade na execução do contrato.

8.1.1- A fiscalização do presente contrato será exercida por um representante do **CONTRATANTE**, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciênciaao **CONTRATANTE**;

8.2- O representante da **CONTRATANTE** deverá ter experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato;

8.2.1- A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120 da Lei nº 14.133/2021;

8.3- O (s) fiscal (s) do contrato, que será designado mediante portaria, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
8.4- O (s) fiscal (s) do contrato, que será designado mediante portaria, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
8.5- O fiscal do contrato poderá ordenar a imediata retirada, de suas dependências, de empregados da **CONTRATADA**, cuja permanência seja inconveniente ou que venha embaraçar ou dificultar a ação fiscalizadora, correndo, por exclusiva conta da **CONTRATADA** quaisquer ônus das leis trabalhistas e previdenciárias bem como qualquer outra que tal fato imponha;
8.6- Ademais, mediante nomeação e publicação em portaria, serão especialmente designados colaboradores vinculados a **CONTRATANTE** para atuarem como gestor e fiscal com o escopo de acompanhar, fiscalizar e gerir o contrato.
8.7- Com base na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal 006/2024, na Portaria 022/2026, como gestora do contrato a Sra. **Rita Lee Souza Lima Magalhães**, matrícula n° 8672, e a Sra. **Laiara Oliveira Teixeira, matrícula n° 7142**, fiscal do contrato ao, lotada na Secretaria Municipal de Administração, como representantes da contratante para Acompanhamento e Fiscalização da execução do presente contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES
9.1- O descumprimento pela **CONTRATADA** das obrigações constantes deste contrato importará a aplicaçãodas sanções, constantes do Termo de Referência em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, garantida a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

10.1- A **CONTRATADA** deverá comprovar, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do processo licitatório e em seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

11.1- Integram o presente contrato, como se nele estivessem na integra transcritas, as cláusulas, condições e especificações estabelecidas no Edital do processo licitatório referido no preâmbulo deste contrato, bem como todos os seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

12.1- Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações descritas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.
12.2- As hipóteses de extinção dos contratos são aquelas definidas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei n.º14.133/2021, sendo reconhecidos pela **CONTRATADA** os direitos da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação específica do Orçamento da Prefeitura Municipal de Poções-Ba nas seguintes dotações:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES
Órgão: 0104 – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Unidade Orçamentária: 0401 – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
Atividade/projeto: 2.011 – Manutenção Da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
Órgão: 0102 - Gabinete do Prefeito
Unidade Orçamentária: 0201 - Gabinete do Prefeito
Atividade/Projeto: 2.003 - Manutenção e Desenvolvimento das Ações do Gabinete do Prefeito
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica
Fonte Recurso: 150000000000 – Recursos Não Vinculados de Impostos

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECURSO FINANCEIRO

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação específica do Orçamento da Prefeitura Municipal de Poções-Ba.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

13.1- O presente contrato fundamenta-se na Lei Federal de nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 006, de 08 de Janeiro de 2024, e vincula-se ao Edital do **Pregão Eletrônico nº 013/2026** e seus anexos, bem como a Proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1- Todas as disposições e especificações constantes deste Contrato, do Edital do Pregão Eletrônico e seus anexos, em especial do Termo de Referência, são complementares entre si.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

Elegem o Foro da Comarca de Poções-Ba, para dirimir dúvidas ou omissões oriundas do presente contrato, com renúncia expressa a qualquer outro foro por mais especial que seja.

E por acharem justos e contratados, assinaram o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor, na presença de testemunhas abaixo arroladas.

Poções-Ba, **01 de setembro de 2026.**

.....
Irenilda Cunha de Magalhães
Prefeita Municipal
Contratante

.....
REJANE MARIA CAVALCANTE DA SILVA LTDA
Empresa Contratada

TESTEMUNHAS:
1. _____
Nome:
CPF:
2. _____
Nome:
CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 400/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES – BA.

CONTRATADA: REJANE MARIA CAVALCANTE DA SILVA LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.427.766/0002-40.

OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de serviços de organização, ornamentação e locação de materiais para eventos, a fim de atender às necessidades das Secretarias Municipais, conforme especificações constantes no Pregão Eletrônico – SRP nº 013/2026, Ata de Registro de Preços nº 034/2026 e Termo de Referência.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, vinculada ao Pregão Eletrônico SRP nº 013/2026 e à Ata de Registro de Preços nº 034/2026.

VALOR GLOBAL: R$ 3.000,73 (três mil reais e setenta e três centavos).

VIGÊNCIA: 01 de setembro de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

DATA DA ASSINATURA: 01 de setembro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 288/2026

Processo Administrativo: nº 217/2026

Contratante: O Município de Poções, através da Prefeitura Municipal – CNPJ nº 14.242.200/0001-65.

Contratada: MOREIRA & DALTRO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA – CNPJ nº 29.161.484/0001-32.

Objeto: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 288/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 017/2025, cujo objeto é a prestação de serviços de locação de estruturas, equipamentos, bem como serviços de apoio operacional e segurança, destinados a atender às necessidades do Município de Poções/BA na realização de eventos.

Aditivo: Prorrogação da vigência contratual por mais 60 (sessenta) dias, com início em 01 de setembro de 2026 e término em 30 de outubro de 2026, bem como acréscimo de valor de aproximadamente 12,14% sobre o valor contratual.

Valor do Acréscimo: R$ 297.859,74 (duzentos e noventa e sete mil oitocentos e cinquenta e nove reais e setenta e quatro centavos).

Valor Original: R$ 2.453.790,85 (dois milhões quatrocentos e cinquenta e três mil setecentos e noventa reais e oitenta e cinco centavos).

Valor Global após o Aditivo: R$ 2.751.650,59 (dois milhões setecentos e cinquenta e um mil seiscentos e cinquenta reais e cinquenta e nove centavos).

Vigência: 01/09/2026 a 30/10/2026.

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente os arts. 107, 124, inciso I, alínea “b”, e 125.
Data da Assinatura: 31 de agosto de 2026.

Signatários: Irenilda Cunha de Magalhães – Prefeita Municipal, pela Contratante; e Armando César Viana Daltro, pela Contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 289/2026

Processo Administrativo: nº 217/2026

Contratante: O Município de Poções, através da Prefeitura Municipal – CNPJ nº 14.242.200/0001-65, tendo como coparticipante o Fundo Municipal de Educação – FME, CNPJ nº 30.593.166/0001-20.

Contratada: MOREIRA & DALTRO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA – CNPJ nº 29.161.484/0001-32.

Objeto: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 289/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 017/2025, cujo objeto é a prestação de serviços de locação de estruturas, equipamentos, bem como serviços de apoio operacional e segurança, destinados a atender às necessidades do Município de Poções/BA na realização de eventos.

Finalidade do Aditivo: Prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 60 (sessenta) dias, com início em 01 de setembro de 2026 e término em 30 de outubro de 2026, bem como acréscimo de valor correspondente a aproximadamente 8,57% sobre o valor original do contrato.

Valor do Acréscimo: R$ 9.602,00 (nove mil seiscentos e dois reais).

Valor Original do Contrato: R$ 112.066,41 (cento e doze mil e sessenta e seis reais e quarenta e um centavos).

Valor Global após o Aditivo: R$ 121.668,41 (cento e vinte e um mil seiscentos e sessenta e oito reais e quarenta e um centavos).

Vigência: 01/09/2026 a 30/10/2026.

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente os arts. 107, 124, inciso I, alínea “b”, e 125.

Data da Assinatura: 31 de agosto de 2026.

Signatários: Dirani Cunha Porto Fagundes – Gestora do Fundo Municipal de Educação, pela Contratante; e Armando César Viana Daltro, pela Contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

3° TERMO ADITIVO DE VALOR DO CONTRATO Nº 265/2026.

Terceiro Termo Aditivo de Valor do Contrato nº 265/2026, objeto do Pregão Eletrônico nº 014/2025, celebrado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES, O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FMAS,** e a empresa **POSTO E HOTEL PITUBA LTDA.**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES-BA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº **14.242.200/0001-65**, com Sede na Praça da Bandeira, nº 02, centro, na cidade de Poções, Bahia, figura, neste ato, como **COPARTICIPANTE, o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS**, inscrito no CNPJ sob o nº **15.364.207/0001-12**, com sede na Rua Itália, nº 58, Centro, na cidade de Poções, Bahia, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, a Sr.ª **Orleide Pachêco Gomes Ramos**, brasileira, CPF nº 253.***.***-91, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 1º do Decreto Municipal nº 005/2021, doravante denominada **CONTRATANTE** e a Empresa **POSTO E HOTEL PITUBA LTDA**, sediada à BR 116, Km 766,620 – Lagoa Grande – Poções – Bahia – CEP nº 45.260-000, e-mail-phpituba@hotmail.com, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **14.986.103/0001-87**, neste ato, representada pelo Sr. Aderbal Alves dos Santos, portador do CPF nº 016.***.***-04**,** aqui denominada **CONTRATADA**, firmam, neste ato, o presente aditivo, na forma e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO TERMO ADITIVO

Constitui-se objeto do presente Termo Aditivo a supressão do valor contratual com o respectivo decréscimo, com base no artigo 124, inciso I, alínea “d” da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

SUPRIMIR aproximadamente -8,13% do valor inicial atualizado do contrato, a partir da data de assinatura deste instrumento, equivalente a R$ 18.670,00 (dezoito mil e seiscentos e setenta reais).

Parágrafo Primeiro – Com o presente decréscimo, o valor total do Contrato nº 265/2026 que era de R$ 229.547,00 (duzentos e vinte e nove mil e quinhentos e quarenta e sete reais) passa a ser de R$ 210.877,00 (duzentos e dez mil e oitocentos e setenta e sete reais).

Parágrafo Segundo- ALTERAR a Cláusula Quarta – Do Preço, em função do decréscimo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: 0108 – Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentaria- 0801 Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto/Atividade: 2.051 - Gestão Administrativa Do Fundo De Assistência Social.
Projeto/Atividade: 2.047 - Fortalecimento Do Controle Social (Conselho De Assistência Social
Projeto/Atividade: 2.057 - Bloco Da Proteção Social Básica
Projeto/Atividade: 2.056 - Bloco Da Proteção Social Especial De Média E Alta Complexidade (MAC)
Projeto/Atividade: 2058- Gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente
Projeto/Atividade: 2.050 - Bloco De Gestão Do Programa Bolsa Família E Cadastro Único
Projeto/Atividade: 2.048 - Bloco De Gestão Do Suas – IGD - SUAS
Projeto/Atividade: 2.052 - Primeira Infância No SUAS – CRIANÇA FELIZ
Projeto/Atividade: 2054- PROCAD-SUAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

Fonte: 150000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Fonte: 166000000000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS
Fonte: 166100000000 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
Elemento de Despesa: 339030000- Material de Consumo

CLÁUSULA QUARTA – DELIBERAÇÕES

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais em vigor, ora aditadas nos itens que não conflitarem com o disposto neste Termo Aditivo**.**

CLÁUSULA QUINTA- DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

E por estarem de acordo, lavrou-se o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e fora para um só efeito.

Poções - BA, 01 de setembro de 2026.

_____
Orleide Pachêco Gomes Ramos
Gestora FMAS
Contratante

_____
POSTO E HOTEL PITUBA LTDA
Empresa Contratada

TESTEMUNHAS

_____
Nome:
CPF:

_____
Nome:
CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

3° TERMO ADITIVO DE VALOR DO CONTRATO Nº 266/2026.

Terceiro Termo Aditivo de Valor do Contrato nº 266/2026, objeto do Pregão Eletrônico nº 014/2025, celebrado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES** e a empresa **POSTO E HOTEL PITUBA LTDA.**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES-BA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº **14.242.200/0001-65**, com Sede na Praça da Bandeira, nº 02, centro, na cidade de Poções, Bahia, neste ato, representada por sua Prefeita Municipal, a Sra **Irenilda Cunha de Magalhães**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº01.659.482-72, emitida pela SSP/BA, inscrita no CPF sob o n° 270.595.105-91, com endereço na Rua Sete de Setembro, n° 260, Centro, Poções, Bahia, doravante denominada **CONTRATANTE,** e a Empresa **POSTO E HOTEL PITUBA LTDA**, sediada à BR 116, Km 766,620 – Lagoa Grande – Poções – Bahia – CEP nº 45.260-000, e-mail-phpituba@hotmail.com, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **14.986.103/0001-87**, neste ato, representada pelo Sr. Aderbal Alves dos Santos, portador do CPF nº 016.***.***-04**,** aqui denominada **CONTRATADA**, firmam, neste ato, o presente aditivo, na forma e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO TERMO ADITIVO

Constitui-se objeto do presente Termo Aditivo a supressão do valor contratual com o respectivo decréscimo, com base no artigo 124, inciso I, alínea "d" da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

SUPRIMIR aproximadamente -10,93% do valor inicial atualizado do contrato, a partir da data de assinatura deste instrumento, equivalente a R$ 333.900,00 (trezentos e trinta e três mil e novecentos reais).

Parágrafo Primeiro – Com o presente decréscimo, o valor total do Contrato nº 266/2026 que era R$ 3.055.921,30 (três milhões e cinquenta e cinco mil e novecentos e vinte e um reais e trinta centavos) passa a ser de R$ 2.722.021,30 (dois milhões e setecentos e vinte e dois mil e vinte e um reais e trinta centavos).

Parágrafo Segundo- ALTERAR a Cláusula Quarta – Do Preço, em função do decréscimo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES
Órgão: 0104 – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
Unidade Orçamentária: 0401 – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
Atividade/projeto: 2.011 – Manutenção Da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
Órgão: 0102 - Gabinete do Prefeito
Unidade Orçamentária: 0201 - Gabinete do Prefeito
Atividade/Projeto: 2.003 - Manutenção e Desenvolvimento das Ações do Gabinete do Prefeito
Órgão: 0103 - Secretaria Municipal de Finanças
Unidade Orçamentária: 301 - Secretaria Municipal de Finanças
Atividade/Projeto: 2.010 - Manutenção da Secretaria Municipal De Finanças
Órgão: 0105 - Secretaria Munic. de Agricult. Meio Ambiente de Desenvol. Rural
Unidade Orçamentária: 0501 - Secretaria Munic. de Agricult. Meio Ambiente De Desenvol. Rural

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

Atividade/Projeto: 2.014 - Manutenção Da Secretaria De Agricultura, Meio Ambiente E Desenv. Rural
Órgão: 0109 - Sec. Municipal de Infraestrutura e Serv. Públicos
Unidade Orçamentária: 0901 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serv. Públicos
Atividade/Projeto: 2.064 - Manutenção Da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Público
Atividade/Projeto: 3.3.90.30.00 – Material de consumo
Fonte Recurso: 150000000000 – Recursos Não Vinculados de Impostos
Fonte Recurso: 172000000000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e

CLÁUSULA QUARTA – DELIBERAÇÕES

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais em vigor, ora aditadas nos itens que não conflitarem com o disposto neste Termo Aditivo**.**

CLÁUSULA QUINTA- DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

E por estarem de acordo, lavrou-se o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e fora para um só efeito.

Poções - BA, 01 de setembro de 2026.

_____
Irenilda Cunha de Magalhães
Prefeita Municipal
Contratante

_____
POSTO E HOTEL PITUBA LTDA
Empresa Contratada

TESTEMUNHAS

_____
Nome:
CPF:

_____
Nome:
CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

3° TERMO ADITIVO DE VALOR DO CONTRATO Nº 267/2026.

Terceiro Termo Aditivo de Valor do Contrato nº 267/2026, objeto do Pregão Eletrônico nº 014/2025, celebrado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES, O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME,** e a empresa **POSTO E HOTEL PITUBA LTDA.**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES-BA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº **14.242.200/0001-65**, com Sede na Praça da Bandeira, nº 02, centro, na cidade de Poções, Bahia, figura como **COPARTICIPANTE**, **o FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME**, inscrito no CNPJ sob o nº 64.377.266/0001-30, com sede na Praça Benjamin Constant, nº 29, Centro, na cidade de Poções, Bahia, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, a Sr.ª **Dirani Cunha Porto Fagundes,** brasileira, CPF sob nº 692.***.***-15, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 1º do Decreto Municipal nº 004/2021, doravante denominada **CONTRATANTE**, e, do outro lado a empresa **POSTO E HOTEL PITUBA LTDA**, sediada à BR 116, Km 766,620 – Lagoa Grande – Poções – Bahia – CEP nº 45.260-000, e-mail-phpituba@hotmail.com, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.986.103/0001-87, neste ato representada pelo Sr. Aderbal Alves dos Santos, portador do CPF nº 016.***.***-04, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam, neste ato, o presente aditivo, na forma e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO TERMO ADITIVO

Constitui-se objeto do presente Termo Aditivo a supressão do valor contratual com o respectivo decréscimo, com base no artigo 124, inciso I, alínea “d” da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

SUPRIMIR aproximadamente -9,23% do valor inicial atualizado do contrato, a partir da data de assinatura deste instrumento, equivalente a R$ 176.847,00 (cento e setenta e seis mil e oitocentos e quarenta e sete reais).

Parágrafo Primeiro – Com o presente decréscimo, o valor total do Contrato nº 267/2026 que era de R$ 1.916.269,00 (um milhão e novecentos e dezesseis mil e duzentos e sessenta e nove reais), passa a ser de R$ 1.739.422,00 (um milhão e setecentos e trinta e nove mil e quatrocentos e vinte e dois reais).

Parágrafo Segundo- ALTERAR a Cláusula Quarta– Do Preço, em função do decréscimo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade Gestora: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Órgão: 030601 – Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 03.06.01 – Fundo Municipal de Educação de Poções
Atividade/Projeto: 2015– Manutenção da Secretaria de Educação
Atividade/Projeto: 2019 – QSE – Quota Salário Educação.
Atividade/Projeto: 2.023 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Atividade/Projeto: 2.020 – Manutenção do Transporte Escolar
Atividade/Projeto: 2.021 – Gestão de ações do PETE
Atividade/Projeto: 2025 – Manutenção dos Serviços Técnicos administrativos – FUNDEB 30%.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

Fonte de Recurso: 150010010000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Educação).
Fonte de Recurso: 154000000000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - (30%).
Fonte de Recurso: 154100000000 - Transferências do FUNDEB – Complementação da União - VAAF - (30%).
Fonte de Recurso: 154200000000 - Transferências do FUNDEB – Complementação da União - VAAT –
Fonte de Recurso: 155300000000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio
Fonte de Recurso: 155000000000 - Transferência do Salário-Educação
Fonte de Recurso: 155300000000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar.
Fonte de Recurso: 157100000000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres.
Fonte de Recurso: 157600000000 - Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação.
Fonte de Recurso: 156900000000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE.
Elemento de despesa: 3390.30.00 – Material de Consumo

CLÁUSULA QUARTA – DELIBERAÇÕES

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais em vigor, ora aditadas nos itens que não conflitarem com o disposto neste Termo Aditivo**.**

CLÁUSULA QUINTA- DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

E por estarem de acordo, lavrou-se o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e fora para um só efeito.

Poções - BA, 01 de setembro de 2026.

_____
Dirani Cunha Porto Fagundes
Gestora FME
Contratante

_____
POSTO E HOTEL PITUBA LTDA
Empresa Contratada

TESTEMUNHAS

_____
Nome:
CPF:

_____
Nome:
CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

3° TERMO ADITIVO DE VALOR DO CONTRATO Nº 268/2026.

Terceiro Termo Aditivo de Valor do Contrato nº 268/2026, objeto do Pregão Eletrônico nº 014/2025, celebrado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS,** e a empresa **POSTO E HOTEL PITUBA LTDA.**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES-BA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº **14.242.200/0001-65**, com Sede na Praça da Bandeira, nº 02, centro, na cidade de Poções, Bahia, figura como **COPARTICIPANTE**, **o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE- FMS**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Cardeal da Silva, 75, Centro, na cidade de Poções, Bahia, inscrito no CNPJ sob o nº **11.113.324/0001-52**, neste ato, representado por seu gestor, o Sr. **Marcus Vinícius Protasio Sola**, brasileiro, maior, casado, portador do RG nº 582310563, CPF nº 939.058.585-68, residente na Rua João Batista França, nº 74, Centro, Poções, Bahia, no uso da atribuição, que lhe confere o Art. 1º do Decreto Municipal nº 07/2025, doravante denominada **CONTRATANTE**, e, do outro lado a empresa **POSTO E HOTEL PITUBA LTDA,** sediada à BR 116, Km 766,620 – Lagoa Grande – Poções – Bahia – CEP nº 45.260-000, e-mail-phpituba@hotmail.com, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **14.986.103/0001-87**, neste ato representada pelo Sr. **Aderbal Alves dos Santos**, portador do CPF nº 016.***.***-04, aqui denominada **CONTRATADA**, firmam, neste ato, o presente aditivo, na forma e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO TERMO ADITIVO

Constitui-se objeto do presente Termo Aditivo a supressão do valor contratual com o respectivo decréscimo, com base no artigo 124, inciso I, alínea "d" da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

SUPRIMIR aproximadamente -11,07% do valor inicial atualizado do contrato, a partir da data de assinatura deste instrumento, equivalente a R$ 193.050,00 (cento e noventa e três mil e cinquenta reais).

Parágrafo Primeiro – Com o presente decréscimo, o valor total do Contrato nº 268/2026 que era de R$ 1.744.200,00 (um milhão e setecentos e quarenta e quatro mil e duzentos reais) passa a ser de R$ 1.551.150,00 (um milhão e quinhentos e cinquenta e um mil e cento e cinquenta reais).

Parágrafo Segundo- ALTERAR a Cláusula Quarta – Do Preço, em função do decréscimo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade Orçamentária: 0107 - Secretaria Municipal de Saúde
Órgão: 0701 - Fundo Municipal de Saúde de Poções
Atividade/Projeto: 2.038 - Manutenção da secretaria de Saúde
Atividade/Projeto: 2.041 - Gestão das Ações de Atenção Primária
Atividade/Projeto: 2.045 - Gestão das ações de vigilância em saúde
Atividade/Projeto: 2.042 – Programa TFD
Atividade/Projeto: 2.043 - Gestão das Ações de Atenção Especializada
Elemento de Despesa: 33903000000 - Material de Consumo
Fonte: 150010020000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Saúde)

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

Fonte: 162100000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
Fonte: 160000000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção
Fonte: 170600000000 – Transferências Especiais da União
Fonte: 163200000000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres

CLÁUSULA QUARTA – DELIBERAÇÕES

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais em vigor, ora aditadas nos itens que não conflitarem com o disposto neste Termo Aditivo**.**

CLÁUSULA QUINTA- DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

E por estarem de acordo, lavrou-se o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e fora para um só efeito.

Poções - BA, 01 de setembro de 2026.

_____
Marcus Vinícius Protasio Sola
Gestor FMS
Contratante

_____
POSTO E HOTEL PITUBA LTDA
Empresa Contratada

TESTEMUNHAS

_____
Nome:
CPF:

_____
Nome:
CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 - Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65

3º TERMO ADITIVO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 036/2025.

3º TERMO ADITIVO DE REEQUILIBRIO FINANCEIR0 DA **ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 036/2025,** FORNECIMENTO, *QUE* ENTRE SI CELEBRAM **O MUNICÍPIO DE POÇÕES – BAHIA,** ATRAVÉS DAS **SECRETARIAS MUNICIPAIS E A EMPRESA POSTO E HOTEL PITUBA LTDA.**

O MUNICIPIO DE POÇÕES, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça da Bandeira, nº 02, Centro, na cidade de Poções, Bahia, inscrita no CNPJ sob o nº 14.242.200/0001-65, neste ato representada pela sua Prefeita Municipal **a Sr.ª. Irenilda Cunha de Magalhães**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Poções - Bahia, CEP: 45.260-000,**COPARTICIPANTES, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS**, com sede na Rua Cardeal da Silva, 75, Centro, na cidade de Poções, Bahia, inscrito no CNPJ sob o nº 11.113.324/0001-52, neste ato representado por sua gestora, o **Sr. Marcus Vinicius Protasio Sola,** brasileiro, CPF nº 939.***.***-68, no uso da atribuição, que lhe confere o Art. 1º do Decreto Municipal nº 07/2025; o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS,** inscrito no CNPJ sob o nº 15.364.207/0001-12, com sede na Rua Itália, nº 58, Centro, na cidade de Poções, Bahia, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, a **Sr.ª Orleide Pachêco Gomes Ramos**, brasileira, CPF nº 253.***.***-91, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 1º do Decreto Municipal nº 005/2021; o **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME,** inscrito no CNPJ sob o nº 30.593.166/0001-20, com sede na Praça Benjamin Constant, nº 29, Centro, na cidade de Poções, Bahia, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, a **Sr.ª Dirani Cunha Porto Fagundes,** brasileira, CPF sob nº 692.***.***-15, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 1º do Decreto Municipal nº 004/2021, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **POSTO E HOTEL PITUBA LTDA,** sediada à BR 116, Km 766,620 – Lagoa Grande – Poções – Bahia – CEP nº 45.260-000, e-mail-phpituba@hotmail.com, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.986.103/0001-87, neste ato representada pelo Sr. Aderbal Alves dos Santos, portador do CPF nº 016.***.***-04, ora denominada **CONTRATADA**, firmam, neste ato, o presente aditivo de reequilíbrio financeiro, na forma e **condições que se seguem.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REEQUILIBRIO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a formalização do **3º reequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços nº 036/2025**, mediante a redução dos preços registrados dos combustíveis, em razão da alteração dos valores praticados no mercado, conforme análise e documentação constante do respectivo Processo Administrativo.

1.2. Em decorrência do reequilíbrio econômico-financeiro, os preços registrados passam a vigorar com os seguintes valores:

ITEM	PRODUTO	VALOR 2º REEQUILIBRIO	PERCENTUAL DE REDUÇÃO	VALOR DO 3º REEQUILIBRIO
1.	Gasolina	**R$ 7,17**	**-5,86%**	**R$ 6,75**
2.	Óleo Diesel S-500	**R$ 8,06**	**-13,28%**	**R$ 6,99**
3.	Óleo Diesel S-10	**R$ 8,14**	**-6,02%**	**R$ 7,65**

1.3. Os valores acima passarão a ser observados nas futuras aquisições realizadas com fundamento na Ata de Registro de Preços nº 036/2025, a partir da formalização do presente Termo Aditivo, respeitadas as condições estabelecidas na respectiva Ata.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 - Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65

1.4. A redução dos preços ora formalizada decorre da necessidade de adequação dos valores registrados aos preços atualmente praticados no mercado, preservando-se a equação econômico-financeira e a vantajosidade da contratação para a Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

2.1. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas na **Ata de Registro de Preços nº 036/2025**, que não tenham sido expressamente alteradas pelo presente Termo Aditivo.

2.2. O presente Termo Aditivo passa a integrar a Ata de Registro de Preços nº 036/2025 para todos os efeitos legais e administrativos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

3.1. Incumbirá ao Município de Poções – Bahia providenciar a publicação do presente Termo Aditivo, na forma da legislação aplicável, bem como sua divulgação nos meios oficiais pertinentes.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente **Termo Aditivo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro da Ata de Registro de Preços nº 036/2025**, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Poções – Bahia, 01 de setembro de 2026.

_____
Irenilda Cunha de Magalhães
Prefeita Municipal
Contratante

_____	_____	_____
Dirani Cunha Porto Fagundes	**Orleide Pachêco Gomes Ramos**	**Marcus Vinicius Protasio Sola**
Gestora do FME	Gestora do FMAS	Gestora do FMS
Contratante	Contratante	Contratante

_____
POSTO E HOTEL PITUBA LTDA
CNPJ/MF Nº 14.986.103/0001-87
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:
1._____
Nome:

2._____
Nome:

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 - Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 031/2026

A Prefeitura Municipal de Poções-Ba, em acordo Decreto Municipal nº 006 de 08 de janeiro de 2024, Lei Federal nº 14.133 de 2021, com suas ulteriores alterações, torna público a realização da **CHAMADA PUBLICA Nº 031/2026- PROCESSO ADMINISTRATIVO 211/2026. Objeto: CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DA AGRICULTURA FAMILIAR**, o INÍCIO DO CREDENCIAMENTO: A partir das 07:00 horas do dia **8/9/2026**. TÉRMINO DO CREDENCIAMENTO: Nos termos do art. 79, parágrafo único, inciso I, da Lei Federal n° 14.133/2021, o credenciamento ficará aberto por prazo indeterminado, disponível para ingresso dos interessados a qualquer momento, a documentação para o Credenciamento deverá ser enviada no endereço: Rua Fernando Antônio Schettini, n° 31, centro, Poções – Ba, das 7:00 às 13:00, de segunda a sexta feira (dia útil) ou através do endereço eletrônico: compraspmp65@gmail.com. Informações no e-mail: licitacaopocoes2021@gmail.com. Divulgação de Edital e outros atos – Site da Prefeitura Municipal de Poções https://www.pocoes.ba.gov.br/licitacoes - Diário Oficial: https://sai.io.org.br/ba/pocoes/Site/DiarioOficial, Portal da Transparência através do site https://pocoes-ba.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=34, ou Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1. Irenilda Cunha de Magalhães- Prefeita Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

CREDENCIAMENTO Nº 031/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 211/2026

O Município de Poções- BA comunica a abertura da **CHAMADA PUBLICA Nº 031/2026- PROCESSO ADMINISTRATIVO 211/2026. OBJETO: CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DA AGRICULTURA FAMILIAR, e demais condições descritas no edital e em seus anexos, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 006 de 08 de janeiro de 2024. INÍCIO DO CREDENCIAMENTO:** A partir das 07:00 horas do dia **8/9/2026**.**TÉRMINO DO CREDENCIAMENTO:** Nos termos do art. 79, parágrafo primeiro, inciso I, da Lei Federal n° 14.133/2021, o credenciamento ficará aberto por prazo indeterminado, disponível para ingresso dos interessados a qualquer momento. **Informações** através do e-mail licitacaopocoes2021@gmail.com ou envio dos documentos para o setor de licitação no endereço: Praça da Bandeira, 02, Centro – Poções – Bahia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

EDITAL CREDENCIAMENTO Nº 031/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 211/2026

O MUNICÍPIO DE POÇÕES-BA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº14.242.200/0001-65 com sede na Praça da Bandeira, 02, Centro – Poções – Bahia, representado pela prefeita municipal, a Srª. **Irenilda Cunha de Magalhães,** no uso de suas prerrogativas legais, torna público para conhecimento de quantos possam se interessar que está aberto o **CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DA AGRICULTURA FAMILIAR**, e demais condições descritas no edital e em seus anexos, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei Federal n° 14.133/2021

INÍCIO DO CREDENCIAMENTO: A partir das 07:00 horas do dia 8/9/2026.

DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: o Edital está disponível na íntegra no endereço eletrônico do Portal do Município de Poções (https://sai.io.org.br/ba/pocoes/Site/DiarioOficial) e no Portal Nacional de Compras Públicas (https://pncp.gov.br/app/editais).

TÉRMINO DO CREDENCIAMENTO: Nos termos do art. 79, parágrafo primeiro, inciso I, da Lei Federal n° 14.133/2021, o credenciamento ficará aberto por prazo indeterminado, disponível para ingresso dos interessados a qualquer momento.

LOCAL PARA ENVIO DOS DOCUMENTOS DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO: através do e-mail compraspmp65@gmail.com ou envio dos documentos para o Departamento de Compras no endereço: Rua Fernando Antônio Schettini, n° 31, centro, Poções – Ba, horário das 07h00min às 13h00min.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E MAIORES INFORMAÇÕES: No Departamento de Licitações de 2ª a 6ª feira, das 07h00min às 13h00min, na Praça da Bandeira, 02, Centro – Poções – Bahia ou pelo e-mail: licitacaopocoes2021@gmail.com.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Conforme item 3, deste instrumento de convocação, os interessados têm até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, para impugnar ou solicitar esclarecimentos deste Edital, por irregularidade na aplicação da Lei 14.133 de 2021 e do Decreto Municipal nº 006, de 08 de janeiro de 2024. Só após esse prazo legal, dar-se-á início a recepção dos documentos para o credenciamento a partir do dia 8/9/2026.

1. DO OBJETO
1.1. O objeto do presente edital de credenciamento é **CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DA AGRICULTURA FAMILIAR,** de acordo com o Anexo I do presente Edital.

1.2. As especificações e demais condições do **CREDENCIAMENTO** constam dos Anexos a este Edital, partes integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

2. DO ACESSO
2.1. O acesso ao credenciamento é livre a todos os interessados que comprovem possuir os requisitos necessários ao fornecimento do objeto em questão, por meio da apresentação dos documentos listados no presente edital a partir da data de sua publicação.
2.2. Este Credenciamento ficará aberto, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados.
2.3. A Comissão Especial de Credenciamento, reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.
2.4. As validades para os documentos apresentados serão aquelas constantes de cada documento ou estabelecidos em lei.
2.5. Nos casos omissos, agente de contratação, considerará como prazo de validade aceitável o de 90 (noventa) dias contados da data de sua emissão.

3. DOS ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

3.1. Qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos ao presente Edital de Credenciamento por eventuais omissões ou dubiedades, a qualquer momento após a publicação do seu aviso, via e-mail.

4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

4.1. Este Edital estará vigente por período indeterminado, até disposição em sentido contrário a ser determinada pela autoridade competente.
4.2. Este Edital poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e oportunidade da administração.
4.3. A revogação ou anulação deste Edital dependerá de prévia publicação, utilizando-se os mesmos meios empregados ao tempo de sua edição.
4.4. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos Art. 147 ao Art. 150 da Lei Federal Nº 14.133, de 2021.
4.5. O termo de credenciamento poderá ser rescindido a qualquer tempo pela Administração Pública, mediante notificação formal, sem prejuízo da manutenção das obrigações contraídas durante a vigência do contrato
4.6. A forma como devem ser prestados estão discriminados no Anexo I deste Edital.
4.7. Enquanto estiver vigente o Edital, fica permitido o credenciamento, a qualquer tempo, de qualquer interessado, desde que preencha as condições ora exigidas.

5. DOS ENVELOPES - HABILITAÇÃO

5.1. Os interessados deverão apresentar, no Envelope nº 01 – Habilitação, a documentação exigida no item 8 do Termo de Referência e neste Edital, de acordo com sua condição de participação, compreendendo a documentação de identificação, regularidade e qualificação necessária à comprovação da habilitação do agricultor familiar, grupo informal ou grupo formal.
5.2. A documentação deverá ser apresentada de forma legível, válida e dentro do prazo de validade, quando aplicável, observadas as exigências estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital.
5.3. A ausência de documento exigido ou o não atendimento às condições de habilitação previstas no item 8 do Termo de Referência poderá ensejar a inabilitação do interessado, ressalvadas as hipóteses de saneamento admitidas pela legislação aplicável.
5.4. A documentação será analisada pela Comissão responsável pelo procedimento, que verificará o atendimento das condições estabelecidas para habilitação e posterior participação na contratação.

6. ABERTURA, PROCEDIMENTOS E JULGAMENTO

6.1. A documentação de habilitação e os Projetos de Venda serão analisados pela Comissão responsável, que verificará o atendimento às exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e na legislação aplicável ao PNAE.
6.2. Serão considerados habilitados os fornecedores que apresentarem a documentação exigida e atenderem às condições estabelecidas neste Edital.
6.3. Após a habilitação, os Projetos de Venda serão analisados e selecionados de acordo com os **critérios de prioridade e seleção estabelecidos na Resolução CD/FNDE nº 4/2026**, observando-se a ordem de prioridade prevista para os fornecedores da agricultura familiar.
6.4. O preço dos gêneros alimentícios será aquele previamente estabelecido pela Administração, conforme a metodologia de formação de preços prevista na regulamentação do PNAE, não constituindo a chamada pública procedimento de disputa por menor preço.
6.5. O valor individual máximo de venda dos gêneros alimentícios da agricultura familiar será de **R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por ano civil, por Entidade Executora, por CAF**, observado o limite aplicável a cada agricultor familiar.
6.6. No caso de Grupo Formal, o limite máximo de venda será calculado considerando o número de agricultores familiares com CAF que integram a organização e que participam efetivamente do Projeto de Venda, observado o limite individual de cada CAF.
6.7. A Comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos ou sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, nos termos da legislação aplicável.

6.8. Do resultado da habilitação e da seleção dos Projetos de Venda será lavrada ata, sendo o resultado divulgado pelos meios oficiais de publicação do Município, assegurados aos interessados os direitos de manifestação e recurso previstos neste Edital e na legislação aplicável.

7. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

7.1. Após a declaração de habilitação do fornecedor interessado, não havendo manifestação recursal, a Autoridade Competente opinará sobre a adjudicação do credenciado.

7.2. No caso de interposição de recurso, caberá à Autoridade Competente, após decisão do recurso, opinar pela adjudicação do credenciado.

7.3. A autoridade competente homologará o credenciamento, convocando o credenciado a assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente.

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1. Após a homologação do credenciamento e tendo a necessidade de contratação, a(s) credenciada(s) será(ão) convocada(s) para assinar o termo de credenciamento.

8.2. O Termo de Credenciamento a ser assinado estabelecerá as cláusulas, critérios e condições definidas no art. 92 da Lei nº 14.133/2021 e observará os termos contidos na minuta prevista no ANEXO IV deste Edital ou as disposições constantes de instrumento equivalente.

8.3. O prazo máximo para assinatura e entrega do termo de contrato é de 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021. 21.3.1. O prazo para assinatura do termo de contrato acima estabelecido poderá ser prorrogado, nos tesmos da lei 14.133/2021.

8.4. A recusa injustificada do proponente credenciado em assinar o Termo de Credenciamento, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, importará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades estabelecidas neste edital e em Lei.

8.5. Por ocasião da assinatura do Termo de Credenciamento, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo proponente durante a vigência do Termo de Credenciamento.

8.6. O presente Edital fará parte integrante do Termo de Credenciamento, bem como seus anexos e a proposta apresentada pela proponente credenciada.

8.7. Será designado um gestor e um Fiscal para o Termo de Credenciamento, que desempenhará as atribuições previstas na legislação aplicável ao caso.

8.8. O objeto deste credenciamento deverá ser entregue, nos prazos, local e condições previstas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital e observará as regras para recebimento contidos na minuta prevista no ANEXO IV, ou instrumento equivalente.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Decreto Municipal nº 006, de janeiro de 2024.

9.2. Caberá recurso, com efeito suspensivo, nos casos de habilitação ou inabilitação no cadastramento para o credenciamento, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Os recursos serão recebidos por meio eletrônico e serão dirigidos à autoridade máxima do órgão ou entidade contratante por intermédio da comissão especial de credenciamento designada, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informados.

9.4. A autoridade máxima, após receber o recurso e a informação do agente de contratação ou da comissão especial de credenciamento designada, proferirá, também no prazo de 3 (três) dias úteis, a sua decisão, devendo promover a sua respectiva publicação, conforme o prazo do item 8.1.3.

9.5. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.5.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.5.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 24 (horas).

9.5.3. Nesse momento a Comissão de Especial de Credenciamento não adentrará no mérito recursal, mas

apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
9.6. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
9.7. O recurso será dirigido ao responsável pela condução do edital, o qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo, contado do recebimento dos autos.
9.8. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
9.9. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
9.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
9.11. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
9.12. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no setor de licitação, no endereço constante neste Edital.
9.13. Durante a vigência do edital de credenciamento, incluídas as suas republicações, o órgão ou entidade contratante, a seu critério, poderá convocar por ofício os credenciados para nova análise de documentação, quando serão exigidos os documentos que comprovem a manutenção das condições apresentadas quando do cadastramento para o credenciamento do interessado, sob pena de descredenciamento.
9.14. A partir da data em que for convocado para apresentar a documentação atualizada, o credenciado terá até 5 (cinco) dias úteis para enviá-la.
9.15. A análise da documentação deverá ser realizada em prazo igual ao do cadastramento para o credenciamento, cuja decisão está sujeita a recurso na forma do item 11.2, 11.3 e 11.4 .
9.16. Os credenciados convocados para apresentar a documentação referida no item 7 deste participarão normalmente, quando for o caso, dos sorteios de demandas ou das convocações feitas pelo órgão ou entidade contratante.
9.17. O resultado da análise prevista do item 7, será publicado no prazo de cinco dias úteis.

10. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
10.1. A gestão e a fiscalização do contrato seguirão os termos previstos na Lei Federal n° 14.133/2021 e demais regulamentações da matéria na Prefeitura Municipal Poções-Bahia.
10.2. A gestão e a fiscalização do contrato encontram-se discriminadas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

11. DA SUBCONTRATAÇAO
11.1. É expressamente vedada a subcontratação do objeto.

12. DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS
12.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
12.2. A Contratada obriga-se por si, por seus empregados e prepostos, a tratar de forma absolutamente confidencial e de caráter sigiloso todos os dados, informações, plantas e croquis, acesso a servidores e banco de dados, segredos comerciais, marcas, criações, desenhos, especificações técnicas e comerciais da CONTRATANTE e suas coligadas, aos quais venha a ter acesso por força deste instrumento. Obriga-se, ainda, a CONTRATADA a manter sua confidencialidade mesmo após o término do presente contrato, respondendo, se, descumprido este item, por perdas e danos, na forma da legislação aplicável a matéria.
12.3. A Credenciada não se escusará do cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD, Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.
12.4. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas, de acordo com o que dispõe a Seção III, capítulo VI da LGPD.

13. DO DESCREDENCIAMENTO
13.1. O credenciado poderá, a qualquer tempo, solicitar seu descredenciamento mediante o envio de

solicitação escrita ao órgão ou entidade contratante.
13.2. A resposta ao pedido de descredenciamento deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias.
13.3. O pedido de descredenciamento não desincumbe o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades a eles atreladas, cabendo em casos de irregularidade na execução do serviço a aplicação das sanções definidas a que se refere o item 14.1, conforme Decreto Municipal nº 006, de 08 de janeiro de 2024.
13.4. O descredenciamento será cabível em função de fatos que ensejem o comprometimento das condições de habilitação e que sejam insanáveis ou não tenham sido sanados no prazo assinalado pelo órgão responsável do Município, bem como em razão de desvios de postura profissional ou situações que possam interferir negativamente nos padrões éticos e operacionais de execução dos serviços contratados.
13.5. Deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.
13.6. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.
13.7. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

14. DA FISCALIZAÇÃO
14.1. O Município de Poções reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, o fornecimento dos produtos pelas credenciadas, podendo proceder ao descredenciamento, em caso de má prestação, verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa;
14.2. O credenciamento configura uma relação contratual de fornecimento de produtos.
14.3. Os produtos devem atender aos mais elevados padrões de qualidade, conforme estabelecido no edital, e estar em conformidade com as especificações técnicas definidas.

15. DO PREÇO
15.1. A Prefeitura Municipal de Poções pagará pelos serviços o valor estabelecido Estimativas do valor da contratação do Termo de Referência.
15.2. Os preços, ora estipulados, poderão ser reajustáveis pelo IPCA.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade Gestora: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Órgão: 0106 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentaria: 0601 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE POÇÕES
Projeto/Atividade: 2.015 Manutenção da Secretaria de Educação;
Atividade/projeto: 2.016 PNAE programa nacional de Alimentação Escolar;
Atividade/projeto: 2.019 QSE Quota salário de Educação.
Fonte de Recurso: 1500100
Fonte de Recurso: 1552000000
Fonte de Recurso: 15500000
Elemento despesa: 44903000000 - Material De Consumo

17. DAS PENALIDADES / SANÇÕES
17.1. Comete infração administrativa nos termos do artigo 155 da Lei n° 14.133/2021, a Contratada que:
17.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
17.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
17.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
17.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
17.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
17.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
17.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
17.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
17.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
17.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
17.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei n° 12.846, de 1° de agosto de 2013.

17.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei 14.133/21 as seguintes sanções:
17.2.1. Advertência;
17.2.2. Multa;
17.2.3. Impedimento de licitar e contratar;
17.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
17.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
17.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
17.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
17.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
17.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.4. A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

17.5. A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da lei 14.133/21.

17.6. A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.7. A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4° deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.8. A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
17.8.1. Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
17.8.2. Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
17.8.3. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.
17.8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
17.8.5. A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
17.8.6. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da lei de licitações, será facultada

a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.8.7. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato ou neste termo de referência.

17.9. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas nos órgãos Oficial de Imprensa.

18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, por irregularidade na aplicação da lei 14.133 de 2021 e do Decreto Municipal nº 006, de 08 de janeiro de 2024.

18.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e- mail licitacaopocoes2021@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço da prefeitura municipal/setor de licitações.

18.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo A Comissão Especial de Credenciamento requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

18.4. Acolhida a impugnação, e esta impactar na reformulação da proposta, será definida e publicada nova data para a realização do certame, conforme art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/21.

18.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação, se houver impacto na formulação de propostas**.**

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF;

19.2. No julgamento das propostas e da habilitação, A Comissão Especial de Credenciamento poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

19.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação;

19.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

19.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

19.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração;

19.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público;

19.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

O Edital e seus anexos estão disponibilizados, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou pelo Site: https://sai.io.org.br/ba/pocoes/Site/DiarioOficial e no endereço eletrônico Portal: licitacaopocoes2021@gmail.com.com e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço da prefeitura, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

20. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

21.1. Anexo I - Termo de referência;

21.2. Anexo II - Proposta de Preços - Relação de Produtos;

21.3. Anexo III - Modelo de Projeto de Venda - Fornecedor Individual;

21.4.Anexo IV - Modelo de Projeto de Venda – Grupo Formal/Grupo Informal;

21.4.Anexo V - Minuta do Termo de Credenciamento;

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

21.5.Anexo VI - Modelo de Formulário para Metodologia para Avaliação de Amostras;
21.6. Anexo VII – Modelo de Especificação dos Gêneros Alimentícios;
21.7.Anexo VIII – Modelo de Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados relacionados no projeto de venda.

Dirani Cunha Porto Fagundes
Sec. Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

CREDENCIAMENTO Nº 031/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 211/2026

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO	**Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, ou suas organizações, visando atender as necessidades da alimentação escolar, dos alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino.**

1) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação:

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, ou suas organizações, visando atender as necessidades da alimentação escolar, dos alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino.

Natureza do Objeto: Objeto de natureza temporária alinhado ao período do ano letivo municipal.

Quantitativos:

A estimativa das quantidades foi elaborada a partir do número de alunos atualmente matriculados na Rede Municipal de Ensino, do calendário letivo vigente e do histórico de consumo verificado em contratações pretéritas de mesma natureza realizadas pela Secretaria Municipal de Educação. Serviram de base: o relatório oficial de matrículas por unidade escolar; os cardápios e respectivas fichas técnicas aprovados pelo setor de alimentação escolar; o calendário letivo; e a documentação comprobatória de execuções anteriores (Chamada Pública n° 001/2025).

A memória de cálculo considera, para cada item, escola, etapa e refeição, o produto entre: (I) o quantitativo de alunos atendidos; (II) os dias em que o item compõe o cardápio ao longo do período letivo; (III) o número de porções por aluno em cada ocasião; e (IV) a gramagem per capita indicada nas fichas técnicas. Esse resultado é ajustado por fatores técnicos: um estoque de segurança destinado a absorver oscilações de demanda e sazonalidade. Para itens medidos em massa ou volume, a consolidação final é expressa em quilogramas ou litros; para itens contáveis, como ovos, adota-se a unidade por aluno e a conversão para dúzias quando cabível. Todos os cálculos são realizados por escola e etapa e, em seguida, consolidados por item para compor o total da contratação.

Com vistas à aderência ao cardápio e à realidade produtiva local, as quantidades estimadas são organizadas por famílias de itens com sazonalidade semelhante (por exemplo, frutas da estação; hortaliças folhosas; hortaliças raízes e frutos; leguminosas e cereais de agricultura familiar). Em cada família, estabelece-se, previamente e com

validação técnica da nutricionista, uma margem de substituição interna que permita ajustes à oferta local sem prejuízo do valor nutricional e da programação das refeições. A periodização das entregas observa a natureza do produto e a capacidade de armazenamento das escolas: para perecíveis, preferencialmente entregas semanais ou quinzenais; para semiperecíveis e secos, entregas mensais ou bimestrais. Prevê-se, ainda, a possibilidade de ajustes de quantidades mediante comunicação prévia mínima de 72 (setenta e duas horas), a fim de evitar perdas e desabastecimento.

Foram consideradas interdependências com outras contratações da alimentação escolar, notadamente aquelas destinadas a gêneros não provenientes da agricultura familiar, para prevenir sobreposição de itens e duplicidade de planejamento. A consolidação por regiões e rotas de entrega (zonas urbana e rural e agrupamentos de escolas próximas) busca reduzir custos logísticos, equilibrar lotes e facilitar o planejamento da produção pelos agricultores familiares. Além disso, a padronização de unidades de fornecimento e de embalagens entre as escolas contribui para a redução de desperdícios, simplifica a conferência no recebimento e potencializa ganhos de escala na aquisição.

Por fim, registra-se que as estimativas resultam de parâmetros técnicos e poderão ser ajustadas na execução, diante de variações de matrícula, presença, sazonalidade e calendário escolar, desde que resguardados o atendimento ao cardápio, o interesse público e o equilíbrio orçamentário.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UND
	LOTE 01		
1	Abóbora japonesa, convencional ou ecológica, preferencialmente ecológica, médio grau de amadurecimento, primeira qualidade, tamanho médio, com casca sã, sem ruptura.	5.000	Kg
2	Aipim branco, convencional ou ecológico, preferencialmente ecológico, novo, de primeira qualidade, descascado, congelado ou resfriado, em embalagem transparente.	3.000	Kg
3	Alface, convencional ou ecológico, preferencialmente ecológico, folhas integras, de 1ª qualidade.	700	MAÇO
4	Batata doce, convencional ou ecológica, preferencialmente ecológica, nova, de 1ª qualidade, limpa sem terra e sem brotos.	200	Kg
5	Banana da prata, convencional ou ecológica, preferencialmente ecológica, médio grau de amadurecimento, 1ª qualidade, com casca sã, sem ruptura, em unidades de peso médio entre 80 e 100 g.	8.000	Kg
6	Banana da terra, convencional ou ecológica, preferencialmente ecológica, médio grau de amadurecimento, 1ª qualidade, com casca sã, sem ruptura, em unidades de peso médio entre 120 e 160 g.	500	Kg
7	Beterraba, convencional ou ecológica, preferencialmente ecológica, nova, de 1ª qualidade, limpa, tamanho médio, com casca sã, sem ruptura.	400	Kg
8	Cebolinha, convencional ou ecológica, preferencialmente ecológica, com folhas verdes, limpa, sem ferrugem e livre de insetos.	2.000	MOLHO
9	Cenoura, convencional ou ecológica, preferencialmente ecológica, sem folhas, nova, de 1ª qualidade, tamanho médio, com casca sã, sem ruptura.	2.000	Kg
10	Chuchu, convencional ou ecológico, preferencialmente ecológico, de 1ª qualidade, novo, limpo, tamanho médio, com casca sã, sem ruptura.	200	Kg
11	Coentro, convencional ou ecológico, preferencialmente ecológico, com folhas verdes, limpo, sem ferrugem e livre de insetos.	2.000	MOLHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

12	Couve folha, convencional ou ecológico, preferencialmente ecológico, nova, com folhas verdes, sem rupturas, de 1ª qualidade.	700	MAÇO
13	Feijão carioquinha, tipo 1, novo, limpo, seco, sem perfurações e livre de insetos. Embalagem individual com peso máximo de 1 kg.	2.500	Kg
14	Laranja, convencional ou ecológica, preferencialmente ecológica, de 1ª qualidade, com casca sã, sem ruptura, unidade com peso médio de 130 a 150g.	3.000	Kg
15	Melancia, convencional ou ecológica, preferencialmente ecológica, nova, primeira qualidade, com casca sã, sem ruptura, com peso médio de 11kg.	4.000	Kg
16	Maracujá, convencional ou ecológico, preferencialmente ecológico, com médio grau de amadurecimento, primeira qualidade, tamanho médio, com casca sã, sem ruptura.	750	Kg
17	Pepino, convencional ou ecológico, preferencialmente ecológico, novo, de 1ª qualidade, limpo, tamanho médio, com casca sã, sem ruptura.	100	Kg
18	Pimentão verde, convencional ou ecológico, preferencialmente ecológico, de 1ª qualidade, limpo, tamanho médio, com casca sã, sem rupturas.	750	Kg
19	Repolho, convencional ou ecológico, preferencialmente ecológico, novo, com folhas levemente verdes, sem rupturas, de 1ª qualidade.	150	Kg
20	Tomate, convencional ou ecológico, preferencialmente ecológico, grau de amadurecimento médio, de 1ª qualidade, limpo, tamanho médio, com casca sã, sem rupturas.	1.000	Kg
	LOTE 02		
21	Iogurtes com polpa de fruta, sabores frutas e morango, isento de corantes artificiais, produto fermentado, obtido a partir do leite de mamíferos, por ação das bactérias Streptococcus thermophillus e Lactobacillus bulgaricus dando como resultado a coagulação do leite. Com aspecto, cor e cheiro próprio, sabor de acordo com a fruta, consistência cremosa, acondicionadas em frasco de plástico, atóxico e estéril e em temperatura de refrigeração. Embalagem individual de 01 litro.	1.000	UND
	LOTE 03		
22	Polpa de fruta congelada, (diluição 200g/1L), sabores manga, goiaba, cajá e acerola, em embalagem plástica transparente contendo identificação do fabricante, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e numero do lote. Embalagens de 01 kg.	5.000	Kg
	LOTE 04		
23	Biscoito polvilho, tipo avoador, formato redondo, íntegro, sem conservantes, em embalagem plástica transparente com identificação do fabricante, informação nutricional, data de fabricação e prazo de validade. Embalagens plástica transparente de 1kg.	100	Kg
	LOTE 05		
24	Café em pó, torrado e moído, em embalagem aluminizada, contendo no rótulo a denominação "Café torrado" seguida da sua classificação, marca ou identificação do fabricante com endereço do mesmo, informações nutricionais, ingredientes, data de fabricação, validade e número de lote.Embalagens de 250g.	3.000	UND
	LOTE 06		
25	Farinha de mandioca branca, torrada, de primeira qualidade, seca e sem sujidade. A embalagem deve conter identificação do fabricante com endereço do mesmo, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e número de lote. Embalagens em sacos transparente de 1 kg.	3.000	Kg
	LOTE 07		
26	Leite de vaca pasteurizado, tipo C, baixo teor de gordura, embalagem contendo informações dos ingredientes, composição nutricional, data de fabricação, prazo de validade, numero do lote e registro no Ministério da Agricultura, embalagem plástica resistente individual de 01 (um) litro.	35.000	UND
	LOTE 08		
27	Manteiga, produto gorduroso obtido exclusivamente pela bateção com ou sem modificação biológica de creme pasteurizado derivado exclusivamente do leite de vaca, por meios tecnologicamente adequados. A matéria gorda da manteiga deverá estar composta exclusivamente de gordura láctea. Consistência sólida, de textura lisa uniforme, untosa e com distribuição uniforme de água (umidade). Cor branco amarelada sem manchas ou pontos de outra coloração. De sabor suave, característico, aroma delicado, sem odor e sabor estranho. A embalagem deve conter as seguintes informações impressas: peso, marca e identificação do fabricante com endereço, informações nutricionais, ingredientes, data de fabricação, validade e número de lote. Embalagem de 500g.	100	UND

Prazo do Contrato: O contrato será até 31 de dezembro de 2026, compreendendo a duração do ano letivo municipal.

Possibilidade de Prorrogação: Eventuais prorrogações seguirão as disposições da Lei nº 14.133/2021, respeitando as condições e justificativas de interesse público e os limites previstos para a modalidade contratual.

2) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas:

2.1 - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público

A contratação é necessária para assegurar o fornecimento regular, contínuo e com padrão de qualidade de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino de Poções-BA, condição essencial ao aprendizado, à saúde e ao desenvolvimento integral, com especial atenção aos estudantes em situação de vulnerabilidade social. Sob a ótica do interesse público, a aquisição direta da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural garante refeições equilibradas, nutritivas e culturalmente adequadas, em conformidade com o cardápio elaborado por profissional de nutrição, reforçando a segurança alimentar e nutricional dos escolares.

Além de atender às demandas da rede de ensino, a contratação fomenta a economia local e regional, estimula práticas produtivas sustentáveis e promove a inclusão socioeconômica de pequenos produtores, gerando impactos positivos que ultrapassam o ambiente escolar e contribuem para o desenvolvimento rural e a redução de desigualdades. Em síntese, a necessidade está diretamente vinculada à proteção de direitos fundamentais dos alunos e ao cumprimento das políticas públicas de alimentação escolar, com benefícios sociais e ambientais alinhados ao interesse público e ao desenvolvimento sustentável do município.

2.2 - Demonstração da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, indicando alinhamento com o planejamento da Administração

O Estudo Técnico Preliminar demonstrou que a contratação está integralmente alinhada ao Planejamento Estratégico 2026 do Município de Poções – BA. A necessidade encontra-se prevista nas Leis Orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação, o que evidencia a compatibilidade da contratação com o planejamento financeiro e estratégico da Administração.

Tal previsão reforça a importância do planejamento antecipado e da gestão responsável dos recursos,

assegurando que a aquisição dos materiais de construção faça parte de uma política contínua de manutenção e melhoria das instalações públicas.

2.3 - Levantamento de mercado e justificativa técnica e econômica da solução escolhida

O levantamento de mercado evidencia dois arranjos predominantes para o suprimento da alimentação escolar no âmbito municipal: de um lado, empresas atacadistas e varejistas que fornecem gêneros alimentícios por meio de licitações tradicionais, notadamente o Pregão Eletrônico; de outro, agricultores familiares, empreendedores familiares rurais e suas organizações, formais ou informais, aptos a fornecer diretamente por chamada pública específica. Com base nas contratações anteriores e no mapeamento da oferta local e regional, identificou-se, na região de Poções/BA e adjacências, a presença de associações e cooperativas com capacidade de atendimento programado para itens do cardápio escolar — como frutas da estação, hortaliças, raízes, ovos e leguminosas — de forma compatível com a sazonalidade e a logística municipal. Verificou-se, ainda, que os fornecedores empresariais via pregão exibem condições comerciais competitivas para gêneros secos e semiperecíveis, mas apresentam menor aderência às especificidades de perecibilidade, sazonalidade e origem local intrínsecas à política pública do PNAE.

Embora o Pregão Eletrônico seja técnica adequada para bens comuns, por favorecer padronização, disputa de preços e escala em itens estáveis, ele não se mostra o meio mais apropriado para a aquisição direta da agricultura familiar no objeto ora delimitado. Há razões jurídicas e operacionais que sustentam essa conclusão: a legislação específica determina a aplicação de, no mínimo, 30% dos recursos do PNAE em aquisições diretas da agricultura familiar, por chamada pública (Lei nº 11.947/2009, art. 14, e Resolução FNDE nº 6/2020); a configuração típica de lotes e cronogramas em pregões tende a privilegiar grandes distribuidores, dificultando a participação efetiva de pequenos produtores locais; e a dinâmica de fornecimento exigida pelo cardápio escolar — com sazonalidade, entregas fracionadas e rastreabilidade de origem — é mais eficientemente atendida pelo rito próprio da chamada pública. Experiências pretéritas e práticas de mercado, ademais, indicam maior risco de descompasso entre oferta e demanda de perecíveis quando a aquisição se dá via atacadistas externos ao território, com reflexos no frescor, na qualidade e nas perdas.

A chamada pública destinada à agricultura familiar, prevista na Lei nº 11.947/2009 (art. 14 e § 1º) e regulamentada pela Resolução FNDE nº 6/2020, configura o procedimento específico e adequado para a contratação direta de gêneros alimentícios para a alimentação escolar. Esse modelo permite alinhar tecnicamente o fornecimento ao cardápio e à sazonalidade local, programar entregas fracionadas por escola e período, reduzir perdas e aprimorar o controle sanitário, além de assegurar rastreabilidade de origem e fortalecer circuitos curtos de comercialização. A formação de preços com base em referências admitidas nas normas do FNDE amplia a segurança e a razoabilidade dos valores, enquanto a execução por famílias de itens e por rotas viabiliza a participação simultânea de diferentes produtores, diluindo riscos de desabastecimento.

Do ponto de vista técnico, a chamada pública atende de modo mais eficiente às necessidades das escolas, garantindo variedade, frescor e janelas de entrega compatíveis com a capacidade de armazenamento. Sob a perspectiva econômica, a proximidade geográfica e a eliminação de intermediários tendem a reduzir custos logísticos e perdas por perecibilidade, melhorando o custo total de abastecimento (preço, transporte, perdas e substituições). A organização das quantidades por famílias de produtos, a consolidação por polos e rotas e a sincronização de entregas geram ganhos de escala proporcionais à realidade da agricultura familiar, preservada a competição entre proponentes habilitados, ao mesmo tempo em que produzem externalidades positivas — como geração de renda local, dinamização da economia rural e reforço da segurança alimentar.

À vista do levantamento de mercado, das exigências do PNAE e da análise comparativa das alternativas, conclui-se que a chamada pública voltada à agricultura familiar e ao empreendedor familiar rural, ou às suas organizações, é a solução técnica e economicamente mais adequada para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar da Rede Municipal de Poções/BA. A fundamentação jurídica repousa na Lei nº 11.947/2009 (art. 14) e na Resolução FNDE nº 6/2020, aplicando-se, de forma supletiva e no que couber, a Lei nº 14.133/2021 (art. 79). Tal escolha assegura o cumprimento da política pública setorial, a continuidade do cardápio com produtos frescos e regionais, a redução de perdas e de custos logísticos, e o fortalecimento da economia local, em consonância com os princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público.

2.4 - Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e documentos de suporte

As estimativas de quantidades foram apuradas com base no relatório oficial de matrículas por unidade escolar, no calendário letivo vigente, nos cardápios e respectivas fichas técnicas aprovados pelo setor de alimentação escolar e no histórico de consumo de contratações pretéritas (inclusive Chamada Pública nº 001/2025). A memória de cálculo considera, para cada item, escola, etapa e refeição, o produto entre o número de alunos atendidos, os dias em que o item integra o cardápio, o número de porções por aluno e a gramagem per capita, com ajustes técnicos por estoque de segurança e sazonalidade. Os resultados são consolidados por escola/etapa e agregados por item, expressos em quilogramas ou litros para itens de massa/volume e em unidades/dúzias para itens contáveis, conforme o caso. As planilhas e documentos comprobatórios permanecem anexos ao Estudo Técnico Preliminar.

Para aderir ao cardápio e à oferta local, as quantidades são organizadas por famílias de itens com sazonalidade semelhante, prevendo margem de substituição interna validada pela nutricionista, sem prejuízo do valor nutricional. A periodicidade das entregas observa a natureza do produto (perecíveis, preferencialmente semanais/quinzenais; semiperecíveis e secos, mensais/bimestrais) e admite ajustes mediante comunicação prévia mínima de 72 horas, a fim de evitar perdas e desabastecimento. Consideraram-se interdependências com outras contratações da alimentação escolar (itens não oriundos da agricultura familiar), prevenindo sobreposições e duplicidades. A consolidação por regiões e rotas (zonas urbana e rural e agrupamentos de escolas) e a padronização de unidades/embalagens favorecem

a economia de escala, racionalizam a logística e simplificam a conferência no recebimento. As estimativas poderão ser ajustadas na execução em razão de variações de matrícula, frequência, sazonalidade e calendário escolar, preservados o atendimento ao cardápio, o interesse público e o equilíbrio orçamentário.

2.5 - Justificativas para o parcelamento ou não da contratação

O parcelamento da contratação é recomendado, por critérios técnicos e econômicos, para ampliar a competitividade, promover a inclusão produtiva da agricultura familiar e adaptar o abastecimento às necessidades concretas das escolas. Ao dividir o objeto em lotes estruturados por famílias de itens (sazonalidade e características de conservação), viabiliza-se a participação de pequenos produtores e cooperativas que não dispõem de escala para atender o conjunto do município, assegurando maior flexibilidade para ajustar quantidades e janelas de entrega ao cardápio e à capacidade de armazenamento. A diversificação de fornecedores também dilui riscos operacionais, reduzindo a probabilidade de desabastecimento e permitindo substituições pontuais sem comprometer a regularidade do serviço.

Reconhece-se, por outro lado, que o fracionamento excessivo pode elevar a complexidade administrativa e custos logísticos. Para mitigar tais efeitos, o estudo técnico preliminar propõe parcelamento técnico com consolidação mínima eficiente: padronização de unidades e embalagens, sincronização de calendários de entrega, formação de lotes compatíveis com a capacidade produtiva local e com as rotas otimizadas, além de procedimentos de recebimento e conferência uniformizados. Esse desenho preserva ganhos de escala onde forem pertinentes, sem restringir a competitividade.

Em conclusão, para o objeto o parcelamento técnico por famílias de produtos e por rotas/polos mostra-se a alternativa mais adequada. A medida está alinhada às diretrizes do PNAE, potencializa a inclusão social e econômica de pequenos produtores, melhora a aderência à sazonalidade e à logística local e promove eficiência e economicidade no custo total de abastecimento, com o impacto social desejado e menor risco de descontinuidade do fornecimento.

2.6 - Demonstrativo dos resultados pretendidos

A contratação junto à agricultura familiar busca gerar ganhos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros do Município. Do ponto de vista econômico, a proximidade geográfica dos fornecedores reduz custos logísticos de transporte, armazenamento e distribuição; as entregas programadas, alinhadas ao cardápio e à capacidade de armazenamento das escolas, minimizam desperdícios e substituições; e o fomento à produção local promove a circulação de recursos no território, fortalecendo a economia rural. Ademais, o atendimento à obrigatoriedade legal de destinar, no mínimo, 30% dos recursos do PNAE à agricultura familiar evita não conformidades e potenciais penalidades, preservando o equilíbrio orçamentário.

Quanto aos recursos humanos, a oferta de alimentos frescos e diversificados permite melhor planejamento nutricional e operacional, otimizando o trabalho das nutricionistas e das equipes escolares. O apoio técnico aos fornecedores eleva a eficiência produtiva e logística, reduz falhas de entrega e padroniza procedimentos. O parcelamento técnico por famílias de produtos e por rotas distribui responsabilidades entre múltiplos fornecedores, simplifica a gestão do abastecimento e diminui a sobrecarga administrativa, com maior previsibilidade e controle.

No uso de recursos materiais, a aquisição de itens frescos, com janelas de entrega compatíveis, reduz a necessidade de armazenamento prolongado e o acionamento intensivo de equipamentos (como câmaras frias), além de facilitar a manutenção da qualidade sanitária. A logística regionalizada e a padronização de unidades e embalagens favorecem a conferência no recebimento e a integridade dos produtos, contribuindo para a redução de perdas.

Sob a ótica financeira, a solução apresenta melhor custo total de abastecimento — considerando preço, transporte, perdas e substituições — e gera retorno socioeconômico indireto por meio do fortalecimento da agricultura familiar e da redução de desigualdades. Em síntese, pretende-se assegurar alimentação escolar de elevada qualidade nutricional com custos otimizados, inclusão socioeconômica de produtores locais, melhor utilização das estruturas e equipes municipais e fortalecimento da economia regional, em consonância com os princípios da eficiência e da economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

2.7 - Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação

Com base nos Estudos Técnicos Preliminares, conclui-se que a contratação, via chamada pública, de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural é adequada e suficiente para atender às necessidades da alimentação escolar da Rede Municipal de Poções-BA. A solução demonstra melhor aderência técnica ao cardápio e à sazonalidade, viabilidade econômica pelo menor custo total de abastecimento (preço, logística e perdas), mitigação de riscos por meio do parcelamento técnico e da regionalização das entregas e geração de externalidades positivas — fortalecimento da economia local, desenvolvimento rural e segurança alimentar. Está alinhada ao Planejamento Estratégico 2025, prevista nas peças orçamentárias e em conformidade com a legislação aplicável (Lei nº 11.947/2009 e Resolução FNDE nº 6/2020, com aplicação supletiva da Lei nº 14.133/2021), observando os princípios da eficiência, economicidade e do interesse público. Diante disso, recomenda-se a continuidade dos trâmites para a formalização da contratação.

2.8 – Fundamentação Jurídica

A fundamentação jurídica da contratação encontra-se no art. 06, inciso XLIII, art. 79, inciso I da Lei nº14.133/2021, Lei nº 11.947/2009 e o art. 29 da Resolução FNDE nº 6/2020.

O art. 06, inciso XLIII e o art. 09 inciso I da Lei 14.133/2021 descrevem que:

> *"Art. 06. Para os fins desta Lei, consideram-se:*
>
> *XLIII - credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;*
>
> *Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:*
>
> *I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas"*

A Lei 11.947/2009 dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. No que tange ao art. 29 da Resolução FNDE nº 6/2020 esse determina que "Art. 29 Do total dosrecursosfinanceirosrepassados pelo FNDE no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deve ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente daAgricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, conforme o art. 14, da Lei nº 11.947/2009."

3) Descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto:

3.1 - A solução consiste na aquisição, por chamada pública, de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, ou de suas organizações, para abastecer a alimentação escolar da Rede Municipal de Ensino de Poções-BA. Abrange todas as etapas do ciclo de vida do objeto, do planejamento à avaliação pós-contratual, com foco em aderência ao cardápio, segurança sanitária, economicidade, inclusão produtiva local e sustentabilidade.

3.2 - No planejamento, parte-se do diagnóstico de demanda com base no relatório oficial de matrículas, no calendário letivo e nos cardápios e fichas técnicas aprovados pela equipe de nutrição. As quantidades são estimadas por escola, etapa e refeição, considerando gramagens per capita, frequência no cardápio, porções e fatores de ajuste (sazonalidade e estoque de segurança).

3.3 - O desenho da contratação estrutura famílias de produtos (por sazonalidade e características de conservação) e organiza a logística por polos e rotas (zonas urbana e rural), definindo janelas de entrega compatíveis com a capacidade de armazenamento. Nessa fase, mapeiam-se fornecedores locais e regionais, avaliam-se interdependências com outras aquisições do PNAE e consolida-se a matriz de riscos e as medidas de mitigação.

3.4 - Na seleção de fornecedores, adota-se a chamada pública prevista na legislação do PNAE, com edital simplificado e critérios transparentes. Os proponentes apresentam projetos de venda com itens, quantidades, cronogramas e preços formados a partir de referências admitidas pelas normas do FNDE. A habilitação observa a

documentação exigida (regularidade fiscal, sanitária e comprovação de agricultura familiar — CAF vigente, conforme norma aplicável), e o julgamento prioriza organizações locais, qualidade, adequação ao cardápio e capacidade de atendimento. Quando pertinente, o parcelamento técnico por famílias e rotas amplia a competitividade e dilui riscos de desabastecimento.

3.5 - A formalização contratual estabelece cláusulas de objeto, quantidades estimadas, preços, cronograma de entregas, locais de destino, padrões de qualidade e segurança sanitária, rastreabilidade de origem, tolerâncias e substituições técnicas previamente validadas pela nutrição, além de regras de medição, pagamentos, penalidades, gestão de riscos e comunicação.

3.6 - Na execução e logística, os fornecedores realizam entregas fracionadas nos locais indicados pelo setor de alimentação escolar: perecíveis, preferencialmente semanais. O setor de alimentação escolar efetuam a conferência quantitativa e qualitativa no recebimento (integridade, temperatura, validade, rotulagem e conformidade com as fichas técnicas), aplicando-se rotinas de armazenamento seguro (PEPS/FIFO, segregação e higiene) para manter o frescor e minimizar perdas. A rastreabilidade é assegurada por documentos de entrega, registros de origem e controles de lote. A equipe de nutrição acompanha a execução, valida substituições internas entre itens da mesma família quando necessário e ajusta janelas de entrega para otimizar o uso da infraestrutura.

3.7 - O monitoramento e a fiscalização ocorrem de forma contínua, com indicadores de desempenho como taxa de atendimento do pedido, pontualidade, conformidade sanitária, índice de perdas, custo total de abastecimento e satisfação das unidades escolares. Não conformidades geram planos de ação corretiva, podendo ensejar glosas, substituições ou penalidades contratuais. O Conselho de Alimentação Escolar e os órgãos de controle social e institucional atuam no acompanhamento dos resultados, fortalecendo a transparência.

3.8 - A gestão financeira contempla empenho, liquidação e pagamento por entrega aferida, mediante documentação fiscal, atesto de recebimento e conformidade contratual. O tratamento de preços considera custos de ciclo de vida, aquisição, transporte, armazenagem, perdas e substituições, gestão administrativa e destinação de resíduos, privilegiando a solução com menor custo total e maior retorno socioeconômico local.

3.9 - Quanto à sustentabilidade e à gestão de resíduos, a solução incentiva circuitos curtos de comercialização, reduz emissões logísticas e prioriza embalagens adequadas, recicláveis ou retornáveis quando viáveis. As escolas adotam práticas de redução de desperdícios, porcionamento conforme fichas técnicas, controle de validade e, quando existente, destinação ambientalmente adequada de resíduos orgânicos (por exemplo, ações de compostagem em parceria com a comunidade escolar). Protocolos de recolhimento e substituição são aplicados para itens não conformes.

3.10 - Por fim, no encerramento e avaliação pós-contratual, consolidam-se relatórios de desempenho, consumo e

custo total; registram-se lições aprendidas; e atualizam-se os parâmetros de demanda e logística para o ciclo seguinte. As evidências de execução e a prestação de contas observam as diretrizes do PNAE, alimentando o planejamento do exercício subsequente e aprimorando a governança do programa.

3.11 - Em síntese, a solução cobre integralmente o ciclo de vida do objeto, assegurando aderência técnica ao cardápio escolar, qualidade e segurança sanitária, economicidade pelo menor custo total, impacto socioeconômico positivo no território e conformidade com a legislação aplicável, com mecanismos robustos de monitoramento, gestão de riscos e melhoria contínua.

4) Requisitos da contratação:

4.1 - A contratação deverá observar as disposições da Lei nº 14.133/2021, Lei nº 11.947/2009 e Resolução FNDE nº 6/2020, além de outras normativas que regulem a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar.

4.2 - Os gêneros alimentícios devem ser adquiridos diretamente de agricultores familiares, empreendedores familiares rurais ou suas organizações (cooperativas ou associações), devidamente certificados por meio de Declaração de Aptidão ao Pronaf (CAF) ou Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).

4.3 - Os produtores devem comprovar que os produtos a serem comercializados são de origem própria da sua produção.

4.4 - Os produtos deverão atender aos padrões de qualidade exigidos pelas legislações sanitárias vigentes, sendo entregues em condições adequadas para consumo, livres de qualquer tipo de contaminação, danos ou defeitos.

4.5 - Os produtos fornecidos devem estar em conformidade com o cardápio elaborado por nutricionista responsável, respeitando as necessidades nutricionais dos alunos e a diversidade alimentar regional.

4.6 - Os fornecedores devem demonstrar capacidade técnica e operacional para atender à demanda de gêneros alimentícios, considerando quantidade, variedade e cronograma de entregas estipulado pela Secretaria Municipal de Educação.

4.7 - Priorizar produtos que valorizem a produção local e promovam a sustentabilidade, contribuindo para o desenvolvimento da agricultura familiar no município e região.

4.8 - Produtos não perecíveis: Serão entregues mensalmente pelo fornecedor, diretamente na unidade escolar designada, respeitando-se a data previamente definida pelo setor de alimentação escolar.

4.9 – O prazo máximo para a entrega dos gêneros alimentícios não perecíveis é de 03 (Três) dias úteis, a partir da programação estabelecida pela coordenação de alimentação escolar, podendo ser prorrogado desde que plenamente justificado, atendendo ao interesse e conveniência pública;

4.10 - Produtos perecíveis sob refrigeração serão entregues semanalmente pelo fornecedor nas unidades escolares, devidamente pesados e separados de acordo com quantitativo solicitado através de planilha de entrega emitido pelo Setor de Alimentação Escolar e segundo listagem fornecida, respeitando-se a data previamente agendada.

4.11 - As entregas dos produtos deverão ocorrer conforme solicitação do Setor de Alimentação Escolar, obedecendo-se o seguinte:

a) O produto deverá ser de boa qualidade, sob pena de serem devolvidos pelo Setor de Alimentação Escolar ou pelas escolas;
b) Os produtos alimentícios deverão ser entregues na Escola Municipal localizada na cidade, os alimentos destinados as escolas localizadas na zona rural deverão ser entregues no Setor de Alimentação Escolar;
c) Se houver qualquer imprevisto, o Setor de Alimentação Escolar não se obriga a receber as mercadorias, ficando as mesmas para o livre comércio do fornecedor

4.12 - Os alimentos serão garantidos dentro do período de validade a seguir:

a) Gêneros alimentícios não perecíveis: validade mínima de 06 (seis) meses a 01 (um) ano de acordo com o constante nos rótulos da embalagem. Computados a partir da data de entrega.

b) Gêneros alimentícios perecíveis de refrigeração: Validade mínima de 30 (trinta) dias. Computados a partir da data de entrega.

4.13 - Os produtos deverão ser entregues em condições seguras de consumo, apresentando suas características organolépticas normais (cor, odor, textura, sabor e aparência), RESPEITANDO-SE RIGOROSAMENTE O PRAZO DE ENTREGA ESTABELECIDO, sendo improrrogáveis, sob pena de aplicação de sansão.

4.14 - Os produtos deverão ser entregues em recipientes adequados e limpos, devendo ser transportados em carros fechados. Mercadorias transportadas em carrocerias abertas que foram submetidas à poeira, chuva, sol entre outros serão devolvidas.

4.15 - O servidor responsável pela conferência dos produtos solicitará a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas no ato da entrega dos produtos, podendo inclusive requerer a substituição por outros, que ocorrerá no prazo máximo de 48 (Quarenta e Oito) horas, contados a partir do não recebimento daqueles que forem devolvidos, sendo improrrogáveis, sob pena de aplicação de sansão.

4.16 - A polpa de fruta e o iogurte deverão ser entregues diretamente nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino da Zona Urbana, conforme roteiro com programação do dia, entrega e quantidades fornecidos pela Coordenação de Alimentação Escolar ao grupo proponente vencedor. A Coordenação de Alimentação Escolar disponibilizará, em tempo hábil, todas as guias relativas aos roteiros com programação do dia da entrega e quantidades.

4.17 - Os gêneros secos deverão ser entregues, de acordo com a quantidade estabelecida pela Coordenação de Alimentação Escolar, no depósito da Coordenação de Alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação, localizado na Praça Benjamim Constan S/N, Centro, durante os meses de vigência do contrato.

4.18 - No que se referem aos produtos perecíveis, estes deverão ser entregues todas as segundas-feiras, de acordo com a quantidade estabelecida pela Coordenação de Alimentação Escolar, no depósito desta Coordenação, localizado na Praça Benjamim Constan S/N, Centro, durante os meses de vigência do contrato.

4.19 - É expressamente vedada a subcontratação do objeto.

5) Modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento:

5.1 - A execução do contrato tem por finalidade garantir, de ponta a ponta, a qualidade nutricional, a regularidade do abastecimento, a economicidade e o impacto socioeconômico local na alimentação escolar da Rede Municipal de Ensino de Poções-BA.

5.2 - O ciclo inicia-se com a mobilização das partes: Secretaria Municipal de Educação, equipe de nutrição, unidades escolares, fornecedores da agricultura familiar e instâncias de controle social. Nessa etapa, alinham-se cardápios, fichas técnicas, rotas de entrega, definem-se canais de comunicação e prazos de resposta e consolidam-se os documentos de habilitação e de rastreabilidade, estabelecendo uma base operacional comum e transparente.

5.3 - Em seguida, desenvolve-se o planejamento operacional detalhado. As quantidades são programadas por famílias de produtos e por rotas/polos, em consonância com a sazonalidade e a capacidade de armazenamento das escolas. A equipe de nutrição valida margens de substituição intra-família para acomodar variações de oferta sem prejuízo do valor nutricional, enquanto o calendário logístico diferencia perecíveis — preferencialmente com entregas semanais ou quinzenais — de semiperecíveis e secos — com entregas mensais ou bimestrais.

5.4 - A fase de execução materializa o abastecimento por meio de pedidos programados, emitidos em bases semanais e mensais e passíveis de ajuste até 72 horas antes das entregas. Os fornecedores realizam produção, colheita e

acondicionamento de acordo com os padrões de qualidade e segurança sanitária, assegurando rotulagem e identificação de lotes.

5.5 - As entregas fracionadas ocorrem diretamente nas escolas, acompanhadas de documentação fiscal, permitindo a plena rastreabilidade da origem. No recebimento, as unidades escolares efetuam conferência quantitativa e qualitativa, verificando integridade, validade e conformidade com as fichas técnicas, e registram o ingresso em controles de estoque, de modo a preservar o frescor e reduzir perdas.

5.6 - O monitoramento é contínuo e orientado por indicadores de desempenho que aferem taxa de atendimento dos pedidos, pontualidade, conformidade sanitária, índice de perdas, custo total de abastecimento e satisfação das unidades escolares.

5.7 - Auditorias amostrais, visitas técnicas e verificação documental reforçam a governança da execução. Eventuais não conformidades ensejam substituição célere, preferencialmente entre 24 e 48 horas, e aplicação de glosas ou penalidades quando for o caso, sempre acompanhadas de análise de causa e medidas corretivas. Reuniões periódicas entre a gestão, a nutrição e os fornecedores permitem reprogramações baseadas na sazonalidade e no desempenho observado, mantendo a aderência ao cardápio e a regularidade do serviço.

5.8 - A medição e o pagamento obedecem a um fluxo padronizado: cada entrega é atestada pelo setor de alimentação escolar, validada pela gestão e consolidada mensalmente por fornecedor e família de itens. Os valores observam referências admitidas pelas normas do PNAE/FNDE, e a liquidação ocorre dentro dos prazos legais, com ajustes decorrentes de eventuais glosas. Nesse processo, a economicidade é tratada sob a ótica do custo total do abastecimento, que inclui não apenas o preço de aquisição, mas também transporte, armazenagem, perdas e substituições.

5.9 - A comunicação e a transparência estruturam-se por um canal institucional único e por relatórios periódicos ao Conselho de Alimentação Escolar e aos órgãos de controle, registrando resultados, não conformidades e ações corretivas. A documentação contratual, projetos de venda, termos, regularidades, programações, romaneios, notas, atestos, relatórios e atas, é organizada de forma a permitir auditorias e prestação de contas tempestivas, em conformidade com as diretrizes do PNAE.

5.10 - A sustentabilidade permeia a execução por meio do incentivo a circuitos curtos de comercialização, da preferência por embalagens adequadas e recicláveis e da adoção de boas práticas de armazenamento e manipulação que reduzam o desperdício. Quando viável, são estimuladas ações de destinação ambientalmente adequada de resíduos orgânicos, como iniciativas de compostagem no ambiente escolar, e mantêm-se protocolos de recolhimento e substituição para itens não conformes, preservando a segurança alimentar.

5.11 - Ao longo da vigência, ajustes finos são realizados para acomodar variações de demanda, oferta e calendário escolar, sempre dentro das margens contratuais e com validação técnica da nutrição. Substituições intra-família ocorrem para assegurar o valor nutricional e a continuidade do cardápio, enquanto a regionalização das rotas e o parcelamento técnico mantêm a participação de pequenos produtores e mitigam riscos de desabastecimento.

5.12 - O encerramento do contrato inclui a consolidação dos resultados: relatórios de consumo, custos, perdas e desempenho por fornecedor e por família de itens; avaliação dos indicadores pactuados tais como atendimento mínimo de 95% dos pedidos, pontualidade de 95% ou mais, conformidade sanitária de 98% ou mais e perdas inferiores a 2% nas escolas; e sistematização de lições aprendidas. Essas evidências alimentam o planejamento do ciclo subsequente, aprimorando processos, referências de preço e desenho logístico, com foco em melhoria contínua.

5.13 - Dessa forma, o contrato produz os resultados pretendidos desde o início até o seu encerramento ao combinar planejamento técnico, execução logística eficiente, controles de qualidade e de custos, mecanismos de gestão de riscos e governança participativa. O resultado é um abastecimento regular, seguro e economicamente vantajoso, com impacto socioeconômico positivo no território e plena conformidade com a política pública de alimentação escolar.

5.14 – Conforme artigo 35, § 3º, entre os grupos de projetos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

a) o grupo de projetos de fornecedores locais tem prioridade sobre os demais grupos;

b) o grupo de projetos de fornecedores de Região Geográfica Imediata tem prioridade sobre o de Região Geográfica Intermediária, o do estado e o do País;

c) o grupo de projetos de fornecedores da Região Geográfica Intermediária tem prioridade sobre o do estado e do país;

d) o grupo de projetos do estado tem prioridade sobre o do País.

6) Modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade:

6.1 - A gestão do contrato referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar destinados à alimentação escolar será realizada de forma rigorosa, estruturada e transparente, garantindo o pleno atendimento das exigências técnicas, sanitárias e operacionais do programa, em consonância com a legislação aplicável e as normas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

6.2 - O acompanhamento e a fiscalização do contrato ficarão a cargo de dois servidores efetivos, designados pela Portaria n° 045/2025: Adão José Luz Filho (matrícula n° 6567), como Gestor do Contrato, e Suyane da Silva Lima Santos (matrícula n° 6532), como Fiscal do Contrato.

6.3 - Atribuições do Gestor do Contrato

a) O gestor, Adão José Luz Filho, será responsável por coordenar toda a execução contratual, abrangendo a comunicação com os fornecedores, a elaboração das ordens de fornecimento e o acompanhamento dos cronogramas de entrega.

b) Compete a ele articular a integração entre a Secretaria de Educação, a equipe de nutrição escolar, as unidades escolares participantes e demais setores envolvidos, garantindo que as etapas ocorram dentro dos prazos estabelecidos.

c) Caberá ao gestor consolidar e analisar os relatórios enviados pela fiscalização, tomar decisões sobre reprogramações de entregas, autorizar pagamentos somente após a conferência dos serviços e produtos recebidos, bem como promover eventuais ajustes contratuais e instaurar procedimentos administrativos em caso de descumprimento contratual ou necessidade de sanção.

d) Toda documentação referente ao contrato será arquivada sob sua guarda, garantindo transparência e rastreabilidade das ações.

6.4 - Atribuições do Fiscal do Contrato

a) A fiscalização será exercida por Suyane da Silva Lima Santos, que ficará responsável pelo acompanhamento diário e direto da execução contratual.

b) A fiscal conferirá, in loco e documentalmente, a qualidade, a quantidade, as condições de transporte, a conformidade nutricional e sanitária de todos os gêneros alimentícios entregues.

c) Utilizará listas de verificação (checklists) que abrangem desde a conferência de documentos fiscais, origem dos produtos (CAF), validade e condições de conservação, até o cumprimento dos prazos definidos.

d) Poderá ainda registrar evidências fotográficas e relatos circunstanciados em Livro de Ocorrências, notificando imediatamente fornecedores e o gestor sobre quaisquer não conformidades encontradas.

e) A fiscal deverá sugerir correções imediatas, glosas ou recomplementações, comunicar e recomendar ao gestor a aplicação de sanções contratuais nos casos de reincidência ou de situações graves, bem como

acompanhar a substituição de produtos recusados e garantir que todas as providências sejam devidamente registradas.

f) Além disso, caberá à fiscal emitir relatórios mensais detalhando o desempenho dos fornecedores, apontando os principais indicadores de atendimento, pontualidade e qualidade, bem como propor ações preventivas e corretivas.

6.5 - Procedimentos de acompanhamento e fiscalização

6.5.1 - O acompanhamento da execução contratual será contínuo e sistemático, promovendo os seguintes procedimentos:

a) Planejamento prévio das entregas: O gestor comunica aos fornecedores a programação de itens, localidades, datas e horários de entrega.

b) Conferência das entregas: A fiscal estará presente nas escolas, principalmente em entregas de perecíveis, e utilizará checklists para validar itens recebidos.

c) Registro e comunicação: Todas as ocorrências, inclusive atrasos ou problemas de qualidade, serão anotadas no Livro de Ocorrências e notificadas ao gestor e ao fornecedor, preferencialmente em até 12 horas após o recebimento.

d) Tratamento de não conformidades: Produtos fora dos padrões devem ser substituídos em até 24 a 48 horas, sob pena de registro de glosa na medição e, em caso de reincidência, aplicação de penalidades contratuais pelo gestor.

e) Relatórios mensais: A fiscal consolidará todas as informações em relatórios mensais, enviados ao gestor, que decidirá sobre o aceite final das entregas e instruirá o pagamento ou adoção de sanções.

f) Reuniões e auditorias: Serão promovidas reuniões periódicas entre gestor, fiscal, equipe técnica e fornecedores para análise dos resultados, revisão de indicadores e planejamento de ajustes necessários. Auditorias amostrais poderão ser realizadas em fornecedores e escolas, para verificação de boas práticas.

g) Arquivo de documentação: Todos os documentos, checklists, notificações, relatórios e registros de ocorrência serão organizados no dossiê do contrato, para eventual auditoria interna ou análise por órgãos de controle social e institucional.

6.6 - Indicadores de desempenho monitorados

6.6.1 - Entre os principais indicadores de desempenho monitorados estão:

a) Percentual de atendimento dos pedidos programados;
b) Pontualidade nas entregas;
c) Conformidade sanitária e nutricional dos produtos;
d) Registro e solução tempestiva das não conformidades;
e) Nível de perdas nas escolas.

Com esse modelo, garante-se o controle efetivo sobre a execução do objeto, promovendo a regularidade, qualidade e economicidade do fornecimento de alimentos, bem como o fortalecimento das ações de controle social e transparência, conforme exigido pela legislação. Adão José Luz Filho, como gestor, e Suyane da Silva Lima Santos, como fiscal, são diretamente responsáveis pelo sucesso do controle e pelo reporte detalhado de todos os procedimentos, sempre observando os preceitos da Lei nº 14.133/2021 e das normas do PNAE.

7) Critérios de medição e de pagamento:

7.1 - A medição do objeto contratado será realizada com base na quantidade efetivamente entregue e aprovada, garantindo a aderência aos padrões de qualidade, quantidade, conformidade sanitária e observância dos prazos estabelecidos em contrato.

7.2 - A cada entrega, a conferência será feita pela Fiscal do Contrato e, quando necessário, pelo Gestor, utilizando-se listas de verificação padronizadas. Serão observados todos os itens previstos em programação, incluindo especificações técnicas, condições de embalagem, validade, apresentação e integridade dos gêneros alimentícios.

7.3 - Após cada entrega, a unidade recebedora realizará a conferência quantitativa e qualitativa, preenchendo os checklists próprios, os quais deverão ser validados e assinados pela Fiscal do Contrato. Eventuais não conformidades identificadas serão registradas em livro de ocorrências ou relatório específico e comunicadas formalmente ao fornecedor, podendo ensejar a recusa do item ou a sua substituição, ajustes no quantitativo medido e aplicação de glosas, conforme o caso.

7.4 - Ao final de cada mês, a Fiscal consolidará as informações referentes a todas as entregas realizadas durante o período de referência, elaborando um relatório mensal de medição. Esse relatório será submetido à análise e validação do Gestor do Contrato, que se responsabilizará pelo aceite dos serviços/prestações e pela autorização do pagamento.

7.5 - Os pagamentos serão efetuados mensalmente, mediante apresentação da nota fiscal/fatura equivalente ao

quantitativo efetivamente entregue e aprovado, acompanhada dos atestos de recebimento e do relatório mensal de medição.

7.6 - O valor a ser pago corresponderá única e exclusivamente ao montante dos itens entregues em conformidade, deduzidas eventuais glosas de itens recusados, não entregues, trocados ou substituídos fora do prazo ou das especificações contratuais.

7.7 - Em resumo, os critérios são:

7.7.1 - Medição: baseada nas quantidades efetivamente entregues em conformidade e aprovadas pela Fiscal e/ou pelo Gestor do Contrato.

7.7.2 - Pagamento: realizado mensalmente, correspondente ao somatório dos itens aprovados no mês, mediante a apresentação das notas fiscais/faturas acompanhadas da documentação de atesto.

7.7.3 - Glosas: serão aplicadas nos casos de entregas fora do padrão, quantidade inferior à programada, não conformidades não resolvidas ou substituições realizadas fora dos prazos estabelecidos.

Este procedimento assegura que somente aquilo que for efetivamente entregue, dentro das condições contratadas, será objeto de pagamento, promovendo economicidade, regularidade e eficiência no gasto público.

8) Forma e critérios de seleção do fornecedor:

A seleção do fornecedor para gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, ou suas organizações, visando atender as necessidades da alimentação escolar, dos alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino, será realizada por meio de Chamada Pública, conforme estabelecido pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) conforme a Lei Federal 11.947/2009, Resolução CD/FNDE Nº 26 de 17/06/2013 e suas posteriores modificações, Lei 14.133/2021, Lei Complementar 123, Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar – SISAN.

8.1 - Habilitação do Fornecedor Individual

a) O extrato da CAF Física do Agricultor Familiar Participante, emitido nos últimos 60 dias;
b) A prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
c) Proposta de fornecimento detalhando os produtos, preços e condições de entrega;
d) Declaração de que os produtos atendem às especificações técnicas e sanitárias.
e) O Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante
f) Certidões de débitos (municipal, estadual, federal e trabalhista).

g) A prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso;

8.2 - Habilitação dos Grupos Informais de Agricultores Familiares

a) O extrato da CAF Física dos Agricultores Familiares Participante, emitido nos últimos 60 dias;
b) A prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
c) Proposta de fornecimento detalhando os produtos, preços e condições de entrega;
d) Declaração de que os produtos atendem às especificações técnicas e sanitárias.
e) O Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante
f) Certidões de débitos (municipal, estadual, federal e trabalhista).
g) A prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso;

8.3 - Habilitação dos Grupos Formais de Agricultores Familiares

a) A prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
b) O extrato da CAF Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;
c) Cópia das certidões de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
d) Cópias do ESTATUTO e ATA DE POSSE da atual diretoria da entidade Registrada na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. No caso de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica;
e) Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, devendo constar o nome, o CPF e nº da CAF Física de cada agricultor familiar fornecedor dos gêneros constantes no referido Projeto;
f) Declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados;
g) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.
h) Alvára sanitário para os lotes (02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08).

Conclusão

Esse modelo de seleção visa garantir a escolha de um fornecedor capacitado, tecnicamente qualificado e que ofereça a seleção dos projetos de venda conforme os critérios de prioridade estabelecidos na Resolução CD/FNDE nº 4/2026 e neste editalpara o Município de Poções/BA, possibilitando a execução do objeto deste Termo de Referencia com segurança, eficiência e sustentabilidade.

8.4 - Dos Critérios De Seleção Dos Projetos De Venda

8.4.1 - Após a fase de habilitação, os Projetos de Venda habilitados serão analisados e selecionados por alimento/item, observando-se, obrigatoriamente, duas etapas sucessivas e hierarquizadas, nos termos do art. 36 da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026.

8.4.2 - Primeira etapa – Critério de Localidade: os Projetos de Venda serão organizados e classificados conforme a seguinte ordem de prioridade:

I – grupo de projetos de fornecedores locais;
II – grupo de projetos de fornecedores da Região Geográfica Imediata;
III – grupo de projetos de fornecedores da Região Geográfica Intermediária;
IV – grupo de projetos de fornecedores do Estado; e
V – grupo de projetos de fornecedores do País.

8.4.3 - Para fins de enquadramento como fornecedor local, serão observados os critérios estabelecidos no art. 36, § 2º, da Resolução CD/FNDE nº 4/2026, considerando-se, conforme o caso, o município indicado no CAF Pessoa Física ou a maioria simples dos agricultores familiares vinculados ao CAF Pessoa Jurídica.

8.4.4 - Caso os fornecedores locais não sejam suficientes para atender às quantidades necessárias de determinado alimento, serão considerados os Projetos de Venda dos grupos subsequentes, respeitada rigorosamente a ordem de prioridade estabelecida no item 8.4.2

8.4.5 - Segunda etapa – Critérios de desempate e prioridade: havendo mais de um Projeto de Venda no mesmo nível de localidade e sendo necessária a seleção entre eles, serão aplicados, de forma sucessiva e excludente, os seguintes critérios:

I – projetos que contemplem agricultores familiares assentados da reforma agrária, povos indígenas, comunidades quilombolas, demais povos e comunidades tradicionais, bem como grupos formais ou informais compostos por mulheres ou jovens agricultores familiares, não havendo hierarquia entre esses públicos;

II – projetos que contemplem o fornecimento de alimentos orgânicos ou agroecológicos, devidamente comprovados por certificação válida ou por outro mecanismo de garantia admitido pela legislação vigente; e

III – projetos organizados na seguinte ordem de prioridade:
a) grupos formais;
b) grupos informais;
c) fornecedores individuais; e

d) cooperativas centrais.

8.4.6 - Para o enquadramento nos critérios de prioridade previstos no inciso I do item 8.4.5, serão observados os percentuais e condições estabelecidos na Resolução CD/FNDE nº 4/2026, inclusive o percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) mais um dos cooperados ou associados para os grupos formais e a participação integral dos integrantes nos grupos informais, conforme o caso.

8.4.7 - É vedada, após a apresentação dos documentos de habilitação, a alteração do quantitativo de associados ou cooperados com CAF Pessoa Física constante do extrato do CAF Pessoa Jurídica quando essa alteração puder interferir no critério de priorização do Projeto de Venda.

8.4.8 - Persistindo o empate após a aplicação de todos os critérios previstos neste item, poderá ser realizado sorteio, ou, havendo concordância entre os fornecedores finalistas, poderá ser promovida a divisão do fornecimento entre os projetos, observadas as condições estabelecidas no edital e na Resolução CD/FNDE nº 4/2026.

8.4.9 - A seleção será realizada de forma objetiva, transparente e devidamente registrada em ata, com indicação dos critérios aplicados para cada alimento/item e dos respectivos Projetos de Venda selecionados.

9) Estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado:

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada diretamente junto a fornecedores locais, em estrita conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, as orientações de órgãos de controle e a orientação oficial do FNDE.

Os preços unitários referenciais de cada produto foram obtidos a partir das respostas apresentadas pelos fornecedores consultados. Tais valores foram compilados em planilhas específicas, indicando para cada item: a fonte da cotação, a data da pesquisa, o fornecedor responsável e o preço proposto. Para garantir a fidedignidade da estimativa, eventuais distorções ou preços atípicos foram desconsiderados, sendo adotadas médias aritméticas entre as propostas válidas, além de justificativas técnicas devidamente apresentadas nas memórias de cálculo.

O valor global estimado da contratação resulta do somatório dos preços unitários referenciais multiplicados pelas quantidades previstas para cada item, conforme planejamento da demanda apresentado pela unidade requisitante.

Dessa forma, a presente estimativa de valor está fundamentada em informações de mercado, com respaldo documental detalhado e metodologia transparente, assegurando à Administração a necessária segurança técnica,

jurídica e a observância do princípio da economicidade.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UND	V. UNT MÉDIO	V. TOTAL
	LOTE 01				
1	Abóbora japonesa, convencional ou ecológica, preferencialmente ecológica, médio grau de amadurecimento, primeira qualidade, tamanho médio, com casca sã, sem ruptura.	5.000	Kg	R$ 4,13	R$ 20.650,00
2	Aipim branco, convencional ou ecológico, preferencialmente ecológico, novo, de primeira qualidade, descascado, congelado ou resfriado, em embalagem transparente.	3.000	Kg	R$ 6,63	R$ 19.890,00
3	Alface, convencional ou ecológico, preferencialmente ecológico, folhas integras, de 1ª qualidade.	700	MAÇO	R$ 6,17	R$ 4.319
4	Batata doce, convencional ou ecológica, preferencialmente ecológica, nova, de 1ª qualidade, limpa sem terra e sem brotos.	200	Kg	R$ 6,66	R$ 1.332,00
5	Banana da prata, convencional ou ecológica, preferencialmente ecológica, médio grau de amadurecimento, 1ª qualidade, com casca sã, sem ruptura, em unidades de peso médio entre 80 e 100 g.	8.000	Kg	R$ 6,33	R$ 50.640,00
6	Banana da terra, convencional ou ecológica, preferencialmente ecológica, médio grau de amadurecimento, 1ª qualidade, com casca sã, sem ruptura, em unidades de peso médio entre 120 e 160 g.	500	Kg	R$ 10,60	R$ 5.300,00
7	Beterraba, convencional ou ecológica, preferencialmente ecológica, nova, de 1ª qualidade, limpa, tamanho médio, com casca sã, sem ruptura.	400	Kg	R$ 5,59	R$ 2.236,00
8	Cebolinha, convencional ou ecológica, preferencialmente ecológica, com folhas verdes, limpa, sem ferrugem e livre de insetos.	2.000	MOLHO	R$ 4,67	R$ 9.340,00
9	Cenoura, convencional ou ecológica, preferencialmente ecológica, sem folhas, nova, de 1ª qualidade, tamanho médio, com casca sã, sem ruptura.	2.000	Kg	R$ 7,17	R$ 14.340,00
10	Chuchu, convencional ou ecológico, preferencialmente ecológico, de 1ª qualidade, novo, limpo, tamanho médio, com casca sã, sem ruptura.	200	Kg	R$ 5,06	R$ 1.012,00
11	Coentro, convencional ou ecológico, preferencialmente ecológico, com folhas verdes, limpo, sem ferrugem e livre de insetos.	2.000	MOLHO	R$ 5,00	R$ 10.000,00
12	Couve folha, convencional ou ecológico, preferencialmente ecológico, nova, com folhas verdes, sem rupturas, de 1ª qualidade.	700	MAÇO	R$ 5,33	R$ 3.731,00
13	Feijão carioquinha, tipo 1, novo, limpo, seco, sem perfurações e livre de insetos. Embalagem individual com peso máximo de 1 kg.	2.500	Kg	R$ 11,17	R$ 27.925,00
14	Laranja, convencional ou ecológica, preferencialmente ecológica, de 1ª qualidade, com casca sã, sem ruptura, unidade com peso médio de 130 a 150g.	3.000	Kg	R$ 3,33	R$ 9.990,00
15	Melancia, convencional ou ecológica, preferencialmente ecológica, nova, primeira qualidade, com casca sã, sem ruptura, com peso médio de 11kg.	4.000	Kg	R$ 3,23	R$ 12.920,00
16	Maracujá, convencional ou ecológico, preferencialmente ecológico, com médio grau de amadurecimento, primeira qualidade, tamanho médio, com casca sã, sem ruptura.	750	Kg	R$ 7,33	R$ 5.497,50

17	Pepino, convencional ou ecológico, preferencialmente ecológico, novo, de 1ª qualidade, limpo, tamanho médio, com casca sã, sem ruptura.	100	Kg	R$ 4,46	R$ 446,00
18	Pimentão verde, convencional ou ecológico, preferencialmente ecológico, de 1ª qualidade, limpo, tamanho médio, com casca sã, sem rupturas.	750	Kg	R$ 6,41	R$ 4.807,50
19	Repolho, convencional ou ecológico, preferencialmente ecológico, novo, com folhas levemente verdes, sem rupturas, de 1ª qualidade.	150	Kg	R$ 5,38	R$ 807,00
20	Tomate, convencional ou ecológico, preferencialmente ecológico, grau de amadurecimento médio, de 1ª qualidade, limpo, tamanho médio, com casca sã, sem rupturas.	1.000	Kg	R$ 6,20	R$ 6.200,00
VALOR TOTAL LOTE 01					**R$ 211.383,00**
LOTE 02					
21	Iogurtes com polpa de fruta, sabores frutas e morango, isento de corantes artificiais, produto fermentado, obtido a partir do leite de mamíferos, por ação das bactérias Streptococcus thermophillus e Lactobacillus bulgaricus dando como resultado a coagulação do leite. Com aspecto, cor e cheiro próprio, sabor de acordo com a fruta, consistência cremosa, acondicionadas em frasco de plástico, atóxico e estéril e em temperatura de refrigeração. Embalagem individual de 01 litro.	1.000	UND	R$ 14,60	R$ 14.600,00
VALOR TOTAL LOTE 02					**R$ 14.600,00**
LOTE 03					
22	Polpa de fruta congelada, (diluição 200g/1L), sabores manga, goiaba, cajá e acerola, em embalagem plástica transparente contendo identificação do fabricante, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e numero do lote. Embalagens de 01 kg.	5.000	Kg	R$ 16,10	R$ 80.500,00
VALOR TOTAL LOTE 03					**R$ 80.500,00**
LOTE 04					
23	Biscoito polvilho, tipo avoador, formato redondo, íntegro, sem conservantes, em embalagem plástica transparente com identificação do fabricante, informação nutricional, data de fabricação e prazo de validade. Embalagens plástica transparente de 1kg.	100	Kg	R$ 31,44	R$ 3.144,00
VALOR TOTAL LOTE 04					**R$ 3.144,00**
LOTE 05					
24	Café em pó, torrado e moído, em embalagem aluminizada, contendo no rótulo a denominação "Café torrado" seguida da sua classificação, marca ou identificação do fabricante com endereço do mesmo, informações nutricionais, ingredientes, data de fabricação, validade e número de lote.Embalagens de 250g.	3.000	UND	R$ 56,33	R$ 168.990,00
VALOR TOTAL LOTE 05					**R$ 168.990,00**
LOTE 06					
25	Farinha de mandioca branca, torrada, de primeira qualidade, seca e sem sujidade. A embalagem deve conter identificação do fabricante com endereço do mesmo, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e número de lote. Embalagens em sacos transparente de 1 kg.	3.000	Kg	R$ 8,67	R$ 26.010,00
VALOR TOTAL LOTE 06					**R$ 26.010,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

LOTE 07					
26	Leite de vaca pasteurizado, tipo C, baixo teor de gordura, embalagem contendo informações dos ingredientes, composição nutricional, data de fabricação, prazo de validade, numero do lote e registro no Ministério da Agricultura, embalagem plástica resistente individual de 01 (um) litro.	35.000	UND	R$ 6,27	R$ 219.450,00
VALOR TOTAL LOTE 07					**R$ 219.450,00**
LOTE 08					
27	Manteiga, produto gorduroso obtido exclusivamente pela bateção com ou sem modificação biológica de creme pasteurizado derivado exclusivamente do leite de vaca, por meios tecnologicamente adequados. A matéria gorda da manteiga deverá estar composta exclusivamente de gordura láctea. Consistência sólida, de textura lisa uniforme, untosa e com distribuição uniforme de água (umidade). Cor branco amarelada sem manchas ou pontos de outra coloração. De sabor suave, característico, aroma delicado, sem odor e sabor estranho. A embalagem deve conter as seguintes informações impressas: peso, marca e identificação do fabricante com endereço, informações nutricionais, ingredientes, data de fabricação, validade e número de lote. Embalagem de 500g.	100	UND	R$ 45,50	R$ 4.550,00
VALOR TOTAL LOTE 08					**R$ 4.550,00**

Total Estimado da Contratação

Somando os valores de todos os itens, temos a estimativa total da contratação: Valor Total Estimado: **R$ 728.627,00 (setecentos e vinte e oito mil seiscentos e vinte e sete reais).**

10) Adequação orçamentária:

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Unidade Gestora: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Órgão: 0106 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentaria: 0601 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE POÇÕES
Projeto/Atividade: 2.015 Manutenção da Secretaria de Educação; **Atividade/projeto:** 2.016 PNAE programa nacional de Alimentação Escolar; **Atividade/projeto:** 2.019 QSE Quota salário de Educação.
Fonte de Recurso: 1500100 **Fonte de Recurso:** 1552000000 **Fonte de Recurso:** 15500000
Elemento despesa: 44903000000 - Material De Consumo

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

CREDENCIAMENTO Nº 031/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 211/2026

ANEXO II
PROPOSTA DE PREÇOS - RELAÇÃO DE PRODUTOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UND	V. UNT MÉDIO	V. TOTAL
	LOTE 01				
1	Abóbora japonesa, convencional ou ecológica, preferencialmente ecológica, médio grau de amadurecimento, primeira qualidade, tamanho médio, com casca sã, sem ruptura.	5.000	Kg	R$ 4,13	R$ 20.650,00
2	Aipim branco, convencional ou ecológico, preferencialmente ecológico, novo, de primeira qualidade, descascado, congelado ou resfriado, em embalagem transparente.	3.000	Kg	R$ 6,63	R$ 19.890,00
3	Alface, convencional ou ecológico, preferencialmente ecológico, folhas integras, de 1ª qualidade.	700	MAÇO	R$ 6,17	R$ 4.319
4	Batata doce, convencional ou ecológica, preferencialmente ecológica, nova, de 1ª qualidade, limpa sem terra e sem brotos.	200	Kg	R$ 6,66	R$ 1.332,00
5	Banana da prata, convencional ou ecológica, preferencialmente ecológica, médio grau de amadurecimento, 1ª qualidade, com casca sã, sem ruptura, em unidades de peso médio entre 80 e 100 g.	8.000	Kg	R$ 6,33	R$ 50.640,00
6	Banana da terra, convencional ou ecológica, preferencialmente ecológica, médio grau de amadurecimento, 1ª qualidade, com casca sã, sem ruptura, em unidades de peso médio entre 120 e 160 g.	500	Kg	R$ 10,60	R$ 5.300,00
7	Beterraba, convencional ou ecológica, preferencialmente ecológica, nova, de 1ª qualidade, limpa, tamanho médio, com casca sã, sem ruptura.	400	Kg	R$ 5,59	R$ 2.236,00
8	Cebolinha, convencional ou ecológica, preferencialmente ecológica, com folhas verdes, limpa, sem ferrugem e livre de insetos.	2.000	MOLHO	R$ 4,67	R$ 9.340,00
9	Cenoura, convencional ou ecológica, preferencialmente ecológica, sem folhas, nova, de 1ª qualidade, tamanho médio, com casca sã, sem ruptura.	2.000	Kg	R$ 7,17	R$ 14.340,00
10	Chuchu, convencional ou ecológico, preferencialmente ecológico, de 1ª qualidade, novo, limpo, tamanho médio, com casca sã, sem ruptura.	200	Kg	R$ 5,06	R$ 1.012,00
11	Coentro, convencional ou ecológico, preferencialmente ecológico, com folhas verdes, limpo, sem ferrugem e livre de insetos.	2.000	MOLHO	R$ 5,00	R$ 10.000,00
12	Couve folha, convencional ou ecológico, preferencialmente ecológico, nova, com folhas verdes, sem rupturas, de 1ª qualidade.	700	MAÇO	R$ 5,33	R$ 3.731,00
13	Feijão carioquinha, tipo 1, novo, limpo, seco, sem perfurações e livre de insetos. Embalagem individual com peso máximo de 1 kg.	2.500	Kg	R$ 11,17	R$ 27.925,00
14	Laranja, convencional ou ecológica, preferencialmente ecológica, de 1ª qualidade, com casca sã, sem ruptura, unidade com peso médio de 130 a 150g.	3.000	Kg	R$ 3,33	R$ 9.990,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

15	Melancia, convencional ou ecológica, preferencialmente ecológica, nova, primeira qualidade, com casca sã, sem ruptura, com peso médio de 11kg.	4.000	Kg	R$ 3,23	R$ 12.920,00
16	Maracujá, convencional ou ecológico, preferencialmente ecológico, com médio grau de amadurecimento, primeira qualidade, tamanho médio, com casca sã, sem ruptura.	750	Kg	R$ 7,33	R$ 5.497,50
17	Pepino, convencional ou ecológico, preferencialmente ecológico, novo, de 1ª qualidade, limpo, tamanho médio, com casca sã, sem ruptura.	100	Kg	R$ 4,46	R$ 446,00
18	Pimentão verde, convencional ou ecológico, preferencialmente ecológico, de 1ª qualidade, limpo, tamanho médio, com casca sã, sem rupturas.	750	Kg	R$ 6,41	R$ 4.807,50
19	Repolho, convencional ou ecológico, preferencialmente ecológico, novo, com folhas levemente verdes, sem rupturas, de 1ª qualidade.	150	Kg	R$ 5,38	R$ 807,00
20	Tomate, convencional ou ecológico, preferencialmente ecológico, grau de amadurecimento médio, de 1ª qualidade, limpo, tamanho médio, com casca sã, sem rupturas.	1.000	Kg	R$ 6,20	R$ 6.200,00
VALOR TOTAL LOTE 01					**R$ 211.383,00**
LOTE 02					
21	Iogurtes com polpa de fruta, sabores frutas e morango, isento de corantes artificiais, produto fermentado, obtido a partir do leite de mamíferos, por ação das bactérias Streptococcus thermophillus e Lactobacillus bulgaricus dando como resultado a coagulação do leite. Com aspecto, cor e cheiro próprio, sabor de acordo com a fruta, consistência cremosa, acondicionadas em frasco de plástico, atóxico e estéril e em temperatura de refrigeração. Embalagem individual de 01 litro.	1.000	UND	R$ 14,60	R$ 14.600,00
VALOR TOTAL LOTE 02					**R$ 14.600,00**
LOTE 03					
22	Polpa de fruta congelada, (diluição 200g/1L), sabores manga, goiaba, cajá e acerola, em embalagem plástica transparente contendo identificação do fabricante, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e numero do lote. Embalagens de 01 kg.	5.000	Kg	R$ 16,10	R$ 80.500,00
VALOR TOTAL LOTE 03					**R$ 80.500,00**
LOTE 04					
23	Biscoito polvilho, tipo avoador, formato redondo, íntegro, sem conservantes, em embalagem plástica transparente com identificação do fabricante, informação nutricional, data de fabricação e prazo de validade. Embalagens plástica transparente de 1kg.	100	Kg	R$ 31,44	R$ 3.144,00
VALOR TOTAL LOTE 04					**R$ 3.144,00**
LOTE 05					
24	Café em pó, torrado e moído, em embalagem aluminizada, contendo no rótulo a denominação "Café torrado" seguida da sua classificação, marca ou identificação do fabricante com endereço do mesmo, informações nutricionais, ingredientes, data de fabricação, validade e número de lote.Embalagens de 250g.	3.000	UND	R$ 56,33	R$ 168.990,00
VALOR TOTAL LOTE 05					**R$ 168.990,00**
LOTE 06					

25	Farinha de mandioca branca, torrada, de primeira qualidade, seca e sem sujidade. A embalagem deve conter identificação do fabricante com endereço do mesmo, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e número de lote. Embalagens em sacos transparente de 1 kg.	3.000	Kg	R$ 8,67	R$ 26.010,00
VALOR TOTAL LOTE 06					**R$ 26.010,00**
LOTE 07					
26	Leite de vaca pasteurizado, tipo C, baixo teor de gordura, embalagem contendo informações dos ingredientes, composição nutricional, data de fabricação, prazo de validade, numero do lote e registro no Ministério da Agricultura, embalagem plástica resistente individual de 01 (um) litro.	35.000	UND	R$ 6,27	R$ 219.450,00
VALOR TOTAL LOTE 07					**R$ 219.450,00**
LOTE 08					
27	Manteiga, produto gorduroso obtido exclusivamente pela bateção com ou sem modificação biológica de creme pasteurizado derivado exclusivamente do leite de vaca, por meios tecnologicamente adequados. A matéria gorda da manteiga deverá estar composta exclusivamente de gordura láctea. Consistência sólida, de textura lisa uniforme, untosa e com distribuição uniforme de água (umidade). Cor branco amarelada sem manchas ou pontos de outra coloração. De sabor suave, característico, aroma delicado, sem odor e sabor estranho. A embalagem deve conter as seguintes informações impressas: peso, marca e identificação do fabricante com endereço, informações nutricionais, ingredientes, data de fabricação, validade e número de lote. Embalagem de 500g.	100	UND	R$ 45,50	R$ 4.550,00
VALOR TOTAL LOTE 08					**R$ 4.550,00**

_____

EMPRESA:
CNPJ :
REPRESENTANTE LEGAL:
RG Nº:
CPF :

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

CREDENCIAMENTO Nº 031/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 211/2026

ANEXO III
MODELO DE PROJETO DE VENDA - FORNECEDOR INDIVIDUAL

OBJETO: CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DA AGRICULTURA FAMILIAR.

1. IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

Nome/Razão Social: _____

CPF/CNPJ: _____

CAF: _____

Endereço: _____

Município: _____ **UF:** _____

CEP: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Representante Legal, quando aplicável: _____

CPF do Representante: _____

Banco: _____ **Agência:** _____ **Conta:** _____

2. RELAÇÃO DOS PRODUTOS

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					
TOTAL					**R$ _____**

Valor total do Projeto de Venda: R$ _____

Valor por extenso: _____

3. CRONOGRAMA E LOCAL DE ENTREGA

ITEM	PRODUTO	QUANTIDADE	PERIODICIDADE/CRONOGRAMA DE ENTREGA	LOCAL DE ENTREGA
01				
02				
03				
04				
05				

Observação: As entregas deverão ocorrer nos locais, dias e horários definidos pela Secretaria Municipal de Educação, conforme as necessidades da alimentação escolar e as condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e demais documentos do processo.

4. DECLARAÇÃO DO FORNECEDOR

Declaro, para os devidos fins, que:

a) os produtos relacionados neste Projeto de Venda são de minha produção própria, no caso de agricultor familiar individual, ou são provenientes dos agricultores familiares vinculados à organização fornecedora, quando se tratar de associação, cooperativa ou empreendimento familiar rural;

b) tenho conhecimento e concordo com as condições estabelecidas no Edital da Chamada Pública para Credenciamento nº ____/2026, no Termo de Referência e demais documentos que integram o processo;

c) comprometo-me a fornecer os gêneros alimentícios nas quantidades, padrões de qualidade, condições, locais e prazos estabelecidos pela Administração Municipal;

d) os produtos serão entregues em condições adequadas de higiene, conservação, qualidade e segurança alimentar, observando-se a legislação sanitária aplicável;

e) os preços apresentados neste Projeto de Venda contemplam todos os custos necessários ao fornecimento dos produtos, inclusive despesas com transporte, acondicionamento, embalagem, carga, descarga e demais encargos incidentes, quando aplicáveis;

f) comprometo-me a substituir, no prazo determinado pela Administração, os produtos que forem recusados por estarem em desacordo com as especificações, padrões de qualidade ou condições estabelecidas no instrumento convocatório;

g) as informações prestadas neste Projeto de Venda são verdadeiras, assumindo inteira responsabilidade por sua veracidade.

5. DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE DE FORNECIMENTO

Declaro possuir capacidade produtiva e logística suficiente para atender às quantidades dos produtos indicados neste Projeto de Venda, comprometendo-me a realizar as entregas de acordo com o cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação e com as condições previstas na Chamada Pública.

Declaro, ainda, estar ciente de que o credenciamento **não gera direito subjetivo à contratação de quantidade mínima**, ficando as aquisições condicionadas à necessidade da Administração, à disponibilidade orçamentária e às regras de distribuição das demandas estabelecidas no Edital.

6. VALIDADE DO PROJETO DE VENDA

O presente Projeto de Venda terá validade durante o período estabelecido no Edital da Chamada Pública para Credenciamento nº ____/2026, observadas as condições nele previstas.

Poções – BA, ____ de _____ de 2026.

NOME DO AGRICULTOR/EMPREENDEDOR OU REPRESENTANTE LEGAL

CPF/CNPJ: _____

7. QUANDO SE TRATAR DE ASSOCIAÇÃO OU COOPERATIVA

Nome da Organização: _____

CNPJ: _____

CAF Jurídica: _____

Endereço: _____

Município: _____ UF: _____

Representante Legal: _____

CPF: _____

Relação dos Agricultores Familiares Participantes

Nº	NOME DO AGRICULTOR FAMILIAR	CPF	CAF	PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL (R$)
01						
02						
03						
04						
05						
06						
07						
08						
TOTAL						**R$ _____**

Declaração: Declaramos que os agricultores familiares relacionados acima são integrantes da organização fornecedora e que os produtos indicados neste Projeto de Venda serão fornecidos pelos respectivos produtores, observadas as condições estabelecidas no Edital e na legislação aplicável.

Poções – BA, ____ de _____ de 2026.

REPRESENTANTE LEGAL DA ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

Nome: _____

CPF: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

CREDENCIAMENTO Nº 031/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 211/2026

ANEXO IV
MODELO DE PROJETO DE VENDA – GRUPO FORMAL/GRUPO INFORMAL

OBJETO: CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DA AGRICULTURA FAMILIAR.

1. IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

Nome/Razão Social: _____

CPF/CNPJ: _____

CAF: _____

Endereço: _____

Município: _____ **UF:** _____

CEP: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Representante Legal, quando aplicável: _____

CPF do Representante: _____

Banco: _____ **Agência:** _____ **Conta:** _____

2. RELAÇÃO DOS PRODUTOS

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					
TOTAL					**R$ _____**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

Valor total do Projeto de Venda: R$ _____

Valor por extenso: _____

3. CRONOGRAMA E LOCAL DE ENTREGA

ITEM	PRODUTO	QUANTIDADE	PERIODICIDADE/CRONOGRAMA DE ENTREGA	LOCAL DE ENTREGA
01				
02				
03				
04				
05				

Observação: As entregas deverão ocorrer nos locais, dias e horários definidos pela Secretaria Municipal de Educação, conforme as necessidades da alimentação escolar e as condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e demais documentos do processo.

4. DECLARAÇÃO DO FORNECEDOR

Declaro, para os devidos fins, que:

a) os produtos relacionados neste Projeto de Venda são de minha produção própria, no caso de agricultor familiar individual, ou são provenientes dos agricultores familiares vinculados à organização fornecedora, quando se tratar de associação, cooperativa ou empreendimento familiar rural;

b) tenho conhecimento e concordo com as condições estabelecidas no Edital do Chamada Pública para Credenciamento nº ____/2026, no Termo de Referência e demais documentos que integram o processo;

c) comprometo-me a fornecer os gêneros alimentícios nas quantidades, padrões de qualidade, condições, locais e prazos estabelecidos pela Administração Municipal;

d) os produtos serão entregues em condições adequadas de higiene, conservação, qualidade e segurança alimentar, observando-se a legislação sanitária aplicável;

e) os preços apresentados neste Projeto de Venda contemplam todos os custos necessários ao fornecimento dos produtos, inclusive despesas com transporte, acondicionamento, embalagem, carga, descarga e demais encargos incidentes, quando aplicáveis;

f) comprometo-me a substituir, no prazo determinado pela Administração, os produtos que forem recusados por estarem em desacordo com as especificações, padrões de qualidade ou condições estabelecidas no instrumento convocatório;

g) as informações prestadas neste Projeto de Venda são verdadeiras, assumindo inteira responsabilidade por sua veracidade.

5. DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE DE FORNECIMENTO

Declaro possuir capacidade produtiva e logística suficiente para atender às quantidades dos produtos indicados neste Projeto de Venda, comprometendo-me a realizar as entregas de acordo com o cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação e com as condições previstas na Chamada Pública.

Declaro, ainda, estar ciente de que o credenciamento **não gera direito subjetivo à contratação de quantidade mínima**, ficando as aquisições condicionadas à necessidade da Administração, à disponibilidade orçamentária e às regras de distribuição das demandas estabelecidas no Edital.

6. VALIDADE DO PROJETO DE VENDA

O presente Projeto de Venda terá validade durante o período estabelecido no Edital da Chamada Pública para Credenciamento nº ____/2026, observadas as condições nele previstas.

Poções – BA, ____ de _____ de 2026.

NOME DO AGRICULTOR/EMPREENDEDOR OU REPRESENTANTE LEGAL

CPF/CNPJ: _____

7. QUANDO SE TRATAR DE ASSOCIAÇÃO OU COOPERATIVA

Nome da Organização: _____

CNPJ: _____

CAF Jurídica: _____

Endereço: _____

Município: _____ UF: _____

Representante Legal: _____

CPF: _____

Relação dos Agricultores Familiares Participantes

Nº	NOME DO AGRICULTOR FAMILIAR	CPF	CAF	PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL (R$)
01						
02						
03						
04						
05						
06						
07						
08						
TOTAL						**R$ _____**

Declaração: Declaramos que os agricultores familiares relacionados acima são integrantes da organização fornecedora e que os produtos indicados neste Projeto de Venda serão fornecidos pelos respectivos produtores, observadas as condições estabelecidas no Edital e na legislação aplicável.

Poções – BA, ____ de _____ de 2026.

REPRESENTANTE LEGAL DA ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

Nome: _____

CPF: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

CREDENCIAMENTO Nº 031/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 211/2026

ANEXO V-MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

O MUNICÍPIO DE POÇÕES – BA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, neste ato representado pelo(a) Prefeito(a) Municipal, Sr.(a) , doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, **_____**, inscrito(a) no CPF/CNPJ sob nº _____, com endereço _____, neste ato representado(a) por _____, quando aplicável, doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, decorrente da Chamada Pública nº 031/2026, com fundamento na Lei nº 11.947/2009, na Lei nº 14.133/2021, na Resolução CD/FNDE nº 4/2026 e demais normas aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, ou suas organizações, destinados à alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino, conforme especificações, quantidades, valores e condições estabelecidos na Chamada Pública nº 031/2026 e no respectivo Projeto de Venda.

1.2. Integram este contrato, independentemente de transcrição, o Edital da Chamada Pública, o Termo de Referência, o Projeto de Venda apresentado pelo CONTRATADO e os demais documentos que compõem o processo administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECIMENTO

2.1. O CONTRATADO deverá fornecer os gêneros alimentícios de acordo com as especificações, quantidades, padrões de qualidade, cronograma e locais de entrega estabelecidos pelo CONTRATANTE.

2.2. Os produtos deverão ser provenientes da produção própria dos agricultores familiares relacionados no Projeto de Venda, observadas as exigências da Resolução CD/FNDE nº 4/2026.

2.3. O fornecimento deverá observar as condições higiênico-sanitárias, de acondicionamento, transporte, conservação, validade, qualidade e demais exigências estabelecidas na legislação aplicável e no Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO VALOR DO CONTRATO

3.1. O preço de aquisição de cada gênero alimentício será aquele previamente estabelecido pelo CONTRATANTE na Chamada Pública, no Projeto de Venda e neste contrato.

3.2. Os preços contratados correspondem aos valores efetivamente pagos ao agricultor familiar, ao Empreendedor Familiar Rural ou à sua organização, estando incluídas todas as despesas necessárias ao fornecimento, inclusive frete, embalagem, transporte, encargos e demais custos previstos na Chamada Pública.

3.3. O valor total estimado deste contrato é de R$ _____ (_____), conforme quantitativos e preços constantes do Projeto de Venda.

3.4. É vedada a adoção de preços distintos para um mesmo item no âmbito da aquisição da Agricultura Familiar, observadas as disposições da Resolução CD/FNDE nº 4/2026.

CLÁUSULA QUARTA – DO LIMITE INDIVIDUAL DE VENDA

4.1. O CONTRATADO deverá observar o limite individual de venda dos gêneros alimentícios da Agricultura Familiar estabelecido pela regulamentação vigente do PNAE.

4.2. Para fins deste contrato, será observado o limite de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por ano civil, por Entidade Executora, por CAF, conforme a Resolução CD/FNDE nº 4/2026 e suas alterações.

4.3. No caso de Grupo Formal, o limite será observado individualmente em relação aos agricultores familiares integrantes da organização, conforme os respectivos CAFs e os documentos apresentados no processo de habilitação.

4.4. O CONTRATADO será responsável pelas informações prestadas e pelo controle do limite individual de venda dos agricultores participantes, quando aplicável.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento municipal, conforme indicação constante do processo administrativo:

Unidade Orçamentária: _____
Projeto/Atividade: _____
Elemento de Despesa: _____
Fonte de Recursos: _____

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1. O presente contrato terá vigência de //2026 até //2026, observados os limites e condições estabelecidos na Chamada Pública e na legislação aplicável.

6.2. A eventual prorrogação ou alteração do contrato somente poderá ocorrer nas hipóteses legalmente admitidas e mediante formalização pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

7.1. Os produtos serão entregues nos locais e nos prazos definidos pelo CONTRATANTE, conforme cronograma de fornecimento.

7.2. O recebimento dos produtos será realizado pelo servidor responsável, que verificará a quantidade, qualidade, especificações, condições de conservação e demais requisitos estabelecidos na contratação.

7.3. Os produtos que estiverem em desacordo com as especificações poderão ser recusados, devendo o CONTRATADO providenciar sua substituição no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

7.4. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade do CONTRATADO pela qualidade e adequação dos produtos fornecidos.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado após a efetiva entrega dos produtos, mediante apresentação da respectiva nota fiscal ou documento fiscal equivalente e comprovação do recebimento pelo CONTRATANTE.

8.2. O pagamento observará o fluxo administrativo de conferência, liquidação e pagamento adotado pelo

Município, nos termos da legislação financeira e orçamentária aplicável.

8.3. Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência relacionada à entrega, qualidade ou documentação do fornecimento, sem que isso gere direito a alteração dos preços contratados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. São obrigações do CONTRATADO:

I – fornecer os produtos conforme as especificações, quantidades e prazos estabelecidos;

II – garantir a qualidade, procedência e segurança dos alimentos fornecidos;

III – assegurar que os produtos sejam provenientes da produção própria dos agricultores familiares relacionados no Projeto de Venda, quando exigido;

IV – cumprir as exigências higiênico-sanitárias e demais normas aplicáveis;

V – responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e conservação dos produtos até a entrega, quando previsto na contratação;

VI – substituir, sem ônus para o CONTRATANTE, os produtos recusados por desconformidade;

VII – manter durante a execução do contrato as condições de habilitação exigidas para a contratação;

VIII – comunicar ao CONTRATANTE qualquer circunstância que possa comprometer o fornecimento;

IX – cumprir as demais obrigações previstas na Chamada Pública, no Termo de Referência e na legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. São obrigações do CONTRATANTE:

I – receber e fiscalizar os produtos fornecidos;

II – comunicar ao CONTRATADO eventuais irregularidades verificadas;

III – efetuar os pagamentos devidos após o cumprimento das condições estabelecidas;

IV – fornecer as informações necessárias à adequada execução do fornecimento;

V – acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de servidor formalmente designado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pelo CONTRATANTE.

11.2. A fiscalização verificará, entre outros aspectos:

I – quantidade e especificação dos produtos;

II – qualidade e condições de conservação;

III – validade e acondicionamento;

IV – condições de transporte e entrega;

V – cumprimento do cronograma de fornecimento;

VI – documentação e demais requisitos estabelecidos na contratação.

11.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO pela execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBSTITUIÇÃO DE ALIMENTOS

12.1. Os alimentos fornecidos deverão corresponder aos previstos na Chamada Pública e no Projeto de Venda.

12.2. Excepcionalmente, poderá ocorrer substituição de alimento, desde que observadas as condições previstas no art. 33 da Resolução CD/FNDE nº 4/2026, especialmente:

I – o alimento substituto deverá ser nutricionalmente correlato;

II – a substituição deverá ser atestada pelo nutricionista responsável técnico pelo PNAE, com acompanhamento do Conselho de Alimentação Escolar – CAE;

III – a quantidade substituída deverá observar equivalência em relação ao preço do alimento originalmente contratado;

IV – a justificativa do fornecedor e o parecer técnico deverão ser juntados ao processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO BENEFICIAMENTO

13.1. O beneficiamento dos produtos somente poderá ocorrer nas hipóteses admitidas pela legislação do PNAE, devendo os alimentos ser de produção própria e ser assegurada sua rastreabilidade.

13.2. É vedada a utilização de terceiros para fins de intermediação comercial que descaracterize a origem e a produção própria dos alimentos da Agricultura Familiar.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações deste contrato somente poderão ocorrer nas hipóteses e condições previstas na legislação aplicável, mediante formalização adequada.

14.2. As alterações não poderão modificar indevidamente o objeto, os preços ou as condições estabelecidas na Chamada Pública, observados os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e da legalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

15.1. O CONTRATADO estará sujeito às sanções administrativas cabíveis em caso de descumprimento das obrigações assumidas, observados o contraditório, a ampla defesa e as disposições da Lei nº 14.133/2021.

15.2. Poderão ser aplicadas, conforme a gravidade da conduta e observada a legislação:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar, quando cabível;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando cabível.

15.3. A aplicação das sanções observará procedimento administrativo próprio e a proporcionalidade entre a infração praticada e a penalidade aplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

16.1. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa quando exigidos.

16.2. Constituem motivos para a extinção, entre outros:

I – o descumprimento injustificado das obrigações assumidas;

II – o fornecimento reiterado de produtos em desconformidade;

III – a paralisação injustificada do fornecimento;

IV – a perda das condições necessárias à execução do objeto;

V – a prática de atos que comprometam a origem, qualidade ou segurança dos alimentos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE E DA TRANSPARÊNCIA

17.1. O CONTRATANTE promoverá a publicidade deste contrato e dos atos decorrentes da Chamada Pública nos meios oficiais, observadas as disposições legais aplicáveis.

17.2. O CONTRATADO deverá prestar as informações necessárias à transparência, fiscalização e prestação de contas dos recursos destinados à alimentação escolar.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

18.1. As partes comprometem-se a observar a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, especialmente a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, no tratamento dos dados necessários à execução deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão solucionados de acordo com a Lei nº 11.947/2009, a Lei nº 14.133/2021, a Resolução CD/FNDE nº 4/2026, o Edital da Chamada Pública, o Termo de Referência e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Fica eleito o foro da Comarca de Poções – Estado da Bahia, para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato que não possam ser solucionadas administrativamente.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em ___ vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Poções – BA, ____ de _____ de 2026.

_____
CONTRATANTE
Município de Poções – BA

Credenciamento nº 031/2026 pag. 50

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

Representante Legal

_____
CONTRATADO
Nome: _____
CPF/CNPJ: _____

TESTEMUNHA 01
Nome: _____
CPF: _____

TESTEMUNHA 02
Nome: _____
CPF: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

CREDENCIAMENTO Nº 031/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 211/2026

ANEXO VI
MODELO DE FORMULÁRIO PARA METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS
1. IDENTIFICAÇÃO

Fornecedor/Organização: _____

CPF/CNPJ: _____

Tipo de fornecedor:
( ) Agricultor Familiar Individual
( ) Grupo Informal
( ) Grupo Formal
( ) Empreendedor Familiar Rural

Item: _____

Produto: _____

Marca, quando aplicável: _____

Data da avaliação: //2026

2. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A amostra será avaliada pela equipe responsável, observando-se as especificações estabelecidas no Termo de Referência, as condições higiênico-sanitárias e os padrões de qualidade exigidos para o produto.

Critério	Conforme	Não Conforme	Observações
1. Características e especificações do produto	☐	☐	_____
2. Aparência, cor e aspecto	☐	☐	_____
3. Odor e características sensoriais	☐	☐	_____
4. Textura e consistência, quando aplicável	☐	☐	_____
5. Embalagem e acondicionamento	☐	☐	_____
6. Integridade da embalagem	☐	☐	_____
7. Rotulagem e identificação, quando aplicável	☐	☐	_____
8. Prazo de validade	☐	☐	_____
9. Condições de conservação e transporte	☐	☐	_____
10. Atendimento às exigências sanitárias	☐	☐	_____
11. Compatibilidade com as especificações do Termo de Referência	☐	☐	_____

3. PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

3.1. A avaliação será realizada por servidor(es) ou equipe designada pelo Município, podendo contar com a participação do responsável técnico pela alimentação escolar, especialmente o nutricionista responsável pelo PNAE.

3.2. A análise será realizada mediante conferência das características do produto e, quando aplicável, avaliação sensorial da amostra, observando-se os critérios previstos neste formulário e no Termo de Referência.

3.3. A amostra deverá apresentar características compatíveis com as especificações, padrões de qualidade, condições de conservação e demais requisitos estabelecidos para o respectivo item.

3.4. Quando houver desconformidade que comprometa a qualidade, segurança, conservação ou utilização do alimento, a amostra será considerada **NÃO CONFORME**, mediante registro da respectiva justificativa.

3.5. A avaliação da amostra não substitui a verificação da documentação de habilitação nem a fiscalização dos produtos durante a execução do contrato.

4. RESULTADO DA AVALIAÇÃO

Após análise da amostra apresentada, a equipe responsável conclui que o produto:

☐ **APROVADO**

☐ **REPROVADO**

Justificativa/observações:

_____
_____
_____
_____
_____

5. DECLARAÇÃO DA EQUIPE AVALIADORA

Declaramos, para os devidos fins, que a amostra acima identificada foi avaliada de acordo com os critérios estabelecidos no Edital, no Termo de Referência e na legislação aplicável ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, tendo sido emitido o resultado acima.

Poções – BA, ____ de _____ de 2026.

Responsável pela Avaliação
Nome: _____
Cargo/Função: _____

Nutricionista Responsável Técnico pelo PNAE
Nome: _____
CRN: _____

Membro da Comissão/Equipe de Avaliação
Nome: _____
Cargo/Função: _____

6. REGISTRO DO FORNECEDOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

Declaro estar ciente do resultado da avaliação da amostra e das observações registradas neste formulário.

Fornecedor/Representante Legal
Nome: _____
CPF: _____

Data: //2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

CREDENCIAMENTO Nº 031/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 211/2026

ANEXO VII

ESPECIFICAÇÃO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

OBJETO: CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DA AGRICULTURA FAMILIAR.

ITEM	GÊNERO ALIMENTÍCIO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA
01	Abóbora	Kg	____
02	Aipim/Mandioca	Kg	____
03	Banana	Kg	____
04	Batata-doce	Kg	____
05	Beterraba	Kg	____
06	Cebola	Kg	____
07	Cenoura	Kg	____
08	Couve	Maço	____
09	Coentro	Maço	____
10	Feijão	Kg	____
11	Goiaba	Kg	____
12	Laranja	Kg	____
13	Mamão	Kg	____
14	Manga	Kg	____
15	Melancia	Kg	____
16	Milho verde	Kg	____
17	Pimentão	Kg	____
18	Tomate	Kg	____
19	Alface	Maço	____
20	Farinha de mandioca	Kg	____
21	Polpa de frutas	Kg	____
22	Ovos	Dúzia	____
23	Leite	Litro	____
24	Queijo	Kg	____
25	Carne bovina	Kg	____
26	Frango	Kg	____
27	Mel	Kg	____
28	Coco	Unidade	____
29	Limão	Kg	____
30	Abacaxi	Unidade	____

CONDIÇÕES GERAIS

Os gêneros alimentícios deverão ser **frescos ou adequadamente processados, de boa qualidade, próprios para consumo humano, livres de sujidades, pragas, sinais de deterioração ou contaminação**, e entregues em condições adequadas de higiene, conservação, acondicionamento e transporte, conforme a natureza de cada produto e a legislação sanitária vigente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

As quantidades apresentadas são **estimativas**, podendo ser ajustadas de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação e o planejamento da alimentação escolar.

Os produtos deverão atender às especificações e padrões de qualidade estabelecidos pela Administração e poderão ser recusados quando estiverem em desacordo com as condições previstas no Edital e seus anexos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

CREDENCIAMENTO Nº 031/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 211/2026

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE OS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM ENTREGUES SÃO PRODUZIDOS PELOS ASSOCIADOS RELACIONADOS NO PROJETO DE VENDA

A _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº _____, **DECLARA**, para os devidos fins, que os gêneros alimentícios relacionados no Projeto de Venda, a serem fornecidos ao Município de Poções – BA, são **produzidos pelos agricultores familiares associados relacionados no referido Projeto de Venda**, responsabilizando-se pela veracidade das informações prestadas e pelo cumprimento das condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.

Poções – BA, ____ de _____ de 2026.

Representante Legal da Organização
Nome: _____
CPF: _____
Cargo: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 038/2026
PREGÃO ELETRÔNICO- SRP Nº 021/2026

Ao primeiro dia do mês de setembro de 2026, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES-BA**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça da Bandeira, nº 02, centro, na cidade de Poções, Bahia, neste Município, inscrita no CNPJ sob o nº 14.242.200/0001-65, figura, neste ato, como **COPARTICIPANTE, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE- FMS,** pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Cardeal da Silva, 75, Centro, na cidade de Poções, Bahia, inscrito no CNPJ sob o nº 11.113.324/0001-52, neste ato, representado por seu gestor, o Sr. **Marcus Vinícius Protasio Sola**, brasileiro, maior, casado, portador do RG nº 582310563, CPF nº 939.058.585-68, residente na Rua João Batista França, nº 74, Centro, Poções, Bahia, no uso da atribuição, que lhe confere o Art. 1º do Decreto Municipal nº 07/2025, responsável pelo **Pregão Eletrônico - SRP nº 021/2026**, Processo **Administrativo nº 183/2026, RESOLVE registrar** os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes as normas constantes na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 006, de 08 de Janeiro de 2024, as especificações técnicas constantes do Processo Administrativo descrito, assim como todas as obrigações e demais condições descritas no Edital, no Termo de Referência, no Contrato e na Proposta de Preços, integram esta Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

1. DO OBJETO: o ***Registro de Preços para Eventual e Futura aquisição de instrumentos e insumos odontológicos destinados ao atendimento das demandas da Rede Municipal de Saúde Bucal, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde de Poções – Bahia da Prefeitura de Poções/BA (lotes 01 e 02),*** de acordo com as especificações, quantidades estimadas e demais condições constantes no Termo de Referência e no Edital da licitação.

1.1- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

2. O FORNECEDOR CLASSIFICADO É O QUE SE SEGUE:

EMPRESA: DELTA SUL DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no **CNPJ nº 31.341.284/0001-03**, com sede na Avenida Governador Lomanto Junior, nº 2850 - Quadra 01, Lote 08, Cansancao na cidade de Jequié/BA, representada, neste ato, pelo Sr. **Mateus Cajado Figueredo**, brasileiro, cadastro no **CPF nº 03*.***.***-05**.

3. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.
3.1- O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

LOTE 01 – INSTRUMENTOS ODONTOLÓGICOS					
ITEM	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**	**PREÇO MÉDIO UNIT**	**PREÇO MÉDIO TOTAL**
1	UND	8	AFASTADOR FARABEUF	R$ 32,46	R$ 259,68
2	UND	14	ALAVANCA BANDEIRA DIREITA	R$ 27,87	R$ 390,18
3	UND	14	ALAVANCA BANDEIRA ESQUERDA	R$ 24,67	R$ 345,38
4	UND	8	ALAVANCA INFANTIL	R$ 28,28	R$ 226,24
5	UND	8	ALAVANCA RETA	R$ 27,53	R$ 220,24
6	UND	8	ALAVANCA TIPO LANÇA	R$ 28,20	R$ 225,60
7	UND	15	APLICADOR HIDRÓXIDO DE CLACIO	R$ 8,60	R$ 129,00
8	UND	25	AVENTAIS DE CHUMBO	R$ 506,48	R$ 12.662,00
9	UND	8	BANDEJA DE AÇO INOX 22X17 CM	R$ 30,10	R$ 240,80

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

10	UND	20	CAIXA ESCURA PARA REVELAÇÃO	R$ 198,88	R$ 3.977,60
11	UND	14	CABO PARA BISTURI	R$ 10,37	R$ 145,18
12	UND	14	CALCADOR DE HOLLEMBACK	R$ 9,09	R$ 127,26
13	UND	15	CALCADOR DE WARD	R$ 8,62	R$ 129,30
14	UND	26	COLGADURA	R$ 6,62	R$ 172,12
15	UND	15	CONDENSADOR DUPLO AM	R$ 8,75	R$ 131,25
16	UND	14	CURETA DE GRACEY	R$ 12,28	R$ 171,92
17	UND	14	CURETA DE LUCA	R$ 9,56	R$ 133,84
18	UND	8	CURETA PERIODENTAL 07/08	R$ 11,68	R$ 93,44
19	UND	8	CURETA PERIODENTAL 09/10	R$ 12,77	R$ 102,16
20	UND	8	CURETA PERIODENTAL 11/12	R$ 12,69	R$ 101,52
21	UND	50	CURETAS DENTINÁRIAS	R$ 9,38	R$ 469,00
22	UND	8	CURETAS PERIODONTAIS 06/05	R$ 12,27	R$ 98,16
23	UND	8	CURETAS PERIODONTAIS 11/12	R$ 12,19	R$ 97,52
24	UND	8	CURETAS PERIODONTAIS 13/14	R$ 10,96	R$ 87,68
25	UND	14	DESCOLADORES DE GENGIVA	R$ 17,15	R$ 240,10
26	UND	8	DISCOIDE/CLEOIDE	R$ 13,48	R$ 107,84
27	UND	15	ESCUPIDOR FRAN	R$ 15,39	R$ 230,85
28	UND	14	ESCUPIDOR HOLLEMBACK	R$ 10,23	R$ 143,22
29	UND	14	ESPATULA DE INSERÇÃO	R$ 13,93	R$ 195,02
30	UND	14	ESPATULA DE MANIPULAÇÃO	R$ 14,94	R$ 209,16
31	UND	80	ESPELHO BUCAL Nº 05 COM CABO	R$ 4,97	R$ 397,60
32	UND	40	EXPLORADOR DUPLO (05)	R$ 7,83	R$ 313,20
33	UND	14	FORCEPS 01	R$ 105,38	R$ 1.475,32
34	UND	14	FORCEPS 03 (INFANTIL)	R$ 71,00	R$ 994,00
35	UND	14	FORCEPS 04	R$ 69,50	R$ 973,00
36	UND	14	FORCEPS 101	R$ 85,28	R$ 1.193,92
37	UND	14	FORCEPS 150	R$ 78,59	R$ 1.100,26
38	UND	14	FORCEPS 151	R$ 86,96	R$ 1.217,44
39	UND	14	FORCEPS 16	R$ 84,61	R$ 1.184,54
40	UND	14	FORCEPS 18 R	R$ 83,65	R$ 1.171,10
41	UND	14	FORCEPS 23	R$ 80,63	R$ 1.128,82
42	UND	14	FORCEPS ADULTO Nº 16	R$ 81,74	R$ 1.144,36
43	UND	14	FORCEPS ADULTO Nº 17	R$ 83,84	R$ 1.173,76
44	UND	14	FORCEPS ADULTO Nº 18L	R$ 82,99	R$ 1.161,86
45	UND	14	FORCEPS ADULTO Nº 203	R$ 82,20	R$ 1.150,80
46	UND	14	FORCEPS ADULTO Nº 44	R$ 66,78	R$ 934,92
47	UND	14	FORCEPS ADULTO Nº 46	R$ 93,03	R$ 1.302,42
48	UND	14	FORCEPS ADULTO Nº 65	R$ 78,95	R$ 1.105,30
49	UND	14	FORCEPS ADULTO Nº 68	R$ 86,87	R$ 1.216,18
50	UND	14	FORCEPS ADULTO Nº 69	R$ 90,41	R$ 1.265,74
51	UND	14	LIMA DE OSSO	R$ 42,58	R$ 596,12

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

52	UND	14	ESPÁTULA DUPLA PARA INSERÇÃO DE RESINA COMPOSTA	R$ 40,98	R$ 573,72
53	UND	260	MANDRIL PARA DISCO DE POLIMENTO	R$ 28,33	R$ 7.365,80
54	UND	80	ÓCULOS DE PROTEÇÃO	R$ 3,09	R$ 247,20
55	UND	40	PLACA DE VIDRO	R$ 5,62	R$ 224,80
56	KIT	25	POSICIONADORES PARA RAIO-X	R$ 44,33	R$ 1.108,25
57	UND	25	PRENDEDOR DE BABADOR	R$ 8,78	R$ 219,50
58	UND	40	PINÇA GOIVA	R$ 100,67	R$ 4.026,80
59	UND	40	PINÇA PARA ALGODÃO	R$ 11,83	R$ 473,20
60	UND	40	PORTA AGULHA	R$ 38,71	R$ 1.548,40
61	UND	6	PORTA ALGODÃO	R$ 64,54	R$ 387,24
62	UND	14	PORTA MATRIZ	R$ 24,65	R$ 345,10
63	UND	6	PORTA RESÍDUO	R$ 48,39	R$ 290,34
64	FRS	40	SACA BROCAS PARA TURBINA DE ALTA ROTAÇÃO	R$ 18,63	R$ 745,20
65	UND	14	SONDA MILIMETRADA	R$ 44,26	R$ 619,64
66	UND	80	SERINGA CARPULE	R$ 33,71	R$ 2.696,80
67	UND	14	SONDA EXPLORADORA Nº 05	R$ 8,81	R$ 123,34
68	UND	14	SONDA PERIODONTAL TIPO OMS	R$ 43,48	R$ 608,72
69	UND	80	TESOURA IRIS CURTA	R$ 21,12	R$ 1.689,60
70	UND	80	CABO SEM ESPELHO	R$ 15,20	R$ 1.216,00
71	KIT	50	PONTAS TIPO INSERTOS PARA ULTRASSON ODONTOLÓGICO	R$ 193,40	R$ 9.670,00
VALOR LOTE 01					**R$ 78.243,57**
LOTE 02 INSUMOS ODONTOLÓGICOS					
ITEM	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**	**PREÇO MÉDIO UNITÁRIO**	**PREÇO MÉDIO TOTAL**
72	UND	780	ÁCIDO FOSFÓRICO A 37%	R$ 3,62	R$ 2.823,60
73	UND	260	ADESIVO DENTINÁRIO 5ML	R$ 12,40	R$ 3.224,00
74	UND	15	ÁGUA OXIGENADA 1000 ML	R$ 4,67	R$ 70,05
75	CXS	260	AGULHA GENGIVAL CURTA 30G CAIXA COM 100 UNIDADES	R$ 24,08	R$ 6.260,80
76	CXS	40	AGULHA GENGIVAL EXTRACURTA CAIXA COM 100 UNIDADES	R$ 20,95	R$ 838,00
77	CXS	40	AGULHA GENGIVAL LONGA CAIXA COM 100 UNIDADES	R$ 29,31	R$ 1.172,40
78	FRS	130	ALVEOLEX	R$ 29,72	R$ 3.863,60
79	CXS	40	ANESTÉSICO CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA SEM VASOCONSTRITOR A 2% CX 50 UND	R$ 172,16	R$ 6.886,40
80	CX	370	ANESTÉSICO CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA DE 2% COM EPINEFRINA 1.100.000	R$ 166,67	R$ 61.667,90
81	CXS	40	ANESTÉSICO MEPIVACAÍNA 3% SEM VASO CONSTRICTOR C/ 50 UND	R$ 174,96	R$ 6.998,40
82	CXS	130	ANESTÉSICO ARTICAINE 4% C/ 50 UND	R$ 310,19	R$ 40.324,70

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

83	FRS	260	ANESTÉSICO TÓPICO	R$ 15,76	R$ 4.097,60
84	CXS	260	APLICADOR DE MICROBUSH	R$ 8,37	R$ 2.176,20
85	PCT	350	BABADOR	R$ 14,18	R$ 4.963,00
86	FRS	260	BICARBONATO DE SÓDIO PARA ULTRASSOM ODONTOLÓGICA	R$ 14,84	R$ 3.858,40
87	UND	50	BORRACHA (ABRIDOR DE BOCA) PEQUENA	R$ 7,56	R$ 378,00
88	UND	520	BROCA ZECKRYA ESFÉRICA	R$ 8,60	R$ 4.472,00
89	UND	520	BROCA ZECKRYA LONGA	R$ 8,50	R$ 4.420,00
90	UND	520	BROCAS DE BAIXA ROTAÇÃO 702 LINHA FG	R$ 10,18	R$ 5.293,60
91	UND	520	BROCAS DE BAIXA ROTAÇÃO 703 LINHA FG	R$ 12,21	R$ 6.349,20
92	UND	520	BROCAS DE BAIXA ROTAÇÃO 8C LINHA FG	R$ 9,79	R$ 5.090,80
93	UND	520	BROCAS DIAMANTADAS 1012	R$ 8,39	R$ 4.362,80
94	UND	520	BROCAS DIAMANTADAS 1013	R$ 9,10	R$ 4.732,00
95	UND	520	BROCAS DIAMANTADAS 1032	R$ 6,40	R$ 3.328,00
96	UND	520	BROCAS DIAMANTADAS 1034	R$ 9,10	R$ 4.732,00
97	UND	520	BROCAS DIAMANTADAS 1034 LINHA FG	R$ 5,52	R$ 2.870,40
98	UND	520	BROCAS DIAMANTADAS 1043	R$ 11,04	R$ 5.740,80
99	UND	520	BROCAS DIAMANTADAS 1051	R$ 7,73	R$ 4.019,60
100	UND	520	BROCAS DIAMANTADAS 1090	R$ 8,39	R$ 4.362,80
101	UND	520	BROCAS DIAMANTADAS 1092	R$ 8,11	R$ 4.217,20
102	UND	520	BROCAS DIAMANTADAS 2067 LINHA FG	R$ 13,99	R$ 7.274,80
103	UND	520	BROCAS DIAMANTADAS 2200 LINHA FG	R$ 4,58	R$ 2.381,60
104	UND	520	BROCAS ESFÉRICAS CIRÚRGICAS	R$ 7,37	R$ 3.832,40
105	UND	520	BROCAS ESFÉRICAS DE BAIXA ROTAÇÃO Nº 2 CARBIDE	R$ 5,16	R$ 2.683,20
106	UND	520	BROCAS ESFÉRICAS DE BAIXA ROTAÇÃO Nº 3 CARBIDE	R$ 5,41	R$ 2.813,20
107	UND	520	BROCAS ESFÉRICAS DE BAIXA ROTAÇÃO Nº 4 CARBIDE	R$ 5,87	R$ 3.052,40
108	UND	520	BROCAS ESFÉRICAS DE BAIXA ROTAÇÃO Nº 5 CARBIDE	R$ 5,78	R$ 3.005,60
109	UND	520	BROCAS ESFÉRICAS DE BAIXA ROTAÇÃO Nº 6 CARBIDE	R$ 5,41	R$ 2.813,20
110	PCT	8	CÁPSULA DE AMALGAMA 01 PORÇÃO POTES C/50	R$ 157,67	R$ 1.261,36
111	PCT	4	CÁPSULA DE AMALGAMA DE 02 PORÇÕES POTES C/50	R$ 169,16	R$ 676,64
112	UND	520	CARBONO OCLUSAL C/12 FOLHAS	R$ 5,94	R$ 3.088,80
113	FRS	260	CARIOSTÁTICO	R$ 16,01	R$ 4.162,60
114	UND	2200	CARTELA PLÁSTICA PARA RAIO-X	R$ 2,24	R$ 4.928,00
115	FRS	900	CIMENTO IONOMERO DE VIDRO FOTOPOLIMERIZAVEL	R$ 16,74	R$ 15.066,00
116	FRS	20	CIMENTO FOSFATO DE ZINCO LIQUIDO	R$ 10,44	R$ 208,80

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

117	FRS	20	CIMENTO FOSFATO DE ZINCO PÓ	R$ 10,31	R$ 206,20
118	KIT	40	CIMENTO HIDRÓXIDO DE CÁLCIO-HIDRO C	R$ 22,38	R$ 895,20
119	KIT	130	CIMENTO IONOMERO DE VIDRO	R$ 30,31	R$ 3.940,30
120	UND	260	CIMENTO PROVISÓRIO (COLTOSOL)	R$ 14,14	R$ 3.676,40
121	FRS	260	CLOREXIDINA A 0,12%	R$ 11,80	R$ 3.068,00
122	PCT	130	CUNHA DE MADEIRA	R$ 18,58	R$ 2.415,40
123	UND	10400	DENTIFRÍCIO COM FLÚOR	R$ 1,63	R$ 16.952,00
124	LTS	260	DETERGENTE ENZIMÁTICO	R$ 11,73	R$ 3.049,80
125	UND	130	DISCO GRANULADO PARA ACABAMENTO DE RESINA	R$ 46,18	R$ 6.003,40
126	UND	2600	ESCOVA DE DENTE ADULTA	R$ 1,24	R$ 3.224,00
127	UND	10400	ESCOVA DE DENTE INFANTIL	R$ 1,35	R$ 14.040,00
128	UND	3900	ESCOVA DE ROBSON	R$ 1,46	R$ 5.694,00
129	UND	6240	ESPELHO SEM CABO	R$ 2,65	R$ 16.536,00
130	UND	80	EXPANDEX AFASTADOR LABIAL	R$ 7,03	R$ 562,40
131	FRS	260	EVIDENCIADOR DE PLACAS	R$ 5,20	R$ 1.352,00
132	CXS	20	FILME RADIOGRÁFICO INFANTIL ODONTOLÓGICO CX COM 150 PELÍCULAS	R$ 234,73	R$ 4.694,60
133	CXS	20	FILME RADIOGRÁFICO ODONTOLÓGICO CX COM 150 PELÍCULAS	R$ 143,83	R$ 2.876,60
134	CXS	130	FIO DE SUTURA SEDA 3.0 AGULHADO C/24 UND	R$ 55,66	R$ 7.235,80
135	CXS	130	FIO DE SUTURA DE NAYLON 4-0. CAIXA COM 24 UNIDADES	R$ 61,53	R$ 7.998,90
136	UND	80	FIO DENTAL PROFISSIONAL 500 MTS	R$ 7,56	R$ 604,80
137	UND	80	FIO RETRATOR	R$ 21,88	R$ 1.750,40
138	FRS	130	FIXADOR	R$ 17,08	R$ 2.220,40
139	FRS	520	FLÚOR EM GEL 1,23% 200ML	R$ 3,89	R$ 2.022,80
140	PCT	7	FLUOR EM PÓ PCT C/500 SACHES COM 1 GRAMA CADA	R$ 920,00	R$ 6.440,00
141	UND	260	FLUOR PARA BOCHECHO 1 LITRO	R$ 20,16	R$ 5.241,60
142	FRS	80	FORMOCRESOL	R$ 11,88	R$ 950,40
143	FRS	260	GERME RIO -FRASCOS DE 1LITRO	R$ 10,66	R$ 2.771,60
144	UND	80	HIDRÓXIDO DE CALCIO P.A	R$ 4,07	R$ 325,60
145	FRS	15	IODOFORMIO 10G	R$ 25,68	R$ 385,20
146	CXS	30	LÂMINAS DE BISTURI DESCARTÁVEIS Nº15 CAIXAS COM 100 UNIDADES	R$ 27,96	R$ 838,80
147	PCT	260	LIXA DE ACABAMENTO E POLIMENTO DENTAL C/100 UND	R$ 23,47	R$ 6.102,20
148	UND	260	MATRIZ DE AÇO 0,5MM	R$ 2,39	R$ 621,40
149	UND	260	MATRIZ DE AÇO 0,7MM	R$ 2,43	R$ 631,80
150	CXS	260	MOLDEIRA PARA FLÚOR	R$ 36,32	R$ 9.443,20
151	FRS	130	ÓLEO LUBRIFICANTE ALTA E BAIXA ROTAÇÃO	R$ 23,14	R$ 3.008,20
152	FRS	7	ÓXIDO DE ZINCO LIQUIDO	R$ 10,87	R$ 76,09

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

153	FRS	7	ÓXIDO DE ZINCO PÓ	R$ 4,85	R$ 33,95
154	FRS	80	PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO	R$ 6,50	R$ 520,00
155	UND	80	PASTA PARA POLIMENTO DE RESTAURAÇÃO	R$ 27,02	R$ 2.161,60
156	UND	130	PASTA PROFILÁTICA	R$ 3,21	R$ 417,30
157	UND	80	PEDRA DE AMOLAR TIPO ARKANSAS	R$ 34,95	R$ 2.796,00
158	FRS	130	PEDRA POMES	R$ 7,31	R$ 950,30
159	UND	260	PONTA SCHOFU TIPO ESFÉRICA	R$ 10,87	R$ 2.826,20
160	UND	260	PONTA SCHOFU TIPO LANÇA	R$ 14,74	R$ 3.832,40
161	UND	390	PONTAS P/ACABAMENTO 1111 FF	R$ 4,58	R$ 1.786,20
162	UND	390	PONTAS P/ACABAMENTO 1112 FF	R$ 3,84	R$ 1.497,60
163	UND	390	PONTAS P/ACABAMENTO 3118 FF	R$ 9,08	R$ 3.541,20
164	UND	390	RESINA COMPOSTA A1	R$ 17,47	R$ 6.813,30
165	UND	390	RESINA COMPOSTA A2	R$ 17,73	R$ 6.914,70
166	UND	390	RESINA COMPOSTA A3	R$ 18,91	R$ 7.374,90
167	UND	390	RESINA COMPOSTA A3,5	R$ 19,37	R$ 7.554,30
168	UND	390	RESINA COMPOSTA B1	R$ 19,73	R$ 7.694,70
169	UND	130	RESINA COMPOSTA C5	R$ 125,12	R$ 16.265,60
170	FRS	260	REVELADOR	R$ 28,76	R$ 7.477,60
171	PCT	2340	ROLOS DENTAIS DE ALGODÃO C/100 UNIDADES	R$ 3,11	R$ 7.277,40
172	PCT	80	SELANTES PARA SULCOS E FISSURAS	R$ 25,76	R$ 2.060,80
173	FRS	260	SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA	R$ 10,32	R$ 2.683,20
174	PCT	520	SUGADOR DESCARTAVEIS PC. C/40	R$ 4,57	R$ 2.376,40
175	CXS	130	TIRAS DE LIXA DE AÇO C/12 UNIDADES	R$ 8,18	R$ 1.063,40
176	CXS	260	TIRAS DE POLIESTER C/50 UNIDADES	R$ 5,72	R$ 1.487,20
177	FRS	260	VERNIZ CAVITÁRIO FLUORETADO	R$ 9,09	R$ 2.363,40
178	KITS	80	PONTAS DIAMANTADAS PARA POLIMENTO DE RESINA	R$ 90,56	R$ 7.244,80
VALOR TOTAL DO LOTE 02					**R$ 525.712,79**
VALOR TOTAL DOS LOTES					**R$ 603.956,36**

4. VALIDADE DA ATA

4.1- A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, a partir de, **01/09/2026** tendo validade até **01/09/2027**, podendo ser prorrogada por igual período nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5. DO CADASTRO RESERVA

5.1- Se houver empresa participante do certame licitatório que aceite fornecer o item registrado nesta ata pelo mesmo preço do 1º classificado na licitação, esta integrará o Anexo I desta Ata (Cadastro de Reserva), podendo fornecer o referido item apenas nas hipóteses de exclusão do fornecedor classificado em primeiro lugar, de acordo com previsão constante da legislação pertinente.
5.2- As empresas que integrarem o cadastro de reserva somente terão sua proposta, bem como sua documentação habilitatória, analisada, para fins de aceitação e habilitação, quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses mencionadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO DETENTOR BENEFICIÁRIO DA ATA

6.1- Os detentores dos preços registrados deverão cumprir o compromisso firmado por intermédio do presente instrumento, nos termos dispostos no Decreto Municipal nº 006, de 08 de janeiro de 2024 e no Edital de Pregão e seus anexos, e cumprir, integralmente, todas as cláusulas e condições constantes dos contratos ou instrumentos equivalentes porventura firmados, sob pena de revogação da presente Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das aplicações das penalidades cabíveis.

7. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

7.1- É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

8. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1-A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador,
desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couberem, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 006, de 08 de Janeiro de 2024.
8.2- As aquisições ou contratações adicionais por parte de Órgãos Não Participantes, na forma do Decreto Municipal nº 006, de 08 de Janeiro de 2024, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos totais fixados no item 2.1, por item, assim como a totalidade das adesões não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem.
8.3- Caberá ao **FORNECEDOR**, observadas as condições estabelecidas nesta ata de registro de preços, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de solicitação de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes desta ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e com os Órgãos Participantes de Compra Nacional.

9. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento do produto ou prestação de serviços, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, sanções e demais condições de ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, na minuta de contrato, no Edital da Licitação e na legislação citada em epígrafe.

10. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

10.1- A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.
10.2- Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais Órgãos participantes (se houver).

11. DO FORO:

11.1 - O Foro para dirimir questões relativas ao presente Compromisso de Fornecimento será o Foro da Comarca de Poções-Ba, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Poções/Ba, **01 de setembro de 2026.**

MARCUS VINÍCIUS PROTASIO SOLA
Gestor FMS

DELTA SUL DISTRIBUIDORA LTDA
Empresa Contratada

TESTEMUNHAS:
1.
Nome:
CPF:

2.
Nome:
CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 038/2026
PREGÃO ELETRONICO N° 021/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 183/2026

OBJETO: Registro de Preços para Eventual e Futura aquisição de instrumentos e insumos odontológicos destinados ao atendimento das demandas da Rede Municipal de Saúde Bucal, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde de Poções – Bahia da Prefeitura de Poções/BA (lotes 01 e 02), especificado nos anexos do edital. Com a vigência de **1 ano**, (**1/9/2026** até **1/9/2027)**. Critério de Julgamento: Menor Preço Lote, em favor da empresa **DELTA SUL DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 31.341.284/0001-03**, no valor Global de **R$ 603.956,36 (seiscentos e três mil e novecentos e cinquenta e seis reais e trinta e seis centavos)**. Prefeitura Municipal de Poções-Ba, **1 de setembro de 2026**. **Irenilda Cunha De Magalhães - Prefeita Municipal.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 039/2026
PREGÃO ELETRÔNICO- SRP Nº 020/2026

Ao primeiro dia do mês de setembro de 2026, **de um lado**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES-BA**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça da Bandeira, nº 02, Centro, Poções, Bahia, inscrita no CNPJ sob o nº 14.242.200/0001-65, doravante denominada **PREFEITURA**, representada neste ato por sua Prefeita Municipal, a Sra. **Irenilda Cunha de Magalhães**, brasileira, casada. E, como **COPARTICIPANTES: o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS,** pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Cardeal da Silva, 75, Centro, Poções, Bahia, inscrito no CNPJ sob o nº **11.113.324/0001-52**, representado por seu gestor, o Sr. **Marcus Vinícius Protasio Sola**, brasileiro, casado, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º do Decreto Municipal nº 07/2025, **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS,** inscrito no CNPJ sob o nº **15.364.207/0001-12**, com sede na Rua Itália, nº 58, Centro, Poções, Bahia, representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, a Sra. **Orleide Pachêco Gomes Ramos**, brasileira, casada, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º do Decreto Municipal nº 005/2021, **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME,** inscrito no CNPJ sob o nº **64.377.266/0001-30**, com sede na Praça Benjamin Constant, nº 29, Centro, Poções, Bahia, representado pela Secretária Municipal de Educação, a Sra. **Dirani Cunha Porto Fagundes**, brasileira, casada, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º do Decreto Municipal nº 004/2021, responsável pela **Pregão Eletrônico - SRP nº 020/2026**, **Processo Administrativo nº 165/2026, RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes as normas constantes na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 006, de 08 de Janeiro de 2024, as especificações técnicas constantes do Processo Administrativo descrito, assim como todas as obrigações e demais condições descritas no Edital, no Termo de Referência, no Contrato e na Proposta de Preços, integram esta Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

1- DO OBJETO o **Registro de Preços para Eventual e Futura aquisição de Hortifrúti, visando atender as necessidades das Secretarias Municipais de Poções – BA (lote 01),** de acordo com as especificações, quantidades estimadas e demais condições constantes no Termo de Referência e no Edital da licitação.

1.1- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

2- O FORNECEDOR CLASSIFICADO É O QUE SE SEGUE:

EMPRESA: NILTON SILVA DE OLIVEIRA, inscrita no **CNPJ nº 32.110.448/0001-54**, com sede na Praça Monsenhor Honorato, nº137, Centro na cidade de Poções/BA, representado, neste ato, pelo Sr. **Nilton Silva de Oliveira**, brasileiro, cadastro no **CPF nº 60*.***.***-20**.

3- DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1- O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

LOTE 01					
ITEM	**QUANT.**	**UND**	**DESCRIÇÃO**	**V. UNT**	**V. TOTAL**
1	2.840	UNI	ABACAXI	R$ 3,58	R$ 10.167,20
2	2.360	KG	ABÓBORA	R$ 1,19	R$ 2.808,40
3	3.600	KG	AIPIM	R$ 2,60	R$ 9.360,00
4	1.990	UNI	ALFACE	R$ 3,04	R$ 6.049,60
5	580	KG	AMENDOIM CASCA	R$ 7,45	R$ 4.321,00
6	630	KG	AMENDOIM GRÃO	R$ 6,48	R$ 4.082,40
7	630	KG	AMENDOIM TORRADO	R$ 6,08	R$ 3.830,40
8	8.300	KG	BANANA PRATA	R$ 3,03	R$ 25.149,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

9	7.400	KG	BANANA DA TERRA	R$ 4,08	R$ 30.192,00
10	780	KG	BANANA D'ÁGUA	R$ 3,10	R$ 2.418,00
11	3.900	KG	BATATA DOCE	R$ 2,53	R$ 9.867,00
12	6.420	KG	BATATA INGLESA	R$ 3,68	R$ 23.625,60
13	2.400	KG	BETERRABA	R$ 2,62	R$ 6.288,00
14	85	KG	CANELA EM CASCA	R$ 36,05	R$ 3.064,25
15	125	KG	CANELA EM PÓ	R$ 35,96	R$ 4.495,00
16	3.750	KG	CEBOLA BRANCA	R$ 3,10	R$ 11.625,00
17	1.930	KG	CEBOLA ROXA	R$ 3,30	R$ 6.369,00
18	5.890	KG	CENOURA	R$ 3,60	R$ 21.204,00
19	3.650	KG	CHUCHU	R$ 1,83	R$ 6.679,50
20	3.100	UNI	CHEIRO VERDE	R$ 1,58	R$ 4.898,00
21	1.780	KG	COCO RALADO	R$ 17,30	R$ 30.794,00
22	1.450	UNI	COCO VERDE	R$ 1,90	R$ 2.755,00
23	294	KG	CORANTE; COLORAU MOÍDO.	R$ 7,75	R$ 2.278,50
24	128	KG	CRAVO DA ÍNDIA	R$ 38,20	R$ 4.889,60
25	790	KG	FARINHA DE TAPIOCA	R$ 3,35	R$ 2.646,50
26	290	KG	GENGIBRE	R$ 6,75	R$ 1.957,50
27	4.800	KG	GOIABA	R$ 3,63	R$ 17.424,00
28	3.600	KG	GOMA FRESCA	R$ 3,00	R$ 10.800,00
29	9.800	KG	LARANJA	R$ 2,11	R$ 20.678,00
30	400	KG	LIMÃO TAITI	R$ 2,16	R$ 864,00
31	7.750	KG	MAÇÃ	R$ 4,60	R$ 35.650,00
32	4.550	KG	MAMÃO PAPAIA	R$ 1,75	R$ 7.962,50
33	5.200	KG	MANGA	R$ 2,10	R$ 10.920,00
34	5.000	KG	MARACUJÁ	R$ 3,79	R$ 18.950,00
35	1.530	KG	MASSA DE AIPIM	R$ 3,39	R$ 5.186,70
36	6.600	UNI	MELANCIA; TAMANHO GRANDE. PESO MÍNIMO: 9 KG.	R$ 5,08	R$ 33.528,00
37	960	KG	MELÃO; MELÃO AMARELO.	R$ 2,63	R$ 2.524,80
38	350	KG	MORANGO CONGELADO	R$ 6,01	R$ 2.103,50
39	1.050	KG	MORANGO	R$ 6,16	R$ 6.468,00
40	1.160	KG	PÊRA	R$ 10,55	R$ 12.238,00
41	294	KG	PIMENTA COMINHO	R$ 15,99	R$ 4.701,06
42	1.275	KG	PIMENTÃO	R$ 2,82	R$ 3.595,50
43	575	KG	QUIABO	R$ 2,24	R$ 1.288,00
44	630	KG	RAPADURA, QUILOGRAMA	R$ 5,58	R$ 3.515,40
45	1.814	KG	REPOLHO VERDE	R$ 1,81	R$ 3.283,34
46	665	KG	REPOLHO ROXO	R$ 1,98	R$ 1.316,70
47	1.850	KG	TANGERINA	R$ 2,59	R$ 4.791,50
48	4.500	KG	TOMATE	R$ 2,53	R$ 11.385,00
49	1.350	KG	UVA	R$ 6,35	R$ 8.572,50
50	820	KG	UVA SEM CAROÇO	R$ 7,74	R$ 6.346,80

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

51	450	KG	ABACATE	R$ 2,66	R$ 1.197,00
52	330	KG	COUVE	R$ 2,01	R$ 663,30
53	325	KG	AMEIXA FRESCA	R$ 9,29	R$ 3.019,25
54	200	KG	KIWI	R$ 8,60	R$ 1.720,00
55	1.000	UNI	MANTEIGA DE GADO; POTE COM 200 GRAMAS.	R$ 5,50	R$ 5.500,00
56	490	KG	ALHO	R$ 12,55	R$ 6.149,50
57	1.150	KG	BISCOITO DOCE, SEQUILHO	R$ 12,91	R$ 14.846,50
58	1.300	PCT	BISCOITO DE POLVILHO TIPO AVOADOR	R$ 12,79	R$ 16.627,00
59	40	KG	COMINHO EM PÓ	R$ 16,68	R$ 667,20
60	250	KG	INHAME	R$ 2,01	R$ 502,50
VALOR TOTAL LOTE 01					**R$ 526.800,00**

4- VALIDADE DA ATA

4.1- A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, a partir de, **01/09/2026** tendo validade até **01/09/2027**, podendo ser prorrogada por igual período nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5- DO CADASTRO RESERVA

5.1- Se houver empresa participante do certame licitatório que aceite fornecer o item registrado nesta ata pelo mesmo preço do 1º classificado na licitação, esta integrará o Anexo I desta Ata (Cadastro de Reserva), podendo fornecer o referido item apenas nas hipóteses de exclusão do fornecedor classificado em primeiro lugar, de acordo com previsão constante da legislação pertinente.
5.2- As empresas que integrarem o cadastro de reserva somente terão sua proposta, bem como sua documentação habilitatória, analisada, para fins de aceitação e habilitação, quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses mencionadas.

6- DAS OBRIGAÇÕES DO DETENTOR BENEFICIÁRIO DA ATA

6.1- Os detentores dos preços registrados deverão cumprir o compromisso firmado por intermédio do presente instrumento, nos termos dispostos no Decreto Municipal nº 006, de 08 de janeiro de 2024 e no Edital de Pregão e seus anexos, e cumprir, integralmente, todas as cláusulas e condições constantes dos contratos ou instrumentos equivalentes porventura firmados, sob pena de revogação da presente Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das aplicações das penalidades cabíveis.

7- DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

7.1- É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

8- DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1-A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador,
desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couberem, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 006, de 08 de Janeiro de 2024.
8.2- As aquisições ou contratações adicionais por parte de Órgãos Não Participantes, na forma do Decreto Municipal nº 006, de 08 de Janeiro de 2024, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos totais fixados no item 2.1, por item, assim como a totalidade das adesões não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem.
8.3- Caberá ao **FORNECEDOR**, observadas as condições estabelecidas nesta ata de registro de preços, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de solicitação de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes desta ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e com os Órgãos Participantes de Compra Nacional.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

9- DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento do produto ou prestação de serviços, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, sanções e demais condições de ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, na minuta de contrato, no Edital da Licitação e na legislação citada em epígrafe.

10-DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

10.1- A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.
10.2- Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais Órgãos participantes (se houver).

11-DO FORO:

11.1 - O Foro para dirimir questões relativas ao presente Compromisso de Fornecimento será o Foro da Comarca de Poções-Ba, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Poções/Ba, **01 de setembro de 2026**.

Irenilda Cunha de Magalhães
Prefeita Municipal

Orleide Pachêco Gomes Ramos
Gestora FMAS

Dirani Cunha Porto Fagundes
Gestora FME

Marcus Vinícius Protasio Sola
Gestor FMS

NILTON SILVA DE OLIVEIRA
Empresa Contratada

TESTEMUNHAS:
1.
Nome:
CPF:

2.
Nome:
CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 040/2026
PREGÃO ELETRÔNICO- SRP Nº 020/2026

Ao primeiro dia do mês de setembro de 2026, **de um lado**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES-BA**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça da Bandeira, nº 02, Centro, Poções, Bahia, inscrita no CNPJ sob o nº 14.242.200/0001-65, doravante denominada **PREFEITURA**, representada neste ato por sua Prefeita Municipal, a Sra. **Irenilda Cunha de Magalhães**, brasileira, casada. E, como **COPARTICIPANTES: o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS,** pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Cardeal da Silva, 75, Centro, Poções, Bahia, inscrito no CNPJ sob o nº **11.113.324/0001-52**, representado por seu gestor, o Sr. **Marcus Vinícius Protasio Sola**, brasileiro, casado, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º do Decreto Municipal nº 07/2025, **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS,** inscrito no CNPJ sob o nº **15.364.207/0001-12**, com sede na Rua Itália, nº 58, Centro, Poções, Bahia, representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, a Sra. **Orleide Pachêco Gomes Ramos**, brasileira, casada, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º do Decreto Municipal nº 005/2021, **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME,** inscrito no CNPJ sob o nº **64.377.266/0001-30**, com sede na Praça Benjamin Constant, nº 29, Centro, Poções, Bahia, representado pela Secretária Municipal de Educação, a Sra. **Dirani Cunha Porto Fagundes**, brasileira, casada, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º do Decreto Municipal nº 004/2021, responsável pela **Pregão Eletrônico - SRP nº 020/2026**, **Processo Administrativo nº 165/2026, RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes as normas constantes na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 006, de 08 de Janeiro de 2024, as especificações técnicas constantes do Processo Administrativo descrito, assim como todas as obrigações e demais condições descritas no Edital, no Termo de Referência, no Contrato e na Proposta de Preços, integram esta Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

1- DO OBJETO o **Registro de Preços para Eventual e Futura aquisição de Água mineral, visando atender as necessidades das Secretarias Municipais de Poções – BA (lote 02),** de acordo com as especificações, quantidades estimadas e demais condições constantes no Termo de Referência e no Edital da licitação.

1.1- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

2- O FORNECEDOR CLASSIFICADO É O QUE SE SEGUE:

EMPRESA: POCOES DISTRIBUIDORA DE AGUA MINERAL LTDA, inscrita no **CNPJ nº 68.333.367/0001-60**, com sede na Rua Andre da Rocha Pinto, nº 374, Lagoa Grande na cidade de Poções/BA, representado, neste ato, pela Sra. **Eduarda Moreno Barreto**, brasileira, cadastro no **CPF nº 08*.***.***-40**.

3- DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1- O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

LOTE 02					
ITEM	**QUANT.**	**UND**	**DESCRIÇÃO**	**V. UNT**	**V. TOTAL**
61	10.250	GALÕES	ÁGUA MINERAL POTÁVEL SEM GÁS, ENVASADA EM GARRAFÃO PET DE 20 LITROS, LACRADOS, DENTRO DOS PADRÕES ESTABELECIDOS PELO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL – DNPM E AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA, COM MARCA, PROCEDÊNCIA E VALIDADE (NO MÍNIMO DE 6 MESES) IMPRESSAS NA EMBALAGEM DO PRODUTO.	R$ 13,27	R$ 136.017,50

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

62	1.350	CAIXAS	ÁGUA MINERAL SEM GÁS; ACONDICIONADA EM COPO DESCARTÁVEL DE POLIETILENO, LACRADO COM TAMPA ALUMINIZADA; CONTENDO 200 ML, COM VALIDADE MÍNIMA DE 5 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA; CAIXA COM 48 UNIDADES.	R$ 48,64	R$ 65.664,00
63	2.600	FARDOS	ÁGUA MINERAL SEM GÁS; ENVASADA EM GARRAFAS PLÁSTICAS TRANSPARENTE DE 200 ML COM IMPRESSÃO DO NOME DO FABRICANTE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. PACOTES COM 12 GARRAFAS	R$ 10,66	R$ 27.716,00
64	3.300	FARDOS	ÁGUA MINERAL SEM GÁS, ENVASADA EM GARRAFAS PLÁSTICAS TRANSPARENTES DE 500 ML, COM VARIAÇÃO PERMITIDA DE + OU – 10 ML, COM IMPRESSÃO DO NOME DO FABRICANTE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. PACOTES COM 12 GARRAFAS, VALIDADE DO PRODUTO NÃO INFERIOR A 03 MESES, CONTADOS DA DATA DO RECEBIMENTO DEFINITIVO.	R$ 12,91	R$ 42.603,00
65	2.400	FARDOS	ÁGUA MINERAL COM GÁS, ENVASADA EM GARRAFAS PLÁSTICAS TRANSPARENTES DE 500 ML, COM VARIAÇÃO PERMITIDA DE + OU – 10 ML, COM IMPRESSÃO DO NOME DO FABRICANTE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. PACOTES COM 12 GARRAFAS, VALIDADE DO PRODUTO NÃO INFERIOR A 03 MESES, CONTADOS DA DATA DO RECEBIMENTO DEFINITIVO.	R$ 19,76	R$ 47.424,00
VALOR TOTAL LOTE 02					**R$ 319.424,50**

4- VALIDADE DA ATA

4.1- A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, a partir de, **01/09/2026** tendo validade até **01/09/2027**, podendo ser prorrogada por igual período nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5- DO CADASTRO RESERVA

5.1- Se houver empresa participante do certame licitatório que aceite fornecer o item registrado nesta ata pelo mesmo preço do 1º classificado na licitação, esta integrará o Anexo I desta Ata (Cadastro de Reserva), podendo fornecer o referido item apenas nas hipóteses de exclusão do fornecedor classificado em primeiro lugar, de acordo com previsão constante da legislação pertinente.
5.2- As empresas que integrarem o cadastro de reserva somente terão sua proposta, bem como sua documentação habilitatória, analisada, para fins de aceitação e habilitação, quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses mencionadas.

6- DAS OBRIGAÇÕES DO DETENTOR BENEFICIÁRIO DA ATA

6.1- Os detentores dos preços registrados deverão cumprir o compromisso firmado por intermédio do presente instrumento, nos termos dispostos no Decreto Municipal nº 006, de 08 de janeiro de 2024 e no Edital de Pregão e seus anexos, e cumprir, integralmente, todas as cláusulas e condições constantes dos contratos ou instrumentos equivalentes porventura firmados, sob pena de revogação da presente Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das aplicações das penalidades cabíveis.

7- DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

7.1- É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

8- DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1-A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador,
desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couberem, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 006, de 08 de Janeiro de 2024.
8.2- As aquisições ou contratações adicionais por parte de Órgãos Não Participantes, na forma do Decreto Municipal nº 006, de 08 de Janeiro de 2024, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos totais fixados no item 2.1, por item, assim como a totalidade das adesões não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem.
8.3- Caberá ao **FORNECEDOR**, observadas as condições estabelecidas nesta ata de registro de preços, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de solicitação de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes desta ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e com os Órgãos Participantes de Compra Nacional.

9- DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento do produto ou prestação de serviços, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, sanções e demais condições de ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, na minuta de contrato, no Edital da Licitação e na legislação citada em epígrafe.

10-DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

10.1- A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.
10.2- Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais Órgãos participantes (se houver).

11-DO FORO:

11.1 - O Foro para dirimir questões relativas ao presente Compromisso de Fornecimento será o Foro da Comarca de Poções-Ba, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Poções/Ba, **01 de setembro de 2026**.

Irenilda Cunha de Magalhães
Prefeita Municipal

Orleide Pachêco Gomes Ramos
Gestora FMAS

Dirani Cunha Porto Fagundes
Gestora FME

Marcus Vinícius Protasio Sola
Gestor FMS

POCOES DISTRIBUIDORA DE AGUA MINERAL LTDA
Empresa Contratada

TESTEMUNHAS:
1.
Nome:
CPF:

2.
Nome:
CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 041/2026
PREGÃO ELETRÔNICO- SRP Nº 020/2026

Ao primeiro dia do mês de setembro de 2026, **de um lado**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES-BA**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça da Bandeira, nº 02, Centro, Poções, Bahia, inscrita no CNPJ sob o nº 14.242.200/0001-65, doravante denominada **PREFEITURA**, representada neste ato por sua Prefeita Municipal, a Sra. **Irenilda Cunha de Magalhães**, brasileira, casada. E, como **COPARTICIPANTES: o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS,** pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Cardeal da Silva, 75, Centro, Poções, Bahia, inscrito no CNPJ sob o nº **11.113.324/0001-52**, representado por seu gestor, o Sr. **Marcus Vinícius Protasio Sola**, brasileiro, casado, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º do Decreto Municipal nº 07/2025, **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS,** inscrito no CNPJ sob o nº **15.364.207/0001-12**, com sede na Rua Itália, nº 58, Centro, Poções, Bahia, representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, a Sra. **Orleide Pachêco Gomes Ramos**, brasileira, casada, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º do Decreto Municipal nº 005/2021, **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME,** inscrito no CNPJ sob o nº **64.377.266/0001-30**, com sede na Praça Benjamin Constant, nº 29, Centro, Poções, Bahia, representado pela Secretária Municipal de Educação, a Sra. **Dirani Cunha Porto Fagundes**, brasileira, casada, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º do Decreto Municipal nº 004/2021, responsável pela **Pregão Eletrônico - SRP nº 020/2026**, **Processo Administrativo nº 165/2026, RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes as normas constantes na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 006, de 08 de Janeiro de 2024, as especificações técnicas constantes do Processo Administrativo descrito, assim como todas as obrigações e demais condições descritas no Edital, no Termo de Referência, no Contrato e na Proposta de Preços, integram esta Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

1- DO OBJETO o **Registro de Preços para Eventual e Futura aquisição de Açougue, visando atender as necessidades das Secretarias Municipais de Poções – BA (lote 03 e 04),** de acordo com as especificações, quantidades estimadas e demais condições constantes no Termo de Referência e no Edital da licitação.

1.1- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

2- O FORNECEDOR CLASSIFICADO É O QUE SE SEGUE:

EMPRESA: GK COMERCIO E DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS E PRODUTOS EIRELI, inscrita no **CNPJ nº 41.511.926/0001-29**, com sede na Avenida Itabuna, nº100, Pavmento terreo, Patagonia na cidade de Vitoria da Conquista-BA, representado, neste ato, pela Sra. **Greice Kelly Ramos dos Anjos**, brasileira, cadastro no **CPF nº 05*.***.***-64**.

3- DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1- O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

LOTE 03					
ITEM	**QUANT.**	**UND**	**DESCRIÇÃO**	**V. UNT**	**V. TOTAL**
66	3740	KG	CARNE BOVINA PATINHO, 1ª QUALIDADE; Produto resfriado, acondicionado em embalagem íntegra, contendo identificação do produto, lote, prazo de validade e registro nos órgãos de inspeção sanitária competentes, conforme legislação vigente.	R$ 43,00	R$ 160.820,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

67	3130	KG	CARNE MOÍDA DE PATINHO, 1ª QUALIDADE; Produto resfriado, acondicionado em embalagem íntegra, contendo identificação do produto, lote, prazo de validade e registro nos órgãos de inspeção sanitária competentes, conforme legislação vigente.	R$ 36,00	R$ 112.680,00
68	3200	KG	CARNE BOVINA ALCATRA, 1ª QUALIDADE; Produto resfriado, acondicionado em embalagem íntegra, contendo identificação do produto, lote, prazo de validade e registro nos órgãos de inspeção sanitária competentes, conforme legislação vigente.	R$ 46,00	R$ 147.200,00
69	1900	KG	CARNE BOVINA COXÃO MOLE, 1ª QUALIDADE; Produto resfriado, acondicionado em embalagem íntegra, contendo identificação do produto, lote, prazo de validade e registro nos órgãos de inspeção sanitária competentes, conforme legislação vigente.	R$ 44,00	R$ 83.600,00
70	3100	KG	CARNE BOVINA COXÃO DURO, 2ª QUALIDADE; Produto resfriado, acondicionado em embalagem íntegra, contendo identificação do produto, lote, prazo de validade e registro nos órgãos de inspeção sanitária competentes, conforme legislação vigente.	R$ 40,00	R$ 124.000,00
71	2600	KG	CARNE BOVINA ACÉM, 2ª QUALIDADE; Produto resfriado, acondicionado em embalagem íntegra, contendo identificação do produto, lote, prazo de validade e registro nos órgãos de inspeção sanitária competentes, conforme legislação vigente.	R$ 37,00	R$ 96.200,00
72	2800	KG	CARNE MOÍDA DE ACÉM, 2ª QUALIDADE; Produto resfriado, acondicionado em embalagem íntegra, contendo identificação do produto, lote, prazo de validade e registro nos órgãos de inspeção sanitária competentes, conforme legislação vigente.	R$ 31,37	R$ 87.836,00
73	1800	KG	CARNE BOVINA MIOLO DO ACÉM, 2ª QUALIDADE; Produto resfriado, acondicionado em embalagem íntegra, contendo identificação do produto, lote, prazo de validade e registro nos órgãos de inspeção sanitária competentes, conforme legislação vigente.	R$ 36,96	R$ 66.528,00
74	2750	KG	CARNE BOVINA MÚSCULO TRASEIRO, 2ª QUALIDADE; Produto resfriado, acondicionado em embalagem íntegra, contendo identificação do produto, lote, prazo de validade e registro nos órgãos de inspeção sanitária competentes, conforme legislação vigente.	R$ 28,60	R$ 78.650,00
75	2600	KG	CARNE BOVINA PALETA, 2ª QUALIDADE; Produto resfriado, acondicionado em embalagem íntegra, contendo identificação do produto, lote, prazo de validade e registro nos órgãos de inspeção sanitária competentes, conforme legislação vigente.	R$ 39,00	R$ 101.400,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

76	2000	KG	CHARQUE BOVINO; Produto acondicionado em embalagem íntegra, contendo identificação do produto, lote, prazo de validade e registro nos órgãos de inspeção sanitária competentes, conforme legislação vigente.	R$ 45,03	R$ 90.060,00
77	910	KG	FÍGADO BOVINO; Produto resfriado, acondicionado em embalagem íntegra, contendo identificação do produto, lote, prazo de validade e registro nos órgãos de inspeção sanitária competentes, conforme legislação vigente.	R$ 19,00	R$ 17.290,00
78	490	KG	COSTELA BOVINA; Produto resfriado, acondicionado em embalagem íntegra, contendo identificação do produto, lote, prazo de validade e registro nos órgãos de inspeção sanitária competentes, conforme legislação vigente.	R$ 26,00	R$ 12.740,00
79	380	KG	BUCHO BOVINO; Produto resfriado, acondicionado em embalagem íntegra, contendo identificação do produto, lote, prazo de validade e registro nos órgãos de inspeção sanitária competentes, conforme legislação vigente.	R$ 18,00	R$ 6.840,00
80	172	KG	ALMÔNDEGA BOVINA CONGELADA; Produto congelado, acondicionado em embalagem íntegra, contendo identificação do produto, lote, prazo de validade e registro nos órgãos de inspeção sanitária competentes, conforme legislação vigente.	R$ 27,00	R$ 4.644,00
81	280	KG	MOCOTÓ BOVINO; Produto congelado, acondicionado em embalagem íntegra, contendo identificação do produto, lote, prazo de validade e registro nos órgãos de inspeção sanitária competentes, conforme legislação vigente.	R$ 13,57	R$ 3.799,60
VALOR TOTAL LOTE 03					**R$ 1.194.287,60**
LOTE 04					
ITEM	**QUANT.**	**UND**	**DESCRIÇÃO**	**V. UNT**	**V. TOTAL**
82	5.000	KG	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO; Produto congelado, acondicionado em embalagem íntegra, contendo identificação do produto, lote, prazo de validade e registro nos órgãos de inspeção sanitária competentes, conforme legislação vigente.	R$ 13,77	R$ 68.850,00
83	4700	KG	FRANGO INTEIRO; Produto congelado, acondicionado em embalagem íntegra, contendo identificação do produto, lote, prazo de validade e registro nos órgãos de inspeção sanitária competentes, conforme legislação vigente.	R$ 10,00	R$ 47.000,00
84	5500	KG	PEITO DE FRANGO COM OSSO; Produto congelado, acondicionado em embalagem íntegra, contendo identificação do produto, lote, prazo de validade e registro nos órgãos de inspeção sanitária competentes, conforme legislação vigente.	R$ 14,81	R$ 81.455,00
85	2800	KG	COXA DE FRANGO; Produto congelado, acondicionado em embalagem íntegra, contendo identificação do produto, lote, prazo de validade e registro nos órgãos de inspeção sanitária competentes, conforme legislação vigente.	R$ 16,02	R$ 44.856,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

86	2200	KG	FILÉ DE PEITO DE FRANGO; Produto congelado, acondicionado em embalagem íntegra, contendo identificação do produto, lote, prazo de validade e registro nos órgãos de inspeção sanitária competentes, conforme legislação vigente.	R$ 21,69	R$ 47.718,00
VALOR TOTAL LOTE 04					**R$ 289.879,00**
VALOR TOTAL DOS LOTES					**R$ 1.484.166,60**

4- VALIDADE DA ATA

4.1- A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, a partir de, **01/09/2026** tendo validade até **01/09/2027**, podendo ser prorrogada por igual período nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5- DO CADASTRO RESERVA

5.1- Se houver empresa participante do certame licitatório que aceite fornecer o item registrado nesta ata pelo mesmo preço do 1º classificado na licitação, esta integrará o Anexo I desta Ata (Cadastro de Reserva), podendo fornecer o referido item apenas nas hipóteses de exclusão do fornecedor classificado em primeiro lugar, de acordo com previsão constante da legislação pertinente.
5.2- As empresas que integrarem o cadastro de reserva somente terão sua proposta, bem como sua documentação habilitatória, analisada, para fins de aceitação e habilitação, quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses mencionadas.

6- DAS OBRIGAÇÕES DO DETENTOR BENEFICIÁRIO DA ATA

6.1- Os detentores dos preços registrados deverão cumprir o compromisso firmado por intermédio do presente instrumento, nos termos dispostos no Decreto Municipal nº 006, de 08 de janeiro de 2024 e no Edital de Pregão e seus anexos, e cumprir, integralmente, todas as cláusulas e condições constantes dos contratos ou instrumentos equivalentes porventura firmados, sob pena de revogação da presente Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das aplicações das penalidades cabíveis.

7- DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

7.1- É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

8- DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1-A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador,
desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couberem, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 006, de 08 de Janeiro de 2024.
8.2- As aquisições ou contratações adicionais por parte de Órgãos Não Participantes, na forma do Decreto Municipal nº 006, de 08 de Janeiro de 2024, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos totais fixados no item 2.1, por item, assim como a totalidade das adesões não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem.
8.3- Caberá ao **FORNECEDOR**, observadas as condições estabelecidas nesta ata de registro de preços, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de solicitação de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes desta ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e com os Órgãos Participantes de Compra Nacional.

9- DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento do produto ou prestação de serviços, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, sanções e demais condições de ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, na minuta de contrato, no Edital da Licitação e na legislação citada em epígrafe.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

10-DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

10.1- A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.
10.2- Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais Órgãos participantes (se houver).

11-DO FORO:

11.1 - O Foro para dirimir questões relativas ao presente Compromisso de Fornecimento será o Foro da Comarca de Poções-Ba, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Poções/Ba, **01 de setembro de 2026**.

Irenilda Cunha de Magalhães
Prefeita Municipal

Orleide Pachêco Gomes Ramos
Gestora FMAS

Dirani Cunha Porto Fagundes
Gestora FME

Marcus Vinícius Protasio Sola
Gestor FMS

GK COMERCIO E DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS E PRODUTOS EIRELI
Empresa Contratada

TESTEMUNHAS:
1.
Nome:
CPF:

2.
Nome:
CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 042/2026
PREGÃO ELETRÔNICO- SRP Nº 020/2026

Ao primeiro dia do mês de setembro de 2026, **de um lado**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES-BA**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça da Bandeira, nº 02, Centro, Poções, Bahia, inscrita no CNPJ sob o nº 14.242.200/0001-65, doravante denominada **PREFEITURA**, representada neste ato por sua Prefeita Municipal, a Sra. **Irenilda Cunha de Magalhães**, brasileira, casada. E, como **COPARTICIPANTES: o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS,** pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Cardeal da Silva, 75, Centro, Poções, Bahia, inscrito no CNPJ sob o nº **11.113.324/0001-52**, representado por seu gestor, o Sr. **Marcus Vinícius Protasio Sola**, brasileiro, casado, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º do Decreto Municipal nº 07/2025, **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS,** inscrito no CNPJ sob o nº **15.364.207/0001-12**, com sede na Rua Itália, nº 58, Centro, Poções, Bahia, representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, a Sra. **Orleide Pachêco Gomes Ramos**, brasileira, casada, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º do Decreto Municipal nº 005/2021, **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME,** inscrito no CNPJ sob o nº **64.377.266/0001-30**, com sede na Praça Benjamin Constant, nº 29, Centro, Poções, Bahia, representado pela Secretária Municipal de Educação, a Sra. **Dirani Cunha Porto Fagundes**, brasileira, casada, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º do Decreto Municipal nº 004/2021, responsável pela **Pregão Eletrônico - SRP nº 020/2026**, **Processo Administrativo nº 165/2026, RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes as normas constantes na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 006, de 08 de Janeiro de 2024, as especificações técnicas constantes do Processo Administrativo descrito, assim como todas as obrigações e demais condições descritas no Edital, no Termo de Referência, no Contrato e na Proposta de Preços, integram esta Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

1- DO OBJETO o **Registro de Preços para Eventual e Futura aquisição de Açougue, visando atender as necessidades das Secretarias Municipais de Poções – BA (lote 05 e 06),** de acordo com as especificações, quantidades estimadas e demais condições constantes no Termo de Referência e no Edital da licitação.

1.1- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

2- O FORNECEDOR CLASSIFICADO É O QUE SE SEGUE:

EMPRESA: MAIS DOCE MAIS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 34.548.821/0001-89**, com sede na Rua Regis Pacheco, SN, Centro na cidade de Poções/BA, representado, neste ato, pela Sra. **Jessica Souza Oliveira**, brasileira, cadastro no **CPF nº 85*.***.***-58**.

3- DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1- O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

LOTE 05					
ITEM	**QUANT.**	**UND**	**DESCRIÇÃO**	**V. UNT**	**V. TOTAL**
87	650	KG	BACON DEFUMADO; Produto acondicionado em embalagem íntegra, contendo identificação do produto, lote, prazo de validade e registro nos órgãos de inspeção sanitária competentes, conforme legislação vigente.	R$ 34,80	R$ 22.620,00
88	2850	KG	SALSICHA TIPO HOT DOG; Produto acondicionado em embalagem íntegra, contendo identificação do produto, lote, prazo de validade e registro nos órgãos de inspeção sanitária competentes, conforme legislação vigente.	R$ 9,02	R$ 25.707,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

89	800	KG	LINGUIÇA CALABRESA DEFUMADA; Produto acondicionado em embalagem íntegra, contendo identificação do produto, lote, prazo de validade e registro nos órgãos de inspeção sanitária competentes, conforme legislação vigente.	R$ 22,15	R$ 17.720,00
90	170	KG	LINGUIÇA CALABRESA ARTESANAL; Produto acondicionado em embalagem íntegra, contendo identificação do produto, lote, prazo de validade e registro nos órgãos de inspeção sanitária competentes, conforme legislação vigente.	R$ 22,34	R$ 3.797,80
91	220	KG	LINGUIÇA MISTA; Produto acondicionado em embalagem íntegra, contendo identificação do produto, lote, prazo de validade e registro nos órgãos de inspeção sanitária competentes, conforme legislação vigente.	R$ 18,86	R$ 4.149,20
92	500	KG	LINGUIÇA DE FRANGO; Produto acondicionado em embalagem íntegra, contendo identificação do produto, lote, prazo de validade e registro nos órgãos de inspeção sanitária competentes, conforme legislação vigente.	R$ 12,87	R$ 6.435,00
93	600	KG	LINGUIÇA TOSCANA; Produto acondicionado em embalagem íntegra, contendo identificação do produto, lote, prazo de validade e registro nos órgãos de inspeção sanitária competentes, conforme legislação vigente.	R$ 19,35	R$ 11.610,00
VALOR TOTAL LOTE 05					**R$ 92.039,00**
LOTE 06					
ITEM	**QUANT.**	**UND**	**DESCRIÇÃO**	**V. UNT**	**V. TOTAL**
94	300	KG	PÉ SUÍNO SALGADO; Produto acondicionado em embalagem íntegra, contendo identificação do produto, lote, prazo de validade e registro nos órgãos de inspeção sanitária competentes, conforme legislação vigente.	R$ 16,33	R$ 4.899,00
95	1000	KG	PERNIL SUÍNO; Produto resfriado, acondicionado em embalagem íntegra, contendo identificação do produto, lote, prazo de validade e registro nos órgãos de inspeção sanitária competentes, conforme legislação vigente.	R$ 17,40	R$ 17.400,00
96	1400	KG	COSTELA SUÍNA; Produto resfriado, acondicionado em embalagem íntegra, contendo identificação do produto, lote, prazo de validade e registro nos órgãos de inspeção sanitária competentes, conforme legislação vigente.	R$ 23,00	R$ 32.200,00
97	570	KG	BISTECA SUÍNA; Produto resfriado, acondicionado em embalagem íntegra, contendo identificação do produto, lote, prazo de validade e registro nos órgãos de inspeção sanitária competentes, conforme legislação vigente.	R$ 26,20	R$ 14.934,00
98	430	KG	TOUCINHO SUÍNO; Produto resfriado, acondicionado em embalagem íntegra, contendo identificação do produto, lote, prazo de validade e registro nos órgãos de inspeção sanitária competentes, conforme legislação vigente.	R$ 20,20	R$ 8.686,00
VALOR TOTAL LOTE 06					**R$ 78.119,00**
VALOR TOTAL DOS LOTES					**R$ 170.158,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

4- VALIDADE DA ATA

4.1- A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, a partir de, **01/09/2026** tendo validade até **01/09/2027**, podendo ser prorrogada por igual período nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5- DO CADASTRO RESERVA

5.1- Se houver empresa participante do certame licitatório que aceite fornecer o item registrado nesta ata pelo mesmo preço do 1º classificado na licitação, esta integrará o Anexo I desta Ata (Cadastro de Reserva), podendo fornecer o referido item apenas nas hipóteses de exclusão do fornecedor classificado em primeiro lugar, de acordo com previsão constante da legislação pertinente.
5.2- As empresas que integrarem o cadastro de reserva somente terão sua proposta, bem como sua documentação habilitatória, analisada, para fins de aceitação e habilitação, quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses mencionadas.

6- DAS OBRIGAÇÕES DO DETENTOR BENEFICIÁRIO DA ATA

6.1- Os detentores dos preços registrados deverão cumprir o compromisso firmado por intermédio do presente instrumento, nos termos dispostos no Decreto Municipal nº 006, de 08 de janeiro de 2024 e no Edital de Pregão e seus anexos, e cumprir, integralmente, todas as cláusulas e condições constantes dos contratos ou instrumentos equivalentes porventura firmados, sob pena de revogação da presente Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das aplicações das penalidades cabíveis.

7- DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

7.1- É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

8- DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1-A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador,
desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couberem, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 006, de 08 de Janeiro de 2024.
8.2- As aquisições ou contratações adicionais por parte de Órgãos Não Participantes, na forma do Decreto Municipal nº 006, de 08 de Janeiro de 2024, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos totais fixados no item 2.1, por item, assim como a totalidade das adesões não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem.
8.3- Caberá ao **FORNECEDOR**, observadas as condições estabelecidas nesta ata de registro de preços, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de solicitação de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes desta ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e com os Órgãos Participantes de Compra Nacional.

9- DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento do produto ou prestação de serviços, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, sanções e demais condições de ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, na minuta de contrato, no Edital da Licitação e na legislação citada em epígrafe.

10-DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

10.1- A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.
10.2- Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais Órgãos participantes (se houver).

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

11-DO FORO:

11.1 - O Foro para dirimir questões relativas ao presente Compromisso de Fornecimento será o Foro da Comarca de Poções-Ba, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Poções/Ba, **01 de setembro de 2026**.

Irenilda Cunha de Magalhães
Prefeita Municipal

Orleide Pachêco Gomes Ramos
Gestora FMAS

Dirani Cunha Porto Fagundes
Gestora FME

Marcus Vinícius Protasio Sola
Gestor FMS

MAIS DOCE MAIS LTDA
Empresa Contratada

TESTEMUNHAS:
1.
Nome:
CPF:

2.
Nome:
CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 039/2026
PREGÃO ELETRONICO **N° 020/2026**
PROCESSO ADMINISTRATIVO **N° 165/2026**

OBJETO: Registro de Preços para Eventual e Futura aquisição de Hortifrúti, visando atender as necessidades das Secretarias Municipais de Poções – BA (lote 01). Com a vigência de **1 ano**, (**1/9/2026** até **1/9/2027)**. Critério de Julgamento: Menor Preço Lote, em favor da empresa **NILTON SILVA DE OLIVEIRA - CNPJ: 32.110.448/0001-54**, no valor Global de **R$ 526.800,00** (quinhentos e vinte e seis mil e oitocentos reais). Prefeitura Municipal de Poções-Ba, **1 de setembro de 2026**. **Irenilda Cunha De Magalhães - Prefeita Municipal.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 040/2026
PREGÃO ELETRONICO **N° 020/2026**
PROCESSO ADMINISTRATIVO **N° 165/2026**

OBJETO: Registro de Preços para Eventual e Futura aquisição de Hortifrúti, visando atender as necessidades das Secretarias Municipais de Poções – BA (lote 02). Com a vigência de **1 ano**, (**1/9/2026** até **1/9/2027)**. Critério de Julgamento: Menor Preço Lote, em favor da empresa **POCOES DISTRIBUIDORA DE AGUA MINERAL LTDA - CNPJ: 68.333.367/0001-60**, no valor Global de **R$ 319.424,50** (trezentos e dezenove mil e quatrocentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos). Prefeitura Municipal de Poções-Ba, **1 de setembro de 2026**. **Irenilda Cunha De Magalhães - Prefeita Municipal.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 041/2026
PREGÃO ELETRONICO **N° 020/2026**
PROCESSO ADMINISTRATIVO **N° 165/2026**

OBJETO: Registro de Preços para Eventual e Futura aquisição de Hortifrúti, visando atender as necessidades das Secretarias Municipais de Poções – BA (lotes 03 e 04). Com a vigência de **1 ano**, (**1/9/2026** até **1/9/2027)**. Critério de Julgamento: Menor Preço Lote, em favor da empresa **GK COMERCIO E DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS E PRODUTOS EIRELI- CNPJ: 41.511.926/0001-29**, no valor Global de **R$ 1.484.166,60** (um milhão e quatrocentos e oitenta e quatro mil e cento e sessenta e seis reais e sessenta centavos). Prefeitura Municipal de Poções-Ba, **1 de setembro de 2026**. **Irenilda Cunha De Magalhães - Prefeita Municipal.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 042/2026
PREGÃO ELETRONICO **N° 020/2026**
PROCESSO ADMINISTRATIVO **N° 165/2026**

OBJETO: Registro de Preços para Eventual e Futura aquisição de Hortifrúti, visando atender as necessidades das Secretarias Municipais de Poções – BA (lotes 05 e 06). Com a vigência de **1 ano**, (**1/9/2026** até **1/9/2027)**. Critério de Julgamento: Menor Preço Lote, em favor da empresa **MAIS DOCE MAIS LTDA - CNPJ: 34.548.821/0001-89**, no valor Global de **R$ 170.158,00** (cento e setenta mil e cento e cinquenta e oito reais). Prefeitura Municipal de Poções-Ba, **1 de setembro de 2026**. **Irenilda Cunha De Magalhães - Prefeita Municipal.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 043/2026
PREGÃO ELETRÔNICO- SRP Nº 023/2026

Ao primeiro dia do mês de setembro de 2026, **de um lado**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES-BA**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça da Bandeira, nº 02, Centro, Poções, Bahia, inscrita no CNPJ sob o nº 14.242.200/0001-65, doravante denominada **PREFEITURA**, representada neste ato por sua Prefeita Municipal, a Sra. **Irenilda Cunha de Magalhães**, brasileira, casada. E, como **COPARTICIPANTES: o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS,** pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Cardeal da Silva, 75, Centro, Poções, Bahia, inscrito no CNPJ sob o nº **11.113.324/0001-52**, representado por seu gestor, o Sr. **Marcus Vinícius Protasio Sola**, brasileiro, casado, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º do Decreto Municipal nº 07/2025, **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS,** inscrito no CNPJ sob o nº **15.364.207/0001-12**, com sede na Rua Itália, nº 58, Centro, Poções, Bahia, representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, a Sra. **Orleide Pachêco Gomes Ramos**, brasileira, casada, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º do Decreto Municipal nº 005/2021, **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME,** inscrito no CNPJ sob o nº **64.377.266/0001-30**, com sede na Praça Benjamin Constant, nº 29, Centro, Poções, Bahia, representado pela Secretária Municipal de Educação, a Sra. **Dirani Cunha Porto Fagundes**, brasileira, casada, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º do Decreto Municipal nº 004/2021, responsável pela **Pregão Eletrônico - SRP nº 023/2026**, **Processo Administrativo nº 193/2026, RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes as normas constantes na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 006, de 08 de Janeiro de 2024, as especificações técnicas constantes do Processo Administrativo descrito, assim como todas as obrigações e demais condições descritas no Edital, no Termo de Referência, no Contrato e na Proposta de Preços, integram esta Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

1- DO OBJETO o **Registro de Preços para Eventual e Futura Aquisição de Gêneros Alimentícios para atender às necessidades das Secretarias Municipais (lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07),** de acordo com as especificações, quantidades estimadas e demais condições constantes no Termo de Referência e no Edital da licitação.

1.1- A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

2- O FORNECEDOR CLASSIFICADO É O QUE SE SEGUE:

EMPRESA: MAIS DOCE MAIS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 34.548.821/0001-89**, com sede na Rua Regis Pacheco, SN, Centro na cidade de Poções/BA, representado, neste ato, pela Sra. **Jessica Souza Oliveira**, brasileira, cadastro no **CPF nº 85*.***.***-58**.

3- DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1- O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	QUANT	UND	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	24.500	KG	AÇÚCAR BRANCO REFINADO DESCRIÇÃO: AÇÚCAR BRANCO	VIDA	R$ 3,01	R$ 73.745,00
2	7.150	KG	ARROZ BRANCO TIPO 1 KG DESCRIÇÃO: ARROZ BRANCO TIPO 1,LONGO FINO,	FAZENDA	R$ 3,27	R$ 23.380,50
3	2.060	KG.	ARROZ INTEGRAL KG DESCRIÇÃO: ARROZ INTEGRAL, EMBALAGEM DE 1KG	BLUE VILLE	R$ 4,95	R$ 10.197,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

4	19.500	UND	CAFÉ EM PÓ 250G DESCRIÇÃO: CAFÉ EM PÓ 250G, TORRADO E MOÍDO, SELO ABIC,EMBALAGEM ALUMINIZADA,	LOSANGO	R$ 12,87	R$ 250.965,00
5	8.150	KG	ARROZ PARBOLIZADO KG DESCRIÇÃO: ARROZ PARBOLIZADO TIPO1, LONGO FINO, POLIDO,EMBALAGEM DE 1 KG	COCAL	R$ 3,09	R$ 25.183,50
6	3.500	KG.	FARINHA DE MANDIOCAKG DESCRIÇÃO: FARINHA DE MANDIOCA TORRADA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, SECA, BRANCA, SEM SUJIDADE, EMBALAGEM TRANSPARENTE DE 1 KG	COCEAL	R$ 5,20	R$ 18.200,00
7	8.400	KG.	FEIJÃO TIPO 1 CARIOQUINHA KG DESCRIÇÃO: FEIJÃO TIPO 1 CARIOQUINHA, EMBALAGEM DE 1KG.	FARTURA	R$ 7,21	R$ 60.564,00
8	3.000	KG.	FEIJÃO PRETO KG DESCRIÇÃO: FEIJÃO PRETO TIPO 1 ,EMBALAGEM DE	FARTURA	R$ 6,33	R$ 18.990,00
9	6.700	UND	MACARRÃO ESPAGUETE COM OVOS 500 G DESCRIÇÃO: MACARRÃO ESPAGUETE,COM OVOS,EMBALAGEM DE 500 G	MARA	R$ 2,14	R$ 14.338,00
10	5.100	UND	MACARRÃO ESPAGUETE FINO 1KG DESCRIÇÃO: MACARRÃO ESPAGUETE FINO 1KG	SARLONI	R$ 4,37	R$ 22.287,00
11	5.800	UND.	MACARRÃO PARASOPAARGOLINHA 500G DESCRIÇÃO: MACARRÃO PARASOPAARGOLINHA;EMBALAGEM	GALO	R$ 4,75	R$ 27.550,00
12	600	UND.	MACARRÃO PARALASANHA(PRÉ COZIDO) - EMBALAGEM 500G DESCRIÇÃO: MACARRÃO SÊMOLA PARA LASANHA (PRÉ COZIDO) - EMBALAGEM 500 GRAMAS.	BRANDINI	R$ 10,07	R$ 6.042,00
13	4.300	UND.	MOLHO DE TOMATE,EMBALAGEM SACHÊ DE 340G DESCRIÇÃO: MOLHO DE TOMATE,EMBALAGEM SACHÊ DE	JULIETA	R$ 1,91	R$ 8.213,00
14	4.100	LT.	EXTRATO DE TOMATE LATA 350 G DESCRIÇÃO: EXTRATO DE TOMATE;LATACOM 350 GRAMAS.	VAL	R$ 7,03	R$ 28.823,00
15	1.400	KG.	FEIJÃO FRADINHO KG DESCRIÇÃO: FEIJÃO FRADINHO;EMBALAGEM COM 1KG	BOM SEMPRE	R$ 6,06	R$ 8.484,00
16	2.400	UND.	ÓLEO DE SOJA,EMBALAGEM PET DE 900 ML. DESCRIÇÃO: ÓLEO DE SOJA, EMBALAGEM PET DE 900 ML.	VITALIV	R$ 7,03	R$ 16.872,00
17	920	KG.	SAL REFINADO KG DESCRIÇÃO: SAL REFINADO E IODADO,EMBALAGEM DE 1 KG.	POTIGUÁ	R$ 1,18	R$ 1.085,60
18	430	UND.	ATUM EM LATA 120 G DESCRIÇÃO: ATUM EM LATA; 120 GRAMAS	88	R$ 7,21	R$ 3.100,30
VALOR TORAL DO LOTE 01						**R$ 618.019,90**
ITEM	**QUANT**	**UND**	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**VALOR UNIT**	**VALOR TOTAL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

LOTE 02						
19	3.100	UND.	MANTEIGA 200 G DESCRIÇÃO: MANTEIGA, EMBALAGEM COM 200 G	ITAJAI	R$ 6,68	R$ 20.708,00
20	1.950	UND.	ERVILHA 200 G DESCRIÇÃO: ERVILHA(EM CONSERVA), SACHÊ COM 200 G	FUGINI	R$ 2,69	R$ 5.245,50
21	1.250	UND.	MAIONESE -EMBALAGEM SACHÊ DE 200G DESCRIÇÃO: MAIONESE - EMBALAGEM SACHÊ DE 200G	JULIETA	R$ 2,59	R$ 3.237,50
22	870	UND.	REQUEIJÃO CREMOSO DESCRIÇÃO: REQUEIJÃO CREMOSO, DE BOA QUALIDADE.	DAMARE	R$ 9,12	R$ 7.934,40
23	2.550	UND.	"MILHO VERDE EM CONSERVA,EMBALAGEM DE 300G. DESCRIÇÃO: MILHO VERDE EM CONSERVA, EMBALAGEM DE 300G."	FUGINI	R$ 3,38	R$ 8.619,00
24	1.650	UND.	"PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA, EMBALAGEM DE 400G. DESCRIÇÃO: PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA,EMBALAGEM DE 400G."	PRONTU	R$ 5,12	R$ 8.448,00
25	2.450	UND.	CREME DE LEITE -EMBALAGEM EM CAIXA 200G DESCRIÇÃO: CREME DELEITE -EMBALAGEM EM CAIXA 200G	DAMARE	R$ 2,69	R$ 6.590,50
26	2.650	UND.	"LEITE CONDENSADO – EMBALAGEM EM CAIXA 395G DESCRIÇÃO: LEITE CONDENSADO	MARAJOARA	R$ 5,10	R$ 13.515,00
27	2.050	UND.	CALDO DE GALINHA 19 G DESCRIÇÃO: CALDO DE GALINHA – 19 G	MARATA	R$ 0,79	R$ 1.619,50
28	1.700	UND.	GELATINA 30 G DESCRIÇÃO: GELATINA;EMBALAGEM COM 30 GRAMAS	SOL	R$ 1,52	R$ 2.584,00
29	3.950	UND.	"ACHOCOLATADO EM PÓ PACOTE 400G.DESCRIÇÃO: ACHOCOLATADO EM PÓ; PACOTE COM 400 GRAMAS.	PRONTU	R$ 6,90	R$ 27.255,00
30	1.350	UND.	AMIDO DE MILHO 500G DESCRIÇÃO: AMIDO DE	PRONTU	R$ 3,50	R$ 4.725,00
31	1.050	KG.	AMIDO DE MILHO COM SABOR 180 G DESCRIÇÃO: AMIDO DE MILHO COM SABOR;	MAIZENA	R$ 4,26	R$ 4.473,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

32	2.050	KG.	FARINHA DE TAPIOCA, DE PRIMEIRA QUALIDADE,CLASSE GRANULADA, EMPACOTADA EM SACOS PLÁSTICOSLIMPOS, TRANSPARENTES, RESISTENTESEATÓXICOS E NÃO VIOLADOS. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOS, LOTE E PRAZO DE VALIDADE. PACOTES DE 1 KG. DESCRIÇÃO: FARINHA DE TAPIOCA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, CLASSE GRANULADA,EMPACOTADAEM SACOS PLÁSTICOSLIMPOS, TRANSPARENTES, RESISTENTESEATÓXIC OSE NÃO VIOLADOS. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOS, LOTE E PRAZO DE VALIDADE. PACOTES DE 1 KG.	AMAFIO	R$ 10,46	R$ 21.443,00
33	2.300	KG.	FARINHA DE TRIGO COM FERMENTO,EMBALAGEM DE 1 KG. DESCRIÇÃO: FARINHA DE TRIGO COM FERMENTO,EMBALAGEM DE 1 KG	MARATA	R$ 5,11	R$ 11.753,00
34	2.300	UND.	FARINHA DE TRIGO SEM FERMENTO – EMBALAGEM 1 KG DESCRIÇÃO: FARINHA DE TRIGO SEM FERMENTO – EMBALAGEM 1 KG	MARATA	R$ 5,10	R$ 11.730,00
35	4.250	UND.	FUBÁ DE MILHO 500G DESCRIÇÃO: FUBÁ DE MILHO; EMBALAGEM COM 500 GRAMAS.	INCAMILHO	R$ 2,04	R$ 8.670,00
36	1.900	UND.	"MISTURA PARA BOLO – VÁRIOSSABORES – 450G DESCRIÇÃO: MISTURA	MARATA	R$ 6,46	R$ 12.274,00
37	8.500	UND.	"MILHO EM FLOCOS 500 G DESCRIÇÃO: MILHO EM FLOCOS; EMBALAGEM COM 500 GRAMAS; FLOCÃO."	INCAMILHO	R$ 2,78	R$ 23.630,00
38	2.800	UND.	MILHO AMARELO PARA MUNGUNZÁ 500 G DESCRIÇÃO: MILHO PARA MUNGUNZÁ; CANJICAAMARELA; EMBALAGEM COM 500 GRAMAS.	INCAMILHO	R$ 3,36	R$ 9.408,00
39	2.600	KG.	"MILHO PARA PIPOCA 500 G DESCRIÇÃO: MILHO PARA PIPOCA,EMBALAGEM DE 500 GRAMAS."	INCAMILHO	R$ 4,38	R$ 11.388,00
40	1.480	UND.	LEITE DE COCO 500 ML DESCRIÇÃO: LEITE DE COCO -EMBALAGEM 500 ML	DUBOM	R$ 7,69	R$ 11.381,20
41	1.450	UND.	COCO RALADO 50 G DESCRIÇÃO: COCO RALADO; EMBALAGEM SACHÊ DE 50G; DE BOA QUALIDADE.	BOM COCO	R$ 2,35	R$ 3.407,50
42	950	UND.	GOIABADA 1 KG DESCRIÇÃO: GOIABADA – EMBALAGEM 1 KG	VAL	R$ 12,02	R$ 11.419,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

43	3.400	UND.	LEITE EM PÓ 200 G DESCRIÇÃO: LEITE EM PÓ; PACOTE COM 200 GRAMAS.	BIG LEITE	R$ 8,29	R$ 28.186,00
44	1.100	UND.	LEITE EM PÓ PARARE CÉM-NASCIDO Nº 01 400 G DESCRIÇÃO: LEITE EM PÓ PARA RECÉM-NASCIDO Nº 01 400G	NESTOGENO	R$ 36,74	R$ 40.414,00
45	1.100	UND.	LEITE EM PÓ PARA RECÉM-NASCIDO Nº 02 400 G DESCRIÇÃO: LEITE EM PÓ PARA RECÉM-NASCIDO	NESTOGENO	R$ 38,97	R$ 42.867,00
46	1.300	UND.	FLOCOS DE ARROZ -SACHÊ 230G DESCRIÇÃO: FLOCOS DE ARROZ; EMBALAGEM SACHÊ COM 230G	COSTA NATURE LIFE	R$ 5,74	R$ 7.462,00
47	2.800	UND	LEITE EM PÓ 400 G LATA DESCRIÇÃO: LEITE EM PÓ;EMBALAGEM LATA 400 GRAMAS.	NINHO	R$ 21,48	R$ 60.144,00
48	850	UND.	"FLOCOS DE CEREAIS- SACHÊ 230G DESCRIÇÃO: FLOCOS DE CEREAIS;EMBALAGEM SACHÊ COM 230 GRAMAS"CEREAIS;EMBALAGEM SACHÊ COM 230 GRAMAS"	PRONTU	R$ 7,90	R$ 6.715,00
49	340	UND.	AZEITE DE OLIVA 200ML DESCRIÇÃO: AZEITE DE OLIVA; GARRAFACOM 200 ML	COCINEIRO	R$ 25,64	R$ 8.717,60
50	510	UND.	ADOÇANTE 100 ML DESCRIÇÃO: ADOÇANTE 100 ML	MARATA	R$ 3,67	R$ 1.871,70
51	490	PCT	CANELA EM PÓ 30G DESCRIÇÃO: CANELA EM PÓ 30G	ANS ATACADISTA	R$ 2,61	R$ 1.278,90
52	280	UND	CATCHUP TRADICIONAL 400 G DESCRIÇÃO: CATCHUP TRADICIONAL; EMBALAGEM COM 400 GRAMAS	PALMERON	R$ 6,13	R$ 1.716,40
53	210	PCT	CHOCOLATE GRANULADO 500G DESCRIÇÃO: CHOCOLATE GRANULADO;EMBALAGEM COM 500 GRAMAS.	DORI	R$ 11,20	R$ 2.352,00
54	1.200	UND.	CALDO DE CARNE EM CUBOS,EMBALADOSEM CX DE PAPELÃO 114 GRAMAS DESCRIÇÃO: CALDO DE CARNE EM CUBOS,EMBALADOSEM CAIXA DE PAPELÃO 114 GRAMAS.	MARATA	R$ 4,31	R$ 5.172,00
55	500	PCT	COCO SECO NATURAL RALADO EM EMBALAGEM DE 100G DESCRIÇÃO: COCO SECO NATURAL RALADO EM EMBALAGEM DE 100G	BOM COCO	R$ 4,04	R$ 2.020,00
56	950	UND.	MAIONESE 500 G DESCRIÇÃO: MAIONESE -EMBALAGEM 500G	FUGINI	R$ 6,39	R$ 6.070,50
57	240	UND.	FARINHA DE ROSCA – EMBALAGEM 500G DESCRIÇÃO: FARINHA DE ROSCA;EMBALAGEM COM 500 GRAMAS	DULAR	R$ 7,98	R$ 1.915,20
58	670	UND.	FARINHA DE AVEIA- 170G DESCRIÇÃO: FARINHA DE AVEIA; CAIXA COM 170 GRAMAS.	PRONTU	R$ 4,56	R$ 3.055,20

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

59	420	UND	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ 100G DESCRIÇÃO: FERMENTO QUÍMICO EM PÓ; 100 GRAMAS	DONA BENTA	R$ 4,39	R$ 1.843,80
60	2.750	UND	LEITE EM PÓ INTEGRAL 400G DESCRIÇÃO: LEITE EM PÓ INTEGRAL; EMBALAGEM ALUMINIZADA 400 GRAMAS.	BIG LEITE	R$ 11,63	R$ 31.982,50
61	900	UND.	LEITE EM PÓ INTEGRAL 800 G DESCRIÇÃO: LEITE EM PÓ INTEGRAL; EMBALAGEM ALUMINIZADACOM 800 GRAMAS.	CCGL	R$ 25,11	R$ 22.599,00
62	4.500	UND.	MARGARINA 250 G DESCRIÇÃO: MARGARINA;EMBALAGEM 250 GRAMAS;COM TEOR 70% DE LIPÍDIOS	CLAYBOM	R$ 3,11	R$ 13.995,00
63	120	UND.	MOLHO DE PIMENTA 150ML DESCRIÇÃO: MOLHO DE PIMENTA 150ML	GOTA	R$ 4,08	R$ 489,60
64	900	UND	QUEIJO PARMESÃO RALADO EM EMBALAGEM DE 100G DESCRIÇÃO: QUEIJO PARMESÃO RALADO EM EMBALAGEM DE 100G	PRONTU	R$ 13,00	R$ 11.700,00
65	1.100	UND	SUCO EM PÓ 30 G DESCRIÇÃO: SUCO EM PÓ SABORESVARIADOS; 30 GRAMAS.	MARATA	R$ 1,10	R$ 1.210,00
66	1.800	UND	"SARDINHA EM CONSERVAEM LT DE 125G,COM DISPOSITIVO ABRE FÁCIL	88	R$ 5,75	R$ 10.350,00
67	1.000	UND	"VINAGRE BRANCO 500 ML DESCRIÇÃO: VINAGRE BRANCO – EMBALAGEM 500 ML"	GOTA	R$ 2,11	R$ 2.110,00
68	380	UND	GOIABADA 600 G DESCRIÇÃO: GOIABADA;EMBALAGEM COM 600 G	PREDILECTA	R$ 5,86	R$ 2.226,80
69	2.150	UND	MANTEIGA 500 G DESCRIÇÃO: MANTEIGA; EMBALAGEM COM 500 G	ITAJAI	R$ 21,34	R$ 45.881,00
70	2.450	UND	MARGARINA 500 G DESCRIÇÃO: MARGARINA – MBALAGEM 500 G – (COM TEOR 70% DE LIPÍDIOS)	CLAYBOM	R$ 5,48	R$ 13.426,00
71	950	UND	LEITE DE COCO 200 ML DESCRIÇÃO: LEITE DE COCO 200 ML	DU BOM	R$ 4,37	R$ 4.151,50
72	1.200	UND	GELATINA 85G DESCRIÇÃO: GELATINA; EMBALAGEM COM 85 G.	APTI	R$ 2,06	R$ 2.472,00
VALOR TOTOAL DO LOTE 02						**R$ 635.852,80**
ITEM	**QUANT**	**UND**	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**VALOR UNIT**	**VALOR TOTAL**
LOTE 03						
73	2.450	UND.	IOGURTE 1 LITRO DESCRIÇÃO: IOGURTE (VÁRIOS SABORES) – EMBALAGEM COM 1 LITRO.	POLAR	R$ 6,75	R$ 16.537,50
74	2.800	UND.	SUCO DE FRUTAS 500 ML DESCRIÇÃO: SUCO DE FRUTAS; EMBALAGEM COM 500 ML	PALMERON	R$ 7,36	R$ 20.608,00
75	1.500	UND.	MORTADELA DESCRIÇÃO: MORTADELA	CONFIANÇA	R$ 28,51	R$ 42.765,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

76	2.350	KG.	QUEIJO MUSSARELA KG DESCRIÇÃO: QUEIJO MUSSARELA; PEÇAINTEIRA OU FATIADO;	DAMARE	R$ 31,19	R$ 73.296,50
77	2.150	KG.	APRESUNTADO DESCRIÇÃO: APRESUNTADO	SEARA	R$ 19,68	R$ 42.312,00
78	2.000	PCT.	PÃO DE FORMATRADICIONAL DESCRIÇÃO: PÃO DE FORMATRADICIONAL	VISCONTI	R$ 9,32	R$ 18.640,00
79	1.100	UND	SUCO DE FRUTAS 1L DESCRIÇÃO: SUCO DE FRUTAS; SABORE SVARIADOS-EMBALAGEM GARRAFA COM 1L	D+	R$ 6,32	R$ 6.952,00
80	4.500	UND	SUCO CAIXINHA 200 ML DESCRIÇÃO: SUCO CAIXINHA 200 ML; SABORES DIVERSOS.	D+	R$ 1,51	R$ 6.795,00
81	6.000	UND.	"REFRIGERANTE 2 LITROS DESCRIÇÃO: REFRIGERANTE 2 LITROS; COM AÇÚCAR."	DORE	R$ 4,37	R$ 26.220,00
82	3.500	UND	"REFRIGERANTE DE 1ª QUALIDADE 2 LITROS DESCRIÇÃO: REFRIGERANTE DE 1ª QUALIDADE; 2 LITROS; MARCAS DE REFERÊNCIA: COCA-COLA, FANTA (LARANJA, UVA)E GUARANÁ ANTARCTICA"	COCA COLA	R$ 8,76	R$ 30.660,00
83	650	UND	REFRIGERANTE DE 1ª QUALIDADE 2 LITROS-ZERO AÇÚCAR DESCRIÇÃO: REFRIGERANTE; 2 LITROS; DE 1ª QUALIDADE - ZERO AÇÚCAR	COCA COLA	R$ 8,76	R$ 5.694,00
84	3.700	UND	REFRIGERANTE 250 ML	DORE	R$ 1,50	R$ 5.550,00
85	4.650	PCT.	ACHOCOLATADO LÍQUIDO CAIXINHA 200 ML DESCRIÇÃO: ACHOCOLATADO LÍQUIDO; CAIXINHA 200 ML	DAMARE	R$ 1,64	R$ 7.626,00
VALOR TOTAL DO LOTE 03						**R$ 303.656,00**
ITEM	**QUANT**	**UND**	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**VALOR UNIT**	**VALOR TOTAL**
LOTE 04						
86	1.100	PCT	"DOCE DE BANANA 800 G DESCRIÇÃO: DOCE DE BANANA; PACOTE COM 800 GRAMAS; DOCE EM TABLETE ENVOLTO COM AÇÚCAR, POPULARMENTE CONHECIDO COMO ""NEGO BOM""."	ALIANÇA	R$ 14,79	R$ 16.269,00
87	850	PCT	PAÇOCA ROLHA 945 GDESCRIÇÃO PAÇOCA EM FORMATO DE ROLHA, CONTENDO EM MÉDIA 63 UNIDADES, NO MÍNIMO 945 G	JAZAN	R$ 18,91	R$ 16.073,50
88	850	PCT	PÉ DE MOLEQUE 850G DESCRIÇÃO: PÉ DE MOLEQUE; PACOTE COM 850 G	MACEDO	R$ 24,86	R$ 21.131,00
89	450	PCT.	"BATATA PALHA EM EMBALAGEM ALUMINIZADA DE 105G DESCRIÇÃO: BATATA PALHAEM EMBALAGEM ALUMINIZADA DE 105G"	YOKI	R$ 5,23	R$ 2.353,50

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

90	650	UND	BOMBOM DE CHOCOLATEAO LEITE (50 UNI) DESCRIÇÃO: BOMBOM DE CHOCOLATE	SONHO DE VALSA	R$ 51,07	R$ 33.195,50
91	600	UND	BOMBOM DE CHOCOLATE BRANCO (50 UNI) DESCRIÇÃO: BOMBOM DE CHOCOLATE	OURO BRANCO	R$ 51,48	R$ 30.888,00
92	1.700	UND.	PIRULITO SORTIDO 600 G DESCRIÇÃO: PIRULITO SORTIDO - EMBALAGEM 600G, CONTENDO 50 UNIDADES, EM MÉDIA	CHIBOLA	R$ 10,07	R$ 17.119,00
93	1.760	UND.	"BALA SORTIDA MASTIGÁVEL 600G DESCRIÇÃO: BALA SORTIDA MASTIGÁVEL;EMBALAGEM COM 600 G	CONFIRMA	R$ 7,38	R$ 12.988,80
94	2.300	UND.	PIPOCA DOCE 17G – EMBALAGEM COM 40 UNIDADES DESCRIÇÃO: PIPOCA DOCE 17G; EMBALAGEM COM 40 UNIDADES	LULINHA	R$ 19,16	R$ 44.068,00
95	2.300	UND.	"SALGADINHO DE MILHO 28G – EMBALAGEM COM 10 UNIDADES DESCRIÇÃO: SALGADINHO DE MILHO 28G – EMBALAGEM COM 10 UNIDADES"	KERO KROC	R$ 14,34	R$ 32.982,00
96	1.300	PCT.	PÃO DE FORMA INTEGRAL 400 G DESCRIÇÃO: PÃO DE FORMA INTEGRAL; EMBALAGEM COM 400 GRAMAS.	VISCONTI	R$ 7,58	R$ 9.854,00
97	350	UND	TORRADAS 142 G DESCRIÇÃO: TORRADAS; EMBALAGEM COM 142 G.	VITARELLA	R$ 4,50	R$ 1.575,00
98	850	PCT.	BISCOITO TIPO CAVACO 300 G DESCRIÇÃO: BISCOITO TIPO CAVACO; SABOR CANELA; EMBALAGEM COM 300 G	CALHAU	R$ 5,14	R$ 4.369,00
99	1.550	PCT.	BISCOITO PALITO 1 KG DESCRIÇÃO: BISCOITO PALITO 1 KG; PACOTE COM 1 KG.	CALHAU	R$ 18,26	R$ 28.303,00
100	650	CX	BARRA DE CEREAL, NO MÍNIMO 22G, SABORES DIVERSOS COM 24 UNIDADES	NUTRY	R$ 38,59	R$ 25.083,50
101	2.400	PCT	BISCOITO SALGADO, PACOTE COM 06 SACHÊS, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 140 GRAMAS E 06 SACHÊS DE BISCOITO. CADA SACHÊ DEVE CONTER NO MÍNIMO 24 GRAMAS E 03 UNIDADES DE BISCOITO.	SOL	R$ 5,04	R$ 12.096,00
102	2.100	PCT	BISCOITO DOCE SABOR MANTEIGA 350 G DESCRIÇÃO: BISCOITO DOCE SABOR MANTEIGA; PACOTE COM 350 G; DE PRIMEIRA QUALIDADE	MARILAN	R$ 4,60	R$ 9.660,00
103	5.300	PCT	BISCOITO TIPO MAISENA 400 G DESCRIÇÃO: BISCOITO TIPO MAISENA – EMBALAGEM 400 GRAMAS- (SEM GORDURATRANS)	PETYAN	R$ 4,55	R$ 24.115,00
104	5.600	PCT	BISCOITO ROSQUINHAVÁRIOSSABORES 400 G DESCRIÇÃO: BISCOITO ROSQUINHAVÁRIOSSABORES; EMBALAGEM COM 400 GRAMAS – (SEM GORDURATRANS)	PETYAN	R$ 4,47	R$ 25.032,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

105	3.000	PCT.	BISCOITO PALITO 320 G DESCRIÇÃO: BISCOITO PALITO; PACOTE COM 320 G	CALHAU	R$ 5,56	R$ 16.680,00
106	6.000	PCT.	BISCOITO DOCE TIPO MARIA 400 G DESCRIÇÃO: BISCOITO DOCE TIPO MARIA; EMBALAGEM 400 G – (SEM GORDURATRANS)	PETYAN	R$ 4,51	R$ 27.060,00
107	13.300	PCT.	BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER 400 G DESCRIÇÃO: BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER; EMBALAGEM COM 400 GRAMAS – (SEM GORDURATRANS)	PETYAN	R$ 3,57	R$ 47.481,00
108	2.500	FRD	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA ZERO LACTOSE 400 G DESCRIÇÃO: BISCOITO DOCE TIPO MAISENA ZERO LACTOSE;EMBALAGEM COM 400 GRAMAS.	PETYAN	R$ 112,97	R$ 282.425,00
VALOR TOTAL DO LOTE 04						**R$ 740.801,80**
ITEM	**QUANT**	**UND**	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**VALOR UNIT**	**VALOR TOTAL**
LOTE 05						
109	11.200	LT.	"LEITE PASTEURIZADO, TIPO C. DESCRIÇÃO: LEITE PASTEURIZADO; TIPO C; 1 LITRO."	POÇOES	R$ 5,62	R$ 62.944,00
110	2.250	LT.	"LEITE UHT INTEGRAL 1 L DESCRIÇÃO: LEITE UHT INTEGRAL CONTEÚDO - 1L - EMBALAGEM DE 1L"	DAMARE	R$ 6,59	R$ 14.827,50
111	1.150	LT.	"LEITE DESNATADO 1 L DESCRIÇÃO: LEITE DESNATADO - EMBALAGEM LONGA VIDA 1L"	DAMARE	R$ 6,28	R$ 7.222,00
VALOR TOTAL LOTE 05						**R$ 84.993,50**
ITEM	**QUANT**	**UND**	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**VALOR UNIT**	**VALOR TOTAL**
LOTE 06						
112	8.400	DZ.	DÚZIA DE OVOS DE GALINHA DESCRIÇÃO: DÚZIA DE OVOS DE GALINHA: OVOS BRANCOS; CASCALISA, LIMPOSE NÃO TRINCADOS; GRANDES; DUZIA	ANS ATACADISTA	R$ 6,99	R$ 58.716,00
VALOR TOTAL DO LOTE 06						**R$ 58.716,00**
ITEM	**QUANT**	**UND**	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**VALOR UNIT**	**VALOR TOTAL**
LOTE 07						
113	60.000	UND.	PÃO FRANCES- 50G DESCRIÇÃO: PÃO FRANCES	QPÃO	R$ 0,51	R$ 30.600,00
114	59.000	UN	PÃO DOCE – 50G DESCRIÇÃO: PÃO DOCE - 50G	QPÃO	R$ 0,51	R$ 30.090,00
115	43.000	UN	PÃO DE LEITE 50 G DESCRIÇÃO: PÃO DE LEITE 50 G	QPÃO	R$ 0,54	R$ 23.220,00
116	3.250	KG	POLPA DE FRUTACONGELADA – SABORES DIVERSOS 1KG DESCRIÇÃO: POLPA DE FRUTACONGELADA – SABORES DIVERSOS: ACEROLA, GOIABA, CAJU, 1KG.	DOCE MEL	R$ 12,80	R$ 41.600,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

117	3.250	UND	POLPA DE FRUTA – SABORES DIVERSOS 100 G DESCRIÇÃO: POLPA DE FRUTA – SABORES DIVERSOS:ACEROLA, GOIABA, CAJU, CAJÁ, CACAU, MANGA, GRAVIOLA, MARACUJÁ; EMBALAGEM COM 100 G.	DOCE MEL	R$ 2,99	R$ 9.717,50
VALOR TOTAL DO LOTE 07						**R$ 135.227,50**
VALOR TOTAL DOS LOTES						**R$ 2.577.267,50**

4- VALIDADE DA ATA

4.1- A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, a partir de, **01/09/2026** tendo validade até **01/09/2027**, podendo ser prorrogada por igual período nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5- DO CADASTRO RESERVA

5.1- Se houver empresa participante do certame licitatório que aceite fornecer o item registrado nesta ata pelo mesmo preço do 1º classificado na licitação, esta integrará o Anexo I desta Ata (Cadastro de Reserva), podendo fornecer o referido item apenas nas hipóteses de exclusão do fornecedor classificado em primeiro lugar, de acordo com previsão constante da legislação pertinente.
5.2- As empresas que integrarem o cadastro de reserva somente terão sua proposta, bem como sua documentação habilitatória, analisada, para fins de aceitação e habilitação, quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses mencionadas.

6- DAS OBRIGAÇÕES DO DETENTOR BENEFICIÁRIO DA ATA

6.1- Os detentores dos preços registrados deverão cumprir o compromisso firmado por intermédio do presente instrumento, nos termos dispostos no Decreto Municipal nº 006, de 08 de janeiro de 2024 e no Edital de Pregão e seus anexos, e cumprir, integralmente, todas as cláusulas e condições constantes dos contratos ou instrumentos equivalentes porventura firmados, sob pena de revogação da presente Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das aplicações das penalidades cabíveis.

7- DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

7.1- É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

8- DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1-A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador,
desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couberem, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 006, de 08 de Janeiro de 2024.
8.2- As aquisições ou contratações adicionais por parte de Órgãos Não Participantes, na forma do Decreto Municipal nº 006, de 08 de Janeiro de 2024, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos totais fixados no item 2.1, por item, assim como a totalidade das adesões não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem.
8.3- Caberá ao **FORNECEDOR**, observadas as condições estabelecidas nesta ata de registro de preços, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de solicitação de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes desta ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e com os Órgãos Participantes de Compra Nacional.

9- DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento do produto ou prestação de serviços, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, sanções e demais condições de ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, na minuta de contrato, no Edital da Licitação e na legislação citada em epígrafe.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

10-DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

10.1- A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.
10.2- Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais Órgãos participantes (se houver).

11-DO FORO:

11.1 - O Foro para dirimir questões relativas ao presente Compromisso de Fornecimento será o Foro da Comarca de Poções-Ba, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Poções/Ba, **01 de setembro de 2026**.

Irenilda Cunha de Magalhães
Prefeita Municipal

Orleide Pachêco Gomes Ramos
Gestora FMAS

Dirani Cunha Porto Fagundes
Gestora FME

Marcus Vinícius Protasio Sola
Gestor FMS

MAIS DOCE MAIS LTDA
Empresa Contratada

TESTEMUNHAS:
1.
Nome:
CPF:

2.
Nome:
CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 043/2026
PREGÃO ELETRONICO **N° 020/2026**
PROCESSO ADMINISTRATIVO **N° 193/2026**

OBJETO: Registro de Preços para Eventual e Futura Aquisição de Gêneros Alimentícios para atender às necessidades das Secretarias Municipais (lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07). Com a vigência de **1 ano**, (**1/9/2026** até **1/9/2027)**. Critério de Julgamento: Menor Preço Lote, em favor da empresa **MAIS DOCE MAIS LTDA - CNPJ: 34.548.821/0001-89**, no valor Global de **R$ 2.577.267,50** (dois milhões e quinhentos e setenta e sete mil e duzentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos). Prefeitura Municipal de Poções-Ba, **1 de setembro de 2026**. **Irenilda Cunha De Magalhães - Prefeita Municipal.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65

CONTRATO Nº 401/2026

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES-BA** E A EMPRESA **SÓCRATES DOS SANTOS RODRIGUES** NOS TERMOS ABAIXO:

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES-BA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 14.242.200/0001-65 com Sede na Praça da Bandeira, nº 02, centro, na cidade de Poções, Bahia, neste ato representada pela Prefeita Municipal, a Sra. **Irenilda Cunha de Magalhães**, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 270.***.***-91, doravante denominada **CONTRATANTE**, e, do outro lado a empresa **SÓCRATES DOS SANTOS RODRIGUES,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº **62.205.981/0001-60,** com sede na Rua Moisés Lima, nº 47, Santo Antônio, na cidade de Mutuípe – Bahia, neste ato, representada por **Sócrates dos Santos Rodrigues**, brasileiro, inscrita no CPF sob nº 097.***.***-40, doravante denominada **CONTRATADA**, com base nos termos da Lei nº 14.133/2021 com suas ulteriores alterações e no **Dispensa nº 044/2026** de acordo com o inciso II, do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021. resolvem celebrar o presente Contrato de prestação de serviços, mediante as cláusulase condições seguintes:

CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente contrato tem por objeto a **Contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção de poços artesianos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura,** conforme especificações constantes no do processo de **Dispensa nº 044/2026.**

CLÁUSULA SEGUNDA - **Do Regime de Execução**: O regime de execução do presente contrato é de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - **Preço e Condições de Pagamento**: O valor deste contrato é de **R$ 46.733,00 (quarenta e seis mil e setecentos e trinta e três reais)** a serem pagos após o devido prestação de serviços, que ocorrerá conformenecessidades da contratante.

Parágrafo Único - Estão inclusos nos valores apresentados acima, as despesas com impostos, sobretaxas, seguros,encargos sociais e trabalhistas e todos os demais custos necessários para a execução do fornecimento ora contratado.

CLÁUSULA QUARTA - **Do prazo**: O prazo do presente contrato será de **1 de setembro de 2026 a 1 de setembro de 2027,** podendo ser prorrogado, de acordo com asconveniências do Município e de acordo com o Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA - **Do crédito por onde ocorrerá a despesa**: As despesas para pagamento deste contratocorrerão por conta dos recursos da dotação a seguir especificada:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Poções
Órgão: 0105 - Secretaria Munic. De Agricult.Meio Ambiente De Desenvol. Rural
Unidade Orçamentária: 0501 - Secretaria Munic. De Agricult.Meio Ambiente De Desenvol. Rural
Atividade/Projeto: 2.014 - Manutenção da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural.
Fonte de Recurso: 150000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Elemento de despesa: 33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

CLÁUSULA SEXTA - Da garantia: O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA SÉTIMA - Das penalidades cabíveis: O descumprimento parcial ou total de qualquer das Cláusulas contidas no presente contrato sujeitará o contratado às sanções cabíveis e multa equivalente estipuladas no instrumento convocatório (DAS PENALIDADES).

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65

CLÁUSULA OITAVA - **Dos casos de rescisão**: A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, observadas, para tanto, às disposições do Art. 155 da Lei 14.133/2021.

Parágrafo Único: Por infringir a qualquer das cláusulas deste contrato, sujeitar-se-á à CONTRATADA às penalidades previstas na Legislação e no instrumento convocatório, sem prejuízo da Administração Pública cobrar eventuais prejuízos que este(a) der causa, além de multa 05% (cinco por cento) sobre o valor do contrato,não ficando a administração impedida de rescindir unilateralmente o contrato e aplicar as outras sanções previstas nos artigos 155 e 157 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - **Do Art. 138 da Lei nº 14.133/2021**: A rescisão total ou parcial do presente contrato dará direito à parte prejudicada do ressarcimento de seus direitos previstos na legislação brasileira.

CLÁUSULA DÉCIMA - **Da taxa de câmbio**: Não se aplica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - **Vinculação ao Edital**: Integram o presente Contrato independentemente de transcrição, o **Dispensa nº 044/2026**, seus Anexos, Proposta de Preços da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - **Da Legislação aplicada**: A Legislação aplicada será a Lei nº 14.133/2021, inclusive nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - **Das obrigações**:

a) Obrigam-se Contratante e Contratado a cumprir fielmente o determinado no Edital, no Contrato e as normasestabelecidas na Lei 4.320 e 14.133/21, obrigando-se ainda:
b) A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimentodas obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei no 14.133/21;
c) Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual, nos termos do art. 117, da lei nº 14.133/21;
d) Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
e) Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pelo SetorCompetente.

Obrigações da Contratante:

a) Publicar o Resumo do Contrato no local de costume;
b) Proceder ao acompanhamento e fiscalização da entrega do objeto e registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas;
c) Efetuar o pagamento nos valores e prazos definidos e aceitos através da proposta de preços da contratada.

Obrigações da Contratada:

a) A manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação e ainda deverá entregar o objeto licitado na SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA e ainda executar.
b) Manter durante toda a execução do objeto contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;
c) Utilizar profissionais devidamente habilitados;
d) Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bomandamento e a boa entrega dos produtos;
e) Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a CONTRATADAnão deverá, mesmo após o término do CONTRATO, sem consentimento prévio por escrito da CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior,a não ser para fins de execução do CONTRATO;
f) Providenciar a imediata correção das deficiências e/ ou irregularidades apontadas pela Contratante;
g) Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobrea entrega dos produtos contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de

acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer solidariedade da SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, comreferência, às suas obrigações, não se transfere à SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA;

h) Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objetodo CONTRATO;

i) Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes da entrega dos produtos;

j) Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidaçãodas Leis do Trabalhoe legislação pertinente;

k) Responsabilizar-se perante os órgãos e representantes do Poder Público e terceiros poreventuais danos aomeio ambiente causados por ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos ou contratados;

l) Responsabilizar-se perante os órgãos e representantes do Poder Público e terceiros poreventuais danos aomeio ambiente causados por ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos ou contratados;

m) Com base art. 64 da Lei Federal nº. 9.430/96 e a Instrução Normativa IN/SRF nº. 1.234/2012, Decreto Municipal 198/2023 DE 31 De Março de 2023, **fica obrigados a efetuar as retenções nafonte do IR sobre os pagamentos que efetuarem às pessoas jurídicas;**

n) Pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional e Micro Empreendedor Individual (MEI), não estarão sujeitas a retenção de IR, no entanto, **para isso deverão comprovar com declaração tal condição.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ENTREGA:

a) O prazo para início do serviço será de carácter imediato, sendo ele iniciado em até 03 (três) dias úteis, logo após a assinatura do contrato pela empresa contratada;

b) Os serviços que não atenderem às exigências colocadas pelo Município de Poções, ou que forem recusados pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato deverão ser substituídos, sesolicitado, pelo Contratante no prazo estabelecido pelo responsável pela fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

a) Os presentes serviços deverão ser prestados conforme as solicitações e particularidades do Município de Poções.

b) Os Serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo imediato,a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

c) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

d) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLÁUSULA DECÍMA SEXTA - DO PAGAMENTO:

a) Constantes no Item 7-MODELO DE CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO no Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO E REAJUSTE DO CONTRATO:

a) A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimosou supressões no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado doContrato, conforme o disposto art. 125, da Lei nº 14.133/21.

b) Qualquer alteração contratual só poderá ser feita através de aditivo, e se contemplada peloartigo 124 da Lei nº 14.133/21, após a devida justificação administrativa.

c) Os preços são firmes e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses da apresentação daproposta. Caso o prazo exceda a 12 (doze) meses os preços contratuais poderão ser

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Com base no Art. 89 da Lei nº 14.133/2021, o presente contrato refere-seao processo Licitatório **Dispensa nº 044/2026.**

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - REAJUSTE.

a) Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65

orçamento estimado.
b) Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC acumulado dos últimos doze meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
c) Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA VIGESSIMA - Com base no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, ficam designados de acordo com a Portaria 022/2026, de 20 de maio de 2026: o Sr. Charles de Jesus Sousa, matrícula 7074, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, como representante da Contratante para Fiscalização do presente contrato e como gestora a Sra. Rita Lee Souza Lima Magalhães, matrícula 8672.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - As partes elegem o Foro da Comarca de Poções-Ba, para dirimir qualquerdúvida.

E por acharem justos e contratados, assinaram o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, na presença detestemunhas abaixo arroladas.

Poções-Ba, 01 de setembro de 2026.

Irenilda Cunha de Magalhães
Prefeita Municipal
Contratante

SÓCRATES DOS SANTOS RODRIGUES
Empresa Contratada

TESTEMUNHAS:

1._____
Nome:
CPF:

2._____
Nome:
CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.CNPJ
nº. 14.242.200/0001-65.

CONTRATO Nº 402/2026

CONTRATO DE **FORNECIMENTO**, QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES-BA, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS,** E A EMPRESA **DELTA SUL DISTRIBUIDORA LTDA** NOS TERMOS ABAIXO:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES-BA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº **14.242.200/0001-65**, com Sede na Praça da Bandeira, nº 02, centro, na cidade de Poções, Bahia, figura, neste ato, como **COPARTICIPANTE, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE- FMS**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Cardeal da Silva, 75, Centro, na cidade de Poções, Bahia, inscrito no CNPJ sob o nº **11.113.324/0001-52**, neste ato, representado por seu gestor, o Sr. **Marcus Vinícius Protasio Sola**, brasileiro, maior, casado, portador do RG nº 582310563, CPF nº 939.058.585-68, residente na Rua João Batista França, nº 74, Centro, Poções, Bahia, no uso da atribuição, que lhe confere o Art. 1º do Decreto Municipal nº 07/2025, doravante denominada **CONTRATANTE,** e, do outro lado a empresa **DELTA SUL DISTRIBUIDORA LTDA,** inscrita no CNPJ **nº 31.341.284/0001-03,** com sede na Avenida Governador Lomanto Junior, nº 2850 - Quadra 01, Lote 08, Cansancao na cidade de Jequié/BA, representada, neste ato, pelo Sr**. Mateus Cajado Figueredo**, brasileiro, cadastro no CPF nº 03*.***.***-05, doravante denominado **CONTRATADO,** com base nos termos da Lei nº 14.133/2021, com suas ulteriores alterações e no **Pregão Eletrônico SRP nº 021/2026 e Ata de Registro de Preços nº 038/2026,** com base nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento de Materiais, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente contrato tem por objeto o **Registro de Preços para Eventual e Futura aquisição de instrumentos e insumos odontológicos destinados ao atendimento das demandas da Rede Municipal de Saúde Bucal, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde de Poções – Bahia da Prefeitura de Poções/BA (lotes 01 e 02),** conforme especificações constantes no processo de **Pregão Eletrônico- SRP nº 021/2026 e Ata de Registro de Preços nº 038/2026.**

Parágrafo Único - Passam a fazer parte deste contrato como se estivessem aqui transcritas, às especificações constantes no Edital do **Pregão Eletrônico nº 021/2026, Ata de Registro de Preços n° 038/2026, Processo Administrativo nº 183/2026 e Termo de Referência.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DA EXECUÇÃO CONTRATUAL:
2.1- A CONTRATADA compromete-se ao **fornecer instrumentos e insumos odontológicos,** conforme a necessidade e solicitação da Prefeitura Municipal de Poções-Ba, de forma imediata, a partir do recebimento da Ordem de Compra.
2.2- A execução contratual será realizada em conformidade as especificações contidas nesse instrumento, bem como nas especificações abarcadas no Termo de Referência**.**
2.3- A entrega do objeto licitado será na sede do município de Poções-Ba, em horário e em local indicado na Ordem de fornecimento, no prazo imediato, a partir da ordem de compras. O prazo de entrega deverá ser de até 07 (sete) dias úteis, contados a partir do recebimento da autorização de fornecimento (AF).
2.4- . O objeto será executado de forma parcelada, conforme a necessidade dos Órgãos Gerenciador e Órgãos Participantes, mediante apresentação de requisição/solicitação/ordem de serviço emitida e devidamente assinada, com identificação do respectivo servidor designado, após assinatura e publicação da Ata de Registro de Preços.
2.5- Os produtos de que trata o presente contrato serão recebidos de acordo os critérios abaixo:

a) Os produtos deverão ser entregues rigorosamente com as características e especificações constantes no Termo de Referência e legislações pertinentes, ficando esclarecido que correrá por conta da Detentora/Fornecedora todas as despesas com transporte, tributos, embalagens, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros, encargos ou acessórios, entre outros que porventura se mostrem necessários para completo atendimento ao objeto.
b) Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
c) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

2.6- Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
2.7- O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
2.8- Os objetos deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade, ambiental, industrial, legislações específicas, etc, atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições do art. 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO
3.1- Este contrato terá vigência de **1 de setembro de 2026 a 1 de setembro de 2027**, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS.
4.1- Pelo fornecimento dos produtos, objeto deste contrato, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA,** o valor total de **R$ 603.956,36 (seiscentos e três mil e novecentos e cinquenta e seis reais e trinta e seis centavos),** estando incluso, neste preço, todos os custos, tais como: impostos, taxas, descargas, fretes, mão-de-obra e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.
4.2- O pagamento será realizado em conformidade com o Termo de Referência;
4.3- Para efeito de pagamento o órgão gerenciador/órgão participante deverá emitir relatórios, atestados pelo fiscal, onde conste no mínimo: descrição dos e quantidades faturadas em notas fiscais
4.4- O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a Nota Fiscal que deverá ser o mesmo cadastro habilitado na licitação.
4.5- A Fornecedora deverá emitir Fatura/Nota Fiscal eletrônica correspondente ao objeto fornecido, sem rasuras, fazendo constar na mesma as informações bancárias tais como, o número de sua conta, o nome do Banco e respectiva Agência;

4.5.1- A Nota Fiscal/Fatura emitida pela Fornecedora deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do Nº do Processo Administrativo, Nº do Pregão, da Ordem de empenho, mês de referência, e período de execução do, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento e fornecimento do objeto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.
4.5.2- A Nota Fiscal deverá ser conferida e atestada por servidor/responsável competente da Administração, e deverá estar acompanhada da(s) Requisição(ões)/solicitação(ões) de compras emitida pelo respectivo Órgão Requisitante responsável pelo pedido, devidamente assinada por servidor público municipal identificado e autorizado para tal.

4.6- A nota fiscal supracitada deverá estar devidamente acompanhada dos documentos de comprovação da Regularidade Fiscal a Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Estadual e Municipal, bem como a do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT
4.7- Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, que poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
4.9- Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
4.9.1- Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
4.9.2- Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
4.9.3- Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.3.1- No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
4.9.3.2- No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO
5.1- É vedada a subcontratação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
6.1- Responsabilizar-se pela execução do contrato, observando todas as condições estabelecidas Termo de Referência e nas normas que regem este Contrato;
6.2- Fornecer o objeto na quantidade, qualidade, local, prazo e condições estipulados, bem como, na proposta apresentada em sessão, e valor adjudicado e homologado, em perfeitas condições de utilização, sem nenhum custo oneroso para a administração em relação ao fornecimento;
6.3- Substituir os produtos, às suas expensas, mesmo que entregues e aceitos, desde que comprovada à existência de vícios de qualidade ou quantidade, má-fé ou condições inadequadas de transporte, bem como, alterações da estabilidade que comprometa a sua integridade;
6.2.1- os bens rejeitados serão substituídos no prazo e na forma descritos no Termo de Referência;
6.4- Assumir inteira responsabilidade Civil e Administrativa por danos e prejuízos que causar, por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto deste Contrato;
6.5- Atender prontamente a quaisquer exigências da FSVC, inerentes ao objeto contratado;
6.6- Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
6.7- Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessárias à execução do contrato;
6.8- Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
6.9- Arcar com eventuais prejuízos causados à **CONTRATANTE** e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidos por seus empregados ou prepostos, envolvidos na execução do contrato;
6.10- Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
6.11- Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme alterações contidas no art. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133/ 2021;
6.12- As embalagens individuais devem conter escrita, de forma destacada e não removível, a frase: “PROIBIDA A VENDA PELO COMÉRCIO”;
6.13- Na entrega na unidade requisitante os produtos devem apresentar validade equivalente a pelo menos trezentos e sessenta e cinco (365) dias. Na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela instância gestora das Atas de Registro de Preços - Farmácia, a FSVC poderá, excepcionalmente, admitir a entrega, desde que o fornecedor encaminhe a CARTA DE GARANTIA DE TROCA obrigando-o como fornecedor, quando acionado, a proceder a imediata substituição, à vista da inviabilidade de utilização dos medicamentos no período de validade;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
7.1- Receber o objeto contratado no prazo e condições estabelecidas neste contrato e n Termo de Referência;
7.2- Prestar informações e esclarecimentos pertinentes ao fornecimento citado na cláusula primeira e que venham a ser solicitadas pela **CONTRATADA**;
7.3- Realizar o pagamento à **CONTRATADA** pela prestação de serviço objeto deste contrato;
7.4- Rejeitar os produtos que não satisfazer os padrões exigidos nas especificações do Termo de Referência e desse instrumento;
7.5- Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, de quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função do fornecimento;
7.6- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de empregado especialmente designado;
7.7- Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis;
7.8- Realizar o devido pagamento, pela execução do contrato, no prazo e valor pactuados.

CLÁUSULA OITAVA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
8.1- Competirá ao órgão da **CONTRATANTE** proceder ao acompanhamento da execução do contrato, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, desta fiscalização não eximirá a **CONTRATADA** de total responsabilidade na execução do contrato.

8.1.1- A fiscalização do presente contrato será exercida por um representante do **CONTRATANTE**, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciênciaao **CONTRATANTE**;

8.2- O representante da **CONTRATANTE** deverá ter experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato;

8.2.1- A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120 da Lei nº 14.133/2021;

8.3- O (s) fiscal (s) do contrato, que será designado mediante portaria, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.4- O (s) fiscal (s) do contrato, que será designado mediante portaria, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.5- O fiscal do contrato poderá ordenar a imediata retirada, de suas dependências, de empregados da **CONTRATADA**, cuja permanência seja inconveniente ou que venha embaraçar ou dificultar a ação fiscalizadora, correndo, por exclusiva conta da **CONTRATADA** quaisquer ônus das leis trabalhistas e previdenciárias bem como qualquer outra que tal fato imponha;

8.6- Ademais, mediante nomeação e publicação em portaria, serão especialmente designados colaboradores vinculados a **CONTRATANTE** para atuarem como gestor e fiscal com o escopo de acompanhar, fiscalizar e gerir o contrato.

8.7- Com base na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal 006/2024, na Portaria 022/2026, Como gestora do contrato a Sra. **Grazielle Novais do Lago, matrícula n° 7292**, fiscal do contrato a Sra. **Maria Naiara Chulú Gonçalves Sarno – Matrícula: 7304**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, como representantes da contratante para Acompanhamento e Fiscalização da execução do presente contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1- O descumprimento pela CONTRATADA das obrigações constantes deste contrato importará a aplicaçãodas sanções, constantes do Termo de Referência em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, garantida a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

10.1- A CONTRATADA deverá comprovar, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do processo licitatório e em seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

11.1- Integram o presente contrato, como se nele estivessem na integra transcritas, as cláusulas, condições e especificações estabelecidas no Edital do processo licitatório referido no preâmbulo deste contrato, bem como todos os seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

12.1- Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações descritas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

12.2- As hipóteses de extinção dos contratos são aquelas definidas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei n.º14.133/2021, sendo reconhecidos pela **CONTRATADA** os direitos da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação específica do Orçamento da Prefeitura Municipal de Poções-Ba nas seguintes dotações:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 030700 - Secretaria Municipal de Saúde
030701 - Fundo Municipal de Saúde de Poções
ATIVIDADE/PROJETO1.013 - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde

2.040 - Gestão das Ações de Atenção Primária
ELEMENTO DE DESPESA 44905200000 - Equipamentos e Material Permanente
33903000000 – Material de Consumo
FONTE 150010020000 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Saúde)
160000000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção
160100000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação
170600000000 – Transferências Especiais da União
163200000000 – Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECURSO FINANCEIRO
14.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação específica do Orçamento da Prefeitura Municipal de Poções-Ba.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO
15.1- O presente contrato fundamenta-se na Lei Federal de nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 006, de 08 de Janeiro de 2024, e vincula-se ao Edital do **Pregão Eletrônico nº 021/2026** e seus anexos, bem como a Proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
16.1- Todas as disposições e especificações constantes deste Contrato, do Edital do Pregão Eletrônico e seus anexos, em especial do Termo de Referência, são complementares entre si.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO
17.1- Elegem o Foro da Comarca de Poções-Ba, para dirimir dúvidas ou omissões oriundas do presente contrato, com renúncia expressa a qualquer outro foro por mais especial que seja.

E por acharem justos e contratados, assinaram o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor, na presença de testemunhas abaixo arroladas.

Poções-Ba, **1 de setembro de 2026.**

.....
Marcus Vinícius Protasio Sola
Gestor FMS
Contratante

.....
DELTA SUL DISTRIBUIDORA LTDA
Empresa Contratada

TESTEMUNHAS:
1. _____
Nome:
CPF:

2. _____
Nome:
CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA

Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

RESUMO DE CONTRATO Nº 402/2026

Contratante: Prefeitura Municipal de Poções- Ba, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS, inscrito no CNPJ sob o nº 11.113.324/0001-52.
Contratada: DELTA SUL DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 31.341.284/0001-03.
Objeto: Registro de Preços para Eventual e Futura aquisição de instrumentos e insumos odontológicos destinados ao atendimento das demandas da Rede Municipal de Saúde Bucal, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde de Poções – Bahia da Prefeitura de Poções/BA (lotes 01 e 02).
Valor do contrato: R$ 603.956,36 (seiscentos e três mil e novecentos e cinquenta e seis reais e trinta e seis centavos).
Vigência do Contrato: 1 de setembro de 2026 a 1 de setembro de 2027.
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico Nº 021/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

ADJUDICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 044/2026

A **Prefeita Municipal de Poções-Ba** torna público, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, a **ADJUDICAÇÃO** da **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 044/2026,** realizada no dia 14/08/2026, às 08:30h, através do recebimento de propostas, via endereço eletrônico, licitacaopocoes2021@gmail.com, para **Contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção de poços artesianos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura**, a licitante vencedora: **SÓCRATES DOS SANTOS RODRIGUES.** Valor Global: **R$ 46.733,00 (quarenta e seis mil e setecentos e trinta e três reais)**. Poções-BA, 1 de setembro de 2026. Irenilda Cunha de Magalhães - Prefeita Municipal.

HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 044/2026

A **Prefeita Municipal de Poções-Ba**, em acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, torna público o Resultado e **HOMOLOGA** a **DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 044/2026,** realizada no dia 14/08/2026, às 08:30h, através do recebimento de propostas, via endereço eletrônico, licitacaopocoes2021@gmail.com, para **Contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção de poços artesianos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura**, a licitante vencedora: **SÓCRATES DOS SANTOS RODRIGUES**. Valor Global: **R$ 46.733,00 (quarenta e seis mil e setecentos e trinta e três reais)**. Poções-BA, 1 de setembro de 2026. Irenilda Cunha de Magalhães - Prefeita Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

RESUMO DO CONTRATO Nº 401/2026

Contrato nº: 401/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES-BA, inscrita no CNPJ sob nº 14.242.200/0001-65.
Contratada: SÓCRATES DOS SANTOS RODRIGUES, inscrita no CNPJ nº 62.205.981/0001-60
Modalidade: Dispensa de Licitação nº 044/2026.
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021.
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção de poços artesianos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura.
Valor Global: R$ 46.733,00 (quarenta e seis mil e setecentos e trinta e três reais).
Vigência: 1 de setembro de 2026 a 1 de setembro de 2027.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA

Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026

A Prefeita Municipal torna público, nos termos da Lei nº 14.133/21, a **ADJUDICAÇÃO do Pregão Eletrônico nº 021/2026** realizado no dia 26/8/2026, às 08:30h, por meio eletrônico, no site Bolsa de Licitações do Brasil - BLL www.bll.org.br/bllcompras para *Registro de Preços para Eventual e Futura aquisição de instrumentos e insumos odontológicos destinados ao atendimento das demandas da Rede Municipal de Saúde, a licitante vencedora: DELTA SUL DISTRIBUIDORA LTDA, lotes 01 e 02, com valor R$ 603.956,36 (seiscentos e três mil e novecentos e cinquenta e seis reais e trinta e seis centavos).*Poções - Ba, 27 de agosto de 2026. Irenilda Cunha de Magalhães - Prefeita Municipal.

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026

A Prefeita Municipal de Poções - Ba, em acordo com a Lei nº 14.133/2, torna público o Resultado e **HOMOLOGA o Pregão Eletrônico nº 021/2026** realizado no dia 26/8/2026, às 08:30h, por meio eletrônico, no site Bolsa de Licitações do Brasil - BLL www.bll.org.br/bllcompras para *Registro de Preços para Eventual e Futura aquisição de instrumentos e insumos odontológicos destinados ao atendimento das demandas da Rede Municipal de Saúde, a licitante vencedora: DELTA SUL DISTRIBUIDORA LTDA, lotes 01 e 02, com valor R$ 603.956,36 (seiscentos e três mil e novecentos e cinquenta e seis reais e trinta e seis centavos).*Poções - Ba, 1 de setembro de 2026. Irenilda Cunha de Magalhães - Prefeita Municipal.

Obs: *Os valores acima tratam-se apenas de Registro de Preços, não estando a Prefeitura Municipal de Poções-Ba obrigada a comprar quantidades totais. Os produtos serão adquiridos, de acordo com a demanda do Munícipio.*

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA

Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026

A Prefeita Municipal torna público, nos termos da Lei nº 14.133/21, a **ADJUDICAÇÃO do Pregão Eletrônico nº 020/2026** realizado no dia 25/8/2026, às 08:30h, por meio eletrônico, no site Bolsa de Licitações do Brasil - BLL www.bll.org.br/bllcompras para *Registro de Preços para Eventual e Futura aquisição de Hortifrúti, de Água mineral e de Açougue visando atender as necessidades das Secretarias Municipais de Poções – BA, empresas vencedoras com valor total: R$ 2.500.549,10 (dois milhões e quinhentos mil e quinhentos e quarenta e nove reais e dez centavos): GK COMERCIO E DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS E PRODUTOS EIRELI com os lotes: 3 e 4 no valor total de R$ 1.484.166,60 (um milhão e quatrocentos e oitenta e quatro mil e cento e sessenta e seis reais e sessenta centavos). POCOES DISTRIBUIDORA DE AGUA MINERAL LTDA com o lote: 2 no valor total de R$ 319.424,50 (trezentos e dezenove mil e quatrocentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos). MAIS DOCE MAIS LTDA com os lotes: 5 e 6 no valor total de R$ 170.158,00 (cento e setenta mil e cento e cinquenta e oito reais). NILTON SILVA DE OLIVEIRA com o lote: 1 no valor total de R$ 526.800,00 (quinhentos e vinte e seis mil e oitocentos reais).* Poções - Ba, 31 de agosto de 2026. Irenilda Cunha de Magalhães - Prefeita Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA

Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026

A Prefeita Municipal de Poções - Ba, em acordo com a Lei nº 14.133/2, torna público o Resultado e **HOMOLOGA o Pregão Eletrônico nº 020/2026** realizado no dia 25/8/2026, às 08:30h, por meio eletrônico, no site Bolsa de Licitações do Brasil - BLL www.bll.org.br/bllcompras para *Registro de Preços para Eventual e Futura aquisição de Hortifrúti, de Água mineral e de Açougue visando atender as necessidades das Secretarias Municipais de Poções – BA, empresas vencedoras com valor total: R$ 2.500.549,10 (dois milhões e quinhentos mil e quinhentos e quarenta e nove reais e dez centavos): GK COMERCIO E DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS E PRODUTOS EIRELI com os lotes: 3 e 4 no valor total de R$ 1.484.166,60 (um milhão e quatrocentos e oitenta e quatro mil e cento e sessenta e seis reais e sessenta centavos). POCOES DISTRIBUIDORA DE AGUA MINERAL LTDA com o lote: 2 no valor total de R$ 319.424,50 (trezentos e dezenove mil e quatrocentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos). MAIS DOCE MAIS LTDA com os lotes: 5 e 6 no valor total de R$ 170.158,00 (cento e setenta mil e cento e cinquenta e oito reais). NILTON SILVA DE OLIVEIRA com o lote: 1 no valor total de R$ 526.800,00 (quinhentos e vinte e seis mil e oitocentos reais).* Poções - Ba, 1 de setembro de 2026. Irenilda Cunha de Magalhães - Prefeita Municipal.

Obs: *Os valores acima tratam-se apenas de Registro de Preços, não estando a Prefeitura Municipal de Poções-Ba obrigada a comprar quantidades totais. Os produtos serão adquiridos, de acordo com a demanda do Munícipio.*

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA

Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026

A Prefeita Municipal torna público, nos termos da Lei nº 14.133/21, a **ADJUDICAÇÃO do Pregão Eletrônico nº 023/2026** realizado no dia 20/8/2026, às 08:30h, por meio eletrônico, no site Bolsa de Licitações do Brasil - BLL www.bll.org.br/bllcompras para *Registro de Preços para Eventual e Futura Aquisição de Gêneros Alimentícios para atender às necessidades das secretarias municipais, empresa vencedora com valor total: R$ 2.577.267,50 (dois milhões e quinhentos e setenta e sete mil e duzentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos): MAIS DOCE MAIS com os lotes: 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 no valor total de R$ 2.577.267,50 (dois milhões e quinhentos e setenta e sete mil e duzentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos).*Poções - Ba, 28 de agosto de 2026. Irenilda Cunha de Magalhães - Prefeita Municipal.

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026

A Prefeita Municipal de Poções - Ba, em acordo com a Lei nº 14.133/2, torna público o Resultado e **HOMOLOGA o Pregão Eletrônico nº 023/2026** realizado no dia 20/8/2026, às 08:30h, por meio eletrônico, no site Bolsa de Licitações do Brasil - BLL www.bll.org.br/bllcompras para *Registro de Preços para Eventual e Futura Aquisição de Gêneros Alimentícios para atender às necessidades das secretarias municipais, empresa vencedora com valor total: R$ 2.577.267,50 (dois milhões e quinhentos e setenta e sete mil e duzentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos): MAIS DOCE MAIS LTDA com os lotes: 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 no valor total de R$ 2.577.267,50 (dois milhões e quinhentos e setenta e sete mil e duzentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos).*Poções - Ba, 1 de setembro de 2026. Irenilda Cunha de Magalhães - Prefeita Municipal.

Obs: *Os valores acima tratam-se apenas de Registro de Preços, não estando a Prefeitura Municipal de Poções-Ba obrigada a comprar quantidades totais. Os produtos serão adquiridos, de acordo com a demanda do Munícipio.*

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES

ESTADO DA BAHIA

DECRETO Nº 290/2026
DE 01 de setembro de 2026.

Concede licença-prêmio ao servidor público municipal Suzart Campos Da Silva.

A PREFEITA MUNICIPAL DE POÇÕES – BA, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando o disposto nos arts. 72 a 75 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando a decisão nos autos do processo administrativo de nº 1778/2026.

DECRETA:

Art. 1º. A concessão de licença-prêmio ao servidor público municipal **SUZART CAMPOS DA SILVA**, matrícula nº 1774, ocupante do cargo de Guarda, lotado na Secretaria Municipal de Administração, de **01 de março de 2027 a 29 de maio de 2027** (referente ao período aquisitivo de 27.06.2021 a 26.06.2026).

Art. 2º. Este decreto entra em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 01 de setembro de 2026.

IRENILDA CUNHA DE MAGALHÃES
Prefeita Municipal

OTTO WAGNER DE MAGALHÃES
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES

ESTADO DA BAHIA

DECRETO Nº 291/2026
DE 01 de setembro de 2026.

Concede licença-prêmio ao servidor público municipal Rafael Freitas Brito.

A PREFEITA MUNICIPAL DE POÇÕES – BA, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando o disposto nos arts. 72 a 75 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando a decisão nos autos do processo administrativo de nº 1850/2026.

DECRETA:

Art. 1º. A concessão de licença-prêmio ao servidor público municipal **RAFAEL FREITAS BRITO**, matrícula nº 1606, ocupante do cargo de Professor 20H Nível II, lotado na Secretaria Municipal de Educação, de **12 de agosto de 2026 a 09 de novembro de 2026** (referente ao período aquisitivo de 03.03.2018 a 02.03.2023).

Art. 2º. Este decreto entra em vigor com efeitos retroativos à 12/08/2026, revogadas as disposições em contrário. Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 01 de setembro de 2026.

IRENILDA CUNHA DE MAGALHÃES
Prefeita Municipal

OTTO WAGNER DE MAGALHÃES
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES

ESTADO DA BAHIA

DECRETO N. º 292/2026

DE 01 de setembro de 2026.

EMENTA: Exonera, a pedido, **VIVIANE SILVA FRANCA** do cargo de Assistente Social através do processo seletivo, conforme abaixo.

A PREFEITA MUNICIPAL DE POÇÕES – ESTADO DA BAHIA, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e:

Considerando a decisão nos autos do Processo Administrativo Protocolado sob Nº 1799/2026, de 10 de agosto de 2026.

D E C R E T A:

Art.1º) – A exoneração, a pedido, de **VIVIANE SILVA FRANCA** do cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, através do processo seletivo.

Art.2º) – Este Decreto entra em vigor a partir do dia 18/08/2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 01 de setembro de 2026**.**

IRENILDA CUNHA DE MAGALHÃES

Prefeita Municipal

OTTO WAGNER DE MAGALHÃES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES

ESTADO DA BAHIA

DECRETO N. º 293/2026

DE 01 de setembro de 2026.

EMENTA: Dispõe sobre a exoneração da Sra. **ZILDA SANTOS BRITO** do cargo de Gari.

A PREFEITA MUNICIPAL DE POÇÕES – ESTADO DA BAHIA, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e:

Considerando o disposto no art. 58 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, segundo o qual a aposentadoria importa em vacância do cargo;

Considerando a decisão nos autos do Processo Administrativo Protocolado sob Nº 1825/2026, de 12 de agosto de 2026.

D E C R E T A:

Art.1º) – A exoneração da Sra. **ZILDA SANTOS BRITO** do cargo de Gari, em decorrência de sua aposentadoria.

Art.2º) – Este Decreto entrará em vigor, com efeitos retroativos à 31/08/2026, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 01 de setembro de 2026**.**

IRENILDA CUNHA DE MAGALHÃES
Prefeita Municipal

OTTO WAGNER DE MAGALHÃES
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES

ESTADO DA BAHIA

DECRETO Nº 294/2026
DE 01 de setembro de 2026.

Concede licença-prêmio ao servidor público municipal Darlan Menezes Da Silva.

A PREFEITA MUNICIPAL DE POÇÕES – BA, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando o disposto nos arts. 72 a 75 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando a decisão nos autos do processo administrativo de nº 1710/2026.

DECRETA:

Art. 1º. A concessão de licença-prêmio ao servidor público municipal **DARLAN MENEZES DA SILVA**, matrícula nº 2034, ocupante do cargo de Agente de Combate as Endemias, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, de **01 de março de 2027 a 29 de maio de 2027** (referente ao período aquisitivo de 01.02.2017 a 31.01.2022).

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 01 de setembro de 2026.

IRENILDA CUNHA DE MAGALHÃES
Prefeita Municipal

OTTO WAGNER DE MAGALHÃES
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES

ESTADO DA BAHIA

DECRETO Nº 295/2026
DE 01 de setembro de 2026.

Concede licença-prêmio a servidora pública municipal Edna Pereira De Oliveira Silva.

A PREFEITA MUNICIPAL DE POÇÕES – BA, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando o disposto nos arts. 72 a 75 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando a decisão nos autos do processo administrativo de nº 1855/2026.

DECRETA:

Art. 1º. A concessão de licença-prêmio a servidora pública municipal **EDNA PEREIRA DE OLIVEIRA SILVA**, matrícula nº 1420, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, de **01 de março de 2027 a 29 de maio de 2027** (referente ao período aquisitivo de 02.10.2019 a 01.10.2024).

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 01 de setembro de 2026.

IRENILDA CUNHA DE MAGALHÃES
Prefeita Municipal

OTTO WAGNER DE MAGALHÃES
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES

ESTADO DA BAHIA

DECRETO Nº 296/2026
DE 01 de setembro de 2026.

Concede licença-prêmio a servidora pública municipal Elza Rocha De Oliveira.

A PREFEITA MUNICIPAL DE POÇÕES – BA, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando o disposto nos arts. 72 a 75 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando a decisão nos autos do processo administrativo de nº 1787/2026.

DECRETA:

Art. 1º. A concessão de licença-prêmio a servidora pública municipal **ELZA ROCHA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 361, ocupante do cargo de Gari, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de **07 de agosto de 2026 a 04 de novembro de 2026** (referente ao período aquisitivo de 05.07.1995 a 04.07.2000).

Art. 2º. Este decreto entra em vigor, com efeitos retroativos à 07/08/2026, revogadas as disposições em contrário. Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 01 de setembro de 2026.

IRENILDA CUNHA DE MAGALHÃES
Prefeita Municipal

OTTO WAGNER DE MAGALHÃES
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES

ESTADO DA BAHIA

DECRETO N. º 297/2026

DE 01 de setembro de 2026.

EMENTA: Exonera, a pedido, **EDERVAL DOS SANTOS MIRANDA** do cargo de Motorista através do processo seletivo, conforme abaixo.

A PREFEITA MUNICIPAL DE POÇÕES – ESTADO DA BAHIA, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e:

Considerando a decisão nos autos do Processo Administrativo Protocolado sob Nº 1915/2026, de 21 de agosto de 2026.

D E C R E T A:

Art.1º) – A exoneração, a pedido, de **EDERVAL DOS SANTOS MIRANDA** do cargo de Motorista, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através do processo seletivo.

Art.2º) – Este Decreto entra em vigor a partir do dia 09/08/2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 01 de setembro de 2026**.**

IRENILDA CUNHA DE MAGALHÃES

Prefeita Municipal

OTTO WAGNER DE MAGALHÃES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES

ESTADO DA BAHIA

DECRETO N. º 298/2026

DE 01 de setembro de 2026.

EMENTA: Dispõe sobre a exoneração do Sr. **VALDIONOR DE JESUS** do cargo de Pedreiro.

A PREFEITA MUNICIPAL DE POÇÕES – ESTADO DA BAHIA, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e:

Considerando o disposto no art. 58 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, segundo o qual a aposentadoria importa em vacância do cargo;

Considerando a decisão nos autos do Processo Administrativo Protocolado sob Nº 1783/2026, de 07 de agosto de 2026.

D E C R E T A:

Art.1º) – A exoneração do Sr. **VALDIONOR DE JESUS** do cargo de Pedreiro, em decorrência de sua aposentadoria.

Art.2º) – Este Decreto entrará em vigor, com efeitos retroativos à 31/08/2026, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 01 de setembro de 2026**.**

IRENILDA CUNHA DE MAGALHÃES
Prefeita Municipal

OTTO WAGNER DE MAGALHÃES
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES
ESTADO DA BAHIA

LEI Nº 1505/2026
DE 01 de setembro de 2026.

EMENTA: Oficializa a denominação de ruas no Loteamento Águas do Sertão I, Bairro Águas do Sertão e dá outras providências".

A PREFEITA MUNICIPAL DE POÇÕES – ESTADO DA BAHIA faz saber que a Câmara de Vereadores do Município de Poções – Estado da Bahia, aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica oficializada a denominação de nomes de ruas no Loteamento Águas do Sertão I, Bairro Águas do Sertão, localizado às margens da BA-262, conforme abaixo se apresenta:

I - Oficializa com denominação de Rua B, para Avenida Adelino Souza Peixoto;

II - Oficializa com denominação de Rua E, para Rua Nelson Ferreira Santana;

III - Oficializa com denominação de Rua F, para Rua Carlos André Ribeiro da Silva;

IV – Oficializa com denominação de Rua G, para Rua Tânia Lúcia Gonçalves Freitas;

V – Oficializa com denominação de Rua H, para Rua das Acácias;

VI – Oficializa com denominação de Rua I, para Rua Ipê Amarelo;

VII – Oficializa com denominação de Rua J, para Rua Almino Alves Viana;

VIII – Oficializa com denominação de Rua L, para Rua Fidelis Sarno;

IX – Oficializa com denominação de Rua M, para Rua Miguel Nino Labanca;

X - Oficializa com denominação de Rua N, para Rua Antônio Gonçalves Cardoso.

Art.2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Poções Bahia, 01 de setembro de 2026

IRENILDA CUNHA DE MAGALHÃES
Prefeita Municipal

OTTO WAGNER DE MAGALHÃES
Secretário de Administração e Planejamento

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES
ESTADO DA BAHIA

LEI Nº 1508/2026
DE 01 de setembro de 2026.

EMENTA: "Altera a Lei Municipal nº 1.488/2026, que autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção social à Escolinha de Futebol do Bahia de Poções, e dá outras providências. "

A PREFEITA MUNICIPAL DE POÇÕES – ESTADO DA BAHIA faz saber que a Câmara de Vereadores do Município de Poções – Estado da Bahia, aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 2º da Lei Municipal nº 1.488, de 03 de março de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - A subvenção social será concedida no valor mensal de R$ 3.100,00 (três mil e cem reais), observada a dotação orçamentária vigente, ou abrir crédito especial em cada exercício junto à Secretaria de Ação Social e/ou Administração, fazendo constar do orçamento anual aprovado pelo Poder Legislativo, tendo como indicativo de data base para atualização do valor da subvenção o mês de janeiro de cada exercício a ser acrescida de acordo com o acúmulo verificado no INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor nos doze meses anteriores."

Art. 2º - Permanecem em vigor as demais disposições da Lei Municipal nº 1488/2026.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

Poções – Bahia, 01 de setembro de 2026.

IRENILDA CUNHA DE MAGALHÃES
Prefeita Municipal

OTTO WAGNER DE MAGALHÃES
Secretário de Administração e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DE CONTAS - CNPJ 14.263.859/0001-06

ÓRGÃO/SETOR: GABINETE DO PREFEITO

CATEGORIA: LICITAÇÕES E CONTRATOS

ERRATA | AVISO DE LICITAÇÃO (DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026)

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DE CONTAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA Nº 01/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 02 /2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS DESTINADOS À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, compreendendo: suporte para soro hospitalar tipo pedestal (04 unidades); escada clínica com 2 degraus (02 unidades); cadeira fixa para consultório (16 unidades); equipamento de eletroterapia TENS/FES (01 unidade); equipamento de ultrassom terapêutico (03 unidades); divã para exame clínico (02 unidades); central de nebulização com compressor (01 unidade); esfigmomanômetro adulto analógico (01 unidade); equipamento de eletroestimulação transcutânea – TENS (01 unidade); e longarina para recepção com 3 lugares (04 unidades), totalizando 35 (trinta e cinco) unidades, com valor estimado de **R$ 26.749,32 (vinte e seis mil, setecentos e quarenta e nove reais e trinta e dois centavos),** conforme especificações técnicas, quantitativos e demais condições constantes do Termo de Referência e dos documentos integrantes do edital e seus anexos.

O **MUNICÍPIO DE RIO DE CONTAS - BA**, por intermédio de sua Agente de Contratação, atuando na função de Pregoeira, torna pública aos interessados a Errata nº 01 do Aviso de Edital da Dispensa Eletrônica nº 01/2026, cuja publicação original do Aviso de Licitação ocorreu no Diário Oficial do Município, Ano IX, Edição Nº 4614, união Nº 164, segunda-feira, 31 de agosto de 2026.

A PRESENTE RETIFICAÇÃO VISA SANAR MERO ERRO MATERIAL DE DIGITAÇÃO CONSTANTE NA NUMERAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, NO AVISO DE LICITAÇÃO E NO PERÍODO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS.

ONDE SE LÊ:

“AVISO DE EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA 01-2026”
“PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2026”

LEIA-SE:

“AVISO DE EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA 02-2026”
“PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2026”

CNPJ: 14.263.859/0001
LARGO DO ROSÁRIO, N°1 – BAIRRO CENTRO
RIO DE CONTAS – ESTADO DA BAHIA

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DE CONTAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ONDE SE LÊ:

"**2. DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DA DISPUTA**

O período para recebimento de propostas começará no dia **31 de agosto de 2026, às 14h**, e **encerrará no dia 04 de setembro de 2026, às 10h**. Em seguida, haverá a abertura das propostas e, às **10:10**, **terá início a fase de disputa eletrônica (lances), tudo realizado através do site** www.bnccompras.com"

LEIA-SE:

"2. DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DA DISPUTA O período para recebimento de propostas começará no dia **2 de setembro de 2026 , às 14h**, e **encerrará no dia 09 de setembro de 2026, às 10h**. Em seguida, haverá a abertura das propostas e, às **10:10**, **terá início a fase de disputa eletrônica (lances), tudo realizado através do site** www.bnccompras.com"

O edital e seus anexos estão disponíveis aos interessados no site www.bnccompras.com e no site https://pmriodecontasba.imprensaoficial.org/ultimos-diarios/. Informações nos dias uteis das 08h às 14h ou pelo e-mail licitacaoriodecontas@gmail.com., no endereço eletrônico www.bnccompras.com, restando plenamente assegurado o prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis de publicidade legal exigido pelo art. 55, II, "a", da Lei nº 14.133/2021. As demais cláusulas, condições e anexos do Edital permanecem inalterados e plenamente vigentes.

Agradecemos pela compreensão e colaboração.

Francielle Barreto Nascimento – Agente de Contratação.

Rio de Contas – Ba, 31 de agosto de 2026.

CNPJ: 14.263.859/0001
LARGO DO ROSÁRIO, N°1 – BAIRRO CENTRO
RIO DE CONTAS – ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU - CNPJ 13.696.257/0001-71

ÓRGÃO/SETOR: GABINETE DO PREFEITO

CATEGORIA: ATOS OFICIAIS

DECRETO SUPLEMENTAR (Nº 77/2026)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU
Praca da Bandeira, 176 - Centro
CNPJ: 13.696.257/0001-71 - CEP: . - - SAPEACU - BA

DECRETO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 77 DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Abre CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR por Anulação de Dotação no valor total de R$ 313.000,00 (Trezentos e treze mil reais), para fins que se especifica e da outras providências.

O **PREFEITO(A) MUNICIPAL DE SAPEAÇU**, no uso de suas atribuições legais, constituicionais e de acordo com o que lhe confere a Lei Municipal 719 de 10 de dezembro de 2025, edita o seguinte Decreto:

Art 1º. - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementação orçamentária totalizando R$313.000,00 (Trezentos e treze mil reais) a saber:

Dotações Suplementares

2020000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO, PLANEJAMENTO E FINANCAS

2.006 - DESENVOLVIMENTO DAS ACOES DE ADMINISTRACAO, PLANEJAMENTO E FINANCAS

3.3.90.34.00 / 150000 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirizacao	245.000,00
Total por Ação:	**245.000,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**245.000,00**

2040000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

2.039 - DESENVOLVIMENTO DAS ACOES DA SECRETARIA DE SAUDE

3.3.90.34.00 / 150002 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirizacao	68.000,00
Total por Ação:	**68.000,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**68.000,00**
Total Suplementado:	**313.000,00**

Art 2º. - A propósito cabe-me informar que para atender a suplementação acima, serão anuladas parcialmente e/ou totalmente as seguintes dotações orçamentárias, conforme estabelece a Lei nº 4.320.

Dotações Anuladas

2030000 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2.050 - DESENVOLVIMENTO DAS ACOES DA EDUCACAO BASICA - INFANTIL - CRECHE - FUNDEB 30% VAAT - VAAF

3.3.90.36.00 / 154119 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	20.000,00
3.3.90.36.00 / 154219 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	10.000,00
3.3.90.39.00 / 154119 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	25.000,00
3.3.90.39.00 / 154219 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	25.000,00
Total por Ação:	**80.000,00**

2.051 - DESENVOLVIMENTO DAS ACOES DA EDUCACAO BASICA - INFANTIL - PRÉ-ESCOLA - FUNDEB 30% VAAT - VAAF

3.3.90.34.00 / 154119 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirizacao	218.000,00
Total por Ação:	**218.000,00**

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU
Praca da Bandeira, 176 - Centro
CNPJ: 13.696.257/0001-71 - CEP: . - - SAPEACU - BA

DECRETO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR

Total por Unidade Orçamentária:	**298.000,00**

2052000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.024 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

3.3.90.30.00 / 150000 - Material de Consumo	10.000,00
4.4.90.52.00 / 150000 - Equipamentos e Material Permanente	5.000,00
Total por Ação:	**15.000,00**
Total por Unidade Orçamentária:	**15.000,00**
Total Anulado:	**313.000,00**

Art. 3º - Fica o Secretário Municipal de Finanças autorizado a expedir instruções normativas necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor a partir de segunda-feira, 31 de agosto de 2026.

GABINETE DO PREFEITO(A) MUNICIPAL DE SAPEAÇU, Estado da Bahia, em 31 de agosto de 2026.

CARLOS SANTOS BASTOS
Tesoureiro
CPF: 316.131.605-34

RAMON DE SENA SOUZA
Prefeito Municipal
CPF: 984.737.355-87

Tribuna do Sertão

FUNDADOR: MAURÍCIO LIMA SANTOS (1943-1998)

O Jornal **Tribuna do Sertão** é uma publicação da
Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda
CNPJ 10.841.540/0001-51

ADMINISTRAÇÃO E REDAÇÃO:
Rua Valdomiro Alves Luz, 45
Bairro Campo de Aviação - Brumado - BA

CEP 46.117-040 - **TELEFAX: (77) 3441-6360**
e-mail: lidergrafica2023@gmail.com
Site: www.sertaohoje.com.br

EDITORA
Lúcia Oliva Lima - DRT 456
e-mail: oliva_ba@hotmail.com
Cel.: (77) 99953-7613

DIRETOR DE REDAÇÃO
Leonardo Oliva
e-mail: leonardo.tribuna@uol.com.br
Cel.: (77) 99962-8581

CERTIFICAÇÃO DIGITAL
429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Assinatura digital ICP-Brasil em conformidade com a MP nº 2.200-2/2001